



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Tese de Doutorado

**PAISAGEM DO VINHO: O VALOR CULTURAL COMO RECURSO
PARA A PRESERVAÇÃO
NO VALE DOS VINHEDOS - RS - BRASIL**

Marilei Elisabete Piana Giordani

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Ferraz de Souza – UFRGS.BR

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**PAISAGEM DO VINHO: O VALOR CULTURAL COMO RECURSO
PARA A PRESERVAÇÃO
NO VALE DOS VINHEDOS - RS - BRASIL**

Marilei Elisabete Piana Giordani

Tese submetida ao Programa de Pós Graduação de Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da UFRGS como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, Linha de Pesquisa Cidade, Cultura e Política.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Célia Ferraz de Souza (UFRGS BR)

PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

2020

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR
QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO
E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

CIP - Catalogação na Publicação

Piana Giordani, Marilei Elisabete
PAISAGEM DO VINHO: O VALOR CULTURAL COMO RECURSO
PARA A PRESERVAÇÃO NO VALE DOS VINHEDOS - RS- BRASIL
/ Marilei Elisabete Piana Giordani. -- 2020.
419 f.
Orientadora: Celia Ferraz de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Paisagem Vitícola. 2. Valor Cultural. 3.
Preservação. 4. Uso do Solo Urbano e Regional . 5.
Planejamento e Gestão da Paisagem . I. Ferraz de
Souza, Celia, orient. II. Título.

A tese intitulada **Paisagem do Vinho: O valor cultural como recurso para a preservação no Vale dos Vinhedos - RS - Brasil**, de autoria de **Marilei Elisabete Piana Giordani**, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Doutora em Planejamento Urbano e Regional, tendo sido aprovada na sua versão final em dez de novembro de 2020, em cumprimento às normas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR.

Prof^a. Dr^a. Célia Ferraz de Souza
Orientadora e Presidente da Banca – PROPUR - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Telma de Barros Correia
IAU-USP, São Carlos -SP

Prof. Dr. João Paulo Schwerz
Depto. ARQ. URB. UFSC

Prof. Dr. Luis Antônio Bolcato Custódio
IPHAN BR.

Prof^a. Dr^a. Maria Soares de Almeida
PROPUR – UFRGS

Porto Alegre, 10 de novembro de 2020.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, **Leda Maria e Avelino Piana**,
que indicaram o caminho e acompanharam meus passos com os olhos da alma,
dedico essa conquista com imensa gratidão.

Aos meus amores,
Edgar Luís Giordani e Lucas Elya Piana Giordani,
que entenderam minha necessidade de silêncio
para pesquisar, pensar e escrever.

Brindes ao vinho e à paisagem, que decisivamente
nos emocionam e fazem parte de nossas vidas!

AGRADECIMENTOS

Encerro essa jornada, que se tornou possível graças ao incentivo diário de inúmeros corações, mentes e abraços que cruzaram meu caminho e cujo encorajamento foi fundamental para prosseguir. Minha imensa gratidão a todos, desde os mais simples gestos até as informações necessárias para chegar ao final. Muito esforço foi necessário, muito além do que poderia pressupor, mas que me permitiu aprofundar sobremaneira os assuntos refletidos nesta tese e que muito me impulsionaram.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, uma instituição pública e gratuita sem a qual não poderia ter desenvolvido minha pesquisa. Tenho muito orgulho de pertencer ao seu quadro de alunos. Apesar dos ataques e cortes de recursos, a instituição tem resistido bravamente para possibilitar conhecimento e pesquisa para a ciência brasileira.

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me acolher no Mestrado e Doutorado, incentivar a pesquisa e oportunizar meus estudos.

A minha querida orientadora, Prof^a Dr^a Célia Ferraz de Souza, que ao longo desse período não deixou de acreditar que poderíamos chegar ao objetivo traçado, orientando e incentivando-me pelos caminhos muitas vezes com percalços da “nossa viagem pelos vinhedos” iniciada no Mestrado. Do estranhamento inicial para como tema desenvolvido, esse foi gradualmente sendo desbravado até chegarmos ao resultado final. Minha imensa gratidão e brindes à amizade e à vida!

Aos professores da Banca de Defesa: Prof^a Dr^a Telma de Barros Correia (IAU/USP) e Prof^a Dr^a Maria Soares de Almeida (PROPUR/UFRGS) pelo incentivo e recomendação para iniciar essa trajetória, ao Prof. Dr. João Paulo Schwerz (ARQ.URB/UFSC) pesquisador do tema da paisagem cultural e uma das inspirações para a realização dessa pesquisa, ao Prof. Dr. Luis Antonio Bolcato Custódio referencia em defesa do patrimônio cultural

Meu imenso agradecimento à Banca de Qualificação, formada pelas Prof^a Dr^a Ana Lúcia Goelzer Meira, Prof^a Dr^a Livia Teresinha Salomão Piccinini, Prof^a Dr^a Clara Natalia Steigleder Walter, pela análise crítica ao projeto de pesquisa e pela pontuação precisa no tema, apontando os caminhos a serem percorridos.

A todos os Professores do Programa PROPUR-UFRGS, meu agradecimento pelos horizontes abertos nas disciplinas cursadas, que muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Também meu agradecimento aos colegas de curso e disciplinas. Aos caros colegas orientandos da Prof^a Célia, minha gratidão pelos diálogos de dúvidas, interrogações e incertezas: agora só falta o espumante!

Aos funcionários do PROPUR, Mariluz Grando e Paula Fischer, muito obrigada pelo sempre pronto atendimento.

Agradecimentos especiais à Prefeitura Municipal de Monte Belo do Sul, à prefeitura de Garibaldi e ao (IPURB) de Bento Gonçalves, pela presteza dos dados gentilmente fornecidos. Em Bento Gonçalves, meu muito obrigada pela atenção das muitas vezes que estive em pesquisa ao Arquivo Histórico Municipal, ao Museu do Imigrante, ao IBRAVIN, à UVIBRA, à APROVALE, à EMBRAPA UVA E VINHO e ao pesquisador Dr. Edgardo Aquiles Prado, por disponibilizarem suas bibliotecas e materiais de consulta importantes para a pesquisa.

À pioneira Escola de Enologia do Brasil de Bento Gonçalves – IFRS – BG – RS, meu imenso agradecimento aos professores Prof. Dr. Leonardo Cury da Silva, Prof. Dr. Rodrigo Vieira Luciano e Prof. Dr. Rodrigo Otávio Câmara Monteiro, por disponibilizarem e orientarem a busca de dados e mapas, muito úteis para o fechamento da pesquisa.

Ao estudioso e inquieto enólogo produtor de vinhos naturais e biodinâmicos, aluno dessa Escola e Especialista em Agricultura Biodinâmica, Edgar Luís Giordani, minha imensa gratidão por compartilhar bibliografia, conhecimentos, pesquisas e inúmeras vezes sanar minhas dúvidas sobre a vitivinicultura, para entender seus aspectos técnicos e organolépticos.

Na Itália, à Biblioteca Internazionale “La Vigna”, *i miei piú cari ringraziamenti* pelo material disponibilizado e de fundamental importância para a reconstituição da história dos vinhedos na configuração da paisagem do território de estudo.

À Associazione Italiana Città Del Vino, ao Arquiteto Pier Carlo Tesi e à Arquiteta Valeria Lingua, meu imenso agradecimento pelo material disponibilizado, pelos debates e entrevistas realizadas, *anzi che lontano*, que permitiram aproximar os territórios produtores.

Aos queridos amigos italianos, que não mediram esforços para auxiliar em dados para a pesquisa: Tiziano Bianchi, Carlo Giordani e Adriana Pontalti, Paolo Borin, Giada Belezze. A tutti: *il tempo ci allontana, ma le radici si mantengono, mille grazie!!!*

Aos queridos AMIGOS que a vida nos presenteia, suas contribuições auxiliaram e me impulsionaram para concluir essa etapa: agora teremos mais tempo para nos encontrar. Ao colega de jornada Ms. Daniel Tochetto, à Ma. Rossana Prado, pelas infinitas dúvidas de pesquisa, dos caminhos da paisagem, do patrimônio cultural à seguir e ao colega Arq. Marcelo Favretto: imensamente grata!

Ao Edgar e ao Lucas, que com amor, diariamente, compartilharam meus dias de pesquisa, às vezes difíceis, as descobertas, minhas ausências, as viagens e os retornos. Mas sempre estiveram a minha espera, entendendo o quão difícil foi a trajetória percorrida. Baci!!

Ao Flep “que era só um cachorro” mas foi companheiro nas minhas infindáveis horas de escrita.

A paisagem dos meus dias parece compor-se,
como as regiões montanhosas,
de material heterogêneo desordenadamente acumulado.
Aí encontro a natureza, já realizada, formada por partes iguais de instinto e cultura.
Aqui e ali surgem os granitos do inevitável e, por toda a parte,
os desmoronamentos do acaso.

Marguerite Yourcenar
(Memórias de Adriano, 1980)

RESUMO

A tese aborda a paisagem como um elemento de construção social, portadora de traços culturais que se revelam a partir de um processo preciso e criativo do homem sobre a natureza; associado ao modo de vida, aos saberes e fazeres, e às atividades desenvolvidas ao longo do tempo, que conformam os territórios. A “paisagem do vinho” é um bem comum da história, do *terrior* e da cultura, nela estão expressos os diversos valores do território e sua interação com as novas demandas atuais. Assim, as paisagens vitivinícolas (produtivas) assumem grande evidência no cenário mundial, ao mesmo tempo que implica em uma série de tensões que envolvem o seu percurso. O estudo localiza-se na Área Geográfica do Vale dos Vinhedos – RS, formada por parte de áreas rurais e urbanas, de três municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, cuja produção vinícola é a primeira no Brasil a ser reconhecida com a Denominação de Origem (2012) conferida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) de onde se inicia a análise do papel contemporâneo da produção vitivinícola associada à paisagem. Busca-se a compreensão dos valores paisagísticos historicamente configurados, assim como das demandas atuais que incidem sobre a paisagem vitícola, para explicar as dinâmicas contemporâneas de transformação e identificar o impacto neste cenário. Para abarcar este eixo exploratório, são examinadas as legislações municipais pertinentes ao uso do solo e da preservação cultural, buscando evidenciar como os diferentes interesses em jogo se hierarquizam, e sua compatibilidade com as referências e valores que historicamente dão origem à paisagem em questão, e que lhe conferiram a condição espacial qualificada reconhecida atualmente. A hipótese do estudo é baseada no fato de haver uma contradição entre a valorização e a preservação da paisagem vitivinícola histórica que dá referência à região. Neste sentido, a pesquisa centra-se na análise desta paisagem vitícola a partir do planejamento urbano e regional, demonstrando relações estruturais entre a continuidade e a atualização dos espaços produtivos frente à demanda crescente de novos usos, buscando estabelecer a dimensão cultural da paisagem estudada como parâmetro coerente para o processo de preservação, de planejamento e de gestão do território.

Palavras-chave: Paisagem vitícola; Valor cultural; Preservação; Uso do solo urbano e regional; Planejamento e Gestão da paisagem.

ABSTRACT

This thesis addresses the landscape as an element of social construction, that bears cultural traits which are revealed through a man's precise and creative process about nature, associated with a way of life, knowledge, practices and the activities developed throughout the time that territories are built. The "wine landscape" is a common good of history and culture. In it are expressed the various values of the territory and its interaction with current demands. The research is oriented towards productive landscapes linked to products, cultures and manufactures of a specific place, and that is why they are intrinsically linked to it. Thus, the wine landscapes take on great prominence on the world stage, at the same time that they imply a series of tensions that surround their journey. The study is located in the Geographic Area of Vale dos Vinhedos – RS, formed by rural and urban areas of three cities: Bento Gonçalves, Garibaldi and Monte Belo do Sul, whose wine production is the first, in Brazil, to be recognized with the Denomination of Origin (2012) granted by the National Institute of Industrial Property (INPI), from where the analysis of the contemporary role of wine production associated with the landscape begins. It seeks the understanding of historically configured landscape values, as well as the current demands that focus on the winemaking landscape in order to explain the contemporary dynamics of transformation and identify the impact in this scenario. To embrace this exploratory axis, municipal legislation relevant to land use, landscape and cultural preservation are also analyzed, seeking to show how the different interests at stake are hierarchized, and their compatibility with the references and values that historically give rise to the issue, and which give it the currently recognized condition. The hypothesis of the study is based on the fact that there is a contradiction between the valorization and the preservation of the historic wine landscape that gives reference to the region. In this sense, the research focuses on the analysis of this viticultural landscape from urban and regional planning, demonstrating relationships between the continuity and updating of productive spaces in the face of the growing demand for new uses, seeking to establish the cultural dimension of the studied landscape as a coherent parameter for the territorial preservation, planning and management process.

Key words: Winemaking landscape; Cultural Value; Preservation; Urban and Regional Land Use; Landscape Planning and Management.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Paisagem Vitícola da Região da Toscana – Itália	31
Imagem 2 – Paisagem Cultural de Dresden Elbe Valley, na Alemanha, reconhecida pela UNESCO no ano de 2009	39
Imagens 3 e 4 – Paisagens Culturais Vitícolas reconhecidas pela UNESCO em 2015: Na primeira imagem as Colinas de Champagne, Casas e Adegas na França em Reims e Epernay na França e na imagem à direita, os Climats e Terroirs da Borgonha, na França. Autores: Michel Guillard e Michel Joly	41
Imagem 5 – Paisagem Cultural Vitícola reconhecida pela UNESCO em 2014, de Langhe-Roero e Monferrato, Piemonte na Itália. Autor: Valerio Li Vigni	41
Imagens 6 e 7 – Paisagem Cultural Vitícola das Colinas do Prosecco de Conegliano e Valdobbiadene reconhecida pela UNESCO em julho de 2019, na Itália. Autores: Arcangelo Piai e Francesco Galifi	42
Imagem 8 – Situação e localização no Estado do Rio Grande do Sul da Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Em destaque os municípios do recorte de estudo: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, que compõem a Área Geográfica do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem	52
Imagem 8a – Detalhe dos municípios que compõem a Área Geográfica do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem e seus principais dados	53
Imagem 9 – Dados demográficos dos Municípios da Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Em destaque os municípios que compõem a Área Geográfica do Vale dos Vinhedos	53
Imagem 10 – Abrangência da Área Geográfica Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul	54
Imagem 11 – Paraty e Ilha Grande (RJ), o primeiro sítio misto do Brasil reconhecido por cultura e natureza	61
Imagens 12 e 13 – O mês de março que retrata o Castelo de Lusignan – França, e o mês junho que retrata o fundo do Palais de La Cité – Paris - nas <i>Muito ricas horas do Duque de Berry</i>	97
Imagem 14 – O bom governo Ambroggio Lorenzetti, 1336: a inspeção nos trabalhos de campo pelo Duque de Siena, ao fundo esquerdo a presença das videiras	98

Imagens 15 e 16 – O quadro Virgem do Chanceler Rollin e detalhe do quadro	99
.....	
Imagem 17 – As marcas da paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos, na arquitetura, na morfologia dos núcleos nas comunidades e materiais utilizados	108
Imagem 18 – As marcas da paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos, refletidas nos materiais utilizados e no modo de condução das videiras	
Imagens 19 e 20 – A religiosidade dos pequenos capiteis artesanais que marca a paisagem do Vale dos Vinhedos	110
Imagem 21 – Principais percursos da viticultura desde o início: do Cáucaso (círculo preto) no sudoeste asiático até a Europa (De Blij, 1983 - modificado)	124
Imagem 22 – A condução das videiras em forma de túnel, inventada pelos egípcios (era chamada de Karem), como demonstram os afrescos nas tumbas dos faraós	125
Imagens 23 e 24 – Formas de condução das videiras pelos povos egípcios; em modo de pérgula e latada	127
Imagens 25 e 26 – Formas de condução das videiras pelos povos gregos, em pequenas árvores. Os povos etruscos com condução em árvores – tutores vivos	128
Imagem 27 – Condução em árvores – tutores vivos	128
Imagem 28 – Condução das videiras em pérgola com teto horizontal (latada)	129
Imagem 29 – Localizações na Grécia Antiga: Esparta – Creta – Quersoneso	131
Imagem 30 – As várias formas de condução das videiras na Grécia Antiga: rasteiras, sobre estacas	132
Imagem 30a – A condução das videiras sobre árvores (tutores vivos) na Grécia Antiga	132
Imagem 31 – A imagem assinalada demonstra a região do TRIVÊNETO no norte da Itália, local de onde a maioria dos imigrantes italianos eram originários e estabeleceram-se na Serra Gaúcha em 1875	133
Imagem 32 – Folha fossilizada de parreira da região do Vêneto, Itália, morfologicamente mais próxima das atuais videiras. Idade radiométrica de 54 milhões de anos – Comprimento natural 8,5 cm	134
Imagem 33 – Cultivo das videiras na Itália consorciadas com tutores vivos	136
Imagem 34 – Colheita e pisa da uva na Itália conduzida por tutores vivos	136
Imagem 35 – O grande afluxo no Porto de Veneza: lugar de atracamento das embarcações para o comércio de vinhos, denominado Bacintoro ala Riva Del Vindi Venezia (sec. XVI)	136

Imagem 36 – Grupo de ânforas greco-italicas de semelhança acentuada com as originais	137
Imagem 37 – Localização do arquipélago de Murano – Veneza Vêneto – Itália	138
Imagem 38 – Cenas da colheita da uva no sistema de condução das videiras consorciado com tutores vivos – árvores, com formação de grandes guirlandas de uva. Propriedade de Serègo – Alighieri em Gargagnago – Província de Verona – Itália – século XVII . . .	141
Imagem 39 – A representação da paisagem rural e urbana de Monselice: vinhedos e bosques no “Monte das Videiras”. Na parte inferior a representação da área urbana com a entrada da cidade, comércio e moradia. Do Arquivo do Estado de Padua – Itália, do século XVIII	142
Imagem 40 – Villa Barbaro a Maser projetada pelo Arquiteto Andrea Palladio (1557-1558) e o cultivo das videiras próximas da edificação . . .	143
Imagem 41 – PROJETO Original da Villa Emo em Fanzolo di Valdelago – VE – Itália	143
Imagem 42 – Elementos da construção da paisagem vitícola – Vale dos Vinhedos. No primeiro plano um plátano podado	145
Imagem 43 – A paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos, com a demarcação dos plátanos nos vinhedos	146
Imagem 44 – Paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos	159
Imagens 45, 46 e 47 – Imagens do território: Condução em latada; Colheita da uva; Propriedade produtora	163
Imagem 48 – Paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos	173
Imagem 49 – Passeios para turistas na Festa da Vindima em Bento Gonçalves	176
Imagem 50 – A festa da Vindima em Bento Gonçalves	177
Imagem 51 – Maratona do Vinho Vale dos Vinhedos	178
Imagem 52 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos	180
Imagem 53 – Evolução da oferta de alojamento na Região do Douro – Portugal, nos anos (1991-2015)	181
Imagem 54 – Campanha do Dia do Vinho, realizado durante duas semanas com atividades ligadas ao vinho, também em outras cidades da Serra Gaúcha – Bento Gonçalves, RS	184
Imagens 55 e 56 – A divulgação do enoturismo em Monte Belo do Sul	188
Imagens 57 e 58 – Artesanato com palha de trigo e Artesanato com vime – Monte Belo do Sul, RS.	189
Imagens 59, 60 e 61 – Paisagem do turismo rural em Monte Belo do Sul, RS: a arquitetura, a paisagem vitícola, a religiosidade	190

Imagem 62 – Marco Pombalino nº 1 da margem Sul do Douro da demarcação da zona de vinhos “de Feitoria” de 1758. Quinta de S. Gonçalo da Ribeira, Barrô, Resende. Fotografia de Egidio Santos.	192
Imagem 63 – Marco da demarcação da zona de vinhos “de Feitoria” de 1758. Mourisca, Panelas, Vila Nova, Vila Real. Douro – Portugal. Fotografia Casa Alvão, Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto	192
Imagem 64 – Paisagem Cultural do Café da Colômbia, inscrita na Lista de Patrimônio mundial da UNESCO (2011)	196
Imagem 65 – Indicações Geográficas do Brasil e Associação de Produtores, em destaque o Vale dos Vinhedos	200
Imagem 66 – Área Geográfica Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem, formada por parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul	203
Imagem 67 – Representação comparativa do número de associados da APROVALE desde o ano da fundação – 1995 a 2019, entre vinícolas e prestadores de serviço: hotéis, restaurantes, cafés etc.	204
Imagem 68 – Na cor verde a presença de vinhedos no Vale dos Vinhedos e os municípios que o compõem	206
Imagem 69 – Vinhedos na DO	207
Imagem 70 – Vinhedos autorizados DO	207
Imagem 71 – Relação entre a quantidade de cultivos em latada e espaldeira no Vale dos Vinhedos de 2013 a 2015	208
Imagem 72 – Reconversão de vinhedo, de latada para espaldeira, no Vale dos Vinhedos em 2013	209
Imagem 73 – O vinhedo em latada, reconvertido em espaldeira no Vale dos Vinhedos, com a extinção dos tutores vivos (plátanos).....	209
Imagem 74 – Vinhedos históricos em condução de latada – Vale dos Vinhedos	212
Imagem 75 – Muros de pedra para auxiliar na sustentação das videiras no Vale dos Vinhedos	221
Imagem 76 – Vinhedos antigos com sustentação de madeira, tutores vivos e estirador de madeira no Vale dos Vinhedos	221
Imagem 77 – Estirador de madeira	222
Imagem 78 – Tutores vivos no Vale dos Vinhedos	222
Imagem 79 – Paisagem vitivinícola de Saint Emilion	229
Imagem 80 – Paisagem de Cinque Terre com a vista dos parreirais	230
Imagem 81 – Paisagem vitivinícola de Tokaj – Hungria	231

Imagens 82 e 83 – Cultivo vitícola em forma de pequenas árvores “alberello” nos solos vulcânicos da Ilha de Pantelleria – Itália, resultado de práticas tradicionais de cultivo vitícola	232 233
Imagem 84 – ACV – Associazione Nazionale e Città Del Vino	239
Imagem 85 – Condomínio residencial no Vale dos Vinhedos	
Imagem 86 – Publicidade no Vale dos Vinhedos para a divulgação do condomínio residencial no aglomerado urbano de área rural – 1. Aglomerado Ceará da Graciema – Vale dos Vinhedos	241
Imagem 87 – Parque Estadual da Pedra Azul – Espírito Santo.	243
Imagem 88 – Delimitação através de muros em condomínio residencial no Vale dos Vinhedos	245
Imagem 89 – Situação e localização da Região de Alt Penedès – Espanha . .	246
Imagem 90 – Condução em forma de Vaso, sem sustentação de origem grega e difundida em todo o Mediterraneo.	249
Imagem 91 – Condução em forma de espaldeira	250
Imagens 92 e 93 – Condução dos vinhedos em forma de vaso e em espaldeira em Alt Penedès – Espanha.	253
Imagem 94 – Vinhedo tradicional após a poda de inverno, à espera da brotação. Os plátanos delineiam a estrutura de sustentação. Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves	258
Imagem 95 – A paisagem vitícola que marca o território com a utilização dos plátanos para a ancoragem dos parreirais. Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves	258
Imagem 96 – Paisagem vitícola - Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, com dois tipos de condução: à direita em espaldeira; à esquerda condução em latada com os plátanos marcando limites dos parreirais	259
Imagem 97 – Municípios que compõem a denominação de origem do Vale dos Vinhedos	261
Imagem 98 – Cenas do cotidiano dos imigrantes italianos, da esquerda para a direita: as pinhas das araucárias e seus frutos, os pinhões, o trabalho agrícola, a guarda do feno para alimentar o gado no inverno, a morfologia do território, a arquitetura de madeira, a religiosidade	262
Imagem 99 – Platanus acerifolia – Itália	265
Imagem 99a – Plátano – Vale dos Vinhedos.	265
Imagem 100 – A condução das videiras em forma de latada estruturadas no sentido vertical e horizontal com a madeira abundante. Brasil década de 1920	266
Imagem 101 – A condução das videiras em forma de latada no norte da Itália, em 2019	266

Imagens 102, 103, 104 e 105 – Estação experimental de Caxias do Sul, na década de 1920. No sentido horário: A sede da Estação, a paisagem vitivinícola com múltiplas variedades de vinhedos e modos de condução; o preparo da terra e o plantio das videiras	267
Imagem 106 – A colheita da uva com os cestos de vime em Bento Gonçalves, na década de 1920 em uma propriedade familiar . . .	268
Imagem 107 – Cooperativa Vinícola Garibaldi na década de 1950. Em primeiro plano, os parreirais	269
Imagens 108 e 109 – O cotidiano familiar da colheita da uva e a utilização dos cestos de vime. Linha Leopoldina – Bento Gonçalves – RS, hoje Vale dos Vinhedos.	269
Imagens 110 e 111 – Colheita da uva na Linha Leopoldina com familiares e vizinhos – Bento Gonçalves – RS, hoje Vale dos Vinhedos	270
Imagens 112 e 113 – A paisagem vitivinícola de Monte Belo do Sul, na época distrito de Bento Gonçalves – RS, marcada pelos tutores vivos e pela sequência de vinhedos	271
Imagem 114 – Produção de uvas nos Estados brasileiros nos anos de 2015 a 2017.	273
Imagem 115 – Municípios da Serra Gaúcha com maior produção de uvas. Em destaque os municípios que compõem o Vale dos Vinhedos . .	273
Imagem 116 – Paisagem vitivinícola na década de 1960 na Linha Leopoldina, hoje Vale dos Vinhedos – Distrito de Bento Gonçalves	274
Imagem 117 – A paisagem vitivinícola e o lugar no ano de 2019.	275
Imagem 118 – Detalhe da mesma paisagem no ano de 2019	275
Imagem 119 – Situação atualizada da área.	276
Imagem 120 – Número de visitantes dos roteiros turísticos de Bento Gonçalves, em destaque o Vale dos Vinhedos, de 2013 a 2017	279
Imagem 121 – A paisagem vitícola defronte à vinícola que elaborou o primeiro espumante do Brasil.	280
Imagem 122 – A paisagem vitícola, reconstruída no desfile alegórico de Monte Belo do Sul representando a colheita da uva. 2019	281
Imagem 123 – Pisa da uva no desfile de Monte Belo do Sul 2019	281
Imagem 124 – O município de Bento Gonçalves na composição do Vale dos Vinhedos	283
Imagem 125 – O município de Bento Gonçalves sobre a malha das antigas colônias, nas quais os imigrantes italianos se assentaram em 1875. Em destaque o Distrito de Bento Gonçalves do Vale dos Vinhedos, de nome homônimo ao Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem	284

Imagens 126 e 127 – Edificações com a preservação exterior de edificações históricas permitidas pelo Plano Diretor de BG (2010-2017). Bento Gonçalves	287 288
Imagem 128 – Bairro Cidade Alta, Bento Gonçalves, RS	
Imagem 129 – Ponto de visão 1 do pedestre nas ruas assinaladas no mapa anterior – Bairro Cidade Alta, Bento Gonçalves, RS	289
Imagem 130 – Ponto de visão 2 do pedestre nas ruas assinaladas no mapa anterior.	289
Imagem 131 – Rua central e principal de Bento Gonçalves, em destaque a verticalização urbana e o edifício da prefeitura municipal, inaugurado em 1902.	290
Imagem 132 – Áreas de interesse histórico e paisagístico no Vale dos Vinhedos, na cor rosa, que inclui as áreas com permissão para a construção de condomínios residenciais.	293
Imagem 133 – Situação e localização do Distrito do Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves em primeiro mapa. Em detalhe a localização dos Aglomerados Funcionais e Multifuncionais no Vale dos Vinhedos com a permissão do Plano Diretor 2018 para a construção de condomínios.	295
Imagem 134 – Zoneamento Urbano – Plano Diretor revisado 2018.	299
Imagem 135 – Vista de Bento Gonçalves da década de 1940. Em amarelo a delimitação da vinícola na época.	302
Imagem 136 – Ficha de imóvel inventariado.	302
Imagem 137 – Vista lateral da Vinícola no ano de 1991.	303
Imagem 138 – Vista lateral da Vinícola com parte das fachadas laterais preservadas, ao fundo a Igreja de Santo Antônio	303
Imagem 139 – A parcela de Garibaldi na composição do Vale dos Vinhedos	304
Imagem 140 – Na cor cinza, o ponto de tangência na RS 444 do Vale dos Vinhedos, entre Bento Gonçalves e Garibaldi	305
Imagem 141 – Garibaldi: Zona Residencial Vale dos Vinhedos	306
Imagem 142 – Localização dos condomínios residencial e vitivinícola em Garibaldi com acesso pelo Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves.	307
Imagem 143 – Detalhe da área do Vale dos Vinhedos em Garibaldi.	308
Imagem 144 – A parcela de Monte Belo do Sul na composição do Vale dos Vinhedos.	309
Imagem 145 – Área urbana de Monte Belo do Sul e localização aproximada da composição do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem	310
Imagem 146 – Vista da área urbana de Monte Belo do Sul e a proximidade das áreas produtivas com vinhedos.	311

Imagem 147 – Área urbana de Monte Belo do Sul e localização aproximada da composição do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem	312
Imagem 148 – Condomínio vitivinícola de Garibaldi no Vale dos Vinhedos. Com hotel, boutique, espaço de lazer, restaurante, vinhedo e área de elaboração de vinhos	317
Imagem 149 – No Distrito do Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves, a demarcação dos traçados das antigas colônias vendidas aos imigrantes italianos em 1875	330
Imagem 150 – O mosaico na paisagem, formado pelos vinhedos, que se transforma em uma matriz cultural.	330
Imagem 151 – Os contornos florestais, bosques, topografia, relevo e as bordas que circundam os vinhedos.	331
Imagem 152 – Mapa 1. Caracterização da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos	333
Imagens 153, 154 e 155 – Tutores metálico, de pedra basalto e de madeira – utilizados na condução dos vinhedos em espaldeira.	335
Imagem 156 – Movimentação de terra e alterações do relevo no Vale dos Vinhedos	336
Imagem 157 – Mapa 2. Tendências da paisagem: mudanças endógenas	337
Imagem 158 – Avanço das áreas de expansão urbana sobre o Vale dos Vinhedos.	338
Imagem 159 – Elementos de publicidade no Vale dos Vinhedos.	340
Imagem 160 – Modificação da morfologia original com a ampliação da urbanização nos aglomerados urbanos no Vale dos Vinhedos com a mescla de indústrias, condomínios, residências, restaurantes, hotéis e outros	340
Imagem 161 – Mapa 3. Tendências da paisagem: mudanças exógenas	341
Imagens 162 e 163 – Áreas urbanizadas na área central do Vale dos Vinhedos com espécies que não são parte da flora local.	343
Imagem 164 – Mapa 4. Impactos desestabilizadores da paisagem	344
Imagem 165 – Vinhedo conduzido por tutores vivos e seu desenho na paisagem - Vale dos Vinhedos.	346
Imagem 166 – O mosaico agroflorestal no Vale dos Vinhedos.	347
Imagem 167 – Casa de pedra no Vale dos Vinhedos.	348
Imagem 168 – Casa de madeira, porão de pedra – Dec. 1910	348
Imagem 169 – Porão de pedra, cantina. Dec. 1910	349
Imagem 170 – Videira centenária	349
Imagem 171 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos – Município de Garibaldi – RS	350

Imagem 172 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos – Município de Garibaldi – RS	351
Imagens 173 e 174 – Igrejas e capitéis no Vale dos Vinhedos – RS	351
Imagem 175 – Cemitério da Capela das Almas, Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves – RS	352
Imagens 176 e 177 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos – Monte Belo do Sul – RS	352
Imagem 178 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos, com as taipas de pedras para a separação das propriedades – Eulália Alta – Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves – RS	352
Imagem 179 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos - Eulália Alta, Bento Gonçalves – RS	353
Imagem 180 – Casa de pedra do início do século XX – Eulália Alta – Vale dos Vinhedos com D.O., Bento Gonçalves – RS	353
Imagem 181 – Mapa 5. Valores da paisagem	354

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACV	Associazione Nazionale Città del Vino
ADPCIC	Acordo de Propriedade Intelectual relacionado ao Comércio
AFAVIN	Associação Farroupilhense de Produtores de Vinhos, Espumantes, Sucos e derivados
ADV	Alto Douro Vinhateiro
AOC	Origine Contrôlée
APPAC	Área de Proteção à Paisagem Cultural Vale dos Vinhedos
APROBELO	Associação dos Vitivinicultores de Monte Belo do Sul
APROMONTES	Associação dos Produtores de Vinhos dos Altos Montes
APROVALE	Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos
ASPROVINHO	Associação dos Produtores de Vinho de Pinto Bandeira – RS
CEE	Carta Europeia do Turismo
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CIC BG	Centro da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves RS
CIM	Comunidade Intermunicipal do Douro
CNAO	<i>Comité National des Appellations d'Origine</i>
COMPHAC	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social
DO	Denominação de Origem
DOC	Denominação de Origem Controlada
DOP	Denominação de Origem Protegida
DOQ	Denominação de Origem Qualificada
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Unidade Uva e Vinho
ECIRS	Projeto de Estudo dos Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul
EU	União Europeia
GWC	Grandes Capitais do Vinho

IBRAVIN	Instituto Brasileiro do Vinho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IFRS BG	Escola de Enologia de Bento Gonçalves RS
IG	Indicação Geográfica
IGP	Indicação Geográfica Protegida
INAO	<i>Institut National dès Appellations d'Origine.</i>
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP	Indicação de Procedência
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado RS
IPURB	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves
INU	Istituto Nazionale di Urbanistica
LC	Lei Complementar
LPI	Lei de Propriedade Industrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OMC	Organização Mundial de Comércio
UNWTO/OMT	Organização Mundial do Turismo
PE	Parlamento Europeu
PD	Plano Diretor
PDO	Protected Designation of Origin
PROPUR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SEDAC	Secretaria da Cultura RS
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

RMSG	Região Metropolitana da Serra Gaúcha
TRIPS	Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UP	Unidades de Paisagem
UVIBRA	União Brasileira de Vitivinicultura
ZARPT	Zona de Áreas Rurais de Proteção Turística

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	26
	O TEMA	26
	I. PREMISSAS TEÓRICAS	27
	II. PROBLEMÁTICA	38
	III. PANO DE FUNDO: as Indicações Geográficas (IGs) no território e o início do reconhecimento oficial como paisagem produtiva	43
	IV. A TESE	65
1	DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: AS PRÁTICAS DO COTIDIANO NA FORMAÇÃO DA PAISAGEM	76
1.1	O espaço, o lugar e o território nas dinâmicas da paisagem	77
1.1.1	O território, a identidade e a territorialidade	81
1.1.2	O conceito integrador entre o território e a paisagem	84
1.1.3	O território e a paisagem na produção do vinho	88
1.1.4	A paisagem como significado na construção do lugar	90
1.1.5	A paisagem como definição do território	91
1.2	A paisagem: origens e representação	95
1.2.1	A interpretação e a noção da paisagem	104
1.2.2	Paisagem expressão do território	110
1.3	A paisagem e o patrimônio: evolução do conceito	111
1.3.1	A paisagem entre o patrimônio e a globalização	112
1.3.2	A paisagem e a interpretação dos vestígios do tempo na paisagem vitivinícola	116
1.3.3	O sentido do patrimônio no território e na paisagem	119
2	A PAISAGEM VITÍCOLA: DA HISTÓRIA AO CARÁTER CULTURAL	123
2.1	Da paisagem ao vinho	124
2.1.1	A condução das videiras e a paisagem vitícola	127
2.2	A condução das videiras na estruturação da paisagem vitícola italiana	134
2.2.1	A paisagem vitícola na Itália, entre o comércio e o consumo do vinho até a Idade Moderna	138
2.2.2	A condução das videiras e a cultura na formação da paisagem	139
2.3	A paisagem vitícola na era da convenção europeia da paisagem	142
2.3.1	A cultura do trabalho cotidiano nos vinhedos	143
2.4	As emoções e a fruição do lugar na paisagem do vinho	144
2.4.1	A paisagem vitícola como atributo de valor	146

2.4.2	O valor econômico e o cultural da paisagem do vinho	148
2.4.2.1	O valor econômico	150
2.4.2.2	O valor cultural	151
3	ALÉM DO <i>TERROIR</i>: O VALOR CULTURAL DA PAISAGEM PRODUTIVA E O SABOR DO TERRITÓRIO NO ENOTURISMO	154
3.1	O valor cultural da paisagem produtiva	155
3.1.1	O lugar do patrimônio nos territórios vitivinícolas	157
3.2	<i>Terroir</i>: o gosto do território	160
3.2.1	O <i>terroir</i> nos processos culturais que distinguem o território	161
3.2.2	O <i>terroir</i> criando seu próprio destino	162
3.2.3	A paisagem vitícola inserida no <i>terroir</i>	163
3.3	Interações do turismo cultural e a paisagem vitícola	168
3.3.1	O turismo e a paisagem: os limites da autenticidade	171
3.3.2	Turismo e patrimônio cultural	173
3.3.3	A cultura no turismo e o vetor econômico	174
3.3.4	O turismo na paisagem do vinho	179
3.4	O enoturismo nos territórios vitivinícolas	181
3.4.1	O enoturismo e a paisagem do vinho	188
4	A PAISAGEM, A CULTURA E A PROTEÇÃO NOS TERRITÓRIOS VITIVINÍCOLAS COM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	190
4.1	As Indicações Geográficas na Europa	191
4.2	As Indicações Geográficas e a Denominação de Origem na América Latina	194
4.2.1	A paisagem cultural do café na Colômbia em território com Denominação de Origem	195
4.2.2	Pontos em comum das IGs na América Latina	198
4.2.3	Divergências das Indicações Geográficas na América Latina	199
4.3	A Indicação Geográfica no Brasil	200
4.3.1	A Denominação de Origem no Vale dos Vinhedos	201
4.3.2	A paisagem vitícola na Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos	205
4.3.3	A paisagem vitícola e os fatores naturais e humanos na Denominação de Origem	213
4.3.4	O patrimônio cultural e a paisagem na Denominação de Origem: uma ferramenta de valorização	217
4.3.5	VINHO: O sabor, o território, a qualidade e a dimensão da história	221
4.3.6	Contrapontos e desafios da Denominação de Origem	223

4.4	Uso e preservação das paisagens vitivinícolas reconhecidas pela UNESCO: o valor a partir da expressão cultural	226
4.4.1	Paisagens vitivinícolas de Tokaj – Hungria, Saint-Emilion – França e Cinque Terre – Itália	227
4.4.2	A paisagem vitícola de Pantelleria – Itália	231
4.5	A paisagem e os aspectos culturais das cidades do vinho na Itália (Associazione Nazionale <i>Città del Vino</i> – ACV)	232
4.5.1	Plano Regulador das Cidades do Vinho: o uso, a paisagem e o enoturismo	234
4.6	O uso do solo e a construção dos muros na paisagem vitícola	237
4.7	As transformações da paisagem vitivinícola: a análise de Alt Penedès – Espanha, na metodologia de Jaume Busquets	244
4.7.1	Tendências da Paisagem: mudanças endógenas e exógenas	247
4.7.1.1	Mudanças endógenas	247
4.7.1.2	Mudanças exógenas	249
4.7.2	Impactos desestabilizadores	250
4.7.3	Valores da paisagem	250
5	A PAISAGEM DO VINHO: O ESTUDO DE CASO DO VALE DOS VINHEDOS COM DENOMINAÇÃO DE ORIGEM	254
5.1	Da atividade humana sobre a paisagem vitivinícola ao recorte geográfico	255
5.2	O recorte geográfico	260
5.2.1	O encontro com o lugar e a construção da paisagem vitivinícola	261
5.2.2	A construção da paisagem e a marca no território	270
5.3	O tensionamento entre o espaço rural e urbano: o uso do solo nos Planos Diretores, a paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos	276
5.4	Análise dos Planos Diretores dos municípios do Vale dos Vinhedos	281
5.4.1	Bento Gonçalves	282
5.4.1.1	O Plano Diretor de 2006: Área Rural – Vale dos Vinhedos	284
5.4.1.2	Área Urbana de Bento Gonçalves	285
5.4.1.3	Plano Diretor revisado de Bento Gonçalves – 2018	290
5.4.1.4	Os condomínios edilícios rurais	293
5.4.1.5	Os condomínios vitivinícolas em Bento Gonçalves	294
5.4.1.6	A preservação na Área Urbana e seus reflexos no Vale dos Vinhedos	297
5.4.1.7	Área Urbana: a proteção da paisagem e do patrimônio cultural	299
5.4.2	Garibaldi	302
5.4.2.1	O Plano Diretor de Garibaldi de 2008 – Vale dos Vinhedos	303

5.4.2.2	O Plano Diretor revisado de 2018 – Vale dos Vinhedos	306
5.4.3	Monte Belo do Sul	308
5.4.3.1	Os Planos Diretores de 2009 e 2019 – Vale dos Vinhedos	309
5.5	Análise dos Planos Diretores sobre o Vale dos Vinhedos	313
5.5.1	Bento Gonçalves	314
5.5.2	Garibaldi	315
5.5.3	Monte Belo do Sul	317
5.5.4	Os Planos Diretores sobre o Vale dos Vinhedos	318
5.5.5	Os Planos Diretores, a Denominação de Origem no Vale dos Vinhedos e a proteção da paisagem	320
6	CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM VITIVINÍCOLA DO VALE DOS VINHEDOS	324
6.1	Critérios, perigos e crises que ameaçam a preservação da paisagem	325
6.2	A análise da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos através de critérios da Metodologia de Busquets	327
6.2.1	Critério 1. Caracterização da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos	328
6.2.2	Critério 2. Tendências da paisagem: mudanças endógenas	333
6.2.3	Critério 3. Tendências da paisagem: mudanças exógenas	337
6.2.4	Critério 4. Impactos desestabilizadores	341
6.2.5	Critério 5. Valores da paisagem do Vale dos Vinhedos	344
6.3	Critérios, medidas específicas e instrumentos para a gestão da paisagem vitivinícola	354
6.3.1	Considerações sobre a metodologia de Busquets na análise do Vale dos Vinhedos	358
6.4	A paisagem como argumento dos conflitos territoriais	361
6.4.1	Cenários possíveis entre a paisagem, o reconhecimento produtivo (DO), a gestão e a preservação	363
6.5	Por uma paisagem produtiva viva com qualidade de planejamento, gestão e proteção	365
7	CONCLUSÕES	367
7.1	Possíveis tendências e trajetórias da paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos	378
7.2	Considerações finais	380
	REFERÊNCIAS	382
	ANEXOS	411

INTRODUÇÃO

A tese que se apresenta possui como título “Paisagem do Vinho: O valor cultural como recurso para a preservação no Vale dos Vinhedos | RS | Brasil”. Foi elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS), sob a orientação da Profª Drª Célia Ferraz de Souza. A pesquisa inscreve-se nas áreas de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional. A partir da inter-relação de áreas que apresentam diferentes perspectivas para explorar e apresentam ampla dimensão nas relações dos conceitos aqui discutidos: Paisagem, paisagens produtivas, planejamento urbano e regional, gestão e preservação do patrimônio cultural.

O TEMA

Nos dias atuais, a paisagem emerge de um conceito muito robusto para expressar as relações da sociedade com seu território e, segundo Tarroja (2006, p. 41) apresenta duas vertentes: i – as interações complexas, dinâmicas e mutantes entre a sociedade e o território; e ii – as imagens e representações que a sociedade possui sobre o valor social e cultural de seu território. De acordo com o autor, essa nova visão da paisagem tem saído do nível acadêmico de pesquisa e leva a discussão para a sociedade em primeira ordem de debate político, por estar **diretamente vinculada com as profundas transformações que se produzem na organização, no planejamento e na gestão do território.** (grifo nosso).

A paisagem reflete diretamente a expressão da atividade humana no território ao longo do tempo, deixa marcas sobretudo por meio das atividades produtivas que, por sua vez, se tornam referências e sinais de identidade. (BARBERO, 2012).

Neste contexto, o tema da pesquisa trata da paisagem vitivinícola¹, do valor da paisagem produtiva para o território e para a região em que se insere. A paisagem vitícola² destaca-se como potencial identitário de um território, que abarca outros

¹ Vitivinícola: Que pratica a viticultura, ou o cultivo das videiras, e a vinicultura, ou a elaboração de vinhos. A Serra Gaúcha é o mais importante núcleo vitivinícola brasileiro. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p. 546-547).

² Vitícola: Relativo à viticultura

Viticultura: Cultivo das videiras e todo o setor econômico associado à produção de uvas. (Idem. Ibidem, p. 547).

valores como o de mercado³, e na atualidade vem assumindo um destaque sensível para a preservação do território.

Nogué, Puigbert e Bretcha (2016) definem a paisagem como um componente estruturador: “A paisagem é cada vez mais um elemento-chave do desenvolvimento local e um recurso econômico de primeira ordem, e não apenas para setores que vivem neles diretamente, como o turismo e o vinho.”

A presente tese faz referência aos diversos valores do território expressos na paisagem e sua interação com as demandas atuais, que dizem respeito ao território entre a continuidade da produção e a preservação dos valores culturais frente aos novos usos.

I. PREMISSAS TEÓRICAS

A PAISAGEM

A paisagem é abordada na tese como um elemento de construção coletiva e social, reveladora dos traços culturais, que dá forma e se estrutura a partir do resultado das relações que se desenvolvem no território. Nesta investigação, argumenta-se a paisagem construída a partir de seus vínculos culturais, cuja produção agrícola destaca-se e é reconhecida. No recorte empírico a paisagem vitícola assume importância na conformação e manutenção do território em estudo. Neste sentido, o reconhecimento da paisagem é discutido também como um valor atrelado ao lugar, ao produto, aos saberes e fazeres das atividades desenvolvidas ao longo do tempo.

A discussão que a tese propõe sobre os territórios vitícolas fundamenta-se a partir da noção de paisagem como construção cultural:

A paisagem é a história congelada, mas que participa da história viva contemporânea, ao mesmo tempo em que ela é testemunha da sucessão dos meios de trabalho de várias gerações, onde cada uma aproveita os materiais, os capitais, a força de produção que constrói um resultado histórico acumulado. (SANTOS, 2006, p. 107).

³ Nos valores de mercado também se inserem os valores culturais. Na análise do que influencia o comportamento dos consumidores no mercado, os economistas Kotler e Keller (2013, p. 165) afirmam que os fatores culturais são particularmente importantes no comportamento de compras. Esses fatores também levam em consideração as classes sociais, que orientam a escolha de determinados produtos para seu consumo. (Ver mais no Cap. II).

De acordo com Nogué (2009, p. 21), a paisagem é interpretada como um conceito fortemente impregnado por conotações culturais que pode ser entendido como um código muito dinâmico de símbolos que falam da cultura de seu passado, de seu presente, e podem também falar de seu futuro. A cultura é concebida como um sistema de significados vinculados aos seus mediadores e de representações (como a paisagem vitícola abordada nesta pesquisa), contribuindo de maneira essencial para seu reconhecimento e sua objetivação. Para o autor, a paisagem não é apenas o reflexo da cultura; é parte de sua constituição e, por isso, é o resultado da construção social que representa a sociedade

O trabalho faz a distinção para a denominação de “paisagem cultural” para determinados setores de território, é mais restrita, definida, com determinadas características desde um ponto de vista administrativo, decorrentes das relações históricas e culturais do território; que da paisagem aqui, que se refere a todo o território, incluindo seus diferentes aspectos.

A nova perspectiva estabelecida pela Convenção Europeia da Paisagem⁴ (Florença – Itália) no ano de 2000 é um conceito polissêmico de grande potencial transformador: como um instrumento de interpretação do território e a paisagem como um recurso de valor e desenvolvimento econômico. A paisagem é entendida como contexto necessário para a interpretação dos elementos culturais e de patrimônio, como um elemento fundamental para a construção de culturas e identidades coletivas. (CHAVES, 2006, p. 12).

PAISAGEM PRODUTIVAS

As paisagens produtivas estão vinculadas a produtos ou manufaturas próprias de determinados lugares e associam-se à expressão física da atividade humana em diferentes âmbitos das quais a destacada aqui é a vitivinícola. Essa paisagem produtiva ganha destaque por situar-se em um território cuja produção vinícola é reconhecida com a Denominação de Origem (DO) que a diferencia das demais.

As paisagens agrárias produtivas tradicionais são aquelas de acordo com Cavallo e Marino (2012, apud DEZIO e MARINO, p.11, 2014) estão presentes no território há muito tempo, se estabilizaram em uma lenta evolução e conservam as funções ambientais, sociais, econômicas e tradicionais. Essas paisagens, segundo os

⁴ Ver: <http://www.convenzioneeuropapaesaggio.it>

autores, estão inseridas em níveis de espaços temporais que identificam sua dinâmica de equilíbrio evolutivo assim como as variáveis da inter-relação natural e antrópica, a capacidade de suporte e reposta a desestabilizações.

Nos territórios vitivinícolas mundiais observam-se iniciativas cujos processos entrelaçam a paisagem com sua produção, no sentido de proteger e preservar a história construída ao longo do tempo, com incentivo à continuidade da produção vitivinícola. (BUSQUETS, 2006; PAGANONI, 2018; SCHEJTMAN, 2009; TARROJA, 2006; TESI; VALLERINI; ZANGHERI, 2009; TOMASI, 2011; ZANGHERI, 2009; WOLIKOW, 2018).

No Brasil, entretanto, técnicas e processos utilizados na produção e elaboração de vinhos nem sempre estão alinhados com esses conceitos. Na prática não se considera como prioridades a história e a memória construídas nesses territórios e na paisagem, deixando-as para um segundo plano em relação aos valores técnicos e organolépticos⁵ do cultivo e da elaboração de vinhos.

As paisagens vitícolas e os lugares do vinho têm suscitado um interesse cada vez mais divulgado pelo aporte do turismo e o enoturismo⁶. Neste âmbito, as transformações agrícolas e de infraestrutura utilizam-se de elementos organizados para a gestão dos territórios produtores, com instrumentos necessários para se tornarem funcionais, operativos sem modificações. O uso do território e sua preservação é, sem dúvida, o principal objeto, e por esta razão o interesse de administrá-lo com atenção, porque não é infinito e sem ele não se pode viver. (BENVENUTI, 2015, p. 4).

Entretanto, a saturação do turismo massivo em inúmeros lugares do mundo está em colapso, como observa Guevara (2019, p. 2), da Universidade de Málaga – Espanha. Para o autor, a situação foi alcançada através das políticas calamitosas das administrações que, ao não se preocuparem com a gestão do turismo em seus territórios, se limitam a promovê-lo (situação favorável para as agências de turismo), subestimando o que mais tarde o turista encontrará no lugar.

⁵ Organoléptico: Sensorial, que sensibiliza os sentidos. As características organolépticas de um vinho são suas sensações olfatórias, gustativas e táteis, percebidas durante a degustação. (Disponível em: <http://www.uvibra.com.br/dicionario>. Acesso em: 28 jun. 2019).

⁶ Enoturismo: É o turismo especializado em percorrer áreas vitivinícolas. (Tagliari e Campos, 2011, p. 220). No terceiro capítulo da tese será abordado o tema do turismo, do enoturismo e o valor dos lugares do vinho.

Nesse contexto, a tese aborda o conceito de paisagem como um elemento que materializa a ação do homem sobre o território no sentido mais eloquente, básico e necessário à sobrevivência humana, quando se opera a transformação da paisagem em produto, como um cenário formado através do exercício do saber fazer, da memória, da identidade, que estabeleceu no território produtivo a opção da fruição do lugar e da paisagem.

Para Nogué (2009, p. 19), a paisagem é o elemento que permite visibilizar o território, porque é a realidade física e a representação que culturalmente se faz dela. O autor entende que a paisagem é hoje e amanhã, presente e passado; o ontem enquadra-se no passado, o que não se vê, entra na categoria do quase invisível. Entretanto, o que sempre se faz presente são as heranças históricas, as continuidades, as vivências, os extratos sobrepostos de restos de antigas paisagens, que se transformam em um extraordinário palimpsesto⁷ construído por capas centenárias e às vezes milenares.

Neste âmbito, a tese faz referência a uma paisagem específica, por ser a atividade mais representativa do território desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos à região de estudo, há mais de 145 anos. A presença dominante de videiras na área de estudo e na região sinaliza e determina um marco cênico produtivo. Busquets (2006, p. 451) traduz o reconhecimento dessa paisagem vitícola como *Paisagem Produtiva* que será tratado em tempo oportuno na tese, a partir dos estudos do autor sobre Paisagem Vitivinícola do Alt Penedès, na Espanha.

A paisagem pode estar sujeita às alterações derivadas das inovações tecnológicas associadas aos métodos de cultivo e elaboração de vinhos, como de seus derivados e das dinâmicas do mercado. Deste modo, as paisagens produtivas⁸ associam-se à expressão física da atividade humana em diferentes âmbitos. A produção vitivinícola traduz-se em um território vivo pela atividade produtora, e é também um fator econômico relevante como ocorre em outras culturas, deixando suas marcas e uma co-dependência do homem para com o território.

Os elementos cromáticos expressam um valor nas paisagens construídas como as produtivas, proporcionados pela luz ou sua ausência. Os matizes coloridos da paisagem nas estações do ano, as cores, os materiais da arquitetura, são elementos

⁷ Palimpsesto: papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/palimpsesto>. Acesso janeiro 2019

⁸ Ver também Barbero (abr. 2012).

de uma configuração cromática que, de forma geral, é mais percebida pelos visitantes do que pelos habitantes do lugar. A paisagem vitícola da Toscana – Itália (Imagem 1) é sempre lembrada como de uma aparente naturalidade, mas é o resultado de um trabalho muito cuidadoso de planejamento e preservação por gerações. (DURÁN, 2009, p. 38). A autora destaca que as paisagens construídas requerem um mediador externo para resultar em paisagem, e essa mediação incorpora inevitavelmente os elementos sociais e culturais derivados da percepção e dos efeitos produzidos por seu uso.



Imagem 1 – Paisagem Vitícola da Região da Toscana – Itália
Fonte: <https://www.logitravel.pt>. Acesso em: 28 mar. 2019.

O valor das paisagens produtivas centra-se no conhecimento popular que serve de base para a criação dos espaços; o resultado harmonioso delas é produto do conhecimento dos habitantes das populações rurais, a partir dos fatores ambientais que se apresentam e transformam os territórios através dos saberes construídos ao longo do tempo. Os organismos internacionais de preservação – UNESCO e ICOMOS – têm reconhecido os valores patrimoniais dessas paisagens e dedicam seus esforços no sentido de estabelecer parâmetros para a proteção e a diminuição da vulnerabilidade a que estão expostas.⁹

A paisagem é o resultado do conhecimento local; possui um valor intrínseco que a paisagem vitícola e a cultura do vinho proporcionam e, de acordo com Maby (2002, p. 210), com novos olhares e valores, adicionados aos contextos dos *terroirs*¹⁰ vitícolas. O autor destaca que a grande maioria dos viticultores são muito menos propensos a tomar conta e entender a dimensão derivada da criação da paisagem

⁹ Ver Aguilar Prieto (dic. 2014).

¹⁰ *Terroir* é uma expressão singular que se refere ao território de produção vitivinícola. O tema será abordado no Capítulo 3 desta tese.

através da atividade vitivinícola do que à do imaginário a ela associado, da atração aprazível que ela pode proporcionar. Ainda de acordo com o autor, deste modo, as questões que dizem respeito à estética, à beleza da paisagem e à ética são menos valorizadas do que as qualidades técnicas para a produção e a elaboração de vinho. A paisagem não possui o devido valor para o setor vitivinícola, quando deveria merecer a mesma importância dada às técnicas de produção.

Nesse cenário, de acordo com Maby (2002), verifica-se que os discursos entre a produção e a proteção devem estar alinhados, através do acompanhamento do território produtor que, num sentido crescente, está cada vez mais percebido como base da paisagem vitícola. Segundo o autor, a atenção à paisagem cultural no mundo do vinho emergiu além do fator econômico, mas muito mais por uma necessidade de conectar a paisagens do vinho às referências socioculturais, que são muito poderosas e decisivas para o futuro da produção vitícola.

A pertinência do tema sobre a preservação da paisagem produtiva e/ou sua inserção e valorização como um fator econômico interessa-nos na tese, porque a paisagem vitícola em estudo é o resultado da ação do tempo e da cultura na construção do território, é finita e pode ser totalmente alterada **se não for considerada um bem cultural, como parte da produção vitivinícola** (grifo nosso). Por várias razões, a qualidade técnica na produção e elaboração de vinhos tem se sobreposto à preservação do patrimônio cultural do território. Entretanto, esse é um tema recente para os territórios vitivinícolas brasileiros, mas fundamental sob o ponto de vista teórico e prático, que vários autores têm demonstrado em seus estudos. (TOMASI, 2011; PRATS, 2009; MATA OLMO; TARROJA, 2006; NOGUÉ, 2000, 2008, 2009; NOGUÉ; PUIGBERT; BRETCHA, 2016; SABATÉ BEL, 2004, 2013, 2014, 2015a, entre outros que embasam essa pesquisa).

PATRIMÔNIO

Neste âmbito a tese entende a paisagem, como um reflexo do patrimônio cultural construído nos contextos sociais e locais. O patrimônio cultural no viés da paisagem é entendido por Prats (2009, p. 22) como uma construção, que não deve ser atribuída somente ao caráter social e/ou a sua genealogia (como a imigração italiana a que se faz referência na pesquisa); esses, se bem interpretados, apresentam os elementos fundamentais de sua construção. Para o autor, o elemento determinante do patrimônio cultural é o caráter simbólico e sua capacidade para representar de

modo alegórico e simbólico a identidade desse meio, desse território e dessa paisagem. Isso explica como e por que há mobilizações em torno de recursos para conservá-lo e expô-lo.

Ao considerar as paisagens como patrimônio por seu processo cultural produtivo, toma-se como base o conceito de patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2012, p. 12). Neste sentido entende-se que a paisagem produtiva é patrimônio, ou deveria ser considerada como tal:

O patrimônio é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos que remetem a história, à memória e à identidade desse povo. [...] A ideia de patrimônio não está apenas limitada ao conjunto de bens materiais de uma comunidade ou população, mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso pelas pessoas [...].

Para Prats (2009, p. 31), o domínio da natureza selvagem e a inspiração criativa para formalizar uma realidade do cotidiano de viver, produzir e habitar estão muito além da ordem social e de suas leis, mas nascem de uma formação própria que emerge da identidade interior desses indivíduos. Neste sentido, são representações simbólicas, e não somente o que cada indivíduo leva em seu interior, mas também o que expressa seu exterior através da construção da paisagem no cotidiano.

A preservação do patrimônio cultural a que se faz referência na tese associada ao entendimento do IPHAN (2012, p. 13) no sentido de cuidar dos bens culturais¹¹ aos quais os valores estão associados. Zelar pelos bens representativos da história e da cultura de um território, de um grupo social, que pode ocupar ou não um determinado lugar. Trata-se de cuidar dos bens materiais – como monumentos, edifícios, objetos, obras de arte, assim como das manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e se transformam ao longo do tempo.

Todavia, o objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento dos indivíduos na sociedade, no grupo social do lugar,

¹¹ Para entender o conceito de Bem Cultural nessa tese, a autora vale-se da Constituição brasileira no Art. 216: “Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (BRASIL, 1988 *apud* GUEDES, MAIO, 2016-VERBETE, IPHAN).

ampliando o sentido da qualidade de vida e sustentabilidade. Ainda, de acordo com Sant'Anna (2015, p. 1) no Dicionário do IPHAN, o termo “preservação” foi associado à “gestão prática” do patrimônio por meio da implementação de instrumentos de identificação, proteção e gestão para, deste modo, interpretar a “preservação” como um conjunto de ações que se constituem no que se denomina atualmente “processo de patrimonialização”.

O processo de patrimonialização tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou dar-lhes continuidade.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Planejamento (futuro) e Gestão (presente) são conceitos intrinsecamente ligados, que englobam ações no sentido da preservação de seus valores patrimoniais e da valorização através de uso consciente e sustentável. Os dois conceitos, quando fazem referência à paisagem, englobam da mesma forma ações no sentido da preservação de seus valores patrimoniais e da valorização através de uso consciente e sustentável.

Neste contexto, as iniciativas pertinentes à proteção da paisagem, como, por exemplo, as novas candidaturas de reconhecimento da paisagem vitícola como um bem cultural, apresentadas na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹², devem incluir obrigatoriamente um Plano de Gestão como componente chave para o manejo desse bem no sentido de proteger o uso e sua integridade.

Para a UNESCO (2016a), os gestores do patrimônio não podem mais agir de maneira independente, mas em parceria com a comunidade e outros interessados, para o desenvolvimento de uma visão compartilhada e a implementação de políticas de gestão local do patrimônio, considerando seu contexto físico e social de forma mais ampla.

Planejamento e Gestão são entendidos por Souza (2011, p. 46) como conceitos distintos, e não é permitida a troca entre si por se referirem a diferentes tipos de atividade. É neste sentido que a tese endossa essa abordagem como pertinente, por

¹² Disponível em: www.unesdoc.unesco.org. Acesso em: abr. 2017. p. 18.

se entender que a proteção da paisagem está intrinsecamente ligada ao Planejamento e à Gestão, dos quais derivam os planos de gestão,¹³ no sentido de preservar a paisagem e, ao mesmo tempo, impulsionar e conduzir seu uso para que sua utilização não se torne um processo de degradação, alteração e supressão do patrimônio cultural.

Ainda que a tese não se aprofunde nos dois temas que são relevantes, entende-se necessário colocá-los no âmbito das reflexões a respeito da preservação. Para tanto, quando se refere ao Planejamento, a tese toma como base os conceitos de Souza (2011, p. 45-47):

Planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra os improváveis problemas ou com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. [...] O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra. [...] Um desafio que se coloca de imediato, ao se debruçar sobre a tarefa de planejar, é o de realizar um esforço de imaginação do futuro.

Para o autor, o Planejamento ou algum tipo dele é algo de que não se deve abdicar, pois pode levar à possibilidade de erros, o que é incompatível com uma sociedade organizada, qualquer que seja seu grau de complexidade. Também demonstra que até as sociedades tribais, grupos de caçadores e coletores planejam sua vida e as atividades desenvolvidas no cotidiano, expresso no pensamento de Carlos Matus (*apud* SOUZA, 2011, p. 47):

Planejar é sinônimo de conduzir conscientemente; não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos da circunstância. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for.

O conceito de Gestão está baseado no conceito universal que, segundo Souza (2011, p. 45), foi sentido quase como uma palavra sucedânea do Planejamento. Entretanto, o autor enfatiza que a Gestão traz uma conotação mais democrática em razão da base de consenso e acordos, em contraposição ao Planejamento, que seria mais tecnocrático: “Gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis, tendo em vista as necessidades imediatas.” (SOUZA, 2011, p. 46).

¹³ Ver UNESCO BRASIL. **Gestão do Patrimônio Mundial natural**. Brasília: IPHAN, 2016a.

PLANO DE GESTÃO

Plano de Gestão é uma ação, documento a ser aplicado quando se trata de uma localização específica, no caso da paisagem, que possui um valor patrimonial, mas com outros valores em jogo, para que no processo dinâmico de demandas e desenvolvimento se torne possível a utilização harmoniosa em relação aos valores que se quer proteger. A tese toma como base o conceito de Plano de Gestão da paisagem da Convenção Europeia da Paisagem (2000), que assim o define: “*Designa uma ação que visa assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais.*”¹⁴

A articulação entre o objetivo e o subjetivo, o material e o imaterial na especificidade de cada paisagem perfilam-se na atualidade como o ponto central que vai ao encontro das disciplinas interessadas pela questão paisagística e como uma determinação do próprio conceito. (MATA OLMO; TARROJA, (2006, p. 21). Para os autores, a agregação na paisagem do objeto e do sujeito, de significante e significado, é uma das maiores potencialidades para o planejamento e a gestão territorial no sentido da defesa, da melhoria dos valores específicos da paisagem. Isso provoca na população, através das relações vividas, a experiência que a paisagem pode proporcionar para elaborar modelos territoriais democráticos e de acesso a todos.

A paisagem como um fator de desenvolvimento além da preservação e/ou recuperação tem se tornado mais visível nos últimos anos, de acordo com Tarroja (2006, p. 45), porque se trata de preservar a qualidade e os valores da paisagem como patrimônio que pode resultar em um recurso produtivo e um fator de competitividade do território. O autor cita exemplos como o Plano da Paisagem de Alt Penedès e a Carta da Paisagem de Priorat, duas regiões da Cataluña – Espanha produtoras de vinhos certificados (DO) que se propuseram a preservar a paisagem vitícola tradicional por sua valorização produtiva como imagem de marca de produtos alimentares, principalmente o vinho, de alta qualidade¹⁵.

Neste contexto, para a tese o Planejamento é um recurso de médio a longo prazo, enquanto a Gestão é uma ação do presente que necessita ser pensada no

¹⁴ Ver: <http://www.convenzioneuropeapaesaggio.it>

¹⁵ No Capítulo 4 será detalhada a metodologia de Busquets e os exemplos citados.

sentido de incentivar, utilizar e proteger o território e seus valores patrimoniais, para não depender de uma ação futura que pode chegar tarde.

De acordo com Mata Olmo e Tarroja (2006, p. 19), a paisagem é o cenário na vida cotidiana de milhares de pessoas. Deste modo, não é possível desassociá-la da gestão do território, do governo local e salvaguarda dos valores da paisagem. Daí nasce a importância para o futuro das paisagens, da definição de critérios e objetivos paisagísticos na estruturação do território (NARANJO, 2002 *apud* MATA OLMO; TARROJA, 2006, p. 19) que, nas distintas escalas, tem o objetivo de formatar o modelo territorial para reconhecer e gerenciar os valores da paisagem em consonância com as atuações setoriais.

Uma maneira atual de contemplar a gestão do patrimônio é considerá-lo como um recurso cultural. A gestão, então, deverá considerar o fato de que há uma limitação clara de recursos a serem explorados e de que eles são finitos. (HERNANDEZ; TESSERRAS, 2008, p. 17). Além de assinalar os elementos de configuração do território produtor, para selecionar (no sentido de dar valor à produção a partir do uso sustentável), assim como identificar a paisagem produtora a partir da sua comunidade e fazer a conexão entre o patrimônio material e o imaterial. (DEZIO, 2015, p. 17).¹⁶

No contexto da importante demanda que é a gestão do território e da paisagem,¹⁷ Mata Olmo e Tarroja (2006) destacam que: “*a deterioração das paisagens leva à perda das tramas construídas no passado, que são substituídas por configurações banais e efêmeras, sem a integração dos espaços herdados*”. A crise das paisagens destacada pelos autores vem acompanhada dos aspectos técnicos e de debates administrativos dos governos dos territórios sobre sua capacidade de formular projetos de gestão sustentável.

Ainda de acordo com os estudos dos autores, organização do espaço e da paisagem é uma maneira de estabelecer o reconhecimento de cada território, que se manifesta em sua paisagem de acordo com uma fisionomia singular, plural e dinâmica da construção social, porque a paisagem é, antes de tudo, o resultado de uma relação sensível dos indivíduos com seu entorno percebido, cotidiano e vivido.

II. PROBLEMÁTICA

¹⁶ Ver Capítulo 4 desta tese.

¹⁷ Ver Capítulo 6 desta tese.

A INCORPORAÇÃO DO TEMA DA PAISAGEM NA GESTÃO DO TERRITÓRIO

A crise das paisagens é o sintoma das sociedades contemporâneas que se torna mais perceptível pela relação entre a sociedade e a natureza, através da forma insustentável que o homem na atualidade possui de utilizar áreas cada vez mais extensas do território. Deste modo, para Mata Olmo e Tarroja (2006, p. 18), a relevância que a questão da preservação da paisagem adquiriu nos últimos tempos tem a ver muito mais com o protagonismo que o território tem adquirido recentemente; como é o caso do Vale dos Vinhedos, recorte empírico desta investigação que terá sua devida apresentação em tempo oportuno, e nos últimos 20 anos tem apresentado transformações sensíveis em seu território,

Para os autores, a descaracterização da paisagem está diretamente conectada com as alterações do território, e isso se evidencia nas palavras de Gambino (*apud* MATA OLMO; TARROJA, 2006, p. 17): “*Não se salva a paisagem se não se salva o território.*” Para o autor, não é por acaso que a questão da preservação da paisagem emerge com força para além do debate entre os governos e os territórios, mas também pela capacidade dos administradores de formular projetos sustentáveis e democráticos para a paisagem. A territorialização tem penetrado com força nas políticas setoriais com implicações diretas na paisagem: da conservação da natureza e do patrimônio cultural.

Na atualidade, a difícil tarefa de incluir a paisagem no Plano de Gestão do território visa à preservação e à manutenção da integridade do território, guiados pelos órgãos mundiais e nacionais de proteção: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), IPHAN. Consiste num guia que auxilia a conservar e gerir determinado patrimônio cultural, a fim de proteger valores do patrimônio e expandir os benefícios sociais, econômicos e ambientais desse bem, impedindo práticas prejudiciais ao patrimônio, e atribuir um papel construtivo para favorecer o desenvolvimento humano no longo prazo, em vista do aumento de sua sustentabilidade. (UNESCO BRASIL, 2016, p. 2).

Entretanto, mesmo após o reconhecimento, o não cumprimento da preservação pelo país do bem pode acarretar sua exclusão, como ocorreu com a Paisagem Cultural de Dresden Elbe Valley, na Alemanha, reconhecida em 2009, quando o Comitê do Patrimônio Mundial decidiu removê-la da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO

devido à construção de uma ponte de quatro pistas no coração da *paisagem cultural*. Isso significa que na paisagem não foi mantida o seu “valor universal excepcional como inscrito”.¹⁸



Imagem 2 – Paisagem Cultural de Dresden Elbe Valley, na Alemanha, reconhecida pela UNESCO no ano de 2009.

Fonte: whc.unesco.org/en/list/1390/gallery. Acesso em: 26 fev. 2019.

A UNESCO (2016) referencia que a preservação e gestão do Patrimônio Mundial Natural é constantemente atualizada e, por esta razão, possui um embasamento consistente de guiamento traduzido em um Plano de Gestão, resguardadas as devidas proporções da situação local para ser aplicada de acordo com o caso. O desafio é assegurar e preservar os valores reconhecidos através da gestão, que implicam a capacidade física, financeira, política e prática de assegurar esses valores perpetuamente. (UNESCO, 2016, p. 9).

Neste contexto, e conforme Rao (2016, p. 7), as práticas de gestão de áreas protegidas e de sítios do Patrimônio Mundial têm se aperfeiçoado de modo acelerado. As constantes e contínuas transformações que se observam no mundo atual colocam os gestores diante de novos desafios diários, e as estratégias de conservação e proteção também precisam evoluir continuamente. Nas paisagens vitícolas reconhecidas, o fator determinante é dar prosseguimento à produção para suplantar

¹⁸ Disponível em: www.unesco.org. Acesso em: 25 fev. 2019.

os novos desafios a que são submetidos os territórios produtores devido à escassez de mão de obra e aos elevados custos de restauração e produção. Esse cenário é o caso da Região do Alto Douro, em Portugal, que, de acordo com Rosas (2008, p. 11), está sujeita às pressões de expansão e/ou aumento de cultivo das videiras, à velocidade para a reconversão¹⁹ dos modos de plantio e dos elevados custos. Esses fatores contribuem significativamente para uma rápida transformação da paisagem tradicional. Segundo a autora, **as alterações são tão rápidas e transformadoras que tornam o território irreconhecível em qualquer lugar em um curto espaço de tempo.** (grifo nosso).

Após um intervalo de seis anos, a UNESCO reconheceu novas paisagens culturais vitícolas: no ano de 2014 – Paisagem Cultural Vitícola: Langhe-Roero e Monferrato, Piemonte, na Itália; 2014 – Terra das Oliveiras e Vinhas – Paisagem Cultural do Sul de Jerusalém, Battir, na Palestina; 2015 – Colinas de Champagne, Casas e Adegas onde foram desenvolvidos métodos de elaboração de champagnes²⁰, desde o século XVII até sua industrialização no início do século XIX na França, em Reims e Epernay; 2015 – Os Climats e Terroirs da Borgonha, na França.

Mereceram destaque para o reconhecimento as parcelas especiais de produção vitivinícolas denominadas “*climats*”, que incluem, além do território produtor, encostas, casas, adegas, castelos e aldeias, como a abadia que abrigou Don Perignon que, segundo a lenda, inventou a segunda fermentação natural do champanhe.



Imagens 3 e 4 – Paisagens Culturais Vitícolas reconhecidas pela UNESCO em 2015: na primeira imagem as Colinas de Champagne, Casas e Adegas na França em Reims e Epernay na França, e na imagem à direita os Climats e Terroirs da Borgonha, na França. Autores: Michel Guillard e Michel Joly.

Fonte: whc.unesco.org/en/list/1390/gallery. Acesso em: 26 fev. 2019.

¹⁹ Reconversão de vinhedos: Refere-se à alteração do modo de plantio.

²⁰ Disponível em: <http://france3-regions.francetvinfo.fr>. Acesso em: 6 set. 2017.



Imagem 5 – Paisagem Cultural Vitícola reconhecida pela UNESCO em 2014, de Langhe-Roero e Monferrato, Piemonte, na Itália. Autor: Valerio Li Vigni.

Fonte: whc.unesco.org/en/list/1390/gallery. Acesso em: 26 fev. 2019.

No ano de 2019, a Itália obteve da UNESCO o reconhecimento da paisagem vitícola das Colinas do Prosecco Superior de Conegliano Veneto e Valdobbiadene – Região do Veneto, como patrimônio cultural e natural da humanidade. Essa é a segunda paisagem vitícola na Itália reconhecida (Langhe-Roero e Monferrato, Piemonte, 2014) que faz jus ao território singular, cultivado e preservado por séculos e que produz há mais de 140 anos um espumante característico. O reconhecimento se deve: 1. à morfologia das colinas de Leste a Oeste, entremeadas por pequenos vales vitícolas paralelos entre si; 2. à adaptação do homem ao território produtivo, que originou técnicas de produção e de colheita singulares em razão da morfologia do território produtivo; 3. aos terraços para a produção vitícola que não utilizam muros de pedra, mas terra e vegetação para respeitar o meio ambiente; 4. à paisagem agrária desenvolvida em forma de mosaico, entremeada por pequenos bosques que funcionam como uma rede ecológica.



Imagens 6 e 7 – Paisagem Cultural Vitícola das Colinas do Prosecco de Conegliano e Valdobbiadene reconhecida pela UNESCO em julho de 2019, na Itália.

Autores: Arcangelo Piai e Francesco Galifi.

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/1571/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

A paisagem não está inserida somente em um âmbito local, mas também regional, de modo que a região se torna um local de transformação econômica e física, tanto de seus recursos agrícolas como dos industriais, econômicos, culturais e patrimoniais, como as paisagens reconhecidas pela UNESCO, que irradiam seus efeitos no entorno regional. De acordo com Calabi (2012, p. 247):

O desafio do problema é conciliar o desenvolvimento produtivo de um território com seu passado; de regularizar a urbanização, tutelando o patrimônio paisagístico, além do patrimônio monumental de cada região.

VALORES CULTURAIS NOS TERRITÓRIOS VITÍCOLAS

A produção vitícola contemporânea transpassa a elaboração de vinhos e tem se tornado uma expressão do território, de sua paisagem e de seu patrimônio cultural. As singularidades dos territórios vitivinícolas também podem ser expressas nos rótulos das garrafas de vinho. Isso revela a identidade local como um elemento central da construção do território, um fator que é considerado quando da agregação de valor e de diferenciação dos produtos. (SCHEJTMAN, 2009, p. 91). Neste sentido, há uma tendência mundial²¹ de adotar uma abordagem de preservação do patrimônio baseada

²¹ A região vitivinícola da Borgonha e Champagne – França foi reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO no ano de 2015. Para preservar sua riqueza e patrimônio cultural, desenvolveu em 2017 uma operação de restauração da herança vitícola presente no território. O projeto foi desenvolvido em cada parcela de videiras, denominado – *climats* – por formarem um mosaico, resultado de um legado produtivo de mais de 2.000 anos, reportando a uma originalidade que é a alma da Borgonha. ([www.http://unesdoc.unesco.org](http://unesdoc.unesco.org). Acesso em: 23 jun. 2017).

em processos participativos que envolvem significados, políticas e estratégias de conservação e uso sustentável²².

A preocupação com a preservação dos vestígios do passado e seu patrimônio cultural nasce com os processos da revolução industrial. (SABATÉ BEL, 2001, p. 4). As paisagens vitícolas têm sido reconhecidas na Europa Mediterrânea atual por sua singularidade, que gera um variado patrimônio imaterial, demonstrando assim ser um elemento de grande importância patrimonial, ao mesmo tempo em que declaram estar conscientes, porém, da vulnerabilidade a que estão submetidas as paisagens vitícolas na atual situação de mudanças e transformações. (COSME, 2016).

Novos olhares sobre os territórios vitivinícolas²³ mundiais têm permitido observar as interações socioculturais presentes, para além das afinidades ligadas à produção e à elaboração do vinho, mas que se desenha em uma linha de tempo nos territórios e confere uma identidade própria a esses lugares e a sua paisagem.

A tese propõe-se a pesquisar o recorte empírico a partir das tendências atuais do plantio da uva, da produção e elaboração do vinho, do enoturismo e do uso do solo, onde se observam alterações das dinâmicas locais, tanto sociais quanto paisagísticas. Assim, a pesquisa busca compreender como os diferentes valores em jogo se hierarquizam e se são compatíveis com os valores históricos de referência cultural, já colocados, que se manifestam na paisagem característica em questão.

III. PANO DE FUNDO: as Indicações Geográficas (IGs) no território e o início do reconhecimento oficial como paisagem produtiva

O pano de fundo da pesquisa remete à paisagem produtiva de um território vitivinícola cuja produção é reconhecida através da Indicação Geográfica (IG)²⁴, e os

²² [www.http://unesdoc.unesco.org](http://unesdoc.unesco.org). Acesso em: 23 jun. 2017. p. 31.

²³ A vitivinicultura é um conjunto de técnicas e procedimentos para o cultivo da videira e a produção de vinhos. (Disponível em: <https://definicion.de/vitivinicultura>. Acesso em: set. 2017).

²⁴ A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: De acordo com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial no Brasil, o termo Indicações Geográficas foi introduzido por ocasião da promulgação da Lei da Propriedade Industrial 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI/96. Essa Lei classifica a Indicação Geográfica em **Indicação de Procedência** e **Denominação de Origem**, dando ao INPI a competência para estabelecer as condições de registro das Indicações Geográficas no Brasil. A Indicação de Procedência refere-se ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar determinado produto ou prestar determinado serviço. A **Denominação de Origem** refere-se ao nome do local, que passou a designar produtos ou serviços cujas qualidades ou características podem ser atribuídas a sua origem geográfica. Para evitar a utilização indevida de uma indicação geográfica para determinado produto ou serviço, o registro no INPI surge como fator decisivo para

desdobramentos que um território vitícola reconhecido estabelece no surgimento de interesses podem não ser compatíveis com a continuidade produtiva da qual o território necessita. Deste modo, a tese aborda se esse reconhecimento de produção vitivinícola (IG) tem produzido reflexos na ocupação e no uso do solo, na urbanização e nas políticas públicas. Serão apontados, ainda, os desdobramentos ocorridos no território após esse reconhecimento, que envolve as políticas públicas, a paisagem vitícola e a proteção do patrimônio cultural.

As discussões a respeito do lugar para o patrimônio material e imaterial e sua preservação dentro das Indicações Geográficas têm se intensificado nas pesquisas, no sentido de articular a história e o patrimônio cultural e natural dos territórios. (FROEHLICH; DULLIUS; LOUZADA, 2010). No Brasil, assim como em outros países emergentes, a ideia do uso das IGs como justificativa para a proteção dos patrimônios culturais e ambientais tem obtido maior destaque:

O fato de a IG constituir um dos raros mecanismos do sistema de propriedade intelectual que permite alguma forma de proteção a produções coletivas, históricas e localizadas trouxe à tona a perspectiva do uso desse instrumento para a proteção de produtos desenvolvidos por povos e comunidades tradicionais. Tal mecanismo é percebido como uma forma de se evitar apropriações ilícitas e de se garantir uma adequada repartição de benefícios aos detentores de modos de fazer, preservados e transmitidos ao longo de gerações. (BELAS, 2012, p. 21).

Em um grande número de países, e de acordo com Maby (2002, p. 205) em diferentes contextos geopolíticos, as Indicações Geográficas demonstram a pluralidade de dimensões de seu reconhecimento que se refletem na qualificação de tecnologias de produto, estrutura e organizações de mercado, governança, mas que também consideram o Patrimônio Cultural, as paisagens e a biodiversidade. A paisagem, portanto, ocupa um lugar essencial na cultura moderna e torna-se um dos melhores ativos para estimular e expandir a cultura do vinho.

Uma das primeiras demarcações (IG) que se pode tomar como referência na área vitivinícola é a da Região do Porto – Portugal, atribuída ao Marquês de Pombal em 1756, estruturada para coibir as práticas desleais de concorrência, como a falsa procedência de vinhos utilizada por produtores localizados fora do território demarcado para se apropriarem de sua reputação. (NIEDERLE, 2013 *apud*

garantir a proteção do nome geográfico e, desta forma, obter uma diferenciação do produto ou serviço no mercado. (Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2017).

WILKINSON; NIEDERLE; MASCARENHAS, 2016, p. 13). Essa demarcação trouxe para a época, na história mundial do vinho, uma ideia moderna de “denominação *de origem controlada*”. No contexto incluíam-se os limites da região vitícola, o cadastro e a classificação das parcelas do vinho produzido. (PEREIRA, 2006, p. 112).

Na Europa, as IGs têm sido utilizadas tradicionalmente na proteção dos produtos agroalimentares, sendo o vinho um dos principais produtos. Sua justificativa é baseada em termos da promoção de uma diversificação agrícola, do desenvolvimento de áreas rurais e, especialmente, da permanência dos pequenos produtores nos mercados. (BELAS, 2012, p. 20). Entretanto, conforme a autora, as IGs são um mecanismo de proteção também da propriedade intelectual, e por esse motivo foram incluídas no Acordo de Propriedade Intelectual relacionado ao Comércio (ADPCIC) no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC).

As IGs estão protegidas e derivam de tratados mundiais firmados em 1994 pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionadas ao Comércio – ADPCIC (TRIPS em inglês)²⁵ e auxiliaram nos entendimentos e na formatação do que é hoje a legislação aplicada. Em sua forma geral, garantem o uso exclusivo de uma denominação que é associada a produtos ou serviços, cujas características ou mesmo reconhecimento se devem, essencialmente, a sua origem geográfica, tendo como base o sistema de Denominações de Origem (DO).

A legislação de reconhecimento do produto surgiu na França (WILKINSON; CERDAN; DURIGON, 2016, p. 78-79) no início do século XX, com legislação própria, para proteger principalmente os vitivinicultores franceses²⁶ de atos de concorrência desleal. (BELAS, 2012, p. 23).

Na França, a formulação do reconhecimento, *appellation*, ocorreu por volta de 1918, envolvendo duas produções de grande importância para os franceses: o vinho e o queijo. O regramento veio como forma de normatizar a produção de uvas e o

²⁵ O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionadas ao Comércio (TRIPS) foi firmado entre países que se referem sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio no âmbito da OMC, Anexo 1C do Tratado de Marrakesh, ratificado pelo Brasil através do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que incorporou a Ata final da Rodada Uruguaia das Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. (Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: dez. 2018).

²⁶ De acordo com Niederle (2011, p. 26-27): “Na França, as IG vitícolas são compostas por duas categorias: d’Origine Contrôlée (AOC) e Vins de Pays. Doravante, no quadro da harmonização europeia, elas se tornam, respectivamente, Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP). Também são encontradas no quadro jurídico internacional (TRIPS) a partir do qual o Brasil definiu, respectivamente, a Denominação de Origem (DO) e a Indicação de Procedência (IP).”

método de elaboração de vinhos, assim como o tipo de leite de ovelha ou vaca para a elaboração de queijos, em razão de estarem sendo adulterados. (JOHNSON, 1999, p. 486). Na elaboração de vinhos, o autor destaca Filipe Capus, reconhecido como o padrinho das leis de *Appellation* na utilização de produtos locais que identifica a história construída, que ficou célebre através da frase “*Utilizar variedades de uvas consagradas pelo costume local, estabelecido e constante*”. Essa referência é utilizada até a atualidade com uma lei: “*La loi Capus*” (a Lei do Capus).

A interação entre diversos produtores e a formatação da legislação também deram origem à noção de *terroir*, que expressa o ambiente de produção do vinhedo, assim como em 1935 marcou o início dos trabalhos com a criação do *Comité National des Appellations d’Origine* (CNAO) formado por especialistas encarregados de examinar os pedidos de *appelation contrôlée* na França. Após a Segunda Guerra Mundial, o CNAO transformou-se no INAO – *Institut National des Appellations d’Origine*. Além de ser o principal organismo francês de controle, também serviu de base para outras partes do mundo, mesmo enfrentando problemas de como legislar sobre um produto tão variável quanto o vinho. (JOHNSON, 1999, p. 486).²⁷

Na atualidade, as Indicações Geográficas (IGs) situam-se em ambientes econômicos e de mercado onde há grande valorização dos produtos diferenciados, que são elaborados a partir de estratégias de referenciais de qualidade e singularidade passíveis de reconhecimento em diversos âmbitos do consumo, que se tornam portadores de alto valor agregado. (FROEHLICH; DULLIUS; LOUZADA, 2010, p. 3). Neste âmbito também se inserem Indicações Geográficas na produção vitivinícola, com normativas específicas, para que uma produção possa ser reconhecida e, para tanto, certificada²⁸ no território.

No Brasil, o reconhecimento de produção vitícola é recente; iniciado em 1990, é concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. O primeiro território vitivinícola brasileiro que obteve o reconhecimento da Indicação Geográfica foi o Vale dos Vinhedos, em 2002. A solicitação de reconhecimento deve ser requerida

²⁷ No Capítulo 4 nessa tese o tema será debatido com maior amplitude.

²⁸ Certificação diz respeito à Indicação Geográfica (IG) concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que concede a **Indicação de Procedência e Denominação de Origem**, que é a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a sua origem particular. Em suma, é uma garantia quanto à origem de um produto e/ou suas qualidades e características regionais. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Indicação de Procedência**. 2002. Disponível em: <http://www5.inpi.gov.br/>. Acesso em: 7 nov. 2011).

por uma entidade jurídica com representatividade coletiva da comunidade. No Vale dos Vinhedos, o reconhecimento é administrado pela Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE, fundada em 1995 por seis vinícolas familiares para promover o desenvolvimento sustentável do Vale através do enoturismo, a integração entre a comunidade e fomentar a busca contínua de excelência dos produtos.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) regulamentada pela Lei da Propriedade Industrial nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – LPI/96²⁹, que trata da propriedade industrial de uma forma ampla que inclui patentes, marcas e desenho industrial. (BELAS, 2012, p. 22). A autora também ressalta que a Lei de Propriedade Industrial (LPI) estabelece dois tipos de Indicação Geográfica: *Indicação de Procedência* (IP), que designa produtos ou serviços que se tornaram “conhecidos, dominantes” desde sua relação com o território e o meio geográfico; e *Denominação de Origem* (DO), que caracteriza produtos ou serviços “cuja qualidade ou características se devam exclusivamente ao meio geográfico de produção”. (LPI, art. 176 178).

APROXIMAÇÕES COM O TEMA DA PESQUISA

O interesse pelo tema é parte do resultado das pesquisas anteriores³⁰ e da verificação de lacunas existentes. As reflexões acumuladas ao longo do tempo, as experiências vividas no lugar, as interfaces da paisagem vitícola no cotidiano da cidade, na área rural, e as relações que se desenvolvem entre os municípios circunvizinhos são elementos que deram forma à investigação. Também contribuíram as experiências enriquecidas no exercício da profissão de arquiteta e urbanista e da participação como conselheira e presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) de Bento Gonçalves. RS.

²⁹ **Indicações Geográficas.** Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2017.

³⁰ PIANA, Marilei Elisabete. **A influência da imigração italiana no assentamento urbano de Xaxim | SC.** Blumenau – SC. FURB, 1990. 125 f. Trabalho de Conclusão de Aperfeiçoamento em Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisas Sociais, Universidade Regional de Blumenau, 1990. PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Paisagem Cultural: Identidade e Memória no Vale dos Vinhedos-Bento Gonçalves, RS.** Porto Alegre, UFRGS, 2007. Trabalho final (Especialização em Patrimônio Cultural Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

O Mestrado³¹ acadêmico trouxe o embasamento necessário para dar forma à continuidade da pesquisa ora em desenvolvimento nesta tese. O Mestrado foi concluído no ano de 2013 (PROPUR-UFRGS), sob o título: *Por trás dos parreirais: embates da paisagem cultural vitícola e a urbanização – Vale dos Vinhedos | Bento Gonçalves | RS| Brasil*. Nessa pesquisa deu-se maior ênfase de análise para o Distrito do Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves – RS, que possui a maior área na composição da Área Geográfica do Vale dos Vinhedos. Analisou-se a paisagem vitícola como a expressão do trabalho do homem sobre o território, no qual imprimiu sua identidade cultural e a marca da fixação de sua história ao longo do tempo, demonstrando as modificações de uma paisagem historicamente produtiva localizada em um território vitícola reconhecido, o Vale dos Vinhedos, e seu gradativo processo de transformação.

Esses processos foram analisados para mostrar como a urbanização crescente e progressiva valorização da terra conduziu a uma grande perda dos valores culturais do território. Sob a luz da história, foi discutido todo o percurso da transformação da paisagem, desde a plantação dos primeiros parreirais, com a chegada dos imigrantes italianos à região, aos primeiros núcleos urbanos até a urbanização mais recente, que passou a agregar um novo valor ao território, principalmente após o reconhecimento da produção vitivinícola (IG e DO) nos anos de 2000 e 2012³², que proporcionou maior notoriedade ao território. Deste modo, a pesquisa quis estabelecer um sinal de alerta quanto à transformação e à perda da identidade cultural.

A presente tese dá continuidade a esta abordagem, desta vez com ampliação do recorte empírico que abrange toda a Área Geográfica do Vale dos Vinhedos para demonstrar a expressão, os valores culturais da paisagem vitícola na cadeia produtiva do vinho e, também, para pontuar se a paisagem vitícola está submetida a vulnerabilidades frente às legislações vigentes.

Os valores culturais, uma vez reconhecidos, podem auxiliar no entendimento da preservação, tornando-se um recurso econômico de valorização do território, de sua paisagem e de seus produtos, através da gestão sustentável do território. (MATA OLMO; TARROJA, 2006; SABATÉ BEL, 2000, 2004, 2005, 2007; UNESCO, 2016). A

³¹ PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Por trás dos parreirais: Embates da paisagem cultural vitícola e a urbanização - Vale dos Vinhedos | Bento Gonçalves | RS**. Porto Alegre, 2013. 250 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

³² Disponível em: www.inpi.gov.br.

paisagem preservada também pode evidenciar outras oportunidades oferecidas no mundo dos negócios do setor produtivo (NOGUÈ, 2016), detectando oportunidades vinculadas com a gestão da paisagem. (SABATÉ BEL, 2010).

RECORTE EMPÍRICO E GEOGRÁFICO

O recorte empírico situa-se em um território onde povos de diferentes etnias, além de grupos indígenas disseminados por todo o Estado do Rio Grande do Sul, hispano americanos e portugueses, contribuíram para o povoamento da região. Desde 1748, os negros foram cooptados para o trabalho escravo nas charqueadas e nas cidades do Sul do Estado; entretanto, a partir de 1824, na metade superior do Rio Grande do Sul, uma região de mata fechada, iniciou-se o assentamento dos colonos europeus, primeiro os alemães, seguidos dos franceses, poloneses, italianos (1875) em maior número, além de outras etnias. (CUSTÓDIO, 2004, p. 62).

Essa região não era desconhecida pelos italianos, que já tinham aportado pela Província do Rio Grande desde o século XVI acompanhando a expedição de Martin Afonso de Souza. (DE BONI; COSTA, 1991, p. 39). Nos séculos seguintes, o aporte de escritores, capelães, sacerdotes, revolucionários, arquitetos, escultores, artesãos e engenheiros militares deixaram um grande legado de registros, mapas, cartografia e religiosidade que contribuiu para a demarcação do Estado do Rio Grande do Sul.

O aporte desse povoamento também sinalizou o cultivo das videiras no Rio Grande do Sul. De acordo com Bernardi (*apud* BUNSE, 1978, p. 57), iniciou com a chegada das Missões Orientais do Uruguai, que se constituíram nos *Sete Povos das Missões*, em um período de esplendor das reduções jesuíticas que foi de 1626 até 1756 (DE BONI; COSTA, 1991, p. 14). As primeiras informações dizem respeito ao cultivo da uva e à elaboração do vinho pelos padres jesuítas um século antes da entrada dos portugueses pela Barra da Lagoa dos Patos – RS.

A história do cultivo vitivinícola prosseguiu, como apontam as correspondências datadas no ano de 1744, e junto à Barra de Rio Grande encontravam-se “*uvas maduras*” provavelmente trazidas pelos portugueses. (BUNSE, 1978, p. 58). Segundo Gobbato (1922, p. 19), as videiras já eram conhecidas na Bahia desde 1567, e em São Paulo desde os fins de 1700; entretanto, em 1824 os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul eram considerados os principais centros vitícolas do país.

De acordo com De Boni e Costa (1991, p. 40), em meados de 1830 chegaram à Província outros italianos, entre os principais Tito Livio Zambecari, Luigi Rosseti e Guiuseppe Garibaldi, que combateram na Revolução Farroupilha (1835-1845) e deixaram sua marca na história. De acordo com os autores, em 1867 as Agências Consulares Italianas estavam em pleno funcionamento no Estado organizando a chegada das primeiras famílias em 1875 na Serra Gaúcha. Os problemas da reunificação da Itália (1870) atingiram estruturalmente a sobrevivência da população, principalmente na área agrária do Norte da Itália. Seus habitantes viviam sem a posse da terra, com contratos de arrendamento desiguais e arcaicos feitos em troca do trabalho familiar, com pouca oferta de alimentos e o quase exclusivo consumo de alimentos à base de milho. Esses elementos produziram fortes motivos para ampliar-se a imigração italiana para o Brasil.

O que era sazonal ganhou força a partir de 1875, com a divisão das terras em lotes rurais e a chegada de grandes levas que ocupariam os territórios ainda desocupados da Serra Gaúcha. Assim, o número de famílias imigradas aumentou consideravelmente de 1892 a 1894. Na época, a oferta, pelo governo brasileiro, de passagem gratuita nos navios resultou na entrada de mais de 60 mil italianos. “*O sonho da terra tornava-se uma realidade para as famílias de prole numerosa que jamais teriam tido condições de acesso a terra na Itália.*” (HERÉDIA, 2004, p. 296).

O sistema linguístico foi dominado pelo dialeto³³, aliado ao isolamento, ao predomínio da religião católica, às grandes distâncias das comunidades dos centros maiores. Esses fatores determinaram a formação e a sobrevivência da Colônia Italiana. A imigração tomou forma no Sul do Brasil como uma extensão do Vêneto, da Lombardia, Trento e Friuli Venezia Giulia, as regiões da Itália de onde procedeu a maior parte dos imigrantes italianos.

Dentro do processo evolutivo das comunidades de imigrantes com características próprias na Serra Gaúcha estabeleceram-se três etapas com base na política econômica e na vivência social, assim elencadas: “1. *Estabelecimento dos*

³³ O dialeto italiano formado aqui foi uma mescla da língua local falada pelos imigrantes. Segundo Frosi e Mioranza (1975): “*Os mesmos dialetos foram aqui transplantados. Observe-se, entretanto, que a distribuição dos imigrantes não se fez segundo critérios étnico-linguísticos.*” Surgiu deste modo um dialeto próprio, com a mistura do português e dos vários dialetos, determinando o predomínio de um ou outro pelo número de imigrantes da mesma comunidade na Itália, acentuando-se as alterações com os casamentos entre falantes de dialetos diferentes.

imigrantes e agricultura de subsistência; 2. Desenvolvimento da vitivinicultura; 3. Industrialização.”

A primeira etapa compreende o processo das correntes migratórias, a posse das terras, a formação dos núcleos e a estabilização no território com a produção de subsistência, e ocorreu de 1875 até a primeira década do século XX. Estes imigrantes, vindos de regiões montanhosas onde desenvolviam uma agricultura com meios elementares, cultivavam milho, trigo, pequenas criações, outras culturas menores e a videira. (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 76).

O recorte geográfico da pesquisa é traçado em meio a um dos primeiros territórios vitivinícolas brasileiros consolidados que se transforma, com o impulso da vitivinicultura, com a chegada dos imigrantes italianos no ano de 1875. Os imigrantes transformaram o território e expandiram o plantio das videiras, detendo na vitivinicultura o maior empreendimento agrícola com significado econômico e social. (BUNSE, 1978, p. 63).

O recorte empírico localiza-se na região da Serra Gaúcha | RS, que é a referência no Brasil de produção vitivinícola.³⁴

Na tese, quando se faz referência ao recorte geográfico, trata-se da **Área Geográfica do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem reconhecida (2012)**. Essa área possui a delimitação de 72,45 km² e é composta por partes dos três municípios que possuem diferentes parcelas de participação na área geográfica: Bento Gonçalves³⁵ (61,07%), Garibaldi (33,495) e Monte Belo do Sul (5,44%).

O objeto de estudo está inserido na Região Metropolitana da Serra Gaúcha – (RMSG) criada pela Lei Complementar nº 14.293, de agosto de 2013, e é constituída por 13 municípios. O município de Caxias do Sul é o maior centro urbano da Região e um dos mais populosos do Estado do Rio Grande do Sul. A região também se insere no Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social, o COREDES SERRA, formado por 32 municípios da Serra Gaúcha.³⁶

³⁴ Bento Gonçalves possui 9,8% de Indústrias vitícolas do Estado do Rio Grande do Sul e tem representatividade de 23,6% na produção de Vinhos em relação ao Estado. (Disponível em: www.ibravin.org. Acesso em: fev. 2019).

³⁵ De acordo com os dados relativos ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), dentro da lógica de riquezas produzidas no município de Bento Gonçalves | RS no setor da indústria as atividades mais representativas referenciam-se nos seguintes percentuais: 1. Indústria Moveleira, 41,4 %; 2. Metal Mecânico e Material Elétrico: 20,3%; 3. Indústria Vinícola: 16%. (**Revista Panorama Sócio Econômico 2016**, Bento Gonçalves |Rio Grande Do Sul| Brasil. Centro da Indústria).

³⁶ Ver em: <https://coredeserra.org.br/pagina/municipios>. Acesso em: 20 set. 2019.

Por sua vez, Bento Gonçalves é o segundo município da RMSG (Imagem 9), reconhecido como a Capital Brasileira do Vinho e um dos 65 municípios brasileiros indutores de turismo.³⁷ Garibaldi é o quarto município, reconhecido como a Capital Brasileira do Espumante; Monte Belo do Sul figura em 11º e é reconhecido pela produção e pelas exuberantes paisagens vitivinícolas.

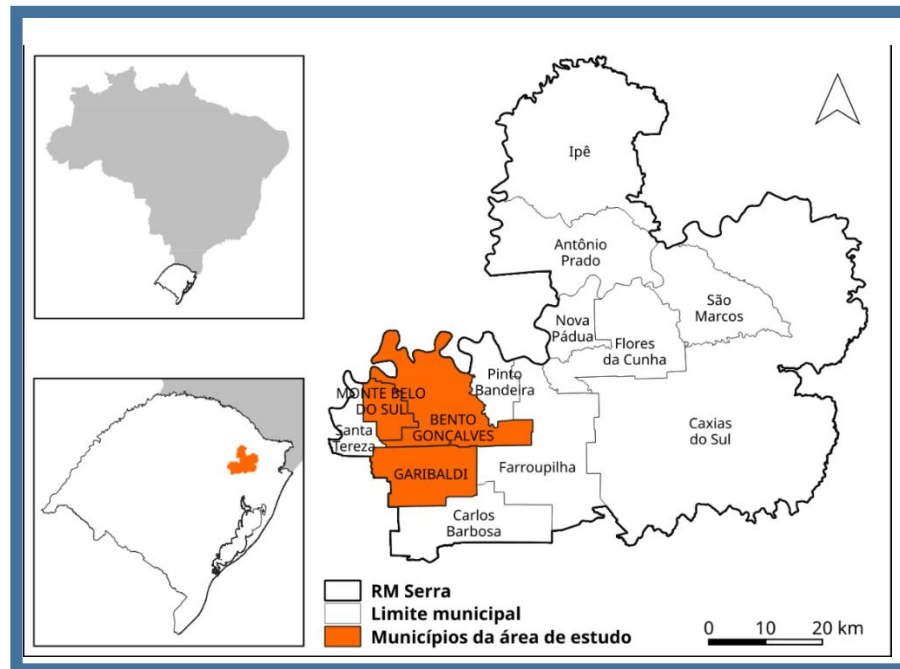


Imagem 8 – Situação e localização no Estado do Rio Grande do Sul da Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Em destaque os municípios do recorte de estudo: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, que compõem a Área Geográfica do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem.

Fonte: Adaptação própria a partir de mapas do IBGE 2017. Acesso em: 26 fev. 2019.

³⁷ Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2017.

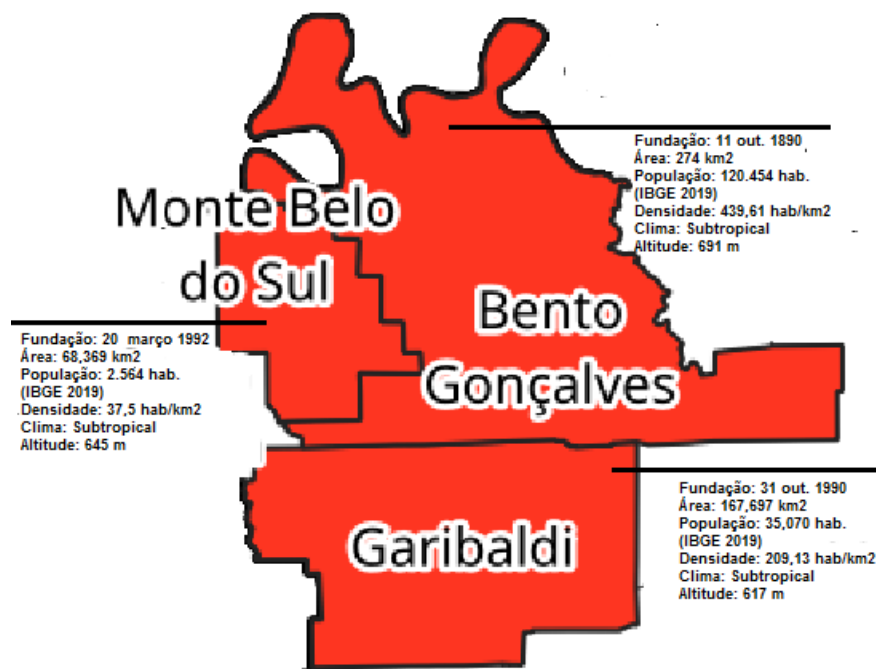


Imagem 8a – Detalhe dos municípios que compõem a Área Geográfica do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem e seus principais dados.

Fonte: Adaptação própria a partir de mapas do IBGE 2017. Acesso em: 26 fev. 2019.

A Imagem 9 demonstra os índices demográficos dos municípios que compõem a RMSG, e assinalados na cor laranja os municípios que em suas parcelas são formadores da Área Geográfica Vale dos Vinhedos.

Municípios	Ano de criação	2010					
		População (hab)			Taxa de Urbanização	Densidade	Taxa de Crescimento (2000-2010)
		Urbana	Rural	Total	(%)	(hab/km ²)	(% aa)
Região Metropolitana da Serra Gaúcha	2013	673.651	61.625	735.276	91,62	93,0	-
Antônio Prado		9.235	3.598	12.833	72,00	36,9	-0,07
Bento Gonçalves		99.069	8.209	107.278	92,35	280,9	1,61
Carlos Barbosa		19.992	5.200	25.192	79,36	110,2	2,07
Caxias do Sul		419.406	16.158	435.564	96,29	264,9	1,91
Farroupilha		55.053	8.582	63.635	86,51	176,6	1,41
Flores da Cunha		20.855	6.271	27.126	76,88	99,2	1,37
Garibaldi		27.211	3.478	30.689	88,67	181,3	1,49
Ipê		3.103	2.913	6.016	51,58	10,0	0,98
Monte Belo do Sul		770	1.900	2.670	28,84	39,1	-0,75
Nova Pádua		732	1.718	2.450	29,88	23,7	0,22
Pinto Bandeira ¹		-	-	2.868 ²	-	-	-
Santa Tereza		627	1.093	1.720	36,45	23,8	-0,27
São Marcos		17.598	2.505	20.103	87,54	78,5	0,59

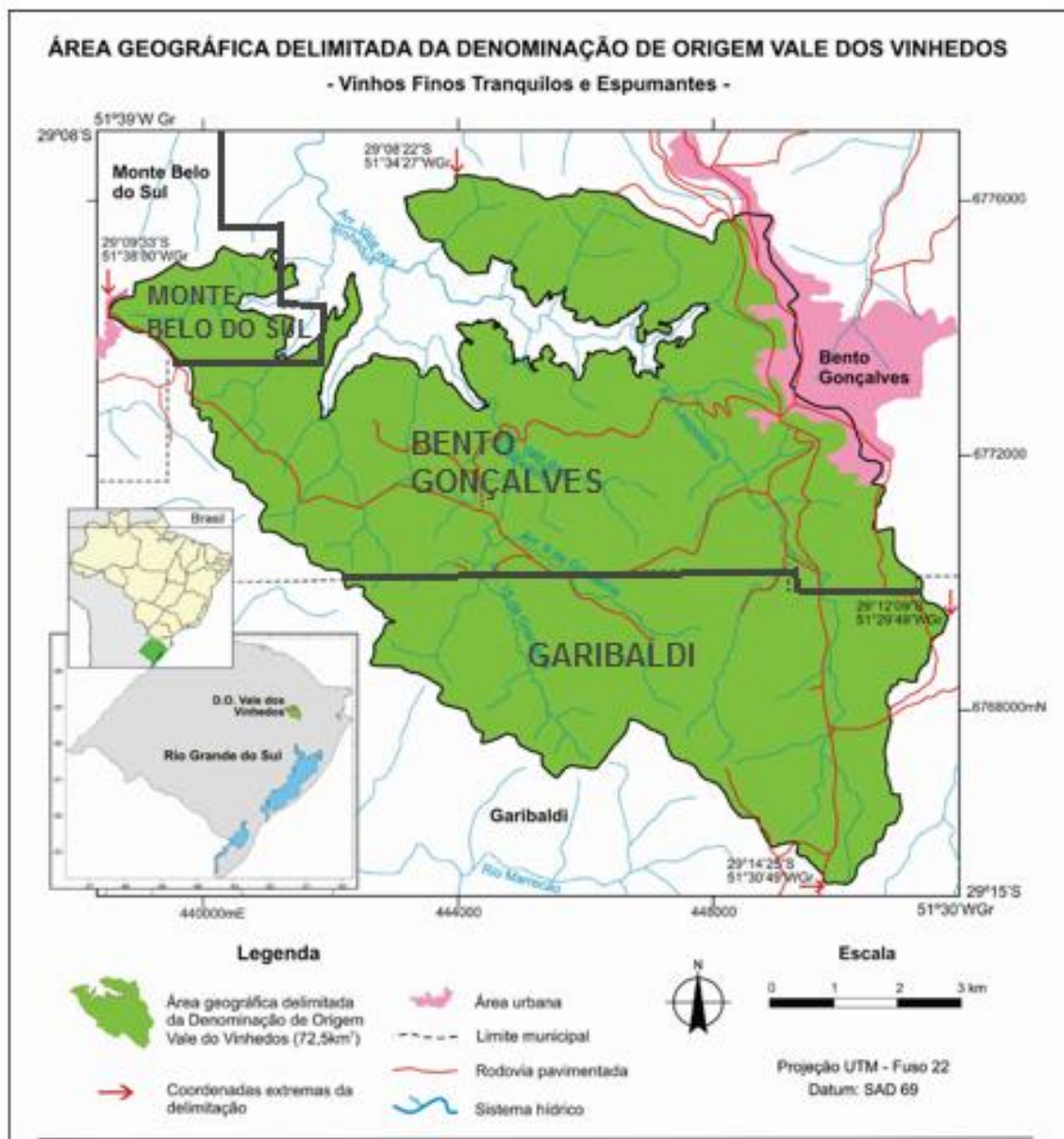
¹ o município de Pinto Bandeira foi instalado em 2012

² estimativa do IBGE para 2017

Imagem 9 – Dados demográficos dos Municípios da Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Em destaque os municípios que compõem a área Geográfica do Vale dos Vinhedos.

Fonte: Adaptado do IBGE 2017. Acesso em: 26 fev. 2019.

A Área Geográfica Vale dos Vinhedos que se configura no Recorte Empírico da tese e circunscreve a Denominação de Origem Vale dos Vinhedos é demonstrada (Imagem 10) na cor verde. Os limites entre os municípios na composição da Área Geográfica estão demonstrados na cor preta. As áreas urbanas dos municípios de Bento Gonçalves e Monte Belo do Sul estão demonstradas na cor rosa, de Garibaldi a área encontra-se abaixo dessa delimitação.



■ Abrangência da DO nos municípios

Imagem 10 – Abrangência da Área Geográfica Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul

Fonte: Adaptação própria a partir de Falcade e Tonietto (2010).

O reconhecimento da produção vitícola com Indicação Geográfica³⁸ nos principais territórios vitivinícolas brasileiros faz parte na presente tese por elencar elementos que se diferenciam dos demais municípios no contexto da produção vitícola brasileira. O Vale dos Vinhedos possui uma Normativa própria quanto à produção e elaboração de vinhos, cujas áreas estão sob a legislação do Plano Diretor de cada município, quanto ao uso do solo, à proteção da paisagem vitivinícola e do Patrimônio Cultural. A vitivinicultura é um cultivo identificador dos municípios, tanto no aspecto regional da Serra Gaúcha como nos confrontantes do Vale dos Vinhedos.

Para Dupim (2015, p. 24), a dinâmica do desenvolvimento do lugar passa a ter um papel central, onde a mobilização dos recursos materiais e imateriais do espaço proporciona vantagens comparativas que podem ser determinantes para o sucesso de políticas de desenvolvimento local. No entanto, o reconhecimento das IGs no território é um modo de valorizar os produtos diferenciados que os mercados tendem a implementar e podem não atingir todos os produtores de modo benéfico. No entanto, no que diz respeito à participação da maior parte dos produtores nas IGs, segundo Froehlich, Dullius e Louzada (2010), existe uma forte desconfiança por parte de expressivos setores de que as IGs promovem o desenvolvimento de caráter excludente para favorecer grupos socioeconômicos privilegiados do agronegócio, ficando fora deste contexto os pequenos produtores vitivinícolas.

ABORDAGENS PERTINENTES DO USO DO SOLO, À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E À PRESERVAÇÃO

De acordo com a elaboração bibliográfica desta tese, consideram-se três abordagens que amparam de modo fundamental a interpretação da pesquisa: 1. A legislação de uso do solo nos Planos Diretores nas áreas produtivas; 2. O reconhecimento da produção vitícola com a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos; e 3. As premissas de preservação da paisagem e do patrimônio cultural nas legislações existentes.

³⁸ “A Indicação Geográfica é um reconhecimento da produção vitícola conferido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.” (Ver: <http://www.inpi.gov.br>).

De acordo com esse Órgão Federal, não é conferida uma Certificação do TERRITÓRIO, mas o RECONHECIMENTO da produção vitícola, porque o INPI não possui poder de fiscalização posterior ao reconhecimento. (DUPIM, Luis Cláudio de Oliveira, funcionário do INPI. Dados levantados em entrevista concedida à autora em 15 de maio de 2017).

A primeira premissa diz respeito à legislação municipal inscrita no Plano Diretor dos municípios, que rege o uso do solo, define diretrizes de ordenamento e os aspectos físico-territoriais. Neste âmbito, o Plano torna-se um instrumento básico da política de desenvolvimento e de regramento da expansão urbana, aprovado pela Câmara dos Vereadores e com a participação popular.³⁹ Deste modo, a tese analisa as diretrizes adotadas pelos Planos Diretores nos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem, como é definido o uso do solo nas áreas de produção vitivinícola. Dado o contexto, cujos Planos Diretores também incluem as áreas rurais, verifica-se se esses refletem no meio urbano igualmente. Neste âmbito, a tese questiona se estas premissas podem auxiliar na valorização e preservação da paisagem e do legado cultural em razão das características culturais locais, que a diferenciam como região que se tornou referência de produção vitivinícola do Brasil.

A segunda premissa diz respeito ao Vale dos Vinhedos, cuja produção vitícola é a única no Brasil reconhecida com a Denominação de Origem – DO 2012. O regulamento de uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos: Vinhos Finos Tranquilos e Espumantes⁴⁰ (Normativa) assinala critérios observados na formação da Área Geográfica do Vale dos Vinhedos “*cuja qualidade e características se devem ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e os fatores humanos*”⁴¹. Neste contexto, a tese quer entender qual âmbito abrange os “fatores naturais e humanos” presentes na DO, se há uma conexão com a paisagem, na preservação dos elementos culturais do território reconhecido, como são utilizados, e se esses fatores têm gerado resultados efetivos na continuidade produtiva.

Quanto à preservação dos elementos culturais em territórios com Indicações Geográficas (IGs), de acordo com Belas (2012, p. 21), tem sido verificado um aumento de interesse na proteção de produtos artesanais por países europeus, concomitante ao crescente interesse pela salvaguarda dos patrimônios culturais e ambientais em associação às IGs. Ainda, de acordo com a autora, seja nos países emergentes que a ideia do uso das IGs como justificativa para a proteção dos patrimônios culturais e ambientais possui maior destaque. É o caso da IG que tem se constituído em um dos raros mecanismos do sistema de propriedade intelectual⁴² que, de certa forma, permite

³⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 1º jul. 2019.

⁴⁰ Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 1º jul. 2019.

⁴¹ Idem, ibidem 37.

⁴² Embora esse não seja o assunto principal da pesquisa, é relevante destacar a questão da propriedade intelectual que se origina dos saberes, usos e costumes que se traduzem no patrimônio

a proteção de produções coletivas, históricas e localizadas. De tal mecanismo emerge uma proteção que impele a apropriação do saber fazer, da propriedade intelectual aos detentores da construção do território por gerações, assim como de suas representações singulares.

A **terceira premissa** é possibilitar a continuidade da produção vitivinícola e a preservação da história do território produtivo. Essa ação demanda um conhecimento aprofundado das características culturais do território vitivinícola, que compreendem as estruturas de produção, comercialização e difusão da cultura no âmbito enológico e vitivinícola, assim como os modos de cultivo, atrelados à fruição turística do território. São elementos que fazem parte de uma gestão equilibrada do território e permitem transformações da estrutura à economia de forma harmoniosa. (VALERIA LINGUA, 2015).

O argumento da preservação da paisagem vitícola como parte integrante da cultura do território do Vale dos Vinhedos diz respeito a salvaguardar o território construído, em razão da soma dos elementos que historicamente transformaram o território até a atualidade, expressa qualidades e se diferencia dos demais pela singularidade da paisagem, cuja produção vinícola é reconhecida com a Denominação de Origem. Neste sentido, o reconhecimento da produção passa a dar outra conotação e valorização, diferente dos demais territórios vitivinícolas que não possuem esse reconhecimento. Neste contexto direciona-se a pesquisa em pensar o território como um bem patrimonial, vivo, a ser utilizado em harmonia com as questões da produção e da elaboração de vinhos traduzidas como um bem cultural que expressa saberes e fazeres presentes no território.

De Varine (2012, p. 19) entende que o território e a paisagem devem ser utilizados e preservados, sem colocá-los como “*museus*” que enrijece a cultura do território e a tornam inerte; estes devem ser substituídos pelas vivências reais e cotidianas, pelas práticas da cultura que se refletem na paisagem. Para o autor, o

imaterial e se constitui no elemento cultural na construção da paisagem: O regime de propriedade intelectual está em voga, desde o acordo de Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) no ano de 1994, que ampliou em escala mundial o sistema de proteção para diferentes tipos de processos, invenções, criações artísticas, espaços geográficos, segredos industriais, conhecimentos tradicionais e recursos genéticos. A propriedade intelectual é um modo de entendimento de que o bem imaterial é transacionado. Já na certificação de um produto o argumento é semelhante, mas se adequa ao que pode ser efetivado através do selo de conformidade. (RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **O poder do selo**: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015).

desenvolvimento também dos territórios vitivinícolas não ocorre “fora do solo”. As raízes devem se nutrir dos números materiais e dos elementos que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio:

O solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às necessidades das pessoas [...] A natureza e a cultura são vivas no território, enquanto pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população. [...] O território é o produto de toda uma história natural e humana, e as condições do desenvolvimento, em particular os conflitos que o agitarão, decorrerão dessa história. Todo o território determinado sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para o desenvolvimento local equilibrado e sustentável. Esse quadro patrimonial compreende a paisagem, os fatores favoráveis os desfavoráveis à vida dos homens e a suas atividades sociais e econômicas. (DE VARINE, 2012, p. 19).

Os habitantes do lugar, os vinhateiros⁴³ locais são essenciais para a preservação do patrimônio cultural do lugar por seus conhecimentos, recordações e história, como também pelo entusiasmo que reconhecem no valor do patrimônio acumulado e construído como a paisagem. (SABATÉ BEL, 2006, p. 335).

A PAISAGEM VITÍCOLA E A PROTEÇÃO

As recentes políticas de conservação, planejamento e gestão da paisagem têm direcionado a abordagem para as políticas de organização do território e da proteção da paisagem (SABATÉ BEL, 2006, 2010) no sentido de privilegiar as escalas: local, municipal e regional. A geógrafa Josefina Mendoza (2008, p. 15) esclarece que as paisagens adquirem na linha do tempo um caráter histórico que traz consigo seu caráter cultural; deste modo, são também a história dos povos e territórios, conferindo-lhes identidade.

O cultivo vitivinícola na Europa tem se voltado para as origens ancestrais da produção de vinho devido a sua importância histórica, social e cultural. Nesse cultivo também se incluem a harmonia e a variedade das paisagens geradas a partir da atividade e do patrimônio imaterial inserido, que se transforma em um elemento de diferenciação e de importância patrimonial. (PASTOR, 2016). Ao mesmo tempo, as

⁴³ Vinhateiro: Indivíduo que cultiva as videiras; o mesmo que viticultor. (Tagliari e Campos, 2011, p. 546).

paisagens demonstram a consciência da vulnerabilidade a que estão submetidas as videiras, cujas transformações se manifestam nas técnicas de cultivo e de condução.

A Convenção da UNESCO de 1992⁴⁴ trouxe um novo conceito de paisagem que até então era protegida a partir da dimensão urbana e monumental do território, estendendo a percepção para além do contexto urbano e incluindo o rural em sua proteção e salvaguarda, criando uma categoria específica de patrimônio cultural. A nova abordagem evidencia que o patrimônio mundial também possui um ponto de referência jurídico, a proteção das paisagens culturais para serem colocadas na mesma dimensão de proteção e normatização das paisagens urbanas. Nesta circunstância estão inscritas as paisagens rurais em seus mais diversos meios e tipos de produção, como os lugares do vinho, que foram construídos durante séculos, de modo combinado e criativo, entre o trabalho do homem e a natureza que moldou e construiu, de acordo com seu saber, um território próprio, como ocorreu na proteção das paisagens vitícolas de *valor excepcional universal*, no sentido de paisagens singulares.

O reconhecimento da UNESCO para com as paisagens culturais vitícolas é importante porque, ao mesmo tempo em que as paisagens evoluem continuamente no seu uso e no processo de reconhecimento de seu valor, se desenvolvem vários contextos de documentação e catalogação do uso do solo, organização espacial que leva à compreensão de seus elementos culturais. As ações e relações da população para com sua paisagem fornecem os valores de seu patrimônio material e imaterial, sendo esse último definido através dos usos tradicionais, sua formação social, crenças religiosas e a relação dessas com o território. (ZANGHERI, 2009, p. 23-24).

O Decreto nº 4/2005 – Convenção Europeia da Paisagem, realizada em Florença, Itália, em 20 de outubro de 2000⁴⁵, trouxe um grande avanço e complementação da legislação da UNESCO para a Europa, resguardando as paisagens fronteiriças devido às proximidades com os países limítrofes:

[...] Considerando fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente; Considerando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que

⁴⁴ UNESCO: Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Disponível em: www.whc.unesco.org. Acesso em: 26 jun. 2017.

⁴⁵ Convenção Europeia da Paisagem. Firenze, 20 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.convenzioneeuropeapaesaggio.beniculturali.it>. Acesso em: abr. 2017.

constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego.⁴⁶

Em países da Europa como Espanha,⁴⁷ Itália e França, as pesquisas têm avançado em relação à preservação das paisagens culturais vitícolas, seguindo a legislação de seus países, prevista na Convenção Europeia da Paisagem de 2000.⁴⁸

Esta legislação busca sensibilizar a população para sua preservação; projetos conjuntos em áreas limítrofes, formação de especialistas para a intervenção na paisagem e outras convenções que foram acatadas e têm demonstrado resultados positivos na tutela e na preservação da paisagem.

A legislação para a tutela e protecção da paisagem cultural mundial e também vitícola tem se cercado de constantes debates por órgãos mundiais como UNESCO e ICOMOS⁴⁹ e suas representações, nos países, para a criação de uma legislação própria de Tutela e Protecção com o objetivo de proteger e dar sustentabilidade às paisagem culturais. Observa-se um crescimento neste sentido nos diversos países.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconhece a adoção do conceito de Paisagem Cultural pela UNESCO a partir de 1992. Duas décadas após, em 6 de julho de 2012, o Rio de Janeiro foi reconhecido como a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de paisagem cultural. A partir desse reconhecimento, de acordo com o IPHAN (2019), outros lugares da cidade do Rio de Janeiro são valorizados com esse título, como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara. Incluem ainda o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo.

⁴⁶ <http://www.gddc.pt->. Acesso em: ago. 2016.

⁴⁷ Ver: <http://www.catpaisatge.net>.

⁴⁸ A Convenção Europeia da Paisagem, realizada na cidade de Florença – Itália no ano de 2000, teve o objetivo de promover as políticas em favor das paisagens, a protecção, a gestão e o planejamento das paisagens europeias, favorecendo a cooperação dos países entre si, além de sensibilizar a população para o reconhecimento da paisagem como um elemento importante na qualidade de vida da população. Aplica-se em todos os territórios, em todas as paisagens, urbanas, rurais e naquelas situadas nos entornos das áreas urbanas, consideradas como de valor excepcional, as paisagens do cotidiano, assim como as paisagens degradadas. Também foi considerado em sua fundamentação que a paisagem coopera para a elaboração das culturas locais e representa um componente fundamental do patrimônio cultural e natural da Europa, contribuindo para o bem-estar e a satisfação dos seres humanos e para a consolidação da identidade europeia. (Tradução livre da autora). (Disponível em: www.convenzioneeuropeapaesaggio.beneculturali.it. Acesso em: 22 ago. 2017).

⁴⁹ ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e sítios. Entidade mundial não governamental e sem fins lucrativos de uma comunidade multidisciplinar de peritos reconhecidos que trabalham em diversos campos do patrimônio cultural na sua conservação, gestão e promoção. (www.icomos.org) . Acesso em: 27 jun. 2017).

Em 2019, o Brasil obteve a distinção de possuir outra paisagem cultural brasileira reconhecida pela UNESCO, que se configura como o primeiro sítio misto, cultural e natural, incluindo-se centros históricos e áreas de conservação ambiental.

Paraty e Ilha Grande são locais marcados pela coexistência entre uma cultura viva e ancestral em um ambiente natural exuberante. Ali, testemunhos culturais incluem o centro histórico e a fortificação que deu origem à ocupação do núcleo urbano de Paraty, ainda bem preservados, uma variedade de sítios arqueológicos, uma porção do antigo Caminho do Ouro, e comunidades vivas que mantêm sua relação ancestral com a paisagem, todas formando um sistema cultural com uma relação próxima ao meio ambiente. Para os avaliadores do Icomos, órgão assessor da Unesco, o local “tem a capacidade de demonstrar um exemplo excepcional de uso da terra e do mar e interação humana com o meio ambiente”.

O lugar é o primeiro sítio misto da América Latina onde se encontra uma cultura viva. Todos os demais sítios mistos do continente, como Machu Picchu, no Peru, são sítios arqueológicos em uma paisagem natural. A área de abrangência do núcleo de conservação envolve partes do território de seis municípios dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que a maior porção do núcleo territorial está em Paraty e Angra dos Reis. A região preservada inclui, ainda, Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro e Areais (SP). (IPHAN, 2019).



Imagem 11 – Paraty e Ilha Grande (RJ), o primeiro sítio misto do Brasil reconhecido por cultura e natureza

Fonte: IPHAN (2019).

Em conformidade com a UNESCO, o IPHAN regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro no ano de 2009, por meio da Portaria nº 127 da Chancela da Paisagem:

Como definição, a Chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. O Brasil é formado, como poucos países do mundo, por enorme diversidade de paisagens, costumes e lugares. [...] Outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando-se a relação exemplar entre homem e natureza. (IPHAN, 2009).

Neste cenário, o IPHAN (2019) estabelece características fundamentais da paisagem cultural que forma um conceito como instrumento de preservação utilizado em outras partes do mundo, como Espanha, França, México, Colômbia e outros, com o objetivo de viabilizar a qualidade de vida da população e a motivação pela preservação do patrimônio cultural:

A ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um desses elementos isoladamente. (IPHAN, 2019).

Entretanto, o IPHAN também estabelece que:

[...] no caso de reconhecimento da Chancela da Paisagem é necessário desenvolver um Plano de Gestão e estabelecer um pacto entre poder público, sociedade civil e a iniciativa privada, para uma gestão compartilhada daquela porção do território nacional. Caso os integrantes não cumpram as determinações – e se as características da paisagem forem degradadas ou perdidas – o órgão responsável, no caso o Iphan, poderá cancelar a chancela. (IPHAN, 2019).

O caminho para a proteção do patrimônio cultural no Brasil tem se defrontado com entraves também para a proteção das paisagens culturais. Em sua tese de Doutorado sobre Paisagem e Planejamento, Schwerz (2017, p. 221) abordou o momento presente do IPHAN sobre a Chancela das Paisagens Culturais no Brasil e afirma que a expedição de novas chancelas da paisagem se encontra sem novas instruções técnicas devido à complexidade que condiciona a Chancela. Nenhum dos processos iniciados desde a aprovação em 2009 foi concluído, havendo suspensão temporária das instruções desde 2013.

Na Europa, a região do Alto Douro – Portugal possui a Paisagem Vitícola protegida pela UNESCO desde o ano de 2000. Neste sentido, Ramos e Fonseca (2014, [s.p.]) avaliam a importância, para os próximos anos, do significado de preservação e do reconhecimento do legado cultural da paisagem vitícola no Alto Douro:

A nossa grande prova coletiva será demonstrar que é possível salvaguardar o nosso patrimônio e daí retirar mais valias, acrescentar valor à cadeia subjacente a cada atividade produtiva, incorporando a singularidade dos territórios.

A questão da inovação na produção vitivinícola⁵⁰ desempenha aqui um papel crucial onde a evolução técnica e a sedução da modernidade se impõem a uma interpretação da tradição, incapaz de se adaptar às grandes transformações socioeconômicas. A relação entre a tradição e a inovação constitui, neste momento, um dos aspectos nucleares na reflexão sobre a futura evolução do patrimônio. (FAUVRELLE, 2008, p. 10). No entanto, na região portuguesa do Alto Douro, que possui a paisagem vitícola reconhecida pela UNESCO (2001), o território mantém de forma contínua a produção vitivinícola com a preservação do patrimônio cultural do território, ao mesmo tempo em que dá continuidade a novos vinhedos e à produção, com a preservação da paisagem vitícola.

Segundo Mendoza (2008, p. 15), as paisagens adquirem na linha do tempo um caráter histórico que traz consigo seu caráter cultural, e deste modo é também a história dos povos e territórios, conferindo-lhes identidade.

Pesquisadores do Museu do Douro, em Portugal, têm dirigido seus estudos para o processo de conservação e preservação da paisagem vitícola certificada, dos bens patrimoniais relacionados ao “saber fazer”⁵¹, e nisso se incluem as paisagens do vinho que estão em permanente risco dada a dificuldade de preservação e de mão de obra. (RAMOS; FONSECA, 2014). Os autores evidenciam que a conservação necessita de um processo contínuo de inovação que deverá ser simultaneamente técnico, formal e cultural. (PERELLI, 2005 *apud* FAUVRELLE, 2008).

A dificuldade de preservação da arquitetura dos territórios vitícolas mundiais tem intensificado estudos e pesquisas dos órgãos de proteção sobre os produtores dos territórios vitícolas.

ARGUMENTOS TEÓRICOS DO PATRIMÔNIO NA PAISAGEM

Os conceitos de patrimônio cultural discutidos na tese estruturam-se em autores como Choay (2001, p. 11), que define sua origem ligada às estruturas

⁵⁰ Na inovação na vitivinicultura estão inseridas: as novas técnicas de cultivo, a expansão geográfica da produção da uva e melhoria da qualidade da fruta, a reconversão dos vinhedos tradicionais para espaldeiras, as técnicas modernas de diagnose e monitoramento nutricional, sistemas de irrigação e fertirrigação, sistemas de monitoramento e controle sanitário [...]. Na produção de uvas de mesa, investimentos no cultivo protegido com o uso de tela ou cobertura plástica etc. (Camargo, 2008 *apud* Rosa de Almeida; Corrêa; Soares, 2017).

⁵¹ O saber fazer é definido com um “conjunto de competências adquiridas, incorporadas, transmitidas, que se manifestam no ato técnico e que supõem a mobilização de numerosos conhecimentos e representações” (Bouche; Bordeaux, 2006, p. 7 *apud* Champrendonde, 2016, p. 39).

econômicas, jurídicas e familiares, dos saberes passados por gerações, de uma sociedade estável enraizada no tempo e no espaço. Seu usufruto é de direito das comunidades, que se ampliou em dimensões planetárias e se constitui como uma acumulação contínua do tempo. Para a autora, espera-se que a valorização do patrimônio sintetize a proteção; no entanto, a destruição contínua a pretexto da modernização e/ou restauração e a força das pressões políticas tornam-se quase sempre irresistíveis à proteção. Ainda, ressalta a necessidade de fazer reconhecer os valores do patrimônio, e para tanto a conservação e a restauração são os fundamentos para a valorização dos bens patrimoniais.

Quanto às paisagens rurais, a autora indaga: Quais novas utilizações poderão ser dadas às paisagens rurais? Provavelmente, diz, resistirão apenas as aldeias reconquistadas por populações urbanas e cercadas por elegantes casas de campo. (CHOAY, 2001, p. 212-220).

A ideia de conservar o patrimônio herdado de gerações anteriores é relativamente moderna, desde o século XIX, quando a construção das cidades europeias supôs a substituição dos tecidos urbanos mais antigos, que avançou no século XX, com o calor das crises industriais, ao mesmo tempo em que se verifica um crescimento do turismo cultural. Quando se evidencia um maior apreço pelo legado cultural das comunidades do que era uma concepção restrita aos monumentos, amplia-se para o patrimônio, que se tornam lugares de memória. (SABATÉ BEL, 2011, p. 249). O reconhecimento do patrimônio, segundo o autor, começa a estar vinculado aos ambientes de produção onde também se expressa a identidade, através da conscientização do valor do patrimônio como herança de uma sociedade e, por esta razão, de caráter indissolúvel.

A paisagem transforma-se em vetores materiais porque está presente no cotidiano de produção e, em seus percursos de memória e identidade, testemunha sua organização e precisa de seu tempo de formação, que se transforma na paisagem material em si. A cultura materializa-se e, segundo Menezes (2009, p. 25-39), “o *patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais*”. O autor salienta que isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois, se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite concretizar-se.

A paisagem é o resultado do todo, como afirma Tomasi (2011, p. 440): “O que se vê de uma paisagem é muito além das suas formas, das suas sombras, dos seus desenhos. É uma civilização inteira.”

As recordações são um recurso cultural básico expresso no patrimônio e, por esse motivo, precisam ser preservadas. Segundo Sabaté Bel e Tironi (2008, p. 264), “quando desaparecem os vestígios de outros tempos, a memória coletiva, o patrimônio compartilhado e as tradições culturais de grande valor das comunidades, esses são tão importantes, ou mais, que seus monumentos”.

As alterações do território inseridas no contexto da perda de identidade que a degradação e/ou modificações podem ocasionar na paisagem apontam para vazios da identidade local. Levi-Strauss (2003, p. 11) afirma: “*Quando certos hábitos seculares se rompem, quando certos tipos de vida desaparecem, quando velhas solidariedades se desfazem, certamente se pensa que está muito próxima uma crise de identidade.*” É neste sentido que os autores estudados fazem referência a fusão do território com a identidade.

Vê-se, então, o motivo de os problemas do território e a questão de a identidade estarem indissociavelmente ligados. A construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades, ou, como pode ser refletido na afirmação de Claval (1996, p. 16), “*a transformação contemporânea dos sentimentos de identidade tem repercussões sobre a territorialidade: ela leva a uma reafirmação apoiada nas formas simbólicas de identificação*”. Neste contexto, conforme Noguè (2008, p. 19), para entender uma paisagem é necessário entender todas as suas representações escritas e orais, não somente como uma ilustração visual, mas como imagens componentes de seu significado. O autor salienta que a pós-modernidade tem gerado singulares concepções do espaço e do tempo, e uma forma muito particular de organização dos territórios e das paisagens que a tese procura entender.

IV. A TESE

JUSTIFICATIVAS

O propósito desta tese é discutir as lacunas existentes sob o viés da cultura no território produtor, o reconhecimento da paisagem vitícola como um bem singular e de

patrimônio cultural do lugar, que diferencia o território dos demais. A preservação, neste cenário, é a proteção da cultural local que embasa a formação da paisagem e insere-se na cadeia econômica, atribuindo valor aos produtos e ao território reconhecido com Denominação de Origem. O Vale dos Vinhedos é o primeiro⁵² território vitícola brasileiro a obter o reconhecimento de sua produção com Indicação de Procedência (2002) e Denominação de Origem no ano de 2012. Nos municípios componentes da Área Geográfica – Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul –, após 25 anos do primeiro reconhecimento (IG) o uso do solo é estabelecido em Planos Diretores individuais, a despeito das continuidades geográficas, históricas e culturais consequentemente.⁵³

Entretanto, a Denominação de Origem possui uma normativa própria que define critérios técnicos e organolépticos de produção e elaboração de vinhos para os produtores que a ela aderem. Os produtores que não aderem à DO, mesmo que estejam localizados nessa área geográfica, estabelecem seus próprios critérios de produção e elaboração de vinhos. Neste sentido, a tese lança seu olhar sobre essa paisagem vitivinícola e seu viés cultural para entender a produção, o entrelaçamento da legislação de uso do solo, após o reconhecimento do território (DO) para verificar, se há interferência e seus reflexos na preservação da paisagem e dos valores culturais desse território, assim como dos municípios circunvizinhos.

PROBLEMA

O problema aborda a questão da paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos confrontando os valores culturais que a configuraram historicamente e a transformação acelerada causada por novos usos que alteram significativamente aqueles valores. As perguntas que norteiam a pesquisa, assim, é: até que ponto a

⁵² Com o reconhecimento da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos em 2012, até o ano de 2015, outros territórios vitivinícolas da Serra Gaúcha foram reconhecidos com a Indicação Geográfica: Indicação de Procedência Pinto Bandeira - ASPROVINHO; a Indicação de Procedência Altos Montes – APROMONTES; a Indicação de Procedência Monte Belo, da Associação dos Vitivinicultores de Monte Belo do Sul do Sul – APROBELO; a IP Farroupilha, da AFAVIN. Outra IG está em formatação na região vitivinícola da Campanha, a IP Campanha, da Associação dos Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha. (Disponível em: www.inpi.gov.br). Acesso em: 7 maio 2017).

⁵³ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que estabelece a revisão do Plano Diretor a cada dez anos para municípios com mais de 20 mil habitantes. (Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 8 jun. 2017). O Plano Diretor do Município de Bento Gonçalves foi revisado e implantado no ano de 2018.

paisagem produtiva do Vale dos Vinhedos pode ser alterada em prol de novas demandas sem que se percam as qualidades – sobretudo espaciais e produtivas – que lhe conferiram significado e reconhecimento? É possível prever e planejar tais transformações evitando a perda de valores culturais do território e ao mesmo tempo valorizá-los ?

HIPÓTESE

A hipótese da pesquisa baseia-se no fato de haver uma contradição entre a valorização e a preservação da paisagem vitivinícola histórica que dá referência à região, cuja produção vinícola é reconhecida com a Denominação de Origem. Em contraposição, a legislação dos Planos Diretores dos municípios integrantes do Vale dos Vinhedos permite cada vez mais a ocupação urbana nesse território, capaz de impulsionar novos usos do território que não o original. Deste modo, a hipótese que se estabelece é que, as transformações de uso, ocupação e até mesmo produtivas atualmente em curso colocam em risco a qualidade da paisagem conformada historicamente, que conferiu identidade e reconhecimento ao território em questão, ao deslocar valores (culturais) que são o suporte e o sentido de tal paisagem

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa é demonstrar os valores culturais associados à paisagem vitícola em questão, identificando fragilidades e ameaças a estes valores que configuram historicamente a área de estudo e indicar caminhos possíveis de valorização do território como um todo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Demonstrar os valores culturais associados à paisagem vitícola, considerando-os como referência identitária indissociável da qualidade do território, assim como para a produção vitivinícola e os desdobramentos comerciais que decorrem desses valores culturais.

- 2 Analisar as modificações de uso do solo que se manifestam no território, nos contextos cultural, natural e socioeconômico.
- 3 Avaliar a legislação dos Planos Diretores dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos quanto ao tratamento dado à paisagem vitivinícola e sua preservação, a fim de verificar se há uma proteção efetiva da paisagem vitícola.

MARCO METODOLÓGICO

O processo metodológico envolveu a busca e o levantamento de dados sobre o território aplicado em uma escala do local para o regional. Essa busca de dados, (Planos, projetos, legislação) foi realizada nas Secretarias municipais de Planejamento Urbano e Obras de Monte Belo do Sul e Garibaldi, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB BG). Os dados históricos além da busca on line, foram pesquisados no Arquivo Histórico Municipal e Museu do Imigrante de Bento Gonçalves, no Museu Municipal de Garibaldi e nas Secretarias de Turismo dos três municípios (fotos antigas, jornais, livros e publicações antigas). Os dados demográficos e dos Conselhos Regionais de desenvolvimento foram levantados no Atlas Sócio Econômico do estado do Rio Grande do Sul assim como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

As referências para embasar o estudo do território produtor vitivinícola foram buscados no Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Unidade Uva e Vinho (EMBRAPA – UVA E VINHO), na Escola de Enologia de Bento Gonçalves (IFRS-BG) e sua biblioteca, no Laboratório de Geoprocessamento do Centro de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), na União Brasileira de Vitivinicultura (UVIBRA), na Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE).

Foi realizada visita técnica na Biblioteca Internazionale La Vigna de Vicenza – Itália, onde foram colhidas: informações, registros, bibliografia para amparar a reconstituição da construção da paisagem no recorte de estudo, elaborados nos Capítulos II e III.

Igualmente serão utilizadas outras fontes de pesquisa que fazem parte do referencial histórico e da documentação gráfica do território em estudo. As fontes primárias e secundárias foram buscadas em teses, dissertações de autores, assim

como, em trabalhos anteriores publicados da autora nesta tese referenciados, que versam sobre o tema da paisagem vitícola;⁵⁴ além de entrevistas informais das quais se extrai e se sintetiza dados apresentados nos capítulos (Cap. III, p. 188; Cap. V, p. 299). Não se trata de questionários, mas de entrevistas abertas direcionadas sobre o tema da preservação da paisagem vitícola em territórios de produção reconhecida e do cultivo vitícola com a menor intervenção externa e alterações do meio e da paisagem, em respeito às características e identidade do território local, como é referenciado pela agricultura biodinâmica (Cap. III, p. 188-189). Neste sentido, as entrevistas realizadas são direcionadas à temas específicos com pessoas de outras realidades, que versam sobre o assunto e estão devidamente catalogadas e referenciadas ao longo e ao final do texto.

O recorte temporal estabelecido na pesquisa está definido, entre os anos de 2012 a 2019. Nessa linha de tempo se insere o reconhecimento do território com a Indicação Geográfica no ano de 2002 e a Denominação de Origem no ano de 2012 para, deste modo, analisar os desdobramentos ocorridos na paisagem até 2019 sob a influência dos Planos Diretores dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Entretanto, para melhor percorrer e entender essa linha do tempo é necessário analisar os Planos Diretores dos municípios anteriores ao ano de 2012, para balizar as mudanças ocorridas nos Planos Diretores revisados de 2018 e 2019.

No Brasil, apesar dos esforços (IPHAN), ainda não está sistematizada uma normativa ou recomendação sobre acautelamento da paisagem, a exemplo dos Catálogos da Paisagem do Observatório da Paisagem da Catalunha⁵⁵ (*Observatorio del Paisaje de Cataluña*⁵⁶) na Espanha, que servem de base para outras iguais iniciativas no país e na Europa.

⁵⁴ PIANA GIORDANI, Marilei E. SOUZA, Celia, F. **ENTRE VINHAS E VINHEDOS: A CONTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA SERRA GAUCHA**. 3º COLOQUIO IBERO AMERICANO, PAISAGEM CULTURAL, PATRIMONIO E PROJETO. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/379220326/256paisagem-Rural-Vinhedos-Referencia>. Acesso em dezembro de 2019.

PIANA, GIORDANI, Marilei. Souza, Célia Ferraz. E. **Além do vinho: a paisagem cultural no espaço social dos territórios vitícolas da Serra Gaúcha**. Revi. Bras. Vitic. Enol., n. 9, p. 122-129, 2017. Disponível em: <https://www.enologia.org.br/default/uploads/revista/revis>. Acesso dezembro de 2019.

⁵⁵ Sobre o Sistema de Planejamento Espanhol / Catalão e os Catálogos de Paisagem da Catalunha; Concepção e critérios para a elaboração dos catálogos da Paisagem; Procedimentos para a elaboração dos Catálogos de paisagem e consultas públicas, ver: Schwerz (2017, p. 204-210).

⁵⁶ Ver em: <http://www.catpaisatge.net/esp/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

Por esse motivo, toma-se como base os Planos Diretores dos municípios para realizar a análise comparativa da proteção da paisagem vitícola na linha de tempo proposta e dimensionada em quatro momentos. Com o objetivo de averiguar a atuação dos Planos Diretores na preservação da paisagem, utiliza-se a metodologia de Busquets (2006) de modo adaptada, por ser aplicada em igual território vitivinícola que possui Denominação de Origem, situado na região vitivinícola de Alt Penedès, Catalunha – Espanha, cuja produção vitícola foi capaz valorizar o território e frear o êxodo rural na região. O estudo do autor, centra-se nos problemas estruturais da produção vitivinícola da região e na sobrevivência do próprio espaço produtivo frente ao grande aumento do consumo do território por outros novos usos (urbano, industrial, terciário). Utiliza-se na pesquisa a metodologia desenvolvida por Busquets (2006, p. 451) que será explicada de modo mais amplo no Capítulo IV (p. 238-247) por que o autor também faz uso dos Planos diretores para realizar a análise da paisagem cujo recorte de estudo utiliza igual legislação, na falta de estudos mais amplos como o Catalogo da Paisagem que região espanhola possui. O estudo partiu das inquietudes do autor em razão das transformações verificadas na paisagem e do compromisso da administração pública local de organizar critérios e instrumentos úteis, que permitam controlar as modificações e estabelecer critérios de preservação da paisagem no planejamento urbano do território. O estudo do autor embasa-se no Convênio Europeu da Paisagem do ano de 2000 (Cap. II – Art. 6º, de implementação de medidas específicas), que definiu critérios de identificação das paisagens, análise das características e das forças que transformam paisagens e, ainda, avaliação e introdução dos instrumentos para orientar, proteger, gestionar e planejar as paisagens.

No primeiro momento, efetua-se a análise da legislação de igual teor, que regulamenta o uso do solo através dos Planos Diretores dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos para investigar a proteção da paisagem vitícola, do patrimônio cultural e como ocorre no contexto de políticas públicas na área reconhecida com a Denominação de Origem.

No segundo momento realiza-se a sobreposição das fontes primárias e secundárias para juntar-se a análise das Leis municipais dos Planos Diretores com a Normativa da Denominação de Origem da área geográfica e sua atuação sobre o uso do solo e a paisagem (CAP V). Este levantamento e as análises visam estabelecer uma base de comparação do território dentro de um recorte temporal, situado em uma

linha de tempo que vai de 2012 a 2019, para verificar se houve crescimento, expansão e novos usos do solo, balizar as alterações da paisagem desde o reconhecimento do território vitivinícola e, ainda, para referenciar qual tratamento e/ou proteção é estabelecido para a paisagem vitivinícola nos Planos Diretores.

No terceiro momento efetua-se a análise comparativa, empregando a metodologia de Busquets aplicada no território vitivinícola de Alt Penedès e utilizada sobre o Vale dos Vinhedos, conforme os critérios estabelecidos de proteção, gestão e planejamento do território. Esse recurso é adotado devido às semelhanças entre os territórios: número de habitantes, dados econômicos, nível de renda, escolaridade, faixa etária da população, números da produção vitícola, alterações nas formas de condução vitícola e análise a partir do Plano Diretor, conforme elaborado no Capítulo VI.

No quarto momento foram aproximados e sobrepostos os dados coletados das etapas anteriores para atingir os objetivos propostos, avaliando-se a situação local quanto ao uso do solo, se há o reconhecimento da paisagem vitícola e de sua importância no contexto do território produtor e enoturístico. Como resultado, constata-se qualitativamente o quanto o fator “paisagem vitícola” é um elemento de valorização do território e dos produtos e se a legislação nos Planos Diretores é efetiva para a proteção da paisagem e do patrimônio cultural.

A tese organiza-se nos seguintes capítulos:

- INTRODUÇÃO

- CAPÍTULO 1

O capítulo realiza uma discussão conceitual que vai do espaço ao território que dá base e materialidade à construção da paisagem, para demonstrar a relação sensível entre a percepção material e visual do território. A reflexão é baseada no entendimento da formação da paisagem enquanto representação da cultura, baseada no entrelaçamento das práticas espaciais dos indivíduos e seus grupos sociais que dá sentido e significado aos seus habitantes e ao lugar. O território produtivo não se configura como uma exterioridade materializada em sua fisionomia; quer-se demonstrar que a paisagem surge de uma relação sensível da percepção em toda a sua complexidade, dos aspectos mais simples aos mais complexos, aos quais se atribui

um juízo estético. A paisagem é muito mais do que uma aparência percebida; seu caráter é, sobretudo, o resultado das inter-relações entre fatores naturais e humanos, aspectos também definidos na Convenção Europeia da Paisagem – Florença de 2000. (MATA OLMO, 2010, p. 46).

- CAPÍTULO 2

O capítulo aborda a história do cultivo dos vinhedos desde os tempos ancestrais, cujos povos, já na era paleolítica, dominaram o território e o clima na condução das videiras. Os gregos (séculos XII a IX a.C. até o fim da Antiguidade, c. 600 d.C.) aperfeiçoaram suas formas de cultivo, transformando o território em paisagem agrária através da condução dos vinhedos com os tutores vivos.

Muitos séculos após, busca-se identificar se o tipo, a forma de plantio se encontra no recorte de estudo, com o objetivo de entender a formação da paisagem através da condução das videiras e o referencial cultural que dá identidade ao território. Pretende-se também verificar o quanto e como a paisagem vitícola expressa os valores culturais para a comunidade local, quanto isso os identifica, como estão envolvidos na cadeia produtiva, a relação com a formação das cidades e o desenvolvimento do território. Assim como dos valores econômicos que lhe são característicos, para identificar se esses valores são parte da cadeia produtiva do vinho, imprimindo aos lugares do vinho a capacidade de gerar emoções e vincular-se ao valor do produto, uma vez que os territórios vinícolas são cada vez mais acessíveis aos turistas e aos consumidores, oferecendo-lhes experiências para vivenciar o ambiente por inteiro.

- CAPÍTULO 3

O capítulo traz a aproximação entre as paisagens vitícolas produtivas, a construção social e o valor cultural, que conduz a marca da identidade dos que a construíram. Estuda-se o termo *terroir*, desde o aparecimento deste conceito muito utilizado no mundo vitivinícola mundial, como uma conceituação técnica a respeito das condições geológicas e geográficas do território. Entretanto, quer-se demonstrar os avanços que têm surgido no conceito como uma construção social que engloba a cultura do lugar e de seus habitantes. Autores demonstram essa tendência e fornecem

evidências de grandes mudanças na conceituação, colocando maior ênfase nos processos culturais, que distinguem os territórios e a paisagem. Aborda-se também o turismo nos territórios do vinho (enoturismo) como atividade mundial com crescimento ascendente. Para tal, é necessário um equilíbrio harmonioso que ofereça oportunidades ímpares aos destinos, assim como o aumento da compreensão do patrimônio cultural e natural. Neste sentido, o território, o turismo do vinho e a paisagem vitícola são debatidos no capítulo como conceitos e ações imbricadas entre si, cujos referenciais conectam a região vitícola de origem à tradição, à cultura, à gastronomia e, principalmente, à paisagem, que é a base de formação do território produtor.

- CAPÍTULO 4

No capítulo debate-se o vínculo e as interações entre o território, o reconhecimento da Denominação de Origem e o vinho, que se insere em um cenário produtivo cuja paisagem é um importante componente. Abordam-se as Indicações Geográficas da Europa até o recorte de estudo da pesquisa a fim de compreender a natureza do vínculo do produto com o grupo humano, a cultura e os valores que qualificam o território, que se manifestam nos selos de qualidade e se incorporam com a origem de produção nas Denominações de Origem. Apontam-se exemplos de reconhecimento da paisagem cultural pela UNESCO, como a do Café da Colômbia, situada em um território com Denominação de Origem, que demonstra o entrelaçamento entre a cultura, o território e a paisagem que dá sentido à preservação. Também são demonstrados exemplos de casos de paisagens vitícolas reconhecidas pelas UNESCO e qual é a ação desses territórios no uso e em relação ao valor dessas paisagens.

A Associação das Cidades do Vinho, na Itália – Associazione Nazionale Città del Vino (ACV) exemplifica a organização de cidades de cultivo, produção e elaboração de vinhos. Estabeleceram-se a partir da constatação de que as legislações vigentes não atendiam com especificidade esses lugares do vinho e sua paisagem, com o objetivo maior de dar atenção aos ambientes de produção através do planejamento, da valorização do território, da cultura, dos saberes locais, da produção, da paisagem e da preservação cultural.

A crescente presença de empreendimentos imobiliários urbanos em áreas produtivas rurais resulta em entraves na paisagem. A reflexão acerca-se, então, das modificações e transformações a que estão sujeitos os territórios produtivos, impulsionados pela valorização da paisagem e qualidade de vida, para demonstrar que essas ações são vetores que fomentam a retirada do produtor de seu lugar de origem, além de acarretar transformações nesses territórios antes produtivos.

Para finalizar o quarto capítulo, demonstra-se a metodologia de Busquets (2006, p. 449) aplicada na análise da paisagem vitivinícola de Alt Penedès – Espanha, cuja produção é reconhecida pela Denominação de Origem, que se utilizará como base de análise da paisagem no território em estudo.

Neste contexto, e em razão das dinâmicas que ocasionaram transformações territoriais e econômicas, a preservação da paisagem foi posicionada no centro do debate político de Alt Penedès, cuja população considera de extrema importância a paisagem vitícola nesse território, que transcende as questões estéticas e nostálgicas, mas de sua transcendência para o futuro da região. Neste cenário, o autor traça uma análise através das políticas públicas como o Plano Diretor com força de Lei, para estabelecer critérios e instrumentos para a preservação e a gestão da paisagem vitivinícola dessa região.

- CAPÍTULO 5

Neste capítulo a tese apresenta o recorte de estudo, a formação da paisagem vitícola e suas marcas culturais presentes no território. Realiza-se a análise da legislação dos Planos Diretores de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul a fim de entender e pinçar seus elementos que direcionam para o reconhecimento e a proteção da paisagem ou para a descaracterização e alterações do território reconhecido e produtor. Também se investiga como os municípios tratam essas parcelas que pertencem ao Vale dos Vinhedos e se essa legislação pode projetar alterações no território.

- CAPÍTULO 6

Neste capítulo procede-se à continuidade da investigação da paisagem vitícola, utilizando a metodologia de Busquets (2006) para analisar os reflexos dos Planos

Diretores sobre a paisagem vitivinícola. Para tanto, utilizam-se com base no autor os critérios de análise das características e das forças que transformam a paisagem vitivinícola do recorte de estudo.

Para finalizar, a tese faz uma análise das transformações verificadas na paisagem e das tendências futuras que se apresentam para o Vale dos Vinhedos, cujas ações, associadas à valorização da terra, podem nortear as modificações e transformações que se delineiam na paisagem do território produtor com Denominação de Origem.

- 7 CONCLUSÕES
- REFERÊNCIAS
- ANEXOS

1 DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: AS PRÁTICAS DO COTIDIANO NA FORMAÇÃO DA PAISAGEM

No capítulo apresenta-se a discussão conceitual do espaço na construção do território e dos laços de pertencimento cultural que se materializam na paisagem para tornar-se um elemento consolidado. O estudo baseia-se no entendimento da formação da paisagem enquanto representação da cultura, que dá sentido e significado a seus habitantes e ao lugar. Neste sentido, o debate articula-se no entrelaçamento das práticas espaciais dos indivíduos e seus grupos sociais, na construção do território e da paisagem.

A conceituação da paisagem, da identidade e da cultura contribui para identificar as marcas, através do plantio vitivinícola. As singularidades expressas nas representações conferem alta capacidade simbólica e identitária e geram desafios quanto à proteção.

1.1 O espaço, o lugar e o território nas dinâmicas da paisagem

A tese parte da conceituação do global para o local, na intenção de entender a transição do espaço para a definição do território e a formação da paisagem. Objetiva-se estabelecer um diálogo de interação entre a paisagem e os valores culturais que lhe dão sentido e singularidade.

O entendimento da construção da paisagem, através da conceituação do espaço, do lugar e do território, estabelece um lastro para a inserção da paisagem que analisa as marcas deixadas pelo tempo, resultado da ação cotidiana do homem.

A referência ao espaço geográfico como um todo do espaço social, de acordo com Lefebvre (1984), é produzida pelo entrelaçamento das práticas espaciais dos indivíduos e seus grupos sociais, uma representação hegemônica que se faz do espaço como princípio das vivências do cotidiano. Considera o espaço social como uma articulação dos sistemas político, cultural e econômico, e conceitua o espaço em três dimensões:

1. *Espaço percebido*: Os indivíduos apropriam-se dele através dos sentidos: visão, audição, olfato, paladar e tato. A percepção do espaço está diretamente ligada à materialidade que o decifra e vincula os indivíduos a seus lugares de trabalho e da vida cotidiana. Este espaço é materializado na paisagem vitícola através da visão formalizada, do modo de plantio e dos materiais utilizados, do olfato, dos aromas e sabores da uva madura, da arquitetura dos lugares, dos espaços povoados, que dão vida e estrutura aos lugares do vinho ao longo do processo de elaboração, que permite uma fruição visível, olfativa e de sons que esse espaço reproduz.

2. *Espaço concebido*: Expressa as externalidades que tensionam o pensamento quando percebe o espaço real para formar um todo e a produção do conhecimento sobre ele. É o cotidiano que produz o movimento; nele há um jogo de contradição, de tensionamento entre as três esferas do espaço percebido, concebido e vivido.

3. *Espaço vivido*: Expressa a experiência vivida nas práticas e ações do cotidiano dos indivíduos, que reproduz a vida de acordo com sua bagagem cultural. As ações individuais ou coletivas levam os indivíduos às práticas de apropriação dos produtos no espaço, às marcas pela produção, que são mais que testemunhas, mas expressam significados sobre o processo produtivo sem serem necessariamente simplificadas, e estão ligadas umas às outras dentro do processo produtivo do espaço.

A tese traz para o debate a gradativa apropriação do espaço produtivo, das videiras, por outros usos que não os de produção vitícola, o que pode ocasionar a descaracterização, a simplificação e a modificação do espaço. Para Lefebvre, o modo de produção e reprodução no espaço deixa as marcas da relação social, das divisões de trabalho e da hierarquia que organiza a função social. (*apud* RAMÍREZ; REBECA, 2004, p. 66)

Já, Milton Santos (1996, p. 22) define o espaço como um conjunto intrínseco entre os arranjos formados por objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, preenchidos pela vida que anima a sociedade em movimento, e esta materializa e corporifica o espaço. No entanto, os espaços estão sujeitos a rápidos e permanentes processos de transformação, com suas representações aparentes da história. (SANTOS, 2006, p. 67). O geógrafo destaca que o espaço apresenta uma forma a partir da interação humana por seu modo de ser e agir, produzindo uma materialidade que traz sentido para aquele lugar, para aquele território. O espaço não é temporário, mas estabelece uma condição de sobrevivência na qual o homem se insere com uma ação sobre ele, que o convida a produzir e dele fazer parte. Para isso, o homem utiliza suas técnicas que tornam o espaço diferenciado e único. Milton Santos (2006, p. 29) também enfatiza que o espaço permite a visualização das técnicas que o homem utiliza sobre ele e que se refletem na construção da paisagem, que é a principal forma de relação entre o homem e a natureza. Ainda para o autor, as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, cria seu espaço e produz. Deste mosaico de relações, de formas, funções e sentidos resultam o espaço e a paisagem, através de movimentos superficiais e unitários, que possuem a sociedade como pano de fundo. (SANTOS, 1996, p. 35).

O geógrafo Lowenthal (1961, p. 155) faz referência aos “espaços vividos”. Considerando-os uma incorporação sem mediação dos elementos da vida cotidiana, onde as pessoas, através de sua preferência e dos costumes no espaço vivido, tendem a moldar o mundo a partir do que veem, suscitando novos debates e estudos em torno da paisagem a partir das percepções ambientais.

No viés da geografia cultural, Claval (1999) busca entender a experiência do homem no espaço social e no meio ambiente para compreender o significado que essa interação possui com a cultura local. O autor evidencia que, tanto na geografia como nas demais ciências sociais, economia, política e etnologia, a cultura sempre está vinculada como elo para o desenvolvimento das ciências no espaço social.

Neste contexto, a tese faz o estudo no Vale dos Vinhedos, a partir do espaço social, de conceitos multidisciplinares, para sobrepor os tempos de vivência de seus indivíduos (os imigrantes, o plantio das videiras, a construção da paisagem) das temporalidades que se descortinam, formando as representações, que também são o resultado das ações culturais sobre este espaço. Enfatizam-se as várias dimensões da vivência na linha do tempo que, gradualmente, se transformam em representações na paisagem, em memória e imagens, a partir da atuação individual e coletiva dos indivíduos sobre o território, transmitindo suas heranças mentais e culturais para as gerações.

A formação do espaço social referido pelos autores revela o processo cultural entre o homem e o meio de produção do vinho, através da materialidade refletida na paisagem construída, que dá sentido aos produtores e à formação social na qual está inserida para, deste modo, proporcionar a ancoragem na formação da paisagem, o reconhecimento da identidade coletiva através do espaço produtivo, em conjunto com os laços de pertencimento para com o espaço e a atividade desenvolvida. O indivíduo no território também é instigado em sua personalidade pelas influências vividas. Por esta razão, o espaço social é lido e decifrado a partir de seus indivíduos, de suas práticas e suas representações, que se manifestam em diferentes tessituras como a do espaço apropriado também pelo poder. (BOURDIEU, 2013, p. 134).

O poder manifesta-se em diferentes âmbitos nos territórios vitivinícolas, ancorados nos grupos hegemônicos que detêm as maiores parcelas de produção e, desse modo, caracteriza as práticas sobre o território através das alterações da paisagem produtiva.⁵⁷ Os lugares, as paisagens e os territórios são criados a partir das relações sociais. Esses espaços dinâmicos de mediação entre os indivíduos e seu meio comportam identidades, variável essencial para que o homem desenvolva laços de pertencimento para com seu espaço social.

Para Di Méo e Buléon (2007, p. 7), é possível delimitar três maneiras diferentes de viver o espaço: (i) O espaço das *vivências* na formação do espaço social, sendo esse o suporte ativo de memória da configuração da ação social desenvolvida; (ii) o *espaço vivido* no qual se projeta a existência de seus habitantes, que resulta de suas interações e práticas no espaço social, que resultam nas representações; (iii) o espaço *cartesiano*, no qual os objetos encontram seu lugar não de forma aleatória, mas

⁵⁷ O aumento das parcelas de produção vitivinícola será abordado no Capítulo 6.

definido por leis que interferem no cotidiano que, através de seu processo cultural, define a substancialidade e a concretude do espaço nas dimensões do material e ideal. Esse espaço, de acordo com os autores, contém a memória, resultado das vivências que se projetam a partir de suas interações e das práticas de seu saber fazer, na construção do espaço social, assim como se verifica nas várias nuances de um espaço vitivinícola e a paisagem.

A diferenciação entre espaço e lugar traz à tona a similaridade dos conceitos que se fundem entre si. Tuan (2013, p. 14) assinala que há uma relação estabelecida entre *espaço* e *lugar*, que frequentemente se fundem, mas o lugar é mais contido que o espaço:

“Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor e, nesta perspectiva, a questão do valor toma forma para dar significado ao espaço. [...]. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra.

Ao referenciar as práticas do cotidiano que resultam na paisagem, Certeau (1994, p. 203) faz distinção entre espaço e lugar na qual o espaço proporciona uma ausência de posições predefinidas, mas a visibilização das diversas experiências do cotidiano, animado pelos movimentos que ali ocorrem, e resulta na materialidade que permite a configuração do espaço social. O lugar é o oposto, configurando um posicionamento estável. Por esta razão, afirma que “o espaço é um lugar praticado” quando os indivíduos encontram nele seu lugar para viver seu cotidiano.

Na geometria definida pelo urbanismo, o desenho que define a paisagem, a cidade é o espaço social produzido e construído para que possa ser vivido através das práticas do cotidiano nas ações humanas, na apropriação, no capital social e econômico, permitindo a demarcação e a troca de relações entre os indivíduos. Neste sentido, é possível observar que Certeau (1994) sinaliza a relação de apropriação do espaço pelo homem como um meio intrínseco de vida, de estabelecimento, de produção que proporciona a condição de vivência, como também se dá nos espaços rurais produtivos.

Entretanto, o espaço é anterior ao território. Nesse contexto, Raffestin (1993, p. 144) sinaliza o território como uma produção do espaço em razão das relações que envolve e se inscreve num campo do poder desenvolvido pela sociedade, como os

modos de produção vitivinícola que definem o território. Segundo o autor, por essa razão o território possui limites, usos específicos e continuados que proporcionam o senso coletivo através da apropriação simbólica e materializada do espaço, ao mesmo tempo em que é um campo de forças e tensionamentos onde também se inserem as disputas de poder. Nos territórios vitivinícolas observam-se as normativas de produção, que determinam novos modos de condução dos vinhedos implantados gradualmente em detrimento da história construída. O autor também enfatiza que o território se forma a partir das práticas culturais e políticas, detentoras, agentes e reprodutoras do capital no sentido de realizar a dominação social do espaço. O território é utilizado para produzir algo imaginado e não dominado.⁵⁸

O alemão Friedrich Ratzel foi o primeiro grande autor da *Geografia Política* (1974) e apresenta o território fixado no referencial político do Estado, desvinculando-o dos conceitos de enraizamento. Entretanto, Souza (2009, p. 79) alinha em suas reflexões que o “*território é essencialmente um instrumento de exercício do poder*”; como esclarecimento, destaca os conceitos de Anna Arendt (1985, p. 24 *apud* SOUZA, 2009, p. 79) sobre o poder como uma habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em comum acordo, por isso não é propriedade de um indivíduo, mas de um grupo enquanto se mantiver unido, como as regras observadas nas IGs.

O geógrafo enfatiza que o território surge como um espaço concreto, resultado de seus atributos naturais e da construção social. A ocupação do território é um gerador de raízes e identidade, porque um grupo não pode ser compreendido sem seu território, onde os atributos socioculturais como a identidade estão conectados à natureza, ao patrimônio arquitetônico e à paisagem. (SOUZA, 2009, p. 84).

1.1.1 O território, a identidade e a territorialidade

A construção da identidade do território assume por vezes uma dimensão geográfica, como se identifica nos territórios vitivinícolas da Serra Gaúcha. Neste ponto de vista, a construção do território faz parte de estratégias identitárias, mas a identidade, uma vez definida, contribui para fixar os signos, as marcas que ela reteve para protegê-las do desgaste do tempo. Deste modo, verifica-se a questão de

⁵⁸ Notas de aula da disciplina *Território, Sociedade e Cultura*. Prof. Álvaro Luiz Heidrich, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, UFRGS, 2015.

identidade e os problemas do território: são inseparáveis, eis que a construção das representações como a paisagem (por exemplo, a vitícola), que tornam humanizado o espaço dos territórios, é inseparável da construção das identidades. (CLAVAL, 1996, p. 14-16).

Entretanto, o autor salienta que a fluidez e a rapidez dos deslocamentos e das comunicações na modernidade possuem efeitos incontestáveis sobre os sentimentos identitários; ou seja, quanto mais os indivíduos vivem em um universo limitado, mais a identidade é vivida, porque a identidade está vinculada à construção do “eu” ou às relações com o outro e permanece como uma noção fugitiva. Em diversos modos, o território serve como base para os sentimentos de identidade.

Para Claval (1996, p. 24), a transição para a pós-modernidade instiga as forças por trás das identidades tradicionais, que atraem para uma busca de identificação com as paisagens ou os objetos.

Território e identidade são vinculados a questões socioculturais, argumentam Choay (2001), Hall (2006) e Sack (1986), e são formadores de uma identidade social. Estes autores demonstram um enfrentamento, hoje, entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, contraditórias, reveladoras de dois sistemas de valores e de duas éticas distintas frente ao território.

Para Haesbaert (2005, p. 6.774), o território “*reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico*”. A abordagem não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo; por esta razão, “*o território é primeiro um valor*”. Assim, de acordo com Haesbaert (2005, p. 6.776), “o território nasce com dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium*⁵⁹ quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar); ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar.⁶⁰

Ao mesmo tempo, por extensão, pode-se dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Haesbaert (2005, p. 30) explica que o território vai além da posse; é

⁵⁹ Haesbaert (2005) ressalta o *territorium* como *ligado a terra, próximo da terra* – para o termo francês – TERROIR utilizado mundialmente para distinguir os vinhos de produção de um determinado território, que é base estruturante de uma Indicação Geográfica. Ver Capítulos 2 e 4 nesta tese.

⁶⁰ Faz-se referência ao território dominado, como uma extensão de um grupo definido. Por ex.: o de produtores que pertencem à Denominação de Origem e do outro grupo, os que não pertencem.

também uma parcela de identidade, resultado da relação efetiva do indivíduo no espaço, com uma força simbólica tamanha que passa a ser talvez o mais eficaz “*construtor de identidade*”.

A identidade é formada ao longo do tempo dentro dos processos inconscientes do indivíduo desde seu nascimento. Ela sempre estará incompleta por estar em constante processo de formação e identificação. Na vida adulta, a identidade se expressa e é preenchida a partir do exterior, das práticas diárias e da maneira de como se é visto pelos outros. (HALL, 2006). Espaço que dá materialidade ao território. Neste contexto, a tese reflete a territorialidade verificada na formação do âmbito social, nas atividades familiares, no plantio vitivinícola, nos relacionamentos cotidianos, na produção vitícola e na elaboração de vinhos. Ou seja, o domínio do território elabora uma ação de controle sobre certa área geográfica.

Para Sack (1986), o significado da territorialidade traz uma reflexão sobre a relevância que ela possui para o convívio social, que se alterna de acordo com os lugares e o tipo de sociedade que a compõe. O exercício do poder define a territorialidade como uma estratégia para determinar diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações. Ela também pode ser ancorada de várias maneiras, como descrições de trabalho, normas culturais, proibições ou usos sobre áreas, no modo e sistema de plantio. Ao mesmo tempo, a territorialidade também emite marcos de sinalização, de fronteiras que impedem o acesso à área, como, por exemplo, a Indicação Geográfica sobre determinada área de produção vitícola, para determinados produtores inseridos neste território, seguindo determinadas formas de plantio e produção. Por essa razão, o estabelecimento da territorialidade é refletido na tese com base na demarcação do território através da produção vitivinícola, que se apropria do espaço, que o utiliza de acordo com sua cultura, que cria singularidades e pontua vivências.

O território e a territorialidade decorrem de ações pertinentes à ação que permite fixação, separação, uso e posse para criar a ligação entre o indivíduo e o objeto que resultam em marcas cujo objetivo é a busca do controle do poder no território. Nas mais diversas situações de território e territorialidade há o domínio que se produz por um controle da área; seu uso que pode estar associado à ocupação, uso e posse.⁶¹

⁶¹ Notas de aula da disciplina *Território, Sociedade e Cultura*, Prof. Álvaro Luiz Heidrich, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, UFRGS, 2015.

As relações sociais como fator humano, a ação, são ações pertinentes ao território sob o olhar da territorialidade, objetivadas pela busca do controle e poder do espaço produtivo. (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1980). Entretanto, para Haesbaert (2004, p. 344) a territorialidade é algo abstrato, mas não no sentido radical que reduz ao caráter de abstração analítica. A territorialidade é interação entre homem e espaço, interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço. Ao mesmo tempo, o autor considera as multiterritorialidades como um ato de dominação do território que parte do nível individual ou de pequenos grupos, cuja relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios.

1.1.2 O conceito integrador entre o território e a paisagem

A paisagem constitui-se de um modo dinâmico; suas estruturas podem parecer fixas, mas estão em constante evolução. O lado subjetivo da paisagem volta-se para seu interior e adiciona-se ao objeto exterior que o reconfigura cultural e criativamente. É a primeira separação profunda dos conceitos de “paisagem” e “território”. (PISÓN, 2009, p. 329). Esse entendimento de paisagem adquire valores particulares com significados, com seus sentidos culturais atribuídos pela arte, o pensamento, os mitos, as referências antropológicas, os usos, por sua resistência física, por sua beleza e pela identificação com a população que a habita.

Neste sentido é que a paisagem está infiltrada pela cultura. A paisagem é um nível cultural. Ainda, Pisón (2009, p. 230) salienta que a paisagem é o resultado da morfologia territorial, que contém ideias, imagens e um manto cultural e vivencial que deriva dos indivíduos em conferir um sentido cultural a suas vivências através de sua relação com o território.

As paisagens rurais formam um potencial ecológico e uma configuração econômica que pode estar contida na paisagem em sua comunidade, entremeada pelos legados do passado que constituem valores culturais que expõem as organizações tradicionais do espaço, e estas, por sua vez, configuram o território atual. Entretanto, mesmo que as paisagens rurais possuam conteúdos culturais voltados à identidade regional, como se configura a região vitivinícola em estudo, sua preservação não é facilitada e incentivada por esses motivos. (FERNANDÉZ *apud* PISÓN, 2009, p. 332).

A paisagem é caracterizada por seus traços sensíveis pelos quais os lugares são permeados e expressam a estrutura cultural que a define. Essas características também definem a originalidade do território, sua diversidade e a singularidade de seus componentes, além do modo diferente que os une. (SESTINI, 1963 *apud* MAUTONE; RONZA, 2010, p. 6). Sestini define que a originalidade, a singularidade e a inovação são promotoras da renovação e da preservação das marcas que caracterizam a identidade dos lugares, no sentido de preservar a desterritorialização, que pode desestabilizar e colocar em crise consolidados sistemas culturais. A lógica da dimensão local compartilhada com as políticas de desenvolvimento assinala em sua escala o dever de valorizar as características materiais e imateriais que constituem o patrimônio dos recursos naturais e culturais do território. (MAUTONE; RONZA, 2010, p. 5).

A tese concorda com a argumentação dos autores, da relação entre o espaço e a cultura expressa no território vitícola, através do cultivo, que demarca o território e proporciona uma relação dual que une os homens aos seus lugares. Neste sentido, Bonnemaison (1981, p. 101) afirma que a ideia da cultura compreendida no espaço não pode ser separada do território; é pela existência de uma cultura que se cria um território, e deste modo ele se fortalece e expressa uma relação simbólica entre o espaço e o território. Para o autor, a cultura não organiza o espaço, mas o penetra, desenha em seu solo um traçado, símbolos e signos, produzindo o que ele chama de semiografia que demarca o espaço de territórios que são sociais, e mais ainda, culturais. A cultura proporciona um papel simbólico quando se crava no espaço, carregando-se de afetividades e significações e tornando-se um território-santuário que se entrelaça com signo e valores, associando o território à ideia de conservação natural. (BONNEMAISON, 1981, p. 111).

A tese também discute se a identidade e a cultura possuem um papel emblemático para o lugar, como um símbolo que identifica o território no qual está inscrita a paisagem vitícola em estudo. Neste sentido, Bossé (2004, p. 165-169) aponta que a identidade é um meio de materializar o sentido do lugar, porque participa da vida dos indivíduos e dos grupos; o lugar influencia e constrói subjetivamente identidades culturais e sociais. O território identitário é ritual, simbólico, por ser um local de práticas ativas e atuais, do trabalho diário, por meio das quais se afirmam e vivem as identidades. O autor também refere que a construção da identidade passa pela hereditariedade e pela preservação do patrimônio sócio-histórico, da memória

coletiva refletida na capacidade de recordar, preservar e perpetuar o passado, e parte de um sentimento identitário expresso nas paisagens reais que assinalam e informam consciências coletivas emocionais e territoriais.

O entendimento da paisagem em seus territórios que a caracterizam é assinalado por Mautone e Ronza (2010, p. 8) como um fator de desenvolvimento social e econômico que se integra de forma mútua nos momentos cognitivos e operacionais. A vinculação e a integração dos processos culturais nos caminhos empíricos é, para as autoras, uma condição indispensável dos vários mosaicos territoriais para realçar sua singularidade, competência e potencialidade para além dos estreitos limites locais. As autoras destacam que a valorização da paisagem e do território se transforma em instrumento de gestão e desenvolvimento através de:

Conhecimento: Conhecer os componentes que produzem e compõem o território e a paisagem, que permite a conscientização e a partilha de valores para a promoção do desenvolvimento.

Diagnóstico: Permite realizar intervenções de conservação com respeito aos materiais, às formas e às técnicas de realização.

Conservação: Resulta na proteção das estruturas materiais de acordo com sua identidade.

Valorização, fruição: Atribui novas funções e papéis inovadores aos produtos da cultura para dar continuidade ao significado e enriquecer os valores.

Gestão dos recursos locais diversificados e complexos, como os culturais e paisagísticos, para estimular a competitividade do território com novas perspectivas de desenvolvimento.

A tese também questiona se a construção da paisagem no território possui uma memória singular refletida a partir das práticas do cotidiano. Neste contexto, as vivências do cotidiano no território através do espaço social produzem uma referência própria, através da memória coletiva.

Essa questão é situada por Halbwachs (1990, p. 14) como uma sucessão dos eventos individuais do cotidiano que produzem mudanças nas relações com os grupos sociais próximos dos indivíduos. O autor aponta a memória coletiva como o resultado do entrelaçamento e do afrontamento entre os grupos sociais nos acontecimentos humanos mais simples do viver cotidiano, ao mesmo tempo em que produz o

entrecruzamento do espaço. Deste modo, na construção do território e da paisagem, **o indivíduo faz uso das memórias individuais** (grifo nosso) que se interpenetram com a memória coletiva para confirmar suas lembranças e apoiar lacunas, ao mesmo tempo em que preservam sua singularidade individual.

A memória coletiva desempenha seu papel como fixadora de lembranças que se reintegram no espaço e no tempo dos grupos sociais dos quais ela faz parte, simultaneamente com o tempo que preserva a especificidade da memória individual, para delimitar com identidade própria espaços, lugares e territórios. (HALBWACHS, 1990, p. 57). Para Bossé (2004, p. 166), o suporte essencial para a ancoragem das memórias e da identidade é o lugar, não no sentido naturalista, mas porque fica evidenciado o vínculo fenomenológico, que apoia os indivíduos, através da forma em que surge a organização do território a partir de suas práticas do cotidiano (demonstradas também através da paisagem e de suas representações). Para ele, o território identitário não é apenas ritual e simbólico, mas, acima de tudo, é lugar de práticas ativas e cotidianas por cujo intermédio se afirmam e vivem as identidades.

O autor também ressalta que a abordagem do desenvolvimento da identidade deve ser realizada por mais de um ponto de vista, que o situe num contexto mais amplo que inclua as relações do espaço que interagem entre si. A construção da identidade passa como uma herança familiar e também através da preservação do patrimônio social.

Entretanto, Claval (2010) entende a construção da identidade no território e na paisagem como uma sobreposição de saberes, fazeres familiares e nas formas de vida nas mais diferentes tradições e culturas. Nas comunidades, os indivíduos foram capazes de entender as ferramentas, como utilizá-las e como as paisagens eram moldadas, criando familiaridade com as formas visíveis por eles geradas.

Para Quaini (2010, p. 129), a paisagem possui um requisito que não deveria jamais ser esquecido: mais que noção de território e ambiente, que pode ser momentaneamente confundido, mas que mobiliza para a esfera dos sentimentos e na esfera intelectual, a paisagem mobiliza através de seu aspecto físico as esferas do corpo e da mente, e nos últimos séculos vem ganhando crescente participação coletiva. Em um mundo cada vez mais globalizado, é possível observar uma fragmentação cada vez maior do território, assim como o surgimento de novas identidades coletivas, com uma revalorização dos lugares que se refletem em um mundo que interage instantaneamente. Entretanto, em vez de se encolherem, ao

contrário, os territórios se internacionalizam e se integram mundialmente, aumentando seu peso específico. (NOGUÉ; VINCENT, 2001 *apud* NOGUÉ, 2011).

As interconexões e as forças globais têm alterado de modo significativo as relações entre a identidade, o significado e o lugar. É uma ação que proporciona a homogeneização cultural internacional; no entanto, há diversos espaços de resistência de preservação da identidade. Segundo Nogué (2011), quando se criam lugares no espaço geográfico e quando se vive nesses lugares, cria-se uma identidade, porque falar de lugares é também falar de uma identidade que se reveste de características como sexo, etnia, língua, mas também o espaço geográfico. Apesar de os indivíduos de forma mais organizada terem afirmado sua singularidade através das raízes históricas, culturais, étnicas, religiosas e territoriais, a sociedade define seus lugares frente às novas lógicas dos espaços no cotidiano de uma era informatizada em que se está imerso.

Nogué (2011) entende que a paisagem é um dos elementos que permite essas interações, assim como a necessidade de singularizar e ressaltar os elementos que a diferenciam dos demais. O autor sinaliza que a paisagem traz em si, de forma indelével, a projeção da cultura na sociedade em um determinado espaço, reflete a dimensão material e a simbólica através de sua cultura, que permite a transformação da paisagem natural em paisagens culturais, determinada não somente pelas formas materiais, mas também mediada pela cultura. Todavia, a globalização na contemporaneidade oferece a todos os lugares as mesmas vantagens, de maneira que todas as cidades podem receber as mesmas notícias em todos os lugares e as pessoas adquirem as mesmas formas de conhecimentos. (CLAVAL, 2010, p. 21).

1.1.3 O território e a paisagem na produção do vinho

O conceito de território conjugado com o plantio e a elaboração de vinhos constitui-se na atualidade para mais que um território produtivo, mas também como uma potencialidade cultural, com atribuição de valor e simbólica, com extraordinária riqueza e de grande complexidade. (PASTORE, 2007, p. 2).

A um território produtor de vinho pode-se atribuir anos e séculos de história; ali nasceram percursos terrestres e marítimos existentes até a contemporaneidade, conflitos comerciais e planetários, porque o vinho é carregado de símbolos e

significados e é um fator econômico. O vinho é um produto da ciência e da técnica, mas também é um mito e uma cultura; desde o Egito, é um símbolo de desejo e de *status*. É um produto que sempre esteve muito próximo e entrelaçado com a vida do homem, com sua história e cultura. Por todas essas nuances, o território vitícola obtém cada vez mais notoriedade; pode ser lido a partir de suas características físicas, da presença no homem no território, de sua maneira específica de se estabelecer e de seus aspectos históricos e culturais. (PASTORE, 2007, p. 2-4).

Aos territórios vitícolas podem ser atribuídos outros significados que, de acordo com Pastore (2007, p. 10-11), envolvem os aspectos mais tradicionais de produção, como:

– **O Território Produtor:** é um lugar de proveniência das uvas, através da interação produtor e ambiente. É o lugar físico que, através da presença social, é sobreposto aos níveis de cultura produtiva de seus produtores. Deste modo, realiza uma ação emblemática de cumplicidade entre o território e seus produtores.

– **O Território Vitícola:** o território a partir de uma realidade de produção vitícola, o modo como ocorre a valorização do produto e do território, que comunica na imagem do vinho daquele território, daquela zona. A qualidade percebida em um território vitícola é alcançada pela transparência e eficácia em transmitir esses valores de preservação do território nos aspectos físicos, históricos e culturais e em transmiti-los a seus compradores.

– **Território – Instituição:** o território que deriva da imagem gerada pelas políticas implantadas pelos entes locais, nas esferas municipais e regionais, no sentido de valorizar o território vitícola.

Ainda para Pastore (2007, p. 13), se está diante de importantes tendências econômicas e culturais que influenciam significativamente o mercado, as áreas produtivas e também o turismo, cada vez mais expressivo. A promoção do vinho, ligada ao marketing do território, tem se tornado equitativa e com as mesmas características, com continuidade e interação. Entretanto, **é cada vez mais gradativa a aceitação de vinhos oriundos de um território que valoriza a qualidade de sua paisagem, assim como preserva seus aspectos históricos culturais.** (grifo nosso).

Neste sentido, o vinho deriva da aproximação do aspecto cultural racional que ocasiona a diferenciação de oferta em contraponto às produções banalizadas e

estandardizadas da economia de escala industrial, e ao mesmo tempo propõe produtos constituídos a partir das interações “*materiais e mensuráveis*” com elementos “*imateriais e simbólicos*” que giram em torno da cultura do vinho e da qualidade dos territórios que são produzidos. Segundo Pastore (2007), é necessário integrar o território proposto na divulgação do turismo local com a realidade que será encontrada pelos visitantes, porque a promoção turística do território é também a recuperação e divulgação dos elementos materiais, como a arquitetura, o moinho, a igreja, mas, sobretudo, as videiras e a vinícola que diz respeito à cultura produtiva.

1.1.4 A paisagem como significado na construção do lugar

As paisagens são o resultado das práticas que estão submetidas a constantes cruzamentos de realidades e de projeção dos indivíduos, que se tornam fontes de criatividade e alterações. O ser humano molda-se para criar seu habitat, onde coleciona sua história e cultura: constrói paisagens demarcadas pela simultaneidade do presente e do passado. Os indivíduos em constantes mudanças, por necessidade de habitar, criam e constroem seu território inserido em ações contínuas e incessantes, enquanto modificam seu lugar para, assim, criar a paisagem. (FERRIOLO, 2008, p. 116-118).

O autor situa como parâmetro principal as relações entre os indivíduos e o lugar sob o olhar da ética, que deriva de *ethos* transmitido por Aristóteles, no sentido de caráter-índole, mas alinha que, originariamente, *ethos* era o lugar, a guarida, a moradia do ser humano, que desde o nascimento sobrevive construindo na natureza um ambiente adequando para viver. Suas paisagens refletem a ética, com as formas próprias de cada tempo e lugar. E destaca: “*Cada paisagem é obra de todo um povo.*” Cada lugar apegase emocionalmente a seus habitantes e deriva da arquitetura construída, que difere dos demais lugares e cria uma paisagem com identidade própria, com seu caráter, com seu *ethos*, que é diferente dos demais. (FERRIOLO, 2008, p. 121).

De acordo com Ferriolo (2008, p. 130), a arte da paisagem nasce com a agricultura e, de modo particular, com as videiras e todos os processos de cultivo, porque é uma planta símbolo, que possui o domínio para revelar as relações entre a natureza e a ação humana. O cultivo da terra é um tributo que a videira representa

entre a fronteira da natureza e da paisagem construída através da atividade humana, cujo objetivo é obter os bens necessários para a vida.

1.1.5 A paisagem como definição do território

As diferenças entre os distintos territórios são elementos que dão origem à paisagem que, segundo Maderuelo (2008, p. 5-7), se moldam como um conjunto de aspectos e características de um país, comparado com outros lugares ou países. Entre as muitas definições que são dadas às paisagens, de acordo com o autor, sempre se tem elegido a definição de que a paisagem “*é a interpretação do que se vê no território*”, quando se dá com um olhar estético. Entretanto, na atualidade apresenta-se um paradoxo, porque se está tomando consciência da paisagem e de seus valores, cercada por várias disciplinas que formam uma sensibilidade que se estende na sociedade. Ao mesmo tempo, destaca o autor, é possível tomar consciência de uma deterioração irreversível do território submetido a urbanizações desordenadas cujos sinais se evidenciam através do crescimento **desalinhado de bairros e distritos, abandono da agricultura, a ocupação residencial das áreas produtivas rurais e a construção de grandes infraestruturas que ocasionam fortes impactos visuais e produzem profundos traumas no território** (grifo nosso), e cujas transformações são cada vez mais difíceis de solucionar.

Neste sentido, Maderuelo (2008, p. 6) entende que é necessário fazer um esforço para unir os conceitos de paisagem e território. O entendimento dos valores da paisagem pode ser utilizado como critério para frear as alterações do território, substituindo-se critérios de maximização de benefícios por critérios de planejamento do território que contemple os valores perceptivos.

A tese concorda com o autor, que faz a abordagem da paisagem como construção e parte integrante do território, mas, sobretudo, por entender que a paisagem não é nem natureza, nem território, senão uma construção humana que possui dupla vertente: enquanto construção mental que interpreta o que se percebe e enquanto construção física que altera, modela e transforma o território.

As paisagens são interpretadas por Pisón (2009, p. 336) como as formas que adquirem os sistemas territoriais, como a formalização da realidade espacial, seus

grupamentos, organizações cujas configurações resultam em sistemas de relações e, por isso, são mais que formas territoriais.

De acordo com Turri (2011, p. 166), a paisagem é construída como uma projeção visível do território que se reconhece através de sua forma física e, sobretudo, através de obras que a sociedade e seus indivíduos inseriram no espaço físico, constituindo-se como um cenário para atuar e viver, como um teatro da vida. Para o autor, a paisagem oferece imagens da memória e da história, a beleza da natureza que, através das construções e do viés cultural, expressa significados daqueles que a construíram. O território é a ligação entre o passado e o presente; nele se encontram os registros e os ritmos evolutivos, a paisagem com seus sinais do tempo, considerados como registros de informação, como uma expressão que permite visualizar a relação entre os indivíduos e o território, compreendido nas projeções espaciais, ambientais, tridimensionais do ambiente e todas as formas que interagem com a ação humana sobre a paisagem. (TURRI, 2011, p. 143).

O território é o conjunto de elementos e acontecimentos físicos de um lugar, cuja paisagem é suscetível à degradação, a modificações ou a melhoramentos como qualquer mecanismo. O desafio atual é estudar com quais critérios se enfrentará esses fenômenos de transformação dos elementos físicos da paisagem, como reverter suas consequências, de uma paisagem consolidada pelas ações humanas no tempo e de caráter histórico.

Na atualidade, a paisagem apresenta-se como uma nova perspectiva que envolve várias áreas, entre elas o planejamento urbano e rural, que ela merece em face das rápidas modificações a que está sujeita. O planejamento é entendido por Ferreira dos Santos (1988, p. 54) como um exercício de viver o presente preparando o futuro, que não é uma ação espontânea. Deve ser pensada, racionalizada e projetada com uma previsão de acontecimentos futuros. Exige uma estrutura e disciplina que, se praticada, se tornará cada vez mais natural com a participação imprescindível dos habitantes do lugar. Para o autor, há códigos que devem ser dominados pelo maior número possível de pessoas do lugar, que faz parte da formação da imagem coletiva que o território expressa através da paisagem. As especificidades do território dão forma à imagem coletiva e constituem a referência básica que servirá de marco para seus habitantes.

Ainda segundo Ferreira dos Santos (1988), os novos espaços agregados (como outros modos de produção vitícola), as alterações no modo de ocupar a terra, ou o

que quer que seja, não gerarão conflitos ou desvinculações notáveis. Se forem seguidos os padrões que todos conhecem e a estrutura que todos projetam juntos, o resultado será sempre uma soma com todas as chances de harmonia. Os habitantes do lugar e sua cultura são, para o autor, o mais importante capital cultural do território e sua paisagem. No presente, esses elementos ocupam um lugar crucial nas preocupações sociais e políticas em relação à qualidade de vida oferecida aos indivíduos, assim como em relação às demandas sobre a identidade dos lugares, sobre a gestão dos territórios ou, ainda, sobre a proteção dos meios naturais.

A paisagem é entendida em seu sentido mais amplo: natural e cultural; descortinada não como o resultado de uma cultura, mas em constante processo evolutivo, que considera a paisagem e o território como fator básico para qualquer transformação. Nesta linha, as paisagens culturais adquirem um papel relevante porque constituem a expressão da memória e da identidade de uma região. (SABATÉ BEL, 2004, p. 49).

Na escala europeia, a Lei da Paisagem, de 1993, na França, e o Convênio Europeu da Paisagem, de 2000, em Firenze, Itália, configuram uma nova realidade do olhar sobre a paisagem. (BESSE, 2014b, p. 7). Proporcionou-se, deste modo, novas formulações jurídicas e institucionais no âmbito de proteção, de preservação, assim como novos elementos de valor da paisagem inserida no território. Entretanto, a paisagem foi considerada por muitos séculos um panorama natural sob o ponto de vista do domínio do território através da pintura em sua forma mais expressiva do século XIV em diante. Na atualidade, a relação com a paisagem é parte de um contexto mais complexo que envolve as esferas política, econômica e cultural. (BESSE, 2006, 2014b). Assim, a noção de paisagem na era moderna traz uma representação de produção cultural que se transporta para além da estética, como um marco de expressão cultural.

As paisagens têm merecido estudos cada vez mais abrangentes, segundo Mata Olmo (2008, p. 154), que levam para além da fruição e singularidade, mas como parte do planejamento do território como um valor patrimonial, como representações que expressam a história na linha do tempo. Por outro lado, território e paisagem estão em constante movimento, onde também estão presentes as alterações da paisagem e de seu patrimônio cultural. A divulgação dos cenários da paisagem nos meios de comunicação e de publicidade remete às imagens de consumo de uma globalização

desterritorializada que, ao mesmo tempo, coincide com as demandas sociais por paisagens e entornos de qualidade para viver. (MATA OLMO, 2008, p. 156).

As modificações a que estão submetidas as paisagens na atualidade ocorrem em uma velocidade maior do que as ações de proteção, e neste contexto inserem-se as paisagens vitícolas, tema principal desse estudo. Seus valores estão em constante transformação, acompanhando as alterações do território, porque o patrimônio cultural é mais do que o passado; tem a ver com o presente. No entanto, tem se ampliado outro debate conflituoso no que concerne às conexões existentes entre o patrimônio e o território no qual está inserido, seu entorno, centros históricos, e entre elas estão os destinos que privilegiam as paisagens culturais. (MADERUELO, 2012 *apud* SILVA PÉREZ; FERNÁNDEZ SALINAS, 2017, p. 135).

Berque (2011, p. 3.256) entende e define a paisagem como uma forma simbólica de elaboração da vivência real através da mediação cultural, do território percebido, vivido e interpretado (LEFEBVRE, 1984) através das marcas deixadas no tempo, que permite a interpretação da paisagem através das vivências do cotidiano. Para o autor, em cada paisagem está presente e aparente uma realidade, mas conhecer os aspectos morfológicos de um território não basta para descrevê-lo como paisagem; é necessário o aporte cultural pelo qual o território pode ser diferenciado e percebido. Cada paisagem é estruturada a partir do olhar que, para o autor, é um modo muito particular da modalidade relacionamento com seu ambiente, nas várias formas de mediação, como rituais de trabalho, religiosos e políticos, que são prerrogativas para distinguir as civilizações e as paisagens entre si.

A contemplação do território proporciona a visualização formal da paisagem, suas representações e especificidades, no sentido de que a paisagem é a expressão da cultura de um lugar.

Maderuelo (2008, p. 6) afirma que “não há paisagem sem país, sem território”. Nos territórios vitícolas, a paisagem é considerada um dos elementos primários da composição e do conhecimento de um território e, ainda, um fator de diversidade que proporciona atratividade. A cultura das videiras e do vinho e a paisagem vitícola são patrimônios materiais e imateriais da comunidade, componentes essenciais da história, que se manifesta através de marcas e sinais que podem ser lidos e visualizados, traduzindo a história e dando significado ao lugar. (BECHERUCCI, 2018). Entretanto, a preservação do patrimônio tem suscitado novos significados e redefinições do objeto e do elemento patrimonial que abrangem também as paisagens

e seu reconhecimento patrimonial, e a própria finalidade do reconhecimento. As novas redefinições têm abrangido várias esferas: do patrimônio natural, da valorização do monumento aos bens imateriais no âmbito do território que formam o patrimônio cultural e a separação entre o patrimônio natural e cultural; da preservação à utilização do patrimônio como recurso para o desenvolvimento do território. (SILVA PÉREZ; FERNÁNDEZ SALINAS, 2017, p. 131).

Farinetti (2012, p. 19) afirma que a preservação e a valorização da paisagem na sociedade estão submetidas a um rápido processo de intensa transformação, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, com reformulações de sua morfologia original devido ao uso do território por parte do homem, que acarretou a descoberta de modificações singulares na paisagem. A arqueóloga também entende que as transformações socioeconômicas e tecnológicas dos últimos 50 anos aceleraram os impactos da ação do homem sobre a paisagem com a introdução de novos materiais e tecnologias, desprendidos do contexto tradicional do território, que ocasionou conflitos entre as exigências de preservação da paisagem como um bem cultural e a maneira de utilizar e transformar, de modo incontrolado. Nisso se incluem as formas tradicionais de autoconstrução típicas do trabalho agrícola que, na atualidade, têm o poder de devastar o território em razão das tecnologias utilizadas e das razões econômicas que movem essas ações sobre a paisagem. (FARINETTI, 2012, p. 22).

1.2 A paisagem: origens e representação

A paisagem como representação geográfica é reconhecida desde o século XVI, através da pintura e da cartografia, como forma de reproduzir os elementos da natureza através da leitura visual dos elementos que constituem sua composição.

A construção da palavra paisagem que se utiliza na atualidade percorreu vários caminhos desde o século XVI, situando-se num primeiro momento no significado de território geográfico, *landschap* (*Landschaft*, *paese*). O termo utilizado era *país*, que na atualidade equivale a *território*, para os franceses *environnement*, um lugar ou espaço considerado por suas características físicas e compreendido pelas formas produzidas de habitar dos indivíduos e seus recursos econômicos, resultado do trabalho, do uso e da forma de viver. (CAMPORESI, 1995; FRANCESCHI, 1997; FRISIUS, 1545; ORTELIUS, 1571 *apud* BESSE, 2006, p. 20).

A palavra que indica o conceito de paisagem foi escrita em diversas línguas em diferentes épocas, desde os historiadores gregos e latinos, e por autores que celebram as cidades em diferentes escalas com o objetivo de descrever o território.⁶² A partir do século XIV, os registros do cotidiano e da paisagem na pintura e na cartografia ganharam ênfase e um olhar para sua importância. Seu entendimento como paisagem, com base nas ações e nos ambientes do cotidiano, surgiu no Ocidente associado ao desenvolvimento através da pintura.

O surgimento da palavra *paisagem* é atribuído ao poeta francês Jean Molinet, que em 1493 a utilizou no sentido de “*um quadro representando uma região*”. (ROGER, 1997 *apud* ALVES, 2001, p. 69). Por quase dois séculos o termo não foi utilizado para caracterizar um território geográfico, mas uma pintura derivada do enquadramento na tela para registrar cenas do cotidiano, porque desde o século XIII os pintores italianos desenvolveram uma corrente de pintura ligada aos aspectos religiosos das cenas retratadas, sem desvinculá-la da paisagem no sentido de representar as vivências, os usos e costumes, e as práticas agrícolas no território. (ALVES, 2001, p. 69).

As representações da paisagem através da pintura tomaram notoriedade na Idade Média, anterior ao uso da palavra, que também retrata a relação de poder político e a paisagem, através das “*Muito ricas horas do Duque de Berry*”, pelos pintores, os irmãos Limbourg. A originalidade destaca-se pela prioridade dada às paisagens, retratadas com o intenso realismo das cenas do cotidiano, divididas nos meses de janeiro a dezembro, com minuciosa reprodução dos edifícios e da realidade local, que ainda não havia sido representada. Ao contemplá-las, tem-se a sensação de visualizar cenas do cotidiano através de uma janela, representadas nas atividades dos senhores dos palácios, nas atividades do campo, entre elas o preparo da terra, a semeadura e o plantio. Também revelam os trabalhos agrícolas para a produção vitivinícola, como a preparação do solo para o planto das videiras, a nova brotação e a poda, para demonstrar, através da pintura, uma representação realista do trabalho diário, da natureza e das práticas agrícolas de cultivo.

O Castelo de Lusignane o Palais de La Cité – Paris, localizados na França (Imagens 12 e 13) expressam através da pintura o poder econômico e político que dominava a sociedade camponesa da época, ao mesmo tempo em que exibem o

⁶² Ver Besse (2006, p. 20-23).

cotidiano do entorno dos palácios também como maneira de expressão do poder. “É muitas vezes contra o poder senhorial que a cidade afirmará sua independência e, depois, sua influência sobre o campo ao redor.” (LE GOFF, 1998, p. 1 e 2).

As videiras foram uma das primeiras imagens da paisagem representada, de acordo com Luginbühl (2005, p. 16), mesmo antes de o termo paisagem aparecer no idioma, frequentemente representadas em associação com o poder principesco ou urbano, como nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti do Palácio Ducal de Siena (Imagem 14) ou mesmo nas pinturas de miniaturas das *Horas Ricas do Duque de Berry*. Desta maneira, as videiras pertenciam à paisagem de prestígio e gradualmente adquiriram um valor espetacular, embora negligenciadas no momento em que o mundo artístico descobriu a beleza natural.



Imagens 12 e 13 – O mês de março retratado no Castelo de Lusignan - França no cultivo das videiras. O mês de junho retratado no cultivo agrícola no fundo do Palais de La Cité – Paris - nas *Muito ricas horas do Duque de Berry*.

Fonte: <http://www.escriitoriodolivro.com.br/historias/horas.php#Calend%C3%A1rio>. Acesso em: 18 maio 2018.

Se o termo paisagem nasceu no Ocidente, durante o Renascimento, para Luginbühl (2005, p. 15) foi provavelmente porque já existiam paisagens vitícolas muito antes deste período sem que seus criadores tenham percebido que contribuíram para o desenvolvimento de um espetáculo. Seus objetivos eram, provavelmente, em primeiro lugar produzir a fruta e, posterior, a descoberta dessa bebida idílica com suas fermentações e virtudes, que proporciona prazer e pode levar à embriaguez. Uma situação bem diferenciada, de acordo com o autor, da necessidade de produção de

alimentos que cercava as videiras nas regiões de sua origem, com o cultivo do trigo, da oliveira, do linho ou do cânhamo para atender as necessidades básicas de alimentação, enquanto as videiras cultivadas para o vinho correspondiam a uma arbitrariedade humana.

Neste cenário, para o autor, as paisagens vitícolas só podem ser profundamente culturais. Isto é, marcadas por uma cultura de prazer que a Antiguidade legou à humanidade, restrita aos mundos da Europa Ocidental e do Mediterrâneo ou aos países da Ásia Central, de onde era nativa a videira. (LUGINBÜHL, 2005, p. 17).



Imagem 14 – O bom governo Ambrogio Lorenzetti, 1336: a inspeção nos trabalhos de campo pelo Duque de Siena, ao fundo esquerdo a presença das videiras.

Fonte: <https://art-landscape.blogspot.com/2010/04/ambrogio-lorenzetti-first-panorama.html>

O termo “paisagem vitícola” pode às vezes parecer abusivo, já que a videira nem sempre constituiu uma paisagem por si mesma. Frequentemente, as videiras acompanharam as outras culturas, bosques e pomares, pois ainda é possível encontrar em algumas áreas de agricultura mista onde produzir seu vinho entrou nas tradições familiares ou respondeu às necessidades de culto nos países de religião cristã ou pagã, para a qual o vinho acompanhava os ritos religiosos. (LUGINBÜHL, 2005, p. 18).

O pintor Jan Van Eyck e seu irmão Hubert (1390-1441) representaram a paisagem através da pintura e do aperfeiçoamento das técnicas da pintura a óleo, que permitiram que as cores tivessem maior profundidade, luminosidade e transparência, proporcionando maior realismo às cenas.

Neste contexto insere-se o quadro da Virgem do Chanceler Rollin (1433-1434) na cena retratada na imponente sala de um palácio. (Imagens 15 e 16). Ao alto da janela descortina-se uma deslumbrante paisagem de montanhas com a demarcação do eixo central, através do rio. É possível identificar a cidade e suas torres imponentes, as áreas cultivadas e as áreas montanhosas com neve. No jardim, a presença das flores, pássaros e pessoas, além de acentuar o domínio da perspectiva, a harmonia das alturas das figuras. (HISTÓRIA..., 1995, p. 96-97). Esta pintura estabelece um novo degrau decisivo através do desenho da janela, da vista interior que se abre para o exterior, constituindo-se em um marco de unificação entre os dois ambientes que permite a distinção entre ambos. (ROGER, 2008, p. 69).



Imagens 15 e 16 – O quadro Virgem do Chanceler Rollin e detalhe do quadro

Fonte: <http://virusdaarte.net/category/mestres-da-pintura/>. Acesso em: 17 maio 2018.

As paisagens impõem-se como um modelo estético a que se denominou “modelo de paisagem”, de um contexto traçado desde o Renascimento, bucólico, pastoril, onde o campo corresponde às esperanças dos homens. A natureza fértil é ilustrada por Arcimboldo, um modelo tomado da Antiguidade por Virgílio, como se referem agrônomos como Columela, Catón e outros. (LUGINBÜHL, 2008, p. 158).

O valor cultural passa a ter um caráter indissolúvel como o do território; surgem com isso novas instituições, instrumentos e conceitos, como das paisagens culturais. (SABATÉ BEL, 2004, p. 15). Para o autor, a origem do termo paisagem cultural é encontrado nos escritos de historiadores e geógrafos alemães e franceses no final do século XIX, com Friedrich Ratzel e Otto Schlüter, que definem a ideia da *landschaft*

como uma área definida a partir das interpelações mútuas entre a natureza e o homem de Vidal de La Blaché, assim como outros sociólogos e filósofos franceses, Emile Durkheim e Frederic Le Play, que defendiam a relação entre as formas culturais de vida entre territórios limitados, estabelecendo uma diferenciação entre paisagem e os moradores do lugar. (SABATÉ BEL, 2004, p. 17).

Porém, para Sabaté Bel e Tironi (2008, p. 250), o atual conceito de paisagem cultural começou a aparecer nos princípios do século XX através de Carl Sauer (1925), que aprofundou o que denomina “geografia cultural”, que analisa as transformações de uma paisagem natural para cultural devido à ação do ser humano e, neste ínterim, estuda as relações de troca entre o habitat e os hábitos.

Um dos primeiros olhares narrativos sobre a paisagem, de acordo com Mendoza (2008, p. 1.321), foi de Alexander von Humboldt (1769-1859). Através de seus diários de viagem, o autor descreve, de forma muito particular, a paisagem intrinsecamente ligada como uma expressão através da história, da morfologia e da própria natureza que, para ele, é atemporal. No livro *Cosmos*, publicado em 1847, com viés naturalista, Humboldt define que a paisagem adquire significação histórica, e o que a reforça é sua expressão cultural, tornando, deste modo, a paisagem como a história de seu povo, conferindo-lhe identidade e sendo uma referência histórica fundamental, como uma marca coletiva inexorável da identidade dos povos. Para Humboldt, de acordo com o autor, o ser humano e a natureza não podem ser concebidos como realidades separadas. As paisagens vitícolas estão em seus relatos de viagem às Ilhas Canárias, em La Orotava, em que descreve o porto com “*seus barcos, seus jardins e as videiras que circundam a cidade*” como momentos que o agradavam a todo instante. (MENDOZA, 2008, p. 13-21).

A paisagem enquanto elemento do território que incorpora uma dimensão política e estruturante também sob o ponto de vista jurídico é relativamente recente. Em 1999, como forma de proteção das paisagens e ordenação do território, a Comunidade Europeia lançou a Estratégia Territorial Europeia – ETE, estabelecendo-se como uma ação muito importante para a proteção das paisagens e o alargamento das ações para frear as ameaças sobre as paisagens culturais. Essa ação levou ao Convênio Europeu da Paisagem – CEP realizado em Florença – Itália, aprovado em 2000, que entrou em vigor no ano de 2004 e referencia a paisagem como patrimônio cultural. A ideia inovadora traz, sobretudo, uma definição sob o ponto de vista jurídico e político de que “*todo o território é paisagem, que cada território se manifesta através*

da especificidade da sua paisagem, qualquer que seja sua qualidade e apreço que mereça". (MENDOZA, 2008, p. 32).

A paisagem como percepção, para Blanco (2010, p. 13), aparece no começo do Renascimento como uma obra de arte, como lugares amenos e agradáveis, paisagem de produtos, vegetação e naturais. Além da sinalização da paisagem como pintura no século XVIII, o autor assinala a paisagem como um fenômeno que se associou durante os últimos séculos ao desenvolvimento da paisagem e do turismo para descobrir, deste modo, novos lugares e suas paisagens e monumentos. Entretanto, na crise industrial e com o crescimento do turismo cultural, manifesta-se o apreço e a valorização do patrimônio material e imaterial, interpretado como um lugar de memória que exige um reconhecimento dos âmbitos de vivências que se referem à identidade.

Os lugares de memória são definidos por Aleida Assman (2011, p. 37) como portadores de recordações e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos, pela força que os lugares guardam em si.

O geógrafo Carl Sauer (1889-1975) foi um dos precursores dos estudos da morfologia da paisagem; valorizou sobretudo a relação do homem com o ambiente e, deste modo, trouxe novos argumentos para a concepção da ideia de paisagem e suas diferenciações, concebendo a paisagem como uma ambiência do homem que, neste sentido, se reporta às ambiências criadas pelo cultivo vitivinícola, com uma estruturação e morfologia própria que envolve as várias fases da produção vitícola. (SAUER, 2012).

Os mapas, que se desenvolveram com maior ênfase após a metade do século XIX, adquirem sua importância não somente como uma representação da morfologia física, mas também como uma expressão cultural da paisagem, pouco realizada até então. A noção de paisagem é utilizada por Sauer (2012) para definir um conceito de unidade da geografia composto por uma associação distinta de formas ao mesmo tempo físicas e culturais que, associadas aos fatos do lugar, originam o conceito de paisagem.

Sauer (2012) vai além, elencando os fatos da história no seu tempo, que origina a linha do tempo da paisagem e por sua identidade, originada pelos limites físicos e trocas que se desenvolvem de forma orgânica. Conforme o autor, a identidade da

paisagem é determinada pela visibilidade da forma na superfície do solo, das águas, da vida animal, mas principalmente pela expressão da cultura humana.

As paisagens dividem-se em naturais e culturais, sendo que as naturais são as áreas físicas com todos os somatórios dos recursos que o homem tem a sua disposição, já as culturais são aquelas com a marca da ação do homem.

As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão dessas culturas; elas derivam, em cada caso, da paisagem natural com o homem expressando seu lugar na natureza como agente distinto de modificação. A paisagem cultural é então sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas; a linha de dados a partir da qual a mudança é medida, tornando-se a condição natural da paisagem. (SAUER, 2012, p. 15).

Outro enfoque a respeito dos estudos sobre a paisagem cultural foi de John Brinckerhoff Jackson, que compartilhou com Sauer suas experiências e pesquisas sobre paisagens do cotidiano, denominadas ordinárias. (SABATÉ BEL, 2004, p. 17). As paisagens podem ser consideradas sob os mais diversos ângulos e olhares que inspiram situações espaciais diferentes, criando novas espacialidades e conexões, que coexistem e são portadoras das experiências vividas no meio.

De acordo com Besse (2014a, p. 241), é necessário pensar na pluralidade e na coexistência das espacialidades em seus vários horizontes, culturais e sociais. A diversidade do espaço também atravessa as paisagens, o entendimento que delas se pode ter, de percebê-las e de fabricá-las.

Mas, a quais necessidades as paisagens devem corresponder? Neste sentido, Brinckerhoff (*apud* BESSE, 2014a, p. 245) situa a paisagem como um território que absorve os movimentos diários, que dá identidade, que compartilha as vivências familiares e as práticas do cotidiano, que estabelece laços de pertencimento através das memórias dos territórios. Deste modo, Brinckerhoff estabelece uma relação entre a questão do bem-estar que a paisagem pode oferecer que, além de biológica, é também política, social, afetiva, espiritual e engloba a complexidade das paisagens na experiência humana, inseridos os valores de satisfação do cotidiano. A paisagem como parte da vida de cada indivíduo, que vai além da imagem e da representação, mas envolve valores, na maneira de estar e habitar o mundo.

Assim, Besse (2014a) reforça a necessidade de dar um novo sentido para a paisagem, de deixar-se tocar por ela não como um objeto do olhar, mas integrada na

vivência cotidiana, com suas implicações e acertos na construção da identidade pessoal e coletiva. A nova definição da paisagem compreende um novo entendimento da presença dos indivíduos na paisagem, onde Brinckerhoff indica que a paisagem é parte da dimensão do ser, do estar no mundo. Ele também define dois tipos de paisagem: uma é a *paisagem política*, que estrutura e organiza o território em que se vive materializada através das ruas, praças, linhas de energia, pontes viadutos etc., que partem de uma decisão política do governo central; a outra é a *paisagem vernacular, ou ordinária*, a que se denomina paisagem vivida, habitada, com as marcas das práticas e dos costumes continuamente elaborados e em constante movimento, que singulariza as vivências no território e, ao mesmo tempo, dá sentido e identidade. (BESSE, 2014a, p. 245).

Em sua tese, Schwerz (2017)⁶³ analisa as paisagens denominadas por Brinckerhoff como *ordinárias* que são paisagens comuns, não excepcionais, que fazem parte do cotidiano, entretanto de singular importância para os indivíduos que nelas vivem sob o ponto de vista da arquitetura e do planejamento, e fundamentais para a preservação da identidade local.

No *Breve Tratado sobre a Paisagem*, Alain Roger (2007) evidencia que a natureza possui suas definições que são indeterminadas, e para explicar a invenção do termo paisagem refere-se à mão humana sobre a paisagem, que denomina “artealização”, de como o homem atua na forma de arte sobre ela para construir, alterar e modificar. Um território não se converte em paisagem, por mais baixa que seja sua condição, de acordo com as modalidades de viver (*in visu*) e de como o homem se situa neste espaço e a partir dela desenvolve suas práticas (*in situ*).

O autor também enfatiza que existe uma diferenciação lexical das palavras para expressar a paisagem que não é anterior ao século XV. Elas se encontram nas línguas ocidentais: *land - landscape* em inglês, *land - landschaft* em alemão, *landschap* em neerlandês, *ladschap* em sueco, *landkal* em dinamarquês, *pays - paysage* em francês, *país - paisaje* em espanhol, *paese - paesaggio* em italiano e *topos - topio* em grego moderno. Também é um radical comum na língua árabe *bilad - mandar*. Para o autor, a diferenciação do território se dá na paisagem com a ação do homem sobre ela, ao

⁶³ Para aprofundamentos sobre as paisagens ordinárias, ver tese de SCHWERZ, João Paulo. **Patrimônio e planejamento**: aproximações a partir da paisagem de Agudo, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. p. 29-31.

mesmo tempo em que as paisagens se tornam tão familiares, naturais, e sua beleza é evidente.

Mas é necessário não esquecer que o resultado da paisagem é a expressão da cultura do homem sobre o território. “Um território não é mais uma paisagem; entre um e outro está toda a elaboração da arte.” (ROGER, 2014, p. 128).

As paisagens refletem o aspecto dos lugares, proporcionando, à distância, uma visão cotidiana do espaço. Para os agricultores, por exemplo, o entorno raramente é entendido como paisagem, mas como trabalho agrícola.

Franceschi (2016) traz uma discussão atual sobre a questão da conceituação e da origem da palavra paisagem. A arquiteta ressalta que é de costume enfatizar a ambivalência da paisagem, tanto como ambiente natural quanto de representação, ou sua dependência de acordo com o ponto de vista, ou “insistir na ligação entre a paisagem e a sensível dimensão humana”. São parâmetros construídos sobre a noção de paisagem ao longo do tempo, mas não são infundados.

Geógrafos, antropólogos e outros estudiosos reconhecem que a paisagem é representativa e possui seu lugar dentro de contextos como o vitivinícola. Entretanto, de acordo com Franceschi (2016), a aparição do termo nos dicionários franceses é bastante vaga (1549) como um termo utilizado pelos pintores com as publicações nos dicionários franceses. Desde a descoberta da ausência do equivalente grego e latino para paisagem, a questão da invenção da paisagem permanece em aberto e seus equivalentes são analisados em alemão, holandês e italiano. A reconstituição da palavra e de suas equivalências evidencia dois entendimentos de acordo com seu registro semântico, que se relaciona com a história de cada palavra: *Landschaft*, *landschap*, *paese* pertencem à série "territorial; e a paisagem, o *paesaggio* e os equivalentes ingleses *paisage* e *landskip* anteriores à paisagem pertencem à série “imagem”.

1.2.1 A interpretação e a noção da paisagem

Como um elemento da história na linha do tempo e do território, a paisagem tem merecido seu espaço próprio com diferentes interpretações, diferentes ângulos de olhares, da construção e percepção que se constituem na percepção do espaço “de acordo com os lugares, as épocas, as culturas, mas também de acordo com as

situações concretas, perceptivas, subjetivas onde nos encontramos”. (BESSE, 2014b, p. 2). Neste sentido, o autor destaca que é o espaço que proporciona a atividade na construção do território e da paisagem por alojar relações, interações, objetivos, significados e finalidades. Coexistência de espacialidades refletidas nas formas do espaço; coexistência de formação social e cultural que dá pluralidade aos horizontes perceptivos e de sentido que se definem. A pluralidade de percepções atravessa também as paisagens para que elas possam ser compreendidas não mais como realidade territorial determinada, mas como uma forma de olhar.

A definição de paisagem está vinculada às representações da realidade social compartilhada no território, dos processos e épocas vividas que lhe deram origem, mas, ao mesmo tempo, o entendimento da paisagem deve ir além de suas representações tradicionais que enumeram e evidenciam outras ancoragens existenciais e materiais.

Besse (2014a, p. 243) retoma a definição tradicional da paisagem como a que “*seria a parte do território que se pode alcançar com a vista*” para obter certo distanciamento, colocando-se em perspectiva para perceber a apropriação do espaço onde está ancorada a paisagem, e ao mesmo tempo como parte das vivências. O sentido maior desse posicionamento deu-se a partir da Convenção Europeia da Paisagem 2000, que apresenta a paisagem como “*um elemento do bem-estar individual e social*”. Por essa razão, Besse questiona: Qual é o bem-estar da paisagem? Como pode ser desenvolvida, utilizada e protegida? Como a paisagem pode corresponder a uma qualidade paisagística? Nessa perspectiva ética e política, argumenta o autor, para o recorte do olhar da paisagem no século XXI, o bem-estar significa remeter à satisfação das necessidades de diferentes naturezas de modo a satisfazer necessidades elementares, ou seja, “*a produção agrícola faz nascer produtos; a paisagem é uma obra*” (LEFEBVRE, 2015, p. 73); a paisagem não é estática, mas em contínuo movimento, e que ao mesmo tempo possa proporcionar o bem-estar aos indivíduos que dela fazem parte.

A paisagem como marca é expressa por Berque (1984, p. 33) sob o ponto de vista dos indivíduos, no sentido coletivo, da sociedade que a produziu, que pode ser descrita e inventariada, ao mesmo tempo em que ela também imprime sua matriz, forjada pela cultura, mas que pode se transformar por interferência com o exterior. Para o autor, o sentido de marca e matriz impressas na paisagem são os processos físicos, mentais e sociais encadeados, para dar sentido aos valores culturais, de

representação, políticos, e para dar significado à relação da sociedade com a natureza e o espaço.

Cosgrove (1989) a interpreta através da geografia cultural, a paisagem como um texto cultural em várias dimensões, em diferentes leituras, com formas visíveis de acordo com o modo de olhar. As intervenções humanas na natureza – como o plantio das videiras, sua transformação – são o resultado da cultura e das práticas que nem sempre podem ser visíveis, tomando um significado simbólico em razão da transformação realizada pelo homem que pode ser lido também nas paisagens rurais e até naquelas aparentemente não humanizadas, como as paisagens polares. A interpretação do simbolismo das paisagens culturais é realizada através das evidências materiais (representações em campo, cartografia, documentos...) e por seus produtos culturais, a que se denomina patrimônio imaterial, músicas, canções e outros.

A paisagem permite ler as vivências do passado, de acordo com Tim Ingold (2010, p. 20) sinalizada pelos rastros deixados: *“É na paisagem, constituída pelos traços que lhe foram imprimindo aqueles que a habitaram anteriormente e que a habitam no momento, que o conhecimento pode ser acessado.”* Para o antropólogo, as referências mentais do território e da paisagem não ficam confinadas ao crânio dos indivíduos, mas através de uma fina sintonia, de sensibilidade e fruição perceptiva do território onde atuam os aspectos neurais e cognitivos do indivíduo no ambiente para situá-lo no mundo.

Ingold desenvolve suas ideias acerca da importância das permanências da história e da cultura na paisagem e compara os rastros deixados na paisagem pelas formigas, que localizam os alimentos através das marcas das que as precederam; sem isso, não conseguiriam localizar os alimentos. Assim também o homem, que não teria referência em seu ambiente sem a história e a cultura. As trilhas, linhas, traços, marcas que o homem realiza em suas atividades diárias e experiência material, como na produção vitivinícola, são incorporadas à paisagem para desfazer fronteiras e estabelecer uma linha de continuidade do tempo através dos contextos ambientais que se apresentam e proporcionam o desenvolvimento de habilidades das gerações presentes. A paisagem cultural é caracterizada por todas as formas do homem, com suas marcas, as estruturas de habitação, as formas de produção e a utilização da terra.

A paisagem é transformada em uma arena de diferentes protagonistas, que podem ser interpretados em comparação com realidades imaginadas que incitam novas realidades no mundo. Os modelos de paisagem que os indivíduos constroem em suas mentes diferem de acordo com a cultura. As interpretações científicas da paisagem desenvolveram-se desde o século XVII e foram utilizadas principalmente para melhorar a produtividade na agricultura e na pecuária; entretanto, a era da modernidade modificou a capacidade de uma paisagem para se auto-recuperar; daí a necessidade de ações corretivas e proteção. (CLAVAL, 2010, p. 16).

O etnólogo e antropólogo francês Marc Auggé (2014, p. 46) defende que a noção de paisagem depende das concepções do tempo e do espaço para que se defina o conceito. Diz também que a paisagem natural no sentido absoluto não existe, mas é uma ilustração perfeita do caráter relativo do que nela habita, vive e modifica. O autor ilustra como exemplo as zonas florestais africanas, onde se pode distinguir claramente o espaço habitado, de cultivo, de pesca ou caça e o espaço selvagem. A ordenação e o balizamento destas paisagens, afirma o autor, são sempre realizados pelo rastro material presente na cultura desses povos, que fazem uso de marcadores, como estátuas e pedras marcadas, nos limites dos campos cultivados por determinadas linhagens. Todas as paisagens são nomeadas e ordenadas primeiramente pelas populações autóctones, depois pela cartografia. Deste modo, a ordem social e cultural comanda a relação com a natureza em todas as sociedades, proporcionando uma ligação entre si e, ao mesmo tempo, a identidade que se define na alteridade e estreitamente ligada ao tempo e ao espaço.

Neste sentido, Auggé (2014, p. 48) aponta que as paisagens despertam duas espécies de memória: uma coletiva, inscrita na natureza ou nos monumentos, e as memórias individuais, que são infinitas e o reflexo daquilo que cada um vivenciou através das andanças e passagens. Com isso são forjadas as experiências vitais de toda uma vida, que podem ser contempladas de tempos em tempos, como um álbum de fotografias que formam suas lembranças. Para o autor, as paisagens culturais são sempre aquelas habitadas e transformadas pela presença humana, inigualáveis entre si por sua localização geográfica e, principalmente, pela sociedade que as moldou, assim como nas paisagens vitícolas, das fases de cultivo à maturação e colheita. O autor destaca os sons, os odores, os sabores, a textura dos vegetais ou das frutas, os rochedos e outros, que se distinguem radicalmente entre si, mas ao mesmo tempo produzem uma profusão de sensações e emoções.

Para Ingold (2015, p. 90), a visão da paisagem tende a ser considerada como uma superfície material que, ao longo do tempo, sofre intervenções e marcas determinadas pelo projeto mental refletido na cultura dos indivíduos sobre o território. Neste caso, destaca o antropólogo, a paisagem deveria apresentar-se como um palimpsesto, para permitir as inscrições culturais.

Segundo o autor, a construção das formas da paisagem com base nas identidades e capacidades humanas não é imposta ao território material, mas nasce originalmente a partir das práticas cotidianas e do relacionamento social das comunidades. No curso de sua vida, os indivíduos determinam seus passos, como, por exemplo, fazem um caminho a pé por um terreno familiar. Assim, seus caminhos, linhas, texturas e contornos são variáveis ao longo das estações do ano e incorporados em sua capacidade de movimento no território. A paisagem resultante é uma malha tecida através de trilhas personalizadas pela própria paisagem. Com os deslocamentos, as paisagens são tecidas em vida, e vidas são tecidas na paisagem, em um processo contínuo e interminável. (TILLEY, 1994 *apud* INGOLD, 2015, p. 90).

A análise do antropólogo reflete também as marcas da paisagem às quais Berque (2012) se refere.



Imagem 17 – As marcas da paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos, na arquitetura, na morfologia dos núcleos nas comunidades e materiais utilizados.

Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 18 – As marcas da paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos, refletidas nos materiais utilizados e no modo de condução das videiras.

Fonte: Fotografia da autora (2019).

A capacidade de construir e perceber a paisagem conjugada com a consciência ecológica no sentido de defender a identidade e a memória que nela estão refletidas é vista pelo geógrafo italiano Eugenio Turri (1998) como um fato imprescindível para o homem contemporâneo.

O autor define a paisagem como um cenário, como um teatro, como uma chave de leitura que leva à reflexão dos valores nela contidos onde está inscrita a capacidade humana de construir seus cenários a partir dos laços da cultura e da natureza, para que os indivíduos possam sentir a paisagem como uma construção de si próprios, com a cultura e a capacidade de se relacionar com os espaços do cotidiano. As forças que se transmitem no tempo da paisagem acumulam os sinais do passado e do presente, transformando-se em fontes de informações para revelar as relações entre a sociedade e o território, este que é entendido como a projeção tridimensional constituída dos mais diversos fatores que interagem com a ação humana, que se move e opera dentro de determinados limites da sociedade. (TURRI, 2011, p. 143). Deste modo, segundo o autor, a paisagem torna-se uma projeção concreta, visível, através das percepções de sua forma física, também sonora, olfativa e tátil, mas, sobretudo, através das obras que o indivíduo e a sociedade inserem naquele espaço físico, que se constitui como um cenário, como um teatro para viver e agir.

Neste sentido, a paisagem como a dos territórios vitícolas é uma representação de memória, além de fazer referência à beleza inserida nas edificações de agradável senso estético, com laços de pertencimento a sua cultura, da qual se desenvolvem seus significados.



Imagens 19 e 20 – A religiosidade dos pequenos capitéis artesanais que marca a paisagem do Vale dos Vinhedos

Fonte: Fotografia da autora (2017).

1.2.2 Paisagem expressão do território

A paisagem é, antes de tudo, o resultado de uma relação sensível dos indivíduos com seu entorno percebido; por isso a paisagem é também um elemento que identifica o território, que se revela na concretude de cada paisagem através da representação social. (MATA OLMO, 2008, p. 1). Segundo o autor, a diversidade de cada paisagem é o resultado da articulação do espaço físico, biológico e cultural, que resulta em um patrimônio valioso e dificilmente renovável. Por essa razão, a proteção de todas as paisagens é um compromisso político que necessita de políticas de proteção, associadas aos valores da paisagem e da intenção política dos governos locais.

A paisagem entendida sob o ponto de vista político e jurídico é relativamente recente, desde a Estratégia Territorial Europeia – ETE, de 1999, e após o Convênio Europeu da Paisagem – CEP de 2000. Ela constituiu um importante processo de interesse social, sob o ponto de vista de que todo território é paisagem e cada um se manifesta de acordo com sua especificidade. As ações do campo político e jurídico,

como a proteção e/ou a tutela, não podem se reduzir às paisagens mais notáveis, mas às paisagens como um todo. (MATA OLMO, 2008, p. 3).

A construção da identidade na paisagem é apontada por Claval (2010) como uma sobreposição de saberes, fazeres familiares e nas formas de vida nas mais diferentes tradições e culturas. Nas comunidades, os indivíduos foram capazes de entender as ferramentas, como utilizá-las e como as paisagens eram moldadas, criando familiaridade com as formas visíveis por saberem como foram geradas. Entretanto, o autor salienta que se está entrando na era da cultura de massa, que deixa de lado as culturas vernaculares⁶⁴, substituídas por hábitos de consumo. As paisagens deixam de ser moldadas pelo uso das técnicas para que todos possam entender como foram construídas, e agora são planejadas por profissionais que geralmente não possuem conhecimento prévio do domínio das técnicas, o que os leva a ignorar a maioria de suas características.

O sentimento de identidade que as paisagens proporcionam não está apenas ligado à familiaridade dos habitantes com ambientes de vida cotidiana, mas à maneira em que são construídos e que guardam em si como que cápsulas de memória. (CLAVAL, 2010, p. 17-20). Porém, assinala o autor, na atualidade as sociedades mais desenvolvidas estão se tornando multiculturais, o que as diferencia das sociedades antigas onde as diferenças eram justapostas e conviviam entre si por séculos.

1.3 A paisagem e o patrimônio: evolução do conceito

O desenvolvimento do conceito de paisagem compôs-se com o do patrimônio, cuja origem remonta à Idade Antiga, relacionado com a memória e vinculado ao mundo egípcio, grego e romano. A partir da Revolução Francesa estabeleceu-se um conceito definido entre história e monumento, surgindo o conceito de Patrimônio que representa a herança histórica e artística, um passado que se deve conservar para deixar um legado às futuras gerações. Desde então, a evolução foi contínua e ininterrupta, com a aprovação de normas legislativas referentes à proteção e à tutela para garantir a conservação do patrimônio, em que Choay (2001) substituiu de forma definitiva o termo monumento para monumento histórico. Deste modo, surgiu a

⁶⁴ Como a condução de videiras em forma de latada, que na atualidade é considerada “ultrapassada” por muitos e sem produção de qualidade.

necessidade de legislações próprias para garantir a autenticidade de suas características originais, estabelecendo-se diversas teorias de restauração e conservação dos elementos patrimoniais.

A relação do edifício histórico com seu ambiente imediato foi introduzida paulatinamente por John Ruskin e Camilo Boito no final do século XIX, ampliando-se também o conceito de patrimônio. O grande passo neste sentido está reservado a Gustavo Giovanonni⁶⁵ quando introduziu a compreensão de todo o ambiente a ser preservado, dentro de uma relação da estrutura urbana com o casario e suas distintas qualidades patrimoniais, inseridas dentro de um plano regulador. (BLANCO, 2010, p. 17-19). De acordo com o autor, essas questões foram consideradas para a elaboração da Carta de Atenas de 1931, seguindo-se as demais Cartas Patrimoniais⁶⁶ que moldaram a proteção, a tutela dos sítios históricos, dos lugares e das Paisagens Culturais.

Maderuelo (2010, p. 116) afirma que, quando se trata de traçar a história de uma região e seu patrimônio, a atividade humana desenvolvida ao longo do tempo adquire enorme importância, principalmente no contexto cultural, antropológico e paisagístico, que proporciona o entendimento da paisagem como um marco físico, porém como resultado cultural da atividade dos habitantes do lugar que produz história. Por essa razão, a paisagem revela-se como fermenta útil para entender a cultura e a história, e para dar valor ao patrimônio não só do lugar, mas de uma região.

1.3.1 A paisagem entre o patrimônio e a globalização

A historiadora Choay (2001) caracteriza o patrimônio como uma palavra antiga, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço; ao mesmo tempo, traduz o patrimônio edificado como um bem para o usufruto da sociedade, constituído pelos aportes no decorrer do tempo, elaborado pelo saber fazer das práticas do cotidiano. (CERTEAU, 1990).

⁶⁵ Ver: CABRAL, Renata C. **A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. São Carlos: USP, 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013. p. 197.

⁶⁶ Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 26 set. 2018.

Em suas lições sobre Patrimônio e Globalização, Choay (2012) demonstra preocupação face às rápidas alterações a que está submetido o patrimônio na esfera global. Como é possível definir uma estratégia para contrastar com o empobrecimento cultural da era cibernética? A autora faz referência ao patrimônio cultural entendido em seu sentido amplo, em contraponto com a globalização, que tem provocado profundas alterações no decurso dos séculos. Para afrontar o reducionismo cultural, a autora rebate a centralidade do território, do espaço e da memória como elementos fundamentais da espécie humana. Para tanto, ampara-se nos estudos do antropólogo Claude Lévi-Strauss, que estabeleceu clara oposição ao sistema de homogeneização do espaço, que gera uma visão monocultural e globalizante que já se faziam presentes em suas pesquisas em *Raça e História* (1952) e *Raça e Cultura* (1971), quando não utilizou o termo globalização, mas *mundialidade*. (CASSIELO; PANE, 2012, p. 10-11).

Para Choay (2012, p. 26), a paisagem habitada é estruturada segundo uma inseparável relação entre a cultura e a natureza, ou seja: entre os habitantes e a especificidade morfológica que se apresenta dos lugares que habitam. A paisagem habitada é uma obra coletiva das civilizações e sociedades humanas, em contraste com as paisagens selvagens. Sobre o funcionamento do espaço edificado das sociedades humanas, a autora cita Leon Battista Alberti como o primeiro teórico da arquitetura e da organização das edificações que afirma a impossibilidade das sociedades humanas de separar a cultura da natureza, que, para os indivíduos, o habitar humano está profundamente enraizado na natureza dos lugares e nas condições biológicas dos grupos inseridos nas formas de vida da sociedade.

Choay (2012, p. 39) também ressalta que Lévi-Strauss (1952) já analisava os efeitos da globalização, que o autor definia como *civilidade mecânica*, e faz um balanço implacável das perdas causadas pela destruição de laços e heranças locais, do ambiente natural, assim como das práticas culturais em que se inserem as práticas agrárias, as tradições alimentares, as técnicas e os materiais de construção do território.

Assim, para Choay (2012), as colocações do antropólogo Lévi-Strauss são importantes, porque quando ele fala da cultura exalta não somente as diferenças que suas artes revelam, mas também insiste sobre a rejeição a essas diferenças implícitas no consumo cultural imediato oferecido às massas, que a globalização possibilita em detrimento da preservação do singular, do local.

Ao mesmo tempo em que Choay sinaliza a racionalização das culturas que leva às monoculturas, excluindo a diversificação, sem a sensibilidade estética que dá espaço à visão, ao tato, à audição e ao gosto, o antropólogo recusa o exacerbado culto ao passado que, de certo modo, museifica a cultura tornando-a um produto de venda. Além de enfrentar a atual obsessão pelo desenvolvimento urbano em escala mundial, Lévi-Strauss aponta a questão como uma problemática revelada da urbanização galopante das áreas rurais e das ruralidades. Uma ruralidade em vias de extinção e reinvenção; uma ruralidade que desde o período Neolítico⁶⁷ era para cada civilização a outra faceta indissociável dos assentamentos humanos, tanto das pequenas aldeias como das cidades. Deste modo, Choay (2012, p. 44) finaliza o pensamento de Lévi-Strauss (1952): [...] *“o que deve ser salvo é a diversidade, e não o conteúdo histórico que cada época proporciona e que ninguém pode perpetuar além de si mesmo.”*

O conceito de patrimônio como base de desenvolvimento local é proposto por Hugues de Varine (2012, p. 18) em sua dimensão econômica e, sobretudo, pelos atores locais, por serem membros de uma comunidade de vida e cultura da qual partilham. Em muitos casos, ressalta, a ignorância desse patrimônio explica os erros cometidos por tecnocratas ou decisões tomadas por políticos ou outros profissionais distanciados dos terrenos, determinados por critérios objetivos e/ou técnicas ou estatísticas. Ou mesmo um desenvolvimento urbano que ignore os patrimônios materiais e imateriais dos habitantes não tem muito futuro, como demonstram as trajetórias de cidades e seus subúrbios há mais de 40 anos. O desenvolvimento se faz *“no solo”*, ou seja, deve ser nutrido por raízes compostas pelos inúmeros materiais que estão presentes no patrimônio: **o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas.** (grifo nosso).

O patrimônio, segundo o autor, é o que emoldura o território que servirá de base para o desenvolvimento equilibrado. A paisagem está inserida neste quadro patrimonial que engloba os fatores favoráveis e desfavoráveis à vida dos indivíduos e suas atividades sociais e econômicas. Também compreende a linguagem, os ritos, as

⁶⁷ O Período Neolítico (de 8.000 a.C. até 5000 a.C.) caracteriza-se pela sedentarização do homem e, conseqüentemente, o desenvolvimento das atividades da agricultura e pastoreio. É considerado um importante marco de desenvolvimento da sociedade e de mudanças nas relações sócio-culturais que se convencionou chamar de “Revolução do Neolítico, ou Revolução Agrícola e Pastoral”. (Disponível em: <https://www.todamateria.com.br>. Acesso em: 30 ago. 2018).

crenças, o ritmo de vida cotidiana, a relação com os territórios vizinhos que se observa nos territórios vitivinícolas.

De Varine (2012, p. 19) assinala que os elementos culturais e naturais do patrimônio são interdependentes e toda a ação sobre um deles provoca efeitos e repercussões sobre os outros. Por essa razão, alterações e/ou mudanças, se não controladas como o uso do solo que provoca alterações na paisagem, não acarretarão benefícios e partes inteiras desaparecerão. Também a noção de valor do patrimônio, que não pode ser medido no absoluto nem relativamente, nem na comparação, porque o patrimônio está ligado ao tempo. Ele possui um valor em si e transforma-se em um valor agregado, afetivo, estético, cultural. Para o autor, a realização do inventário do patrimônio cultural é desnecessária, desde que a população o reconheça, porque o patrimônio é reconhecido como um bem comum da comunidade.

A paisagem expressa a identidade do homem que a habita e narra suas vivências históricas, cujo modelo de produção se constitui em uma característica única, que não se repete. Esse aspecto gera a representação do uso do território rural, que constitui um patrimônio de recursos destinados à produção para aprofundar as relações existentes entre a sociedade e o território, onde se observam as inter-relações dos fatores físicos, morfológicos e culturais. É possível verificar que o clássico trinômio terra-trabalho-capital aumenta de certa maneira o fator econômico e as paisagens agrárias perdem sua conotação específica, de origem e de valor cultural, para assumir um caráter de uniformidade e massificação, transformando-se em paisagens efêmeras, que anulam as características históricas que as moldaram. Essas transformações excluem o processo histórico local, produzindo deformações. (PERELLI, 1996, p. 20-24).

A integração das paisagens, do patrimônio e dos valores culturais contidos, e o desenvolvimento sustentável de lugares e regiões com atividades de preservação requerem consciência e entendimento das relações com o tempo. (BLANCO, 2010, p. 25).

Após um estudo profundo e um planejamento direcionado, as inovações que os tempos modernos exigem na paisagem devem ser adaptadas aos novos tempos, contanto que se preservem os traços da história. A proteção da paisagem é ligada à ideia de *autenticidade*, como determina a Carta de Veneza (1964), porque a memória deve ser salvaguardada através da materialização para sua verdadeira transmissão.

Toda paisagem é dinâmica e é necessário constantemente intervir, com equilíbrio e estudo. (BLANCO, 2010, p. 25-28).

1.3.2 A paisagem e a interpretação dos vestígios do tempo na paisagem vitivinícola

Para o entendimento da paisagem, de acordo com Maderuelo (2010, p. 107), é necessário um olhar mais abrangente e ampliado da documentação, que engloba restos arqueológicos das estruturas, todos os vestígios e marcas da atividade rural e os acontecimentos geográficos naturais ou produzidos pela atividade humana. Através da documentação e dos vestígios que deixam marcas é possível interpretar a paisagem. Todos os vestígios, até os mais singelos, podem ser considerados testemunhas com um enorme valor documental.

Para o autor, da mesma maneira que um dia foram traçadas linhas retas e palavras foram ordenadas em documentos, também cada agricultor e viticultor rasgou seus campos com arados, abriu valas, plantou videiras, ergueu muros baixos de pedras do lugar para separá-las, plantou fileiras de árvores para servir de sustento aos parreirais, cavou canais, pisoteou com seus pés, com rodas de carros, até formar caminhos, estradas e rodovias que interligam seus lugares. Todas essas ações, de acordo com Maderuelo (2010), foram registradas nos territórios e deu-se o devido valor, aprendendo a ler e dar o adequado e correto sentido.

O autor também assinala que é necessário aprender a distinguir as marcas e os sinais que estão expressos no território, que permitem a interpretação da paisagem construída para entender o lugar e sua história. Esse entendimento não é alcançado por uma reflexão puramente utópica, mas em grande parte pela experiência que a paisagem pode proporcionar.

A formação das marcas da paisagem nas áreas rurais é assinalada pela arquitetura, pelas formas construtivas, os ornamentos, a habilidade e o talento dos construtores, que falam sobre o tipo de organização familiar, os hábitos da vida doméstica e os modos e meios de produção. Entretanto, o habitat rural é definido pelas condições físicas do lugar, topografia, clima, solo e hidrologia, e também pela abundância de materiais que podem ser utilizados para a construção do território, nele inserida a construção dos vinhedos e seu entorno. Esses elementos serão determinantes para a estabilização das comunidades humanas, que adaptarão seus

critérios de organização social a essas condições de sobrevivência. A preservação do território em regiões de cultivo foi possibilitada pela industrialização mais tardia, que proporcionou a manutenção das tipologias históricas construídas através do tempo. (MADERUELO, 2010, p. 115).

Segundo o autor, a paisagem é um marco físico formado nos contextos cultural, antropológico e de paisagismo, determinado pelas condições climáticas e geográficas, porém como consequência cultural da atividade de seus habitantes. A paisagem é, então, uma ferramenta para compreender a história e a cultura e para valorar o patrimônio da região, porque, prossegue Maderuelo, a história do lugar se manifesta como paisagem, através de um conjunto de ações humanas que deu forma, transformou, marcou e proporcionou uma fisionomia própria que permite diferenciá-lo de outros lugares, que possibilita reconhecer as ações e construções próprias de um lugar.

As condições territoriais de cada lugar possibilitam diferentes desafios para os quais os habitantes, em resposta, geram técnicas, práticas e modos de construir que fazem surgir, como consequência, um conceito singular de fazer local. Essas construções, como o modo de condução das videiras, definem e transformam o território, proporcionando um caráter e tipologia própria que dota o território de uma fisionomia característica na construção da paisagem. (MADERUELO, 2010, p. 117).

Para Pastor (2008, p. 135), o patrimônio cultural é o conjunto de elementos materiais e imateriais⁶⁸ com laços de pertencimento que se consideram como próprios e foram transmitidos pelos antepassados. O patrimônio é também uma construção

⁶⁸ Nessa tese, ao referir Patrimônio Material e Imaterial, toma-se como base os conceitos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2019):

Patrimônio Material: O patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Patrimônio Imaterial: Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

social na qual se adensam elementos que fazem parte do cotidiano vivido e variam ao longo do tempo. Sua teoria é complexa; entretanto, no caso do turismo do vinho parte-se do edificado, como as edificações – vinícolas e entorno – que se constituem em patrimônio, assim como o vinho desse lugar que reflete materialmente a identidade local. Deste modo, encontram-se ações, dizeres, atos e manifestações que formam parte da elaboração tradicional e se vinculam com a memória e com os saberes e fazeres, transmitidos de pais para filhos.

O patrimônio imaterial, de acordo com Pastor (2008, p. 138), pode ser incluído na forma tradicional de fazer vinho e todas as narrações e atividades de trabalho. É possível observar que a cultura imaterial do vinho está desaparecendo em todo o mundo; no entanto, novas garrafas de vinho de variedades estranhas estão sendo produzidas com elaborações super modernas. A paisagem constitui-se na obra de transformação da natureza pelo homem, seus valores culturais transformam-se em um espaço vital para as comunidades, que refletem seu patrimônio e identidade, e por esse motivo devem estar envolvidas nos planos de gestão e proteção pelos benefícios que produzem, além dos usos culturais. (PASTOR, 2008, p. 139).

Até bem pouco tempo, patrimônio e paisagem foram analisados de forma separada, porém a realidade evidencia que estão cada vez mais vinculados entre si. Nos últimos anos, o patrimônio tem se convertido em uma disciplina consolidada como parte fundamental do processo urbano e arquitetônico. Entretanto, o estudo da paisagem se diferencia, porque supõe uma disciplina emergente, já que ainda não existe uma consciência fortificada da necessidade de sua preservação⁶⁹, proteção⁷⁰, restauração e de conhecimento profundo. Apesar dos diferentes tratamentos dados ao patrimônio e à paisagem, a realidade contemporânea tem revelado o quão fundamental é o estudo da paisagem no tempo presente, que está intrinsecamente ligado ao eixo patrimonial. (LÓPEZ MARTÍN, 2006, p. 97).

Antes, o território se estruturava em zonas distintas entre o urbano e o rural, entre o campo e a cidade. Para López Martín (2006, p. 101), na atualidade observam-se transformações de uma rapidez descontrolada e quase intuitiva. A cidade expande-se com uma invasão de novas formas econômicas, como consequência dos novos

⁶⁹ No dicionário Priberam: **Preservar** é: pôr ao abrigo (de algum mal) resguardar. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: fev. 2019).

⁷⁰ No dicionário Priberam: **Proteger** é: tomar a defesa de apoiar, favorecer, preservar do mal, patrocinar, resguardar, defender. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: fev. 2019).

processos de produção atual que dão lugar aos centros comerciais, às residências de campo e a outras formas de produção agrícola. Novas paisagens surgem de modo descontrolado dada a extensão do território, que ocasiona um problema a ser estudado, principalmente o binômio paisagem-patrimônio.

Os campos de patrimônio e paisagem, de acordo com o autor, estão situados em âmbitos diferenciados em uma correlação mútua onde um necessita do outro para não se extinguir. Deste modo, a paisagem necessita do patrimônio para estruturar sua organização, conservação e restauração, assim como para se alterar, e o patrimônio necessita da paisagem para se estruturar no território.

O conceito de tempo encontra-se também estruturado na paisagem, mas depende do olhar do observador, das circunstâncias de percepção, pessoal e climatológica. Neste sentido, patrimônio e paisagem estão dispostos simultaneamente no momento em que o passado se projeta no presente e esses lugares se projetam sobre os observadores, que se materializam nas vivências do cotidiano. O projeto da paisagem sobre o território tem no patrimônio a base de valor da identidade dos lugares. (LÓPEZ MARTÍN, 2006, p. 115).

1.3.3 O sentido do patrimônio no território e na paisagem

Os horizontes conceituais e políticos do patrimônio cultural foram ampliados de modo considerável nos últimos anos; estenderam-se para o território e suas inúmeras peculiaridades do patrimônio imaterial da cultura, criando-se dificuldades para estabelecer limites para a proteção e a gestão. Essas ações ocasionam um risco de incertezas em muitas escalas, ampliadas pela globalização e a banalização dos lugares, o consumo desigual e insustentável dos recursos finitos do território e o desmantelamento e/ou a substituição maciça de vestígios, conhecimentos, culturas e memória. (MATA OLMO, 2010, p. 39-41).

Para o autor, questões acerca das alterações da paisagem, como as que a tese aborda, podem ocasionar limites a sua proteção e gestão que resultam em perdas irreversíveis. A confiança ilimitada no progresso e na industrialização, e a atuação em apenas alguns elementos patrimoniais, já não possuem a mesma importância. Na atualidade, assinala, o desafio de proteger o patrimônio está no território, em suas representações – a paisagem cultural é uma delas, por sua alta capacidade simbólica

e identitária, para recuperar o sentido significativo do patrimônio como herança e legado cultural que se recebe em vida e se deve transmitir em condições aceitáveis, com seus significados fortalecidos de utilização sustentável. Também **se reconhecem os efeitos sociais e culturais negativos quando o patrimônio cultural e a paisagem são utilizados para fins de consumo e mercadológicos.** (grifo nosso). Porém, a gestão adequada se converte em diversos estímulos ao desenvolvimento local, com retornos econômicos, benefícios sociais e desenvolvimento territorial. (MATA OLMO, 2010, p. 44).

Segundo Galetier (2011 *apud* PICHERY, 2018, p. 1), patrimonialização é o ato de dar caráter patrimonial a um objeto, que pode ser o resultado do processo sociocultural no qual um espaço, ou um bem (material), um conceito ou prática (imaterial) é transformado em um componente do patrimônio. Independentemente da natureza desse componente – natural ou cultural, ele torna-se um bem coletivo e, ao mesmo tempo, um objeto de conservação e/ou restauração. É o resultado da herança das vivências da sociedade, em que a necessidade de preservação pode evitar sua degradação e/ou extinção.

No setor do vinho, o território vitivinícola é construído com os elementos necessários para sua elaboração: edificações, equipamentos, transporte, mão de obra, assim como as atividades necessárias nas várias fases de vivificação e manifestações dos eventos sociais, costumes e tradições. Tudo forma uma herança viva que se move e evolui, delineando paisagens em seu relevo e organização, ao mesmo tempo em que expressa várias estruturas sociais e culturais. (PICHERY, 2018, p. 2).

O patrimônio que também se insere na paisagem cultural é um bem extremamente frágil que tem sido submetido à destruição por diferentes causas no século XXI; dentre elas encontram-se os modismos, as inúmeras intervenções inadequadas pela preocupação e o reconhecimento do valor social do patrimônio, ao ponto de os recursos que deveriam ser utilizados para sua recuperação colaborarem para sua destruição. A falta de critérios para as intervenções, gestão burocratizada, ausência de quadros especializados técnicos e legislação inadequada são alguns fatores que colaboram para a destruição do patrimônio que se tem vivido. Considera-se que a preservação dos testemunhos da memória histórica é como um fiador dos sinais de identidade diante de um mundo globalizado e homogeneizado que são

divulgados constantemente de lugares com escassa trajetória histórica e cultural, que têm os fins lucrativos como único objetivo. (MIGUEL, 2012, p. 74).

A identidade local, a memória coletiva, a cultura de trabalho agrícola, o patrimônio imaterial em territórios de colonização, como é o caso do Vale dos Vinhedos, são retratados por Palenzuela Chamorro (2005, p. 4) como um todo de construções que refletem a realidade vivida, carregada de significados, que se constitui nas tramas que tecem os processos de identificação da comunidade local e suas representações através da paisagem cultural. A estruturação de identidades coletivas impede a homogeneização das práticas sociais, que compartilham culturas específicas de trabalho, que se circunscrevem aos locais de trabalho e transbordam para ser impregnadas nas relações sociais que se refletem na paisagem cultural.

As diferentes categorias presentes na construção das paisagens do vinho, de acordo com Pichery (2018, p. 2), estão embasadas nas dimensões do patrimônio material nos territórios vitícolas que se materializam através do patrimônio arquitetônico, das igrejas, vinícolas, casas, no patrimônio arqueológico do território de produção do vinho e, ainda, a condução das videiras, os envases, o saber fazer do vinho, o patrimônio imaterial construído ao longo dos séculos pelos artesãos, fabricantes de prensas, tanoeiros, e do patrimônio das denominações patrimoniais, os elementos intangíveis do trabalho de evocação das videiras, da vinificação, as tradições das colheitas e o folclore relacionado ao vinho. (PICHÉRY, 2018, p. 3).

O território produtivo não se configura somente como uma exterioridade materializada em sua fisionomia; a paisagem surge de uma relação sensível e da percepção principalmente visual do território. Assim, a paisagem é um território percebido em toda a sua complexidade social e psicológica, dos aspectos mais simples aos mais complexos aos quais se atribui um juízo estético. A paisagem é muito mais do que uma aparência percebida; seu caráter é, sobretudo, o resultado das inter-relações entre fatores naturais e humanos, aspectos também definidos na Convenção Europeia da Paisagem – Florença 2000. (MATA OLMO, 2010, p. 46).

Assim, a preservação da memória dos lugares deve dar preferência a modelos que transmitam de forma real a organização, muito depois de sua época de criação, para, neste sentido, permitir a magia da preservação do tempo ao invés das constantes reconstruções sobre uma base estruturada na cultura do território, de modo a permitir que as formas do passado se transmitam de forma dinâmica no

mundo de incessantes renovações e de um jogo complexo de reinterpretações. (VERDIER *apud* MATA OLMO, 2010, p. 47).

Ao mesmo tempo em que a dimensão patrimonial da paisagem é fundamentada na preservação da memória do lugar, quando se dá a preservação do território em face das constantes alterações a que estão submetidos na contemporaneidade, esses aspectos de fruição, percepção e expressão do território em consonância com a paisagem são fatores que contribuem sobremaneira para a valorização do território produtivo que a tese pesquisa.

2 A PAISAGEM VITÍCOLA: DA HISTÓRIA AO CARÁTER CULTURAL

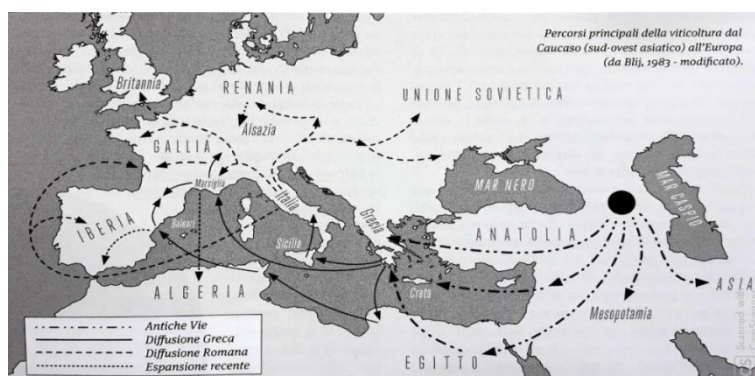
O capítulo demonstra a formação da paisagem a partir do cultivo vitivinícola, que transforma o território através da cultura dos habitantes locais. Neste sentido, a tese busca referência nos primeiros cultivos vitivinícolas da história mundial, com base no surgimento dos povos gregos, egípcios e romanos, para balizá-las, na construção da paisagem vitícola do recorte de estudo. As diferentes formas de plantio e condução das videiras, adaptadas ao território, revelam a história e expressam as condições geográficas, climáticas e o uso dos materiais locais.

Esses elementos demonstram as habilidades humanas do cultivo vitivinícola e a elaboração de vinhos que se imortalizaram no tempo. Neste sentido, demonstra-se uma linha do tempo de formação da paisagem vitícola, para entendê-la no recorte de estudo e sua vinculação com a cultura dos produtores locais. Além disso, o vinho demonstra ser um difusor da cultura, da tradição do lugar. Da contemplação da paisagem vitícola emergem emoções adequadas à agregação de valor que não se apresenta em outras paisagens produtivas

2.1 Da paisagem ao vinho

A história da uva atravessa os séculos. De acordo com Minguez e Romenor (2009, p. 10), na época Paleolítica e Neolítica (2,5 milhões a 3.000 anos a.C) a uva era consumida como fruta, como demonstrou a quantidade de sementes com múltiplas variedades silvestres encontradas em vários depósitos arqueológicos. Dois mil anos antes de os humanos aprenderem a domesticar a planta, já haviam descoberto as propriedades do suco de uva e/ou mosto fermentado que se transformaria no vinho que hoje se conhece. Assim, o simbolismo e a importância do vinho procedem de épocas muito remotas, muito antes dos gregos e dos egípcios.

Através da cidade-Estado⁷¹ e de suas colônias, os gregos exportavam o vinho que produziam, reconhecido por sua qualidade e variedade, e assim os celtas e os ibérios também conheceram a cultura do vinho. Os fenícios foram responsáveis por disseminar a viticultura e a vinificação ao Sul do Mediterrâneo, como Cartago, Gadir etc. Em um primeiro momento, os ibérios na Península Ibérica – hoje formada por Gibraltar, Andorra, parte da França, Espanha e Portugal – dependiam da importação de vinhos dos fenícios, e no final do século VII a.C. se iniciou a produção local.



.. _ .. Vias antigas, _____ Difusão grega, _ _ _ Difusão romanaExpansão recente

Imagem 21 – Principais percursos da viticultura desde o início: do Cáucaso (círculo preto) no sudoeste asiático até a Europa (De Blij, 1983 - modificado).

Fonte: Fregoni (2013, p. 4).

O percurso da viticultura no mundo, de acordo com Fregoni (2013, p. 4), iniciou no Cáucaso – Sudoeste da Ásia, e pelas antigas vias de navegação foi levada para a

⁷¹ A Grécia antiga era dividida em cidades-Estados. Cada uma delas pela sua diversidade cultural possuía sua própria autonomia e forma de governo. Esparta preparava os jovens para a guerra, Atenas incentivava e se destacava na arquitetura, na filosofia, nos pensadores. (Disponível em: www.brasilecola.uol.com.br. Acesso em: 13 ago. 2018).

Grécia, Egito, Mesopotâmia e Ásia e espalhou-se pelo mundo. (Imagem 21). Os fenícios posteriormente difundiram as videiras para a Grécia, Síria, Sardenha, Espanha, Alemanha e África. Os povos gregos introduziram as videiras na Itália, através da Sicília, e dali para o Norte do país e a Europa.

Os povos antigos contribuíram para tornar o vinho um simbolismo místico e religioso. De acordo com Fregoni (2013, p. 9), a uva e o vinho eram de grande importância para a religião cristã, pela presença nas celebrações da santa missa. Deste modo, o cultivo e a elaboração de vinhos criaram um particular interesse nas ordens dos mosteiros, que originou junto às igrejas e conventos importantes centros vitivinícolas, protegidos da invasão dos bárbaros, como nas áreas rurais.

Posteriormente, o vinho também foi utilizado nos banquetes rituais, em celebrações e cerimônias de funerais, que seguramente estavam relacionadas às poucas bebidas que poderiam embriagar, na época, por conter mais graduação alcoólica. Assim, o vinho transformou-se em um produto de luxo destinado às classes mais abastadas, ao mesmo tempo em que a implantação da viticultura em um território era considerada uma marca de civilização. (MINGUEZ; ROMENOR, 2009, p. 15).

A arqueóloga Antonella Giammellaro (2009, p. 92-106) descreve sobre a agricultura fenícia e relata a produção vitícola, organizada em cidades-Estado e com estreitas relações com a Síria, Mesopotâmia e Egito. A autora afirma que os egípcios revelam em seus anais desde o terceiro milênio – século III a.C. que a viticultura já era muito desenvolvida. Os textos administrativos dos fenícios dos séculos XIV e XIII a.C. falam dos lagares⁷², de grandes vinhas cultivadas em terraços que originaram grandes provisões de vinho.



Imagem 22 – A condução das videiras em forma de túnel, inventada pelos egípcios (era chamada de Karem), como demonstram os afrescos nas tumbas dos faraós.

Fonte: Fregoni (2013, p. 633).

⁷² Lagar: local onde ficam as cubas de fermentação e as prensas, na vinícola. (Tagliari e Campos, 2011, p. 312).

A bebida não se destinava apenas às mesas da Corte; os textos citam os recipientes utilizados para servir, beber, armazenar e elaborar os vinhos, os lugares dos vinhos, os entornos dos vinhedos com os recipientes de decantação, com pequenas torres de vigilância. Giammellaro (2009) relata que Homero, o poeta da Grécia Antiga, se referiu ao vinho como produto econômico e os navegadores fenícios trocavam as mercadorias por gêneros alimentícios.

Heródoto, geógrafo e historiador grego, também citou o comércio de vinho entre a Fenícia e o Egito no século V a.C. Os vinhos acondicionados em vasos de alabastro eram destinados às mesas da Corte, ricamente adornados com inscrições e indicações dos tipos, quantidade e origem. Mesmo que a tradição bíblica atribua a Noé a primeira experimentação de vinho devido ao tipo de clima e terreno, outras regiões, como a da Palestina, Egito e Síria, também eram propícias ao cultivo de uvas. O profeta Oseias (Os 14,8) lembra os renomados vinhos do Líbano em um baixo relevo assírio do século VII a.C. que mostra o cerco a uma cidade provavelmente fenícia, rodeada de vinhos. Plínio, o velho naturalista romano (25-79 d.C.), também atribuiu qualidades aos vinhos produzidos nos montes do Líbano com aromas de incenso. (GIAMMELLARO, 2009, p. 103).

De todos os produtos alimentares consumidos pelos gregos, como a cevada, o trigo, uma grande variedade de grãos, leguminosas, hortaliças, temperos, carne de caça, queijos, peixes e frutas, entre outros, o vinho era considerado a principal bebida. Divididos entre brancos e tintos, os tintos eram apreciados sobremaneira pelos gregos devido à cor púrpura, assemelhada ao sangue.

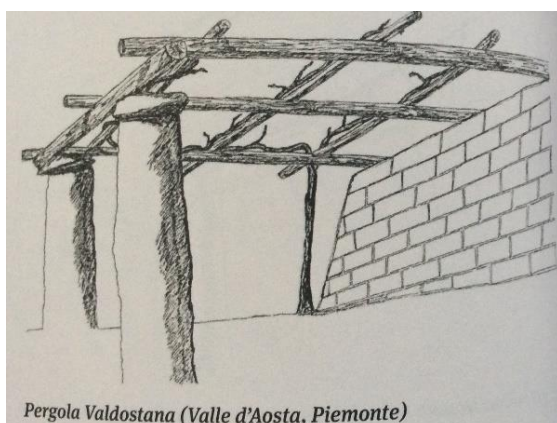
Vinhos elaborados com uma extensa variedade e características, como secos, macios, suaves, leves, espessos, fortes e até mesmo envelhecidos em ânforas. (AMOURETTI, 2009, p. 144). Entretanto, alerta a autora, não se deve confundir os vinhos gregos e romanos; estes são em sua maioria brancos, e os gregos mais tintos, com maior teor alcoólico.

Os vinhos na Itália, acompanhados de pão e carne, eram essenciais nas refeições diárias dos nobres na Idade Média; os mais pobres tiveram acesso ao vinho paulatinamente. Serviam tanto para as festas como para os rituais fúnebres. Numerosas pesquisas demonstram o crescimento das videiras próximo às cidades, próximo às áreas habitadas, em busca da autossuficiência pelo consumo generalizado, assim como pela facilidade de transporte e comercialização. (CORTONESI, 2009, p. 409).

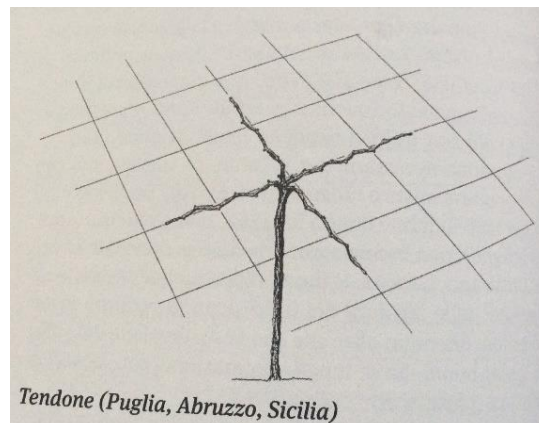
2.1.1 A condução das videiras e a paisagem vitícola

Por séculos, a paisagem vitivinícola foi moldada pelo homem, de acordo com o território, as condições do solo, condições climáticas e materiais disponíveis para a condução. De acordo com Fregoni (2013, p. 633), são muito antigas as várias formas de condução das videiras, difusas principalmente no Norte da Itália, a que nos reportamos no recorte de estudo nessa pesquisa, cujo território foi colonizado por imigrantes italianos.

Os levantamentos vitícolas italianos, de acordo com o autor, constataram mais de 36 formas de condução de videiras, sem contar as formas menores. A origem das pérgolas é egípcia (Imagens 23 e 24); a Grécia, por sua vez, utilizava a condução em forma de vaso ou *alberello* para dominar as condições climáticas e os ventos constantes (Imagens 25 e 26); e as de origem etrusca, com a condução em árvores ou albetar, deram origem a suas formas respectivas e derivadas ou modificadas. Entretanto, de acordo com Fregoni (2013, p. 634), nenhum país obteve tantas formas de condução das videiras como a Itália. Isso representa um caráter positivo da paisagem vitícola italiana, mesmo que na atualidade se observem alterações nesses modos de condução.



Pergola Valdostana (Valle d'Aosta, Piemonte)



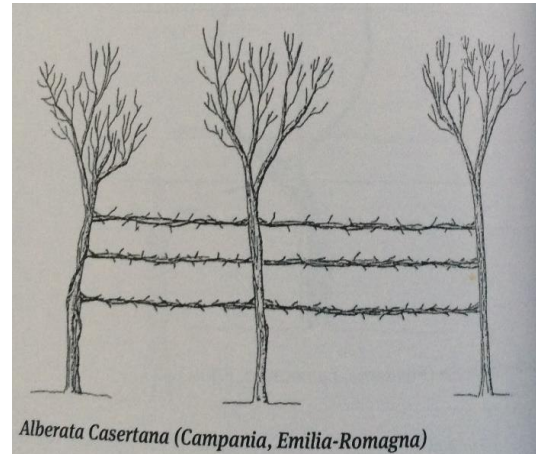
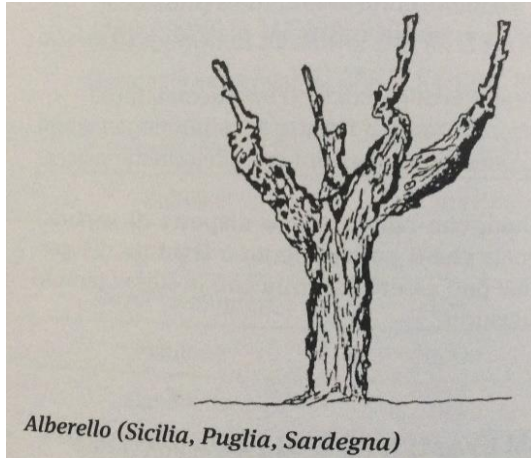
Tendone (Puglia, Abruzzo, Sicilia)

Pergola (Valle d'Osta, Piemonte – Itália)

Latada (Puglia, Abruzzo, Sicilia – Itália)

Imagens 23 e 24 – Formas de condução das videiras pelos povos egípcios reproduzidas na Itália; em modo de pérgola e latada.

Fonte: Fregoni (2013, p. 646).



Pequena árvore-alberello (Sicilia, Puglia, Sardegna) Condução em árvores (Campanha, Emilia-Romagna)

Imagens 25 e 26 – Formas de condução das videiras pelos povos gregos, em pequenas árvores. Os povos etruscos com condução em árvores – tutores vivos. Reproduzidos na Itália.
Fonte: Fregoni (2013, p. 646).

As pérgolas, duplas ou simples, de teto horizontal com altura em torno de dois metros, trazidas pelos romanos, foram amplamente difundidas no Norte da Itália para substituir a condução das videiras com tutores vivos (árvores), que é considerada uma forma de transição entre a condução em árvores de origem etrusca e a pérgola que se conhece atualmente. Em sua tradição, os etruscos (na Península Itálica – 1.200 a 700 a.C), faziam uso de tutores vivos – árvores, consorciado com as videiras. Era costume utilizar espécies como nojeira, tília, olmo, amendoeira, carvalho, oliveira, cerejeira e outras. (FRÉGONI, 2013).



Imagem 27 – Condução em árvores – tutores vivos
Fonte: Fregoni (2013, p. 7).

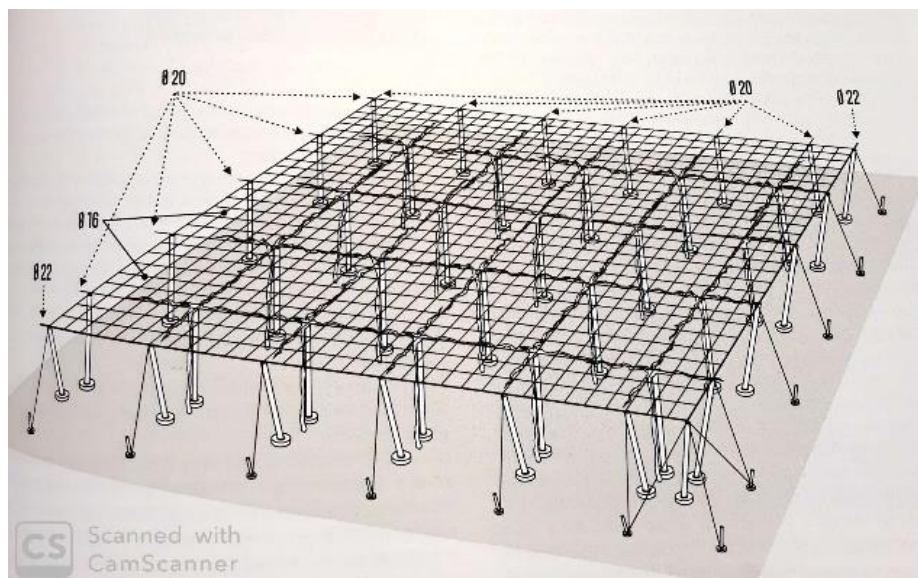


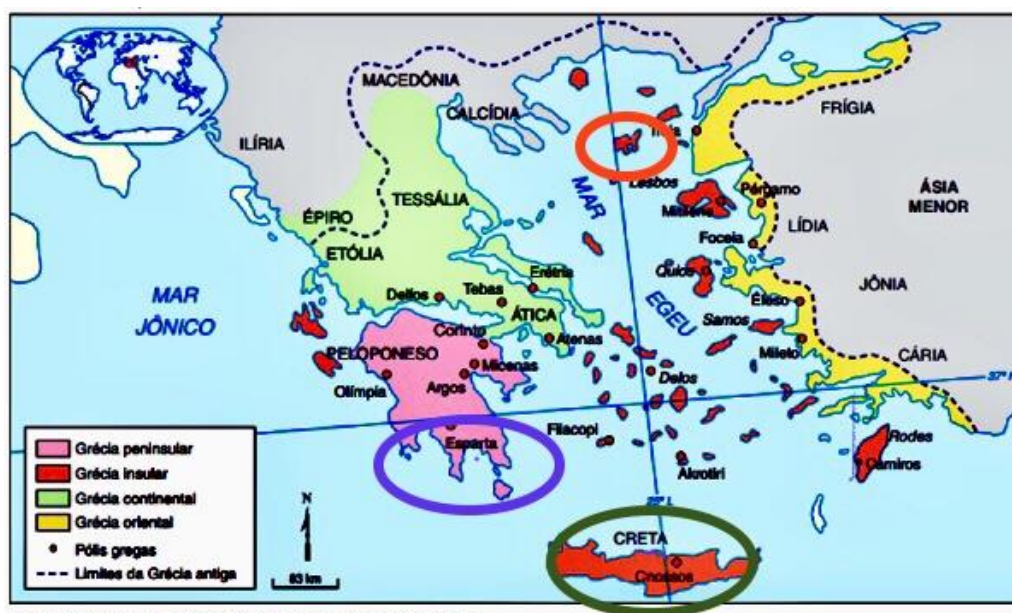
Imagem 28 – Condução das videiras em pérgola com teto horizontal (latada)
Fonte: Fregoni (2013, p. 639).

A paisagem agrária nos campos gregos e nas cidades é estudada por Amouretti (2009, p. 137), que destaca a cidade grega como a *polis*, uma cidade-Estado de dimensões reduzidas em que a cidade ocupa o lugar central. Cada *polis* tende a possuir autonomia alimentar, mesmo que parte de suas provisões venha de fora. Entretanto, no âmbito restrito da *polis*, pela diversidade dos regimes da terra –há terras comuns, quase sempre com pastagens, as públicas, as sagradas e as privadas – são favorecidas as pequenas culturas.

Embora produzissem cereais em terras pouco férteis, o povo grego era antes de tudo um arboricultor⁷³. Os arrendamentos apontavam meticulosamente o número de árvores ou videiras a serem renovadas que, embora predominassem juntamente com as oliveiras, não eram cultivadas de forma intensiva. As oliveiras eram cultivadas de forma mais esparsa, e as videiras de modo mais compacto.

A paisagem das áreas agrícolas e das videiras na Grécia Antiga apresentava extrema variedade de acordo com a capacidade que cada região tinha para se especializar. No entanto, na região grega de Esparta era mantida a produção de linho e milhete, e as ervilhas eram cultivadas em diferentes ilhas. (AMOURETI, 2009, p. 140). Através de um mapa da Grécia Antiga, a Imagem 29 destaca as principais áreas de cultivo: Esparta, Quersoneso e Creta.

⁷³ Arboricultor: aquele que se dedica à cultura das árvores. (Disponível em: <https://www.infopedia.pt>. Acesso em: 19 mar. 2019).



Fonte: Atlas histórico. São Paulo: Encyclopaedia Britannica, 1977. p. 16.

■ Esparta ■ Creta ■ Quersoneso

Imagem 29 – Localizações na Grécia Antiga: Esparta – Creta – Quersoneso
Fonte: www.pt.m.wikipedia.org. Acesso em: 10 set. 2018.

O cultivo das videiras obedecia a formas variadas: as videiras rasteiras, cultivadas em certas ilhas gregas para proteger-se do vento, e videiras plantadas sobre arcos protegidas por muretas de pedras na Península do Quersoneso. As videiras, conduzidas em latadas cruzadas e sobre estacas, eram cultivadas na Ilha de Creta e utilizavam-se tutores vivos – árvores para servir como base de sustentação delas. (Imagem 30).

Na Grécia Antiga, o cultivo era essencialmente feito a seco, sendo as regas reservadas às hortas. Também o cultivo das videiras era implantado conforme as condições climáticas do lugar, de maneira que as videiras rasteiras eram produzidas em locais dos fortes ventos (Imagem 30: 1. a, b), para que as de pequena estatura e/ou rasteiras pudessem produzir abrigadas das intempéries e dos ventos. Já as videiras sobre estacas, sobre arcos protegidos por muretas de pedras, se faziam presentes nas penínsulas de Quersoneso (Imagem 30: 2. a, b, c, d, e), e as videiras em latada cruzadas, em Creta. (AMOURETTI, 2009, p. 139).

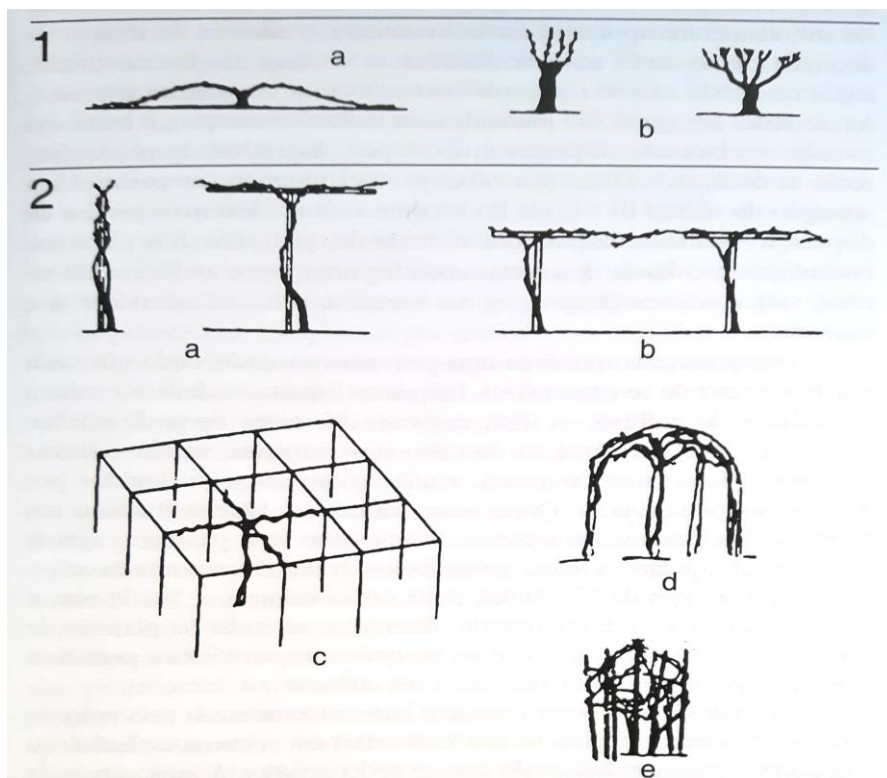


Imagem 30 – As várias formas de condução das videiras na Grécia Antiga: rasteiras, sobre estacas.
Fonte: Amouretti (2009, p. 139).

A condução das videiras sobre árvores era uma prática dos gregos, e posteriormente também dos egípcios e etruscos, como um modo de aproveitamento do solo para mais de um cultivo. (Imagem 30a: 3. a, b).

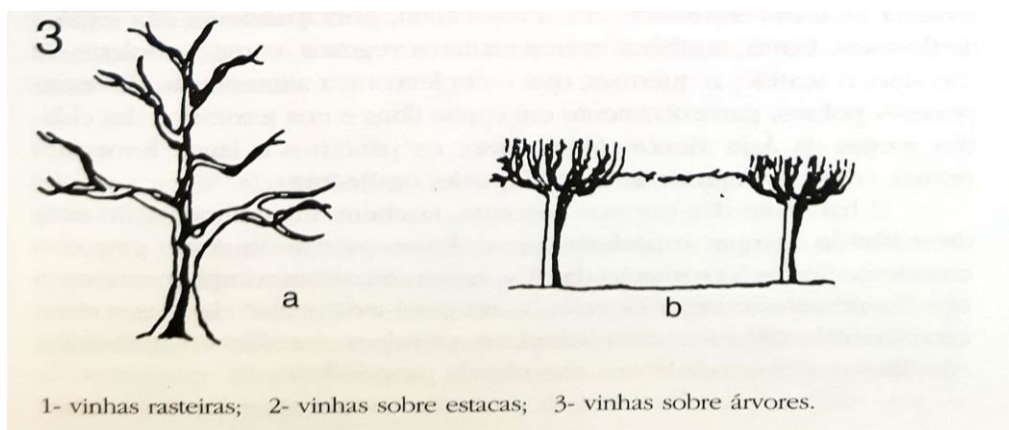


Imagem 30a – A condução das videiras sobre árvores (tutores vivos) na Grécia Antiga
Fonte: Amouretti (2009, p. 139).

Neste contexto, e de acordo com Amouretti (2009, p. 142), a reconstituição da paisagem era intensamente marcada pela ação do homem na ação produtiva através dos modos de fazer, uso de materiais do lugar e cuidados com as condições

climáticas. O modo de cultivo das videiras sobre estacas, na Grécia Antiga⁷⁴, (Imagem 30: 2. c), refletiu-se no cultivo das videiras na Era Romana e dos povos italianos, que se reproduziu mais de quatro mil anos após, quando da colonização italiana em 1875 na Serra Gaúcha.



Imagem 31 – A imagem assinalada demonstra a região do TRIVÊNETO no norte da Itália, local de onde a maioria dos imigrantes italianos eram originários e estabeleceram-se na Serra Gaúcha em 1875.

Fonte: Região do TRIVÊNETO - Baseado em: pt.wikipedia.org. Acesso em: 5 set. 2018.

Nos milênios IV e V a.C., os escavos arqueológicos colocam à luz a presença de atividades humanas nas áreas agrícolas-pastoris na Região do Vêneto, na Itália. A origem das videiras nesta região, assim como nas regiões próximas, do Trento Alto Adige, Friuli Venezia Guilia e Lombardia,⁷⁵ data das ancestrais eras geológicas. Nestas regiões foram encontradas folhas fossilizadas de parreiras com idade calculada de mais de 50 milhões de anos. Os primeiros cultivos de vitis viníferas são atribuídos à civilização paleolítica, na Região do Vêneto, Itália, ou aos etruscos-réticos dos séculos VIII e V a.C. que permaneceram na região do Valpolicella⁷⁶ (Verona, Itália), onde foram encontradas sementes de uvas para a elaboração de vinhos que

⁷⁴ A civilização da Grécia Antiga foi uma das maiores e mais importantes do mundo antigo. Seu povo influenciou outros povos com seus traços culturais, tanto na Antiguidade como na época contemporânea. Estendeu-se por mais de dois mil anos, do século XX a.C ao século I a.C. (Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br>. Acesso em: 13 set. 2018).

⁷⁵ Regiões da Itália de onde vieram grandes números dos imigrantes italianos para a Serra Gaúcha no Estado do Rio Grande do Sul em 1875. Esse aporte apresentou os seguintes índices percentuais migratórios de proveniência: vênnetos: 54%, lombardos: 33%; trentinos: 7%; friulanos 4,5%; outros: 1,5%. (Frosi e Mioranza, 1975).

⁷⁶ Região do Vêneto – Itália, onde é produzido vinho tinto a partir das uvas corvina Veronese, corvione, rondinella e molinara. (Tagliari e Campos, 2011, p. 523).

demonstram o emprego do vinho para o uso doméstico e também ritos sacros. (PARONETTO, 1996, p. 9).



Imagem 32 – Folha fossilizada de parreira da região do Vêneto, Itália, morfologicamente mais próxima das atuais videiras. Idade radiométrica de 54 milhões de anos – Comprimento natural: 8,5 cm.

Fonte: Paronetto (1996, p. 11).

Os povos etruscos, 500 anos antes de Cristo, localizaram-se na Itália, em direção das zonas colinares e de montanhas na região do Trentino Alto Adige e do Vêneto, e fundaram numerosas colônias. Essas terras foram denominadas *Raetia*.⁷⁷ O poder dos povos etruscos antes da supremacia dos romanos espalhou-se rapidamente por várias regiões da Itália. As primeiras notícias desses povos referem-se a seus vinhos, apreciados por vários imperadores, como Plínio, o Velho, e Augusto (27 a.C–14 d.C), dentre outros, e o Vinho Rhaetiano obteve a preferência em suas mesas.⁷⁸

⁷⁷ Ver: A demarcação da Região do Triveneto – Itália foi realizada ainda no antigo território da Raécia (Raetia ou Rhaetia, em latim), uma província do Império Romano. (PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Por trás dos parreirais: embates da paisagem cultural vitícola e a urbanização - Vale dos Vinhedos | Bento Gonçalves, RS**. 2013. 250 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013. p. 73-75).

⁷⁸ Disponível em: <http://www.altarezia.com>. Acesso em: 11 set. 2018.

As paisagens colinares de vinhedos e arborizadas na época romana eram descritas como grandes áreas de cultivo vitícola circundadas por bosques, pastagens e áreas de produção de grãos. Também foram encontrados na região de Verona vários objetos de bronze que serviam aos rituais ou eram usados para servir vinhos, e vários utensílios como ânforas de argila para a guarda ou transporte, que denotou também as trocas comerciais de vinho datadas dos séculos II e III d.C., assim como a viticultura urbana era bastante difundida em áreas centrais das cidades (941 d.C.). (PARONETTO, 1996, p. 14).

O cultivo das videiras é mais favorável em solos mais secos, em áreas mais elevadas e mais próximas dos viticultores,⁷⁹ contrário às planícies férteis e com águas abundantes. Paronetto (1996) afirma que, a partir do século XV, se verificou um incremento do cultivo das videiras no Norte da Itália, concomitante com a recuperação de áreas e do crescimento demográfico. Difundi-se o plantio de videiras em fileiras apoiadas e sustentadas por tutores vivos – árvores de abeto (da família das coníferas), olmo (típica árvore nativa da Europa, de grandes dimensões) e salgueiro, que se intercalavam com a cultura dos cereais. A amoreira também foi utilizada por servir como tutor vivo das videiras, e suas folhas eram utilizadas na produção do bicho da seda.⁸⁰

2.2 A condução das videiras na estruturação da paisagem vitícola italiana

A sustentação da videira *viva ou morta*, na terminologia agrária, referia-se às árvores vivas ou com tutores de madeira ou pedras. Ainda no século XVIII, Semenzi (1974 *apud* CALÒ; PARONETTO; RORATO, 1996) destacou que a plantação de amoreiras era farta nas regiões colinares de Conegliano, na região de Treviso – VE, pois servia como base de sustentação das videiras e para outros usos como lenha.

⁷⁹ Ver: Paisagens vitícolas culturais reconhecidas pela UNESCO. (Piana Giordani, *op. cit.*, p. 54).

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 75 e 130.



Imagem 33 – Cultivo das videiras na Itália conduzida por tutores vivos
Fonte: Paronetto (1996, p. 26).

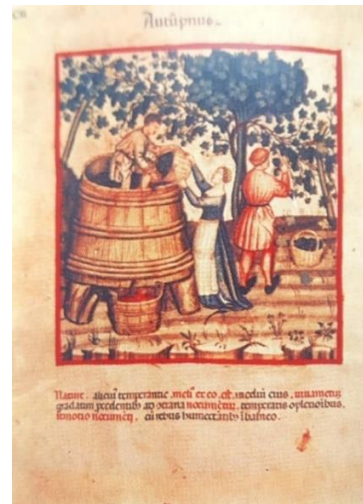


Imagem 34 – Colheita e pisa da uva na Itália conduzida por tutores vivos
Fonte: Paronetto (1996, p. 26).

Desde os gregos e egípcios, o vinho era exportado para outros países e regiões; desta maneira, do século XI ao século XIV, por sua localização estratégica, Veneza consolidou-se como referência de comércio e grande porto marítimo, ponto de destino dos vinhos importados da região grega de Creta, destinada aos privilégios da aristocracia. Entretanto, a produção vitícola italiana era quase inexistente no século XII nas regiões próximas de Veneza, como Treviso, onde era denominada em italiano *terra ferma* – terra parada. Esse fator também incentivou a importação de alimentos, assim como de vinhos, através de Veneza e seu porto, por sua localização geográfica estratégica, ligada com todas as partes da Europa, da China e da Índia. Esta localização possibilitava a importação e o comércio de vinhos de várias partes do mundo, assim como da Europa. (CALÒ; PARONETTO; RORATTO, 1996, p. 203-220).

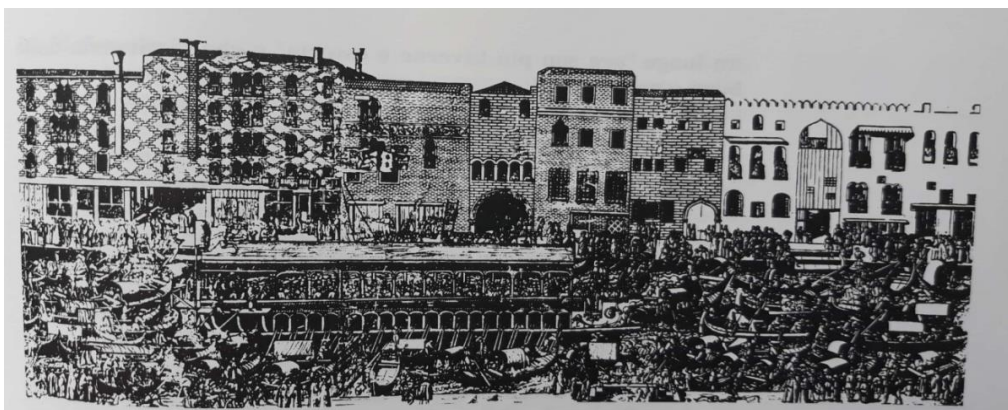


Imagem 35 – O grande afluxo no Porto de Veneza: lugar de atracamento das embarcações para o comércio de vinhos, denominado Bacintoro a la Riva Del Vindi Venezia (sec. XVI).
Fonte: Calò, Paronetto e Roratto (1996, p. 235).

Desde o século XI, a Riva Del Vin, denominada Bacintoro al la Riva Del Vindi Venezia, era o local de atracamento dos navios carregados com os melhores vinhos destinados às prestigiadas casas venezianas. A qualidade do vinho era rigorosamente salvaguardada pelo governo veneziano, com a proibição de diluí-lo ou alterá-lo de qualquer forma. Graças as sete expedições anuais dos navios mercantis de Veneza, toda a Europa podia participar da riqueza e variedade dos vinhos e de outras mercadorias transportadas por navios de um porto ao outro, do Mediterrâneo ao Atlântico. Os vinhos, segundo Calò, Paronetto e Roratto (1996), eram transportados em barricas de madeira, ânforas de cerâmica e outros recipientes.

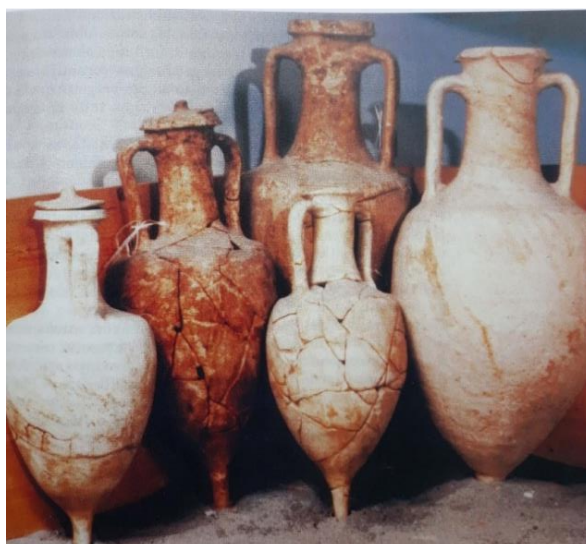


Imagem 36 – Grupo de ânforas greco-italianas de semelhança acentuada com as originais
Fonte: Paronetto (1996, p. 265).

A partir do século XIII, a República Sereníssima de Veneza era especializada na importação de vinhos do Peloponeso e das ilhas de Creta e Rodes, na Grécia. Chamado de vinho grego, era robusto, de cor âmbar ou tinto, aromático, alcoólico, doce, de boa e agradável estrutura, capaz de se conservar por longos períodos. De Veneza, depois de longos períodos de envelhecimento, o vinho era destinado a Milão, Florença, Torino e Gênova, assim como para a Alemanha e países baixos.

Entretanto, como destacam Calò, Paronetto e Roratto (1996, p. 230-250), as técnicas dos venezianos para envelhecer os vinhos gregos foram sendo melhoradas graças à parceria entre os vinhateiros e os vidreiros do arquipélago de Murano⁸¹ –

⁸¹ O arquipélago de Murano foi fundado pelos romanos, composto por sete ilhas, localizado a um quilômetro de Veneza, Itália. No ano de 1291, os cristaleiros de Veneza foram obrigados a mudar-se para Murano, em razão do risco de incêndio nos edifícios venezianos, construídos na sua grande maioria em madeira. No decorrer dos séculos, a cristaleria de Veneza ganhou status de uma das mais importantes da Itália. O prestígio por seus cristais permanece até os dias atuais.

Veneza, Itália – que, através da arte da cristalaria, desenvolveram garrafas para o envase e o envelhecimento do vinho. Daí se iniciou o costume de utilizar esse tipo de vasilhame para o vinho, como forma de expressar qualidade através da utilização dos belíssimos recipientes de vidros trabalhados. Por conseguinte, também surgiu uma nova maneira de apresentar os vinhos nas mesas com esses recipientes fabricados nas vidrarias de Murano, que ocasionou o desuso dos recipientes de cerâmica, pedras e prata para dar lugar ao vidro transparente, que caiu no gosto dos consumidores mais exigentes.

Além disso, por serem mais elaborados, os recipientes de vidro soprado e trabalhado eram vendidos por valores mais elevados, assegurando aos artistas dos vidros de Murano uma produção com valores mais acessíveis, de garrafas e copos mais comuns, mas sempre em vidro, assim como as taças para servir o vinho, mais elaboradas e de vidro soprado. Como consequência, os vidreiros venezianos nos séculos sucessivos foram chamados para trabalhar em outras partes da Europa. Nesse contexto, desenvolveram a fabricação industrial de garrafas mais robustas para o vinho, contribuindo para a afirmação em escala mundial deste importante recipiente, que se revelou o melhor para a conservação do vinho e para longos períodos de transporte.



Imagem 37 – Localização do arquipélago de Murano – Veneza | Vêneto – Itália

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Murano#/media/File:Leguna_Veneta.png. (2018). Acesso em: nov. 2018.

2.2.1 A paisagem vitícola na Itália, entre o comércio e o consumo do vinho até a Idade Moderna

No decorrer dos séculos XII ao XV intensificaram-se no Norte da Itália as legislações a respeito de transporte, comércio e venda de vinhos, e isso refletiu na qualidade de elaboração final. Segundo Paronetto (1996, p. 33), a Idade Moderna do vinho nessa região iniciou a partir de 1500, de um modo muito atormentado entre pestes, grandes nevascas, frio e inundações.

O século XVI apresentou-se mais ameno, as videiras encontravam-se em melhores condições também de produção e os vinhos da região da Raethia obtiveram fama pela qualidade decorrente do modo de produção e vinificação. Entretanto, no século seguinte, o XVII, o frio intenso atingiu a produção vitícola, ocasionando grande devastação, e as videiras paulatinamente foram retomadas.

As formas de produção e condução das videiras configuram-se com aspectos típicos e estruturais nas diversas expressões territoriais da paisagem vitícola da Itália, na Região das *Três Venezas*⁸², através da modalidade cultural de cultivo denominada *vite ad arbustum*, ou seja, videiras conduzidas em árvores. É o resultado de complexos entrelaçamentos de etnias Lígures, etruscas e de gauleses,⁸³ que deram início aos primeiros fenômenos da domesticação das videiras selvagens nas bordas dos pântanos e nas margens dos numerosos cursos d'água que cruzavam as planícies e os vales dessa importante região da Itália. As citações, em grande parte de origem latina, referem-se às videiras conduzidas nas árvores como de grande produção de vinho, que era conservado em grandes barris de madeira, como era de costume para a cerveja. (SCIENZA; TOMASI; GARLATO, 2011, p. 27).

⁸² As três Venezas é uma região histórica localizada no Norte da Itália, denominada Triveneto, composta pelas Regiões do Vêneto, Trento – Alto Adige e do Friuli Venezia Giulia. De domínio austríaco, foi anexada à Itália em 1866. Na atualidade, possuem autonomia e governos próprios de cujos lugares, vieram os imigrantes italianos (1875) instalados na Serra Gaúcha.

⁸³ Povos Lígures eram povos antigos (2000 a.C.) que deram seu nome e ocupavam a atual área da Liguria e grande parte do Norte da Itália. Gauleses eram os povos celtas que habitavam a região da Gália, que na atualidade corresponde ao território da França. Viveram na região central da Europa e compreendiam vários grupos distintos, e na Idade do Bronze e do Ferro destacaram-se como excelentes metalúrgicos. (Disponível em: <https://www.significados.com.br>. Acesso em: 12 set. 2018).

2.2.2 A condução das videiras e a cultura na formação da paisagem

O plantio e a condução das videiras consorciados com as árvores é, segundo Scienza, Tomasi e Garlato (2011, p. 50), um elemento cultural compartilhado e que dá continuidade à paisagem agrícola das *Venezas*, confere regularidade aos campos fechados, herança da centurição romana, na divisão cadastral das terras denominadas *centúrias*. As fileiras de plantas adornadas pelas videiras estavam dispostas nas fronteiras dos campos aráveis para o plantio de cereais ou alternadamente nos campos, conferindo singularidade à paisagem.

De acordo com Rorato (1996, p. 189), nas técnicas de cultivo das videiras no norte da Itália nos tempos passados e até pouco tempo atrás, as videiras eram consorciadas com tutores vivos – árvores. Dentre as espécies mais utilizadas destacam-se o carvalho silvestre (plátano⁸⁴), o salgueiro e a amoreira, e na falta de árvores utilizavam-se os postes. Segundo o autor, o registro da utilização dessas espécies arbóreas foi documentado por Nicolò Salomon, que descreveu um documento datado de 1560 de uma propriedade de Treviso – Região de Veneto – Itália com o relato de que, onde as videiras eram consorciadas com os tutores vivos, o início do plantio demandava a utilização dos postes de madeira. O direcionamento para a utilização da condução das videiras determinava o plantio de duas videiras por árvore consorciada (Imagens 27, 33 e 34). (RORATO, 1996, p. 189).

A Imagem 38 demonstra o processo de colheita da uva com a condução dos vinhedos, com tutores vivos no século XVII. Entretanto, até os dias atuais, na região da Campânia – Itália, em Aversa, destaca-se a elaboração do vinho Asprinio⁸⁵, cujo modo de condução das videiras se realiza em árvores, e a produção atinge em torno de 15 metros de altura, sendo necessário o uso de escadas na colheita.

⁸⁴ O assunto está debatido com maior detalhamento no Capítulo 5, p. 249.

⁸⁵ De acordo com Fregoni (2013, p.514-516), esse modo de condução dos vinhedos deve-se aos gregos e, após, aos etruscos e romanos, que também adotaram o método de condução. Esses povos antigos, como os etruscos, valorizavam as videiras selvagens provenientes da *Vitis Silvestris*, como a Asprinio e *Labruscas*, conduzidas em árvores em grandes alturas. Os gregos por sua vez, priorizavam altas densidades de plantio, com plantações mais baixas, com tutores mortos, podas curtas e anuais. Esses utilizavam as *vitis viníferas*, provenientes do Cáucaso, através do Egito com as variedades de Moscatos e Malvasias.



Imagem 38 – Cenas da colheita da uva no sistema de condução das videiras consorciado com tutores vivos – árvores, com formação de grandes guirlandas de uva. Propriedade de Serègo – Alighieri em Gargagnago – Província de Verona – Itália – século XVII.

Fonte: Paronetto (1996, p. 46).

No século XVI configurou-se uma paisagem vitícola típica, reconhecida como a Paisagem da Região do Veneto, Itália. Essas paisagens vitícolas foram magistralmente interpretadas nas Villas Palladianas, projetadas pelo arquiteto Andrea Palladio no século XV. Desde essa época, de acordo com o autor, a paisagem vitícola ficou praticamente imutável nos séculos seguintes, quando ganhou um grande valor estético pelas descrições de artistas que percorreram a Itália em grandes viagens, como Leandro Alberti e Wolfgang Goethe.

O filósofo francês Montesquieu assim descreveu sua viagem à Itália em 1728:

A estrada de Padova até Verona é belíssima. Nos campos, a cada cinquenta passos encontram-se grandes fileiras de árvores, uma espécie de carvalho, nas quais as videiras estão consorciadas e as recobrem inteiramente. No meio das fileiras, cereais e milho, sorgo e milho. No entorno dos campos estão as amoreiras; e assim, no mesmo campo, produz: grãos, vinho, seda, lenha, sem contar as árvores de frutas como as nozes. (SCIENZA; TOMAS; GARLATO, 2011, p. 27).

Goethe ao realizar a uma viagem à Itália em 1786, encontrou uma paisagem extraordinária de matizes e cores inigualáveis. Assim, diante da profusão das paisagens italianas, ele se desesperou por sua incapacidade de eender tudo: “[...] vê-se paisagens de todo tipo, palácios e ruínas, jardins e terrenos vagos, horizontes

distantes ou próximos, pequenas casas, arcos do triunfo e colunas, tudo tão próximo e muito para escrever.” (BESSE, 2006, p. 45).

Na Itália, a paisagem rural das videiras era o cultivo constante, assim como as várias formas de condução. Desde o século XII é possível encontrar no “Codice Diplomatico Padovano” o registro de todas as movimentações de permutas, cessão, compra e venda desses territórios produtivos e a representação dos vinhedos. (Imagem 39). (PARONETTO, 1996, p. 121).



■ Vinhedos

Imagem 39 – A representação da paisagem rural e urbana de Monselice: vinhedos e bosques no “Monte das Videiras”. Na parte inferior a representação da área urbana com a entrada da cidade, comércio e moradia. Do Arquivo do Estado de Padua – Itália, do século XVIII.
Fonte: Paronetto (1996, p. 123).

As grandes villas projetadas por Andrea Palladio (1508-1580) representam a marca registrada da arquitetura italiana. Nelas, o cultivo das videiras era parte do projeto, e a atenção e o interesse dos proprietários pela atividade resultavam em vinhos de qualidade.



Imagem 40 – Villa Barbaro a Maser projetada pelo Arquiteto Andrea Palladio (1557-1558) e o cultivo das videiras próximas da edificação

Fonte: <https://www.tumblr.com>. Acesso em: 13 set. 2018.

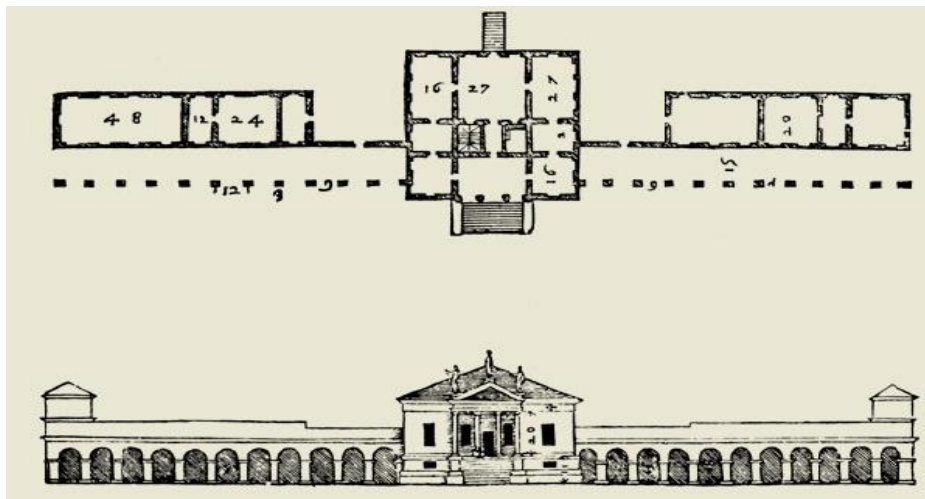


Imagem 41 – PROJETO Original da Villa Emo em Fanzolo di Valdelago – VE – Itália

Fonte: I QVATTO LIBRI DELL'ARCHITETTURA DI Andrea Palladio (1570).

2.3 A paisagem vitícola na era da convenção europeia da paisagem

A Itália, um país de grande tradição vitivinícola, também foi palco de uma mudança de paradigmas quanto ao reconhecimento, à proteção e à preservação da paisagem, com a realização da Convenção Europeia da Paisagem (CEP) no ano de 2000, ratificada na Itália em 2006.

As definições da CEP, de acordo com Tomasi (2011, p. 436), tratam antes de tudo da ligação que o homem possui com seu território e suas ações, no sentido de aproximar a paisagem do viver cotidiano, presentes em todas as paisagens, no viver as tradições e a história escrita no tempo.

O território, o homem e o vinho são um trinômio imprescindível que dá origem à paisagem, através da presença humana, com seu agir sobre o território, elemento fundamental para sua estruturação. Para o autor, é oportuna a reflexão de Fromm (1990) e Jung (1875), que relembram que o bem viver está apoiado no enraizamento que estabelece as ligações significativas, duradouras com a paisagem e com os lugares de origem, porque, segundo ele, sem os pontos de referência o homem perde a capacidade de se orientar e de reconduzir suas origens e suas memórias.

2.3.1 A cultura do trabalho cotidiano nos vinhedos

O cultivo das videiras e a elaboração de vinhos possuem características próprias de trabalho, inseridas em um importante emaranhado de identidades sociais e locais. Os territórios vitícolas em todo o mundo possuem regras universais de vida em comum.

As paisagens vitícolas nos muitos territórios, de acordo com Luginbühl (2008, p. 167-174), possuem a marca do trabalho cotidiano: do alinhamento com tutores vivos, os muros de pedras para proteger as videiras do acesso de animais domésticos, do alinhamento dos solos, as antigas videiras, as pedreiras, as árvores que serviam para as estacas dos parreirais. Os territórios vitícolas exigem também trabalho incessante e extenuante com uma importante mão de obra, tanto que os povos vitícolas se concentram em demasia nas suas terras, superando seus limites para proporcionar um cultivo de qualidade.



Imagem 42 – Elementos da construção da paisagem vitícola – Vale dos Vinhedos. No primeiro plano, um tutor vivo – plátano podado.
Fonte: Fotografia da autora (2018).

Essas são diferenciações sociais que, para Luginbühl (2008), marcam a história de um vinhedo em seu território. O autor afirma que o interesse pelas representações sociais para com a paisagem iniciou nos anos 60, em razão dos constantes conflitos surgidos pelo planejamento e modificações nesses territórios.

2.4 As emoções e a fruição do lugar na paisagem do vinho

A reflexão da paisagem vitícola como geradora de emoções elabora um elemento agregador de valor por apresentar estreita ligação com o território, sua singularidade e cultura. Neste sentido, em *Fragmentos de um diário íntimo*, de acordo com Amiel (1821-1881 *apud* TOMASI, 2011, p. 439), a paisagem é um estado de ânimo capaz de gerar emoções e trazer consigo uma mensagem que transmite, de modo inconsciente, a qualidade perceptiva do vinho que nasce de uma base capturada de modo inconsciente através das sensações emotivas ocasionadas pela fruição do lugar e da paisagem vitícola. A contemplação de um vinhedo, segundo o autor, envolve os sentidos e imediatamente está associada a um maior valor qualitativo do produto.



Imagem 43 – A paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos, com a demarcação dos plátanos nos vinhedos

Fonte: Fotografia da autora (2019).

Por suas características e pelo contexto do entorno, a paisagem vitícola é capaz de criar intensos estados de ânimo que produzirão no consumidor uma predisposição inconsciente de premiar seu produto em relação a outro vinho que não possua os mesmos pontos de referência. (TOMASI, 2011, p. 440). Assim, afirma o autor, a estreita ligação entre as emoções que emergem da contemplação da paisagem vitícola e a percepção da qualidade do vinho podem transformar-se em um grau de preferência e fidelidade por produtos que nascem em contextos ambientais atraentes. A paisagem vitícola gera e agrega valor que não está presente em outras realidades produtivas. Neste âmbito, o vinho torna-se um veículo de difusão da cultura do lugar e das tradições na produção.

Pite (1983 *apud* TOMASI, 2011, p. 440) define que, para entender a singularidade da paisagem, é necessário conhecer a história e a cultura dos que a criaram. Neste sentido, para o autor: “*Tudo o que é possível enxergar em uma paisagem é muito mais do que as formas das sombras e dos desenhos. É uma civilização inteira.*” E complementa sobre a história que a paisagem representa: “*Sem dúvida enxergar é saber, mas saber auxilia a ver.*”

Ainda sobre a importância da paisagem vitícola, o autor salienta que, para a cadeia produtiva do vinho, tudo isso possui um significado ainda maior dada a grande subjetividade que influencia a avaliação organoléptica no momento da degustação: se

neste momento a mente recupera o estado de ânimo e emoções que a paisagem soube transmitir, seguramente aquele vinho terá um grau de preferência maior em comparação a outro vinho cuja origem se ignora.

2.4.1 A paisagem vitícola como atributo de valor

A paisagem vitícola como um atributo de valor é um tema de entendimento restrito na cadeia produtiva do vinho brasileiro. Neste sentido, a pesquisa traz à tona o debate por atrelar-se com as qualidades do vinho na degustação, além das qualidades técnicas e organolépticas do vinho, da visão, do paladar, do olfato, também da poesia que os lugares do vinho proporcionam.

Autores, produtores vinícolas e pesquisadores como Tomasi (2011, p. 439) têm definido a valorização do vinho associado à paisagem para além das qualidades interpretadas: da memória, dos aromas e sabores, da cultura de quem o elabora e, ainda, do território e da paisagem de onde é produzido para, deste modo, fornecer ao vinho um atributo de valor.

De acordo com Cogliati (2009, p. 7), o vinho não é apenas um bem de consumo, mas é também uma expressão cultural, uma satisfação que expressa especificidades, através da exteriorização do trabalho humano, de tradição, de pesquisa, que define que, quanto mais natural for a produção de vinhos, maior será o relacionamento com a terra e com a dignidade do próprio trabalho.

Pesquisas recentes efetuadas em países com produção vitivinícola consolidada, como França e Itália (DJUMBOUNGLONTSI; TEMPESTA; ARBORETTI; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2014; TEMPESTA; GIANCRISTOFARO; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2010), foram elaboradas no sentido de analisar o vinho a partir da percepção do consumidor, do seu conhecimento, do poder de compra, da análise na degustação, do sabor e da qualidade. As razões subjetivas relacionadas ao vinho permitem uma análise para além da qualidade, da embalagem, da marca, mas também da origem, do lugar ou da região de produção. Para os autores, a compra de um vinho ocorre adiante de um comportamento, mas envolve um conflito psíquico, a atração por alguns atributos positivos e o abandono em favor de atributos negativos. (COLLESEI, 1989 *apud* DJUMBOUNGLONTSI; TEMPESTA; ARBORETTI; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2014).

A visão, a sensação de aromas e a audição são sentidos que permitem oferecer informações reais e qualitativas em comparação com as qualidades organolépticas do vinho e também interagem com a paisagem, assim como com a qualidade do vinho. Foi neste sentido que os autores desenvolveram a pesquisa para comprovar que existem fatores físicos que compõem o território de produção e contribuem para a valoração do vinho. (DJUMBOUNGLONTSI; TEMPESTA; ARBORETTI; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2014, p. 31).

Neste cenário, a paisagem vitícola foi analisada pelos autores como um reflexo do território, onde o cultivo das videiras realiza uma interconexão com a percepção do entorno, do território produtor, com influência no valor agregado do vinho. Os atributos da paisagem são formados por composições que revelam o cotidiano, como as casas, igrejas, capitéis, videiras ao fundo, campos e árvores que se complementam com as paisagens modernas compostas pelas edificações, vinícolas e casas atuais e produção em larga escala. Todos esses fatores são entremeados na pesquisa (DJUMBOUNGLONTSI; TEMPESTA; ARBORETTI; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2014, p. 34; TEMPESTA; GIANCRISTOFARO; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2010) com uma degustação às cegas dos vinhos, que ao mesmo tempo enfatiza, através de projetores, as paisagens correspondentes em sua área de produção e elaboração para que o degustador, ao dar sua nota do vinho, visualize no mesmo instante a paisagem onde foi produzido.

O método de degustar o vinho com estímulos visuais da paisagem de produção que os autores utilizaram na pesquisa visa analisar, sobretudo, o papel da paisagem vitícola em conjunto com as preferências individuais na degustação de vinhos e a atribuição de valor cultural e econômico ao produto. (GUSTAFSSON; [et al.], 2001 *apud* TEMPESTA; GIANCRISTOFARO; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2010).

A identidade é o elemento presente, identificador, que diferencia os territórios; para tal, deve ser reconhecida como uma marca, um sinal presente nos vinhos e na cultura de seus produtores. Tomasi (2011) cita o antropólogo francês Claude Levi Strauss (2004-1964), que afirmou: “*O que é bom para pensar, é bom para comer.*” Neste contexto, segundo o estudo, são guiadas as referências que estão contidas em uma taça de vinho quando está expressa sua origem e direciona para a paisagem que conduz a uma estreita relação entre o belo e o bom.

A predisposição para expressar um juízo positivo, de acordo com o autor, é expressa pelo consumidor quando estão vivas em sua memória a paisagem e as origens do vinho que está em sua taça.

Para tanto, os motivos para a salvaguarda das potencialidades expressivas da paisagem devem ser uma obra coletiva, de toda a comunidade e de seus habitantes, porque somente eles conseguem discernir as pequenas particularidades da paisagem que faz parte de seu cotidiano e contribui sensivelmente para aumentar a importância de atração desses lugares e do contexto em que estão inseridos. (TOMASI, 2011, p. 441).

2.4.2 O valor econômico e o valor cultural da paisagem do vinho

O entendimento do vinho como um bem cultural, embasado na vivência de um comportamento emocional e degustado em momentos que se tornam significativos, deixa marcas pelos valores contidos no vinho, de fruição do entorno, assim como de sensações. Por tudo isso, possui a premissa de expressar, além de suas qualidades organolépticas, também um estado de ânimo, de prazer, de sentimentos agradáveis e recordações. Um produto acima do tempo e da história quando se estabelece a relação do vinho, entre a elaboração, a maturação, a qualidade e a paisagem produtiva.

Neste sentido, Tomasi (2011, p. 442) salienta que a associação do vinho com a paisagem se torna um fio condutor com o lugar, com suas recordações que entram em harmonia com as sensações degustativas e emotivas que um vinho pode proporcionar. Para o autor, o verdadeiro significado da paisagem cultural deve direcionar o olhar da preservação a todas as paisagens, inclusive as do cotidiano.⁸⁶ As paisagem são formadas por tramas e numerosos percursos, presos nas pedras dos muros, onde se pode ler com facilidade a história geológica do território, no modo de condução das videiras, nos materiais utilizados, nas práticas de colheita e elaboração do vinho.

⁸⁶ Para aprofundar a reflexão acerca das paisagens do cotidiano, denominadas paisagens ordinárias, ver tese de doutorado: SCHWERZ, João Paulo. **Patrimônio e planejamento**: aproximações a partir da paisagem de Agudo-RS. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 399 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. p. 29-31.

Tomasi (2011) informa que pesquisas recentes (DJUMBOUNGLONTSI; TEMPESTA; ARBORETTI; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2014) confirmaram de modo surpreendente que um mesmo vinho, quando associado a uma paisagem atraente, é preferencialmente eleito se comparado a um vinho associado a uma paisagem monótona. (TEMPESTA; GIANCRISTOFARO; CORAIN; SALMASO; TOMASI; BOATTO, 2010). Esses resultados predispõem a uma maior e melhor conservação dos vinhedos, que são parte importante das permanências da história e da memória que não deve ser somente técnica, mas também estética, capaz de atrair e surpreender.

A relação da paisagem produtiva com seu território, conforme Tomasi (2011, p. 440), possui um poder evocativo e expressivo que a paisagem transmite. A evolução histórica, a cultura nela impregnada e a riqueza das tradições devem ser valorizadas pela beleza associada a sua proteção e conservação. Assim, o consumidor de vinhos será conduzido a associar o vinho e a paisagem, no sentido de evidenciar uma avaliação condicionada à paisagem e favorável aos produtos. O autor ainda acentua a valorização que deve ser atribuída aos lugares dos vinhos em territórios de montanhas e colinas, aos cenários vitivinícolas que podem associar ainda mais o valor dado ao produto devido ao esforço físico do viticultor, cujos vinhedos são trabalhados de forma artesanal e manual em suas práticas de cultivo, pelos acentuados declives, que impedem o acesso de máquinas, na produção e no cultivo das videiras e na colheita.

Tomasi (2011) salienta que não se está promovendo valores abstratos ou fora de seu tempo, mas que se propõe a degustação além do vinho, também de sua paisagem, de maneira que o consumidor descubra os elementos que o compõem, a cultura e suas tradições. Esses fatores devem impulsionar um esforço coletivo para com a preservação. Todas essas ações associam-se ao bem-estar individual, sempre mais necessário para os estados de ânimo ligados a momentos agradáveis. (LUGINBÜHL, 2004 *apud* TOMASI, 2011).

2.4.2.1 O valor econômico

A produção e elaboração de vinhos é um fator econômico relevante, dado que os produtores devem geralmente à produção sua principal geração de renda. Entretanto, a discussão avança para refletir se há um valor de mercado econômico sobre a paisagem (um fator emotivo) que contribua com o vinho, para demarcar o território de origem. Neste contexto, o valor de mercado econômico em relação ao valor da paisagem e do lugar inseridos em uma garrafa de vinho passa pelos valores culturais. Os economistas Kotler e Keller (2013, p. 165) afirmam que cada cultura é composta de subculturas que fornecem identificação e socialização mais específicas a seus membros; nelas estão incluídas as nacionalidades, as religiões, os grupos raciais e as regiões geográficas. Estas, por sua vez, têm recebido cada vez mais destaque nos territórios vitivinícolas, com as Indicações Geográficas que ocasionam maior visibilidade dos vinhos e do território.

Conforme Tomasi (2011, p. 444), dar ênfase à ligação do vinho com o território produtor é, sem dúvida, um dos melhores caminhos a serem seguidos em razão da necessidade que as pessoas na atualidade possuem de sair de seu meio cotidiano para buscar lugares diferenciados, com qualidade estética melhor do que aquela a que estão habituados. Neste escopo, a paisagem é um dos primeiros estímulos nessa procura, e os produtos ali oferecidos tornam-se parte do território, inseparáveis e intransferíveis, embora o autor considere que se deve reconhecer que a paisagem é também composta pelo modo de agir de seus habitantes, que se traduz em hospitalidade, cortesia e acolhimento, que contribui para enriquecer os valores de patrimônio imaterial do vinho.

Ferriolo (2008, p. 118) esclarece que o homem moderno atual busca espaços de natureza nas montanhas, em ambientes marinhos e nos campos quando existem evidências antropogênicas, ou seja, em que a ação humana moldou os lugares (como a paisagem vitivinícola). O homem busca emoções que caracterizam a própria paisagem e a convertem em diferentes experiências, pela relação estética e sentimental entre quem observa e o lugar observado, que faz a relação entre sujeito e objeto e se transforma em diferentes tonalidades espirituais que dão conforto.

2.4.2.2 O valor cultural

Tomasi (2011, p. 445) entende que, se fosse possível separar o valor do lugar de origem do vinho, se poderia dar por consequência um valor econômico à paisagem. Esse poderia ser atribuído de modo hipotético a um valor semelhante aos maiores valores das garrafas de vinho. Isso significa que **o vinho é reconhecido cada vez mais como um valor cultural, vivido como um comportamento emocional, que evoca ambientes, emoções, cultura, paisagem e tradições.** (grifo nosso). Sem dúvida, afirma Tomasi, esses fatores devem ser relacionados a uma qualidade positiva do vinho. O autor também sinaliza que promover a paisagem do vinho não é uma valorização abstrata. Ao contrário, afirma, o que se quer promover é a degustação do vinho do território, da paisagem, e levar seus consumidores a descobrir os elementos que o compõem, como a cultura de sua conservação e o compromisso para sua proteção, promoção e divulgação.

Os territórios vinícolas mundiais estão cada vez mais abertos aos turistas, aos consumidores; o território deve proporcionar aos visitantes e degustadores de vinhos desses lugares, os enoturistas⁸⁷, a possibilidade de descobrirem a origem do vinho dos outros produtos locais, assim como de sentirem e vivenciarem o ambiente por inteiro. Nessa perspectiva, segundo Tomasi (2011, p. 445), os lugares são compostos e estruturados de acordo com um patrimônio de cultura produtiva e de uma biodiversidade vegetal que testemunha o cuidado com a preservação do ambiente, então será mais fácil para os consumidores se sentirem seguros quanto ao sistema produtivo e à conservação dos elementos que originam a diversidade do território.

A paisagem é compreendida por Ferriolo (2008, p. 115) como o resultado da realidade viva e em contínua transformação: lugares que expressam a existência, projetos do mundo humano que resultam em fontes de criatividade de modificações. Os indivíduos constroem seus territórios baseados em sua história e em sua cultura: constroem as paisagens caracterizadas na simultaneidade do presente e do passado. Por esse motivo, continua o autor, o papel da paisagem na cultura contemporânea e na construção do lugar nasce da linha do tempo no passado, quando o ser humano constrói seu lugar para habitar e dele viver.

⁸⁷ O enoturismo – turismo do vinho será discutido no Capítulo 3.

A paisagem vitícola é, para Tomasi (2011, p. 441), o elemento do território com capacidade de transformar as imagens em sentimentos e recordações positivas. Ela possui uma relação intrínseca entre a paisagem através de sua harmonia, que condiciona a uma avaliação positiva das qualidades organolépticas do vinho de acordo com as emoções e sensações que a paisagem proporcionou.

O caráter da paisagem produtiva vitícola pode ser descrito de diversas formas e maneiras, tanto quanto são diversas as formas que contribuíram para sua formação, porque todos os elementos que a compõem são úteis para individualizar com clareza a paisagem cultural. O uso do solo dessa paisagem trata-se, sobretudo, de um processo evolutivo; para tanto, deve ser bem documentado, uma vez que as ações e relações entre a população e a paisagem cultural fornecem os valores materiais e imateriais; entretanto, é necessário considerar que, na paisagem cultural, o patrimônio imaterial deve ser preservado através dos usos tradicionais, religiosos e sociais e seu relacionamento com o entorno geográfico. (ZANGHERI, 2009, p. 24).

A imagem objetiva dos aspectos físicos que a paisagem vitícola transmite é enfatizada por Tomasi (2011, p. 446) como uma rica cenografia de cores, luminosidade, volumes, formas etc. presentes nos momentos vividos nesse território; ao mesmo tempo, ela fornece uma percepção do olhar, imediatamente elaborada e memorizada e facilmente recuperada no momento de degustação do vinho ali produzido. Todavia, a visualização da paisagem não é considerada pelo autor como um sentido primário de percepção, mas transforma-se em um modo de avaliação que apresenta estreita ligação com o gosto e com o olfato, que dá origem ao sujeito visível, neste caso, as videiras e seu entorno, como se observa no Vale dos Vinhedos.

Tomasi (2011, p. 446) também considera que as paisagens devem ser protegidas, mas sem oferecer riscos de paralisação de uso, para que não passem a ser intocáveis. Ao contrário, devem seguir sua atividade agrícola e especificamente vitivinícola **para permitir a continuidade produtiva em equilíbrio com a historicidade do território, assim como com a valorização econômica.** (grifo nosso). O autor também pondera que, se forem bem planejadas e conduzidas, as alterações a que estão submetidas as áreas de cultivo poderão permitir as vivências da história dos lugares e da vitivinicultura com respeito às novas técnicas de vitivinicultura mais recentes e mais agressivas. Concordamos com as colocações do autor, pois nos territórios vitivinícolas esse é um conflito muito presente entre a tradição e a inovação da produção.

As sensibilidades de proteção devem nascer de uma educação oportuna sobre a valorização das origens do produtor, da vontade de tutelar e conservar os bens culturais e a paisagem através de atitudes simples e cotidianas.

3 ALÉM DO *TERROIR*: O VALOR CULTURAL DA PAISAGEM PRODUTIVA E O SABOR DO TERRITÓRIO NO ENOTURISMO

O capítulo aborda outras conexões que se mesclam na paisagem vitícola, cujas argumentações estão direcionadas a diferentes valores culturais expressos no território vitícola, como: o *terroir*, o turismo cultural e o enoturismo. Quanto aos novos aportes que a paisagem vitícola desperta, como elemento norteador dos lugares do vinho, traz-se debates sobre o *terroir* como um fator natural e geográfico, mas sobretudo cultural.

Nos territórios vitivinícolas a paisagem é um dos elementos orientadores do turismo cultural e do enoturismo, cujo embasamento se ancora especialmente no valor cultural do território e em sua preservação. Deste modo, efetua-se no capítulo a abordagem dos temas em que paisagem vitícola é o elemento central, para balizar as ações de uso, reconhecimento e preservação.

3.1 O valor cultural da paisagem produtiva

As paisagens rurais têm despertado um interesse crescente devido a uma nova demanda social que as considera um elemento de qualidade de vida. Na Europa também têm sido incorporadas, de acordo com Mata Olmo (2004, p. 98), nas agendas políticas que levam a novas relações entre o campo e a cidade. Essas ações influenciam a geração de novas ações destinadas à defesa, à proteção e a uma adequada gestão da paisagem que garante a integração e a implantação de novas atividades das paisagens rurais herdadas. Entretanto, afirma o autor, as paisagens reconhecidas como parte do território perfilam-se como um componente ambiental específico, que expressa através do território sua percepção individual e coletiva.

A influência dos processos naturais e culturais, que se convertem em elementos que destacam a identidade dos lugares, de seu valor patrimonial, pode, em determinadas situações, tornar-se um recurso de elevada importância, como define o Convênio Europeu da Paisagem – CEE, Florença – Itália, no ano de 2000, com visão integradora e totalizadora da paisagem:

Art. 1. A **proteção das paisagens** para a preservação dos seus aspectos significativos de justificado valor patrimonial.

Art. 2. A **gestão das paisagens** – em ações dirigidas na perspectiva de desenvolvimento sustentável, para guiar e harmonizar as transformações ocorridas pela evolução social, econômica e ambiental.

Art. 3. **Ordenamento das paisagens** – atuações no sentido de prospectar a melhoria, a restauração e a preservação das paisagens. (MATA OLMO, 2004, p. 99).

Neste contexto, para numerosos especialistas em Patrimônio e para as legislações e tratados internacionais vigentes, a paisagem tem se tornado nos últimos tempos um tipo singular de patrimônio, como uma forma da expressão morfológica, funcional e simbólica do território.

Para Mata Olmo (2010, p. 33), verificam-se as marcas de memória e identidade do passado e do presente em inúmeras paisagens, e por esta razão elas evocam sua preservação. Nessa perspectiva histórico-geográfica, o autor direciona o entendimento da paisagem como patrimônio e suas potencialidades utilizadas como recurso para o desenvolvimento do território. A abordagem entre o patrimônio e a paisagem e a complexidade crescente das respectivas legislações não excluem,

desse modo, as paisagens rurais porque, enfatiza o autor, paisagem e patrimônio são noções que compartilham sua essência entre a relação do objeto e do sujeito, sua realidade material, assim como as representações simbólicas e culturais.

O antropólogo Llorenç Prats (1997) afirma que “*o patrimônio se produz*” em situações de tensionamento entre a razão e o sentimento e entre a reflexão e a vivência. Para Prats, a formação e a valorização do patrimônio, onde também estão incluídas as paisagens, são materializadas quando expressam uma capacidade simbólica de transmitir emoções; ao mesmo tempo, o patrimônio em uma paisagem é capaz de expressar o caráter simbólico através da identidade. (PRATS, 1997; ed. 2004, p. 29-31 *apud* MATA OLMO, 2010, p. 36).

O legado cultural das paisagens produtivas, como das videiras e do vinho, está na atualidade integrado em um entendimento de valorização no mundo. Neste sentido ocorre o reconhecimento da UNESCO⁸⁸ para com a herança cultural das videiras e suas paisagens, que tem se constituído como um impulso significativo de desenvolvimento econômico e de turismo. A classificação das paisagens culturais vitícolas tem se posicionado como Patrimônio Mundial da UNESCO, para demonstrar que os significados culturais, materiais e imateriais se constituem como indutores para o desenvolvimento econômico e do turismo nessas regiões reconhecidas. Citado fator ocasionou uma demanda cada vez maior de solicitações de reconhecimento à UNESCO, que demonstra uma abordagem que vem mobilizando a atenção dos atores do setor vitivinícola mundial.⁸⁹

Um estudo europeu recente avaliou a importância, para os próximos anos, do significado de preservação e do reconhecimento do legado cultural da paisagem vitícola, como a reconhecida e protegida pela UNESCO (2001) do Alto Douro – Portugal. Os resultados demonstraram ser mais significativo para a comunidade:

A nossa grande prova coletiva será demonstrar que é possível salvaguardar o nosso patrimônio e daí retirar mais valias, acrescentar valor à cadeia subjacente a cada atividade produtiva, incorporando a singularidade dos territórios. (RAMOS; FONSECA, 2014, [n.p.]).

⁸⁸ Ver o reconhecimento da UNESCO das paisagens culturais vitícolas em: www.unesco.org.

⁸⁹ Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/editorial>. Acesso em: 4 dez. 2018. “Editorial”. **Wine Territories** [Online], n. 8, 2018, Online desde 01 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin/index.php?id=1380>. Acesso em: 26 dez. 2018.

Os bens patrimoniais, relacionados ao “saber fazer”⁹⁰ e nisso se incluem as paisagens do vinho –, estão em permanente risco, dada a dificuldade de preservação e de mão de obra. Na região do Douro – Portugal reconhece-se que a conservação necessita de um processo contínuo de inovação que terá que ser simultaneamente técnico, formal e cultural. (PERELLI, 2005 *apud* MUSEU DO DOURO, 2008).

A dificuldade de preservação da arquitetura⁹¹ dos territórios vitícolas mundiais, como afirma Perelli (1996), tem intensificado estudos e pesquisas dos órgãos de proteção para com os produtores dos territórios vitícolas portugueses e demais países. A questão da inovação na produção vitivinícola desempenha aqui um papel crucial. A evolução técnica e a sedução da modernidade acabam por se impor a uma interpretação da tradição, incapaz de se adaptar-se às grandes transformações sócio-econômicas. A relação entre tradição e inovação constitui, neste momento, um dos aspectos nucleares na reflexão sobre a futura evolução do patrimônio. (MUSEU..., 2008). No entanto, na região portuguesa do Alto Douro o território mantém de forma contínua a produção vitivinícola com a preservação de seu patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que dá continuidade a novos vinhedos e à produção, com preservação da paisagem vitícola formada por mais de três séculos.

3.1.1 O lugar do patrimônio nos territórios vitivinícolas

Conforme os estudos de Prats (2009, p. 19), a melhor definição de patrimônio na atualidade é o de uma construção social, significando que não existe na natureza, não é algo dado, nem sequer um fenômeno social universal, já que não se produz em todas as sociedades humanas, nem em todos os períodos históricos. Também significa que é um artifício, idealizado por alguém ou em um processo coletivo em algum lugar e momento para algum determinado fim, e implica, finalmente, que é ou

⁹⁰ O saber fazer é definido com um “conjunto de competências adquiridas, incorporadas, transmitidas, que se manifestam no ato técnico e que supõe a mobilização de numerosos conhecimentos e representações”. (Bouche y Bordeaux, 2006, p. 7 *apud* CHAMPRENDONDE, 2016, p. 39).

⁹¹ A referência que o autor faz sobre a “arquitetura dos territórios vitícolas” diz respeito aos elementos presentes no território e aqueles construídos pela mão humana para viabilizar o cultivo vitícola. Como os socacos de xisto que dão forma aos patamares na região do Douro – Portugal; o cultivo em forma de pequenos arbustos, quase rasteiros, na Espanha, o cultivo vitícola com mais de 15 metros em árvores na Região da Campânia – Itália com as uvas Asprinio que geram o vinho Asprinio de Aversa, e outras formas singulares de cultivo, que dão notoriedade ao território.

pode ser historicamente variável, de acordo com os novos critérios ou interesses que determinam novos fins e novas circunstâncias.

A construção do conceito de patrimônio por Prats (2009) pode ser aplicada aos territórios vitícolas, uma vez que é também uma construção social, que não se reproduz espontaneamente por levar consigo a marca da identidade dos que a construíram e, ainda, por compartilhar áreas de produção, vivências cotidianas e estruturas construídas que darão abrigo à produção na elaboração de vinhos. O território social compartilhado que ao mesmo tempo constrói o patrimônio mostra a identidade dessa sociedade. A este respeito, afirma: “*A identidade, de qualquer tipo, não é apenas algo que é sentido ou pensado, mas que deve ser aberto e publicamente expresso.*” (FRIGOLÉ *apud* PRATS, 2009, p. 19).

Neste contexto, autores têm refletido acerca do lugar do patrimônio material e imaterial e sua preservação dentro das Indicações Geográficas, no sentido de articular a história, o patrimônio cultural e natural dos territórios vitivinícolas. (FROEHLICH; DULLIUS; LOUZADA; MACIEL, 2010; BELAS, 2012; PRATS, 2009; YENGUÉ; ROBERT, 2018). No Brasil, assim como em outros países, a ideia do uso das IGs como justificativa para a proteção da paisagem e do patrimônio cultural e ambiental demonstra que há um longo caminho a ser percorrido para efetivar o entrelaçamento entre as comunidades e as políticas públicas.



Imagem 44 – Paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2019).

O lugar do patrimônio nos territórios vitícolas como estratégia para garantir a sustentabilidade de uso é o tema de pesquisa de Yengué e Robert (2018, p. 1), no sentido de posicionar o território frente a outros tipos de uso da terra com benefícios econômicos e financeiros mais imediatos. Nesse contexto também estão incluídos os aspectos de preservação da identidade nos territórios produtivos sem perder o viés da modernidade. Os autores realizaram a pesquisa em dois territórios vitivinícolas franceses que apresentavam problemas de redução nas vendas de vinho, e a especulação imobiliária avançava com a expansão urbana sobre as áreas de produção. O recorte geográfico utilizado são duas cidades vitícolas com Denominações de Origem da França: Touraine no Vale do Loire Vouvray e Restigné, o AOC Bourgueil, em um contexto rural vitivinícola. O estudo procurou conhecer como as políticas públicas chegam até as videiras e quais são as ações para a proteção da paisagem, se houve e se foram executadas.

As conclusões da pesquisa de Yengué e Robert (2018, p. 5) apontaram para a herança que a paisagem vitícola pode proporcionar como parte determinante da história local, que carrega em si o peso das ações sucessivas do homem sobre o território produtor, mesmo que para os vitivinicultores seja necessária a adaptação às constantes mudanças, aos novos contextos e às exigências da sociedade e do mercado. Os autores concluíram que a manutenção e a preservação da atividade vitivinícola foram essenciais para a história do território.

Mesmo com diferentes abordagens da pesquisa e em lugares alternados, ficou evidente, para os autores, que a **paisagem do vinho e sua inserção no patrimônio** (grifo nosso) se tornaram o principal recurso de identidade e representação do território, ainda que inserida em um contexto de competição global exacerbada, redução de consumo local e avanços da urbanização.

Nessas comunidades francesas, assim como na sociedade contemporânea, a paisagem vitícola e o patrimônio possuem um novo lugar e valor que se deve, segundo Yengué e Robert (2018), às novas expectativas das comunidades, como a da preservação dos lugares e do patrimônio cultural, aliadas às crescentes preocupações ambientais. A riqueza do patrimônio vitivinícola estabelecido tornou-se um vetor de desenvolvimento territorial que criou uma nova sensibilidade para com a paisagem vitícola, no sentido de proteção e valorização.

O apoio ao turismo organizado pelas comunidades tornou-se perceptível, ao mesmo tempo em que ampliou as atividades de enoturismo e aquelas voltadas às

atividades vitivinícolas, que incluem passeios pelas paisagens e a descoberta de vinhos provenientes do local de cultivo das videiras. As paisagens vitícolas e seus elementos patrimoniais contribuem para a venda dos vinhos, e as paisagens desempenham o papel de atrair os turistas para a região, além da preservação da cultura e do patrimônio local. (YENGUÉ; ROBERT, 2018, p. 8).

3.2 Terroir: o gosto do território

No mundo contemporâneo, falar de vinhos é também se referir ao território de produção vitivinícola, que é mundialmente definido como *terroir*. O termo é utilizado para refletir uma realidade local, um lugar definido, para evidenciar o sabor do lugar expresso nos alimentos, nas plantas, nos animais e no solo, em uma simultaneidade com a localização geográfica de produção. Neste sentido, a tese faz referência ao *terroir*, termo muito utilizado nos territórios vitícolas mundiais. Entendemos e queremos mostrar que se trata de um termo francês, de formação histórica, como o são as expressões nele refletidas: do valor da terra, do clima, da geografia, da localização, cujos novos aportes o direcionam para o valor cultural que é intransferível.

A discussão da conceituação nesta pesquisa deve-se aos novos olhares sobre o *terroir*, cujos autores transpassam os valores geográficos e definem novas considerações que devem ser incluídas, como a dos valores culturais, das práticas do saber fazer, das pessoas do território vitivinícola produtivo. A paisagem é um dos elementos envolvidos, pois remete às representações a partir das referências culturais dos indivíduos no território.

A Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) estabeleceu o conceito de *terroir* em sua reunião em Tbilisi – França em 2010, através da Resolução OIV/VITI 333/2010, após o Simpósio Internacional sobre os Terroirs e Paisagens, ocorrido no ano de 2006 em Burdeos Y Montpellier – França.

A OIV adota a seguinte definição de “*terroir*” vitivinícola:

O “*terroir*” vitivinícola é um conceito que se refere a um espaço sobre o qual se desenvolve um saber coletivo e as inter-relações entre um meio físico e biológico identificável e as práticas vitivinícolas aplicadas que conferem as características distintas dos produtos originados desse espaço.

O “*terroir*” inclui características específicas de solo, da topografia, do clima, da paisagem e da biodiversidade. (OIV – ORGANIZAÇÃO..., 2010).

A adoção dessa definição pela OIV considera a condução das melhorias do setor vitivinícola proveniente desse conceito de “terroir”, como: o reconhecimento de características específicas que incluem a paisagem; o reconhecimento dos produtos vitivinícolas provenientes desses lugares; e os efeitos econômicos e culturais ligados à zonificação vitivinícola e à utilização do conceito de *terroir*.

A definição é destinada ao uso com objetivos descritivos do setor vitivinícola, da necessidade de prevenir a confusão entre a definição descritiva de *terroir* e a definição jurídica de uma Indicação Geográfica (IG).

3.2.1 O *terroir* nos processos culturais que distinguem o território

O conceito de *terroir* tem se modificado nas últimas décadas. De acordo com Demossier (2011, p. 686), de uma conceituação técnica a respeito das condições geológicas do território tem-se avançado para uma definição de *terroir* **como uma construção social que engloba a cultura do lugar**. (grifo nosso). A autora cita Amy Trubek, que ilustra uma perfeita tendência, além de fornecer evidências atuais de grandes mudanças na conceituação do *terroir*, que coloca maior ênfase nos processos culturais que distinguem os territórios.

Há diferentes categorias que estudam a relação prática entre o gosto e o território. De acordo com Trubek (2009, p. 2), são categorias para explicar a relação da vida prática, cotidiana e cultural das pessoas com a produção da terra que gera a paisagem. Essa conexão é considerada essencial e atemporal, como a própria terra. A autora evidencia o Tratado do século XVII do agricultor francês Olivier de Serres⁹², considerado o pioneiro em elencar e definir o termo *terroir*.

Para tanto, segundo Seres (*apud* TRUBEK, 2009, p. 3), é necessário entender a natureza do *terroir*, seja da terra de seus antepassados ou de terras recentemente adquiridas. Os lugares possuem um gosto único e, por sua vez, essas características e combinações de sabores dão àquele lugar uma evidência singular.

⁹² Olivier de Serres (1539-1619) foi um autodidata francês reconhecido por ser um dos primeiros a estudar de maneira científica as técnicas agrícolas e o melhoramento de plantas de maneira experimental. É considerado o pai da agronomia francesa devido ao tratado que escreveu: *Théâtre d'Agriculture et mesnage des champs*, que conteve 19 reedições de 1600 a 1675. (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 20 mar. 2019).



Imagens 45, 46 e 47 – Imagens do território: condução em latada; colheita da uva; propriedade produtora.

Fonte: Secretaria Turismo Monte Belo do Sul (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/VisiteMonteBelo>.

3.2.2 O *terroir* criando seu próprio destino

O ambiente natural influencia os sabores de alimentos e bebidas, de acordo com Trubek (2009, p. 21) e, assim como o domínio cultural cria seu próprio destino, o olhar sobre o produto ou o alimento cria uma especificidade do “gosto do *terroir*”.

A autora também ressalta que *o sabor do lugar, o terroir*, não se originou da coalização das placas tectônicas na era mesozoica que definiram a geografia do lugar, mas de estudos dos franceses no século XX em torno da interpretação do gosto natural, dos benefícios potenciais dos produtos, para celebrar, deste modo, uma forma rural e agrária de vida. Produtores, criadores, gastrônomos, artesãos, críticos e comentaristas elaboraram uma nova linguagem do gosto, não puramente estética, mas essas novas traduções fizeram parte de uma interlocução com a natureza nas zonas rurais da França. Ali foi construído um diálogo da terra para a mesa, sem as versões utópicas caracterizadas pela lenda medieval da Terra dela Cocagna⁹³, onde a comida cozida crescia em árvores.

O fortalecimento do conceito de *terroir* como reflexo de um produto original, singular e único foi defendido por práticas, valores e tradições que podem significar a

⁹³ O termo Terra dela Cucagna foi muito utilizado como um dos motivos para os italianos imigrarem para o Brasil no final do século XIX. O termo remete à terra de fartura e de sorte. (Luzzatto, 2000, p. 98).

sensibilidade, o discernimento e uma filosofia de produção. Essas ações também fortaleceram as Appellations d'Origine Contrôlée⁹⁴ dos queijos e vinhos franceses.

Ainda, a autora destaca a relação histórica do geógrafo Vidal de La Blanche na primeira década do século XX, que elaborou as Cartes Murales da França onde traduziu as práticas cotidianas de produção dos produtos franceses e o ativismo agrário dos vinhateiros nas diferentes regiões francesas produtoras. Isso influenciou sobremaneira o argumento central de proteção e preservação, explorando todos os esforços possíveis, do qual surgiu o “**Gosto do Terroir**” como categoria cultural francesa. (grifo nosso). (TRUBEK, 2009, p. 23).

3.2.3 A paisagem vitícola inserida no *terroir*

As paisagens vitícolas estão inseridas em um cenário evolutivo e de desafios diários, para os quais são necessárias adaptações contínuas em relação aos consumidores, ao mercado e à legislação, assim como a valorização de suas características principais, onde se insere a cultura do lugar. Neste contexto está o *terroir*, que Delay (2013) define como um território homogêneo sob o ponto de vista natural e o socioeconômico, resultado de uma combinação de circunstâncias da própria história – tradição, usos, inovações –, situado em um ecossistema original que lhe fornece especificidade.

Para o autor, as paisagens vitícolas são altamente emblemáticas porque demonstram a adaptação do homem sobre o território. Para tanto, possuem elevados níveis de reconhecimento do Patrimônio Mundial da UNESCO como um valor simbólico que expressa a cultura do lugar. Segundo o autor, o *terroir* é também uma construção social, um objeto cujas realidades e contornos são continuamente redefinidos.

Do ponto de vista da paisagem ao *terroir* do vinho, as paisagens podem ser consideradas não como um componente do *terroir*, **mas como um de seus resultados** (grifo nosso). As paisagens vitícolas tornam-se então a parte visível do território da complexidade de mecanismos envolvidos na noção de *terroir*. Esta mudança de escala de reflexão permite considerar a viticultura uma forma integrada

⁹⁴ Ver: <https://www.inao.gouv.fr/Les-signes-officiels-de-la-qualite-et-de-l-origine-SIQQ/Appellation-d-origine-protegee-Appellation-d-origine-controlee>. Acesso em: 21 mar. 2019.

na sociedade: aborda-se a questão do *terroir* de forma holística, ou “o todo é mais do que a soma das partes”. (DELAY, 2013, p. 14).

Outra conceituação atual que engloba a noção francesa de *terroir* destaca que o termo se refere a uma área onde o microclima e o solo conferem características únicas aos produtos, mas que mais recentemente o termo é associado à qualidade do produto produzido neste lugar. (BARHAM, 2003; TRUBEK, 2008 *apud* HOLLAND; SMIT; JONES, 2014).

Com relação aos vinhos, os autores apontam que muitas pessoas acreditam que todas as características de uma região vinícola tomada como um todo – *seu terroir* – culminam em uma influência distinta que pode ser provada no vinho. (SOMMERS, 2008 *apud* TRUBEK, 2008). Tais ideias foram reconhecidas e endossadas pelos países, especialmente da Europa, e traduzidas em um marco regulatório que protege indicadores de qualidade como, por exemplo, a Appellation d'Origine Contrôlée – AOC, que regula a certificação de vinhos, queijos, manteigas e outros produtos agrícolas na França. (HOLLAND; SMIT; JONES, 2014, p. 4).

Neste sentido, o *terroir* como um conceito associado à AOC⁹⁵ é assinalado por Demossier (2011, p. 693) como um conceito definido no final do século XX na cultura da Região da Borgonha, França, que foi sustentado com o poder determinante da geologia e confirmado pelos altos custos que a terra adquiriu. Entretanto, frisa a autora, com o crescimento do mercado do vinho esse conceito foi contestado no momento em que os pequenos vitivinicultores começaram a elaborar seus vinhos e aliar ao conceito de *terroir* a marca do gosto, do saber fazer, da cultura e da tradição na produção de vinhos com melhor qualidade.

Neste contexto que traz à tona a cultura do lugar e de seus produtores associada ao *terroir*, a utilização do conceito na indústria vitícola francesa foi analisada por Demossier (2011, p. 1) como uma ferramenta para a construção territorial desde a década de 1990 na Região da Borgonha. A autora analisou que houve uma mudança de paradigmas a partir do argumento para o reconhecimento do viticultor como mediador na expressão do *terroir*, além de detectar uma tendência de a conceituação

⁹⁵ De acordo com Demossier (2010), na França existem mais de 400 territórios produtores de vinhos que ganharam o rótulo da AOC ao longo das últimas seis décadas, e novas estão sendo adicionadas ao longo dos anos. A retórica do *terroir* ganhou destaque e poder-se-ia argumentar que na Borgonha hoje faz parte do discurso dominante, apesar de configuração social complexa e uma variedade de situações.

As Appellation d'Origine Contrôlée – AOC francesas remetem às Indicações Geográficas e Denominação de Origem do Brasil, que se estuda nesta pesquisa.

ser utilizada como ferramenta de governança local que leva ao enraizamento da cultura, enquanto fornece um meio para os indivíduos nos territórios produtores responderem à globalização.

O discurso do local, do tradicional e do autêntico tornou-se comum na viticultura regional, articulada em torno do viticultor como paradigma de qualidade e a historicização de lugares específicos. (DEMOSSIER, 2011). Neste cenário aponta-se a conceituação do *terroir* utilizada, de acordo com a autora, **como uma ferramenta de reconhecimento da cultura e para aplacar os efeitos da globalização com a homogeneização do território e da paisagem.** (grifo nosso).

Entretanto, para a autora, o conceito de *terroir* não se restringe apenas a um conceito de natural, ecológico, histórico e hereditário da construção de um lugar produtor. Produtores estão reinvestindo em um conjunto de valores e significados que englobam práticas presentes e locais. **A ênfase é colocada na autenticidade do produtor de vinho, sua história, a história familiar, tradição e artesanato.** (grifo nosso). Essa imagem de autenticidade é amplamente compartilhada pelos vários atores do setor vitivinícola, e a prática de marketing refere-se a ela como uma das principais marcas da especificidade dos vinhos franceses.

O *terroir* na França, de acordo com Trubeck (2009, p. 51), é frequentemente associado às raízes, à história de uma pessoa com um determinado local. O gosto local, ou *go't du terroir* – gosto do *terroir*, é frequentemente evocado quando um indivíduo quer lembrar de uma experiência, explicar uma lembrança ou expressar um senso de identidade. As pessoas vão discutir, sentir o *terroir*, para ter as qualidades (ou até mesmo defeitos) de onde nasceu ou viveu.

Trubeck (2009, p. 50-53) faz a associação do *terroir* com a cultura local, como resultado das vivências cotidianas:

Até o mais urbano boulevardier pode tornar-se quase sentimental sobre seu *terroir*, reconhecendo as raízes para uma província, uma aldeia, uma horta da família... a fidelidade à terra de seus pais permanece intacta. Nesta forma, o gosto na França está entre o corpo e a cultura: o momento gustativo incorpora as pessoas e a crença de que o próprio solo, plantas, condições climáticas e animais fazem. A França é uma peça única da Terra e não uma nação entre muitas outras. E para os franceses, o momento em que a terra viaja até a boca é um tempo de contar com a memória e identidade locais. [...] Os produtos de *terroir* refletem a construção de uma representação coletiva do passado através dos alimentos. A visão alimentar francesa, com essa sensibilidade sobre a comida e a bebida, situa seus gostos e celebra suas origens. Tal sensibilidade é reforçada por muitos esforços individuais, coletivos e governamentais, que significa que um pedaço de queijo ou um copo de vinho existe muito mais do que um objeto a ser comprado e vendido.

A pesquisa da autora entende o conceito de *terroir* com conexão entre o território e a cultura, quando um agora habitante dos centros urbanos reconhece os produtos através das raízes familiares, do lugar de produção que o transporta para a horta, sua aldeia e fidelidade à terra. A autora também demonstra a noção do conceito de *terroir* criado pelos franceses, que faz parte da cultura local, e afirma que o cultivo dos produtos representa a preservação da memória e da identidade desses lugares através da produção.

Trubek (2009, p. 53) argumenta que o ***terroir surge para descrever um aspecto da identidade francesa***. (grifo nosso). É definido localmente, mas é parte de um projeto para promover e preservar o passado agrário da França, em meio ao fluxo global de ideias, valores, ingredientes e produtos que moldam os gostos por comida e bebida. Deste modo, a produção local, através do gosto do “terroir”, ajuda a construir um significado singular para o país. “*Terroir, em todas as suas manifestações, é a chave para a França agrária e culinária.*”

Para Demossier (2010, p. 669), que estuda a região de vinhos da Borgonha, o *terroir* está longe de ser um espaço geográfico imutável e atemporal. Não é apenas uma estratégia discursiva vibrante e em constante mudança para promover as reivindicações de interesses individuais, regionais e mesmo nacionais. Mas é também um meio de elevar o elemento econômico, ancorando o vinho da Borgonha em uma concepção fixa e territorialmente definida da natureza. Outros ingredientes, segundo a autora, são necessários para produzir excelência em um mercado internacional competitivo.

Neste sentido, Demossier (2010) cita o exemplo da empresa vinícola francesa Domaine de La Romanée-Conti, considerada como fabricante de um dos melhores vinhos do mundo e que defende fortemente o uso de “técnicas tradicionais” nos vinhedos como meio de preservar a qualidade do solo. Nos vinhedos do Domaine são utilizados métodos e técnicas no processo de produção que usam os princípios biodinâmicos⁹⁶ e da agricultura orgânica no sistema de produção das uvas, como a

⁹⁶ A produção orgânica: Processo de viticultura que rejeita fertilizantes, pesticidas e outros produtos químicos. p.936. In: BECKETT,Neil. **1001 vinhos para beber antes de morrer**. Rio de Janeiro: Sextante,2008

Produção Biodinâmica: Forma aperfeiçoada de cultivo orgânico de videiras baseada nas teorias de Rudolf Steiner. Idem Ibidem p. 934.

utilização de cavalos em substituição aos tratores, para reduzir a compactação do solo.

Entretanto, os rendimentos com esses processos são muito baixos e as uvas são colhidas mais tarde do que em outros vinhedos da Borgonha. No processo de elaboração dos vinhos, a intervenção é mínima e permite uma vinificação inteiramente “natural”. Deste modo, o Domine La Romanée – Conti enfatiza em sua publicidade a utilização de um suprimento privado de carvalho para a fabricação das barricas novas nas quais o vinho irá envelhecer, com tempo de maturação em média de 18 meses, mas que depende de sua evolução. Também são utilizados outros métodos de vinificação, sem filtração, para preservar a qualidade do mosto de uva e a condução por gravidade de barril para barril.

A utilização de técnicas tradicionais na produção e elaboração de vinho como realiza a Romanée – Conti também promove a proteção da paisagem vitícola, que é a expressão materializada dos métodos e técnicas tradicionais e ancestrais presentes no território. A produção biodinâmica visa, sobretudo, resguardar a cultura do lugar, do ambiente produtor em todo o seu sentido de vida, onde se insere a paisagem vitícola.

Os processos orgânicos e biodinâmicos utilizados na produção e elaboração de vinhos vêm ganhando cada vez mais adeptos por se tratar de uma produção sem a utilização de herbicidas químicos e que, por sua vez, expressa uma paisagem vitícola original e de expressão cultural. A produção biodinâmica, segundo Masson (2013, p. 9), é baseada nos *Tratados de Agricultura* de Rudolf Steiner de 1924. Os princípios filosóficos do método de vivificação do solo, que origina um produto diferenciado, expressam o resultado da qualidade do solo no vinho, na saúde dos que o produzem e consomem, assim como do enriquecimento da paisagem elevada em seu ecossistema pleno de integração da terra com o cosmos.

Na agricultura biodinâmica, o elemento central é o homem, a qualidade da sua produção, sua faculdade de percepção, a capacidade de formar um juízo e de agir que proporciona um equilíbrio duradouro. Segundo o autor, é fundamental para o processo biodinâmico a relação entre a terra e o cosmos através das plantase com aplicação correta das práticas biodinâmicas. A agricultura biodinâmica implica, assim, uma dimensão social que não pode ser ignorada: não se trata de alimentar a competição e a concorrência, mas de desenvolver a fraternidade dos empreendimentos econômicos.

Para o celebre produtor francês de vinhos biodinâmicos, Nicolas Joly (2008, p. 19), a biodinâmica possui a capacidade de revelar esta percepção mais complexa ao abordar de maneira nova a vida que rodeia os homens. A biodinâmica é uma coleção de princípios que podem ser adaptados a circunstâncias individuais. O resultado da adaptação da videira ao terreno constitui um fator de qualidade do vinho e, quando praticada corretamente, oferece resultados notáveis e faz emergir todas as qualidades do território de produção.

Neste contexto de se inserir as práticas biodinâmicas do homem sobre as videiras e que não se restringem à qualidade geológica do solo, a paisagem vitícola na produção biodinâmica expressa a cultura local, a integração entre a ação e a cultura humana, completando-se em sua totalidade com o objetivo de ser a base dessa cultura.

3.3 Interações do turismo cultural e a paisagem vitícola

O turismo e o enoturismo são abordados na tese em razão de ambas as atividades estarem presentes no território em estudo, interligado as atividades das vinícolas, como fator econômico e de divulgação desses lugares e de seus produtos. Elas também impulsionam o vetor que conduz a ampliação do setor de prestação de serviços, cujas ressonâncias se fazem sentir sobre o uso do solo, no setor imobiliário e na proteção do patrimônio e da paisagem vitícola, que se configura como um dos elementos centrais. Entretanto, entende-se que a preservação do patrimônio e da paisagem vitícola pode oferecer experiências reais, assim como a preservação da identidade local.

O turismo tem obtido um crescimento vertiginoso em âmbito mundial, de modo que essa atividade é considerada a maior indústria do mundo. Uma parcela significativa e crescente da indústria do turismo está centrada na natureza e no patrimônio cultural a ela associado. Neste sentido, a atividade necessita de um equilíbrio harmonioso, que pode oferecer oportunidades ímpares aos destinos, assim como aumento da compreensão do patrimônio natural e cultural. O disposto na Convenção do Patrimônio Mundial fornece suporte financeiro de longo prazo para a gestão do sítio, para as comunidades locais e para os operadores de turismo; entretanto, é necessária uma gestão eficiente, sem um número excessivo de visitantes

que podem representar graves ameaças ao sítio e acelerar e degradar a qualidade da experiência dos visitantes. (UNESCO BRASIL, IPHAN, 2016a, p. 75).

O turismo cultural é definido por Bogéa (UNESCO, IPHAN, 2019, p. 3) como uma atividade turística na qual a motivação do visitante é aprender, experimentar e descobrir as atrações culturais tangíveis e intangíveis do destino turístico. Assim, o turismo apresenta-se como uma ponte entre o patrimônio, o conhecimento e as experiências vividas em um determinado destino.

O Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios – ICOMOS adotou na 12ª Assembleia Geral no México, em outubro de 1999, a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural: A Gestão do Turismo nos Sítios com Patrimônio Significativo (ICOMOS, 1999). Referida Carta elenca os seis princípios que regem essa forma de turismo:

1. O turismo nacional e internacional é um dos principais veículos do intercâmbio do cultural. A proteção do patrimônio cultural deve oferecer oportunidades responsáveis e bem geridas aos membros das comunidades de acolhimento aos visitantes, para a fruição e compreensão do patrimônio e da cultura das diversas comunidades.
2. A relação entre os conjuntos patrimoniais e o turismo é dinâmica e deve ultrapassar os conflitos e valores que atravessam os dois conceitos. Esta relação deve ser gerida de forma sustentável, em benefício das gerações atuais e futuras.
3. O planejamento da conservação e do turismo para conjuntos do patrimônio deve garantir que a experiência do visitante seja proveitosa, satisfatória e agradável.
4. As comunidades de acolhimento e os povos indígenas devem participar do planejamento para a conservação e o turismo.
5. As atividades de turismo e conservação devem beneficiar as comunidades de acolhimento.
6. Os programas de promoção do turismo devem proteger e valorizar as características do patrimônio natural e cultural. (UNESCO. IPHAN, 2019, p. 104).

O Princípio 2 refere que o desenvolvimento turístico deve contemplar em sua dimensão social e cultural a proteção das paisagens e da biodiversidade, em um contexto visual mais amplo do patrimônio nos sítios. Também deve considerar e dar preferência aos materiais locais, aos estilos arquitetônicos locais e às tradições vernáculas.

Nos Princípios estão as diretrizes em seu mais amplo sentido, o de que o patrimônio natural e cultural pertence a todos os povos e é de responsabilidade de todos compreender, valorizar e conservar seus valores universais. O conceito de

patrimônio é amplo e inclui tanto o natural como o cultural, que abarca as paisagens, os sítios históricos, localizações e seus entornos construídos, assim como a biodiversidade, os grupos de objetos diversos, as tradições passadas e presentes, os conhecimentos e as experiências vitais. Registra e expressa grandes processos de evolução histórica, que constrói a essência de muitas e diversas identidades nacionais, regionais, locais, indígenas e é parte integrante da vida moderna.

A Carta do Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) também recomenda a preservação da memória coletiva e o patrimônio cultural peculiar de cada comunidade, que é insubstituível e é a base para o desenvolvimento atual e futuro. Nos tempos de crescente globalização, a proteção, conservação, interpretação e apresentação da diversidade cultural e do patrimônio cultural de qualquer sítio ou região é um importante desafio para qualquer povo, em qualquer lugar. A interação dinâmica entre o turismo e o patrimônio cultural deve ser uma constante, assim como um meio para o intercâmbio cultural, para oferecer experiências pessoais do que se viveu no passado e se vive no presente, e também de outras sociedades. O patrimônio natural e cultural, a diversidade, as culturas vivas constituem-se nos maiores atrativos para o turismo. Para tanto, o turismo deve defender uma gestão eficiente para não colocar em perigo numerosas oportunidades, possibilidades e características físicas do patrimônio cultural, natural, e a integridade de suas características identificativas. (ICOMOS, 1999).

O patrimônio cultural é, na atualidade, a base propulsora do turismo (PRATS, 2012; SABATÉ BEL, 2015a; LAZO, 2011; MURTA, ALBANO, 2002; BERNARDO, 2018) que tem levado nos últimos anos ao aumento significativo do valor, além de dar lugar a todos os tipos de ações e atividades diversas. Essa diversificação não tem sido cronológica, nem homogênea. As Conferências Mundiais da UNESCO, como a Declaração de Patrimônio da Humanidade (1972) e Patrimônio Imaterial da Humanidade (2003), formaram a mola propulsora para o desencadeamento de proteção e de valorização, ao mesmo tempo em que os territórios mundiais têm sido devastados por crises econômicas, guerras, pobreza endêmica, destruição, espoliação e devastação do patrimônio, como no Iraque. Entretanto, o turismo tem evoluído de forma quantitativa e qualitativa, exigindo uma diversificação cada vez maior de recursos e autenticidade. (COHEN, 2005; ANTÓN Y GONZÁLEZ-REVERTÉ, 2007; LÓPEZ-PALOMEQUE, 2009 *apud* PRATS, 2012).

A mesma demanda turística tem exercido seus efeitos sobre as cidades, paisagens e centros históricos, de modo a atrair um fenômeno complexo em muitos casos de espoliação dos moradores locais que, segundo Prats (2012, p. 70), não pode ser atribuído unicamente ao turismo, mas também ao aumento da urbanização.

A memória coletiva, para Prats (2012, p. 70-73), é outro movimento presente em quase todo o mundo desenvolvido, principalmente aqueles que sofreram batalhas e repressões sangrentas, ao mesmo tempo em que se constata uma ativação patrimonial no que concerne ao turismo, à proliferação de rotas, aos destinos centros de acolhida, hotéis, como um fato singular com independência às referências patrimoniais e culturais. As crises econômicas verificadas nos últimos 30 anos têm causando um efeito dominó de valorização econômica e especulação nos mercados financeiros, assim como debilitam os investimentos em cultura e patrimônio nos níveis locais e estatais.

Prats (2011) também observa que os tempos de crise podem ser utilizados como oportunidade para a racionalização de oferta em diversas vertentes a serviço do turismo e do bem-estar social. Neste sentido, a associação do turismo e patrimônio pode reforçar o potencial econômico, e por essa razão também deve ser preservado. O tempo de ócio dedicado ao turismo é importante porque gera o conhecimento de lugares para desfrutar a natureza, produzindo efeitos econômicos e culturais que podem ser revertidos em políticas públicas em benefício da população, com a preservação da cultura local. Entretanto, o turismo depende fundamentalmente das características da oferta que podem ser associadas ao patrimônio.

3.3.1 O turismo e a paisagem: os limites da autenticidade

O turismo voltado para as paisagens e áreas rurais também tem sido uma tônica nos tempos atuais, mesmo que esses lugares tenham sofrido significativas alterações nas últimas décadas. A agricultura deixou de ser a principal atividade e divide com o turismo seu escopo de trabalho, o que levou a uma renovação dessas áreas por seus fatores culturais e naturais; sua população é a maior guardiã dos saberes ancestrais do mundo rural. Entretanto, o turismo deve ser movido por sua cultura para viabilizar um vasto leque de produtos culturais que refletem as vivências do cotidiano e se tornam produtos estratégicos. (AGUIAR, 2018, p. 131).

A autora também assinala que, num mundo cada vez mais globalizado, o turista cultural está bem informado e procura experiências que se diferenciam; essa diversidade é marcada pelo que é endógeno, genuíno nos costumes, usos, hábitos e tradições.

Desse modo, a procura de um destino rural pelo turista deve-se a uma fuga da vida estressante na cidade, sendo a natureza e a paisagem dois fatores importantes para novas experiências e contato com novas realidades, que é atualmente o bem turístico mais procurado. O desenvolvimento do turismo também depende das entidades públicas e privadas, em um esforço conjunto, fundamentado e estudado para permitir vivências concretas e reais através do patrimônio cultural preservado.



Imagem 48 – Paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2019).

O planejamento do território voltado ao turismo é abordado por Sabaté Bel (2015b, p. 48) como um dos princípios de estruturação, a partir do significado e da produção da paisagem em sua mais ampla acepção. Entretanto, o autor afasta três premissas que ordenam o turismo de modo negativo:

1. **O turismo atua como depredador do território:** O turismo compete com vantagem pela ocupação de espaços de especial interesse natural ou agrícola. Entretanto, determinadas atividades deste setor são capazes de gerar maiores ganhos de capital para proprietários, promotores e empresários, que desprezam as outras atividades tradicionais gerando uma competência desigual. O autor destaca que, por um lado, tem-se a pressão direta para reclassificar os planos diretores do solo ocupado por áreas agrícolas e espaços de interesse natural, mas a retribuição

nem sempre ocorre no mesmo sentido da transformação. O turismo deve sempre considerar como relevantes os mecanismos que tiveram impactos positivos na conservação da paisagem agrícola, da qual ele se beneficia.

2. **O turismo não é uma indústria:** Das primitivas viagens de turismo até a atualidade, o setor vem se qualificando cada vez mais, de modo similar ao que existe na indústria que introduz o conceito de qualidade.

3. **O turismo deteriora a paisagem:** O autor é contrário à afirmação, porque o principal recurso do turismo é a paisagem e, por essa razão, deve ser considerado como um bem associado ao produto turístico. Por ser um bem econômico e cada vez mais raro, seu uso deve ser organizado racionalmente. No entanto, é importante considerar que é um bem público e gratuito que foi produzido pela natureza e pela sociedade, que resulta na paisagem construída. Sempre que existem esses bens públicos, efeitos externos associados ao fator econômico podem ser negativos também para os indivíduos que ali vivem e produzem.

Para Sabaté Bel (2015b, p. 53), **a degradação do território turístico possui uma relação direta com o setor imobiliário; são interesses contrastantes que afetam sensivelmente o território e, principalmente, a paisagem.** (grifo nosso). Devido a isso, é importante e imprescindível a adoção de medidas protetoras para garantir o uso correto da paisagem. As dificuldades citadas estão vinculadas às expectativas de futura retribuição do solo, em muitos casos sem a capacidade imediata de transformação.

3.3.2 Turismo e patrimônio cultural

Turismo e patrimônio cultural é um tema de constante abordagem por diversos autores, e neste âmbito situam-se as referências ao patrimônio como vetor da exploração turística nos lugares. Prats (2003, p. 128) observa que frequentemente o patrimônio é “profanado” através da identidade simbólica, usando-se termos do desenvolvimento do turismo cultural. A utilização de expressões como “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “interpretação”, “restauração” e outros pseudoconceitos usados como verdadeiros fetiches no discurso político e social, com diferentes significados, que dependem do interesse dominante, não possui foco na preservação, mas na exploração turística em si.

O autor também salienta que a criação de rotas turísticas, quando formadas, apresenta um conjunto homogêneo, mas logo após o interesse de partes começa a predominar sobre o interesse de todos. Estas são as tendências predominantes, embora não signifique que todas as rotas são apenas dispositivos promocionais com resultados limitados ou que qualquer tipo de turismo e gestão patrimonial local possa violar necessariamente a lógica de potenciais utilizadores. (PRATS, 2003, p. 134).

Para o autor, nem sempre o binômio patrimônio + turismo é igual a desenvolvimento, visto que, **para formalizarem sua proposta, muitos empreendimentos turísticos têm ignorado o patrimônio cultural, provocando resultados nefastos no longo prazo** (grifo nosso). Isso, juntamente com outros fatores, como a dependência constante do poder público em manter o patrimônio cultural, a que o autor denomina “uma sustentação parasitária” para o erário público, e também a infraestrutura a ser fornecida para equipamentos e atividades culturais.

Prats (2003) reconhece que pode ser estabelecida uma simbiose profícua entre patrimônio cultural e turismo, mas é necessário ter em conta que os pontos de vista devem ser de interesse comum. Entretanto, assinala, para implementar produtos turísticos patrimoniais integrados é necessário evitar um mercantilismo abusivo centrado no *merchandising*, que gera diálogos contraproducentes no longo prazo, que não são de interesse do turismo. O patrimônio cultural pode ter seu lugar no turismo assim como de valores adicionados, desde que se aceite sua dimensão lúdica e seja utilizado de maneira a conjugá-lo com o território com respeitabilidade e excelência, em estruturas de desenvolvimento que exigem clareza e amplo consenso social. A herança presente no patrimônio cultural pode se transformar em um instrumento do planejamento local, como uma ferramenta e linha a ser seguida, para um turismo coletivo.

3.3.3 A cultura no turismo e o vetor econômico

De acordo com Trillo (2003, p. 158), observam-se nos espaços produtivos rurais ou urbanos lugares para passar os dias de férias, viajar e passar o tempo livre, pressionando, deste modo, uma série de fenômenos peculiares do enclave turístico. Contudo, uma das tendências dessa expansão turística é a teatralização de alguns territórios, em particular de alguns centros históricos. Esses lugares se tornam mais

que testemunhos de uma civilização, dos grandes lugares para o tempo livre; termos como “*museu a céu aberto*” **podem indicar um processo que está transformando a história em cenografia e a paisagem da história em uma paisagem geográfica.** (grifo nosso).

A autora ressalta que o uso dos lugares para o turismo também se inicia em territórios que há alguns anos era impensável que se transformassem em destinos turísticos, para demonstrar uma aproximação das categorias de produção, como as vitivinícolas, que num pequeno espaço de décadas são percebidas de modo totalmente diferente de um passado nem tão distante.



Imagem 49 – Passeios para turistas na Festa da Vindima em Bento Gonçalves

Fonte: Bento Gonçalves. SEMTUR (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/turismo.bento>.

As atividades do setor primário, por exemplo, estão sempre associadas a uma ideia de paisagem natural; as do setor secundário, à produção de transformação das matérias-primas, de paisagem com fuligem, desagradável, composta por tecnologias pesadas e invasivas; e as do setor terciário, relacionadas aos serviços, passam uma ideia de imaterialidade, de leveza. Deste olhar, que para Trillo (2003) é bastante obsoleto, resultam os paradigmas em que se fundamentam as metodologias do planejamento e as técnicas de urbanização ainda em uso urbano, como os zoneamentos do território de acordo com o uso e as funções que lhe são imputados.

Ainda, a autora observa que, nas áreas rurais, através da revolução eletrônica, a engenharia aplicada na agricultura está se tornando intensiva tanto quanto foi na

Revolução Industrial. Nos territórios agrícolas multiplicam-se os microcosmos para preservar os últimos vestígios de saberes e fazeres que já não existem, como os museus do agricultor, de arte agrícola, do vinho etc. As razões de uma difusão assim ampla do fenómeno turístico são complexas e estão baseadas nas novas fronteiras da economia e da transformação do capitalismo industrial em capitalismo cultural, que deverá resultar na mercantilização e no acesso às experiências culturais. (TRILLO, 2003, p. 159).

No Vale dos Vinhedos, grande parte da condução dos vinhedos na paisagem vitícola é em modo de latada (históricos), mas esse modo de condução dos vinhedos não é aceito na produção vitícola reconhecida com a Denominação de Origem. Para tanto, em propriedades que suprimiram a condução em latada e alteraram para a condução em espaldeira para o reconhecimento da DO; esses preservam pequenas parcelas de condução em latada, utilizadas para as atividades de turismo na época da vindima e para retratar o cotidiano dos produtores em tempos passados.



Imagem 50 – A festa da Vindima em Bento Gonçalves

Fonte: Bento Gonçalves. SEMTUR (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/turismo.bento>.

A paisagem é parte do referencial de turismo dos lugares; até um tempo bem recente a agricultura foi a construtora do território, porém no presente o turismo toma parte desta construção e está estreitamente ligado à paisagem na qual se insere e nela traça suas demandas. Essa questão tem merecido uma referência especial da Organização Mundial do Turismo (OMT) e do Parlamento Europeu (PE) da União Europeia (EU) nos últimos 20 anos, de que é imprescindível destacar a interdependência entre a Paisagem e o Turismo. (SABATÉ BEL, 2015b, p. 48).

Sobre os destinos turísticos, Murta e Albano (2002) definem que, quando há perspectiva de desenvolvimento do turismo em determinada região, as primeiras ações geralmente se voltam para os acessos, o transporte, a hospedagem, a alimentação e opções de compra e lazer dos visitantes. Sempre há um pressuposto de que o turista descobrirá de forma autônoma e espontânea as belezas do lugar, a paisagem, as edificações e os monumentos históricos e de suas manifestações artísticas e culturais.

A valorização do ambiente urbano e rural, da história do lugar, contribui para a diversificação do produto, assim como para torná-lo uma experiência única. **O turismo como prática econômica necessita encontrar formas mais respeitadas de se inserir no cotidiano das comunidades receptoras, no sentido de respeitar a vocação do lugar, para se tornar um poderoso aliado no desenvolvimento sustentável do turismo.** (grifo nosso). (MURTA; ALBANO, 2002).

Entretanto, segundo as autoras, para fazer uma viagem verdadeiramente cultural – e neste escopo inserem-se as paisagens do lugar – é necessário desenvolver a preservação e a interpretação dos bens culturais para traduzir seu sentido a quem os visita. Com a finalidade de convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, deve-se envolver os moradores do lugar para redescobrirem novas formas de olhar e apreciar a paisagem do seu lugar, de modo a desenvolver atitudes preservacionistas e despertar novas vocações e oportunidades de trabalho e renda, ligadas ao turismo.



Imagem 51 – Maratona do Vinho Vale dos Vinhedos

Fonte: Bento Gonçalves. SEMTUR (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/turismo.bento>.

O antropólogo Auggé (2014, p. 86) define o turismo como uma atividade para a classe mais elitizada, a qual a maioria da população ainda não possui acesso. Os deslocamentos da população, que o autor aponta como uma das grandes tendências da urbanização no mundo, ocorrem devido à descentralização das grandes metrópoles. Os antigos centros históricos transformam-se em lugares para a visita de turistas, ao passo que empresas e habitações dos indivíduos são afastadas para as periferias, ao que se denomina *gentrificação*⁹⁷. Neste processo, as áreas rurais também são afetadas pelo avanço das áreas urbanas sobre as antes áreas produtivas.

Entretanto, para Yazigi (1996, p. 9), a difusão e a apologia ao turismo têm se tornado um lugar comum devido à inegável posição de destaque na economia mundial. Isso faz com que a ideia seja abraçada sem as devidas ponderações e preparo, mesmo porque o turismo pode ocorrer sem autorização governamental e pode se manifestar em todas as suas formas.

Dentre as questões mais preocupantes para os estudiosos do turismo estão os problemas com a preservação cultural, a defesa dos recursos naturais e o planejamento. Para que seja possível discorrer sobre a cultura e o planejamento em geral, e situá-los na interface do turismo, o autor reconhece elementos incômodos – como a miséria social, a falta de recursos de infraestrutura física e a desvinculação da cultura com o cotidiano dos indivíduos – que, para serem alterados, requerem posturas específicas e políticas públicas.

Viagens correspondem a deslocamentos espaciais que demarcam suas diferenças concretas através da paisagem revelada e, sobretudo, pela visibilidade que, imaginariamente, produz o colonizante, o conquistador e o existencial.

⁹⁷ O termo *gentrification* foi criado em 1964 por Ruth Glass para descrever o processo que teve início nos anos 1950, através do qual algumas áreas residenciais deterioradas no centro de Londres, ocupadas pela classe trabalhadora, estavam sendo transformadas em áreas residenciais para a classe média.

3.3.4 O turismo na paisagem do vinho

A busca do turismo vitícola pode ser inserida no contexto de descobrir o desconhecido, da liberdade de conquista fora do espaço privado. As viagens inseridas no deslocamento espacial são dominadas como metáfora de conquista; o turismo é o campo de deslocamento no tempo e se faz visível por meio de signos que o representam. Deste modo, viagens e turismo são práticas culturais de marcas e valores distintos que estabelecem diferenças não somente entre o espaço e o tempo, mas, sobretudo, criam diferentes percepções que podem ser entendidas a partir da vivência de experiências sob o impacto do estranho visível, quando se materializa o lugar de destino através da visualização, cuja paisagem é uma dessas referências. (FERRARA, 1996, p. 19-20).



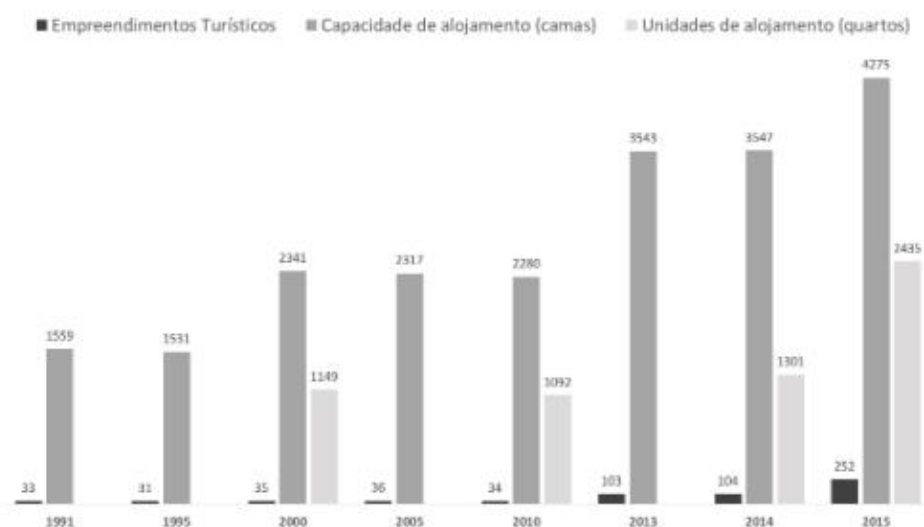
Imagem 52 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos

Fonte: Bento Gonçalves. SEMTUR (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/turismo.bento>.

Em seu estudo sobre o Turismo na Região do Douro – Portugal, cuja paisagem vitícola foi reconhecida na UNESCO em 2001 como Patrimônio Mundial da Humanidade no seu “núcleo” mais representativo – Alto Douro Vinhateiro (ADV)⁹⁸, o antropólogo Bernardo (2018, p. 35) destaca que a oferta turística deve ser maior do que a soma de produtos turísticos, para formar um todo integrado. O turismo e sua oferta devem ir além do tradicional: terra, trabalho e capital, mas devem mostrar sua essência e diferencial.

⁹⁸ Sobre Paisagens Vitícolas inscritas na UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, ver: Piana Giordani (2013, p. 59-60).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO/OMT), os seguintes fatores são condicionantes do potencial turístico de um território: condições naturais, infraestruturas, condições socioeconômicas, equipamentos de superfície e equipamentos culturais e de recreio. Para a cadeia do turismo na Região do Douro – Portugal, a paisagem vitícola é um elemento essencial e imprescindível que se manifesta nas escolhas e preferências de quem viaja para a região, apesar da grande diversidade de nomenclaturas que definem o território.



Fonte: Elaboração própria com base em Direção Geral de Turismo (2000), INE (2001-2016) e RNT (2017).

Imagem 53 – Evolução da oferta de alojamento na Região do Douro – Portugal, nos anos (1991-2015)

Fonte: Bernardo (2018, p. 36).

A pesquisa de Bernardo (2018, p. 37) foi direcionada para verificar se houve aumento do aporte de turistas à Região do Douro após o reconhecimento da paisagem vitícola pela UNESCO. Os resultados demonstraram (Imagem 54) que houve aumento significativo no número de hóspedes, principalmente nos anos subsequentes ao reconhecimento da paisagem vitícola (2001-2015).

Em seu projeto estratégico de desenvolvimento do turismo na Região do Douro, a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM) exalta os motivos para visitar a região, cujos destaques são as videiras, os vinhos e as vindimas, a gastronomia e as experiências sensoriais, as paisagens e o turismo de natureza, o patrimônio material e imaterial, lendas, rotas, monumentos e mosteiros, entre outros. Atribui-se à vitivinicultura do Douro o grande quadro de referência de atração turística; entretanto, a maior importância em termos turísticos é dada à paisagem vitícola. (BERNARDO, 2018, p. 34-45).

O autor também pondera que há alternativas que devem ser valorizadas sobre a paisagem vitícola além da paisagem protegida da UNESCO. Outras paisagens da região que permanecem ocultas, de reconhecida flora e fauna, são de reconhecido potencial turístico, assim como os espumantes e os vinhos moscatel, que ampliam a oferta enoturística. Outros saberes relacionados com a cultura material e imaterial da atividade vitivinícola – tanoaria, cestaria, latoaria – favorecem o reconhecimento das práticas e dos saberes tradicionais da vitivinicultura do Douro.

O crescimento do turismo no mundo tem promovido debates e encontros mais precisos, com a criação, em 2016, da Conferência Mundial sobre o Turismo Enológico, organizada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que em 2018 se realizou em Chisinau, na Moldavia.⁹⁹ Esse país possui a maior vinícola do mundo e também é um dos grandes produtores mundiais de vinho.

As conferências mundiais de enoturismo possuem como premissas discutir o turismo e o desenvolvimento sustentável para a promoção dos lugares do vinho em todo o mundo, em razão da diminuição dos territórios vitivinícolas, da produção e dos desafios que enfrentam na atualidade. O turismo dos lugares do vinho, o enoturismo, é uma forma de diversificar as economias dos ambientes rurais, como uma ferramenta para alavancar os fluxos econômicos, emprego e capital.

3.4 O enoturismo nos territórios vitivinícolas

A atividade turística desenvolvida nos territórios vitivinícolas é denominada enoturismo e tem se tornado cada vez mais diversificada em âmbito mundial. O enoturismo é definido por Vale (2014, p. 52) como uma realização que elege o vinho como produto central, através da fruição nos vinhedos, vinícolas, feiras de vinhos, e/ou eventos que se relacionem ao vinho. (HALL; MACIONIS, 1998; JOHNSON, 1998; HALL; MITCHELL, 2000 *apud* VALE, 2014). A autora também ressalta que Getz (2000) **defende a conceituação do enoturismo enquanto um produto com características distintas das demais formas de turismo** (grifo nosso), à medida que envolve outros sentidos dos visitantes: o cheiro (na maturação da uva), o gosto (sabores e aromas da uva e do vinho), o tato (da paisagem e do vinho), a audição (de

⁹⁹ Disponível em: <http://affiliatemembers.unwto.org/>. Acesso em: out. 2019.

tudo o que envolve a colheita e elaboração do vinho) e a visão (dos territórios do vinho). A gastronomia é outro elemento estreitamente ligado à cultura, ao território e ao estilo de vida dos lugares do vinho.

A normatização da atividade possui como referencial, em nível mundial, a Carta Europeia do Enoturismo – CEE¹⁰⁰, inserida na Rede Europeia das Cidades do Vinho em 2006, que define o enoturismo como “o desenvolvimento de atividades turísticas, de lazer e tempo livre, dedicadas ao descobrimento e desfrute cultural e enológico das videiras, dos vinhos e seus territórios”. A Carta também recomenda que os territórios vitivinícolas se comprometam como prioridade absoluta pelo desenvolvimento sustentável, dos bens do território, e que recursos territoriais e vitivinícolas devem ser tutelados, preservados e cuidadosamente gerenciados. Neste quadro estão incluídas as paisagens vitivinícolas. Os territórios vitivinícolas devem ser tutelados de modo a salvaguardar as vulnerabilidades para promover um desenvolvimento sustentável.

Esta talvez seja a definição mais abrangente do enoturismo por destacar o desenvolvimento sustentável, o auxílio aos territórios e seus componentes para desenvolver um programa próprio de crescimento, selecionar uma visão estratégica em comum, que consista em um sistema enoturístico composto por Território, Turismo e Cultura Vitivinícola onde se inclui a paisagem.

Nos territórios vitivinícolas mundiais, o turismo do vinho – o enoturismo – tem se tornando um fenômeno cada vez mais presente através de ações que representam uma forma de reforçar a identidade dos lugares sem que, para isso, seja necessário estagnar as atividades do território que produzem o interesse para o turismo. Ao contrário, o enoturismo insere-se em todas as atividades, que vão do plantio à elaboração e degustação de vinhos, porque o vinho, na atualidade, adquiriu uma série de valores muito maiores do que outros produtos alimentares. Por razões e circunstâncias diversas, na última década tudo o que é relacionado ao vinho tem alcançado uma distinção especial. (PASTOR, 2008, p. 138).

As várias causas que podem ser a alavanca para trazer o vinho e seu entorno como um produto a ser consumido são apontadas pelo antropólogo Pastor (2008, p. 138) como: 1. Crescimento dos meios de comunicação que transformaram os territórios vitícolas em lugares de prestígio que também leva ao consumo, principalmente das classes média e alta. 2. O fenômeno da globalização e a produção

¹⁰⁰ Disponível em: http://centrointegraldelvino.org/onewebmedia/Charte_ES.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

vitivinícola, que tem levado a modos de entender a forma de fazer e consumir os vinhos,¹⁰¹ também são elementos que contribuem para que o vinho seja um produto da moda em todo o mundo. 3. A relação entre o vinho e o status dos consumidores, outra razão que pode ter levado ao prestígio de consumir vinhos.



Imagem 54 – Campanha do Dia do Vinho, realizada durante duas semanas com atividades ligadas ao vinho, também em outras cidades da Serra Gaúcha – Bento Gonçalves, RS.

Fonte: Bento Gonçalves. SEMTUR (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/turismo.bento>.

O turismo do vinho também promove o patrimônio herdado de atividades ancestrais, ou se criam novas funções com o surgimento de novas videiras. Em todas as suas formas, o enoturismo é baseado em torno de uma forma original de agroturismo que envolve o mundo dos atores do vinho, assim como uma forma de turismo cultural urbano, casas comerciais ou uma nova geração de museus de vinho. (LIGNON-DARMAILLAC, 2018).

A manifestação do enoturismo nos territórios vitícolas é relativamente recente. Segundo Paganoni (2018), na Itália a primeira lei sobre regulamentação regional é de 27 de julho de 1999. No entanto, esse atraso ainda não levou à criação de uma oferta consolidada, como se pode observar em outros países europeus. As Rotas dos Vinhos são ofertas turísticas especializadas, destinadas a criar caminhos que entrelaçam a gastronomia, harmonizada com os vinhos locais, de produtos agro-alimentares,

¹⁰¹ No Brasil, o Instituto Brasileiro do Vinho IBRAVIN ocupa-se das divulgações do vinho brasileiro. Ver as campanhas atuais dos Vinhos do Brasil em: <http://www.vinhosdobrasil.com.br>.

vinícolas e *terroirs*. No entanto, seu papel parece ainda mais amplo: a contemplação, a conservação e o aprimoramento do patrimônio e da diversidade rural também são objetivos que a implementação dessas rotas deve alcançar. A autora enfatiza, porém, que o fator experiencial que o turista do vinho busca no momento do consumo são vinícolas capazes de garantir essas experiências para ter um nível de serviço adequado.

Segundo Paganoni (2018) entre todos os demais produtos alimentícios, o vinho é o que melhor evoca seu território de origem no momento da degustação. A ligação entre o *terroir* e o vinho é inseparável e, para os enoturistas, é fundamental. A valorização econômica da ruralidade é uma oportunidade para mostrar o território sob outra luz, da enogastronomia¹⁰² e da cultura que a produz. Essa conexão, se bem sucedida, remeterá o vinho à notoriedade e à promoção. Ainda segundo a autora, é essencial para comunicar-se com sucesso uma maneira unificada sobre a diversidade presente em cada área geográfica através de campanhas e eventos que conectam a região vitícola de origem, em uma jornada que tem lugar entre a história, a tradição, a arte, a cultura, a gastronomia e, principalmente, a paisagem, que é a base de formação do território produtor.

Na Europa, especificamente na França, as casas de comércio, grandes propriedades ou propriedades vinícolas eram visitadas apenas por seus principais clientes, como os importadores de todo o mundo, restauradores e corretores, cuja atividade poderia ter sido reconhecida como turismo. Essas visitas reconheciam-se como negócios, mas não especificamente como enoturismo ou como turismo de vinhos. Em 1937, a rota dos vinhos Grands Crus na Borgonha foi a primeira rota do vinho e deu origem gradualmente a uma nova oferta turística. Como em outros lugares, os turistas até então visitavam apenas monumentos históricos e as rotas escolhidas, de acordo com locais naturais excepcionais, estradas costeiras ou montanhosas, áreas agrícolas, mas não estavam interessados nos métodos de produção vitivinícola. Através da abertura da rota dos vinhos da Borgonha abriu-se um novo leque de oferta a uma clientela particular, que desenvolveu vendas diretas nos territórios de produção. Progressivamente na Borgonha, depois mais sistematicamente na Alsácia, fez emergir certa prática turística da região além das vinícolas visitadas. (LIGNON-DARMAILLAC, 2018).

¹⁰² Enogastronomia: Conjunto de conhecimentos e práticas relacionadas à conjugação de vinhos com os alimentos, nas refeições. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 5 dez. 2019.

Ainda, de acordo com a autora, o turismo de vinhos continuou sua diversificação na última década do século XX através da estruturação de territórios vitícolas franceses, inserindo cada vez mais rotas vitivinícolas e integrando-as às várias atividades para descobrir não só os vinhos, mas mais amplamente todos os produtos locais, o patrimônio arquitetônico e a paisagem, ligados ou não à atividade vitivinícola. Deste modo, o direcionamento do turismo do vinho europeu contemporâneo é inspirado em várias experiências turísticas, museus e ecomuseus, parques de diversões, para desenvolver parques temáticos como a Adega Beaujolais e o Hameauduvin, criado em 1993. Os visitantes permanecem mais tempo no lugar, com atrações mais variadas, abertas a um público amplo, amante de vinho ou não, consumidor ou não.

A palavra enoturismo é mais frequente no cotidiano dos territórios vitivinícolas mundiais. São crescentes os grupos de pessoas que visitam as vinícolas nas zonas rurais, ávidas por novas experiências no atraente mundo do vinho. Esse é um feito cada vez mais frequente que se traduz em amizades, eloquência, desinibição, aproximações que o vinho proporciona, desde que bebido moderadamente.

Vender vinho é vender cultura, além da identidade do território e sua paisagem no estado puro. Em suas investigações, Macdonald y Denault (2001 *apud* LAZO, 2011b, p. 2) afirmam que os turistas do vinho buscam experiências autênticas e únicas através do consumo dos produtos locais nos territórios vitivinícolas.

Neste contexto, de acordo com Paganoni (2018) destacam-se nas últimas décadas os territórios vitivinícolas, quando o enoturismo se tornou uma atividade importante no cotidiano de produção e elaboração de vinhos, porque visitar a área de cultivo e conhecer diretamente o produtor são elementos que agregam valor ao vinho. Em consonância com esta tendência, o consumidor de vinhos prefere agora a qualidade à quantidade, além da elaboração de vinhos com as variedades de uvas autóctones, que fazem parte da história do lugar. Segundo o autor, Muitos produtores, como os de Val di Noto, na Sicília – Itália, redescobriram-se no território, elegendo o vinho como o produto que melhor evoca seu *terroir* de origem no momento de degustação. O desafio de mercado foi criar a própria marca com características distintas, com variedades autóctones, orientando o consumidor para uma cultura de sabor responsável e diferenciado. (PAGAGONI, 2018).

A aproximação dos visitantes com a cultura do lugar de produção é uma das atribuições do enoturismo, que proporciona maior proximidade com a gastronomia, as

tradições e os ritos festivos, os vinhos e seus vinhedos, para possibilitar o consumo de certas marcas e vinhos que não são encontrados no mercado, visitar as vinícolas e conhecer o enólogo que os elabora. É uma forma muito singular de consumir um produto diferenciado e de valor comercial e cultural.

De acordo com Pastor (2008), se o conhecimento e o consumo de vinhos estão em alta, no seu entorno desenvolvem-se múltiplas atividades que estão vinculadas ao produto de forma lateral. O autor refere-se às formas do ócio que se concretam ao denominado “Turismo do Vinho”, temático, relacionado com o turismo rural, cultural e gastronômico, que tem alcançado um número significativo de adeptos, e neste sentido a forte relação entre vinho & prestígio.

Segundo o enólogo Edgar Luis Giordani¹⁰³ (2018), o enoturismo proporciona o conhecimento dos territórios de produção e, ao mesmo tempo, é uma maneira de fortalecer, com os visitantes, o entendimento do plantio e o processo de elaboração do vinho, aproximando-os dos lugares de origem do vinho, que permanecerá em sua memória quando retornarem ao seu lugar do cotidiano.

Entretanto, o enoturismo deve priorizar o entrelaçamento dos lugares do vinho com o patrimônio cultural do lugar, a gastronomia, de maneira que o visitante se sinta imerso na realidade do território vitivinícola. O desenvolvimento do enoturismo também pode ser oferecido para demonstrar a identidade do local onde se produz e elabora o vinho, através de outras formas de produção, como a biodinâmica, que não utiliza agroquímicos e é integrada com a natureza. Esse modo de produção possui uma singularidade muito particular, que se pauta na profunda identidade da vida micro e microbiológica do solo, em estreita relação entre a fauna e a flora e as influências cósmicas, planetárias e lunares do local.

No conceito de vinhos biodinâmicos, sem interferência química e sintética no organismo agrícola, respeita-se o desenvolvimento natural da videira para expressar de maneira real o território, que os franceses denominam *terroir*.

¹⁰³ GIORDANI, Edgar Luis. **O enoturismo na produção e elaboração do vinho biodinâmico**. Bento Gonçalves. RS, 15 de agosto de 2018. Entrevista oral concedida à Marilei Elisabete Piana Giordani.



Imagens 55 e 56 – A divulgação do enoturismo em Monte Belo do Sul
Fonte: Monte Belodo Sul. Secretaria de Turismo (2019). Disponível em:
<https://www.facebook.com/VisiteMonteBelo>.

As visitas enoturísticas nas vinícolas contribuem de maneira clara para a transmissão da cultura do lugar, para aprender, conhecer e degustar os vinhos, para que o visitante possa colocar em prática após a visita. Deste modo, de acordo com Lazo (2011b, p. 4), o enoturismo está seguindo uma tendência mundial e se converte em estrela do turismo. Para tanto, também é fundamental e necessário observar as boas práticas da atividade para que possa ser desenvolvida de modo eficiente e manter-se ativa no futuro.

Uma das boas práticas de enoturismo é a Rede Mundial das Capitais do Vinho¹⁰⁴, reunidas em uma associação que agrupa representantes de Bordeaux (França), La Rioja | Bilbao (Espanha), Cidade do Cabo (Sudáfrica), Verona (Itália), Melbourne (Austrália), Mendoza (Argentina), Porto (Portugal), Lousane (Suíça), Mainz (Alemanha), São Francisco | Valle de Napa (Estados Unidos), todas muito conhecidas em nível mundial. Concebe-se o fenômeno do enoturismo como um elemento do turismo que deve ser visto como uma regra geral pelo modelo de uma conduta social, para atribuir-se elementos chave do destino enoturístico, como a estrutura do lugar, o espaço, a região, a qualidade da uva, os costumes, a natureza e a paisagem. (LAZO, 2011b, p. 5).

¹⁰⁴ A rede das Grandes Capitais do Vinho (GWC) reúne cidades de regiões vitivinícolas da Velha Europa e do Novo Mundo conhecidas em nível mundial, no sentido de favorecer o intercâmbio comercial, turístico e acadêmico entre as prestigiadas regiões vinícolas. (Disponível em: <http://www.greatwinecapitals.com>. Acesso em: 15 ago. 2018).

3.4.1 O enoturismo e a paisagem do vinho

A certificação e o reconhecimento, baseados na Convenção do Patrimônio Mundial sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, preparada e adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 16 de novembro de 1972, foi um ponto de referência para a proteção e tutela das paisagens culturais. Por esta Convenção, os países da Europa comprometeram-se a proteger em seu território os monumentos e os sítios reconhecidos de um valor tal que sua salvaguarda diz respeito à humanidade como um todo.

O conceito de paisagem cultural, apoiado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, foi reconhecido pelo Comitê do Patrimônio Mundial em 1994, que a define como “o trabalho combinado do homem e da natureza”. As paisagens vitícolas também pertencem a essa dimensão, identificadas e preservadas em sua diversidade em todo o mundo. As paisagens culturais selecionadas expressam “a longa e íntima relação dos povos com o meio ambiente”. (PRATS, 2012).

Várias categorias são distinguidas, incluindo as que são consideradas “vivas e evolutivas”, cujas funções resultaram na criação de um ambiente de vida, de produção e trabalho, representativo de uma cultura e em harmonia com o meio ambiente e os homens, quem o criou ou quem ajuda a mantê-lo. (PICHERY, 2018, p. 8).



Imagens 57 e 58 – Artesanato com palha de trigo e Artesanato com vime – Monte Belo do Sul, RS
Fonte: Monte Belo do Sul. Secretaria de Turismo (2019). Disponível em:
<https://www.facebook.com/VisiteMonteBelo>.

No recorte de estudo do Valedos Vinhedos, observa-se que o turismo rural tem sido utilizado como um meio de diversificação econômica que pode proteger a paisagem e incentivar a permanência do homem no campo. Os turistas podem visitar fábricas de queijos artesanais, pomares de frutas, flores, fazendas, mercados, comprar artesanato local e outros produtos. Entretanto, uma das formas mais visíveis de turismo rural é dedicada ao vinho, que proporciona o conhecimento do território para viver uma experiência no cotidiano vitivinícola e conhecer de perto o modo de vida, a paisagem e a cultura. A paisagem dos territórios do vinho e o enoturismo estão estreitamente interligados porque contêm elementos de expressão cultural, de fruição e grande recurso turístico, ainda que mal explorado, entendido e preservado.

O enoturismo tem se tornado um dos setores estratégicos para a vitivinicultura também na área em estudo, conectado à gastronomia e aos produtos da região, que passam a ser um meio de divulgação do potencial turístico local.



Imagens 59, 60 e 61 – Paisagem do turismo rural em Monte Belo do Sul, RS: a arquitetura, a paisagem vitícola, a religiosidade.

Fonte: Monte Belodo Sul. Secretaria de Turismo (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/VisiteMonteBelo>.

Embora represente um papel importante, de reconhecida atratividade e qualidade na experiência turística, a paisagem vitícola ainda é subvalorizada, na maioria das vezes, é somente considerada com um pano de fundo atrativo para a experiência de enoturismo. (MITCHELL; [et al.], 2012; GALLOWAY; [et al.], 2008; CARMICHAEL, 2005 *apud* SILVA; SOUZA; NOGUEIRA, 2012, p. 2). Porém, a paisagem é o resultado da ação humana na vivência do território, com o apoio cultural para as experiências do enoturismo, que pode singularizar e tornar únicos os produtos oferecidos e usufruídos pelos visitantes. (MITCHELL; [et al.], 2012 *apud* SILVA; SOUZA; NOGUEIRA, 2012, p. 3).

4 A PAISAGEM, A CULTURA E A PROTEÇÃO NOS TERRITÓRIOS VITIVÍCOLAS COM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

O capítulo faz o diálogo das interações presentes no território em estudo, cuja paisagem vitícola é o elemento que absorve essas dinâmicas. Traz-se para discussão temas que estão entrelaçados no território e na paisagem vitícola, como as Indicações Geográficas. Para tanto, analisa-se além da perspectiva técnica da produção e da origem do produto, mas sob o viés cultural inserido nos aspectos humanos que atuam sobre a paisagem. Neste cenário, estudam-se as paisagens vitícolas mundiais reconhecidas pela UNESCO a fim de entender o valor patrimonial e os desdobramentos dessa proteção sobre o território, o produto e a paisagem. A valorização do território vitivinícola é investigada a partir da notoriedade da paisagem, que pode gerar usos do solo alheios ao meio, alterações na paisagem e/ou a criação de enclaves urbanizados nas áreas produtivas. Averigua-se como os territórios vitivinícolas na Itália se organizam nesse âmbito.

Para finalizar o capítulo, apresenta-se a metodologia de análise da paisagem vitícola, projetando aproximações para com o recorte de estudo nos dois capítulos subsequentes de análise da legislação e da paisagem vitícola.

4.1 As Indicações Geográficas na Europa

A proteção da origem de produtos como vinhos é efetivada na Europa através das Indicações Geográficas e da Denominação de Origem, com nomenclaturas e especificações próprias de cada país, como na Itália, França, Portugal, Espanha, Grécia, Áustria, Romênia, Hungria e outros. A origem e a evolução das regiões vitivinícolas demarcadas no mundo surgem a partir dos crescentes conflitos e interesses comerciais dos produtores e compradores e da necessidade de regulamentar a produção e o comércio de vinhos.

Em Portugal, de acordo com Pereira (2006, p. 111), por pressão e interesse dos grandes vinhateiros da Região Vitivinícola do Douro, no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, foi instituída a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, através do alvará de 10 de setembro de 1756. Nesse contexto nasceu a Área Geográfica da Região Demarcada do Douro, que nos séculos posteriores foi sucessivamente redesenhada até a atual formação de 1986 (Decreto-lei nº 166/86. DR, I série - nº 144, de 26 de junho de 1986). O passo mais significativo foi a inclusão do Douro Superior em 1907. (SOEIRO, 2006, p. 12).

A Região Vitivinícola do Douro – Portugal, instalada em 1756, foi demarcada através dos Marcos Pombalinos (Imagens 63 e 64), constituídos de maciços de pedra granítica com a designação de “Feitoria”, que correspondia ao vinho de melhor qualidade, destinado à exportação para a Inglaterra.



Imagem 62 – Marco Pombalino nº 1 da margem Sul do Douro da demarcação da zona de vinhos “de Feitoria” de 1758. Quinta de S. Gonçalo da Ribeira, Barrô, Resende. Fotografia de Egidio Santos.

Fonte: Pereira (2006, p.102).

Imagem 63 – Marco da demarcação da zona de vinhos “de Feitoria” de 1758. Mourisca, Panelas, Vila Nova, Vila Real. Douro – Portugal. Fotografia Casa Alvão, Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto.

Fonte: Pereira (2006, p. 112).

A demarcação do Douro nessa época auxiliou no estabelecimento dos aspectos reguladores da produção e do comércio, em função das diversas qualidades do vinho, além das categorias qualificadas para exportação destinadas ao mercado inglês e para o Brasil. (PEREIRA, 2006, p. 112).

A demarcação pombalina introduziu na história mundial do vinho a ideia moderna de Denominação de Origem Controlada (DOC). Incluía não somente a definição dos limites de uma região vitícola, mas posterior às demarcações da Região do Chianti, em 1716, na Região da Toscana – Itália, e da Região do Tokay – Hungria, em 1737, um dos primeiros sistemas de classificação no mundo. No ano de 1641¹⁰⁵ essa área foi protegida por um decreto real que criou uma área exclusiva de vinhos e a elaboração de um cadastro das parcelas produzidas dos respectivos vinhos, em razão da complexidade do território regional. Ao mesmo tempo, foram criados mecanismos institucionais de controle e certificação do produto.

Na França, segundo Wolikow (2018, p. 1), a primeira Denominação de Origem do vinho foi realizada através da lei francesa do benefício do Direito Chaptal de 28 de julho de 1824 que, de acordo com a autora, instituiu a proteção do *nome comercial* e do *nome de lugar de produtos fabricados*, contra *adulteração ou cópias*, para a proteção da propriedade comercial. A aplicação da lei “igualou o nome do lugar ao nome comercial”. Desta maneira, a primeira defesa das *denominações de origem* foi assim construída, com o objetivo de beneficiar as casas de comercialização de vinhos e coibir as práticas consideradas abusivas, mesmo justificadas por práticas comerciais os vinhedos franceses mais singulares reivindicaram uma delimitação rigorosa de sua área.

Entretanto, para entender as origens da Denominação de Origem Protegida (DOP) há uma lógica econômica de escolhas estratégicas presentes no contexto da globalização dos mercados do vinho. Em 1845, de acordo com o autor, na Região de

¹⁰⁵ Ver em: <https://tastehungary.com/journal/tokaji-aszu>. Acesso em: out. 2019.

Champagne¹⁰⁶, o vinho champagne¹⁰⁷ efervescente foi reconhecido como um produto “manufaturado de alto acabamento”, tornando-se o primeiro vinho na França legalmente reconhecido pelos tribunais como um “produto fabricado” que foi estendido e qualificou toda a produção vitícola em 1847. Entendeu-se desse modo que “é universalmente aceito que é o lugar da colheita que deve dar seu nome para o vinho”.

Seguiram-se as tratativas de aperfeiçoamento da legislação na França, de acordo com Wolikow (2018), para a proteção da origem dos vinhos. No início do século XX, de 1925 a 1935, ganharam força novas legislações com o foco na história do vinho e sua cultura, realizadas pelo Comitê Nacional de Denominações de Origem (CNAO), que conduz o aperfeiçoamento da legislação. O reconhecimento no mundo das Denominações de Origem é efetivado através da Organização Mundial do Comércio em acordos de propriedade intelectual (Artigo 22 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio –TRIPS).

Segundo Vincent (2018), as Indicações Geográficas podem ser encontradas nas várias regulamentações nacionais dos estados e/ou países signatários. Deste modo, são apoiados na comunidade europeia pelos regulamentos sobre Denominações de Origem Protegidas (DOP) e Indicações Geográficas Protegidas (IGP): Regulamento (CE) 479/2008 para produtos vitícolas, regulamento (CE) 510/2006 para produtos agroalimentares. (OLSZAK, 2015). O Código Rural e o Código de Consumo regem as Indicações Geográficas (AOC e PGI). (VINCENT, 2018).

Ainda segundo Vincent (2018), todos estes regulamentos referem-se a uma definição comum resultante do Acordo de Lisboa (1958). A versão francesa – Código do Consumidor da França – sobre a Constituição de uma Denominação de Origem estabelece que é: “Artigo L115-1. *A denominação de um país, uma região ou uma localidade usada para designar um produto oriundo dela e cuja qualidade ou características são devidas ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e fatores humanos.*” Essa definição, para Tinlot e Vincent (2012), supõe a existência de uma

¹⁰⁶ **Região Champagne:** Região do Nordeste da França, famosa por seu vinho espumante. Foi onde se definiu o principal modelo para espumantes finos, o mais usado no mundo todo, que inclui o uso de das uvas *pinot noir* e *chardonnay* e, principalmente, o método de elaboração *champenoise*. Pela legislação francesa, qualquer vinho espumante francês elaborado fora dessa região deve ser chamado de *mousseux* (espumante). (Tagliari e Campos, 2011, p. 131).

¹⁰⁷ **Vinho Champagne:** Vinho espumante natural, produzido nessa região, a partir das uvas *pinot noir*, *pinot meunier* e *chardonnay*, e com gás carbônico resultante da segunda fermentação na própria garrafa, de acordo com o método *champenoise*. (Idem).

originalidade que vai além dos fatores geográficos e humanos, incluindo os culturais. Do produto herdado de seu local de nascimento, que reconheça a diversidade dentro de uma categoria de produto, sua implementação em relação à origem geográfica pode, inevitavelmente, levantar questões sobre a extensão e os limites do território de origem. A originalidade (cultura) para a qual os autores assinalam atenção refere-se aos aspectos culturais presentes no território, a partir da construção a que as Indicações Geográficas se reportam como “fatores humanos”.

4.2 As Indicações Geográficas e a Denominação de Origem na América Latina

De acordo com Champredonde (2014, p. 265), as Indicações Geográficas na América Latina contavam até o ano de 2013 com mais de 100 produtos assim elencados: 37 no Brasil, 20 na Colômbia, 13 no México, 8 no Peru, 3 na Venezuela, Costa Rica e Argentina, 2 no Chile, Guatemala, Nicarágua e Equador, 1 em El Salvador. A obtenção das IGs nesses países é um processo recente, que possui como marco normativo incorporado pela primeira vez pelo México em 1994, depois o Brasil em 1996, o Pacto Andino (Colômbia, Equador, Peru e Bolívia) em 2000, Argentina em 2001 e Chile em 2005.

Champredonde (2014, p. 274) entende que as IGs podem ser utilizadas como ferramentas para a promoção do desenvolvimento local, mas, além dos aspectos relacionados à propriedade intelectual e ao mercado em si, é necessário considerar finalidades como: “*a integração com a Agricultura Familiar; a preservação das culturas locais, tanto autóctones quanto as que surgiram a partir da imigração; a preservação da biodiversidade; o acesso à terra.*” Essas ações podem se converter em políticas públicas para populações rurais e urbanas, que seriam associadas com maior ênfase para desenhar políticas relacionadas à implementação de novas IGs.

4.2.1 A paisagem cultural do café na Colômbia em território com Denominação de Origem

Na América Latina, a Colômbia possui no café o produto central de reconhecida qualidade com Denominação de Origem. O processo de reconhecimento iniciou-se a

partir das crises de mercado. Nos anos 90, esse tipo de produto era quase inexistente no país e nos países vizinhos, como Costa Rica, mas a criação das IGs alavancou a produção dos cafés de origem, especiais, de qualidade diferenciada para os mercados externos.

As IGs e a DO da América Latina estão baseadas no artigo 22.1 do Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o Acordo da Propriedade Intelectual relacionada com o Comércio (ADPIC), que entrou em vigor em 1995 e define as IGs que identificam “*um produto como originário do território de um Membro, ou de uma região ou lugar desse território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja imputável fundamentalmente a sua origem geográfica.*” (ICAFE, 2006, p. 3).

O cultivo cafeeiro da Colômbia foi além do reconhecimento da produção com a DO; também criou políticas para o reconhecimento e a salvaguarda da paisagem produtiva, que passou a integrar em 2011 a Lista das Paisagens Culturais inscritas na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO com a Paisagem Cultural do Café da Colômbia por ser um exemplo de valor excepcional de paisagem cultural sustentável – critérios (v) (vi) –, de produto único, que representa uma tradição, um símbolo nacional, assim como para outras zonas cafeeiras do mundo.¹⁰⁸

Ainda segundo a UNESCO, essas paisagens são o reflexo de uma tradição centenária de cultivo de pequenas parcelas de bosque com altura nas montanhas, nas quais os produtores adaptaram o cultivo nas condições difíceis de produzir em altas altitudes. Nas zonas urbanizadas, a arquitetura expressa características da imigração de procedência espanhola e utilização de materiais tradicionais, como taipas, muros, telhas de argila e outros, que estão presentes no território.

¹⁰⁸ Ver: www.whc.unesco.org.



Imagem 64 – Paisagem Cultural do Café da Colômbia, inscrita na Lista de Patrimônio mundial da UNESCO (2011)

Fonte: www.cafedecolombia.com.

O Manual para a Denominação de Origem da Colômbia (SIC, 2013, p. 14-16) define requisitos para a obtenção da DO que mesclam aspectos técnicos de produção e **referências culturais** (grifo nosso) dos produtores e do território:

1. **Qualidade:** Certas características dos produtos que os diferenciam dos demais da mesma espécie e se devem ao clima, ao tipo de solo, à umidade, às técnicas de cultivo, ao consórcio com animais para servirem de matéria-prima para a fabricação do produto, às técnicas de elaboração, apresentação, envase, embalagem e rotulação. Ou seja: todas as características especiais provenientes de sua aparência específica que os fazem merecedores de proteção e reconhecimento.

2. **Reputação:** Trata-se do reconhecimento do público em relação ao produto e a sua qualidade, que faz com que as pessoas o prefiram em relação aos demais produtos do mercado e o reconheçam como especial e diferenciado.

3. **Fatores geográficos:** São as condições especiais do lugar, tais como: clima, solo, umidade e ventos, que não dependem dos habitantes do lugar, mas são determinantes para dar ao produto características especiais.

4. **Fatores humanos:** Esses fatores referem-se à capacidade, à experiência e aos conhecimentos tradicionais que possuem os habitantes de um determinado lugar ou área geográfica para utilizar as condições geográficas de modo especial, no sentido de gerar produtos especiais. Também nos fatores humanos estão

compreendidas as técnicas utilizadas por moradores do lugar para obter produtos especiais. Esses **fatores estão estreitamente ligados à cultura, aos costumes e às tradições** (grifo nosso), o que faz com que as pessoas que nasceram e cresceram em um determinado território aprendam a cultivar a terra e dela extrair produtos com características especiais que os tornam únicos e singulares.

5. **Lugar geográfico**: Refere-se ao território localizado em determinada área geográfica ou país, amparado por um mesmo nome e por compartilhar os mesmos fatores geográficos e humanos que se traduzem na elaboração de produtos com qualidade especial e que pode se proteger na Denominação de Origem.

Os fatores humanos elencados demonstram a ligação dos habitantes do lugar com os conhecimentos locais e tradicionais, estreitamente ligados à identidade e à cultura que diferencia e dá singularidade aos produtos. (grifo nosso).

O vínculo entre o território e o reconhecimento diz respeito a todos os fatores que envolvem o produto final, aqui no caso o vinho, em razão dos vários elementos que compõem esse cenário cuja paisagem é um dos elementos centrais.

Os produtos industrializados ganharam maior força após a Segunda Guerra Mundial, associados ao progresso e à modernidade urbana; entretanto, a origem, a identidade e a elaboração artesanal perderam espaço, assim como as tradições familiares. Na atualidade, as novas formas de qualificar um produto estão ancoradas em termos como “*típico*,” “*regional*,” “*local*,” “*natural*”, “*de origem*”, reforçadas pela implementação crescente de Indicações Geográficas na América Latina. A origem pode se desenvolver em diferentes níveis de intensidade e derivar ou não em características ou em uma qualidade específica. (CHAMPREDONDE, 2016, p. 20).

O vinho e o lugar possuem uma relação de diferentes momentos no processo histórico de construção e assumem motivações econômicas, práticas e simbólicas que sustentam essas distinções espaciais da produção de vinho.

Os lugares do vinho impõem uma marca na representação geográfica, como tantas na França: Dijon, Champagne e Borgogna, entre outras, que destacam como o lugar é, antes de tudo, uma referência de *know-how* dos homens e não a fonte onde as diferentes produções desenham a essência de suas qualidades particulares. (GARCIA, 2018). Para o autor, a representação da qualidade dos vinhos através da marca identitária ou do território produtor remete a lugares do imaginário do consumidor ou do público chamado a reconhecê-los.

Estas marcas estão no território e nos rótulos dos vinhos para um público de compradores e provadores bastante informados, o que sinaliza um projeto de promoção territorial, e também são demonstradas através da paisagem vitícola. (BERQUE, 2012).

As Indicações Geográficas da América Latina e de países da América Central até 2013 foram analisadas por Champredonde (2014, p. 265) para fazer um balanço das IGs e alinhá-las aos desafios futuros a que estão submetidas. Para isso, o autor analisa as semelhanças e, ao mesmo tempo, as grandes divergências existentes neste âmbito. Entretanto, a consideração desses pontos, analisa o autor, permite estabelecer um parâmetro e projetar possíveis evoluções das IGs nestas regiões.

4.2.2 Pontos em comum das IGs na América Latina

Segundo Champredonde (2014, p. 264), a criação das IGs estabelece parâmetros que determinam suas normativas, de modo a auferir diferenciadas pontuações e/ou interesses sobre cada item. Neste sentido, o autor analisa os pontos em comum das IGs na América Latina, elencando as predominâncias:

- Há predominância de IGs utilizadas como ferramentas de mercado e proteção da Propriedade Intelectual. Por esse motivo, as normativas são feitas e gerenciadas em sua maioria por advogados e economistas, e em alguns países pelo Registro de Propriedade Intelectual – no Brasil, INPI.
- Economia é a ciência social mais presente – Agronegócios.
- Visão Mercantil é predominante na maioria. Conceitos mais associados como ferramenta legal: nicho de mercado, valor agregado, competitividade e rentabilidade.
- **Patrimônio Cultural e Identidade: conceitos associados em menor número.** (grifo nosso).
- Meio Ambiente: Abordado de modo marginal ou totalmente excluído, como no caso da Tequila no México. (BOWEN S. VALENZUELA ZAPATA *apud* CHAMPREDONDE, 2014, p. 265).
- Participação dos atores locais na origem dos projetos: de modo marginal e em pequeno número, sem abrangência de todos os produtores.

4.2.3 Divergências das Indicações Geográficas na América Latina

As divergências dizem respeito a requisitos de nível normativo: definição das marcas, legislação e tipo de produto a proteger, nomes a serem utilizados, nomes que podem ser registrados, justificativa para um produto ser reconhecido, assim como quem deve efetuar a solicitação de reconhecimento, quem é o grupo que promove e realiza a gestão da IG, qual é o nível de proteção de cada produto e acompanhamento de cada projeto para a construção de uma IG. (CHAMPREDONDE, 2014). Entretanto, o autor também alinha que há constatações e interrogações quanto à lentidão dos processos, que soam contraditórias em razão do aumento significativo de solicitações. Também há dúvidas quanto aos critérios técnicos aplicados e/ou se em razão de vários produtos europeus que se beneficiam das IGs na América Latina. A construção de uma IG, assinala o autor, deveria ser baseada em critérios estritamente técnicos e com definições mais claras, isolando-os de possíveis acordos políticos.

Para Champredonde (2014), a implementação de uma IG deve seguir requisitos destinados a envolver e dar oportunidades aos produtores locais. Para tanto, afirma que é necessário: a) identificar áreas de aprendizagem para a nova situação do produto; b) a norma deve ser adequada à realidade local; c) identificar os produtos com potencial para sua valorização de modo a estabelecer um vínculo entre a qualidade específica de cada produto com o território; d) estimar os possíveis impactos na construção de cada IG; e) incentivar o acompanhamento do processo de construção nos diversos níveis do coletivo implicado; f) avaliar as solicitações para o reconhecimento da IG; e g) fiscalizar as IGs vigentes. Entretanto, Champredonde (2014, p. 269-275) entende que todos os propósitos elencados para uma IG devem ser convertidos em benefícios às populações locais, para preservar a biodiversidade, o território, a cultura local e, principalmente, a integração da agricultura familiar com a população marginalizada.

4.3 A Indicação Geográfica no Brasil

No Brasil, a Indicação Geográfica (IG) é dividida em duas modalidades, conforme estabelece a Lei de Propriedade Industrial – nº 9.279, de 1996)¹⁰⁹:

- **Indicação de Procedência (IP):** Consiste no nome geográfico que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço.
- **Denominação de Origem (DO):** Consiste no nome geográfico que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

O primeiro reconhecimento de Indicação de Procedência ocorreu no Vale dos Vinhedos em 2002. Na atualidade, outros territórios obtiveram o reconhecimento. (Imagem 65) na Serra Gaúcha (1 a 5), e em outras encontram-se em estruturação.

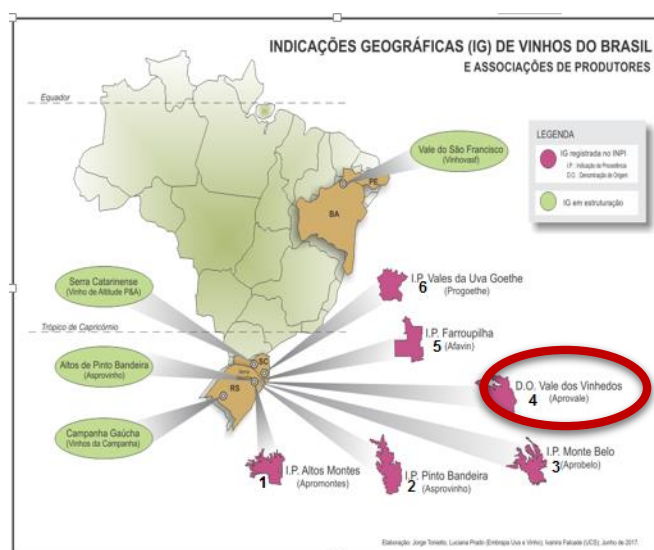


Imagem 65 – Indicações Geográficas do Brasil e Associação de Produtores, em destaque o Vale dos Vinhedos

Fonte: Baseado em Tonietto e Prado (EMBRAPA Uva e Vinho); Falcade (UCS).

1. Altos Montes (Flores da Cunha e Nova Pádua | RS) -11/12/2012. 2. Pinto Bandeira |RS 13/07/2010. 3. Monte Belo | RS – 01/10/2013. 4. Vale dos Vinhedos (Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul |RS DO. 2012. 5. Farroupilha | RS 14/07/2015. 6. Vale da Uva Goethe (Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza e Içara / SC) 14/02/2012.

Para a qualificação do produto, sua origem é entendida pelo INPI na Denominação de Origem, através da Instrução Normativa nº 95, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece a seguinte condição para reconhecer uma Denominação de Origem:

¹⁰⁹ www.inip.gov.br – Indicações Geográficas

§ 2º. Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Neste contexto de reconhecimentos de IP e DO, a tese busca entender quais são os fatores humanos descritos e como o viés cultural é considerado como elemento de diferenciação e singularidade do produto final, no sentido de preservar a história e a memória do território produtor.

As Denominações de Origem (DO) concedidas no Brasil pelo INPI até o ano de 2019 somam um total de onze (11) reconhecimentos e englobam produtos diversos, como: 2010 – Arroz – Litoral Norte Gaúcho, RS; 2011 – Camarões marinhos cultivados – Costa Negra, CE; 2012 – Gnaisse fitado monolítico, misto e cinza – Rio de Janeiro; 2012 – Própolis Vermelha – Manguezais de Alagoas; **2012 – Vinhos e Espumantes do Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves, RS**; 2013 – Café do Serrado Mineiro – MG; 2015 – Apis Melífera – Ortigueira, PR; 2016 – Própolis Verde de Minas Gerais; 2018 – Banana da Região de Corupá, SC.

As Indicações de Procedência concedidas no Brasil até a presente data somam um total de 51, distribuídas em vários produtos.¹¹⁰

4.3.1 A Denominação de Origem no Vale dos Vinhedos

Pelo ineditismo da conquista, a Denominação de Origem reconhecida no Vale dos Vinhedos – 2012 é um marco para a vitivinicultura brasileira e para o território. Neste contexto, segundo Niederle (*apud* DENARDIN, 2016, p. 63), a primeira IG no Vale dos Vinhedos constituiu-se em torno de um ator chave, a EMBRAPA, que passou a coordenar e articular em torno de si um conjunto de organizações e atores que se estabeleceu na principal ligação para a articulação de recursos, e informações para a concretização das indicações. Também se fizeram presentes órgãos financiadores de pesquisa, universidades, associações de produtores, a APROVALE no caso do Vale dos Vinhedos, entidades setoriais do Vinho como UVIBRA, FECOVINHO e

¹¹⁰ Ver: www.inpi.gov.br.

SINDIVINHO, e outros. Participaram, ainda, instituições nacionais como INPI, MAPA, SEBRAE, IBRAVIN e a *International Organisation of Vine and Wine* (OIV).

Desde a constituição e estruturação do Vale dos Vinhedos (1995)¹¹¹ da qual nasceu a Área Geográfica, foi a primeira do país com um território vitícola reconhecido. As Indicações Geográficas¹¹² (IGs) que esse território obteve são constituídas pela Indicação de Procedência¹¹³ (IP –2002) e Denominação de Origem (DO 2012) através do Registro de Indicação Geográfica nº IG201008. O reconhecimento por ser o primeiro território vitivinícola com DO no Brasil colocou-o em evidência; entretanto, ao mesmo tempo em que esta ação pode suscitar o estímulo para outros usos, pode correr o risco de ampliar os aspectos especulativos.

Desde então o Vale dos Vinhedos passou a ser uma referência de desenvolvimento econômico regional do setor vitivinícola brasileiro. Na sequência, a APROVALE avançou no sentido de obter uma Denominação de Origem (DO) para seus vinhos. Este objetivo foi atingido em 25 de outubro de 2012, com a obtenção do Registro de Denominação de Origem (IG 201008) do INPI, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil, com uma área delimitada de 72,45 km², sendo 61,07% pertencentes ao município de Bento Gonçalves, 33,49% ao município de Garibaldi e 5,44% ao município de Monte Belo do Sul. A partir de então, os produtos do Vale dos Vinhedos passaram a ser qualificados pela DO, com um maior nível de exigência para os diversos requisitos constantes do Regulamento de Uso. (TONIETTO; ZANUS; FALCADE; GUERRA, 2013 *apud* MELO; MACHADO, 2015b).

A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos é delimitada através de uma área geográfica e georreferenciada. (Imagem 66).

¹¹¹ A constituição do Vale dos Vinhedos foi mostrada na pesquisa anterior em todas as suas fases de estruturação. Ver em: Piana Giordani, 2013, p. 144-157.

¹¹² Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/>. Acesso em: 8 maio 2017.

¹¹³ De acordo com a Instrução Normativa nº 25/2013, do INPI, considera-se com a **Indicação de Procedência** o nome geográfico de país, cidade ou região ou localidade de seu território que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Como **Denominação de Origem**, o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

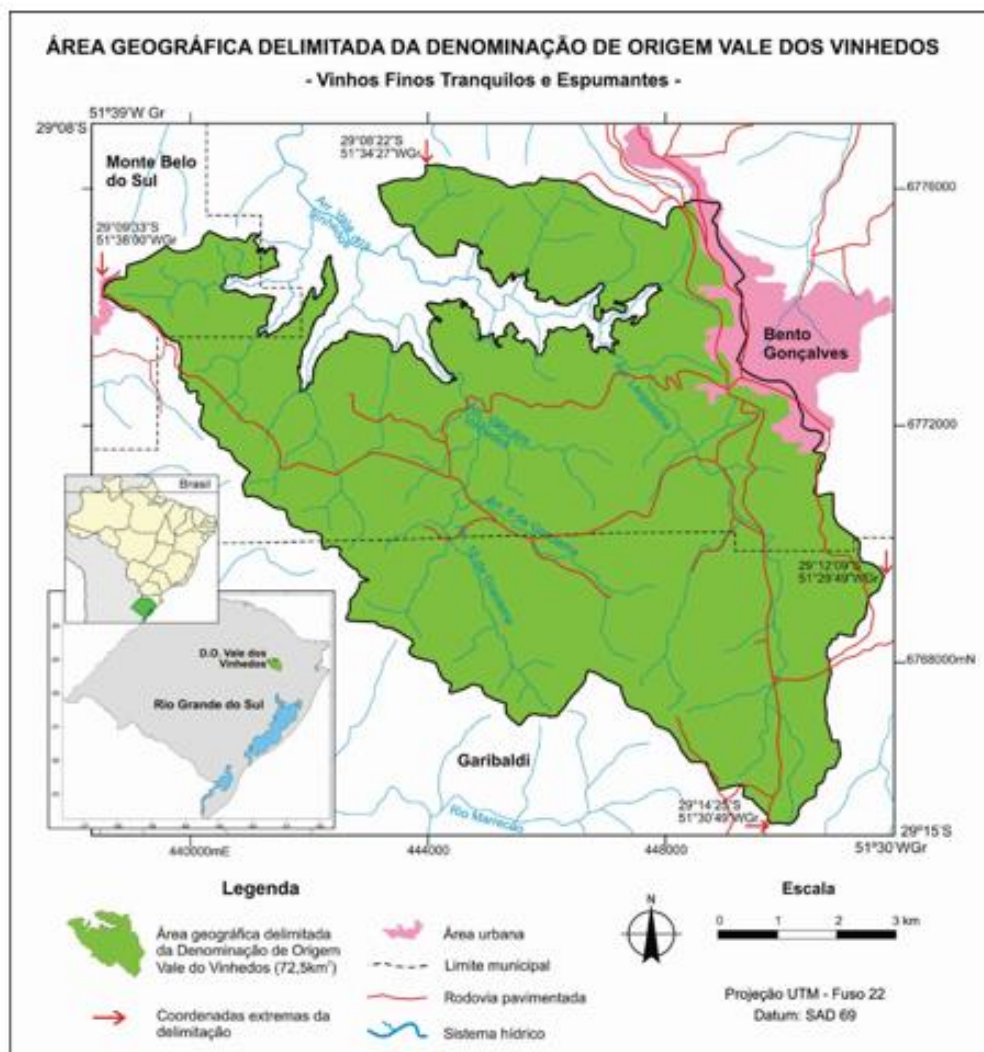


Imagem 66 – Área Geográfica Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem, formada por parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul.

Fonte: Adaptação própria a partir de Falcade e Tonietto (2010).

No processo de demarcação da área produtiva e reconhecimento dos vinhos, as vinícolas, os empreendimentos e os prestadores de serviço compõem o quadro de associados da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE, fundada em 21 de fevereiro de 1995. Em 2019, a Associação possuía 22 vinícolas associadas e 40 empreendimentos ligados ao turismo, como hotéis, pousadas, restaurantes, queijarias, ateliês de artesanato e outros.¹¹⁴ Para entender o contexto associativo, realizou-se uma pesquisa entre os anos de 1995 e 2019 para quantificar o número de associados da APROVALE. Como resultado, concluiu-se que as vinícolas associadas se apresentam em menor número do que os empreendimentos de prestadores de serviço, com um número muito superior ao das

¹¹⁴ Ver: www.valedosvinhedos.com.br.

vinícolas, quase o dobro. (Imagem 67). O reconhecimento da DO proporcionou ao território a maior visibilidade do Vale dos Vinhedos e perante os demais territórios vinícolas brasileiros. Essa ação também incentivou outros territórios para solicitarem a Indicação Geográfica.

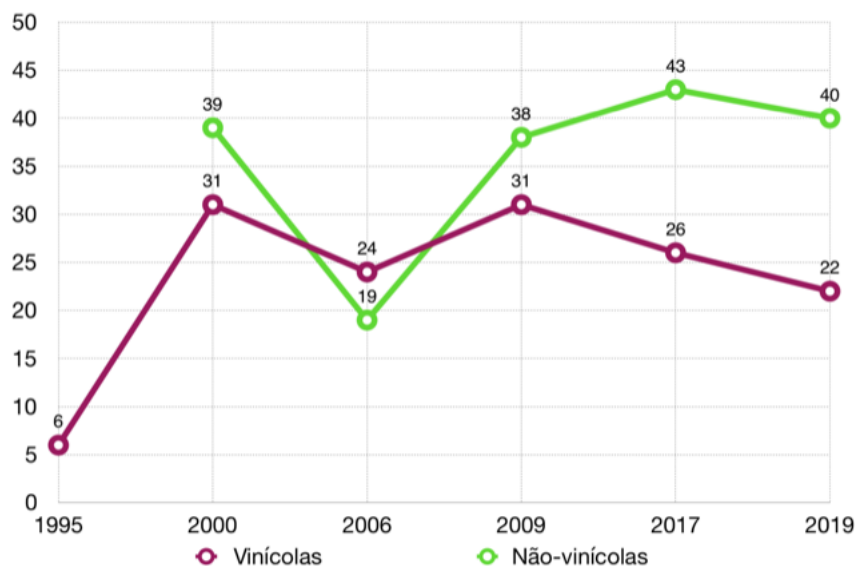


Imagem 67 – Representação comparativa do número de associados da APROVALE desde o ano da fundação – 1995 à 2019, entre vinícolas e prestadores de serviço: hotéis, restaurantes, cafés etc.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponíveis em publicações e coletados na APROVALE (2012-2019).

O Regulamento de Uso da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos Vinhos Finos Tranquilos e Espumantes estabelece elementos relativos à operacionalização do uso para assegurar o cumprimento das especificações. (TONIETTO; ZANUS; FALCADE; GUERRA, 2013). Especifica que a DO do Vale dos Vinhedos possui como titular a APROVALE e que as características dos vinhos se devem ao meio geográfico, incluídos os fatores humanos. Neste contexto, o regulamento situa a localização nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul,¹¹⁵ com área constituída pela DO¹¹⁶ (Imagem 67).

O documento foi estruturado em oito capítulos, que tratam: da produção; dos produtos e sua elaboração; da rotulagem; do Conselho regulador; dos direitos e obrigações; das infrações, penalidades e procedimentos; das generalidades; das

¹¹⁵ Ver: Piana Giordani (2013, p. 164-167).

¹¹⁶ Ver: **O Regulamento de uso da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos Vinhos Finos Tranquilos e Espumantes**. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/tecnologias/ig>. Acesso em: 22 julho 2019.

transitoriedades. Nele estão estabelecidas todas as normas que envolvem o processo de produção, elaboração até o produto final para a venda. A regulamentação que diz respeito ao modo de condução das videiras, da mão de obra, os aspectos culturais e a paisagem estão estabelecidas no Art. 3º: “Esse artigo estabelece o sistema de condução autorizado: **é exclusivamente em modo de espaldeira e a colheita deve ser obrigatoriamente manual.**” (Grifo nosso).

A referência quanto ao modo de condução difere da IG do Vale dos Vinhedos reconhecida em 2002, cuja Normativa orientava a condução “preferencialmente em espaldeira”, diferente da obrigatoriedade atual. O reconhecimento da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (2012) foi uma conquista para o território, assim como para seus vinhos, por ser o primeiro a possuir esse reconhecimento e por se situar em uma área ícone quando se fala em produção e elaboração de vinhos no Brasil: a Serra Gaúcha.

4.3.2 A paisagem vitícola na Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos

O Georreferenciamento da área da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos realizado em 2015 fornece um parâmetro de análise que mostra (Imagem 68) a área de plantio de vinhedos nas múltiplas variedades e formas de condução do recorte geográfico em estudo. (MELLO; MACHADO, 2015b). Observam-se na cor cinza claro as grandes áreas urbanizadas que tangenciam o Vale dos Vinhedos e/ou sobre ele avançam.

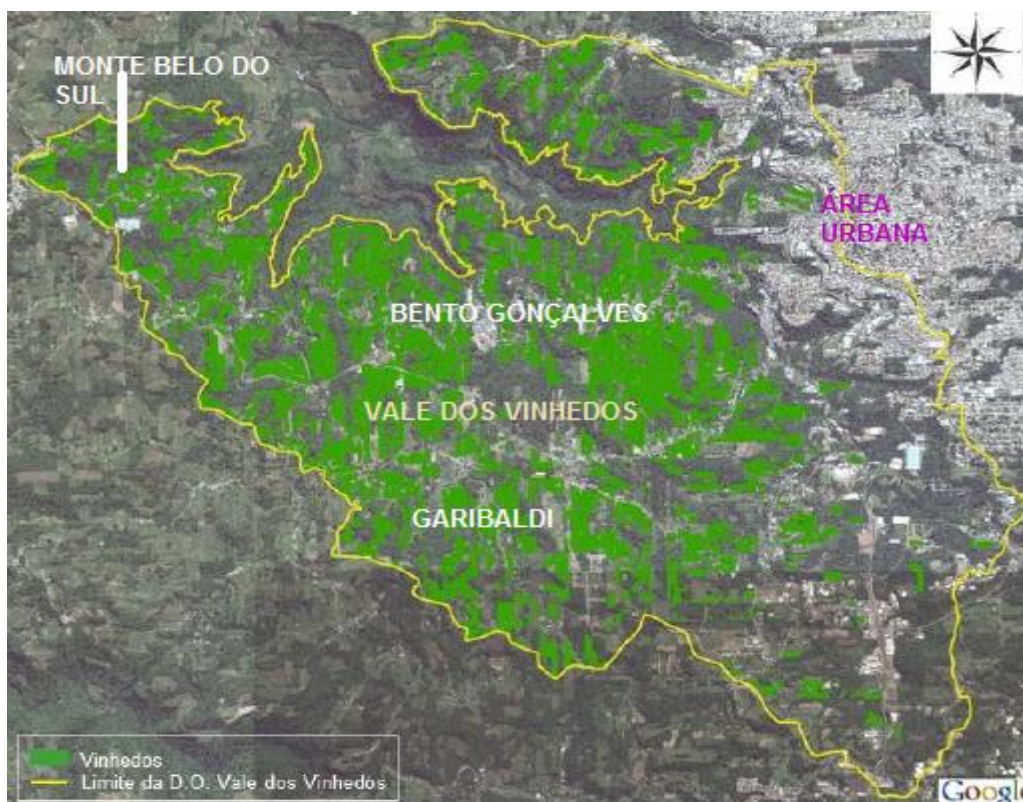


Imagem 68 – Na cor verde a presença de vinhedos no Vale dos Vinhedos e os municípios que o compõem.

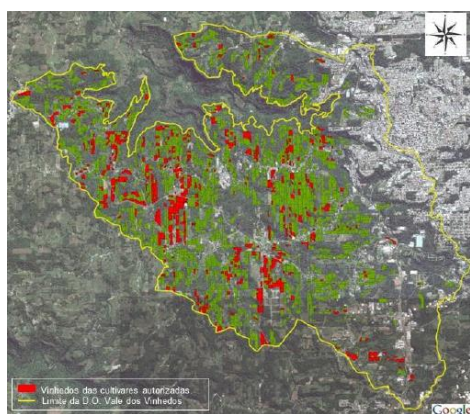
Fonte: Baseado em Mello e Machado (2015b).

O território do Vale dos Vinhedos com DO possui uma história construída ao longo de mais de um século, e a paisagem vitivinícola é o elemento norteador da identidade cultural desses lugares de produção e elaboração de vinhos. (PIANA GIORDANI, 2013, p. 159). O primeiro reconhecimento de Indicação Geográfica do ano de 2002 surgiu como um novo fator que auxiliou no posicionamento da produção vinícola dos vinhos de variedades *vitis viniferas*.¹¹⁷ Entretanto, no território essas variedades eram cultivadas pelos vinhateiros em vinhedos de condução em latada (históricos) para a elaboração de vinhos finos, principalmente os pequenos produtores, que mantêm a continuidade desse modo de produção com qualidade¹¹⁸ em seus vinhedos.

¹¹⁷ *Vitis vinifera*: Espécie do gênero *Vitis*, originária da Europa, que se constitui na espécie mais indicada para a produção de vinhos. (Tagliari e Campos, 2011, p. 547).

¹¹⁸ Para entender sobre a discussão recorrente na região da Serra Gaúcha, e principalmente no Vale dos Vinhedos, de que somente a condução em espaldeira produz uvas com qualidade. Por esse motivo, verificam-se as alterações na paisagem, através da reconversão dos vinhedos de latada (históricos) para espaldeira, conforme demonstrado neste capítulo. (Ver Imagens 72 e 73). Entretanto, pesquisadores afirmam que a condução em latada também fornece a produção de uvas com qualidade, tanto quanto a condução em espaldeira para a elaboração de vinhos finos. Para os pesquisadores, cada modo de condução, desde que adaptado ao território e com o manejo adequado, poderá produzir uvas com qualidade. (Piana Giordani, 2013, p. 168-171).

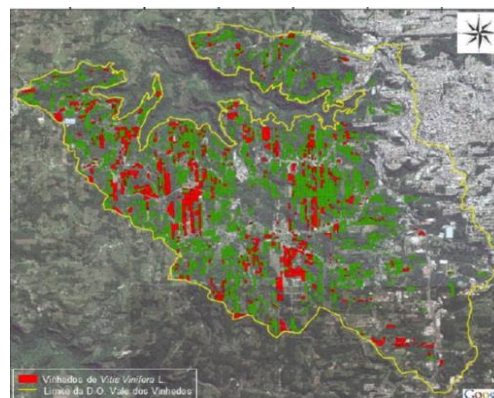
O Georreferenciamento do Vale dos Vinhedos (2015) mostra a distribuição das cultivares de *vitis vinífera* em vermelho, e a distribuição do plantio de *vitis Labrusca*¹¹⁹ na cor verde. (Imagens 69 e 70).



- Vinhedos *Vitis vinifera* -espaladeira
- Vinhedos *Vitis Labrusca* (históricos)

Imagem 69 – Vinhedos na DO

Fonte: Baseado em Mello e Machado (2015a).



- Vinhedos espaladeira autorizadas da DO
- Vinhedos em latada não autorizados DO

Imagem 70 – Vinhedos autorizados DO

Fonte: Baseado em Mello e Machado (2015a).

Entretanto, as cultivares de *vitis viníferas* (Imagem 69) não podem ser inseridas na DO se cultivadas em latada, mas são aceitas se o cultivo for seguido de acordo com o regulamento da DO (Imagem 70). Deste modo, o cultivo representado na cor verde pertence normalmente aos pequenos produtores, já que as vinícolas maiores¹²⁰ estão inseridas na DO (Imagem 70).

O Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul: 2013 a 2015 (MELLO, 2017), que avalia a dinâmica da produção vitícola no Brasil, faz o levantamento das áreas de produção e da quantidade de plantios em latada e espaladeira no Vale dos Vinhedos. Essa cadeia produtiva experimenta, cada vez mais, mudanças rápidas em sintonia com as variações do mercado e do perfil dos produtores rurais. Neste contexto produtivo, os dados do Cadastro Vitícola foram transformados em percentuais de produção de uvas para analisar os quantitativos (Imagem 71) de condução dos vinhedos em forma de latada (históricas) e espaladeira no Vale dos Vinhedos até o ano de 2015, que é a base formadora da paisagem vitícola:

¹¹⁹ *Vitis Labrusca*: Espécie do Gênero *Vitis nativa* da América do Norte. (Tagliari e Campos, 2011, p. 547).

¹²⁰ Ver em: www.valedosvinhedos.com.br.

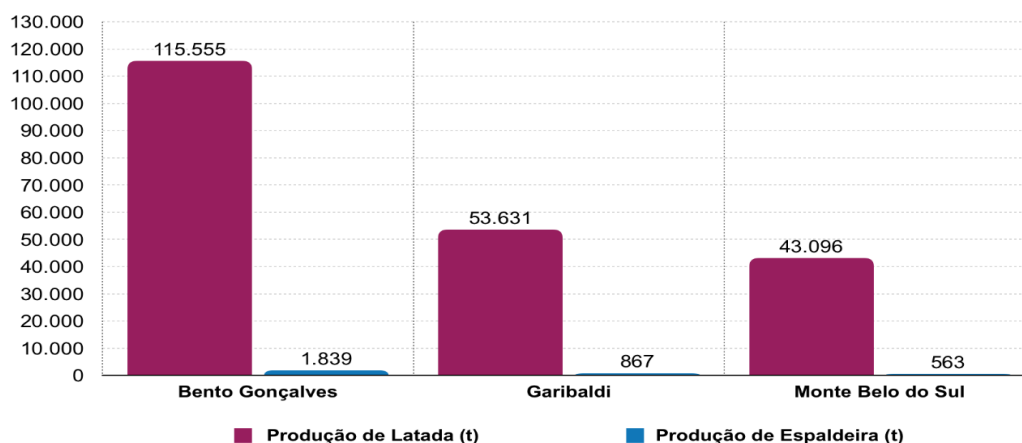


Imagem 71 – Relação entre a quantidade de cultivos em latada e espaladeira no Vale dos Vinhedos de 2013 a 2015.

Fonte: A autora, com base no Cadastro Vitícola 2013 – 2015. EMBRAPA (2017).

A análise foi realizada porque as paisagens rurais representam, além do fator produtivo, um fator ecológico que dá forma à economia rural, além de representar um legado do passado. (FERNÁNDEZ *apud* NOGUÉ, 2009, p. 332). Isso constitui um valor cultural que se estabelece na organização tradicional do espaço e configura o território no presente. O autor ressalta que esse legado corresponde a uma **herança cumulativa das civilizações, do espaço e da memória** (grifo nosso) que proporciona alterações quando esse patrimônio é entendido com um estorvo arcaico e funcional, adicionado ao sentido produtivo que não facilita a preservação. As paisagens rurais possuem a marca cultural com significados regionais, que é o caso da vitivinicultura na Serra Gaúcha, como referência da localização geográfica e histórica que define essas unidades do território e se firma numa marca de identidade do país.

O tensionamento entre a preservação da paisagem produtiva e/ou a adoção de uma nova paisagem para atender o reconhecimento da DO no Vale dos Vinhedos é uma realidade que o território vive nos últimos 30 anos, entre a preservação ou a supressão de videiras históricas. As alterações foram demonstradas na pesquisa anterior, da autora. Nela, demonstra-se a comparação entre as mesmas imagens do ano de 2013¹²¹ e de 2019. (Imagens 72 e 73).

¹²¹ A Imagem 72 consta na pesquisa de Mestrado da autora: Piana Giordani (2013, p. 157).



Imagem 72 – Reconversão de vinhedo, de latada para espaladeira, no Vale dos Vinhedos em 2013
Fonte: Piana Giordani (2013, p. 157).



Imagem 73 – O vinhedo em latada, reconvertido em espaladeira no Vale dos Vinhedos, com a supressão dos tutores vivos (plátanos)
Fonte: Fotografia da autora (2019).

Verifica-se pelos elementos abordados a diferenciação entre o Regulamento da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos¹²² em 2012 e a Normativa de Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos de 2002. Nesta havia a permissão da condução das videiras em forma de latada (histórico); já o Regulamento de uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos: Vinhos Finos Tranquilos e Espumantes especifica quanto ao sistema de condução dos vinhedos: “**Art. 3º. Dos Sistemas de Produção:** O sistema de sustentação autorizado para os vinhedos é exclusivamente em espaladeira.” (TONIETTO; ZANUS; FALCADE; GUERRA, 2013, p. 27).

A definição de pertencer à área da DO é de decisão do produtor, cujo Regulamento deve ser seguido.

¹²² Disponível em: <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/busca-de-publicacoes/-/publicacao/971632/o-regulamento-de-uso-da-denominacao-de-origem-vale-dos-vinhedos-vinhos-finos-tranquilos-e-espumantes>. Acesso em: jul. 2019.

Um fator que também contribui para as alterações da paisagem vitícola diz respeito ao percentual de terra disponível para novos vinhedos. Esse percentual no Vale dos Vinhedos não é elevado, reforçado pelo crescente aumento do valor da terra, que pode inviabilizar novos vinhedos e/ou a opção pela supressão das videiras.

Em um território com predomínio de cultivo vitivinícola com grande parcela ocupada por vinhedos, a supressão dos vinhedos conduzidos em forma de “*latada*” (históricos) é uma realidade, com a substituição do modo de condução. Essas ações conduziram alterações silenciosas da paisagem vitícola, cujas práticas dos saberes tradicionais de condução das videiras, do manejo, dos materiais locais no sistema de produção são relegadas ao esquecimento. Maderuelo (2010, p. 116) corrobora ao afirmar que a história do lugar se manifesta como paisagem, como conjunto de ações humanas que é transformado, modelado, marcado e pautado no território e lhe confere uma identidade própria que o diferencia dos outros lugares.

Neste contexto, a condução dos vinhedos em forma de *latada* apresenta-se como uma marca identitária desse território vitivinícola. As condições territoriais de cada lugar oferecem as possibilidades diferenciadoras e a resposta humana a essas possibilidades. As técnicas e maneiras de construir surgem como uma marca de “estilo” de condução que se torna uma ferramenta historiográfica. Isso redefine e transforma o território e assinala o caráter do lugar em um jogo de interações que adota uma fisionomia característica ao território, construindo uma paisagem.

No estudo sobre o perfil produtivo das vinícolas familiares do Vale dos Vinhedos e a preservação da tradição cultural produtiva, Palácios e Portugal (2012, p. 18-22) afirmam que é necessário aprofundar e dar incentivo às atividades de pesquisa interdisciplinar em Viticultura e Enologia, a fim de alcançar o objetivo de dar subsídios aos pequenos produtores que formam um conjunto plenamente capaz de enfrentar o exigente mercado atual sem perder o histórico de suas tradições. Os novos padrões da produção e elaboração de vinhos que a modernidade impõe na produção de vinhos de determinados varietais¹²³ também devem perpassar as questões de preservação do patrimônio cultural, da paisagem e do crescimento econômico.

¹²³ Os autores referem-se à imposição do mercado mundial de vinhos por novos varietais de produção, como, por exemplo, o Chardonnay, cujo vinho possui grande apelo econômico, em detrimento das varietais autóctones, de tradição familiar e do território produtor.



Imagem 74 – Vinhedos históricos em condução de latada – Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2019).

Neste contexto, a pressão sofrida pela preservação do patrimônio advém de vários âmbitos. De acordo com Lodoño (2017, p. 20):

Atualmente, a nova fé no crescimento econômico que, segundo parece, é a origem de todo o bem, nos convida a esquecer ou superar dilemas éticos; tudo que gerar algum tipo de obstáculo é esmagado sob as rodas do carro do crescimento econômico, e isso não exclui os habitats ecológicos, as estruturas sociais e os valores tradicionais. São cada vez mais frequentes casos (alguns bastante referidos, divulgados e discutidos) em que esse crescimento econômico se interpõe nos patrimônios cultural e natural.

Os casos do Santuário do Órix Árabe, em Omã, e o Vale do Elba, em Dresden, Alemanha, que foram eliminados da Lista do Patrimônio Mundial em 2007 e 2009, respectivamente, são exemplos claros do que muito certamente aumentará: os estados-membros e seus governos pesam as vantagens de proteger e conservar seu patrimônio ou de se render ao crescimento econômico: a corda sempre arrebenta do lado mais fraco...

Talvez seja prudente e oportuno pensar que essa ordem imaginada e as normas que reforçam a sustentação mundial dos patrimônios cultural e natural podem ter começado a ser solapadas e que sua estrutura principal também pode estar em risco de colapso; talvez ainda demore muitos anos para serem seriamente afetadas, mas vale a pena pensar nisso.

A paisagem, enquanto formadora de um potencial diferenciador que qualifica o tempo no segmento da vida humana, é o resultado da reciprocidade entre os espaços, as coisas e as práticas.

Neste cenário, Meneses (2017, p. 40) entende que no patrimônio e na paisagem não se justificam polaridades excludentes entre sujeito e objeto, utensílios e usuários, habitat e habitante e patrimônio material e imaterial. O autor aponta a interação da Constituição Federal de 1988 no Art. 216, que conceitua o patrimônio cultural brasileiro como “*bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]*”.

Além da retomada dos valores – históricos, arqueológicos, artísticos etc., as inovações trazidas pela Constituição são, para o autor, contribuições preciosas cuja matriz do valor cultural passa do Estado para a sociedade. Em substituição ao Decreto-Lei nº 25/1937, segundo o qual o tombamento é que instituía o patrimônio nacional, agora é a sociedade e seus “grupos formadores” (associações e outros) que reconhecem e estabelecem o patrimônio cuja identidade, ação e memória é alimentada e alimenta determinados bens materiais ou imateriais, indistintamente. O autor também ressalta o importante papel da sociedade para com a preservação de seu patrimônio cultural, cuja paisagem nele se inclui, resultado do tempo e de ambiências dos indivíduos presentes nesses territórios.

O cenário discutido por Meneses corrobora, conforme foi apontado neste capítulo, na declaratória do Vale dos Vinhedos como Patrimônio Histórico Cultural do Rio Grande do Sul, que não possui força de lei enquanto a sociedade local não tomar a iniciativa para com a preservação da paisagem e de seu patrimônio cultural.

Delphim (2013, p. 13), arquiteto urbanista e técnico do IPHAN, entende em sua *Análise da Paisagem Cultural da Região de Bento Gonçalves – RS* que o município deveria dar maior atenção ao patrimônio cultural da região e adotar uma postura mais clara e concentrada para a defesa e a salvaguarda. O autor ressalta que é surpreendente a diversidade e riqueza cultural dessa região. Os imigrantes italianos não apenas preservaram as manifestações desaparecidas em seu país de origem como introduziram e adaptaram a um mundo “*completamente novo diversos saberes e modos de fazer híbridos não apenas à terra e à cultura que aqui encontraram, como também à de outros imigrantes da região*”.

4.3.3 A paisagem vitícola e os fatores naturais e humanos na Denominação de Origem

Os fatores humanos são vistos como um dos componentes formadores dos territórios reconhecidos nas Indicações Geográficas mundiais e no Regulamento de Uso da Denominação de Origem – Vale dos Vinhedos. Entretanto, nem sempre esses elementos são suficientemente claros quanto ao valor da identidade e da singularidade e quanto à importância da cultura local como portadora dos referenciais da formação da paisagem e do patrimônio cultural, assim como a necessidade de preservação. Neste sentido, a pesquisa traz o debate para entender se a cultura nos fatores humanos se insere como marca do território e da paisagem vitivinícola.

O Regulamento de Uso da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos estabelece:

As indicações geográficas geram produtos a partir de uma coletividade de produtores de uma área geográfica delimitada. Tal produção, vinculada a este espaço, no qual há um saber coletivo de interações entre o meio físico e biológico identificado e as práticas vitivinícolas utilizadas, confere características distintas aos produtos originários deste espaço, caracterizando o conceito de terroir vitivinícola, conforme define a Organização Internacional da Uva e do Vinho - OIV. **O terroir inclui também características específicas de solo, de topografia, de clima, da paisagem e da biodiversidade** (grifo nosso).

Os vinhos da D.O. Vale dos Vinhedos possuem características e qualidades que são devidas ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e os fatores humanos. Este saber coletivo de produção e identidade regionais se materializa no Regulamento de Uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos, que norteia a produção e a colocação no mercado de produtos originais, constituindo-se num compromisso dos produtores – representados pela Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE, para com os consumidores. É através da associação que é exercida a governança deste terroir e da proteção da propriedade industrial conferida pela denominação de origem reconhecida. (TONIETTO; ZANUS; FALCADE; GUERRA, 2013, p. 7).

Nos últimos 30 anos, a paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos vem sofrendo alterações (Imagens 73 e 74) em sua configuração por diferentes motivos, entre eles a modificação do modo de condução das videiras, e/ou a supressão das videiras históricas. Neste contexto em que se inserem os fatores humanos no território e na paisagem, segundo Mata Olmo e Tarroja (2006, p. 29), o caráter da paisagem (latada) é o resultado da inter-relação dos fatores naturais e humanos; é uma síntese das principais características expressas no território, que vão além dos fatores geográficos, mas possuem a importante tarefa de determinar e caracterizar as

técnicas, os saberes que convergiram na construção da paisagem produtiva e seu reconhecimento.

Mata Olmo e Tarroja (2006) ainda destacam que o “caráter” é a marca que se imprime em algo, como na paisagem, que na configuração formal é a marca da sociedade sobre a natureza. A marca é o sinal de caráter distinto em cada paisagem. Deste entendimento parte **a configuração da paisagem como patrimônio** (grifo nosso), fato que a aproxima tanto hoje das políticas de paisagem e do patrimônio cultural. A referência e as relações entre os fatores naturais e humanos incorporam implicitamente o caráter dinâmico em cada paisagem, e deste modo a necessidade de se considerar o tempo, histórico e recente, assim como o entendimento da diversidade da paisagem e as propostas para sua gestão. **O tempo histórico impresso na paisagem é um componente fundamental para os territórios produtivos** (grifo nosso), que contribuem de maneira decisiva para sua interpretação, atribuem o valor patrimonial por todos os documentos que as paisagens expressam e se tornam um livro aberto da história do território que fundamenta a memória de cada lugar. (SCHAMA, 1995 *apud* MATA OLMO, 2011).

No entendimento de Casabianca, Sylvander, Noël, Béranger, Coulon e Roncin (2005, p. 12), as relações sociais que se expressam em torno de um produto (nesta tese, relacionou-se com o vinho) ajudam a dar sentido a ele e, portanto, no reconhecimento de sua originalidade, que é apreciada pelo grupo humano de referência baseado no conhecimento desenvolvido e capitalizado ao longo do tempo que remete por um lado a uma leitura seletiva do passado, e por outro a uma seleção criteriosa de identificação. Baseia-se na escolha de características a serem retidas pelo grupo humano de referência, pressupõe a gênese da tipicidade e garante seu reconhecimento ao longo do tempo.

Ainda para os autores, *terroir*¹²⁴ é analisado como uma área geográfica definida, onde uma comunidade humana construiu no curso da história um conhecimento intelectual coletivo da produção que se baseia em um sistema de interações entre um ambiente físico e biológico, em um conjunto de fatores sociais e técnicos envolvidos que revelam uma originalidade singular, confere tipicidade e gera uma reputação dos produtos desse território, considerado como a base onde se desenvolvem as interações entre elas a paisagem. Ao mesmo tempo, os autores assinalam que **as**

¹²⁴ Ver Capítulo 3 nesta tese.

características culturais não devem ser negligenciadas, porque tanto a cultura técnica como a cultura gastronômica devem ser levadas a sério. (grifo nosso). As relações sociais que se expressam em torno de um produto ajudam a dar sentido a ele.

Neste cenário, vários fatores estão envolvidos na construção de uma IG ou Denominação de Origem. No setor de produtos comestíveis, segundo Carduza, Champredonde e Casabianca (2016, p. 24), implica identificar a existência, nos produtos, de uma determinada particularidade específica que identifique um perfil sensorial de um alimento típico que estabelece um vínculo entre a qualidade específica, em consonância com o território produtor. Esta particularidade define as características que lhes são próprias e os diferenciam de outros produtos similares, cujo reconhecimento se dá pelo fator humano de identidade desses indivíduos, que lhes dá referência e pertencimento através dos saberes que permitem determinar e identificar as características de tais produtos.

Champredonde (2012 *apud* CHAMPREDONDE; CASABIANCA, 2017, p. 85) explica que a tipologia que se orienta para delimitar categorias de alimentos com IGs considera que o grupo humano de referência pode ou não estar localizado, e que define deste modo a ancoragem com a comunidade local, fundeado no território ou ancorado na cultura desses imigrantes (italianos, franceses, alemães...). Neste caso, o autor considera que **a influência da cultura migrante** (grifo nosso) continua sendo mais forte do que a cultura do território de destino. Considera-se também a presença de uma qualidade particular para um mesmo produto; seguindo essa tipologia, os produtos ancorados no território e com singularidade particular, com tipicidade territorial, podem ser diferenciados mediante uma IG ou DO.

O vinho é o reflexo do território produtor, da cultura, da identidade, dos hábitos, ritos, costumes do cotidiano dos produtores, do modo de condução e manejos das videiras ao longo do processo produtivo, dos materiais utilizados, da arquitetura e tudo o que dá sentido ao produto final: o vinho.

Os fatores naturais e humanos refletem na região de Bento Gonçalves – RS a diferenciação do território vitivinícola. De acordo com Delphim (2013, p. 54), mesmo um leigo pode identificar de imediato os valores singulares da atividade vitícola da região em âmbito nacional e mundial. As singularidades da região *“reúnem o patrimônio genético trazido da Itália, já ali enriquecido por diferentes raízes étnicas à*

tecnologia romana e italiana, que foi adaptada e enriquecida pela experiência cotidiana desenvolvida por mais de um século no Novo Mundo”.

Para Delphim (2013, p. 54), sem cessar de acompanhar os modos de fazer europeus, os imigrantes da região criaram técnicas exclusivamente regionais para o plantio e a elaboração do vinho, formas peculiares de arquitetura e de bens móveis relacionados com a vida rural em geral e à vitivinicultura em particular, preservando o caráter sagrado das práticas cotidianas. Isso representa “*uma síncrese de saberes milenares do Velho Mundo, e enriqueceu-se com a invenção e a descoberta de modos de fazer exclusivos do território cultural vitivinícola da Serra Gaúcha*”. Neste escopo, finaliza o autor, poderia ser solicitada em nível mundial uma declaratória de Patrimônio Cultural dessa região.

No recorte em estudo, como em outros territórios vitícolas, o reconhecimento das IGs é na atualidade a base estruturante e de diferenciação da produção vitícola que dá valor ao produto. Deste modo, devido à concepção e à abrangência desses reconhecimentos (IGs), eles também se refletem na legislação dos municípios no que diz respeito às Políticas Públicas Urbanas. O Plano Diretor¹²⁵ é uma dessas políticas e, por sua vez, pode estabelecer em sua concepção de planejamento, ordenamento e direcionamento do uso do solo a proteção da paisagem rural e do Patrimônio Cultural presente no território.

No contexto de Área Geográfica compartilhada, Dupim (2015, p. 24) entende que, na dinâmica do desenvolvimento, o local passa a ter um papel central, onde a mobilização dos recursos materiais e imateriais do espaço proporciona vantagens comparativas que podem ser determinantes para o sucesso de políticas de desenvolvimento local. Assim, a importância de compreender a natureza do vínculo de um produto com o grupo humano, a cultura que o produz com seu território e o estímulo para qualificar tais produtos. (CHAMPREDONDE, 2016, p. 1-24). O autor entende que a qualificação de um produto ou apreço, como qualidade, ocorre baseada em critérios que são acordados no marco dos valores e representações comuns inseridos em um processo de qualificação, considerados como construções sociais. Deste modo manifestam-se os selos de qualidade dos produtos que destacam seus

¹²⁵ A atuação do Plano Diretor sobre o território e a paisagem será refletida nessa pesquisa no Capítulo 5.

vínculos com a origem de produção, tais como as Indicações Geográficas qualificadas ou marcas coletivas.

Ainda para Dupim (2015), os produtos são sustentados por um determinado “substrato”, que pode ser entendido como uma determinada cultura ou território. A aproximação do fenômeno físico da imersão (o lugar de localização) permite observar a possível relação entre o território e a cultura, que gera um produto e sua qualidade.

4.3.4 O patrimônio cultural e a paisagem na Denominação de Origem: uma ferramenta de valorização

O patrimônio está mudando, afirmam Bérard, Marchenay, Casabianca (2005, p. 98). Essa definição geralmente está associada ao ato de herdar e perpetuar, que implica na transmissão e leva objetos e práticas a uma mudança de status, de função e de uso. O patrimônio vai além da arquitetura, lugares e objetos, mas também alimenta a história dos homens e sua memória refletidas na paisagem. Está ligado ao reconhecimento comum dos grupos sociais, objetos, lugares, sistemas de signos, valores próprios, no coração da construção de sua identidade social. (RAUTENBERG, 2003, 1997 *apud* BÉRARD; MARCHENAY; CASABIANCA, 2005).

Os produtos agrícolas e alimentícios reconhecidos fazem parte desse escopo, que remete para a noção da cultura local, intimamente relacionada com um lugar. Para o autor, há uma relação do patrimônio com as Indicações Geográficas e as produções do solo que resulta na paisagem; é uma construção social; eles formam uma herança ativa a ser moldada continuamente, mas que reflete a capacidade de construir juntos, projetar coletivamente e no futuro reconhecer um ao outro compartilhando a identidade.

As técnicas utilizadas nos modos de condução das videiras (como a latada) tecem estreitas ligações com a cultura; é uma das bases de sua especificidade, que faz emergir o patrimônio, o biológico, o cultural, apresentando-se como um lugar de articulação desses polos na ligação entre o tempo: passado, presente e futuro. A herança cultural no tempo entrecruza-se com as práticas e com os lugares e assume diferentes formas na relação com o espaço. O tempo pode ser variável de acordo com o caso, para espalhar-se ao longo de vários séculos ou algumas décadas de acordo com a história. Mas a anterioridade que dá sentido ao lugar é real, está ligada à

memória coletiva transmitida, diretamente associada à sua dimensão patrimonial. (BÉRARD; MARCHENAY, 2004).

A definição de condições de produção associadas aos processos de reconhecimento e proteção da origem geográfica dos produtos desempenha um papel singular. Bérard, Marchenay e Casabianca (2005, p. 102) entendem que as práticas do conhecimento local são levadas em conta, assim como as dificuldades inerentes de uma codificação da cultura, diante das diversidades locais que se apresentam. Sua inscrição de reconhecimento é precedida pela anterioridade da existência de práticas coletivas. Codificar práticas locais leva frequentemente ao confronto do conhecimento que foi construído a partir da experiência adquirida e da observação. Entretanto, elas coexistem como conhecimento científico que penetra mais ou menos de acordo com os setores de atividade. Para os autores: “*Não é o passado que produz o presente, mas o presente que molda seu passado.*”

Neste âmbito, a leitura seletiva do passado, segundo critérios culturalmente significativos, pode colocar-se em perspectiva com a evolução dos usos e como ato de transmitir e, mais amplamente, com a herança, que carrega um conhecimento efetivo, mas também de significado e identidade. (SIGAUT *apud* CHEVALLIER, 1991 *apud* BÉRARD; MARCHENAY; CASABIANCA, 2005, p. 103). Ele contém elementos sutis para indicar o que Jeudy (1990 *apud* BÉRARD; MARCHENAY; CASABIANCA, 2005) entende por ativos intangíveis como know-how e estilo, que constituem um importante lugar na reprodução de sinais distintivos, como a paisagem vitícola de um território.

Tem-se demonstrado que o reconhecimento do território com Indicação Geográfica (IG) ou Denominação de Origem (DO) não é apenas um problema agrônomo. Vincent (2018) informa que é também cultural, pois reflete a própria imagem que se tem do produto por um lado, e do território de outro, resultado de pesquisas que demonstram a ampliação da noção de lugar com produção reconhecida. A porção do território que é o objeto da delimitação (DO), segundo o autor, **não é apenas caracterizada por fatores físicos, mas é também a base dos aspectos culturais como o saber fazer, tradições, técnicas, história, que são suas e específicas da cultura dos produtores vitivinícolas.** (grifo nosso).

O conhecimento compartilhado é intransponível; é o resultado do confronto dos homens nesse ambiente particular ao longo do tempo. Os fatores físicos e humanos específicos do local interagem constantemente e é impossível analisá-los sem

ressoná-los. “É a esse apreço que a compreensão de um terroir se direciona.” (VINCENT; WANG; MILEWSKA; WAN; YANG; SWAIL, 2012 *apud* VINCENT, 2018).

No estudo das qualidades do lugar das Denominações de Origem, ao questionar se o método francês de DO é bem sucedido e estabilizado e se o atual método domina todas as facetas e toda a riqueza de um lugar durante o trabalho de delimitação, Vincent (2018) conclui que seria ousado afirmar isso, porque ainda há lacunas a serem preenchidas no trabalho de delimitação do INAO¹²⁶ – *Institut National de L’origine et de La Qualité*.

Ainda para Vincent (2018), um assunto que merece ser aprofundado é o fenômeno da construção de uma identidade coletiva em torno de uma produção emblemática e seu lugar de origem. Além do fenômeno “terroir”, no sentido de “*uma comunidade humana em um determinado lugar, desenvolvendo um saber fazer apropriado a esse local*”, é fácil perceber que as identidades se desenvolvem com ou sem a referência a um produto, mas que estrutura as comunidades locais e os territórios que eles ocupam. Para o autor, **muito das IGS reconhecidas são um reflexo desses fenômenos identitários, às vezes desconsiderando as realidades da geografia física e humana ou das variedades de uvas.** (grifo nosso). O futuro funcionamento da revisão das delimitações será a ocasião para aprofundar ainda mais a complexidade da noção de lugar, “**que não podemos mais limitar ao seu componente agrônomico, mas devemos considerar no futuro sua dimensão cultural: know-how, história, identidades...**” (grifo nosso).

A tese entende que o reconhecimento do território vitivinícola com Indicação Geográfica¹²⁷ (2002) e Denominação de Origem (2012) do Vale dos Vinhedos é um fator positivo; entretanto, as políticas que agem sobre esse território estão

¹²⁶ Cabe ao INAO na França a Identificação Geográfica Protegida (IGP) de produto agrícola, cru ou processado, cuja qualidade, reputação ou outras características estão relacionadas a sua **origem geográfica**. A IGP aplica-se aos setores agrícola, agroalimentar e vitivinícola. Para o vinho, todas as operações realizadas desde a colheita da uva até ao final do processo de elaboração do vinho são realizadas na zona geográfica considerada. A IGP pode basear-se na reputação do produto, que é entendido no sentido de um forte reconhecimento do público num dado momento, e que deve estar associado a um saber-fazer ou a uma determinada qualidade atribuível à origem geográfica. (Disponível em: www.inao.gouv.fr. Acesso em: 25 abr. 2019).

¹²⁷ A Indicação Geográfica é um reconhecimento da produção vitícola conferido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Ver: <http://www.inpi.gov.br/>. De acordo com esse Órgão Federal, não é conferida uma Certificação do TERRITÓRIO, mas o RECONHECIMENTO da produção vitícola, porque o INPI não possui poder de fiscalização posterior ao reconhecimento. (Dados levantados em entrevista concedida à autora em 15 de maio de 2017 pelo funcionário Luis Cláudio de Oliveira Dupim).

desassociadas de um interesse coletivo, no sentido de envolver os municípios que formam a área da DO.

Os aspectos culturais do território em estudo estão subentendidos no modo e do tipo de plantio, no tipo de amarração, na sustentação dos parreirais com tutores vivos, no uso de quebra-ventos e condução das videiras, na utilização dos muros de pedras tanto na sustentação dos parreirais quanto na divisão das propriedades, nas características construtivas típicas da região, nos usos, costumes, tradições e na gastronomia. Ao longo do tempo e de gerações, esses elementos estabeleceram relações e padrões produtivos locais adequados ao lugar, ao clima e aos materiais disponíveis cujo conjunto resulta na paisagem e na singularidade do território produtivo.



Imagem 75 – Muros de pedra para auxiliar na sustentação das videiras no Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 76 – Vinhedos antigos com sustentação de madeira, tutores vivos e estirador de madeira no Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 77 – Estirador de madeira

Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 78 – Tutores vivos no Vale dos Vinhedos

Fonte: Fotografia da autora (2019).

4.3.5 VINHO: O sabor, o território, a qualidade e a dimensão da história

Países, principalmente os europeus, são identificados por sua produção vitivinícola milenar. Na França, uvas para vinho são historicamente uma das maiores empresas agrícolas que, juntamente com os vinhateiros, foram o primeiro grupo de produtores a perceber as possibilidades inerentes da ligação entre sabor, lugar e qualidade. As classificações de vinho da Região de Bordeaux de 1855 são consideradas a primeira tentativa dos envolvidos na produção de vinho e vendas para promover a qualidade de vinhos por seu local de origem. A Exposição Universal de Paris, em 1855, realizou essa classificação, e sua ampliação se deu no final do século XX, em um movimento sociopolítico para proteger os produtos agrícolas que culminou com a fundação do Institut National des Appellations d'Origine na década de 1930. (TRUBEK, 2009, p. 26).

Essas ações nos tempos atuais possuem correlação com a paisagem vitícola dessas regiões e das Denominações de Origem, ao mesmo tempo em que os produtores podem manter para si o controle e o regulamento do saber fazer.

No período de 1890 e 1914, as delimitações controladas francesas elaboraram uma genealogia começando pelo vinho *champagne*, aliado aos interesses concorrentes dos vinhateiros e do mercado. Mesmo naquela época, o *champagne* era uma bebida dotada de valor simbólico e capital cultural e tornou-se uma marca

nacional para um mercado internacional por esses valores. Entretanto, o elevado status do vinho *champagne* entre a burguesia internacional não contribuiu para a melhoria de vida dos trabalhadores, mas muito para ameaçar sua identidade, e a resposta foi ligar com o *terroir* como um produto único. Então, voltaram-se às raízes agrárias para criar a proteção do lugar e dos produtos e situar a história do *terroir*. (TRUBEK, 2009, p. 28).

Neste contexto, a autora entende que os sistemas franceses de Appellation d'Origine Contrôlée (AOC) e da gestão do *terroir* são para o INAO a opção que o sistema AOC fornece como uma ferramenta que as regiões em crescimento podem usar para aproveitar plenamente seus recursos que visam valorizar as especificidades e as características dos territórios e de cada *terroir*, para proteger as possibilidades agrícolas em uma Área Geográfica.

De acordo com Trubeck (2009, p. 30-31), o reconhecimento dos produtos pela AOC pode ser um instrumento genuíno para administrar e apoiar o território, mas seu funcionamento depende do envolvimento também do consumidor, para que reconheça a superioridade de um produto fortemente identificado e queira adquiri-lo. Essas ações favorecem a ação do *terroir* sobre os produtos e constituem um elo entre o lugar e o gosto dos produtos. Este regramento e os regulamentos da AOC possibilitam aos viticultores manterem para si o controle do conhecimento, do saber fazer e do poder, assim como as leis AOC protegem tanto os elementos naturais como os humanos envolvidos na criação desses alimentos e vinhos distintos, ao mesmo tempo em que possibilitam aos agricultores “reivindicações de direito” sobre a produção e apoio do governo.

Ainda, Trubeck (2009) destaca que a implementação do sistema AOC garantiu que a comida e o vinho na França poderiam permanecer, e permaneceriam, conectados ao lugar de origem. Ao discutir esse assunto, a autora traz à tona a preocupação francesa com a memória, a identidade e a herança em muitas áreas culturais – incluindo culinária, mas também museus e patrimônios. Vários cientistas sociais concluíram sobre a valorização das práticas para um certo tempo e lugar.

O território delimitado com o reconhecimento de uma Denominação de Origem é, para Vincent (2018, p. 4), **um testemunho da caracterização não somente dos fatores físicos, mas é também o foco do saber fazer, das tradições, técnicas e história que são pertinentes ao território e aos modos de cultivo.** (grifo nosso). É

um conhecimento compartilhado e intransponível. Neste sentido, os fatores físicos e humanos específicos do lugar interagem e é impossível analisá-los sem percebê-los.

4.3.6 Contrapontos e desafios da Denominação de Origem

Um território vitícola com o reconhecimento da DO enfrenta múltiplos desafios em sua implementação, na manutenção e na abrangência dessa proposta. Neste sentido, as pesquisas voltam-se para a análise desses territórios, cujo patrimônio cultural é o elemento estratégico para o desenvolvimento territorial. Tal âmbito foi analisado por Cerdan, Souza e Flores (2009, p. 311) como proposta para o desenvolvimento do Projeto do Vale dos Vinhedos, implementado em 1995 com a criação da Área Geográfica, baseado na utilização do patrimônio cultural como elemento de transformação social e econômica, cujo território possui uma trajetória distinta de desenvolvimento, amparada em uma estrutura de agricultura familiar formada por imigrantes italianos e seus descendentes.

O reconhecimento do Vale dos Vinhedos no ano de 2002 como a primeira IG de vinhos do Brasil gerou novos contornos no território. Nesse contexto, os autores observam que houve o incremento na renda dos produtores, mas predomina a visão mercantilista na formação do território que pode levar à perda de sua capacidade de mobilização pelo enfraquecimento das relações sociais locais. Os novos modelos de desenvolvimento territorial não eliminam os riscos de uma valorização descontrolada da cultura e uma padronização dos projetos culturais, ao mesmo tempo em que, assinalam os autores, o êxito da proposta poderá causar um excedente de população, o aumento do valor da terra e a exclusão da população local.

Com esses resultados, os autores propõem que, nas futuras pesquisas, se enfatize a questão das políticas públicas para promover o desenvolvimento do território com base na avaliação dos produtos culturais, para dar ênfase ao papel fundamental das organizações locais e regionais e contribuir com a criação de novas políticas e formas de ações públicas. (CERDAN; SOUZA; FLORES, 2009, p. 317).

A IG enquanto estratégia para o desenvolvimento territorial é, segundo Dallabrida (2015 *apud* DENARDIN, 2016, p. 61), um selo que reflete o enraizamento do produto no território. Este é resultado do saber fazer coletivo, da representação dos elementos identitários, da cultura, das tradições e das técnicas utilizadas pelos

indivíduos que habitam o território. Denardin (2006, p. 63) destaca que a criação de dispositivos como os selos de qualidade fornecidos pelo reconhecimento nas IGs está relacionada à capacidade dos atores locais de criar mecanismos institucionais coletivos capazes de regular o uso dos recursos do território e os benefícios obtidos. O autor também analisa a experiência do Vale dos Vinhedos, que é conhecida como uma “vitrine” das IGs brasileiras e pode ser seguida por outros territórios interessados em valorizar a tipicidade de seus produtos.

Segundo Froehlich (*apud* DENARDIN, 2016, p. 63), esse território está ligado diretamente à identidade dos imigrantes italianos que se estabeleceram na região ocupando pequenas propriedades, iniciando deste modo o cultivo da videira e a elaboração de vinhos. Neles estão presentes saberes, tradições e costumes compartilhados por gerações, assim como singularidades naturais do clima e do solo. Essas condições favoráveis e o fácil manejo permitiram o cultivo abundante de uvas rústicas ou americanas¹²⁸ que se desenvolveram de forma positiva nos primeiros cultivos da vitivinicultura na Serra Gaúcha.¹²⁹

Entretanto, o reconhecimento da IG no território e a opção individualizada de aderir ou não, avaliam Froehlich, Dullius, Louzada e Maciel (2010), podem abranger parte dos produtores e, ainda, a valorização do produto. Neste sentido, de acordo com os autores, existe inclusive uma forte desconfiança por parte de expressivos setores de que as IGs promovem o desenvolvimento de caráter excludente, para favorecer grupos socioeconômicos privilegiados do agronegócio em função do tipo de mercado que permitem acessar.

Na pesquisa sobre IGs e estratégias para o desenvolvimento territorial, Cerdan (2013, p. 126-131) entende que o conceito de uma Indicação Geográfica é valorizar as particularidades de diferentes produtos, de diferentes regiões, assim como criar um fator diferenciador para o produto e o território, que apresenta originalidade e características próprias. No Brasil, a proteção dessas características é assegurada pela Constituição Federal de 1988, que propõe a proteção e o registro dos bens culturais, materiais e imateriais. A salvaguarda desses bens patrimoniais é implementada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

¹²⁸ Americana: variedade de uva americana, mesmo que Isabella. (Tagliari e Campos, 2011, p. 32).

¹²⁹ Ver: Cap. 3. A imigração italiana no Rio Grande do Sul e sua relação com o vinho. (Piana Giordani, 2013, p. 68-91).

Assim, o reconhecimento de uma IG pode induzir a abertura e o fortalecimento de atividades e serviços complementares relacionados à valorização do patrimônio, à diversificação de ofertas turísticas e à ampliação das ofertas de enoturismo. Essas ações permitem considerar relações possíveis entre a produção (IG) e o desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente. As novas atratividades do território com a DO podem também traduzir-se, com frequência, por um aumento no valor das terras agrícolas da região, cuja valorização na Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos, Serra Gaúcha, foi da ordem de 200% a 500%. (LOCATELLI, 2006, 2008 *apud* CERDAN, 2013, p. 130).

O economista do vinho Mike Veset (2019) entende que o sistema de Denominações de Origem do Velho Mundo¹³⁰ está sob ataque e precisará mudar para sobreviver, em razão do sistema de regras que restringem as variedades tradicionais de uvas para a produção, os componentes e proporções de mistura, práticas vitícolas e outros fatores determinados na Denominação de Origem. As AOCs da França, DOCs italianos, DOs espanhóis etc. evoluíram essencialmente como estruturas de proteção baseadas na experiência da Região de Champagne – França, que estruturou o modelo para o sistema atual.

Deste modo, de acordo com Veset (2019), para não se tornarem irrelevantes ou contraproducentes, os padrões da AOC precisam evoluir e adaptar-se às mudanças climáticas. O autor afirma ainda que o mercado atual dá maior valor aos vinhos que quebram regras, que representam uma mudança de mentalidade,¹³¹ elaborados por produtores empreendedores que buscam novas oportunidades e quebram paradigmas para obtê-los. Uma delas é a valorização do território, assim como a utilização de variedades que melhor se adaptam às mudanças climáticas e não estão arroladas na legislação atual da AOC.

O reconhecimento das IGs diz respeito ao importante universo agroalimentar, principalmente do vinho, ao mesmo tempo em que não faltam problemas de

¹³⁰ **Velho Mundo:** Esta expressão é utilizada para designar os vinhos fabricados na França, Itália, Portugal, Espanha, Áustria, Alemanha, Grécia, Hungria, Israel, Romênia, Eslováquia, Croácia, Chipre, Suíça, Inglaterra e Macedônia. Esses países possuem uma longa tradição no segmento vinícola, até hoje utilizam técnicas manuais no cultivo das uvas, e os produtores utilizam o conceito de '*terroir*' em suas bebidas, termo usado para designar um produto como original de uma determinada região, o que vem estampado na garrafa. Por exemplo: um vinho Bordeaux é um vinho que foi feito no *terroir* de Bordeaux, no sudoeste da França. (Disponível em: <https://sonoma.com.br/explorar/glossario/velho-mundo>. Acesso em: 5 jun. 2019).

¹³¹ Como a produção de vinhos biodinâmicos e a valorização da paisagem e da cultura do território. Ver Capítulo 3.

concorrência e usurpações, e por este motivo as IGs na comunidade europeia são protegidas. Elas representam uma questão crucial no nível global, mesmo com as negociações internacionais em andamento e mesmo que os acordos TRIPS de 1994 os reconheçam, admitindo sua legitimidade internacional, assim como reconhecem as controvérsias existentes. (CASABIANCA; SYLVANDER; NOËL; BÉRANGER; COULON; RONCIN, 2005).

A Denominação de Origem é definida pela Convenção de Lisboa (1958) idêntica à da IGP – Indicação Geográfica Protegida a nível europeu (no Regulamento 2081 de 1992); nesse âmbito não aparecem as noções de “terroir” e de “tipicidade” porque, para a organização francesa responsável pelo reconhecimento das IGPs, o INAO – Instituto Nacional de Origem e Qualidade de controle e proteção desde 1935 para os vinhos, e de 1990 para outros produtos, considera esses termos como presentes e centrais.

Para Casabianca, Sylvander, Noël, Béranger, Coulon e Roncin (2005), a palavra “tipicidade” foi estabelecida para distinguir “qualidade”, que faz com que os vinhos da mesma safra tenham uma qualidade especial em relação aos demais. É neste âmbito que a *Appellation d'Origine Contrôlée* – AOC utiliza a noção de terroir para dar forma à complexidade das interações entre o homem e seu ambiente.

4.4 Uso e preservação das paisagens vitivinícolas reconhecidas pela UNESCO: o valor a partir da expressão cultural

As paisagens vitivinícolas reconhecidas pela UNESCO por seu valor cultural diferenciam-se das demais com selo de “qualidade e singularidade”. Por si só, essa ação dá notoriedade e maior visibilidade ao território e valoriza sua paisagem e o entorno. Neste contexto, a pesquisa traz estudos de autores que analisam como se procedeu a continuidade da produção e a preservação do patrimônio cultural dessas paisagens, muitas delas com o reconhecimento de Denominação de Origem dos vinhos: Cinque Terre possui a Denominazione d'Origine Controlata – DOC; Tokaj possui a proteção da Protected Designation of Origin – PDO; e Saint Emilion possui a *Appellation d'Origine Contrôlée* – AOC. Cada país possui uma nomenclatura própria para a Indicação Geográfica.

4.4.1 Paisagens vitivinícolas de Tokaj – Hungria, Saint-Emilion – França e Cinque Terre – Itália

Essas paisagens culturais vitivinícolas foram reconhecidas pela UNESCO entre os anos de 1997 e 2003. Localizam-se em diferentes países e possuem situações paisagísticas contrastantes, pelos vários elementos que as compõem. O valor da paisagem e/ou o reconhecimento da produção vitivinícola fundamentam na atualidade um discurso de sustentabilidade, a continuidade de produção e a proteção do patrimônio cultural. Essas indagações são temas atuais cujo pano de fundo delinea as paisagens associadas a políticas de proteção e inscritas em “paisagens culturais” como Patrimônio Mundial da Humanidade, programa implementado pela UNESCO desde 1992.

Para obter a inscrição de uma paisagem, os Estados interessados fornecem provas de seu “valor universal excepcional”, que são sempre geradas pela exposição e narrativa histórica que associam a este bem uma origem, duração, possivelmente “autores” e gestores. (BRIFFAUD; DEVASSE, 2012). Os registros são capazes de gerar a construção de narrativas paisagísticas simbólicas cujos projetos orientam para a sustentabilidade, ou seja, baseados numa gestão de temporalidades socioecológicas. A principal vantagem da paisagem reside na capacidade de unificar potencialidades e servir de apoio em torno da narrativa de histórias renovadas das identidades territoriais locais. Os autores entendem que elas aparecem como o possível lugar, a recomposição e a legitimação simbólica dos bens comuns, reordenados em torno de valores que incorporam o sentido de pertencer a um território, a uma comunidade. As narrativas da paisagem servem como matriz e suporte simbólico para as novas visões entre a natureza e a sociedade, no sentido de restabelecer a identidade percebida.

Neste contexto, Briffaud e Devasse (2012) analisaram as paisagens culturais vitícolas reconhecidas pela UNESCO de Tokaj – Hungria, Saint-Emilion – França e Cinque Terre – Itália com o objetivo de analisar os desdobramentos em defesa do patrimônio a partir da paisagem reconhecida:

✓ SAINT EMILION – 1999 – França: Há uma defesa do patrimônio artístico e monumental misturado com o *terroir*. O patrimônio cultural é inseparável do ponto de vista das famílias tradicionais que ainda mantêm alguns dos principais castelos, a terra e o know-how transmitidos por gerações.

A inscrição promoveu na paisagem uma visão inclusiva e integradora do patrimônio a ser gerenciado e até mesmo de identidade local. O reconhecimento emerge em torno desta noção de “herança da paisagem”, um bem comum que abrange o “terroir”, constituindo um espaço. Este movimento desempenhou um papel fundamental, impondo-se como um espaço distinto da denominação do vinho e identificando o território específico vitícola da estrutura política.



Imagem 79 – Paisagem vitivinícola de Saint Emilion
Fonte: <https://www.123rf.com>. Acesso em: 20 maio 2019.

✓ CINQUE TERRE e PORTO VENERE – Itália. Obteve a inscrição como Patrimônio Mundial em 1997. A paisagem vitícola formada pelos espetaculares terraços, construídos numa altitude de 500 metros, com muros de pedra seca que descem para o mar, é seu motivo emblemático. A paisagem desempenha um papel central no valor reconhecido do patrimônio cultural e do sucesso turístico. Desde o reconhecimento, o território foi marcado por momentos críticos e pelos vestígios de abandono agrícola, de modo mais acentuado na década de 1990. Os terraços de pedra seca apresentaram exacerbados processos erosivos pela falta de manutenção e, paulatinamente, foram invadidos pela vegetação da região, ampliando o risco de incêndios. Em 1998 foi criado o Parco Nazionale delle Cinque Terre, baseado na ação de cooperativas responsáveis pela recuperação dos antigos terraços de produção das videiras e pela produção e comercialização de produtos, cuja maioria é certificada pela Organic Farming.



Imagem 80 – Paisagem de Cinque Terre com a vista dos parreirais
Fonte: <https://www.italiafoodjourney.it>. Acesso em: 20 maio 2019.

✓ TOKAJ – Hungria. A região vitícola foi reconhecida pela UNESCO em 2002. Localizada em uma área concentrada em torno do Mont-Tokaj, mas que também inclui algumas grandes adegas históricas, a paisagem forma um mosaico de vinhedos cujas videiras estão em constante relação com as pequenas cidades, localizadas na junção entre planície e colina, concentradas na parte inferior das encostas, entre 100 e 300 metros de altitude. A videira obedece a um zoneamento rigoroso e não ocupa mais de 10% do território registrado. Estes vinhedos não são homogêneos e expõem contrastes entre os pequenos lotes de microprodutores com o plantio característico da área, que forma uma *“toalha de mesa contínua e geométrica dos vinhedos das grandes propriedades”*.

A paisagem também é fortemente marcada pela presença de pedreiras Zemplén, conhecidas por sua riqueza em minerais, com intensa atividade extrativa. A paisagem foi reconhecida alguns após o fim do comunismo no país e da entrada na Comunidade Europeia (1994), em meio de grandes mudanças e uma grave crise econômica. A economia vitícola, baseada em investimentos, elevou a elaboração de grandes vinhos Tokaj produzidos e elaborados, e em particular o prestigioso Aszu. (PLET; CROS; GYURÓ KONKOLYNÉ, 1994; LUGINBÜL, 2001 *apud* BRIFFAUD; DEVASSE, 2012).



Imagem 81 – Paisagem vitivinícola de Tokaj – Hungria
Fonte: <http://www.royal-tokaji.com>. Acesso em: 5 jun. 2019.

Briffaud e Devasse (2012, p. 10-12) afirmam que o reconhecimento dessas paisagens proporcionou a reconstrução das histórias locais, associadas à demonstração de valor patrimonial com a legitimação simbólica de ordem espacial, política e social, apresentada em si mesma como consubstancial na perpetuação de valor. Desde o processo de registro até o acompanhamento da preservação ocorre uma distribuição de responsabilidades e poderes que inclui a designação de bens comuns que podem incorporar a identidade local.

Os três casos analisados, de acordo com Briffaud e Devasse (2012), formam modelos “sociais e rurais”: em Cinque Terre a paisagem é elencada como obra de criação de uma sociedade tradicional organizada em uma república agrária e autônoma; em Tokaj a paisagem é antecedida pela nobreza, voltada à gestão e ao desenvolvimento do patrimônio econômico; em Saint-Emilion a paisagem é utilizada como um modelo no qual os poderes potencialmente competidores encontram, juntos, legitimidade na gestão do patrimônio registrado. Neste contexto, os autores entendem que a inscrição do Patrimônio Mundial é muitas vezes considerada o coroamento de um processo de criação de patrimônio orientado ao passado, no qual seria difícil vislumbrar um futuro e que, necessariamente, impediria a inovação.

Em pelo menos duas das três paisagens estudadas – Cinque Terre e Tokaj – viu-se que o valor é em primeiro lugar a paisagem–vestígio–história, que é reconstituir tanto quanto preservar, com certa tolerância, ancorada na aspiração de um “renascimento” pelas transformações trazidas para a paisagem. Entretanto, nos três

casos estudados os efeitos do patrimônio são expressos mais em uma diferenciação de capacidades para evoluir do que na condenação de qualquer inovação. (BRIFFAUD; DEVASSE, 2012, p. 12).

4.4.2 A paisagem vitícola de Pantelleria – Itália

O reconhecimento da UNESCO da Paisagem Vitícola da Ilha de Pantelleria – Itália como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade no ano de 2014 fez referência às práticas agrícolas que representam um exemplo único de cultivo das videiras de forma arbustiva *alberello*¹³² e de modo sustentável, transmitido por gerações. A paisagem vitícola peculiar consiste em técnicas do preparo do solo de modo nivelado, plantio da videira, cujo caule é cuidadosamente podado para produzir de forma radial seis ramos que formam um arbusto, e a cavidade do solo é constantemente remodelada para garantir o microclima correto. A colheita é manual. É produzida em condições climáticas adversas de sol, ventos fortes e ar seco na maior parte dos meses do ano.



Imagens 82 e 83 – Cultivo vitícola em forma de pequenas árvores “alberello” nos solos vulcânicos da Ilha de Pantelleria – Itália, resultado de práticas tradicionais de cultivo vitícola.

Fonte: <http://unescosicilia.it>. Acesso em: 4 jul. 2019.

A produção vitícola em forma de *alberello* proporciona uma paisagem vitícola singular por utilizar os conhecimentos ancestrais e técnicos de poda; a sustentação é estabilizada pelos galhos entre si e possui a altura da videira menor que outros tipos de condução.

¹³² Alberello: Sistema de condução da videira caracterizado por troncos baixos e podas curtas, usado principalmente na Itália, mas também na França e Espanha. (Tagliari e Campos, 2011, p. 20).

Segundo Frégoni (2013, p. 615), essa forma de cultivo é realizada em outras regiões da Itália, como na Puglia, e foi trazida pelos gregos e depois pelos romanos. Na atualidade existem muitas zonas vitícolas com esse cultivo (como cita Busquets, na região de Alt Penedès – Espanha) porque este tipo de videira é longevo, pode durar mais de 50 anos em produção com manejo correto, além de proporcionar uma paisagem vitícola singular por sua pequena altura. Entretanto, muitas legislações excluem essa forma de cultivo nos financiamentos para novos plantios vitícolas, pela impossibilidade de colheita mecanizada.

Frégoni (2013) reconhece, entretanto, que os vinhos produzidos nesta forma de condução são insuperáveis, e sua produção alcança valores mais altos. Para preservar esse modo de produção foi fundada a Accademia dell'Alberello. Este tipo de plantio, além de favorecer as raízes, faz com que o sol atinja de modo mais uniforme a superfície folhar, que é a melhor fotossíntese para as videiras e utiliza os açúcares em favor das bagas de uvas.

4.5 A paisagem e os aspectos culturais das cidades do vinho na Itália (Associazione Nazionale *Città del Vino* – ACV)

A Associação das Cidades do Vinho é analisada na tese por reunir lugares cuja produção vitivinícola é referência cultural de sua população. Igualmente, na atualidade esse país possui duas paisagens vitícolas reconhecidas pela UNESCO, Langhe Roero Monferrato, em 2014 e Coline Del Prosecco, em 2019, e esses territórios também fazem parte da ACV. Além disso, Bento Gonçalves e Garibaldi, que são parte do recorte geográfico nesta tese, também participam da Associação desde 2018 e 2019.



Città del Vino
Associazione Nazionale

Fonte: www.cittadelvino.it. Acesso em: 22 maio 2019.

Na Itália, após sucessivas crises no setor de territórios vitivinícolas e na qualidade do vinho, 39 prefeitos de cidades vitivinícolas fundaram, em 21 de março de 1987, a *Associazione Città Del Vino – ACV*¹³³, que teve como objetivos oferecer maior atenção ao ambiente de produção, recuperar a cultura rural e a credibilidade do vinho e impulsionar a produção de vinho saudável. Essas ações se desenvolveram associadas ao movimento *Slow Food*¹³⁴, que possui como objetivo a valorização do território, da cultura, dos saberes locais e da produção de alimentos sem agrotóxicos, que se denominam: bons, justos e limpos.

Neste contexto, a ACV surgiu para dar luz às Cidades do Vinho, direcionada para a natureza cultural do ambiente de produção e do produto, do marketing, mas principalmente para estabelecer a relação entre o vinho e o território, que representa a singularidade e a originalidade do vinho italiano. Deste modo, impulsionada pelo interesse de ampliar a qualidade do território vitícola como um recurso para as comunidades locais, a Associação instituiu em 1998 o Plano Diretor das Cidades do Vinho (*Piano Regolatore delle Città Del Vino*), com os objetivos de aproximar a relação entre o território e o vinho e abordar de modo explícito a questão de planejamento do território. Em razão disso, reconheceu-se que o planejamento tradicional nos municípios produtores não atendia às especificidades dos territórios agrícolas vitivinícolas e que as ferramentas à sua disposição estavam voltadas principalmente para as áreas urbanas das cidades e inadequadas para os territórios produtores. (STANGHELLINI; TESI, 2006, p. 1).

Ao mesmo tempo, de acordo com os autores, o Istituto Nazionale di Urbanistica – INU¹³⁵ chamou atenção para a necessidade de renovar radicalmente o sistema de

¹³³ Associação *Cidades do Vinho*. Ver em: www.cittadelvino.it. Acesso em: 14 fev. 2017.

¹³⁴ Fundado por Carlo Petrini em 1986, o *Slow Food* tornou-se uma associação internacional sem fins lucrativos em 1989. Atualmente, conta com mais de 100.000 membros e tem escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido, e apoiadores em 150 países. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. O *Slow Food* opõe-se à tendência de padronização do alimento no mundo e defende a necessidade de os consumidores estarem bem informados, tornando-se co-produtores. (Disponível em: www.slowfoodbrasil.com. Acesso em: 20 jun. 2017).

¹³⁵ O Istituto Nazionale di Urbanistica – INU foi fundado em 1930 para promover os estudos de edificações e urbanização e propagar os princípios do planejamento. O Instituto tem como objetivo a pesquisa nos diversos campos de interesse do urbanismo, a atualização contínua e a renovação da cultura, das técnicas de urbanização, a difusão de uma cultura social, sobre os temas da cidade, do território, do ambiente e dos bens culturais. (Disponível em: <http://www.inu.it>. Acesso em: 4 set. 2019).

planejamento dos ambientes culturais, proposto pela legislação italiana de 1942,¹³⁶ para ser a principal ferramenta do município produtor no sentido de vencer os desafios impostos para governar o território de maneira coerente e sustentável, a partir do reconhecimento do valor do sistema vitivinícola e sua fragilidade intrínseca.

4.5.1 Plano Regulador das Cidades do Vinho: o uso, a paisagem e o enoturismo

Os primeiros conceitos e diretrizes desde a primeira elaboração do Plano Regulador das Cidades do Vinho (*Piano Regolatore delle Città Del Vino*) são válidos ainda hoje: a videira é parte fundamental da paisagem, assim como todas as áreas agrícolas envolvidas, e sua proteção é estratégica para a qualidade do território. Essas diretrizes devem estar programadas na ação administrativa, no sentido de auxiliar os municípios no desenvolvimento do setor vitivinícola, na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável.

O enoturismo é a ação que combina a qualidade das paisagens e ambientes bem preservados, a qualidade dos vinhos e produtos típicos, para valorizar e ampliar a oferta do território, das vinícolas e operadoras do setor, tendo-se em vista que o turismo rural está em constante crescimento. Isso representa um volume de negócios estimado em mais de 3 milhões de euros e cerca de 5 milhões de turistas em vinho, como informam os relatórios anuais do Observatório do Turismo do Vinho, que coloca o enoturismo situado no centro das políticas de crescimento locais. Esta é uma forma de atuar no turismo de experiência em crescimento no mundo, que favorece a sustentabilidade, o encontro com o território e o conhecimento direto de seus protagonistas: os produtores de vinho e as pessoas desses territórios.

Em 2015, a ACV – Associazione Nazionale Delle Città del Vino lançou o Livro Branco (*Libro Bianco*) para comemorar os 30 anos de atuação da entidade. Esta obra lista todas as atividades desenvolvidas desde a fundação e introduz o princípio fundamental de que o vinho e o território vitícola são patrimônios culturais que devem ser preservados por suas especificidades e também pelo valor econômico que proporcionam.

¹³⁶ Legge 17.08.1942, n. 1150.

A paisagem é um elemento de importância central para a ACV. De acordo com Zanzotto (2013), “*a paisagem uma vez destruída, não mais se refaz*”. Esta citação traz à tona o papel do uso do solo, por vezes utilizado de forma abusiva, e o papel da agricultura na construção da identidade local e da paisagem em um ambiente rico de recursos que não devem ser sobrepostos às lógicas econômicas. Para a vitivinicultura italiana, a paisagem vitícola representa uma marca do território através das práticas culturais que se entrelaçam com os ambientes urbanos, as vinícolas, as casas esparsas, as construções agrícolas, a cultura e as atividades sociais dos lugares. Neste contexto, o território é entendido como um bem público e comum, que não deve ser vendido porque é a riqueza agrária e parte fundamental do capital social para a qualidade de vida e um recurso estratégico de segurança alimentar. (ACV, 2015, p. 60-70).

A paisagem vitícola é pensada como um elemento de oportunidade, que no mundo globalizado é fator determinante de diferenciação com inúmeras possibilidades atrativas e para dar ênfase ao enoturismo. Entretanto, de acordo com a ACV (2015, p. 71), a preservação deve ser um projeto compartilhado capaz de manter e preservar os saberes da comunidade local. Ao mesmo tempo, não deve ser um projeto imutável, porque as paisagens vitícolas no decorrer dos séculos foram forjadas pela ação do homem. Integrar as políticas e o planejamento urbano e rural significa construir um instrumento que possa agir no tempo sobre a gestão endógena dos recursos locais para a conservação da biodiversidade, sobre a preservação da paisagem, sobre as dinâmicas econômicas de ocupação social para, deste modo, desenvolver um papel em primeiro plano em direção à resiliência dos sistemas urbanos.

A ACV possui como objetivos constantes promover a agricultura, em especial a vitivinicultura, a cultura das videiras e a preservação das antigas variedades de videiras, as tradições da gastronomia e do turismo do vinho.¹³⁷ Dos primeiros 39 municípios associadas no ano de 1987, em 2019 somaram-se 430, que agora atravessaram a fronteira da Itália para dar voz principalmente aos pequenos municípios produtores, com ênfase nas boas práticas sobre o território e a preservação da cultura vitivinícola. Eventos, seminários e congressos vêm

¹³⁷ ACV – ASSOCIAZIONE NAZIONALE DELLE CITTÀ DEL VINO. **Libro Bianco**: 1987-2017. Trentanni al servizio dei territori Del Vino. Roma, 21 marzo 2017, p. 52. Disponível em: www.cittadelvino.it. Acesso em: maio 2017.

transformando o mundo da enologia, com temas importantes que interessam ao setor vitivinícola e à qualidade de vida nesses territórios.

Neste percurso das Cidades de Vinho, a história italiana das últimas décadas tem demonstrado a importância da paisagem rural nos municípios na relação entre a agricultura e o turismo, sobre a função da cultura, e um aspecto não menos importante – sobre a dificuldade do setor político em si, que se mostra incapaz de compreender o que está no território e suas reais necessidades, e o valor sobre o qual é possível pontuar um renascimento para as comunidades produtoras de vinho. Neste sentido, a ACV impulsionou o aumento das conferências e debates sobre a produção vitícola e enológica¹³⁸ e sobre o patrimônio material e imaterial nos territórios vitícolas italianos, nos territórios de produção de excelência, ou seja, na localização, nas características climáticas, pedológicas e geológicas.

As práticas de cultivo e de transformação do território são parte integrante de um contexto produtor agrícola que está em constantes alterações, causando mudanças nas dinâmicas de interdependência da relação campo-cidade. (LINGUA, 2016, p. 32). As alterações do território são entendidas pela arquiteta Valéria Lingua como procedimentos que interessam necessariamente às práticas dos governos sobre o território, na busca de equilíbrio territorial e da produção agrícola, da tutela dos recursos naturais, da economia e da paisagem. Neste sentido, estão envolvidos além dos governos nas três instâncias – municipal, estadual e federal, o Instituto Nacional de Urbanística (INU) e a Associação das Cidades do Vinho (ACV), que há três décadas promovem uma estreita interpelação entre processos, produto e plano de desenvolvimento.

De acordo com este viés, a autora reconhece que esta inter-relação apresenta uma reviravolta muito grande a respeito da agricultura tradicional, porque **“hoje a paisagem é parte integrante do marketing do produto, tanto que o nome e rótulo do vinho é geralmente associado ao lugar ou à área de produção”**. (grifo nosso). A valorização do setor vitivinícola não pode, por exemplo, se abster de adotar a utilização de fontes de energia renováveis, assim como da arquitetura rural.

¹³⁸ A produção enológica refere-se aqui à enologia, que é: Ciência que estuda todos os aspectos relativos ao vinho, desde o plantio, passando pela escolha do solo e da variedade, até a produção e a colheita da uva, incluindo a elaboração, assemblages, amadurecimento, engarrafamento, venda etc. (Tagliari e Campos, 2011, p. 218).

A Associação das Cidades do Vinho, juntamente com o INU, incentivaram os municípios associados à criação do Plano Regulador da Cidade do Vinho,¹³⁹ baseados no planejamento do território como instrumento urbanístico para adotar e atuar nas políticas para um melhor desenvolvimento econômico, fundamentado nas reais vocações vitivinícolas do território, sempre atentos ao desenvolvimento sustentável e à salvaguarda da paisagem e do patrimônio cultural.

Neste contexto de incentivo, desde 2008 há a escolha das melhores cidades associadas na adoção de medidas propostas e com resultados relevantes, que recebem premiação: 2008 – Comune di Castelnuovo Berardenga (SI) e Comune di Sizzano (NO); 2009 – Riconoscimento speciale al Comuni di San Martino sulla Marrucina (CH); 2010 – Comune di Bomporto (MO); 2012 – Comune di Pramaggiore (VE); 2013 – Comune di Castelvenere (BN); 2015 – Comune di Valdobbiadene (TV); 2017 – Comune di Conegliano (TV) e Comune di Tollo (CH).

Conhecida como a Capital Brasileira do Vinho, Bento Gonçalves passou a integrar as Cidades do Vinho¹⁴⁰ e recebeu a Bandeira em 26 de setembro de 2018 do presidente da Città Del Vino (rede Wine Cities), Floriano Zambon, por ocasião da Feira Internacional do Vinho da América Latina que ocorreu no município.

De acordo com a página oficial do município de Bento Gonçalves, as cidades associadas seguem um padrão de qualidade estabelecido no estatuto Carta da Qualidade das Cidades do Vinho, cujos princípios são, entre outros, **proteger o vinho e sua paisagem e inserir o vinho em seus ambientes**. (grifo nosso).

O presidente da Associação das Cidades do Vinho, Floriano Zambon, afirmou no ato da entrega da Bandeira a Bento Gonçalves em 2018: "*Hoje nasce uma colaboração entre aqueles que sabem que o vinho é feito de cultura*. No ano de 2019, o município de Garibaldi também passou a integrar a ACV.

4.6 O uso do solo e a construção dos muros na paisagem vitícola

Do espaço livre da produção vitivinícola, entrecortada pelos caminhos entre os vinhedos construídos no decorrer do tempo, da paisagem que apresenta infinitas

¹³⁹ Disponível em: <http://www.cittadelvino.it>. Acesso em: 2 jul. 2019.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/bento-oficializa-integracao-na-associacao-citta-del-vino>. Acesso em: 2 jul. 2019.

cores, aromas e sabores através de diferentes formas e cultivos de videiras. Esse cenário da paisagem vitivinícola pode ser um vetor para outros usos do solo, que origina barreiras entre os vinhedos, através da urbanização e a instalação, por exemplo, de condomínios residenciais em áreas rurais.

Os condomínios são descritos por Caldeira (2000, p. 102) como um novo padrão de segregação espacial que a autora denomina “enclaves fortificados”, referindo-se a espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. As justificativas para aderir a esses espaços são o medo da violência urbana, a vivência junto à natureza, a paisagem com aspectos atraentes e lugares mais seguros, entre outros. Os condomínios geram mudanças espaciais, como os princípios de acessibilidade e livre circulação, de modo a fragmentar o espaço, e isso transforma significativamente um território rural, como pode ocorrer nos lugares de produção vitivinícola reconhecidos com DO.



Imagem 85 – Condomínio residencial no Vale dos Vinhedos

Fonte: Fotografia da autora (2011).

A permissão dos Planos Diretores de 2006, que se verá em detalhe no Capítulo 5, estabeleceu regras para a construção de condomínios residenciais no Vale dos Vinhedos, considerados de alto padrão para a região, com procedimentos de segurança e acesso iguais aos dos construídos em área urbana. Neste cenário surgem os muros nos antigos parreirais, agora desfeitos, para assim criar uma nova ordem privada.

Caldeira (2000, p. 125) retrata através do romance a experiência de viver atrás de muros, vigiado por seguranças, como ocorre nos condomínios. O romance se passa no Rio, mas poderia muito bem ser em qualquer outra cidade de muros:

O vigia na guarita fortificada é novo no serviço e tem a obrigação de me barrar no condomínio. Pergunta meu nome e destino, observando os meus sapatos. Interfona para a casa 16 e diz que há um cidadão dizendo que é irmão da dona da casa. A casa 16 responde alguma coisa de que o vigia não gosta e faz “hum”. O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que relutando em me dar passagem. O vigia me vê subindo a ladeira, repara nas minhas solas e acredita que eu seja o primeiro pedestre autorizado a transpor aquele portão. A casa 16, no final do condomínio, tem outro interfone, outro portão eletrônico e dois seguranças armados. Os cães ladram em coro e param de ladrar de estalo. Um rapaz de flanela na mão-abre a portinhola lateral e me faz entrar no jardim com um gesto de flanela. [...] O empregado não sabe que porta da casa eu mereço, pois não vim fazer entrega nem tenho aspecto de visita. Para, torce a flanela para escoar a dúvida, e decide-se pela porta da garagem, que não é aqui nem lá. Obedecendo a sinais convulsos da flanela, contorno os automóveis na garagem transparente, subo por uma escada em caracol e dou numa espécie de sala de estar com pé-direito descomunal, piso de granito, parede inclinada de vidro, outras paredes brancas e nuas, muito eco, uma sala de estar onde nunca vi ninguém sentado. À esquerda dessa sala corre a grande escada que vem do segundo andar. E ao pé da grande escada há uma salinha que eles chamam de jardim de inverno, anexa ao pátio interno onde vivia o fícus. Eis minha irmã de pegoir, tomando o café da manhã numa mesa oval. (CHICO BUARQUE, Estorvo, 1991, p. 14 e 16 *apud* CALDEIRA, 2000, p. 125).

Nessas cidades, de acordo com o romance retratado pela autora, um ato banal como uma visita à irmã implica lidar com guardas particulares, identificação, classificação, portões de ferro, intercomunicadores, portões eletrônicos, cachorros – e muita suspeita. Os condomínios fechados constituem o tipo mais desejável de moradia para as classes altas; sem constituírem um fenômeno isolado, são a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas que também revela aspectos problemáticos da vida cotidiana dentro dos muros dos condomínios, como a dificuldade de se chegar a regulamentos consensuais.

Caldeira (2000) também entende que esses “enclaves fortificados” conferem *status*:

É um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento. [...] Oferecem nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários. A transformação dos enclaves fortificados em espaços de prestígio exigiu algumas mudanças importantes nos valores das classes altas. (CALDEIRA, 2000, p. 129).

Os condomínios utilizam a mídia como meio de divulgação. Segundo Caldeira (2000, p. 129), o objetivo das propagandas é seduzir, por isso os anúncios usam um repertório de imagens e valores que falam à sensibilidade e à fantasia das pessoas a fim de atingir seus desejos. Para conseguir este efeito, os anúncios utilizam um repertório comum que os indivíduos possam entender e reconhecer como seu. Portanto, anúncios imobiliários constituem-se uma fonte de informação sobre os estilos de vida e os valores das pessoas cujos desejos elaboram e auxiliam a moldar, ao mesmo tempo em que sujeitam a paisagem a novos elementos insólitos à vocação do lugar.

Observam-se as ações aqui descritas nos anúncios de publicidade no Vale dos Vinhedos, cujo objetivo é informar unidades de condomínio à venda que enfatizam, sobretudo, um lugar com estilo de vida tranquilo: “*Uma vida a céu aberto e de portas destravadas*”. (Imagem 86).



Imagem 86 – Publicidade no Vale dos Vinhedos para a divulgação do condomínio residencial no aglomerado urbano de área rural – 1. Aglomerado Ceará da Graciema – Vale dos Vinhedos

Fonte: Fotografia da autora (2019).

A publicidade lança mão de imagens que parecem mais sedutoras, segundo Caldeira (2000, p. 135), como a da residência enclausurada, isolada, fortificada, um ambiente seguro (*portas destravadas*) que permite o uso de equipamentos e a convivência de pessoas percebidas como iguais. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias, para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais.

Deste modo, os condomínios fechados correspondem à versão ideal do “novo conceito de moradia”, um ideal utilizado para medir as outras formas menos completas. O uso da paisagem é sempre explorado com um elemento diferenciador de mais-valia,¹⁴¹ de natureza, de bem-estar que os empreendimentos de lazer e turismo buscam para estabelecer seus empreendimentos.

A recente expansão dos condomínios fechados em áreas rurais tornou-se o tema da pesquisa conduzida por Campos Júnior e Bergamim (2007, p. 1) na Região Serrana no Estado do Espírito Santo, colonizada por imigrantes italianos e alemães que vivem da agricultura familiar. A região recebeu uma avalanche de empreendimentos imobiliários e as atividades dos produtores rurais ficaram ameaçadas pelo novo padrão espacial imposto, pelo capital em sua valorização por meio da forma imobiliária dos condomínios fechados. O fenômeno foi mais intenso entre os anos de 1995 e 2004, quando implantado em quatro municípios da região – Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante e Vargem Alta – em que 50 empreendimentos ocuparam uma área aproximada de 5 milhões de metros quadrados com a implantação de 2.321 chácaras.

Campos Júnior e Bergamim (2007, p. 3) entendem que esse fenômeno modificou de forma intensa a paisagem e colocou em risco a sustentabilidade da região. Foram constatadas ameaças ambientais, como esgotamento sanitário e fornecimento de água, e até as de dimensão social. Neste cenário, as autoridades estaduais tomaram medidas para barrar e conter o avanço indiscriminado das iniciativas e, nesse tempo, encontraram grande quantidade de empreendimentos ilegais situados nas áreas rurais para fins urbanos que não cumpriram a legislação pertinente ao parcelamento do solo, Lei nº 6.766, de 1979. Hoje, boa parte desses empreendimentos estão legalizados sem observância das normas urbanas vigentes porque, segundo os autores, o próprio poder público se omite, não fiscaliza, não aplica penalidades, não verifica o cumprimento da legislação federal e, depois, convalida as ações ilegais.

Entretanto, os condomínios fechados têm se mostrado de modo mais grave no município de Domingos Martins – ES, porque foi o primeiro a abrigar os sítios de lazer e os loteamentos demoraram a despertar o interesse, até que uma maciça campanha

¹⁴¹ Mais-valia: Segundo a doutrina marxista, lucro do qual se beneficiam os capitalistas, que é constituído pela diferença entre o valor dos bens produzidos pelos trabalhadores e o salário recebido por esses últimos. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 19 dez. 2019).

publicitária nos anos 1990, com autoridades e artistas, chamou a atenção para os empreendimentos e se cunhou a expressão “terceiro melhor clima do mundo”. Essas ações levaram a uma explosão imobiliária na chamada Rota do Lagarto, situada no entorno do monumento natural Pedra Azul.



Imagem 87 – Parque Estadual da Pedra Azul – Espírito Santo

Fonte: <http://www.pedraazul.com.br>.

Constatou-se um incremento seis vezes maior do que a área urbana consolidada do município, e até hoje essa área constitui grande interesse imobiliário. Campos Júnior e Bergamim (2007, p. 5) afirmam que o extraordinário crescimento imobiliário levou o governo estadual a intervir, criando uma legislação de parcelamento do solo para barrar os abusos e frear as irregularidades constatadas. Essas ações levaram a uma redução dos loteamentos, mas os debates sobre os impactos ambientais ficaram em segundo plano. Ainda, os autores destacam que:

Os loteamentos fechados criados em Domingos Martins nada mais são do que parcelamentos da terra rural em lotes para o uso urbano, com a finalidade de auferir renda. Há um conjunto de atrativos no lugar que proporcionaram as iniciativas dos incorporadores. A facilidade de acesso foi criada pela construção da BR-262 e pelas melhorias realizadas nessa via e nas vicinais. As próprias características da vida urbana, insegura, favoreceram os empreendimentos em Domingos Martins. [...]

A expansão desses condomínios está inserida também em uma nova lógica de reprodução do capital: a revalorização do rural. Os principais atributos difundidos como propaganda da região são atributos intrínsecos ao espaço rural. O ar puro, a tranquilidade, o relevo montanhoso, cuja expressão maior traduz-se no monumento natural “Pedra Azul”, são consumidos pelos moradores dos condomínios fechados.

O capital apropria-se desses atributos e confere ao espaço rural uma nova função: o consumo da vida rural. O rural deixa, então, de ser o *locus* exclusivo da produção e passa também a ser consumido pelos condôminos de fins de semana. A terra muda (mesmo que substantivamente nada disso ocorra), **deixa de funcionar como meio de produção agrícola e passa a ser condição de produção para loteamentos.** (grifo nosso).

Nesse sentido, concorre e inibe a atividade agrícola. A terra para finalidade imobiliária urbana realiza no mercado maior preço do que a terra agrícola. Resultado: a agricultura familiar destinada ao abastecimento alimentar e à cultura do imigrante, que vive dessa atividade, estão sob ameaça por parte dos loteamentos fechados. (CAMPOS JÚNIOR; BERGAMIM, 2007, p. 6).

A expansão dos condomínios em diversas áreas rurais é entendida pelos autores como portadora de várias consequências para o meio produtivo, como:

- a contribuição para o crescimento de ocupações rurais não agrícolas, onde os produtores deixam suas atividades de cultivo da terra para as novas ocupações que emergem destes cenários, como empregos domésticos (caseiros, empregadas domésticas, faxineiras etc.);
- a influência dos indivíduos urbanos na sociabilidade dos habitantes da zona rural;
- as comunidades de que o agricultor faz parte são construídas por vínculos de vizinhança, ajuda mútua e solidariedade, mas correm o risco de desaparecer pois se extinguem as atividades;
- os espaços rurais, antes transpostos a pé com facilidade, estão recebendo muros que originam, além de outra paisagem, a divisão de dois ambientes: os de fora e os de dentro das “fortificações”;
- as formas como ocorrem as privatizações dos espaços destinados ao uso público nos loteamentos fechados não atendem a Lei nº 6.766, de 1979, sobre o tema; os loteamentos são formalizados e, por intermédio de outros subterfúgios, são transformados em condomínio fechado, e posteriormente não há fiscalização sobre os requisitos que exige a Lei.

Campos Júnior e Bergamim (2007, p. 7) notam que, nos casos de ocupação rural por áreas urbanizadas e não produtivas, há a transformação do território que faz surgir outro tipo de “cidades privadas” no meio rural. Este deixa de ser produtivo com o crescimento descontrolado dos empreendimentos imobiliários que, por suas características, correm o risco de ocasionar a desvalorização da terra. Os autores também afirmam que nas iniciativas para a instalação dos condomínios e a proteção

do patrimônio ocorre um processo de seletividade de renda, onde somente os mais caros terão lugar na região, ampliando a elitização dos futuros moradores.



Imagem 88 – Delimitação através de muros em condomínio residencial no Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2014).

4.7 As transformações da paisagem vitivinícola: a análise de Alt Penedès – Espanha, na metodologia de Jaume Busquets

A paisagem vitivinícola é, nos tempos atuais, uma referência de cultura e identidade; neste sentido apresenta-se a análise das transformações da paisagem vitivinícola de Alt Penedès, cuja metodologia é utilizada nesta pesquisa dada a similaridade com o recorte de estudo. (Ver Cap. 6).

A região vitivinícola de Alt Penedès situa-se na Catalunha – Espanha (Imagem 89). Pouco menor do que a Região da Champagne – França, constitui a segunda região de importância vitivinícola do país depois de La Rioja, mas é também uma das regiões mais importantes da Europa.

Esta região possui Denominação de Origem com uma expressão produtiva que foi capaz de frear o êxodo rural e tornou a vitivinicultura um fator de peso na economia da região. Entretanto, de acordo com Busquets (2006, p. 449), trava-se um debate social importante na região em torno da crise das videiras e dos perigos que ameaçam a preservação da paisagem vitivinícola baseados nos seguintes fatores: a) relativo aos problemas estruturais do setor vitivinícola, como a polarização das maiores empresas, estratégias de produção, comercialização, política de preços etc.; e b) a sobrevivência do espaço produtivo vitivinícola frente ao elevado consumo do território a partir de outros usos: urbano, industrial e prestação de serviços.



Imagem 89 – Situação e localização da Região de Alt Penedès – Espanha

Fonte: A autora, com base no Google Earth (2019).

Neste território, de acordo com Busquets (2006), as transformações da paisagem têm operado como indicadores que estão por baixo das mudanças territoriais e econômicas, posicionando a paisagem vitícola no centro do debate político de Alt Penedès. Essas transformações são interpretadas de maneira distinta, porém existe uma consciência latente da população sobre a importância que vai além da função estética, de recordações que transcendem o futuro desta região vitivinícola. A preocupação para com o futuro da paisagem, assim como da atividade vitivinícola como fator econômico, levou o debate para o conjunto de agentes do território e comprometeu as administrações públicas. Essas ações conduziram aos estudos para analisar as mudanças que ocorreram na paisagem vitícola e para propor critérios e instrumentos úteis para sua gestão.

Em decorrência das inquietudes diante das transformações e do compromisso das administrações públicas em propor critérios e instrumentos úteis que permitam controlar as transformações e estabelecer critérios para a paisagem no planejamento territorial e urbano, o estudo inscreveu-se no marco conceitual de implementação de medidas específicas do CEP – Convênio Europeu da Paisagem do ano de 2000 (Cap. II – Art. 6).¹⁴²

Critérios de análise:

1. Identificação das paisagens
2. Análise das características e das forças que transformam as paisagens

¹⁴² Ver em: www.convenioeuropeudelpaesaggio.it. Acesso em: 23 jun. 2019.

3. Avaliação das paisagens e introdução de instrumentos orientados para proteger, gestionar e planejar.

O estudo partiu do conceito de paisagem definido no CEP: “Uma *área tal que é percebida pelas pessoas, cujo caráter é o resultado da ação e da interação dos fatores naturais e do homem.*” Deste modo, estabeleceu a paisagem vitivinícola definindo-a como Paisagem Complexa, que agrupa inúmeros componentes que a distinguem das demais paisagens do mundo. Outra premissa foi a definição de *Paisagem Produtiva* – sujeita às inovações tecnológicas, associadas aos métodos de cultivo e elaboração de vinhos em sintonia com o mercado.

Busquets (2006, p. 450) afirma que a paisagem de Penedès esteve sujeita às dinâmicas de caráter global desde sua origem e especificidade vitivinícola, sem perder a noção de se estar diante de uma paisagem dinâmica, apesar da aparente estabilidade. Os vitivinicultores foram considerados os principais agentes da paisagem, no sentido de um produto social. O autor entende que a paisagem vitícola somente se sustenta mediante o aporte decisivo do trabalho humano e de energia externa. Sendo assim, na fase de análise e na posterior elaboração de propostas de planejamento, preservação e gestão devem-se levar em conta de modo substancial os conhecimentos e as opiniões dos agentes construtores da paisagem.

Os dados levantados por Busquets são importantes para reconhecer os elementos da paisagem através de sua interpretação, da análise das estatísticas do setor vitivinícola, das tendências, da análise do crescimento urbano com atenção especial às áreas periurbanas¹⁴³ e das entrevistas com pessoas e entidades representativas. O estudo partiu dos resultados apresentados no Plano Diretor de Alt Penedés na época de seu desenvolvimento, que elencou os fenômenos que se desenvolviam na região: a ocupação e a saturação urbana do território, principalmente próximo a Barcelona, a ocupação crescente dos solos destinados à vitivinicultura por atividades industriais, a expansão das infraestruturas de transporte e a difusão no território vitivinícola de inúmeras atividades periurbanas.

Busquets (2006, p. 455) entende que, do ponto de vista funcional dos fatores destacados, a paisagem vitivinícola é definida por seu caráter humanizado e sua função produtiva. A paisagem das videiras, como o vinho, é um produto cultural que

¹⁴³ Periurbana: situado em ou relativo à periferia de uma cidade. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/periurbana>. Acesso em: dez. 2019).

permite o desenvolvimento das videiras, a elaboração e comercialização de vinhos. Essa circunstância é decisiva, porque significa que sua organização é regida por critérios de produtividade e que toda gestão da paisagem vitivinícola deve partir do reconhecimento e da existência de um processo produtivo complexo, de caráter dinâmico, e do fato de os vitivinicultores intervirem na paisagem com critérios de rentabilidade.

Busquets (2006) realizou a análise da paisagem vitícola fazendo uso dos critérios que se descreve a seguir.

4.7.1 Tendências da Paisagem: mudanças endógenas e exógenas

Apesar da imagem de estabilidade, a paisagem vitivinícola é uma paisagem em movimento, submetida aos constantes e intensos processos de trabalho, que depende das alterações econômicas e tecnológicas globais e da sociedade local, como foi submetida a paisagem vitivinícola de Alt Penedès nos últimos séculos de atividade ao enfrentar transformações como expansão, crises, estagnação, reconversão de videiras etc. que afetaram aspectos muito importantes, como as extensões territoriais dos vinhedos, a aparência das videiras e as técnicas de produção vinícola. (BUSQUETS, 2006, p. 457).

Para o autor, essas mudanças na paisagem não são fatores recentes nem estranhos ao meio, mas inscrevem-se no quadro de mudança da agricultura de mercado, baseadas nas tendências econômicas globais e na evolução tecnológica. Neste contexto, o autor define as mudanças em dois aspectos, endógenas e exógenas, e lista as mudanças observadas no território vitivinícola em estudo.

4.7.1.1 Mudanças endógenas

- Deslocamentos percebidos de áreas antes ocupadas por vinhedos: abandono de videiras nas zonas de relevo com inclinação acentuada pelo cultivo mais difícil; plantio de novas videiras em áreas antes ocupadas com o plantio de cereais, frutas ou florestas;

- substituição do tradicional cultivo Gobelet “*en vaso*”¹⁴⁴ para o cultivo em *espaldeira*¹⁴⁵, com tutores metálicos ou de madeira, como elemento característico da nova paisagem vitícola;
- concentração da posse de terra e aumento das dimensões médias das parcelas;
- modificação do relevo original através de grandes movimentações de terra;
- presença de infraestruturas agrárias vinculadas aos processos produtivos do vinho: tanques, depósitos, estacionamentos... e
- crescente utilização de materiais plásticos.



Imagem 90 – Condução em forma de Vaso, sem sustentação de origem grega e difundida em todo o Mediterrâneo.

Fonte: Fregoni (2013, p. 613).

¹⁴⁴ Cultivo Gobelet: Sistema de condução de videiras empregado desde a Antiguidade, no qual os esporões são dispostos em braços curtos, formando um círculo aproximado ao redor de um tronco, de forma que a videira se assemelhe a um cálice. Não há o emprego de fios de arame. (Tagliari e Campos, 2011, p. 269).

Na Itália, esse tipo de condução é chamado de “*alberello*” e é muito encontrado nas paisagens vitícolas do Mediterrâneo, mas está caindo em desuso em razão da dificuldade da colheita mecanizada.

¹⁴⁵ Cultivo em *espaldeira*: Sistema de condução das videiras que se assemelha a uma cerca, em que as plantas são conduzidas verticalmente à superfície do solo. Este é o sistema de condução mais generalizado no mundo. (Tagliari e Campos, 2011, p. 226).

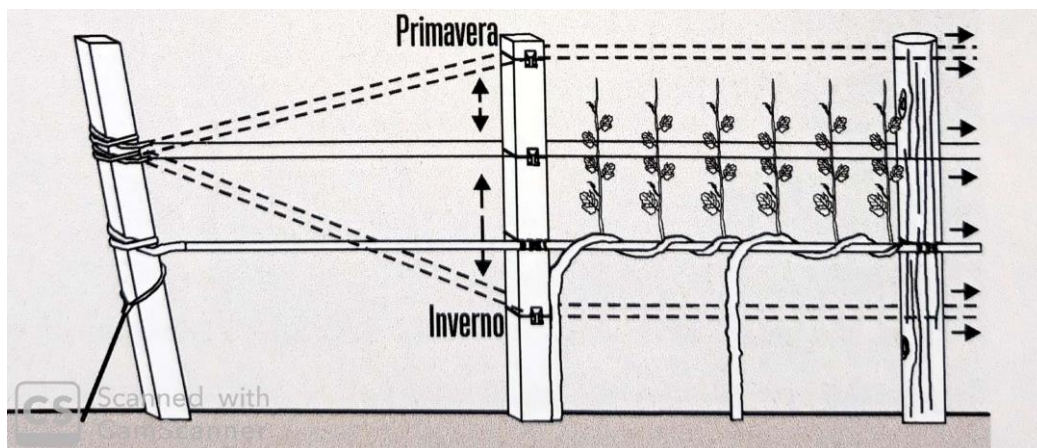


Imagem 91 – Condução em forma de espaldeira
Fonte: Fregoni (2013,p.613).

4.7.1.2 Mudanças exógenas

Estas mudanças relacionam-se principalmente com a pressão demográfica urbana derivada da localização geográfica e/ou da região:

- ocupação crescente das áreas vitivinícolas na periferia dos núcleos urbanos por novos ambientes residenciais (condomínios);
- ocupação da área vitivinícola por polígonos industriais, setores de logística e equipamentos terciários (hotéis, pousadas, restaurantes, comércio etc.);
- difusão descontrolada de atividades periurbanas no âmbito das videiras; e
- desenvolvimento de infraestrutura de transporte que causa forte impacto na paisagem.

Como consequência do grande aporte de transformações no território de Alt Penedès, Busquets (2006) observa que no território se verificam as seguintes dinâmicas da paisagem: simplificação dos componentes de paisagem e da diversidade de elementos e estruturas; alteração da morfologia original do território devido aos grandes movimentos de terra e ao aumento significativo de movimentos erosivos; banalização da paisagem vitivinícola, com a profusão de grandes elementos de publicidade como painéis, placas, antenas etc.; suburbanização da paisagem pela fragmentação crescente, urbanização dispersa e profusão de modelos construtivos seriados; progressivas recuperações florestais em áreas antes ocupadas por antigas videiras; e aparecimento emergente de exemplos pontuais de planejamento do espaço urbano, arquitetura agrária (vinícolas) de qualidade.

4.7.2 Impactos desestabilizadores

As tendências materializam-se, segundo Busquets (2006), em uma série de mudanças no território que geram impactos de grande intensidade e de natureza variável na paisagem. Alguns podem ser corrigidos, outros exigem soluções tecnológicas de grande vulto; outros, ainda, possuem caráter irreversível e podem comprometer o futuro da paisagem a médio e longo prazos.

Os impactos de maior poder desestabilizador atuam em componentes especialmente frágeis da paisagem ao desorganizarem as estruturas que garantiam o funcionamento do sistema de relações que mantém a paisagem vitivinícola, como a erosão, a ocupação dos espaços de valor ambiental, a interrupção dos corredores naturais, a dispersão urbana e ruptura do caráter compacto dos núcleos tradicionais, além da ocupação crescente das infraestruturas de transporte e comunicação.

Impactos com menor poder desestabilizador atuam através dos mecanismos de repetição, que contribuem para a deterioração visual e funcional da paisagem:

- simplificação da diversidade dos componentes da paisagem vitícola, como a supressão de margens, fileiras de árvores, córregos, árvores isoladas;
- desaparecimento de elementos construídos de valor patrimonial, como edificações de apoio para o cultivo das videiras, pequenas edificações, tanques, muros de pedras secas etc.;
- simplificação e degradação da rede dos caminhos rurais;
- deterioração da qualidade morfológica dos núcleos urbanos tradicionais: novas tipologias construtivas, bordas urbanas e acessos;
- presença de polígonos industriais e de atividades urbanas, pouco integradas na paisagem; e
- presença crescente e dispersa de resíduos plásticos (envases, plásticos...).

4.7.3 Valores da paisagem

Elencar os valores de uma paisagem é tarefa que possui um inevitável caráter subjetivo e depende das ações, da história e da memória impregnada na sociedade

local. Não significa que seja um processo arbitrário que não possa ser racionalizado para medir e valorar os atributos da paisagem. (BUSQUETS, 2006, p. 461).

O autor hierarquizou os valores da paisagem para medir seus atributos apoiado em projetos sociais na comunidade produtora de Alt Penedès e estabeleceu uma tipologia para refletir um modelo de paisagem produtiva vitícola baseada no equilíbrio das características ambientais, econômicas, sociais e culturais do território:

- **Valor produtivo:** É um valor da mesma natureza da paisagem vitivinícola, que está associado à capacidade de produzir vinho e também é um vetor de comunicação entre o produto e os consumidores. Neste contexto, a paisagem é considerada um elemento intangível, um bem de patrimônio imaterial capaz de influir no prestígio e no valor final dos vinhos.
- **Valor do meio ambiente:** Derivado da existência do mosaico agroflorestal que permite a biodiversidade nas áreas de refúgio, compostas por margens, bordas, paredes e muros de pedra seca, pequenos bosques etc., em um meio artificializado como da produção vitícola, cuja permanência garante os fluxos ecológicos através dos corredores naturais (córregos, cursos d'água...) ao mesmo tempo em que contribui para preservar um bem escasso, o solo no contexto mediterrâneo.
- **Valor patrimonial:** Associado à existência do patrimônio construído de caráter secular e milenar, que constitui um traço muito específico das paisagens vitivinícolas europeias. No caso de Alt Penedès, este patrimônio inclui o amplo conjunto de elementos patrimoniais como mosteiros, igrejas, castelos, antigas fábricas etc., que dá uma dimensão histórica da paisagem, cuja maior expressão se dá pelo conjunto de ruínas de fortalezas vinculadas à história da Marca Penedès durante a Idade Média.
- **Valor territorial:** Relacionado com o caráter do espaço aberto dos vinhedos no contexto de uma região metropolitana. Neste contexto, o território em estudo configura-se como um espaço de desobstrução urbana, como uma ilha verde em um ambiente de predominância urbana. Ali se desenvolvem importantes atividades sociais, meio ambientais e de turismo baseado na integração do patrimônio histórico, cultural, natural e agrário.
- **Valor identitário:** Definido como uma oportunidade de afirmação da região frente à despersonalização crescente e à banalização das paisagens. A

manutenção da paisagem vitivinícola pode ser percebida pela população como uma garantia de equilíbrio territorial, consolidado ao lugar e à qualidade de vida.

A delimitação das unidades de paisagem, o conhecimento da dinâmica e o reconhecimento dos impactos desestabilizadores da paisagem vitivinícola do estudo de Busquets (2006, p. 461) estabeleceram critérios e instrumentos úteis para a gestão da paisagem elencados em uma seleção de critérios paisagísticos para serem utilizados no planejamento territorial e urbano, no estabelecimento de um código de boas práticas vitivinícolas na paisagem das videiras, na elaboração de um catálogo de propostas de restauração e proteção da paisagem, para propor itinerários de paisagem vitivinícola como elemento central, para ampliar o programa de gestão da paisagem e para garantir seu estabelecimento.



Imagens 92 e 93 – Condução dos vinhedos em forma de vaso e em espaldeira em Alt Penedès – Espanha

Fonte: <https://www.alamy.com/stock-photo-vineyard-alt-penedes-barcelona-province-catalonia-spain-80700411.html>.

Busquets (2006) confirma que o estudo serviu para identificar os componentes específicos da paisagem vitícola de Alt Penedès e detectar as tendências possíveis e os impactos que comprometem a preservação de uma paisagem de qualidade. O diagnóstico permitiu delimitar a paisagem em todas as unidades que são úteis nas

estratégias de gestão, principalmente para o zoneamento do território na Denominação de Origem.

O estudo também apontou critérios, medidas específicas e instrumentos úteis para a gestão da paisagem vitivinícola embasados na coordenação de diferentes agentes do território, e também a incorporação de critérios das paisagens para fortalecer a produção vitícola, incorporados aos processos do planejamento urbano e territorial. Deste modo, os recursos podem intervir nas alterações e transformações que a paisagem vitícola da região sofre e para a promoção de um marco, situado em uma economia diversificada para garantir um equilíbrio territorial que permita situar Alt Penedès na rede de regiões vitícolas europeias de prestígio.

5 A PAISAGEM DO VINHO: O ESTUDO DE CASO DO VALE DOS VINHEDOS COM DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

No capítulo, a tese enfatiza a formação da paisagem vitícola como resultado da atividade humana que nela imprime sua marca cultural. Para tanto, adentra-se o recorte de estudo da pesquisa, o Vale dos Vinhedos, aproximando-se das várias interfaces que ocorrem no território para analisar e elencar os desencadeadores das modificações e transformações do território vitivinícola, percebidos de modo mais visível desde os anos 1990.

A análise proposta é balizada em um período entre os anos 2012 e 2019 através dos Planos Diretores, cuja legislação possui força de Lei nos municípios que formam o Vale dos Vinhedos. Deste modo, investiga-se através da análise se essa legislação embasa e/ou delinea possíveis alterações no território, na paisagem, na proteção do patrimônio cultural e quais parâmetros são adotados pela legislação. Esta etapa embasará a análise da paisagem no último capítulo, subsequente.

5.1 Da atividade humana sobre a paisagem vitivinícola ao recorte geográfico

As abordagens críticas elencadas na introdução da tese foram delineadas para amparar a discussão da pesquisa no recorte de estudo. Assim, as reflexões realizadas nos capítulos anteriores serão confrontadas no recorte geográfico para verificar-se a ação sobre ele: 1. A formação da paisagem, enquanto portadora das referências culturais e de identidade, assim como atributo de valor na cadeia produtiva do vinho. 2. A análise da legislação de uso do solo nos Planos Diretores e seus efeitos sobre a paisagem e a preservação 3. O reconhecimento da produção vitícola com a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e os valores dos aspectos humanos.

As videiras selvagens e as primeiras elaborações de vinho, ainda que primitivas e rudimentares, fazem parte da história humana desde os tempos ancestrais. Neles, os primeiros povos dominaram o território, o clima e o solo e aperfeiçoaram técnicas de cultivo, transformando a paisagem, que assinalou seus referenciais de cultura e identidade. Neste cenário, a paisagem vitícola passa a ser inserida na cadeia produtiva do vinho (PASTORE, 2007) como atributo de valor cultural, geradora de pertencimentos, de emoções, mas também do valor econômico atrelado ao produto.

Os territórios vitivinícolas mundiais têm se tornado cada vez mais acessíveis aos consumidores e aos enoturistas, ao mesmo tempo em que possibilitam a aproximação do território produtor com a paisagem vitivinícola de origem dos vinhos, no sentido de aproximar para vivenciar o cotidiano desses lugares e marcar de modo sensível seus consumidores. Neste contexto, a paisagem do território e seus valores culturais (FERRIOLO, 2008; MADERUELO, 2008; SABATÉ BEL, 2004) ganham notoriedade e diferenciação de acordo com a cultura local, desde que a preservação (MATA OLMO, 2008) também seja uma tônica constante no território, no sentido de manter sua singularidade e identidade.

De acordo com Durighello e Tricaud (2005, p. 1), as paisagens vitícolas são reconhecidas como uma das formas mais notáveis de paisagens resultantes da atividade humana, tanto pela marca que imprimem no território como pelas tradições culturais a elas associadas. Logo, essas paisagens encontraram seu lugar na lista do Patrimônio Mundial,¹⁴⁶ incluindo-as como categoria de Paisagem Cultural. Entretanto, o território vitivinícola está em constante movimento pelo processo de cultivo, o que

¹⁴⁶ Ver a Introdução e Capítulo 4 nesta tese.

faz com que outras práticas vitícolas e/ou simplificadas, de acordo com Luginbühl (2005, p. 17), ocasionem alterações no território ao ponto de se poder questionar o que o tornou único. Não se trata, entende o autor, **de recusar qualquer evolução, mas de racionalizá-las de acordo com todos os interesses na continuidade produtiva, com qualidade e preservação do território.** (grifo nosso).

Há uma imensa variedade de paisagens vitícolas que se revelam a partir da inventividade humana, da adaptação aos solos e das múltiplas exposições, de acordo com o lugar e o país. Ali, manifestam-se a criatividade e a ação humana com origem nos conhecimentos que caracterizam as práticas vitivinícolas sobre as estruturas naturais. Neste cenário, para Luginbühl (2005), as paisagens vitícolas são fruto de uma dupla cultura: manifestada pelo uso do vinho como bebida, e a da natureza, de acordo com as situações geográficas e materiais locais: paredes de pedra, terraços, condução das videiras, a exploração do fungo *Botrytis cinerea*¹⁴⁷ (nobre) por concentrar os açúcares e os aromas nos grãos destinados à produção de vinhos doces, distinção de castas, construção da vinícola, temperaturas e cuidados com o vinho. Todos esses e outros elementos, de acordo com o autor, conduzem ao cultivo das videiras até a elaboração do vinho de modo que se possa dizer ao final: “Este vinho provém deste país, desta região.” **Cada paisagem vitícola contém essa parcela de conhecimento de saber fazer, de relações recíprocas entre o território, a paisagem e a ação humana sobre as videiras.** (grifo nosso).

A diversidade de formas da paisagem espalhou-se na história, transpôs oceanos, venceu crises econômicas, patologias das videiras, poderes políticos e desastres para construir paisagens vitícolas que evocam não apenas um vinho, mas um lugar e uma paisagem. “*O lugar é parte integrante da paisagem do vinho, é consubstancial. Refere-se à linguagem dos produtores de vinho, construída sobre esta cultura vitícola: precisa, rigorosa, que acompanha um conhecimento e técnicas comprovadas.*” (LUGINBÜHL, 2005, p. 17-18).

¹⁴⁷ *Botrytis cinerea*: Fungo que ataca uvas e pode causar a podridão cinza, ou a podridão nobre, dependendo de uma série de fatores. (Tagliari e Campos, 2011, p. 88).



Imagem 94 – Vinhedo tradicional após a poda de inverno, à espera da brotação. Os plátanos delineiam a estrutura de sustentação. Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves.
Fonte: Fotografia da autora (2019).

Na Serra Gaúcha, afirma Delphim (2013, p. 54), para estruturar a sustentação dos vinhedos, os plátanos, ao crescer, incorporam as cordoalhas metálicas no seu lenho, a poda em topiaria (ornamental) de forma esférica, e o efeito visual de quem contempla esses plantios é único (Imagem 93). Essa formação, continua o autor, define uma colcha de retalhos verdes onde cada terreno é pespontado pelas formas volumétricas dos plátanos ritmando a aparência plana dos vinhedos com florestas de araucárias no fundo. (Imagem 95).



Imagem 95 – A paisagem vitícola que marca o território com a utilização dos plátanos para a ancoragem dos parreirais. Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves.
Fonte: Fotografia da autora (2019).

A criatividade do homem sobre o território vitivinícola, através das práticas e da adaptabilidade do solo para a produção vitícola citadas por Luginbühl (2005, p. 18), cria uma característica própria que se desenha na paisagem vitícola. Segundo Joliet (2005, p. 22), **essa tipologia se manifesta de acordo com a cultura** (grifo nosso), resultado de uma interação entre o homem e a natureza que se diferencia da paisagem das videiras em escala global através das múltiplas identidades.

Essa ação possibilita uma ferramenta para a leitura da paisagem do vinho; não se destina a corrigi-la em sua identidade, mas faz parte de uma trajetória, um movimento, com o objetivo de apoiar sua evolução no sentido do futuro. A combinação dos fatores tridimensionais percebidos nas videiras, como altura, organização espacial, linhas retas ou circulares, cobertura ou ausência dela (como na condução em latada do território em estudo), inclinações maiores ou mais planas e outros fatores conduz à formação de uma tipologia. De acordo com a autora, a repetição de constantes leva à formação de um denominador comum que, de acordo com as práticas culturais, determina sua formação que expressa a característica cultural local. (JOLIET, 2005, p. 28).



Imagem 96 – Paisagem vitícola – Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, com dois tipos de condução: à direita em espaldeira; à esquerda condução em latada com os plátanos marcando limites dos parreirais.

Fonte: Fotografia da autora (2019).

Os conceitos sobre a paisagem vitícola, o território, o turismo e o enoturismo estão imbricados entre si. Segundo Luginbühl (2005, p. 19), conectam-se com a região vitícola de origem, a tradição, a cultura, a gastronomia e, principalmente, a paisagem, que é a base de formação do território produtor e nele imprime um valor cultural. A produção vitivinícola e, em consequência, as Paisagens Vitícolas Mundiais têm obtido o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade por seu caráter de preservação da cultura local, dos saberes, da memória, da identidade, do

respeito ao território produtor de acordo com as condições do lugar, que carregam em si por séculos o cultivo das videiras e a elaboração de vinhos. A preservação da estrutura cultural dessas paisagens é o fio condutor que as torna merecedoras desse reconhecimento.

Ainda, Luginbühl (2005) destaca que as paisagens vitícolas sempre estiveram conectadas ao desenvolvimento urbano, com a cidade sendo o ponto de partida para o vinho, infraestrutura de comunicação, como portos ou hidrovias e ferrovias. A competição entre videiras e outros usos da terra não diz respeito apenas à produção agrícola: **a paisagem do vinho é caracterizada por um habitat singular, muitas vezes denso e concentrado, de modo a não invadir os solos valiosos para as videiras e permitindo ao mesmo tempo abrigar uma grande população, necessária para garantir as múltiplas operações de viticultura e vinificação.** (grifo nosso).

Em países da Europa, como a França, o cultivo das videiras por autoridades políticas foi também um meio eficaz de colonização, que fixou o homem no campo e incrementou o comércio. Os gregos e os romanos usaram essa habilidade para marcar de modo consistente suas posses coloniais, garantindo deste modo a influência econômica nos países em expansão. (LUGINBÜHL, 2005, p. 47). Também no recorte de estudo nessa pesquisa, o governo fez uso da colonização, em sua grande maioria italiana, para povoar e densificar o território da Serra Gaúcha em detrimento da população indígena local.

Neste contexto de preservação, as paisagens culturais adquirem um valor de espaços semânticos carregados de significados capazes de transmitir valiosas informações sobre a história daquele lugar. O protagonismo e o discurso da pós-modernidade devem reivindicar uma aposta de valor sobre estes lugares, ricos de significados e de recursos patrimoniais. (NOGUÈ, 2008, p. 257). Entretanto, o autor entende que é necessário ter cautela. É muito tênue a fronteira entre manter o patrimônio cultural e um “*parque temático*” – como, por exemplo, um condomínio vitivinícola¹⁴⁸ – e ela pode se esvaír muito facilmente porque, na sociedade pós-industrial, muitas estratégias comerciais estão baseadas na nostalgia, em uma ilusão de recuperar o passado. Entretanto, lembra-se que também os parques patrimoniais fazem uso da tradição, como os passeios sob as videiras.

¹⁴⁸ Esse assunto será abordado na análise dos Planos Diretores neste capítulo.

As representações do passado, nesses casos, podem jogar no presente uma função ativa para preservar a identidade em razão da aceleração das mudanças e das frequentes crises sociais e culturais. Em troca, o testemunho do passado pode se reduzir a uma simples manifestação, e o passado a um espetáculo de memória ou a uma mera estratégia comercial para atrair visitantes.

5.2 O recorte geográfico

O Vale dos Vinhedos que se utilizamos como recorte de estudo forma-se a partir de uma área geográfica. Este território vitivinícola brasileiro obteve o primeiro reconhecimento de Indicação Geográfica (IG 2002) e, em fase posterior, o reconhecimento da Denominação de Origem (DO 2012). Trata-se de Área Geográfica emblemática formada por parte de três municípios circunvizinhos, com percentuais distintos de participação: Bento Gonçalves (61,07%), com maior participação do território, Garibaldi (33,49%) e Monte Belo do Sul (5,4%), sem que, para tanto, exista uma normativa própria:

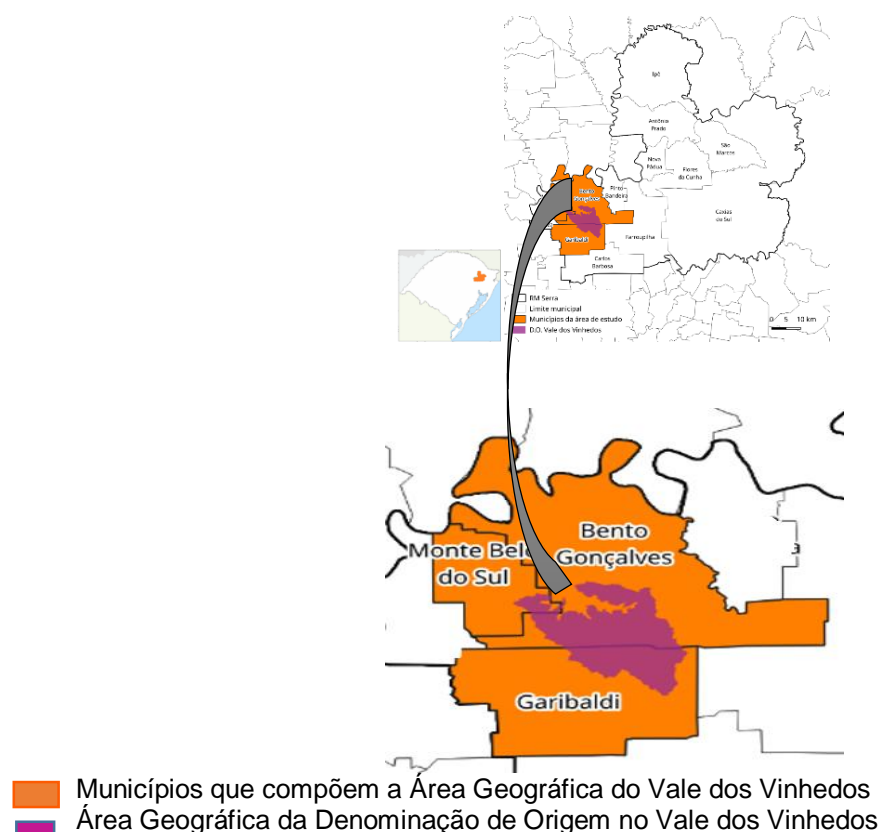


Imagem 97– Municípios que compõem a denominação de origem do Vale dos Vinhedos

Fonte: Adaptação da autora do Atlas Socioeconômico do RS. Disponível em:

<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-da-serra-gaucha>.

Neste cenário, analisam-se as sobreposições existentes sobre esse território singular, formado por municípios circunvizinhos, nos seguintes aspectos: história da formação do território, produção e reconhecimento vitícola, paisagem produtiva vitícola, turismo com foco no enoturismo, legislações municipais que abrangem esse território e verificação da legislação específica para uso do solo da Área Geográfica. Utilizam-se para a análise as normativas dos Planos Diretores dos três municípios em que estão inseridas as parcelas que formam o Vale dos Vinhedos.

5.2.1 O encontro com o lugar e a construção da paisagem vitivinícola

A construção de um novo território pelos imigrantes italianos (1875) a partir dos saberes e fazeres trazidos na memória deixou uma marca indelével na Serra Gaúcha. As crises enfrentadas pelo setor nos últimos 100 anos auxiliaram para que a região se firmasse, nas últimas décadas, como significativa região produtora de vinhos do Brasil.

De acordo com o Cinquentenário (1925, p. 197), nos primeiros cultivos de trigo, centeio, orzo (tipo de arroz), batata e feijão, as videiras trazidas em forma de estacas não prosperaram, mas obtiveram melhores resultados com as sementes de nozes, castanhas, plantas frutíferas e florestais como olmo,¹⁴⁹ pioppo, robino e rovere (carvalho), que deram origem às primeiras plantas e se propagaram em toda a região. Neste contexto, pressupõe-se que tenha sido introduzida a árvore de plátano que faz parte da paisagem vitivinícola que estruturou os parreirais, sua sustentação, para marcar de modo permanente a paisagem vitivinícola da Serra Gaúcha.



Imagem 98 – Cenas do cotidiano dos imigrantes italianos, da esquerda para a direita: as pinhas das araucárias e seus frutos, os pinhões, o trabalho agrícola, a guarda do feno para alimentar o gado no inverno, a morfologia do território, a arquitetura de madeira, a religiosidade.

Fonte: De Boni e Costa (1991, p. 76).

¹⁴⁹ Olmo. Gênero de ulmáceas que compreende grandes árvores frondosas, assim como o pioppo, robino e rovere, todas árvores de grande porte para produção de madeira. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/olmo>. Acesso em: 9 set. 2019).

A construção da paisagem vitivinícola foi o resultado do grande apreço que esses imigrantes italianos traziam pelo cultivo dos vinhedos, cujos galhos trazidos na viagem, de acordo com Bunse (1978, p. 63), não vingaram. O milagre da invencível casta americana de Isabel¹⁵⁰ na Serra Gaúcha, de acordo com o autor, deu-se pelo caminho obrigatório em direção ao porto fluvial de São Sebastião do Caí – RS.

Deste modo, os colonos italianos encontraram junto às casas dos colonos alemães, estabelecidos desde 1824,¹⁵¹ uma produção vigorosa de uvas que forneceram as primeiras mudas de videira Isabel. Só então começou a verdadeira história da vitivinicultura no Rio Grande do Sul, e os imigrantes italianos transformaram e expandiram a atividade. (BUNSE, 1978, p. 63).

Segundo Pellanda (1950, p. 53), os imigrantes alemães traziam também igual tradição enológica e, tão logo chegados, iniciaram o cultivo das videiras para o consumo. O autor atribui a João Baptista Orsi, em 1825,¹⁵² o início da vitivinicultura colonial, que não progrediu, porém mais tarde o vinho da região começou a aparecer na pauta da exportação, tanto que em 1872 foram exportados oito barris com o título de Vinho Nacional de São Leopoldo.

A abundância da mata existente deu estrutura aos territórios adquiridos pelos imigrantes. Por serem abundantes e de baixo custo, as araucárias serviram aos múltiplos usos nas comunidades e, ainda, para moldar os sistemas de condução das videiras. (CINQUANTENARIO, 1925, p. 201).

Os primeiros imigrantes italianos vindos de Pedersano – Região do Trento, Itália, que chegaram no dia 24 de dezembro de 1875 na Linha Leopoldina, hoje Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves, RS, construíram o primeiro núcleo habitado da Linha Leopoldina. (PIANA GIORDANI, 2013, p. 82). De acordo com Mario Giordani (2011, p. 203), na região de Pedersano o vinho foi o recurso para a criação de uma

¹⁵⁰ Sobre a introdução da uva americana Isabel no Rio Grande do Sul, que posteriormente se espalhou pelo Estado, de acordo com Paulo Xavier (*apud* BUNSE, 1978, p. 61): “Originou-se quando o conselheiro Jose Marques Lisboa, entre os anos de 1837 e 1838, esteve em missão diplomática nos Estados Unidos e remeteu mudas de uva Isabel para serem plantadas em Rio Grande. Elas foram plantadas na Ilha dos Marinheiros por Tomaz Messiter, negociante inglês estabelecido nesse lugar que também desempenhava as funções de Cônsul da Suécia e da Noruega.”

¹⁵¹ Os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824. Instalados na Colônia São Leopoldo, às margens do Rio dos Sinos, próximo da província de Porto Alegre. (Arendt, Witt, Weimer, 2013).

¹⁵² De acordo com Bunse (1978, p. 60), o italiano Orsi, em 1825, pleiteou terras na Província de São Pedro do Rio Grande para “*plantar e fabricar vinho da mesma maneira que o da Europa*”. As terras concedidas foram no hoje município de Campo Bom – RS, em meio à colônia alemã. Não há registros sobre o êxito do plantio de castas *vitís viníferas* de Orsi, entretanto há registro de cultivo de videiras nessa região em 1832.

nova identidade: cultivado desde a Antiguidade, o cultivo vitícola configurou-se como a única prática agrícola continuada ininterruptamente por séculos no território. Escritos encontrados dos séculos XIV e XV contêm a expressão “*cum vineissclavis et maioribus*”, que indicou o tipo de uva cultivada “*schiaiva*”,¹⁵³ videiras cultivadas em fileiras e cuidadosamente podadas cultivadas com tutores vivos (árvores).

De acordo com Adami e Giordani (1994, p. 59), os tutores vivos (árvores) utilizados no Trentino Alto Adige – Itália para a sustentação das videiras eram definidos no dialeto local como *altàni*. A espécie mais utilizada era o Acer Campestre, uma espécie de plátano (*platanus acerifolia*)¹⁵⁴ como o utilizado na Serra Gaúcha. (Imagem 99a).

O cultivo da videira foi um dos elementos centrais de resgate da cultura dos imigrantes. O sistema adotado da condução das videiras no Brasil¹⁵⁵ foi o mesmo praticado na Região do Trento Alto Adige, do Veneto e outras regiões da Itália. As práticas culturais dos imigrantes adaptaram-na assim como era utilizada pelos imigrantes alemães que forneceram as mudas.

De acordo com o enólogo italiano Celeste Gobbato, com grande atuação na vitivinicultura do Rio Grande do Sul a partir de 1912, o plantio dos tutores vivos era realizado em conjunto com o plantio das videiras, com distanciamento de 6–7 metros uma da outra. Nos primeiros anos, a sustentação das videiras era realizada através dos fios de arames em postes de madeira. Uma vez crescidas as árvores, o arame de sustentação era amarrado diretamente sobre o tutor vivo, observando-se o cuidado entre a árvore e o fio metálico na colocação de modo a não prejudicar seu crescimento. Ainda de acordo com Gobbato (1940, p. 179), “*na comuna de Bento Gonçalves é bastante empregado o álamo italiano*” Neste contexto o autor assim define o modo de condução das videiras que resultou na paisagem vitivinícola:

¹⁵³ Schiava: É uma varietal antiga, histórica e nativa, cultivada na Região do Trentino Alto Adige – Itália, também conhecida como Vernatsch. Uva de fácil cultivo, conhecida nesta região desde o século XVIII. (Adami e Giordani, 1994).

¹⁵⁴ *Platanus acerifolia* – *Platanus orientalis* - Originário da Europa, é muito cultivado no norte ao sul da Itália. Não teme calor nem frio, é muito utilizada ao longo das estradas italianas, parque e cidades. Árvore de grandes dimensões, ótimo para sombra e de elevada resistência à poluição. (Disponível em: <http://ilgustodellanatura-blog.blogspot.com>. Acesso em: 9 set. 2019).

Platanus x acerifolia: De aspecto ornamental, rústico, crescimento rápido e resistente a seca. De fácil reprodução, por estacas ou alporquia. Deve-se aos troncos malhados, às folhas e especialmente a sua metamorfose no outono, quando as folhas, em vias de cair, se tornam amarelas e avermelhadas. (Backes e Irgang, 2004, Vol. 1, p.166-167).

¹⁵⁵ Sobre a similaridade do modo de condução das videiras na Serra Gaúcha e Vale dos Vinhedos também foi apresentado em Piana Giordani, 2013, p. 106-111.

O sistema de condução adotado nas principais zonas produtoras de vinhos é quase todo em latada, [...] Para tutores vivos utiliza-se o olmeiro (*ulmus campestris*), o bordo (*acer campestres*), o álamo (*morus nigra* e *alba*) e outras plantas que suportam podas radicais que se executam a fim de que sua vegetação não prejudique a da parreira. (GOBBATO, 1940, p. 28)

A maior variedade de tutores vivos utilizada centrou-se no *Platanus x acerifolia*. (Imagens 99 e 99a).



Imagem 99 – *Platanus acerifolia* – Itália
Fonte: <http://ilgustodellanatura-blog.blogspot.com>.



Imagem 99a – Plátano – Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora, 2019.

As primeiras formas de condução das videiras, antes de 1925 na Serra Gaúcha, estruturaram-se através de estacas de madeira e troncos de árvores para a sustentação interna. (Imagem 100). Após, os troncos foram substituídos pelos tutores vivos (Imagem 99a).



Imagem 100 – A condução das videiras em forma de latada estruturada com troncos no sentido vertical e horizontal com a madeira abundante. Brasil – década de 1920.
Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud –1875-1925 (p.201).

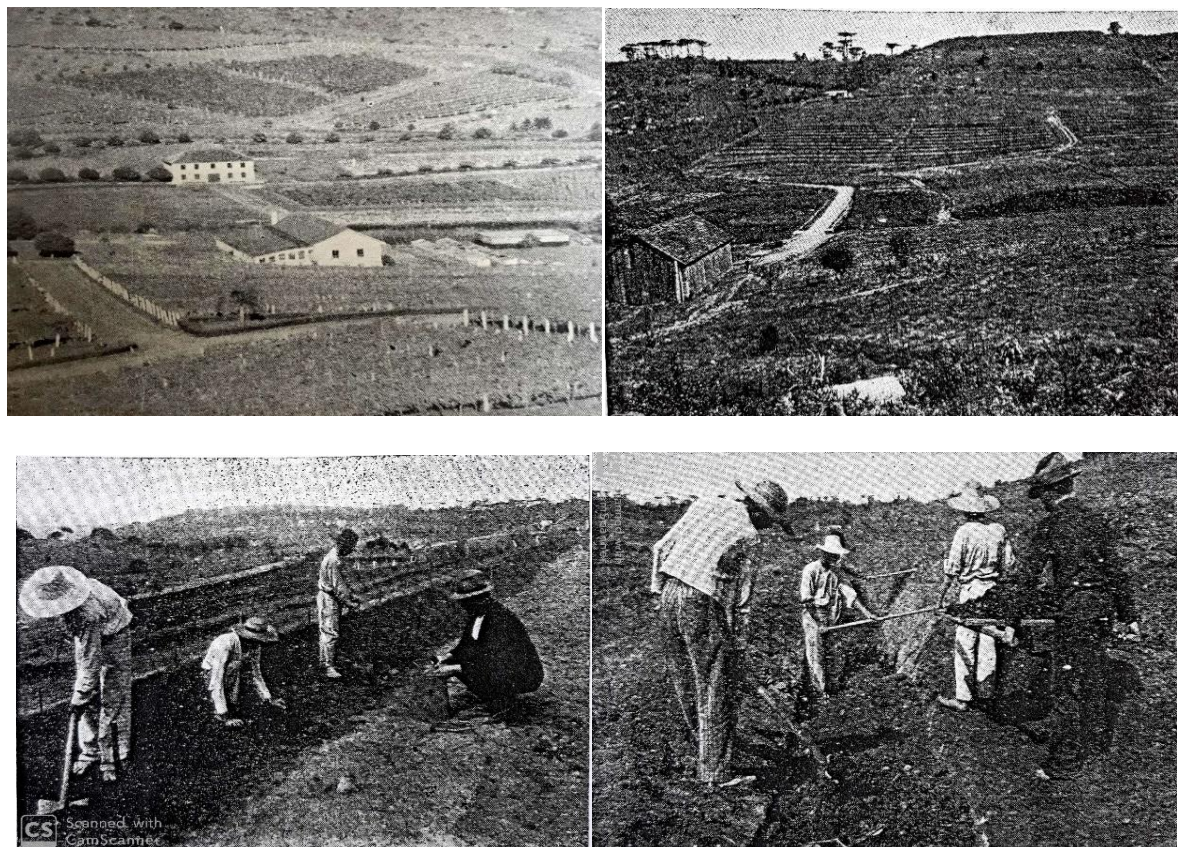
Igual modo de condução observa-se na Itália, na atualidade, com a utilização dos mesmos materiais e dos muros de contenção de pedras. (Imagem 101).



Imagem 101 – A condução das videiras em forma de latada no norte da Itália, em 2019.
Fonte: <https://www.lastampa.it/torino/>. Acesso em: set. 2019.

A paisagem vitícola, desde os primeiros cultivos, faz parte do referencial identitário da região, do cotidiano de seus produtores, cujo modo de condução dos vinhedos tornou-se uma marca do território.

O aumento de produção foi acompanhado por pesquisas científicas do setor com a implementação da Estação Experimental de Caxias do Sul¹⁵⁶ (Imagens 102-105), onde forneciam suporte técnico ao cultivo e ao manejo vitivinícola na região.



Imagens 102, 103, 104 e 105 – Estação experimental de Caxias do Sul, na década de 1920. No sentido horário: A sede da Estação, a paisagem vitivinícola com múltiplas varietais de vinhedos e modos de condução; o preparo da terra e o plantio das videiras.

Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud -1875-1925 (p. 201).

Fotos 103, 104 e 105: Gobbato (1940, p. 134, 140 e 142).

A colheita da uva sempre foi o evento máximo familiar, cujo calendário anual era regido a partir do “antes e depois da safra”. Nela, a paisagem vitícola, em conjunto com a mão de obra familiar e de vizinhos, foi um evento constante nos registros, tanto das famílias quanto das comunidades, para demonstrar a prosperidade que a atividade vitivinícola alcançou com o trabalho familiar.

¹⁵⁶ A Estação Experimental de Caxias do Sul, criada em 1920 e instalada em Caxias do Sul para fornecer o apoio técnico da vitivinicultura da região, importou no ano de 1927 numerosas castas de viníferas, híbridos produtores e porta-enxertos que, plantados em 1929, permitiram ampla distribuição aos produtores interessados. (Gobbato, 1940, p. 25).

Na atualidade, a colheita continua sendo de singular importância, com menos mão de obra familiar, que por isso passou a ser contratada, mas igualmente envolve a família e os vizinhos e é o resultado do trabalho dedicado aos vinhedos durante todo o ano.

Em Bento Gonçalves, já na década de 1920 (Imagem 106), as cenas da vindima ficaram eternizadas com os registros da colheita da uva: os parreirais, os cestos de vime,¹⁵⁷ a família e demais pessoas envolvidas no processo formavam a paisagem e imagens singulares, de expressão do saber-fazer local.



Imagem 106 – A colheita da uva com os cestos de vime em Bento Gonçalves, na década de 1920 em uma propriedade familiar.

Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud - 1875-1925 (p.70).

¹⁵⁷ Vime: Vara ou haste de vimeiro. Designação dada a árvores e arbustos da família das salicáceas, do gênero *salix* = vimeiro. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/vime>. Acesso em: 4 jan. 2020).

A vime de origem no Antigo Egito, cultivado em forma de arbusto e abundante na região, foi um material largamente utilizado pelos primeiros produtores para a manufatura de utensílios e equipamentos auxiliares no processo produtivo da colheita da uva, assim como para uso doméstico.

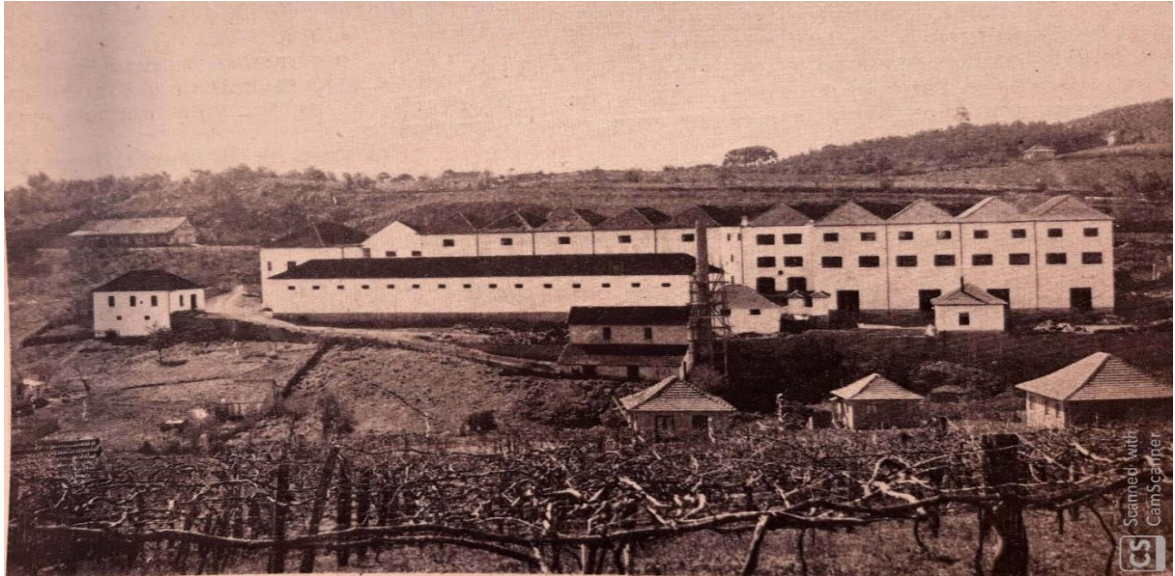


Imagem 107– Cooperativa Vinícola Garibaldi na década de 1950. Em primeiro plano, os parreirais.
Fonte: Álbum Comemorativo ao 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1950, p. 302).

As cooperativas vitivinícolas tiveram importante papel para o escoamento da produção vitícola. A Cooperativa Garibaldi (Imagem 107), localizada na área urbana do município de Garibaldi – RS, desde 1931 mantém-se em pleno funcionamento (Anexo 1). A paisagem sempre está presente como parte do cenário e envolve as áreas próximas das cooperativas vinícolas. Mesmo com a localização na área urbana de Garibaldi – RS, demonstra a proximidade das áreas de cultivo das áreas industriais para a entrega da colheita.



Imagens 108 e 109 – O cotidiano familiar da colheita da uva e a utilização dos cestos de vime. Linha Leopoldina – Bento Gonçalves – RS, hoje Vale dos Vinhedos.
Fonte: Revista Geográfica Universal (1975, p.449-451).

Já na década de 1970, a utilização dos cestos de vime (Imagem 108 e 109) para a colheita da uva passou a dar lugar às caixas de plástico (Imagem 111) por proporcionar maior contenção do suco da uva. Entretanto, a produção e a colheita continuam como principal fator econômico das famílias (Imagem 110). Os filhos menores acompanhavam o processo, já que a colheita era totalmente manual, assim como o carregamento da produção seguia nas carroças ou nos caminhões para as vinícolas e/ou cooperativas.



Imagens 110 e 111 – Colheita da uva na Linha Leopoldina com familiares e vizinhos – Bento Gonçalves – RS, hoje Vale dos Vinhedos.

Fonte: Revista Geográfica Universal (1975, p.440 e 448).

O município de Monte Belo do Sul notabilizou-se pela produção de uvas, principalmente as brancas.¹⁵⁸ A quantidade e a sequência dos vinhedos (Imagens 112 e 113) foram também elementos de conquista, que significou a transposição das dificuldades que as famílias ultrapassaram na construção do território vitivinícola.

A paisagem vitivinícola que delineou a formação do território criou um fator de identidade determinante para com seus produtores que continua nos dias atuais.

¹⁵⁸ Uva Branca: Uva empregada em geral na produção de vinhos brancos. Pode, no entanto, ser de cor verde, amarela ou mesmo avermelhada. Algumas brancas são usadas por vezes na composição de vinhos tintos como coadjuvantes. (Tagliari e Campos, 2011, p. 517). Entretanto, salienta-se que não há diferenciação na paisagem vitícola no cultivo de uvas brancas ou tintas.



Imagens 112 e 113 – A paisagem vitivinícola de Monte Belo do Sul, na época distrito de Bento Gonçalves – RS, marcada pelos tutores vivos e pela sequência de vinhedos.
Fonte: Revista do Vinho (1997, p.449-451).

5.2.2 A construção da paisagem e a marca no território

A rusticidade inicial do plantio, do surgimento da paisagem à elaboração de vinho, conduziu ao calendário anual das comunidades em cujas festas o vinho tinha seu lugar de destaque, principalmente nas de casamento. A data para essas festas partia da disponibilidade do vinho da safra, ou seja, depois de junho. Criou-se, assim, uma infraestrutura de produção básica necessária para a comercialização da produção que ocasionou um mercado do vinho, de modo a expandir a produção vitivinícola no Estado e no Brasil.

No início, além do território produtor, a comercialização¹⁵⁹ direcionou-se para Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul, abrindo-se em seguida para outros grandes centros, como São Paulo. Na segunda etapa (1910 a 1950) verificou-se o aumento significativo da produção vinícola, que ampliou outras áreas de insumos, máquinas e equipamentos e proporcionou um gradativo desenvolvimento regional. A comercialização dos produtos, principalmente do vinho, foi acompanhada de perto

¹⁵⁹ De acordo com Gobatto (1940, p. 32), desde o final do século XIX o vinho da Serra Gaúcha era exportado para outras regiões do Rio Grande do Sul e do país. No ano de 1900, era transportado em carretas (carroças) até os portos de São Sebastião do Caí e Montenegro e seguia por via fluvial até Porto Alegre – capital. O transporte intensificou-se em 1912 com a chegada da estrada de ferro em Caxias do Sul, e no ano de 1919 em Bento Gonçalves, RS. Esse rápido crescimento de produção também teve seus reflexos sobre a paisagem vitícola, ampliando a área de plantio e imprimindo uma marca na região.

pelos imigrantes italianos e por seus descendentes. A terceira etapa, segundo Frozi (1975, p. 76-78), caracteriza-se pela “superação transformativa de um passado distante e integração numa realidade atual”, assumindo seu legado histórico que se conecta ao presente e ao passado, mas com direcionamento para o futuro.

Atualmente, falar do vinho brasileiro, do território produtor e da paisagem vitícola remete para esses lugares no Rio Grande do Sul, resultado de mais de um século de vivências, de produção e elaborações de vinhos que marcou a Serra Gaúcha e nela imprimiu sua marca.

Novos territórios vitivinícolas fora da Serra Gaúcha surgiram no Brasil nos últimos 30 anos e contribuem para engrandecer ainda mais o vinho brasileiro e sua paisagem.

Na atualidade, a produção vitivinícola na Serra Gaúcha é a maior e mais importante do Brasil e responde por cerca de 85% da produção nacional de vinhos. Aproveita-se do solo basáltico e do clima temperado, úmido, com noites amenas, para cultivar uvas com personalidade forte. A Serra Gaúcha abrange hoje as quatro áreas de produção enológica certificadas do país. O Vale dos Vinhedos, que ocupa 72,45 quilômetros quadrados entre as cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, foi pioneiro ao buscar a Denominação de Origem (DO) para seus rótulos. Seguindo seus passos, os municípios de Pinto Bandeira e Monte Belo do Sul conquistaram a Indicação de Procedência (IP) para os rótulos lá elaborados, assim como a região dos Altos Montes, que abrange as cidades de Flores da Cunha e Nova Pádua. (IBRAVIN, 2019).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), o Brasil possui 79.904 hectares de vinhedos cultivados, é o 13º maior produtor de vinhos do mundo, sendo o quinto maior produtor de vinhos do Hemisfério Sul. O país possui em torno de 225 variedades de uvas cultivadas; 90% da produção nacional de uvas para o processamento são produzidas no Rio Grande do Sul e 750 milhões de quilos de uvas são processados anualmente no Brasil. Do cultivo brasileiro de uva para o processamento, 50% são destinados à elaboração do suco de uva. O Rio Grande do Sul elabora 90% do vinho brasileiro, 85% dos espumantes e 90% do suco de uva, que representa uma produtividade superior à dos demais Estados brasileiros. Os rótulos brasileiros conquistaram mais de 2.500 premiações internacionais nas últimas décadas e mais de 200.000 pessoas estão envolvidas na cadeia produtiva da uva e do vinho. O setor vitivinícola movimenta mais de 9 bilhões de reais por ano, e 90% das exportações vinícolas brasileiras são de empresas do Rio Grande do Sul.

Estados	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽²⁾
Rondônia	197	197	69
Piauí	168	168	240
Ceará	940	760	708
Paraíba	2.196	2.636	2.620
Pernambuco	237.367	242.967	390.300
Bahia	77.408	62.740	51.090
Minas Gerais	12.615	11.224	13.070
Espírito Santo	2.327	2.469	3.608
Rio de Janeiro	101	101	287
São Paulo	142.631	144.110	133.118
Paraná	69.035	66.000	56.295
Santa Catarina	69.118	33.849	65.800
Rio Grande do Sul	876.215	413.640	956.913
Mato Grosso do Sul	105	981	981
Mato Grosso	981	1.351	1.247
Goiás	4.008	2.566	1.974
Distrito Federal	1.890	1.300	1.700
Brasil	1.497.302	987.059	1.680.020

Imagem 114 – Produção de uvas nos Estados brasileiros nos anos de 2015 a 2017.
Fonte: Mello (2018).

Os dados da Imagem 114 demonstram que, por suas dimensões, o Brasil possui ainda um grande potencial de crescimento no setor vitivinícola. No centro desse potencial situam-se os territórios vitivinícolas do Rio Grande do Sul, cuja maior produção se localiza na Serra Gaúcha.

Os municípios que compõem o Vale dos Vinhedos apresentam uma produtividade de uvas em franco crescimento (Imagem 115), principalmente de uvas *vitis viníferas*, destinadas à elaboração de vinhos finos.

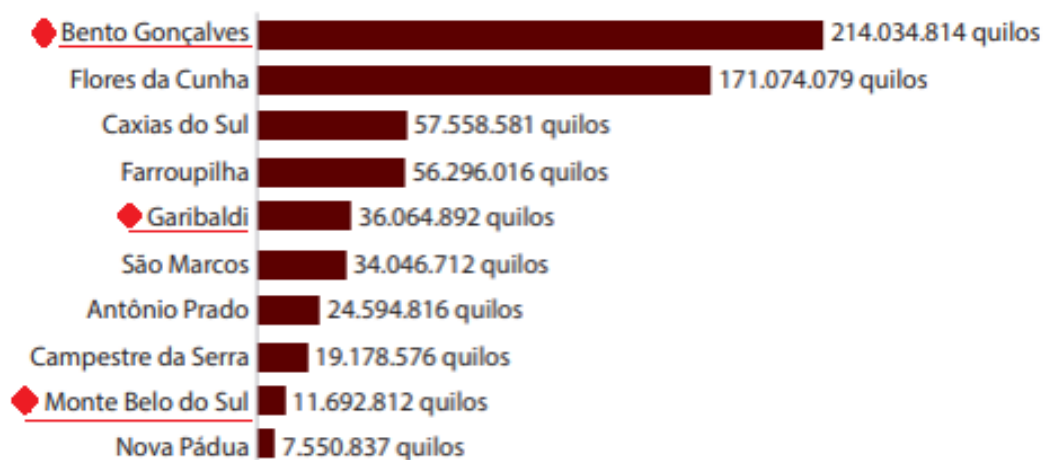


Imagem 115 – Municípios da Serra Gaúcha com maior produção de uvas. Em destaque os municípios que compõem o Vale dos Vinhedos.

Fonte: IBRAVIN (2019).

A paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos constitui um referencial do território produtivo, iniciado desde a chegada dos imigrantes italianos em 1875. Sua singularidade remete ao modo de plantio das videiras, consorciada com tutores vivos – árvores (Ver Capítulo 2). Ao longo de mais de 140 anos de produção, verificou-se o aumento do volume de plantio e produção vitivinícola; entretanto, poucas alterações da paisagem foram notadas nos primeiros 100 anos. Neste contexto, o território solidificou-se como referência brasileira de produção e da paisagem vitivinícola. A partir da década de 1970, o território e a paisagem passaram a ganhar novos contornos, quer pela expansão da produção e/ou a otimização produtiva. Novas indústrias surgiram no Vale dos Vinhedos, o que acarretou a transformação do território produtor e da paisagem.

Por essa razão, elegeu-se uma pequena sequência fotográfica que demonstra as alterações na paisagem vitícola em uma área do Vale dos Vinhedos. Está inscrita numa linha de tempo que vai da década de 1960 ao ano de 2019. Na Imagem 116, a paisagem do Vale dos Vinhedos (antiga Linha Leopoldina) na década de 1960 é retratada em seu ambiente característico produtivo: em primeiro plano, a casa centenária de tijolos com o porão de pedras, rodeada pelos vinhedos conduzidos em modo de latada, com os tutores vivos que marcam as áreas de cultivo; observa-se a baixa densidade populacional, com casas esparsas e o aglomerado de árvores que margeiam o pequeno córrego.



Imagem 116 – Paisagem vitivinícola na década de 1960 na Linha Leopoldina, hoje Vale dos Vinhedos – Distrito de Bento Gonçalves.

Fonte: Fotografia de Eli Pavoni original em preto e branco, posteriormente foi pintada a mão.

Na década de 1980 a instalação de uma indústria nesse lugar desencadeou uma das maiores alterações no território produtor, cujo entorno passou a ter ocupação para o comércio de apoio, como restaurantes, pequenas indústrias e outros.



Imagem 117 – A paisagem vitivinícola da Imagem 116 no ano de 2019
Fonte: Fotografia da autora (2019).

Assim, o território produtor e a paisagem foram modificados continuamente (Imagem 117). Na imagem 118 demonstra-se a consolidação e a ampliação da área industrial, que tomou o lugar dos vinhedos e da paisagem.



Imagem 118 – Detalhe da transformação da paisagem vitivinícola da Imagem 116 no ano de 2019.
Fonte: Fotografia da autora (2019).



● Indústria ● Casa Centenária ● Comércio de apoio

Imagem 119 – Situação do complexo industrial construído na paisagem vitivinícola da Imagem 116.
Fonte: Baseado em Google Earth (jan. 2020).

O entendimento do valor cultural dos territórios vitivinícolas, assim como da paisagem vitícola, tomou forma através do Projeto de Estudo dos Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), da Universidade de Caxias do Sul – RS, que desde o ano de 1974 se juntou às pesquisas anteriores sobre a italianidade na Serra Gaúcha.

Por mais de 25 anos o projeto registrou todas as formas de cultura italiana que, de acordo com seus coordenadores, Professores Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro e José Clemente Posenato, “foi uma espécie de guardião da cultura construída na região de imigração italiana das antigas colônias da Serra Gaúcha e, por extensão, de toda a cultura de imigração italiana no Rio Grande do Sul”. (RIBEIRO; POSENATO, 2004, p. 14). Este projeto contribuiu significativamente para o que hoje se estuda, pesquisa e debate sobre a paisagem vitícola, através do entendimento dos autores de que *“toda cultura é um processo de transformação permanente. Estudar a cultura não tem como objetivo petrificá-la, mas compreender seu fluxo para, em última instância, cada indivíduo saber quem é, qual a sua identidade.”*

A construção da paisagem vitícola no território de estudo extrapola seus limites geográficos pelo fato de o cultivo vitivinícola representar uma construção regional.

Pozenato (2003, p. 2) entende a região como uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade (a imigração italiana), a partir de fronteiras

naturais, constituída por ordens políticas, das representações de diferentes ciências. Para Paviani (2004, p. 238), a regionalidade é percebida como o desenvolvimento do modo criativo; é a origem do entendimento e do desenvolvimento do homem e do mundo, entremeado pelo conjunto de fatos que contribuíram para a formação do conceito de regionalidade, sem delimitação de fronteiras, mas que circunscreve um território socialmente construído, conforme o território vitivinícola.

Paviani (2004, p. 239) também entende que a região é gerada por relações culturais que, por natureza, são tecidas por uma série de momentos interculturais, com diferenças de valores e costumes, onde se colocam em conflito o tradicional e o moderno (condução das videiras). A região é a primeira manifestação de um processo cultural cujos aspectos culturais formam uma totalidade e torna-se a essência da cultura regional. *“Toda a cultura na sua gênese é regional, constitui os lugares onde o homem se sente à vontade e define um ethos.”*

A reflexão sobre região, cultura e regionalidade é trazida na tese para entender, na linha do tempo, a construção da paisagem vitícola em estudo. Os cultivos vitivinícolas são portadores de história, de memória, de identidade, cuja pesquisa investiga no sentido de entender os avanços e as modificações e transformações que o Vale dos Vinhedos apresenta.

O cultivo vitivinícola construiu uma marca local que operacionalizou um entendimento que deixa de ser local para transformar-se em uma marca da região, formando uma regionalidade pelas similaridades de construção da paisagem.

5.3 O tensionamento entre o espaço rural e urbano: o uso do solo nos Planos Diretores, a paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos

O Vale dos Vinhedos obteve o reconhecimento como Patrimônio Histórico Cultural do Rio Grande do Sul no ano de 2012, através do Projeto de Lei nº 44, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O projeto foi aprovado, está vigente, porém não há base legal para que se concretize uma proteção em nível estadual ou municipal. Para sua formalização, de acordo com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE),¹⁶⁰ é necessária uma solicitação que deve partir do

¹⁶⁰ Ver em: Downloads - 2. Portaria nº 02/2012. Dispõe sobre os procedimentos necessários para o tombamento no âmbito do IPHAE RS. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2019.

território no qual está inserido o bem – Vale dos Vinhedos ou dos municípios que o compõem. Na falta desses procedimentos, a declaratória torna-se inócua, sem base legal de proteção enquanto não houver o reconhecimento (tombamento) do Vale dos Vinhedos pelo IPHAE. Deste modo, seria desejável criar iniciativas de tutela e proteção do Vale dos Vinhedos como Patrimônio Histórico Cultural, atreladas aos Planos Diretores locais que se estudará neste capítulo.

Para tal, a Portaria SEDAC nº 02, de 16 de janeiro de 2012, dispõe sobre os procedimentos necessários para o tombamento no âmbito do IPHAE. Neste sentido, em 11 de setembro de 2019 consultou-se o IPHAE e o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC de Bento Gonçalves para saber se houve ou há solicitações para o tombamento do Vale dos Vinhedos baseadas na Lei nº 44/2012 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em resposta, os órgãos solicitados informaram que até aquele momento não houve solicitações do requerido.

Observam-se, deste modo, as vulnerabilidades a que estão expostas a história, a memória e a paisagem do Vale dos Vinhedos na falta de uma legislação eficaz que possa garantir a integridade e a preservação do seu patrimônio cultural.

O reconhecimento da Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos (2002-2012), que é de âmbito da produção vitícola, trouxe novos elementos ao território nos três municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Esse fator desenhou novos contornos em razão de, além da produção vitivinícola, haver um território pulsante que viu nascer novas realidades que ultrapassam a questão vitivinícola. O reconhecimento proporcionou maior visibilidade ao território, assim como o aumento significativo do turismo e do enoturismo, crescente oferta de gastronomia, ampliação das visitas às vinícolas e degustações, crescimento do número de hotéis, pousadas e outros. Todos esses fatores são positivos, e uma vez incorporados no território é necessário que sejam regrados.

O turismo vitivinícola inscreve-se na esfera do turismo cultural e apresenta diferentes âmbitos, nos quais está inserido o patrimônio material e imaterial e gera tanto oportunidades como desafios. Neste sentido, o desenvolvimento dessa atividade é regulamentado pela Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (UNESCO, 2019, p. 104-105), que visa a interação entre os valores patrimoniais, a preservação da autenticidade dos sítios turísticos, minimizar impactos negativos sobre o patrimônio cultural, concretizar resultados positivos com a atividade e outros. Assim, é recomendado no Princípio 2:

2.2 A interação entre os recursos, ou os valores, do património e o turismo é dinâmica e está sempre em mudança, gerando tanto oportunidades como desafios, assim como potenciais conflitos. As obras, as atividades e os desenvolvimentos do turismo devem concretizar resultados positivos e minimizar os impactos adversos sobre o património e sobre os estilos de vida da comunidade de acolhimento, ao mesmo tempo que respondem às necessidades e às aspirações dos visitantes.

2.4 É importante a retenção da autenticidade dos sítios património. Ela é um elemento essencial do seu significado cultural, conforme está expresso no material físico, nas memórias coletadas e nas tradições intangíveis que restam do passado. Os programas estabelecidos devem apresentar e interpretar a autenticidade dos sítios e das experiências culturais, para valorizarem a apreciação e a compreensão desse património cultural.

2.5 Os desenvolvimentos turísticos e as obras de infra-estruturas devem ter em consideração as características estéticas, as dimensões social e cultural, as paisagens natural e cultural, a biodiversidade e o contexto visual amplo dos sítios do património. Deve ser dada preferência à utilização de materiais locais e devem ser tomados em consideração os estilos arquitetónicos locais ou as tradições vernáculas.

Os crescentes números de aumento do percentual de visitantes nos destinos turísticos de Bento Gonçalves (Imagem 120) demonstram o aumento do interesse por esses lugares do vinho. O Vale dos Vinhedos possui um percentual superior de visitantes se comparado aos demais roteiros de turismo de Bento Gonçalves, que é o maior município a compor o Vale dos Vinhedos.

Número de visitantes especificados por alguns roteiros turísticos <i>Number of visitors in some tourist routes</i>	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017-2016 <i>Variation 2017-2016</i>	Variação média nos 5 anos <i>Variation last 5 years</i>
Vale dos Vinhedos <i>Vale dos Vinhedos</i>	302.507	294.966	397.519	410.149	415.957	1,4%	8,3%
Cooperativa Vinícola Aurora <i>Cooperativa Vinícola Aurora</i>	150.198	149.228	158.804	173.803	180.099	3,6%	4,6%
Caminhos de Pedra <i>Caminhos de Pedra</i>	63.403	62.531	83.026	94.430	95.308	0,9%	10,7%
Vale do Rio das Antas/Salton <i>Vale do Rio das Antas/Salton</i>	81.996	72.196	84.296	73.420	82.895	12,9%	0,3%
Cantinas Históricas (Faria Lemos) <i>Cantinas Históricas (Faria Lemos)</i>	5.620	15.564	15.528	27.700	27.887	0,7%	49,3%
Encantos da Eulália <i>Encantos da Eulália</i>	3.968	12.576	17.732	26.318	23.256	-11,6%	55,6%
Outros roteiros (atrativos turísticos urbanos) <i>Other routes (Urban tourist sights)</i>	382.931	406.396	454.918	553.933	650.269	17,4%	14,2%

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves (SEMTUR) | Source: Bento Gonçalves' Tourism Department (SEMTUR)

Imagem 120 – Número de visitantes dos roteiros turísticos de Bento Gonçalves, em destaque o Vale dos Vinhedos, de 2013 a 2017.

Fonte: Revista do Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (2017).

O município de Garibaldi é reconhecido como “A Capital Brasileira do Espumante” devido ao pioneirismo na elaboração dos espumantes e vinhos. O primeiro espumante data de 1913,¹⁶¹ quando a produção de vinhos e espumantes ganhou espaço com a Primeira Exposição de Uvas de Garibaldi e o espumante “moscato typo Champagne”, elaborado por Manoel Peterlongo, recebeu a primeira “Medalha de Ouro”. A fama do “champagne” espalhou-se, e em 1915 a vinícola foi oficializada e passou a ser a primeira do Brasil a elaborar um espumante.



Imagem 121 – A paisagem vitícola defronte à vinícola que elaborou o primeiro espumante do Brasil
Fonte: www.peterlongo.com.br. Acesso em: 12 nov. 2019.

O município de Garibaldi demonstra dados de crescimento do turismo¹⁶² também no Vale dos Vinhedos: ano 2002 – 62.742 visitantes; ano 2012 – 348.571 visitantes; ano 2018 – 609.547 visitantes, com aumento percentual de cerca de quase dez vezes nos últimos 16 anos.

O município de Monte Belo do Sul possui na vitivinicultura a principal fonte de renda da população, além de impulsionar o desenvolvimento do turismo. De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo,¹⁶³ verifica-se no município nos últimos três anos, 2017 – 2019, um maior fluxo de turistas nos dias comuns e que se amplia nas datas festivas, nos finais de semana e nos eventos do município. Deste modo, os dados municipais indicam para o percentual aproximado de 30% de incremento no movimento do turismo no município nos últimos dez anos.

¹⁶¹ Disponível em: www.peterlongo.com.br. Acesso em: out. 2019.

¹⁶² Dados fornecidos à autora pela Secretaria Municipal do Turismo de Garibaldi, em 12 de novembro de 2019.

¹⁶³ Dados fornecidos à autora pela Secretaria Municipal do Turismo de Monte Belo do Sul, em 12 de novembro de 2019.



Imagem 122 – A paisagem vitícola, reconstruída no desfile alegórico de Monte Belo representando a colheita da uva. 2019

Fonte: <https://www.visitemontebelo.com.br/>



Imagem 123 – Pisa da uva , no desfile do município de Monte Belo do Sul, 2019

Fonte: <https://www.visitemontebelo.com.br/>

O aumento significativo do turismo e do enoturismo, de acordo com os dados apresentados, também impulsiona o surgimento de novos prestadores de serviço¹⁶⁴ no território¹⁶⁵ que, por sua vez, alteram o cotidiano dos produtores e beneficiam o comércio local, mas são portadores de alterações no território. No Vale dos Vinhedos verifica-se o aumento gradativo e substancial do valor da terra em percentuais de 200 a 500% (TONIETTO, 2006; FALCADE *apud* GALANI, 2017), assim como o abandono de áreas vitícolas antes produtivas e novos usos do solo, como a construção de condomínios residenciais em área rural de alto padrão, com características urbanas.

Neste contexto de valorização, o território e a paisagem vitícola passam a fazer parte das estratégias econômicas de mercado, para além do valor de produção vitícola, mas também pelo valor de uso e fruição. Essas ações possuem o vetor de gerar conflitos no uso do solo de um território com produção vitivinícola reconhecida (DO) pela súbita valorização da terra. Os elementos apresentados que conduzem a geração de impactos também podem estar atrelados na legislação dos Planos Diretores¹⁶⁶ dos três municípios, que definem e sinalizam, nas respectivas áreas, o uso do solo do Vale dos Vinhedos.

¹⁶⁴ Quando se faz referência aos prestadores de serviços no Vale dos Vinhedos, trata-se dos hotéis, pousadas, restaurantes, cafeterias, cervejaria, loja de chocolates, vendas de produtos locais, sorveteria etc. que atendem ao turismo e enoturismo.

¹⁶⁵ Ver no Capítulo 4, p. 197 a comparação entre as vinícolas e prestadores de serviço associados da APROVALE.

¹⁶⁶ Plano Diretor: De acordo com Villaça (2005, p. 8-20) não deve ser confundido com Zoneamento (controle do uso do solo); é um instrumento muito mais poderoso e abrangente, que abarca todos os problemas fundamentais da cidade. Neste sentido, é um projeto de planejamento de médio a

Neste âmbito, a tese investiga o Plano Diretor dos municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Garibaldi, que formam o Vale dos Vinhedos, por ser um instrumento de igual teor, com força de Lei, que regulamenta o uso das áreas rurais e urbanas dos municípios para, deste modo, analisar as disposições sobre o uso do solo e a proteção do patrimônio cultural e da paisagem vitivinícola.

Ainda que se analisem os Planos Diretores de Bento Gonçalves (2006), Garibaldi (2008) e Monte Belo do Sul (2006) para entender a continuidade que oportunizaram nos planos posteriores revisados de 2018 e 2019, cuja linha de tempo proposta na pesquisa está balizada entre os anos de 2012 a 2019, o ano de 2012 sinaliza o reconhecimento do Vale dos Vinhedos com a Denominação de Origem, sendo que, na pesquisa anterior, na Dissertação de Mestrado da autora, foram analisados os períodos anteriores, e ora se dá continuidade ao estudo.

De acordo com as informações fornecidas pelas prefeituras municipais, os Planos Diretores de Bento Gonçalves e de Garibaldi foram atualizados no ano de 2018 e estão em vigência; Monte Belo do Sul realizou a atualização no ano de 2019 e, de acordo com informações da prefeitura, não há alterações previstas na área do Vale dos Vinhedos que se localiza no município.

5.4 Análise dos Planos Diretores dos municípios do Vale dos Vinhedos

A Área Geográfica Vale dos Vinhedos já descrita, mas convém reforçar, é formada com diferentes percentuais dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, adota medidas estabelecidas e diversificadas em seu Plano Diretor. Por esta razão, a análise inicia pelo maior percentual de participação no Vale, o município de Bento Gonçalves.

longo prazo, com participação popular, e deve necessariamente atravessar várias administrações municipais. Deve ser entendido como instrumento de ordenação, regulamentação e racionalização do desenvolvimento global das cidades.

Vilaça (2005) assinala que o Plano Diretor foi trazido ao Brasil pela ideologia neoliberal e denominado *Plano Estratégico*, desenvolvido na América Latina no início dos anos 90 pelos *urbanistas catalões*, por ocasião das Olimpíadas de 1992 (Barcelona). O Plano Diretor consta da Constituição Federal de 1988, é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/001. Art. 41) entende essa obrigatoriedade para outras categorias de cidade: integrantes de áreas metropolitanas, de interesse turístico independente do número de habitantes.

5.4.1 Bento Gonçalves

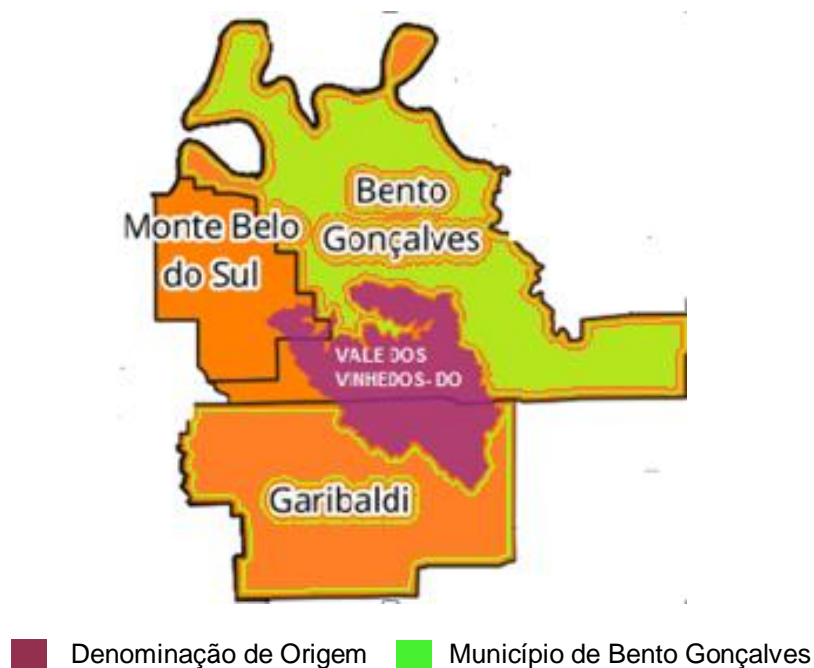


Imagem 124 – O município de Bento Gonçalves na composição do Vale dos Vinhedos
Fonte: Baseado em IBGE (2019).

O município de Bento Gonçalves foi criado através da Colônia Dona Isabel em 1870. Anterior a essa data, o lugar sediava um pequeno comércio que servia de parada para o descanso dos tropeiros. Em 1875 iniciou a imigração italiana, e em março de 1876 havia 348 lotes medidos e demarcados com uma população de 790 pessoas, sendo 729 italianos.

Em 2019, Bento Gonçalves, a Capital Brasileira da Uva e do Vinho, possuía uma população de 120.454 pessoas.¹⁶⁷ A economia no ano de 2019 estava assim baseada: 63% na indústria, 24% no comércio e 13% em serviços.¹⁶⁸ Parte de sua área mais importante de produção vitivinícola está incluída na primeira região do Brasil a obter o reconhecimento da produção vitícola através da Indicação Geográfica (IG 2002). Neste contexto do município serão analisados os Planos Diretores do ano de 2006¹⁶⁹, cuja inovação foi a inclusão das áreas rurais, como o Distrito do Vale dos Vinhedos, e o Plano Revisado de 2018, que sinalizou mudanças significativas nos territórios urbano e rural nos períodos de vigência.

¹⁶⁷ Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 set. 2019.

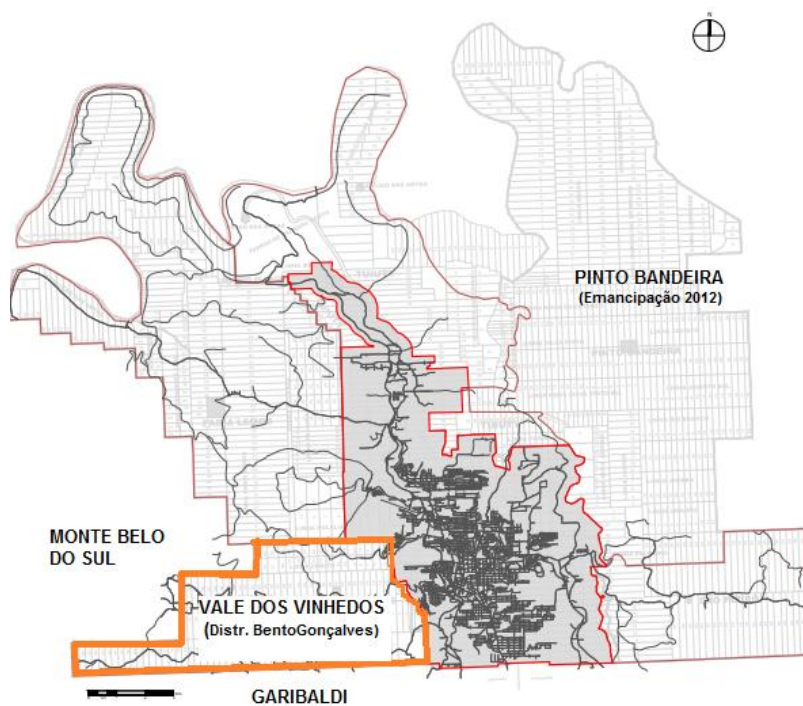
¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.cicbg.com.br>. Acesso em: jul. 2019.

¹⁶⁹ Os Planos Diretores de 2006 e 2018 estão publicados e disponíveis para consulta em: http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/uploads/downloads/00_Plano_Diretor_Compilado.pdf. Acesso em: ago. 2019.

O município de Bento Gonçalves possui um duplo entrelaçamento com o Vale dos Vinhedos: o primeiro foi a criação do Vale dos Vinhedos como o 8º Distrito de Bento Gonçalves, através da

[...] Lei Municipal nº 1.805, de 17 de agosto de 1990, criou o 8º Distrito: o Vale dos Vinhedos. [...] Desse modo, o território comporta duas designações distintas: a primeira: o Vale dos Vinhedos como território político, o 8º Distrito do Município de Bento Gonçalves criado em 1990, que pertence à zona rural do município; A segunda: o Vale dos Vinhedos como Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos (IGVV- 2002), que utiliza o mesmo nome do Distrito de Bento Gonçalves, mas abrange parte de áreas territoriais de municípios limítrofes, de Monte Belo do Sul e Garibaldi. (PIANA GIORDANI, 2013, p. 145).

O percentual de participação dos municípios no Vale dos Vinhedos é o mesmo desde a formação inicial, em 1995. A dimensão do primeiro reconhecimento da IG (2002) e DO não é a mesma, com pequenas alterações de dimensão. O município de Bento Gonçalves possui a maior parcela de participação no Vale dos Vinhedos: na DO, a parcela é de 61,07% da formação da área geográfica.



■ Limite da área urbana de Bento Gonçalves ■ Limite área rural ■ Distrito do Vale dos Vinhedos do município de Bento Gonçalves de nome homônimo ao Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem

Imagem 125 – O município de Bento Gonçalves sobre a malha das antigas colônias, cujos imigrantes italianos foram assentados em 1875.

Fonte: Baseado no Plano Diretor Revisado (2018) IPURB – BG ANEXO 1.0 ME (2019).

5.4.1.1 O Plano Diretor de 2006: Área Rural – Vale dos Vinhedos

Quando da aprovação do Plano, o Vale dos Vinhedos (Área Geográfica) já possuía o reconhecimento da Indicação Geográfica (2002). Nele foram definidos na Área Rural (Art. 17, parágrafo único) os aglomerados rurais no Vale dos Vinhedos e os demais distritos anteriormente denominados povoados. Desde a vigência desse Plano em 2006, além das alterações através de 18 Leis Complementares de 2006 a 2011, foram conduzidas as transformações atuais, tanto da área urbana quanto da área rural. Neste Plano, a paisagem vitícola e a preservação estão expressas na Secção XVII – Zona de Preservação da Paisagem do Vale dos Vinhedos Urbana (Art. 69, 70, 71, 73), que salienta que as zonas destinadas à vitivinicultura serão protegidas e preservadas. Entretanto, não foi estabelecida uma normativa geral, a partir de um inventário¹⁷⁰ da paisagem, para enumerar “*as características excepcionais de qualidade e fragilidade*”¹⁷¹ a respeito da preservação. Deste modo, a análise de proteção ficou a cargo do Estudo de Impacto de Inovações Rural (P.D., 2018, ANEXO 11, p. 8). Entretanto, a paisagem sofreu modificações desde o reconhecimento da primeira IG em 2002 a 2006, por inúmeros motivos, entre eles a condução em latada (históricos), que foi suprimida para dar lugar aos vinhedos em espaldeira. (PIANA GIORDANI, 2013, p. 157).

O Plano Diretor de 2006 acionou alterações na paisagem, através da permissão para a construção de condomínios residenciais horizontais na Área Rural do Vale dos Vinhedos, indicada no Art. 75, a partir da primeira Banda – nos primeiros 100 metros distantes do eixo central da rodovia: edificação de residências unifamiliares, comércio, serviços voltados ao turismo e à vocação do Vale. Na Banda 2 (200 metros do eixo central da rodovia) todos os usos permitidos na primeira, assim como condomínios residenciais fechados (grifo nosso), reservando 55% de área de uso comum (circulação, áreas livres e preservação permanente), de acordo com os seguintes artigos e parágrafos:

¹⁷⁰ A realização de um Inventário, de acordo com Sabaté Bel (2006, p. 335), deve conter de modo fundamental a participação dos habitantes da comunidade, centrando-se nos períodos que interessa destacar. Trata-se de registrar e demonstrar todas as potencialidades daquele território para não esquecer de seus elementos importantes.

¹⁷¹ Ver em: http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/uploads/downloads/Anexo_11_.pdf, p. 6. Acesso em: 18 set. 2019.

Art. 223 - A instituição de condomínios edilícios [34], geralmente denominados como condomínios horizontais por unidades autônomas, na forma do Código Civil - Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos arts. 8º e 68 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, será também procedida na forma desta Lei, observando-se a reserva de área não edificável de 55% (cinquenta e cinco por cento) do total registrado.
[...]

§ 2º - No distrito de Vale dos Vinhedos, segundo a diretriz fundamental do local, aonde existir parreirais estes deverão ser mantidos, podendo fazer parte da área não edificável.

§ 4º - A instituição de condomínios edilícios somente será permitida nos aglomerados. (PLANO DIRETOR, 2006, p. 57).

A alteração do Art. 75 através da Lei Complementar nº 109, de 2 de abril de 2007, incisos I e II, ampliou a permissão no Vale dos Vinhedos de residências unifamiliares, comércio e serviços voltados ao turismo e à vocação do Vale dos Vinhedos. O inciso II concede permissão para a construção de condomínios fechados de residências unifamiliares nos primeiros 100 metros do eixo da rodovia, e nos 200 metros (Banda 2) são permitidos os mesmos usos. Também permite o parcelamento de sítios de recreio com terrenos de 2.500,00 m² e os condomínios fechados com lotes de 800 metros. Essas alterações foram ampliadas no Novo Plano Revisado do ano de 2018, que será analisado na segunda parte.

O Plano Diretor de 2006 previu no Art. 333 (P.D., 2006, p. 87) a atualização do Inventário de Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves (IPHAN, 1996), urbano e rural, no sentido de buscar elementos de gestão para esse Plano. Entretanto, no período de 2006 a 2019 o Inventário não foi retomado de acordo com o previsto, e isso permitiu a demolição significativa de edificações históricas na área rural do município por não estarem inscritas no Inventário de 1996.

A atualização do Inventário de Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves (IPHAN, 1996), urbano e rural, deverá ser retomada 14 anos após o previsto em 2006, no ano de 2020.

5.4.1.2 Área Urbana de Bento Gonçalves

Desde a aprovação até 2018, o Plano Diretor de 2006 recebeu mais de dez alterações através de Leis Complementares (LCs) que impactaram e conduziram

alterações dessa área, assim como no que se refere à preservação do patrimônio cultural.

O Art. 62 da LC nº 109, de 2 de abril de 2007, delimitou a preservação somente para bens inventariados em 1996. Essa ação ocasionou a demolição total de edificações, assim como a demolição interna de edificações históricas na área urbana. Permitiu-se nesses casos a preservação externa das fachadas e, deste modo, a autorização para a construção de edifícios de 10 a 14 pavimentos¹⁷² atrás dessas edificações, conforme se demonstra nas Imagens 126 e 127, com ganho de índice construtivo:

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2007:

Art. 62. A Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (PPHC), urbano e rural com base no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves e conforme art. 296 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, serão incentivados através da outorga onerosa do direito de construir operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir, mediante estudos do IPURB alicerçados pelo parecer do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e pelo SPG. Serão observados os potenciais construtivos da zona onde o imóvel está inserido.



Imagens 126 e 127– Edificações com a preservação exterior de edificações históricas permitidas pelo Plano Diretor de BG (2010-2017). Bento Gonçalves.

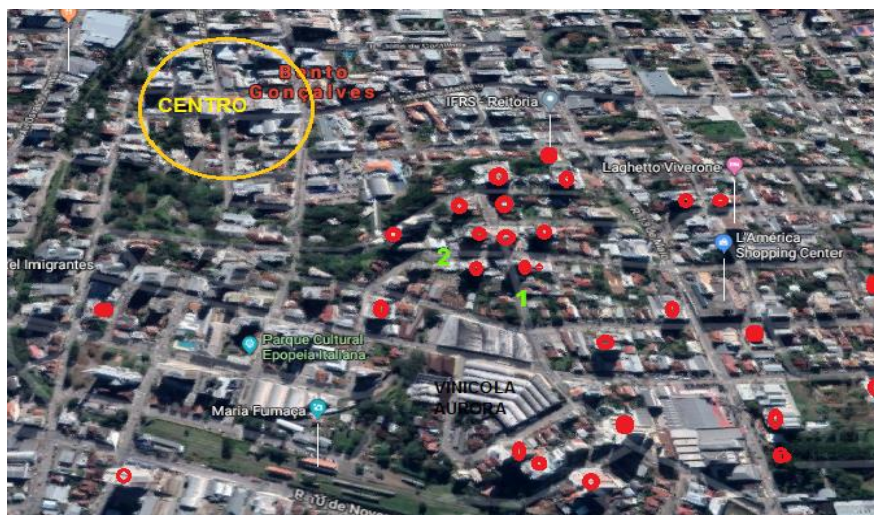
Fonte: Fotos da autora (2019).

As alterações da Lei Complementar nº 109, de abril de 2007, para a preservação das paredes externas das edificações históricas, refletiram-se na área urbana, como:

¹⁷² Ver: Piana Giordani (2013, p. 191-192).

- Art. 61: O inciso XI do artigo 124 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, permitiu a aquisição de potencial construtivo adicional, ou transferência do direito de construir.
- Art. 62: O § 1º do artigo 141-A da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, permite ultrapassar o limite para a construção de edifícios de 10 pavimentos para até 14 pavimentos, em situações de solo criado, com incentivo aos edifícios garagem.
- Art. 63: O § 3º do art. 141-A da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006: Para os edifícios de até 14 pavimentos, os níveis de garagem, no subsolo, não são computados como pavimento.

As alterações demonstradas ofereceram incentivos à outorga onerosa¹⁷³ do direito de construir, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construção na preservação de bens inventariados.



● Edifícios de 10 a 14 pavimentos construídos entre 2010-2019 no Bairro Cidade Alta
1, 2 – Percurso pedestre

Imagem 128 – Pontuação de verticalização com novos edifícios (10- 14 pav) no Bairro Cidade Alta, Bento Gonçalves, RS

Fonte: Adaptado pela autorado Google Maps (2019).

¹⁷³ A respeito da Outorga Onerosa, de acordo com Rezende (2009, p. 2): “Apesar de aparecer na normativa geral brasileira como instrumento de política urbana em 2001, através do Estatuto da Cidade, seus fundamentos remontam à década de 1970. Inicialmente denominado Solo Criado, denominação que evolui já na década de 1990, quando de sua aplicação pelos municípios, para Outorga Onerosa do Direito de Construir, e que é consagrada pela Lei Federal 10.257/2001. Surgem como uma alternativa aos efeitos negativos da urbanização a partir da constatação das limitações de outros instrumentos, como o zoneamento, no encaminhamento de soluções para os problemas das cidades. Nas primeiras experiências internacionais, ganha destaque a experiência americana exemplificada no Plano para a cidade de Chicago (1973), que demonstra o uso de dois instrumentos: *spaceadripte zoningbonus*. O primeiro (na tradução literal, *espaço flutuante*) como parte de uma política de preservação de imóveis, previa a transferência do potencial construtivo de um lote (que acomodasse um edifício histórico). O segundo com o objetivo de se compensar o proprietário do imóvel que se pretendia preservar quando da não utilização total do potencial construtivo permitido.” (Costa e Santos, 1977; Costonis, 3 1974). (Rezende, 2009, p. 2).



Imagem 129 – Ponto de visão 1 do pedestre nas ruas assinaladas no mapa anterior – Bairro Cidade Alta, Bento Gonçalves, RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 130 – Ponto de visão 2 do pedestre nas ruas assinaladas no mapa anterior com a marcação de obras residenciais demolidas no ano de 2019. VER ANEXO
Fonte: Fotos da autora (2019).



Imagem 131 – Rua central e principal de Bento Gonçalves, em destaque a verticalização urbana e o edifício da prefeitura municipal, inaugurado em 1902.

Fonte: Fotos da autora (2019).

A densificação urbana permitida pelas determinações do Plano Diretor de 2006 foi ampliada no Plano revisado de 2018 (cuja alternativa é recomendada nos estudos¹⁷⁴ da revisão do Plano – 2018) e alterou as configurações existentes do espaço urbano. Essas ações materializadas conduziram ao rompimento da morfologia e das configurações espaciais estabelecidas no decorrer do crescimento da cidade.

A verticalização em si não é um problema para Somekh (2019, p. 1), mas o problema reside na forma em que as verticalizações têm se apropriado do espaço urbano nas últimas décadas. O efeito combinado de verticalização e adensamento populacional, embora sugira um “aproveitamento econômico das áreas urbanas”,¹⁷⁵ não se apresenta conforme o elaborado pelos gestores. O que se vê, de acordo com a autora, é a ampliação da oferta de apartamentos relativamente grandes, com menor aproveitamento desses espaços urbanos estruturados, e a eletização da produção vertical dos imóveis. O mesmo processo relatado pela autora ocorreu na área urbana de Bento Gonçalves (Imagens 126, 127, 128, 129), cuja verticalização ocorre nas áreas de maior infraestrutura e voltada para apartamentos maiores, com a oferta de até quatro vagas de garagem.

¹⁷⁴ Revisão do Plano Diretor de Bento Gonçalves – maio de 2015. Apresentação da audiência pública parte 01. Disponível em: <http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/paginas/revisao-plano-diretor-ipurb>. Acesso em: 18 set. 2019.

¹⁷⁵ Refere-se aos locais dotados de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos para o maior número de pessoas.

5.4.1.3 Plano Diretor revisado de Bento Gonçalves – 2018

O Plano Diretor do município, em vigência, foi revisado e aprovado pela Lei Complementar nº 200, de 27 de julho de 2018.¹⁷⁶ Na sua disposição versa sobre a ordenação territorial do município de Bento Gonçalves e sobre a política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana.

1. O Vale dos Vinhedos – Área Rural

Neste Plano Diretor Revisado de 2018 são definidos com maior ênfase o zoneamento rural, a paisagem cultural e os elementos que devem ser preservados, assim definidos no Vale dos Vinhedos, de acordo com:

CAPÍTULO I DO ZONEAMENTO RURAL

Art. 35. Para efeito da aplicação desta lei são instituídas as seguintes macrozonas de uso do solo rural:

I - Distrito do Vale dos Vinhedos: Área de Proteção à Paisagem Cultural Vale dos Vinhedos (APPAC VALE);

SEÇÃO II DO DISTRITO DO VALE DOS VINHEDOS

Art. 36. Distrito do Vale dos Vinhedos – (APP VALE) tem como vocação natural consolidada, a vitivinicultura e o enoturismo, aliados à agricultura e turismo rural, cujas culturas, ocupação do solo e paisagem rural e vitícola, bem como o patrimônio histórico **integrante da paisagem cultural ficam protegidos na forma desta lei.** (grifo nosso).

Art. 37. Ficam estabelecidas como normas de proteção do Vale dos Vinhedos:

I – Delimitação: A totalidade da área do Distrito do Vale dos Vinhedos, conforme mapa do zoneamento;

II - Elementos protegidos: Os vinhedos, a linha do horizonte e as edificações históricas;

III - Condições de proteção: **As áreas hoje destinadas à viticultura ficam protegidas de forma permanente e somente poderão ser utilizadas para outros fins que excluam a viticultura se substituídos por novas áreas de cultivo dessa cultura na mesma propriedade, bem como será incentivado o desenvolvimento de novas áreas de cultivo, integradas com os sistemas tradicionais;** (grifo nosso).

O Plano reconhece a vocação histórica do território vitivinícola, assim como a proteção dos vinhedos e das construções antigas. No entanto, nem todas as

¹⁷⁶ O Plano Diretor Revisado de 2018 e todos os seus anexos aqui comentados encontram-se disponíveis em: <http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/paginas/legislacao-ipurb>. Acesso em: de jul. a set. 2019.

edificações de interesse patrimonial estão incluídas no Inventário de 1996, e para tanto são passíveis de demolição, como ocorreu com outros exemplos na área urbana e no Plano de 2006. O Plano possui incentivos para a preservação e revitalização de bens integrantes do patrimônio histórico e cultural descritos no Anexo 5.4-ME, que estabelece:

Art. 3º. [...]

III – As edificações de interesse patrimonial da zona rural, localizadas em Roteiros Turísticos, nas Áreas de Proteção Paisagística, Ambiental e ao patrimônio Histórico e Cultural (APPAC) dos distritos, nos Aglomerados Funcionais e Multifuncionais, Áreas Especiais de Interesse Histórico e Paisagístico de Bento Gonçalves e Núcleos de proteção à paisagem cultural (NPPC), que se enquadrem nas características arquitetônicas e históricas, mediante análise técnica do IPURB, alicerçada pelo COMPAHC;

IV – A paisagem cultural formada por vinhedos e seus sistemas de plantio, identificados como paisagem singular através de estudos e inventários.

Entretanto, para formalizar o que regem os incisos III e IV do Art. 3º descritos acima, é necessária uma normatização para a preservação, através da elaboração de um inventário para reconhecer os elementos de valor da paisagem vitivinícola, dos vinhedos, dos sistemas de plantio e dos demais elementos que constituem a paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos.

2. A paisagem vitícola e a proteção

No zoneamento da área rural são definidas as áreas abrangidas como Área de Proteção à Paisagem Cultural Vale dos Vinhedos (APPAC VV), e está definido no § 1º o conceito de Paisagem Cultural que deverá reger a normativa do Plano, assim detalhada no Art. 90:

Art. 90. Nas Áreas de Proteção à Paisagem Cultural (APPAC), identificadas no ANEXO 5.3-ME, os elementos sob proteção podem ser do terreno natural e seu relevo, da cobertura vegetal nativa ou resultante da atividade agrícola, de vinhedos ou plantações históricas, das características da ocupação territorial, dos itinerários culturais, do patrimônio histórico, das edificações e das combinações destes; em que as condições de sua proteção podem **ser referidas a gestão, conservação, manejo, substituição, reforma ou justaposição, com o objetivo de compatibilização da preservação da paisagem cultural e ambiental com a ocupação tradicional e o desenvolvimento local, as quais deverão ser aprovadas pelo COMPAHC, cuja chancela deverá ser acordada através de** normatização específica.

§ 1º. É considerada Paisagem Cultural a porção do território representativa do processo de interação do homem com o meio natural em que vive, onde a

ocupação por comunidades tradicionais imprimiu marcas ou atribuiu valores através de suas ações e formas de expressão, passíveis de leituras espaciais e temporais.

§ 2º. É considerado Itinerário Cultural o patrimônio e a paisagem cultural disposta ao longo das ferrovias e das estradas tradicionais reconhecidas como linhas, identificadas conforme ANEXO 5.3-ME e ANEXO 5.4-ME, conforme o Projeto Paisagístico das Estradas Turísticas de Bento Gonçalves – RS ANEXO 7.5-PE, cujo perímetro de preservação deverá ser definido mediante inventário.

A proteção à Paisagem dos Vinhedos, descrita no Art. 90, assim como o perímetro de preservação, constam, mas não possuem uma definição de proteção formal. Para tanto, deve-se elaborar um inventário conforme citado, contido em uma Instrução Normativa, que até o ano de 2019 não foi realizada, para reconhecer os valores e elementos culturais e dar instrumentos e suporte para a proteção.

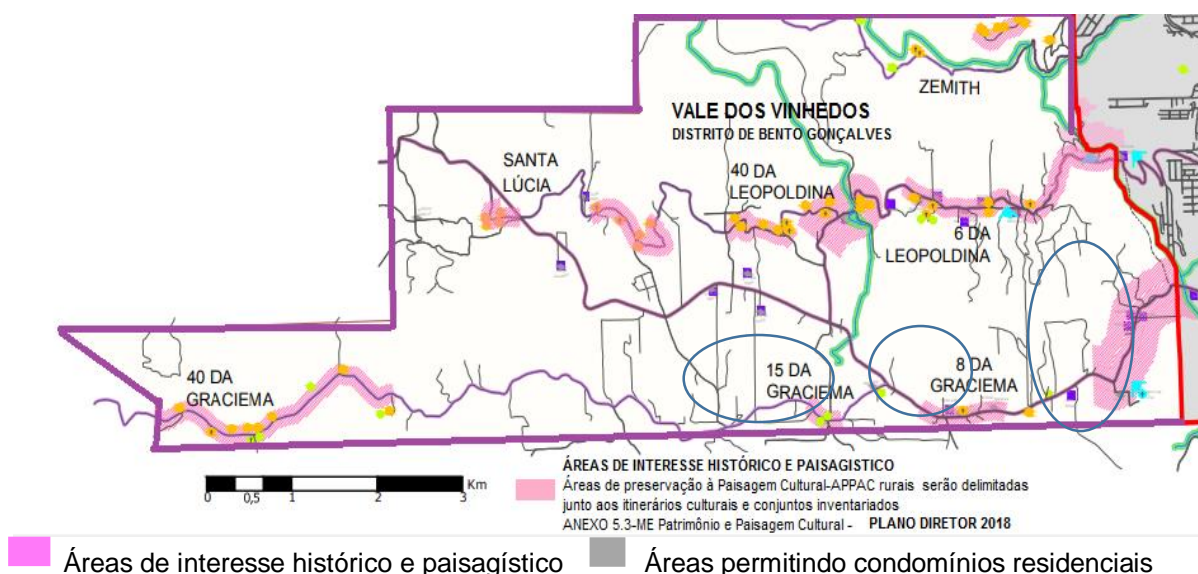


Imagem 132 – Áreas de interesse histórico e paisagístico no Vale dos Vinhedos, na cor rosa, que inclui as áreas com permissão para a construção de condomínios residenciais.

Fonte: Baseado no Anexo 5.3-ME – Patrimônio e Paisagem Cultural. Plano Diretor 2018.

De acordo com os aspectos elencados sobre o reconhecimento da paisagem e do patrimônio histórico e cultural do Vale dos Vinhedos, é possível observar as disposições favoráveis a estes elementos.

Os aspectos do Patrimônio e Paisagem Cultural estão descritos no Anexo 5.3-ME, e os Incentivos à Preservação e Revitalização de Bens Integrantes do Patrimônio Histórico e Cultural no Anexo 5.4-ME. Ao mesmo tempo, é permitida no território a construção de condomínios vitivinícolas (Imagem 132) localizados em áreas de produção vitivinícola. Entretanto, esses poderão não obter o efeito desejado e

ocasionar a fragmentação dos territórios produtivos, a profusão de prestadores de serviço e a diminuição significativa da base produtiva familiar, que ficará restrita às maiores vinícolas do Vale dos Vinhedos.

5.4.1.4 Os condomínios edilícios rurais

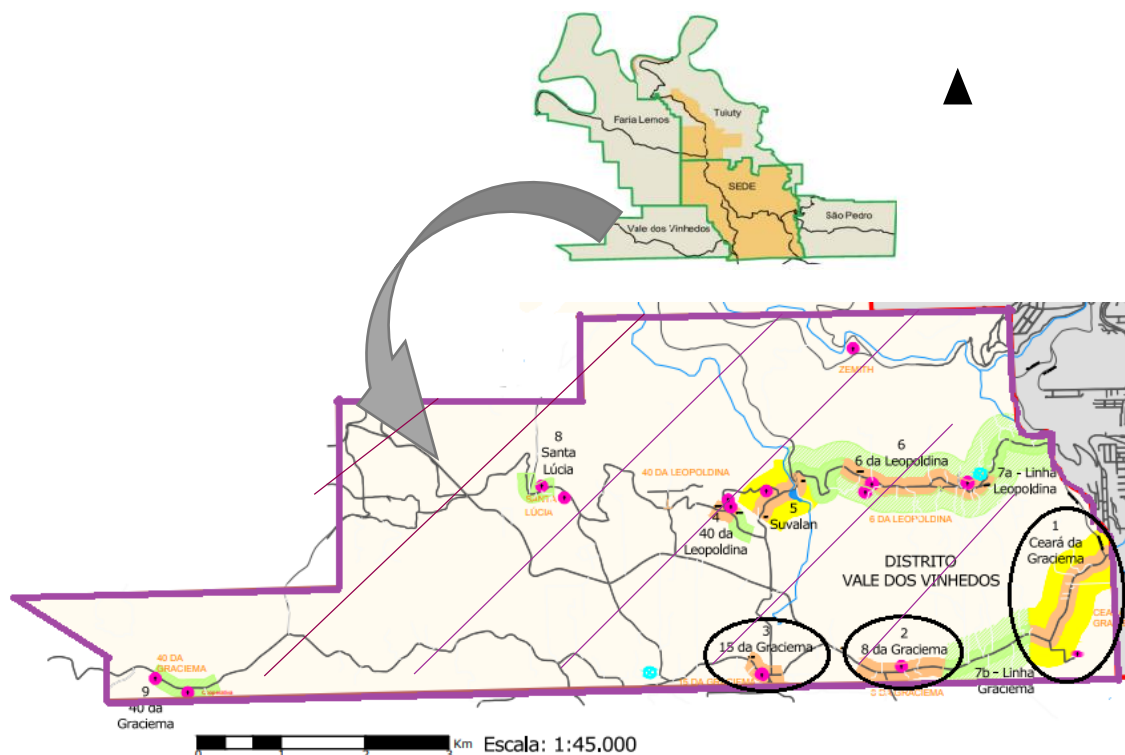
Os condomínios edilícios rurais são assim denominados por se tratar de condomínios residenciais fechados construídos em áreas rurais, antes de produção vitivinícola. Foram permitidos no Plano Diretor de 2006 e mantidos para o Plano Diretor revisado de 2018, com a delimitação três aglomerados:

Art. 79. Será admitida a instituição de condomínios edilícios rurais, geralmente denominados condomínios horizontais por unidades autônomas, na forma do Código Civil - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos 8º e 68 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, será também procedida na forma desta Lei, observando-se as seguintes condições:

I - Deverá ser observada a área não edificável de no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) do total registrado, podendo computar as reservas de áreas de preservação ambientais, de núcleos de preservação da paisagem e o sistema viário;

II - podendo fazer parte da área não edificável ou serem integrados nos lotes;

III - Os lotes deverão respeitar a cota ideal mínima de 800,00 m², ou conforme definição do Aglomerado, reservando-se no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área do lote para arborização, pomares ou parreirais;



■ Sedes comunitárias
 ■ Aglomerado com permissão para construção de condomínios
■ Banda 2 – 200 metros
 ■ Banda 1 – 100 metros
 Área Condomínios Vitivinícolas

Imagem 133 – Situação e localização do Distrito do Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves em primeiro mapa. Em detalhe a localização dos Aglomerados Funcionais e Multifuncionais no Vale dos Vinhedos com a permissão do Plano Diretor 2018 para a construção de condomínios.

Fonte: Elaboração da autora, baseada no Anexo 2.2-ME – Uso do solo na área Rural do Plano Diretor 2018 (público) de Bento Gonçalves – RS.

5.4.1.5 Os condomínios vitivinícolas em Bento Gonçalves

No Plano Diretor Revisado 2018, além dos condomínios¹⁷⁷ residenciais, são permitidos os Condomínios Vitivinícolas no Vale dos Vinhedos, com um agravante: são tidos como *exceções* (Art. 110, p. 24) porque podem ser construídos fora dos aglomerados urbanos, que permitem a construção dos condomínios residenciais, ampliada a permissão para toda a área do Vale dos Vinhedos:

Art. 78. Serão admitidos condomínios vitivinícolas no Vale dos Vinhedos, (grifo nosso) entendidos como exceções devidas a inovações propostas pelos Agentes Sociais – EIS, devendo atender aos critérios mínimos:

¹⁷⁷ De acordo com o Dicionário Priberam: Condomínio é o domínio que pertence a mais de uma pessoa juntamente ou a mais de uma nação. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/condominio>. Acesso em: 18 set. 2019).

I - Conceitua-se o condomínio vitivinícola para os fins dessa lei, como o fracionamento de uma área de terras destinado à vitivinicultura, com vinificação conjunta entre os associados;

II - Deverá ser observada a área não edificável de no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) do total registrado, podendo computar as reservas de áreas de preservação ambientais permanentes, de núcleos de preservação da paisagem referentes a vinhedos e sítios históricos e o sistema viário;

IV - As frações deverão respeitar a cota ideal mínima de 1.500,00 m², reservando-se no mínimo 60% (sessenta por cento) da área do lote para vinhedos, utilizando-se como parâmetro construtivo os padrões de distribuição do zoneamento;

V - Os condomínios vitivinícolas deverão prever soluções de sustentabilidade, através de Estudo de Impacto de Inovações, de forma a garantir a compatibilidade com a infraestrutura, meio ambiente, paisagem natural, cultural, rural e vitícola. (PLANO DIRETOR, 2018, p. 24).

As inovações propostas pelos Agentes Sociais citadas e reconhecidas como Condomínio Vitivinícola são descritas no Anexo 11¹⁷⁸ – Glossário Complementar (2018, p. 3) como propostas de agentes públicos ou privados que “*não se enquadram nas prescrições do modelo espacial básico (MEB) e constituem, assim, inovações. As inovações podem ser quanto ao uso do solo, a ocupação do solo, à localização ou à escala ou porte da atividade*”.

Neste cenário, a permissão dos condomínios vitivinícolas deve favorecer o fracionamento da paisagem e do território produtivo; por consequência, dar-se-á o afastamento do cultivo vitivinícola familiar praticado por décadas. Esses produtores vitivinícolas poderão atuar de forma excludente, na prestação de serviços para outros proprietários em razão das múltiplas formas de concepção dos condomínios vitivinícolas, ou mesmo deixar a terra ao ser vendida. A propriedade, antes de um dono, passará a conter vários, de diferentes locais, que estarão na propriedade com base nas normativas do condomínio de entorno do estabelecimento de períodos por ano. Com isso, perdem-se a construção do território e do seu patrimônio cultural e, também, as vivências cotidianas, familiares e comunitárias dos vinhateiros do território. Entretanto, não é desejável que o território com sua produção vitícola reconhecida com DO amplie a transformação de áreas produtivas em urbanas, que ocasionará a ampliação da descaracterização do território construído por gerações.

Para entender o que ocorre desde a vigência do plano revisado (2018), questionou-se ao Instituto de Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB –BG) no mês de setembro de 2019 se há a solicitação de condomínios vitivinícolas

¹⁷⁸ Disponível em: <http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/paginas/legislacao-ipurb>. Acesso em: 19 set. 2019.

aprovados e/ou em processo de aprovação no Vale dos Vinhedos neste ano. Em resposta, o IPURB informou que há uma solicitação de aprovação, no entanto ainda não há uma legislação definitiva, que deverá ser formalizada pelo Plano Diretor revisado de 2018 para atender a essa nova demanda, a dos condomínios vitivinícolas.

Com o objetivo de amparar a análise do uso do solo nos territórios vitivinícolas, a autora desta tese volta-se para outro território vitivinícola na Itália que possui laços culturais com o Vale dos Vinhedos, na intenção de entender como a associação designada Associazione Nazionale Città Del Vino – ACV, da qual Bento Gonçalves participa, conforme descrito no Capítulo 4, trata dos territórios e da preservação da paisagem vitícola. Para tanto, entrevistou-se o arquiteto urbanista Pier Carlo Tesi,¹⁷⁹ um dos elaboradores do Plano Regulador da entidade. Foi perguntado a Tesi se há nos municípios vitivinícolas italianos que pertencem à ACV a permissão para o uso do solo na forma de condomínios residenciais e vitivinícolas, como permitido no Vale dos Vinhedos.

Em resposta, Tesi (2019, p.1) argumentou que a ideia fundamental do Plano Regulador da Città Del Vino é de que, onde existem valores vitivinícolas reconhecidos, deve prevalecer a preservação e a continuidade desses territórios, não a “urbanização”. Isso significa, de acordo com Tesi, que o uso do solo, a expansão urbana, novas e antigas estruturas devem respeitar a integridade das videiras. Como exemplo, afirmou que seria impensável no caso italiano a abertura de uma estrada ou a construção de condomínios no meio das videiras. Para o arquiteto, se o Plano Diretor em estudo nesta tese permite a abertura de estradas, condomínios e outras edificações que não são referentes ao cultivo das videiras, “o Plano está errado e deve ser alterado”.

¹⁷⁹ Entrevista concedida à autora pelo arquiteto urbanista italiano Pier Carlo Tesi. O arquiteto é responsável pelo planejamento especialmente nas áreas rurais, e consultor da Associazione Città Del Vino, para a qual supervisiona o Piano Regolatore delle Città del Vino (Plano Regulador das Cidades do Vinho) e sua implantação nas cidades produtoras que dela fazem parte. Publicou artigos em obras sobre a região do Vinho Chianti (Região da Toscana – Itália) e em publicações setoriais. In: TESI, Pier Carlo. **Il Piano Regolatore delle Città del Vino e la preservazione del paesaggio viticola nei territori d’Indicazione Geografica Protetta (IGP) e Denominazione d’Origine Controlatta (DOC)**. Bento Gonçalves. RS. 20 de setembro de 2019. Entrevista concedida por e-mail à Marilei Elisabete Piana Giordani.

O Plano Regulador das Cidades do Vinho¹⁸⁰ defende em primeiro lugar as videiras, as formas de cultivo, a história e a memória local desses lugares, antes da urbanização, da infraestrutura e da expansão urbana indiscriminada.

O Plano, explica Tesi, deve projetar a ampliação e infraestruturas urbanas para consumir o mínimo de terra possível e, acima de tudo, para não comprometer a integridade do “sistema das videiras”. Também deve abordar a crise climática e escrever regras para mitigação; ou seja, tornar o sistema territorial produtivo resistente a riscos climáticos e melhorar a gestão de energia.

Essas ações, de acordo com Tesi, estão expressas no Plano Regulador, que deve ir além, como identificar todos os solos adequados para a vitivinicultura e os fatores de risco; ditar regras para permitir o desenvolvimento da cultura vitivinícola sem comprometer o solo. Todas as práticas contidas no Plano são desenvolvidas em colaboração com todas as partes, que determinam regras para administrar o solo de maneira sustentável levando em consideração as experiências positivas, assim como os erros do passado.

Para Tesi (2019), todos devem entender que, se os solos forem bem administrados, o investimento necessário para a produção vitivinícola será protegido ao longo do tempo. Trata-se de pensar no longo prazo, tanto quanto a vida produtiva de uma videira: muitas décadas.

5.4.1.6 A preservação na Área Urbana e seus reflexos no Vale dos Vinhedos

O Plano Diretor revisado de 2018¹⁸¹ reduziu o perímetro urbano do Vale dos Vinhedos e ampliou em alguns pontos a malha urbana (Anexo 6.0-PE – Mapa de Índice de Aproveitamento Básico), assim como foi expandida a verticalização urbana com edificação de até 16 pavimentos (ANEXO 8 – PR). Para essa formalização, é permitida a compra de índices construtivos, de acordo com os condicionantes do terreno, mas os pavimentos de subsolo – garagem com 100% de aproveitamento não são computados como pavimento (ANEXO 3.1 – ME REGIME URBANÍSTICO). Isso permite a construção e a oferta de maior número de garagens por unidades. Neste

¹⁸⁰ Disponível em: www.cittadelvino.it. Acesso em: 20 set. 2019.

¹⁸¹ Disponível em: http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/uploads/downloads/Anexo_2.1_.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

contexto, as edificações com maior número de pavimentos deverão elevar a densificação urbana em uma área que já apresenta significativas dificuldades de mobilidade urbana.

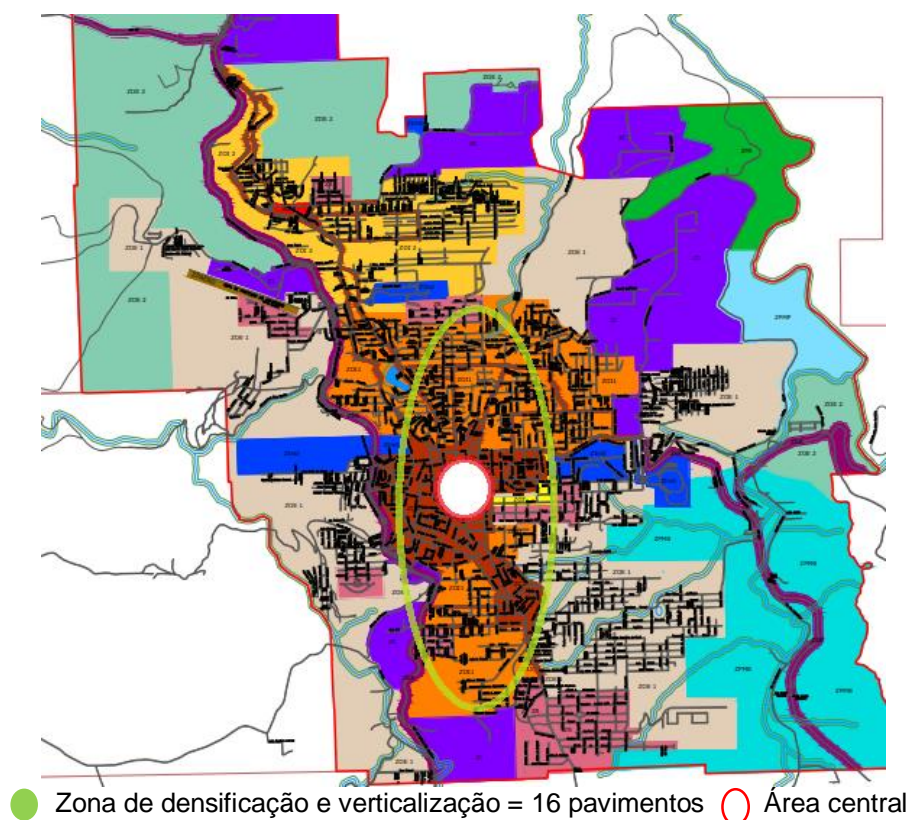


Imagem 134 – Zoneamento Urbano – Plano Diretor revisado 2018

Fonte: Baseado no Anexo 2.1 – ME – Zoneamento urbano e ANEXO 8 – PR – PADRÕES ESPACIAIS – Plano Diretor Revisado 2018.

Acioly e Davidson (1998, p. 3) afirmam que a densidade urbana é um referencial para avaliar tecnicamente a utilização e o consumo das áreas urbanas, infraestrutura e serviços públicos. A suposição é de que as altas densidades podem garantir a maximização de investimentos públicos, altas taxas de retorno de investimentos e maior coleta de taxas e impostos urbanos. Porém, de acordo com os autores, é preciso ter cautela com as altas densidades, que podem sobrecarregar as redes de infraestrutura, produzir ambientes superpopulosos e inadequados, com menor qualidade de vida, além de aumentar os níveis de criminalidade e de poluição, ampliar os riscos de degradação ambiental, congestionamento e saturação do espaço. O aumento da densidade é bastante significativo para o desempenho econômico e o mercado imobiliário, o que geralmente é visto de forma positiva.

O processo de globalização, instalado com grande volatilidade em meados de 2000, deslocalizou investimentos e abandonou as paisagens cênicas construídas, transferindo às práticas sociais o ônus de conservar os altos custos da urbanização. (SOMEKH, 2019, p. 3).

A verticalização tornou-se uma característica das metrópoles, das médias e pequenas cidades, com tendência de crescimento em todas as regiões do país. Isso produziu um modelo urbano sem urbanidade, amparado no binômio demolição/construção (Imagens 128, 129, 130, 134), que resultou em uma verticalização que destrói a existência, a memória e o patrimônio das cidades. (SOMEKH, 2019, p. 4).

Na área em estudo, as alterações dos Planos Diretores (2006 e 2018) de Bento Gonçalves não acompanharam o processo de modificações urbanas na mesma velocidade. O gabarito das ruas e avenidas permaneceu o mesmo, o que tende a provocar um tráfego mais intenso e carregado. As áreas de maior densificação e verticalização não possuem rede de esgoto, que é realizado através de fossa e filtro. Essa rede deverá estruturar-se no longo prazo.¹⁸²

Afora essas questões, alturas elevadas das edificações alteram a percepção urbana, restringem a entrada de luz natural, que oportuniza aumento das áreas de sombreamento; ao mesmo tempo, essas áreas verticalizadas e mais densificadas prejudicam a aeração urbana pela ação climática local, que é favorecida pelo aumento da umidade e se faz sentir principalmente no outono e no inverno.

5.4.1.7 Área Urbana: a proteção da paisagem e do patrimônio cultural

O Plano Diretor de 2018 elenca e delimita os elementos da área urbana e rural que devem ser protegidos na ocupação e uso do solo, como da paisagem natural, do tecido urbano, do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico notáveis da zona (Regime Urbanístico – Art. 21). Entretanto, a preservação de bens como as edificações históricas ainda se restringe às inscritas no Inventário de Bento Gonçalves – RS (IPHAN, IPHAE, 1996); as demais, construídas há menos de 50 anos e não

¹⁸² De acordo com a entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2019, o diretor da Casam de Bento Gonçalves assinalou que até o final de 2019 seria assinado um novo contrato com o município em que seria determinado o tipo de rede de esgoto a ser implantado nas áreas urbanas.

inventariadas, não são protegidas (ANEXO 5.4-ME). Este fator ocasionou a demolição considerável de edificações de interesse histórico no perímetro urbano e mesmo de outras com mais de 50 anos de construção.

Outro elemento do Plano de 2018 que contribui para o desapego para com a memória e invoca a redução arbitrária dos testemunhos históricos edificados é a preservação apenas das fachadas das edificações, conforme consta no Anexo 5.4-ME, Art. 3º:

Parágrafo único. Ficam especialmente consideradas características dos imóveis edificados objetos de preservação, as fachadas públicas e a volumetria dos bens constantes do inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves;

O “*fachadismo*”¹⁸³ como é praticado e permitido em Bento Gonçalves é entendido pela arquiteta Beatriz M. Kühl (2009, p. 214-216) como intolerância e desrespeito à memória e à história das edificações. Essas ações, de acordo com a autora, produzem uma redução arbitrária dos testemunhos históricos que, uma vez demolidos, se tornam irrecuperáveis e irreproduzíveis em sua historicidade e nos traços deixados no transcurso do tempo. Com isso, é possível verificar a perda da substância histórica materializada, algo totalmente diverso de conservar apenas o conhecimento, através de registros fotográficos e/ou desenhos.

A autora ainda enfatiza que é uma necessidade humana recordar e se relacionar com o passado através de testemunhos e materiais autênticos. As edificações apresentam a materialização do projeto arquitetônico e a soma das singularidades e experiências artesanais, culturais, sociais, técnicas e econômicas que, se não são preservadas, se extinguem, e se finda a capacidade rememorativa dos objetos materiais. Para a arquiteta, é relevante considerar os monumentos como parte vital para as vivências cotidianas e dos sentimentos através da descrição científica, porém ela não é capaz de substituir a necessidade fundamental do ser humano de recordar. Por essa razão, salienta que preservar apenas parte do edifício é negar o significado do todo, além de comprometer de modo indelével a realidade da obra e de seu entorno.

¹⁸³ O fachadismo é abordado explicitamente em carta aprovada pela 14ª Assembleia geral do ICOMOS no Zimbábue em 2003, que se refere à preservação estrutural, que não se encontra apenas na aparência, “mas na integridade de todos os seus componentes como um produto único de uma tecnologia específica do seu tempo”. A remoção de estruturas e a preservação apenas da fachada não se compatibiliza com critérios de conservação. (Kühl, 2009).

Em Bento Gonçalves, a preservação dos bens históricos restringe-se aos exemplares inscritos no inventário (1986), sinalizados no Anexo 5.3-ME – Patrimônio e Paisagem Cultural do Plano Diretor revisado de Bento Gonçalves 2018 (ANEXO 2 nesta tese). Porém, entende-se a necessidade de consolidar a necessidade da preservação dos bens culturais em toda a sua estrutura, inventariados ou não. Daí a importância, segundo Kühl (2009, p. 220), de estudos plausíveis e multidisciplinares para fundamentar a importância desses bens e dos critérios de intervenção para buscar maior assertividade e evitar arbitrariedades.

Neste cenário, no centro urbano de Bento Gonçalves verifica-se a demolição de construções históricas e que continuam a ser solicitadas ao COMPHAC. (Ver ANEXO 3¹⁸⁴) A proteção estabelecida pelo PD – 2018 restringe-se às paredes externas (*fachadismo*), conforme demonstrado nas Imagens 135, 137 e 138. A edificação, ainda que inventariada (Imagem 136), foi demolida, mesmo com a oposição dos membros do COMPHAC.¹⁸⁵ Os registros dão conta que essa obra foi construída no ano de 1910 e registrou a trajetória do vinho brasileiro há mais de 100 anos. A demolição efetuada dará lugar a um edifício de apartamentos e a um complexo comercial.

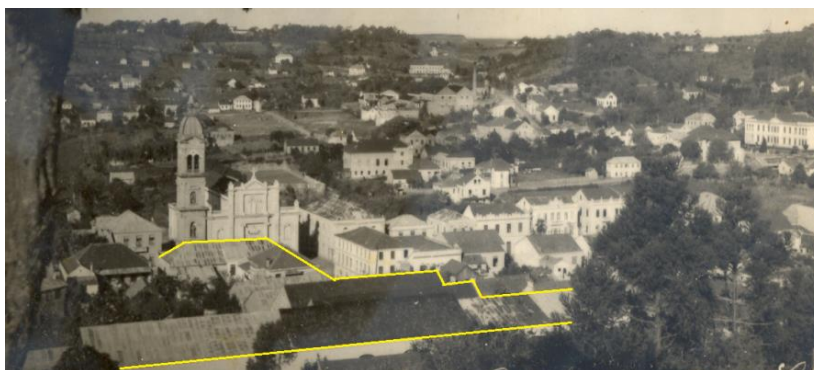


Imagem 135 – Vista de Bento Gonçalves da década de 1940.
Em amarelo a delimitação da vinícola na época.
Fonte: Baseado a partir de fotografia do Museu do Imigrante
– Bento Gonçalves.



Imagem 136 – Ficha do imóvel inventariado
Fonte: Inventário IPHAN 1986

¹⁸⁴ No ANEXO 2: verificar solicitações ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves no mês de março de 2020.

¹⁸⁵ Conforme consta na Ata 005/2019 – Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural – COMPHAC – Bento Gonçalves, RS.



Imagem 137 – Vista lateral da Vinícola no ano de 1991
Fonte: Revista do Vinho (1991, p.50).

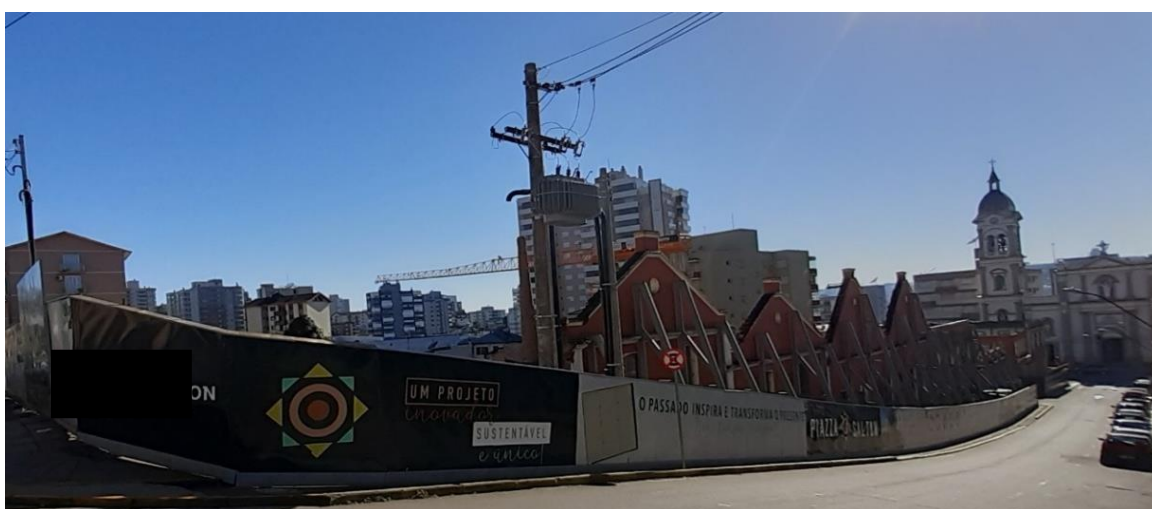


Imagem 138 – Vista lateral da Vinícola com parte das fachadas laterais preservadas, ao fundo a Igreja de Santo Antônio.
Fonte: Fotografia da autora (set. 2019).

5.4.2 Garibaldi

Garibaldi nasceu na Colônia Cond'Eu em 1870. Os imigrantes suíços, italianos, franceses, austríacos e poloneses chegaram em 1874. Possui uma população atual estimada em 35.070¹⁸⁶ pessoas e é reconhecida como a Capital Brasileira do Espumante, uma tradição que vem desde 1913, quando a família Peterlongo, de imigrantes italianos, elaborou o primeiro champagne no Brasil¹⁸⁷ e conquistou o mercado de forma efetiva na década de 1930.

¹⁸⁶ Dados do: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 set. 2019.

¹⁸⁷ Disponível em: www.peterlongo.com.br. Acesso em: 22 set. 2019.



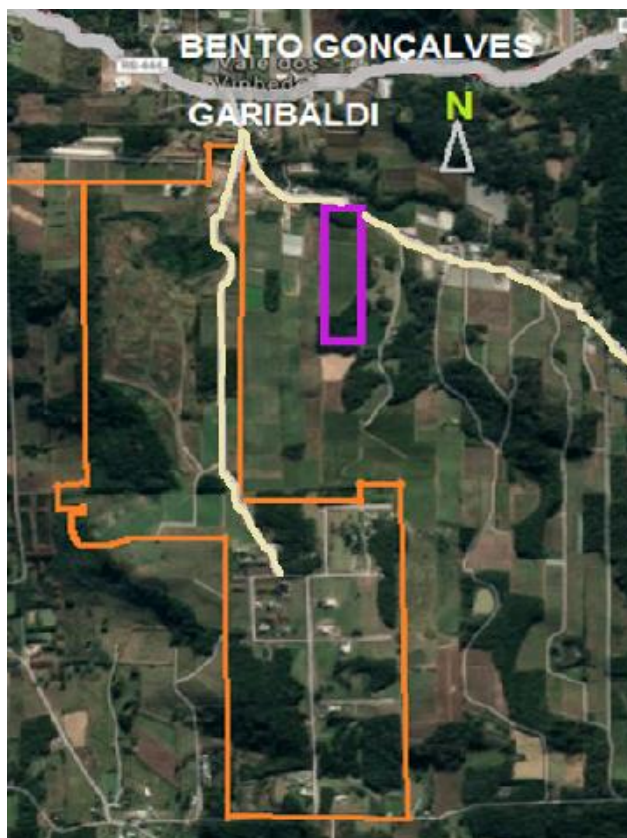
Imagem 139 – A parcela de Garibaldi na composição do Vale dos Vinhedos
Fonte: Baseado em IBGE (2019).

Garibaldi configura-se como o segundo município que pertence ao Vale dos Vinhedos, com uma parcela de participação de 33,495% de seu território.

5.4.2.1 O Plano Diretor de Garibaldi de 2008 – Vale dos Vinhedos

O Plano Diretor de Garibaldi foi instituído através da Lei Complementar nº 3, de 18 de novembro de 2008. O Plano em vigência foi revisado e entrou em vigor em 2018, e nele será embasado o estudo de análise da participação de Garibaldi no Vale dos Vinhedos.

A proximidade e a tangência entre o município e Bento Gonçalves é feita através da RS 444, a principal via de acesso ao Vale dos Vinhedos. Este ponto oportuniza o acesso da parcela do Vale dos Vinhedos de Garibaldi por Bento Gonçalves e apresenta acessos consolidados. Nas Imagens 140 e 141 verifica-se a tangência entre as duas parcelas do Vale dos Vinhedos.



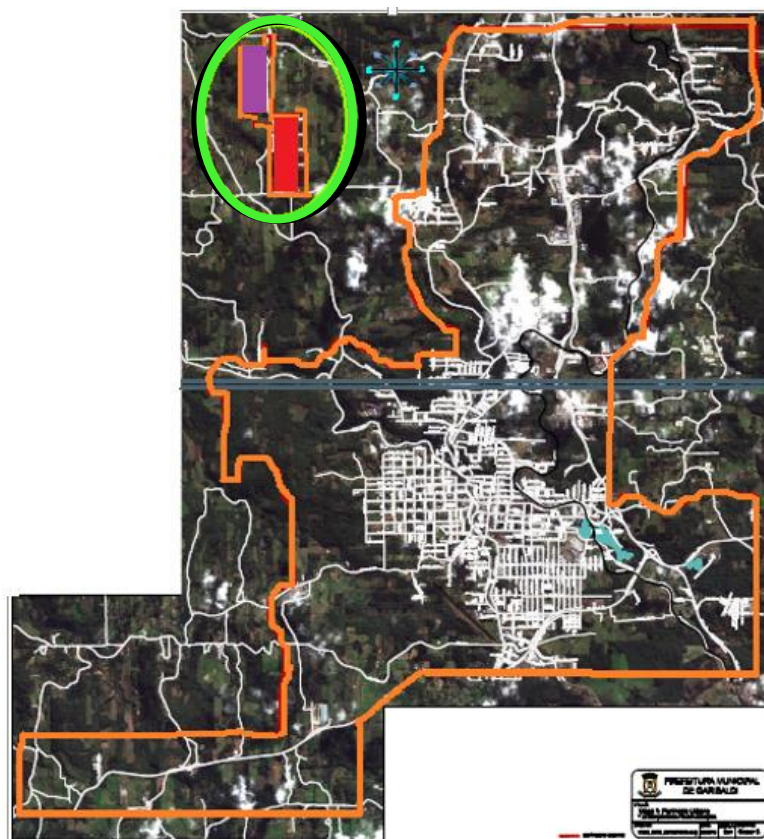
■ Ponto de tangência entre Bento Gonçalves e Garibaldi

Imagem 140 – Na cor cinza, o ponto de tangência na RS 444 do Vale dos Vinhedos, entre Bento Gonçalves e Garibaldi

Fonte: Pela autora, baseada no GoogleMaps (2019).

O acesso adequado (Imagem 140) e o tangenciamento neste ponto do Vale dos Vinhedos impulsionaram a criação de uma área urbana (Imagem 141) menor e afastada da grande área urbana do município. Essa “área urbana” é destinada a condomínio residencial e vitivinícola em meio ao território rural. Para tanto, de acordo com o zoneamento e uso do solo do Plano Diretor de Garibaldi,¹⁸⁸ em 2008 a área foi definida como: “Art. 24 - IX - Zona Residencial Vale dos Vinhedos: área que se caracteriza predominantemente pela atividade residencial, com lotes grandes e baixíssimas densidades:”

¹⁸⁸ Ver em: Piana Giordani, 2013.



■ Perímetro Urbano
 ■ Cond. Residencial
 ■ Cond. Vitivinícola
 ■ Área Urbana

Imagem 141 – Município de Garibaldi: Zona Residencial Vale dos Vinhedos

Fonte: Editado pela autora, baseada no Plano Diretor de Garibaldi - 2018.

No Plano Diretor de Garibaldi não se verifica diferenciação entre condomínio residencial e/ou vitivinícola; ambos são tratados no zoneamento como Zona Residencial do Vale dos Vinhedos.

O primeiro condomínio residencial do Vale dos Vinhedos foi lançado em 2008 e encontra-se em funcionamento ao lado do condomínio residencial e lançado o condomínio vitivinícola¹⁸⁹ no ano de 2015, em formato de hotel. Uma parte da área do condomínio é destinada ao plantio de videiras.

¹⁸⁹ O condomínio vitícola está localizado no Vale dos Vinhedos na área de Garibaldi. Ocupa uma área de 284.020.00 metros quadrados junto ao primeiro condomínio residencial construído em operação. Está localizado em Garibaldi, mas o acesso principal é realizado pelo Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves. Possui 58 lotes de mil metros quadrados de área e um hotel boutique com 26 lofts. De acordo com o proprietário do empreendimento: “A ideia surgiu para resgatar Garibaldi como berço do espumante, tentamos materializar essa busca de autoestima num projeto imobiliário. Porque o enólogo é um chamariz, assim como a equipe de arquitetos, o projeto de todo o complexo foi entregue ao escritório de arquitetura Bormida y Yanzón, de Mendoza – Argentina. Recorremos a estrangeiros, já que queríamos uma solidez técnica e ainda não havia um projeto destes aqui.” (Disponível em: <http://www.garibaldi.rs.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2014).

A elaboração do espumante desse plantio ficará a cargo de uma vinícola localizada em outro município, e a fase final ocorrerá nas caves do condomínio, sendo que os proprietários terão um percentual da produção do ano.



Imagem 142 – Localização dos condomínios residencial e vitivinícola em Garibaldi com acesso pelo Vale dos Vinhedos no município de Bento Gonçalves
Fonte: Adaptado de fotografia da autora (2019).

5.4.2.2 O Plano Diretor revisado de 2018 – Vale dos Vinhedos

No Plano Diretor revisado de Garibaldi de 2018 foram aprovados outros usos através de Lei Complementar nº 3, com alterações, que resultou na Lei Complementar nº 25 de 2016. A referida Lei¹⁹⁰ permite a criação, para o território do município, de áreas de Interesse do “Ramo Hoteleiro”.

Deste modo, no Vale dos Vinhedos, em área rural de Garibaldi e com acesso por Bento Gonçalves, surge uma nova área em que deverá ser construído um hotel de grandes proporções. Sua localização é demonstrada pela Imagem 143.

¹⁹⁰ Do Plano Diretor revisado de Garibaldi (2018): **XX - Zona Especial do Ramo Hoteleiro**: zona que se caracteriza predominantemente pela atividade hoteleira, podendo abrigar também atividades ligadas ao ramo e a ele complementares, como centro de eventos, restaurantes, atividades ligadas ao turismo, comércio, varejistas e atividades congêneres, sendo proibida a implantação de loteamentos de uso residencial. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 16/2013). (Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-garibaldi-rs>. Acesso em: nov. 2019).



■ Área de interesse do Ramo Hoteleiro no Vale dos Vinhedos, área rural – Garibaldi

Imagem 143 – Detalhe da área do Vale dos Vinhedos no município de Garibaldi

Fonte: Imagem da autora baseada no Plano Diretor Garibaldi – 2018.

Em contato com a prefeitura de Garibaldi no mês de agosto de 2019, solicitou-se informação sobre novos pedidos para condomínios no Vale dos Vinhedos. Em resposta, foi informado que, por ora, não há solicitação de novos condomínios nesta área para aprovação.

A utilização do patrimônio cultural, cuja paisagem se inclui neste contexto como um recurso turístico para “*viver e descobrir a natureza, comer os frutos da terra, em lugares onde o tempo não existe*”, é para Prats (2009, p. 39) um discurso que tem se convertido em importante aliado do turismo. A preservação das tradições, a autenticidade, a “vida tradicional” como o cultivo das videiras, no recorte de estudo, é um discurso divulgado como do folclore local que se transferiu para o discurso turístico. Graças a essas ações, os lugares têm se transformado em turísticos. Deste modo, segundo o autor, pode-se apontar **que o turismo e outros setores têm se apropriado dessa condição do modo de viver das comunidades para mostrar uma imagem que não faz parte do cotidiano local.** (grifo nosso).

Esta dinâmica afeta também o âmbito do patrimônio, não somente de quadros e monumentos, mas também festas, tradições nas práticas do cotidiano (como podar as videiras, participar da colheita das uvas) que se transformam em espetáculos, em artigos de consumo, em um modo de vida que, para muitas comunidades, tem se transformado no principal e único modo de vida. (PRATS, 2009, p. 41).

O autor ainda destaca que a relação entre patrimônio e turismo não é recente, mas tem pautado os setores de turismo e os agenciadores econômicos, que associam esses elementos entre si para promover a venda do patrimônio cultural, que possui na paisagem o cenário ideal, como um produto a mais. Hotéis, restaurantes e agenciadores econômicos valem-se desses elementos como pano de fundo e de diferenciação para oferecer os produtos.

5.4.3 Monte Belo do Sul

Monte Belo do Sul é um pequeno município que foi emancipado de Bento Gonçalves no ano de 1992. Com uma população atual estimada em 2.548 habitantes¹⁹¹ localizados mais na área rural do que na urbana, notabilizou-se pelo cultivo de uvas viníferas, principalmente brancas. As principais fontes econômicas vêm da agricultura, com predomínio da vitivinícola: 74,6%.¹⁹²

O município de Monte Belo do Sul detém 5,44% de participação de seu território no Vale dos Vinhedos.



■ Denominação de Origem ■ Município de Monte Belo do Sul

Imagem 144 – A parcela de Monte Belo do Sul na composição do Vale dos Vinhedos
Fonte: Baseado em IBGE (2019).

¹⁹¹ Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 22 set. 2019.

¹⁹² Disponível em: <https://portal.montebelodosul.rs.gov.br/a-cidade/historia/>. Acesso em: 22 set. 2019.



■ Perímetro urbano ■ Delimitação esquemática do Vale dos Vinhedos – DO baseada na Denominação de Origem

Imagem 145 – Área urbana do município de Monte Belo do Sul, com a localização aproximada da composição do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem.

Fonte: Baseado em: http://www.serragaucha.com/upload/page_file/montebel.jpg. Acesso em: set. 2019.

5.4.3.1 Os Planos Diretores de 2009 e 2019 – Vale dos Vinhedos

A parcela do Vale dos Vinhedos em Monte Belo do Sul engloba uma pequena parte da área urbana (Imagem 145), com predomínio da área rural, destacando-se a produção vitivinícola, vinícolas, pequenas agroindústrias e comunidades que mantêm a vocação de território produtor.

Entretanto, diferentemente dos outros dois municípios que compõem o Vale dos Vinhedos, Monte Belo do Sul não permite o fracionamento do solo através de condomínios horizontais no território produtor em áreas urbanas ou rurais. Essa determinação está assegurada através da Lei Municipal nº 954, de 14 de dezembro de 2009, alterada por Lei Municipal nº 1.314, de 30 de agosto de 2017, que dispõe sobre o parcelamento do solo no Capítulo VII – Sobre Condomínios Horizontais: “Art. 36. O Poder Público Municipal não permitirá a construção de condomínios horizontais, ou seja, de unidades dispostas horizontalmente.”

O Plano Diretor do município encontra-se em fase de revisão, e em contato e pesquisa efetuada na prefeitura municipal de Monte Belo do Sul questionou-se acerca de possíveis alterações quanto à permissão de condomínios horizontais. Em resposta, foi informado que não haverá alterações quanto à disposição do Art. 36, que não permite a construção de condomínios residenciais em todo o território do município.

Essas ações são favoráveis para preservar o território produtor, suas características e singularidade.

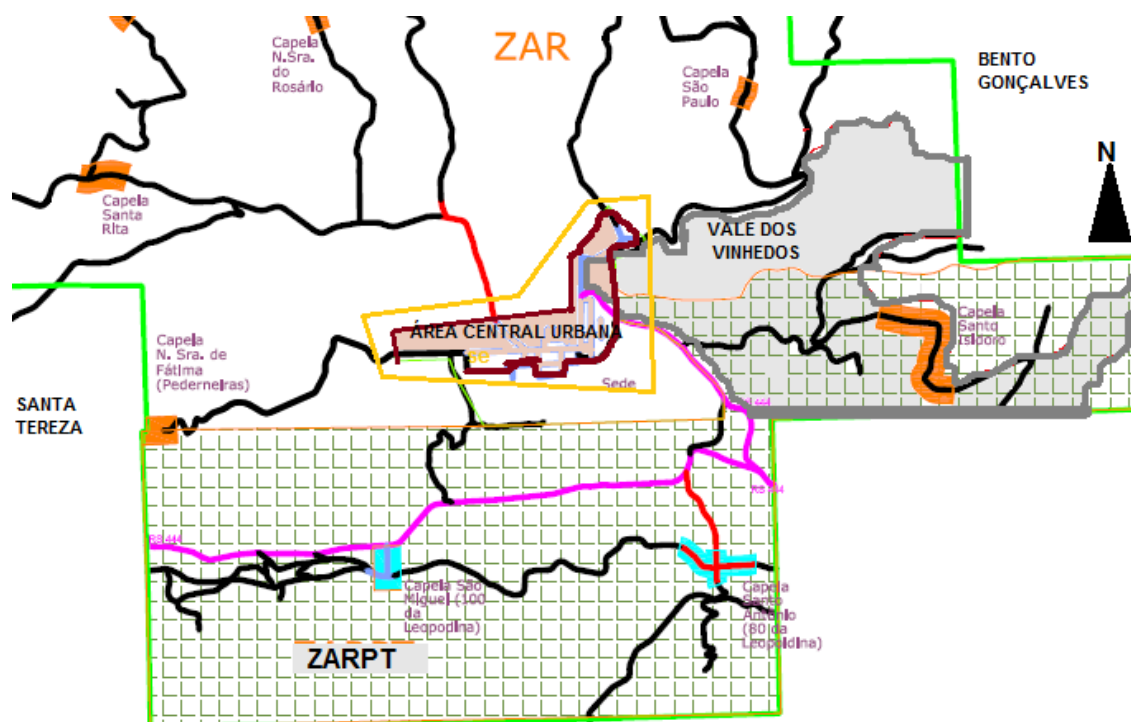


Imagem 146 – Vista da área urbanado município de Monte Belo do Sul e a proximidade das áreas produtivas com vinhedos

Fonte: Imagem disponível em: http://www.serragaucha.com/upload/page_file/montebel.jpg. Acesso em: set. 2019.

O Plano Diretor de Monte Belo do Sul possui referências que tratam do interesse do município na preservação do patrimônio cultural, da paisagem, da história e da memória: Seção III – Art. 14º, § 2º, III – A legislação do município prevê a formulação de políticas para o setor terciário (turismo) e reconhece como dever zelar pelo patrimônio artístico, histórico, arqueológico, monumental, ambiental, paisagístico, biográfico e cultural do Município, assim como propor tombamentos de patrimônios considerados históricos pelo Município que estão previstos na Seção III – Art. 31º– X. A valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico é prevista no Plano Diretor de Monte Belo do Sul no Art. 135º – VI.

O município também possui uma Zona de Áreas Rurais de Proteção Turística (ZARPT), e parte dela está localizada no Vale dos Vinhedos (Imagem 147). Na área voltada para a proteção da paisagem, entretanto, não está elaborada uma legislação de reconhecimento dos valores da paisagem e do patrimônio que possa servir de guia para conduzir a preservação do patrimônio cultural local.



■ Perímetro urbano ■ Delimitação esquemática do Vale dos Vinhedos baseada na Denominação de Origem.

ZARPT: Zona de Áreas Rurais de Proteção Turística

Imagem 147 – Área urbana de Monte Belo do Sul e localização aproximada da composição do Vale dos Vinhedos com Denominação de Origem

Fonte: Baseado no Plano Diretor do município de Monte Belo do Sul.

Após o levantamento de dados e a análise do Plano Diretor dos três municípios que compõem o Vale dos Vinhedos, elaborou-se o Quadro 1, para resumir as informações sobre os Planos Diretores, no sentido de elencar na legislação deles o levantamento dos elementos interligados, cujos reflexos incidem sobre a paisagem do Vale dos Vinhedos, e para sintetizar e ampliar o entendimento de como a paisagem vitivinícola é reconhecida: se como um elemento de valor cultural, quais os efetivos níveis de proteção disponíveis e se são eficazes na área compartilhada do Vale dos Vinhedos.

Quadro 1 – Os Planos Diretores e os reflexos na paisagem

Município	Plano Diretor	Reflexos na paisagem produtiva
Plano Diretor 2006	RURAL – VALE DOS VINHEDOS	
	1. Art. 17, parágrafo único: Criação dos Aglomerados rurais	Ampliação de áreas urbanizadas em zona rural.

<p>Bento Gonçalves</p> <p>Parcela do município na DO: (61,07%)</p>	<p>Preservação da Paisagem Vitícola – Secção XVII (Art. 69,70,71,73)</p>	<p>Não foi elaborado o Inventário da Paisagem Vitícola para inscrever as características a serem protegidas</p>
	<p>§ 2º– Aonde existirem parreirais estes deverão ser mantidos.</p>	<p>Construídos em áreas antes de produção vitícola. 3.1 Parreirais em condução latada foram substituídos por espaldeira.</p>
	<p>4. Art.333 – Revisão do Inventário de Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves (IPHAN –1996)</p>	<p>4. Não foi revisado.</p>
	<p>URBANO</p>	
	<p>Art. 62 da LC nº 109, de 2 de abril de 2007: Permissão de preservação para bens inventariados em 1996.</p>	<p>1. Provocou alterações na morfologia e paisagem urbana, através de demolições e a permissão para a preservação somente das fachadas.</p>
	<p>Art. 61, 62 e 63 – Permissões: Aquisição potencial construtivo adicional; edificação até 14 pavimentos – solo criado; pavimentos de garagem não computados.</p>	<p>Ampliação da verticalização e densificação urbana.</p>
<p>Revisado 2018</p>	<p>RURAL – VALE DOS VINHEDOS</p>	
<p>Bento Gonçalves</p> <p>Parcela do município na DO: (61,07%)</p>	<p>Art. 35: Criação da Área de Proteção à Paisagem Cultural Vale dos Vinhedos (APPAC VALE).</p>	<p>Não foi criada uma normativa específica para guiar a APPAC VALE.</p>
	<p>Projetos paisagísticos e itinerários de turismo. ANEXO 7,5 – PE.</p>	<p>Estabelece uma análise da paisagem, com proposições exequíveis a longo prazo.</p>
	<p>Perímetro de preservação ANEXO 7.5 – PE.</p>	<p>A ser definido no Inventário.</p>
	<p>Art. 79 – Permissão para Condomínios Edílicos Rurais.</p>	<p>Permissão para três Aglomerados Rurais em áreas antes de produção vitivinícola.</p>
	<p>Art. 78. Permissão para Condomínios Vitivinícolas.</p>	<p>Entendido com “exceções e inovações” permitido em toda a área do Vale dos Vinhedos - Ocasiona fragmentação de áreas de produção.</p>
	<p>URBANO – VALE DOS VINHEDOS</p>	
	<p>Anexo 5.3 – ME – bens inscritos no Inventário 1986; preservação de fachadas.</p>	<p>1 Transformações na paisagem e morfologia urbana.</p>
	<p>Anexo 2.1 – ME – Zoneamento urbano e ANEXO 8 – PR – PADRÕES ESPACIAIS Ampliação de permissão, construção de até 16 pavimentos– Anexo 6.0 PE – ampliação da malha urbana; ANEXO 8 – PR permissão para a compra de índices construtivos.</p>	<p>Aumento da densificação e verticalização urbana</p>
	<p>ANEXO 3.1 pavimentos de garagens não computados.</p>	<p>Aumento de problemas de mobilidade urbana.</p>

<p>GARIBALDI</p> <p>Parcela do município na DO: (33,495%)</p>	<p>2008</p> <p>1 Art. 24 – IX – Zona Residencial Vale dos Vinhedos. Compreende condomínio residencial e vitivinícola em área rural, transformada em urbana.</p>	<p>1 Criação de uma” área urbana” na área rural do Vale dos Vinhedos para a construção de condomínio residencial e vitivinícola em áreas de produção vitivinícola.</p>
<p>REVISADO</p> <p>2018</p>	<p>Lei Complementar nº3 cria a área de interesse do ramo hoteleiro no Vale dos Vinhedos.</p>	<p>Diminuição da paisagem produtiva e da área de produção vitícola. Fragmentação do solo. Alterações na morfologia do território.</p>
<p>Lei nº 745, de 05 de outubro de 2006. Revisado 2019</p> <p>MONTE BELO DO SUL</p> <p>Parcela do município na DO: (5,44%)</p>	<p>Lei Municipal nº 1314, de 30 de agosto de 2017:</p> <p>Art. 36 – O Poder Público Municipal não permitirá a construção de condomínios horizontais, ou seja, de unidades dispostas horizontalmente.</p> <p>Artigos que tratam da preservação da paisagem urbana e rural, patrimônio cultural:</p> <p>Seção III Art. 14º § 2º III -</p> <p>Seção III Art. 31º - X-</p> <p>Art. 135ºVI-a valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico.</p> <p>ZARPT – Zona de áreas Rurais de Proteção Turística.</p>	<p>Fator positivo para a preservação da paisagem vitivinícola e a utilização produtiva do território de modo sustentável.</p> <p>Há entendimento para reconhecer o valor da paisagem; para tanto, é necessária a criação de um inventário da paisagem. Área que abrange o Vale dos Vinhedos, mas não possui uma normativa que sirva de guia para a proteção.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5.5 Análise dos Planos Diretores sobre o Vale dos Vinhedos

Um dos objetivos da análise realizada nos Planos Diretores foi o de preparar a linha condutora da pesquisa para o capítulo posterior, assim, verificar como a legislação que iguala os municípios que compõem o Vale dos Vinhedos estabelece o uso do solo, a proteção e a valorização do patrimônio cultural. Neste sentido, foi elencado em cada município de que modo a legislação atua sobre o patrimônio cultural, a paisagem vitícola, a memória e a história desses lugares para estabelecer uma linha de tempo dos Planos sobre o território.

Para melhor entendimento, foi necessário analisar os Planos anteriores aos vigentes (2018): Bento Gonçalves, de 2006 e 2018; Garibaldi, de 2008 e 2018; e Monte Belo do Sul, de 2006 e 2019. Verificou-se, assim, como cada legislação municipal trata a parcela do Vale dos Vinhedos das quais seus municípios fazem parte.

5.5.1 Bento Gonçalves

A pesquisa apurou que em Bento Gonçalves foi ampliada a permissão do Plano Diretor de usos do solo que não são pertinentes ao território produtivo vitivinícola através da construção de condomínios residenciais, com características urbanas em áreas rurais antes de produção vitivinícola. Essas ações operacionalizam as modificações e alterações do território e da paisagem.

A proteção da paisagem vitivinícola consta do Plano Diretor desde o ano de 2006; entretanto, não foi elaborado um inventário da paisagem e não foram elencados valores culturais e características para produzir instrumentos capazes de conduzir um programa de gestão e proteção da paisagem vitícola.

Isto posto, o mesmo Plano elenca que: “*onde houver os parreirais esses deveriam ser mantidos*” (Art. 223). No entanto, se esta lei tivesse sido cumprida, a Denominação de Origem não teria sido construída, porque admite somente condução por espaladeira. Para tanto, houve a supressão dos vinhedos históricos para se enquadrar nas normativas da DO em razão do valor e da reduzida oferta de áreas de terra. Estas e outras ações que ocorrem no território geram transformações que alteraram de modo significativo a paisagem através de outros usos do solo que não vitivinícola, cujos vinhedos históricos foram suprimidos e substituídos por outra forma de condução e/ou abandonados. Áreas seculares antes com vinhedos foram ocupadas por condomínios e/ou áreas residenciais, industriais e/ou por prestadores de serviço.

No inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves (IPHAN, 1996) foi estabelecida a previsão de revisão para o ano de 2006, mas não foi realizada, e de acordo com informações do COMPHAC deverá realizar-se no ano de 2020. Assim, ocorreu a demolição de inúmeras edificações de caráter histórico por não estarem inscritas no Inventário. Ainda assim, também foi permitida a demolição

de edificações históricas do início do século XX, mesmo inscritas no Inventário de 1996. (Imagens 135, 136, 137 e 138).

No Plano Revisado de 2018 (Art. 35) foi criada a Área de Proteção à Paisagem Cultural do Vale dos Vinhedos (APPAC VV), mas esta normativa não se encontrava estruturada até o final desta pesquisa, em dezembro de 2019, com subsídios, instrumentos e legislação complementar para gerar, de fato, a proteção e a gestão da paisagem vitivinícola.

Um fato positivo para o Vale dos Vinhedos foi a criação de projetos paisagísticos e de itinerários para o turismo, perímetros de preservação, mas ainda não foram executados.

Apurou-se também a célere permissão dos condomínios vitivinícolas. Eles são tidos no Plano Diretor revisado (2018) como “inovação” e, para tanto, a permissão estende-se para além dos aglomerados funcionais, abrangendo deste modo TODA (grifo nosso) a área do Vale dos Vinhedos.

Esse formato de condomínio “*produtor*”, de acordo com o investigado, intensificará a construção de hotéis, restaurantes, pousadas etc. em suas áreas. Os condomínios são definidos em formato de hotel, para os cotistas/proprietários em permanência na área por determinados períodos do ano. Essas ações certamente acarretarão o fracionamento do território produtor, a diminuição significativa dos pequenos produtores e as modificações sensíveis e irreversíveis na paisagem.

Na área urbana de Bento Gonçalves, os Planos analisados de 2006 e 2018 deram continuidade às alterações na morfologia e na paisagem urbana. Amparadas pela extensão da área de edifícios de 16 pavimentos (Imagem 134), que conduz a uma crescente verticalização e densificação urbana. Deste modo, deverão ampliar-se sobremaneira os problemas de mobilidade urbana, ventilação e insolação, já sentidos nessas áreas. (Imagens 128, 129, 130 e 131).

5.5.2 Garibaldi

O Vale dos Vinhedos guiado pelo Plano Diretor de Garibaldi também apresenta a permissão para a construção de condomínios residenciais em área produtiva. Essa permissão já estava prevista no Plano anterior (2008) ao revisado de 2018, quando

foi criada uma “área urbana” em território rural vitivinícola para estabelecer os condomínios rurais e vitivinícolas.

Na análise do Plano revisado de 2018, em vigência, surgem duas novas alterações significativas para a paisagem do Vale dos Vinhedos: 1. A aprovação do condomínio residencial vitivinícola em formato de hotel. 2. A delimitação de áreas vitivinícolas rurais, de acordo com o Plano Diretor, de “interesse do ramo hoteleiro”. (Imagem 143). Essa área com esse interesse localiza-se no Vale dos Vinhedos no município de Garibaldi, cujo acesso principal se dá pelo Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves (Imagens 140, 141 e 142), em área circunvizinha aos dois condomínios já aprovados. Deste modo, as áreas antes de produção vitivinícola cedem lugar à urbanização, que começa a ampliar e dar forma aos enclaves de turismo. (CALDEIRA, 2000).



Imagem 148 – Condomínio vitivinícola aprovado no município de Garibaldi no Vale dos Vinhedos. Estruturado em hotel, boutique, com espaço de lazer, restaurante, vinhedo e área de elaboração de vinhos.

Fonte: Imagem a partir do vídeo disponível de uso público: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XkO42AkRe>. Acesso em: out. 2019.

A permissão para a construção de condomínios residenciais com características urbanas em áreas rurais¹⁹³ antes de produção vitivinícola contribui para operacionalizar as modificações e alterações do território e na paisagem. Os

¹⁹³ De acordo com o exposto neste capítulo, em Garibaldi as áreas de permissão para a construção de condomínios são urbanas, de acordo com o Plano Diretor, mas somente na parcela do condomínio, cujo território é inserido em um ambiente rural, assim como seu entorno. No município de Bento Gonçalves as áreas de permissão para a construção de condomínios são rurais.

condomínios vitivinícolas permitidos no Vale dos Vinhedos de Garibaldi são estruturados nesse formato: um vinhedo em comum, apartamentos para a permanência no local com piscina e área de lazer, restaurante, espaços para a elaboração e guarda do vinho ali produzido.

Presume-se que, se forem aprovados mais condomínios vitivinícolas e residenciais, essas ações acarretarão alterações profundas na paisagem vitícola e no território produtor, além do fracionamento cada vez maior do território e de fomentar a diminuição significativa dos pequenos produtores.

5.5.3 Monte Belo do Sul

No município de Monte Belo do Sul, as resoluções do Plano Diretor são contrárias ao fracionamento do território produtor e não se permite, de modo acertado, a construção de condomínios residenciais e/ou vitivinícolas. Há a preocupação para com o patrimônio cultural, a paisagem vitícola e o turismo. Entretanto, como nos demais municípios, é necessário elaborar e criar instrumentos, como um guia e/ou um inventário para reconhecer e auxiliar na proteção desse legado cultural, cuja paisagem é o elemento norteador da identidade local. O município ainda preserva muitos valores culturais e identitários demonstrados nas festas comunitárias, na arquitetura, na religiosidade, na língua falada e nos saberes e fazeres das atividades vitivinícolas.

A paisagem vitícola de Monte Belo do Sul possui grande expressividade e destaca-se no contexto local e regional. Ainda preserva os traços culturais dos moradores do lugar, que diferenciam os vinhedos através do modo construtivo, criando um rico acervo de paisagem vitícola. A construção da paisagem está baseada de acordo com a descendência dos lugares da Itália de onde vieram seus antepassados, principalmente da região italiana do Friuli Venezia Giulia, Trento, Veneto e Lombardia.

O município também preserva os ofícios centenários dos imigrantes italianos, como a cutelaria e a tanoaria, que atendem o setor vinícola e o turismo do Brasil.

5.5.4 Os Planos Diretores sobre o Vale dos Vinhedos

Na análise dos Planos Diretores (PDs) constata-se que as políticas que incidem sobre o Vale dos Vinhedos reconhecem a paisagem cultural vitícola e seu patrimônio cultural. Entretanto, essas legislações são de cunho local e municipalizado, que não diferencia a Área Geográfica compartilhada. Pesa sobre esse fato a inexistência de uma legislação que possa, concretamente, dar subsídios, criar instrumentos e regramento para a proteção e a gestão da paisagem e do patrimônio cultural, já que todos os municípios são parte e utilizam o Vale dos Vinhedos com DO.

Verifica-se que, para os municípios, a paisagem vitivinícola é reconhecida como um elemento importante do território vitivinícola, cujos Planos Diretores manifestam o interesse para com a proteção e a preservação. No entanto, não se verificam avanços quanto à elaboração de normativa pertinente para guiar essas iniciativas.

A permissão para a construção de condomínios residenciais e/ou vitivinícolas em Bento Gonçalves e em Garibaldi demonstra uma ambiguidade entre a proteção intencionada e, ao mesmo tempo, a liberação para o uso (econômico e imobiliário) e transformação do território e da paisagem. Essas iniciativas podem ocasionar, ao longo do tempo, a extinção do território produtivo, que será substituído pela urbanização e perda dos valores culturais.

Tais ações demonstram certa “permissividade” pela não proteção, devido ao aporte de outros interesses que não o produtivo. Também corrobora para esse parecer a constatação de que os Planos Diretores de Bento Gonçalves e Garibaldi não são suficientemente eficientes para promover a preservação e a proteção da paisagem, uma vez que não há iniciativas para o estabelecimento dos valores culturais da paisagem que possam estabelecer parâmetros para a necessidade de preservação.

Em Garibaldi, a paisagem vitícola é reconhecida como elemento norteador e, para tanto, adquire ênfase econômico. Isto pode ser verificado através das características de localização das “áreas especiais”, que permite a construção de condomínios residenciais e vitivinícolas, assim como de hotéis, em meio aos vinhedos no Vale dos Vinhedos, em um contexto de destaque de localização e acesso e que se junta às áreas do Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves, mais urbanizadas. (Imagem 142).

No mesmo escopo, o impacto cultural e os processos de descaracterização da paisagem e do patrimônio na região de Bento Gonçalves – RS foram analisados pelo arquiteto do IPHAN, Carlos Fernando de Moura Delphim (2013 - 33-34), a partir do Plano Diretor de Bento Gonçalves (2006). Neste sentido, o autor elenca os fatores importantes observados que ocasionam as modificações:

- O descumprimento da legislação do Plano Diretor.
- As normas estabelecidas para defender o interesse coletivo são preteridas pelos interesses privados patrocinados por políticas de favorecimento.
- A legislação é facilmente burlável, descumprida, com inserção de exceções indesejáveis (Leis Complementares).
- Zonas técnicas e legalmente definidas como zona rural ou de preservação do patrimônio cultural podem ser facilmente alteradas por interesses de empreendedores.
- Emendas aprovadas pela Câmara de Vereadores podem alterar um zoneamento menor, incluso em uma área maior.
- Condomínios, loteamentos e pavilhões industriais são construídos na zona rural (de menor valor do que zonas urbanas) segundo interesses de empreendedores, e os políticos permanecem à margem das questões técnicas e legais de valor para a coletividade. Posteriormente, para regularizar, amplia-se a zona urbana para englobar áreas espúrias.
- A paisagem cultural formada durante décadas junto à natureza: o trabalhador pode ser obrigado a deixar a propriedade e vendê-la a empreendedores que lhe conferem outro uso, menos o original. Essas propriedades são utilizadas geralmente para usos degradadores cujas edificações corromperão áreas adjacentes e farão com que percam a cultura tradicional e o que mais as representa: a paisagem.
- O comprometimento maior dos políticos para com o capital privado¹⁹⁴ do que com o interesse coletivo causa a destruição dos mais significativos valores culturais e naturais locais.

¹⁹⁴ A análise do arquiteto Delphim foi realizada em 2013; entretanto, em 2019 o Ministério Público denunciou vereadores de Bento Gonçalves por corrupção em Caso do Plano Diretor. (Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2019/06/ministerio-publico-de>>. Acesso em: jan. 2020).

- A urbanização do ambiente rural constitui a maior ameaça ao patrimônio cultural e natural. Urge a adoção de formas e medidas para preservá-lo antes que desapareça sem deixar qualquer vestígio.
- A solicitação de tombamento (como no Vale dos Vinhedos) só consolidará a vocação e as tradições locais sem diminuição do valor da propriedade. Para tanto, é necessário tomar medidas municipais, estaduais e federais para o reconhecimento do patrimônio cultural. (DELPHIM, 2013, p. 33).

Para finalizar, Delphim (2013, p. 34) afirma que a cultura e o patrimônio cultural da região de Bento Gonçalves – RS “*acham-se sujeitos a grandes riscos e ameaças provocadas pelo poder público, pela iniciativa privada, pela própria população local, pelo turismo e por outros setores sociais, econômicos e religiosos.*”

5.5.5 Os Planos Diretores, a Denominação de Origem no Vale dos Vinhedos e a proteção da paisagem

A Denominação de Origem, conforme exposto no Capítulo 4, reconhece os vinhos finos produzidos e elaborados neste território, da qual participam a maior parte das vinícolas do Vale dos Vinhedos. Para tanto, esse reconhecimento elabora uma normativa própria, com critérios técnicos que orientam o plantio, o manejo e a elaboração dos vinhos. Ocorre que o território produtivo se insere nos contextos rurais e urbanos e, deste modo, estão sob a vigência dos Planos Diretores dos municípios aos quais pertencem.

A vitivinicultura está inserida em movimentos contínuos, desde o plantio ao produto final e seus reflexos, como a paisagem, que distingue o território produtivo. Verifica-se que a Normativa da Denominação de Origem, mesmo de ordem técnica que rege a produção e a elaboração de vinhos, possui ressonância sobre o uso do solo e nas alterações do território, mas atua de modo descolado dos PDs.

Entende-se, para tanto, que a DO pertence a diferentes âmbitos como o produtivo; todavia, por atuar sobre a paisagem do território, como a determinação do tipo de condução dos vinhedos¹⁹⁵, deveria dialogar com a legislação do território no

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/busca-de-publicacoes/-/publicacao/971632/o-regulamento-de-uso-da-denominacao-de-origem-vale-dos-vinhedos-vinhos-finos-tranquilos-e-espumantes>. Acesso em: jan. 2020.

qual se insere para criar aproximações do território reconhecido, com a proteção dos valores culturais e da paisagem, uma vez que ocasiona alterações e transformações na paisagem histórica através da produção vitivinícola com o reconhecimento da DO, mas atua de modo desvinculado dos Planos Diretores, sem ser questionada quanto às transformações ocasionadas. Esses procedimentos atribuem à paisagem alterações efetuadas em defesa da qualidade técnica da produção vitícola.

Os Planos Diretores analisados fazem referência à paisagem vitivinícola quanto à proteção e à preservação, entretanto essas ações ficam a cargo dos municípios, seguindo caminhos paralelos com a DO. Institui-se, deste modo, uma outra e nova paisagem sem que os valores culturais e patrimoniais sejam considerados.

Das características valiosas a serem preservadas, de acordo com Sabaté Bel (2006, p. 333-334), deve-se a ordem cronológica de construção da paisagem, que constitui um fio condutor para justificar a proteção e a identidade desses lugares. Exigem uma delimitação precisa em função das representações de sua história, singularidade e do que é merecedor de preservação, reinterpretação e valorização. Para tanto, é necessário um esforço de documentação e registro dos períodos de produção, para manter a coerência conceitual e histórica desses territórios. A imagem é fundamental para reforçar a identidade e destacá-la, ao mesmo tempo em que se vinculam as várias etapas da construção da paisagem à história comum, porque os habitantes se constituem em importantes e principais recursos culturais.

A documentação e o registro das características desses lugares e paisagem como no Vale dos Vinhedos podem ser realizados através de um instrumento técnico complementar ao Registro Cultural desenvolvido pelo IPHAN, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (CASTRIOTA, 2009a, p. 223). Esse instrumento, de acordo com o autor, tem como objetivo produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores, e que constituem marcos e referências de identidade dos grupos sociais. O inventário para o autor, tem se mostrado um extraordinário instrumento de preservação por conseguir mostrar a relação que os diversos bens culturais têm entre si. Sua metodologia permite demonstrar os âmbitos do particular para o geral, do material para o imaterial e, principalmente, entende a cultura como um processo vivo. Deste modo, o inventário deixa de ser pensado como mero registro e passa a pretender participar dos planos e das políticas de desenvolvimento, de cujo planejamento ele faz parte. Ainda para Castriota (2009a, p. 269) as adversidades para preservar as paisagens é cada vez

mais afrontador, afirma Castriota (2009a, p. 269). Os sistemas tradicionais de cultura e de produção criaram ao longo do tempo padrões característicos de uso da terra e um sentido único ao lugar. Sistemas de produção tradicionais e uso da terra que eram aceitos sem reflexão correm na atualidade o risco de ser desestabilizados e/ou destruídos. Essas alterações relacionam-se em todo o planeta – através das mudanças demográficas, do aumento do valor da terra, da escassez de mão de obra, que ocasiona a industrialização dos processos de produção agrícola e a competição dos mercados (onde também se situa o vinho) – e estão revolucionando as relações tradicionais sociais e econômicas com a paisagem. Para Castriota (2009a), essas mudanças têm alcançado uma velocidade inédita e têm implicações significativas na gestão do patrimônio cultural, que inclui a desagregação e mudanças nas paisagens culturais, a perda de mercado dos produtos tradicionais e mesmo a erosão da identidade e da distinção regional. Deste modo, afirma Castriota (2009b), preservar as paisagens culturais será muitas vezes defrontar-se com as formas tradicionais de produção, e nisso inclui-se a agricultura em todas as suas formas.

A preservação da paisagem deve considerar um sentido mais amplo, de acordo com Schwerz (2017, p. 336-337), face às dinâmicas contínuas a que as paisagens estão submetidas, mas é preciso entendê-las em uma escala espacial e administrativa ajustada. Nisso reside, para o autor, o entendimento do planejamento sobre as transformações que acontecerão, prevendo e orientando a preservação e os valores simbólicos do território: *“A noção de patrimônio, assim como a de paisagem, implica processo, e como processo deve ser orientado ao futuro. Fica explícito, deste modo, que a paisagem não se preserva, se planeja.”* Concordamos com o posicionamento do autor de que, antes de preservada, a paisagem deve ser reconhecida e pensada através do planejamento para entrelaçar todas as suas interfaces em um processo orientado para o futuro.

Para Castriota (2009a, p. 269) as adversidades para preservar as paisagens é cada vez mais afrontador. Os sistemas tradicionais de cultura e de produção criaram ao longo do tempo padrões característicos de uso da terra e um sentido único ao lugar. Sistemas de produção tradicionais e uso da terra que eram aceitos sem reflexão correm na atualidade o risco de ser desestabilizados e/ou destruídos. Essas alterações relacionam-se em todo o planeta – através das mudanças demográficas, do aumento do valor da terra, da escassez de mão de obra, que ocasiona a industrialização dos processos de produção agrícola e a competição dos mercados

(onde também se situa o vinho) – e estão revolucionando as relações tradicionais sociais e econômicas com a paisagem. Para o autor, essas mudanças têm alcançado uma velocidade inédita e têm implicações significativas na gestão do patrimônio cultural, que inclui a desagregação e mudanças nas paisagens culturais, a perda de mercado dos produtos tradicionais e mesmo a erosão da identidade e da distinção regional. Deste modo, afirma Castriota (2009b), preservar as paisagens culturais será muitas vezes defrontar-se com as formas tradicionais de produção, e nisso inclui-se a agricultura em todas as suas formas.

Para a arquiteta Beatriz Kühl (2009, p. 31), a preservação dos bens culturais, tanto rurais quanto urbanos, implica necessariamente na identificação, no conhecimento, nos laços de pertencimento dos elementos a preservar. Ou seja: é necessário preservá-los de modo seletivo no presente, mas voltado para o futuro, pelo conhecimento, memória e história que esses bens trazem aos vários campos do saber.

Neste contexto, a autora desta tese faz suas as palavras de Kühl (2009, p. 33), que indaga: “Que direito temos no presente de apagar os traços das gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade do conhecimento que esses bens e a paisagem são portadores?” Para Kühl, há muitos casos de ações pragmáticas disfarçadas de ações culturais, que voltam a prevalecer mesmo em relação a obras reconhecidas legalmente como patrimônio cultural,¹⁹⁶ como as inventariadas, onde imperam os benefícios materiais e econômicos. Essas ações são articuladas na atualidade pelo uso, pela especulação para auferir maiores lucros, para obter visibilidade nas mídias e, muitas vezes, com os propósitos político-eleitorais, negando a origem e a identidade local, os objetivos e a própria essência da preservação como ato de cultura que tutela a memória e o saber-fazer. (KÜHL, 2009, p. 31).

¹⁹⁶ Aqui se faz referência à vinícola demolida na área central de Bento Gonçalves, cuja edificação consta do Inventário do município de 1986, fator que deveria garantir sua preservação.

6 CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM VITIVINÍCOLA DO VALE DOS VINHEDOS

O presente capítulo traz a continuidade da análise iniciada no capítulo anterior, para aproximar-se das transformações a que está submetida a paisagem vitícola no recorte de estudo. Neste escopo, utilizam-se os critérios e instrumentos elaborados por Busquets (2006) descritos no Capítulo 4.

A escolha da metodologia se dá pela similaridade da paisagem estudada no território vitivinícola de Alt Penedès – Espanha com o recorte de estudo. O território de estudo do autor possui igualmente o reconhecimento de Denominação de Origem, que também se valeu dos Planos Diretores locais para estruturar a metodologia de análise da paisagem vitícola.

6.1 Critérios, perigos e crises que ameaçam a preservação da paisagem

A análise centra-se nos perigos e nas crises que rondam a produção vitivinícola e ameaçam a preservação do território. Para tal, embasa-se nos critérios: 1. A centralização das grandes empresas, a comercialização da produção e os critérios de venda. 2. A sobrevivência do espaço produtivo vitivinícola em face do elevado consumo do território a partir de outros usos, do avanço da urbanização, da ampliação de prestadores de serviço (restaurantes, hotéis, pousadas) e do aumento dos usos industriais do território.

Neste sentido, a paisagem passa a ocupar o centro dos debates acerca de sua preservação e da continuidade do território produtivo, que pode implicar na Denominação de Origem do território.

Esses territórios situam-se em uma dinâmica de constante movimento pelos processos produtivos e de modernização, que podem sinalizar a ocorrência de modificações irreversíveis. Os viticultores neste estudo são considerados os principais agentes da paisagem, no sentido de um produto social cuja paisagem vitivinícola somente poderá se sustentar mediante o aporte decisivo do trabalho e da energia externa.

A definição dos critérios de análise baseados em Busquets (2006) parte da identificação das paisagens, da análise das características e das forças capazes de transformá-las. Compreendido seu contexto, realiza-se a avaliação das paisagens e introduz-se instrumentos orientados para proteger, gestionar e planejar. O estudo dos impactos na paisagem, de acordo com Busquets (2006), é extremamente necessário porque a integração da paisagem no território corresponde a vários requisitos do planejamento e do desenvolvimento territorial e urbano.

A paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos foi construída no cotidiano das comunidades locais e inserida nos processos socioculturais, econômicos, institucionais e locacionais, até o reconhecimento da produção vitícola nos anos de 2002 (IG) e 2012 (DO). Esses processos, envolvidos com as dinâmicas do território, engendraram alterações da paisagem que, se continuadas, podem criar ruídos quanto a sua valorização e preservação. Nesse cenário, a análise da paisagem produtiva complementa-se à anterior (Capítulo 5) dos Planos Diretores dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos para centrar-se nos seguintes critérios também utilizados por Busquets (2006):

1. Caracterização das paisagens vitivinícolas, seus componentes e estruturas.
2. Determinação das Unidades de Paisagem de setores diferenciados e com um grau de homogeneidade e singularidades reconhecíveis na região.
3. Identificação das tendências da paisagem e dos valores, dos impactos desestabilizadores que comprometem a preservação de suas características, sua sustentabilidade e seus valores. (mapas)
4. Indicar instrumentos e critérios adequados para a gestão da paisagem vitícola, observada a dinâmica produtiva.

Nos critérios de análise estabelecidos por Busquets (2006), o item 2 acima prevê a determinação das **Unidades de Paisagem** (UP). O Vale dos Vinhedos está inscrito na Unidade de Paisagem Natural PM6 – RS, do Zoneamento Ambiental da Silvicultura: Diretrizes da Silvicultura por Unidade de Paisagem e Bacia Hidrográfica – do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual do Meio Ambiente,¹⁹⁷ (ANEXO 4) que trata da Paisagem Natural da região e está inscrito como um dos polos de turismo da Região Metropolitana da Serra Gaúcha. No entanto, no território em estudo inexistem as Unidades de Paisagem (UP), como é constituído nos Catálogos da Paisagem da Catalunha – Espanha. Neste caso, a tese se limitará a demonstrar sua importância para que, num futuro próximo, elas possam ser reconhecidas e estabelecidas no território em estudo.

De acordo com Pere Sala (2009, p.49), as Unidades de Paisagem são importantes porque mostram a grande diversidade de riquezas da paisagem que fazem dela uma herança de primeira ordem. Unidades da Paisagem são as áreas que têm o mesmo caráter, isto é, caracterizadas por um conjunto de elementos que lhes conferem uma característica distinta do restante do território e auxiliam a diferenciar uma paisagem da outra, não no sentido de melhor ou pior, mas da diferença e singularidade: montanhas, vales, planícies, vegetação, uso do solo, plantações, áreas urbanas, florestas, organização do espaço, patrimônio cultural através das atividades seculares, caminhos, paisagens seculares e modernas, texturas das paisagens, formas, visibilidade.

As Unidades de Paisagem, para o autor, são relevantes porque constituem as peças territoriais básicas nas quais se aplicam políticas paisagísticas específicas, levando-se em consideração cada personagem que nelas vive.

¹⁹⁷ Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/silvicultura>. Acesso em: nov. 2019.

A formação dos mapas de Unidades de Paisagem também se converte em poderosa ferramenta pedagógica, principalmente para que os atores mais jovens se conscientizem da paisagem onde vivem e da importância de sua natureza cultural, social, produtiva, simbólica ou de identidade e, ainda, de sua singularidade e seus riscos.

Pere Sala (2009, p. 51) defende que a diversidade da paisagem é uma consciência emergente na atualidade. É preciso celebrar que em um mundo cada vez mais homogêneo nos campos da cultura e da economia, onde a tendência é padronizar as paisagens, o valor da diversidade de paisagens e seu caráter possuam uma tendência de ascensão justamente pela singularidade que representam.

As Unidades de Paisagem são obtidas através de uma ficha de levantamento (como um inventário) que descreve os elementos naturais e humanos, elencados na Denominação de Origem que designa: “As qualidades e características se devem ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e os fatores humanos” (TONIETTO; ZANUS; FALCADE; GUERRA, 2013, p. 11) que compõem a paisagem, sua evolução histórica, organização atual, expressão artística, dinâmica atual.

6.2 A análise da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos através de critérios da Metodologia de Busquets

O desenvolvimento desta etapa de análise e continuidade do capítulo precedente é estruturado no trabalho de campo para o reconhecimento dos elementos da paisagem através de visitas ao local, investigação e fotointerpretação.

Para a investigação e a demonstração, utiliza-se um mapa base (ANEXO 5) do território da Denominação de Origem – Vale dos Vinhedos, cuja análise será demonstrada através dos seguintes critérios: Mapa 1. A caracterização da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos; Mapa 2. Tendências da paisagem – mudanças endógenas; Mapa 3. Tendências da paisagem – mudanças exógenas; Mapa 4. Impactos desestabilizadores; e Mapa 5. Valores da paisagem vitivinícola.

6.2.1 Critério 1. Caracterização da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos

A paisagem do Vale dos Vinhedos identifica-se no imaginário coletivo como uma paisagem vitivinícola, pela tradição do cultivo que formou e estruturou o território desde a chegada dos imigrantes italianos há 145 anos. A valorização da cultura vinícola da região de *Vitis Labrusca* (americanas e híbridas¹⁹⁸), *Vitis Vinifera* (vinhos finos), associada às Indicações de Procedência e à Denominação de Origem, produziu notoriedade ao território produtor, cuja paisagem vitícola expressa a identidade desses lugares. Vinculadas a esses fatores encontram-se a valorização da cultura do vinho, as pautas emergentes do consumo e a presença de uma potente indústria de produção vinícola. Os contornos florestais presentes, com bosques e mata nativa nas depressões, algumas de difícil acesso, a topografia e o relevo elaboram uma expressiva borda agroflorestal que circunda os vinhedos.

O conjunto das características culturais da paisagem está presente nos detalhes construtivos da **condução dos vinhedos que denotam saberes ancestrais**. As **construções de apoio para a produção e a colheita**, como os estaleiros, ponto de referência para onde é levada a uva depois de colhida para ser encaminhada à vinícola. Os **detalhes construtivos dos vinhedos e do entorno**, os muros de pedra utilizados, tanto para delimitar propriedades como para auxiliar na ancoragem dos vinhedos, assim como, as pedras do lugar, utilizadas para a construção de paredes estruturais (espessura) e térmicas com junta seca, nas cantinas para a elaboração do vinho. Os **caminhos** abertos que se formaram pelas necessidades de locomoção do cotidiano de produção vitícola, do escoamento dos produtos e das vivências locais. As **edificações destinadas à elaboração de vinhos**, representadas pelas pequenas vinícolas, assim como os porões de pedra talhada nas residências, denominados também cantinas, descritos acima.

Essas características de alternância de componentes dão formas a diferentes peças de um mosaico formado por vinhedos, bosques e riachos em uma multiplicidade de formas, contrastes, cores e texturas.

¹⁹⁸ Uvas híbridas: Variedade de uva resultante da fecundação de duas ou mais espécies, como a *Vitis Vinifera* e a *Vitis Labrusca*. Os híbridos são criados com o objetivo de obter plantas com características melhores que as das espécies originais, com maior produtividade, resistência a doenças ou melhor adaptabilidade a um meio específico. (Tagliari e Campos, 2011, p. 286). Ver também: Hoffmann, Camargo e Maia (dez. 2005).

A matriz da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos é configurada pelos vinhedos que marcam o relevo do território e faz emergir, através da delimitação dos plátanos nos parreirais, os traçados originais das colônias.

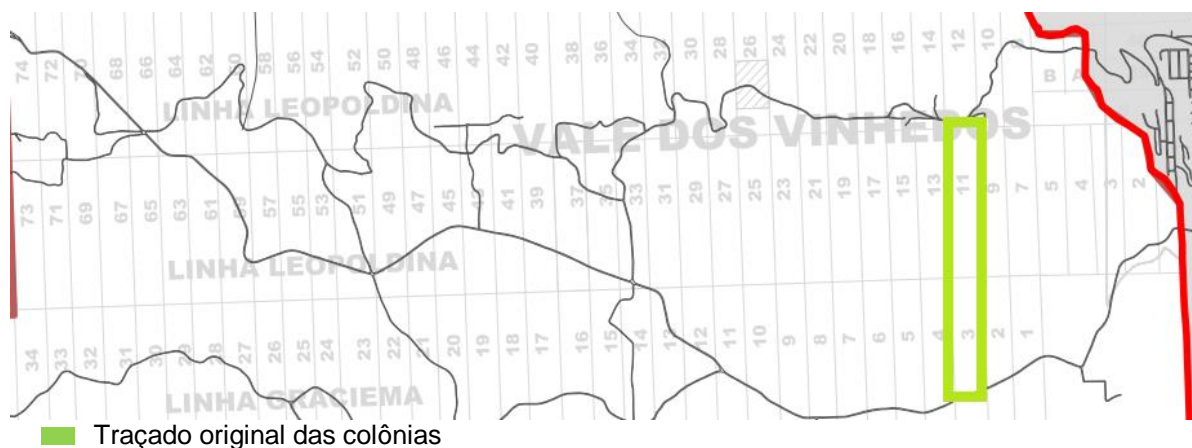


Imagem 149 – No Distrito do Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves (Linha Leopoldina), a demarcação dos traçados das antigas colônias vendidas aos imigrantes italianos em 1875.

Fonte: Baseado no Plano Diretor Revisado (2018) IPURB – BG ANEXO 1.0 ME (2019).



➡ Traçado original da Colônia que persiste nos vinhedos atuais, conforme Imagem 149.

Imagem 150 – O mosaico da paisagem formado pelos vinhedos, em conjunto com as características culturais do cultivo dos vinhedos.

Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 151 – Os contornos florestais, bosques, topografia, relevo e as bordas que circundam os vinhedos.

Fonte: Baseado no Plano Diretor Revisado (2018) IPURB–BG ANEXO 1.0 ME (2019).

Neste contexto, os vinhedos caracterizam-se pela principal marca sobre a qual se desenha um mosaico heterogêneo de elementos vinculados à produção vitivinícola. Observam-se esses elementos nos muros de pedra para demarcar os limites de propriedade, nas casas de pedras e de madeiras, nas cantinas para elaborar o vinho com paredes de pedras talhadas a mão, regulares ou irregulares, no piso de chão batido, nos caminhos abertos com mão de obra braçal, nos tanques de preparação de produtos para aspersão e tratamento nas videiras e nas pequenas edificações para guardar material de trabalho. Ainda: na delimitação e sustentação dos vinhedos com a utilização de tutores vivos – plátanos, que formam um mosaico de formas e dimensões irregulares e únicas, que seguem a morfologia do território.

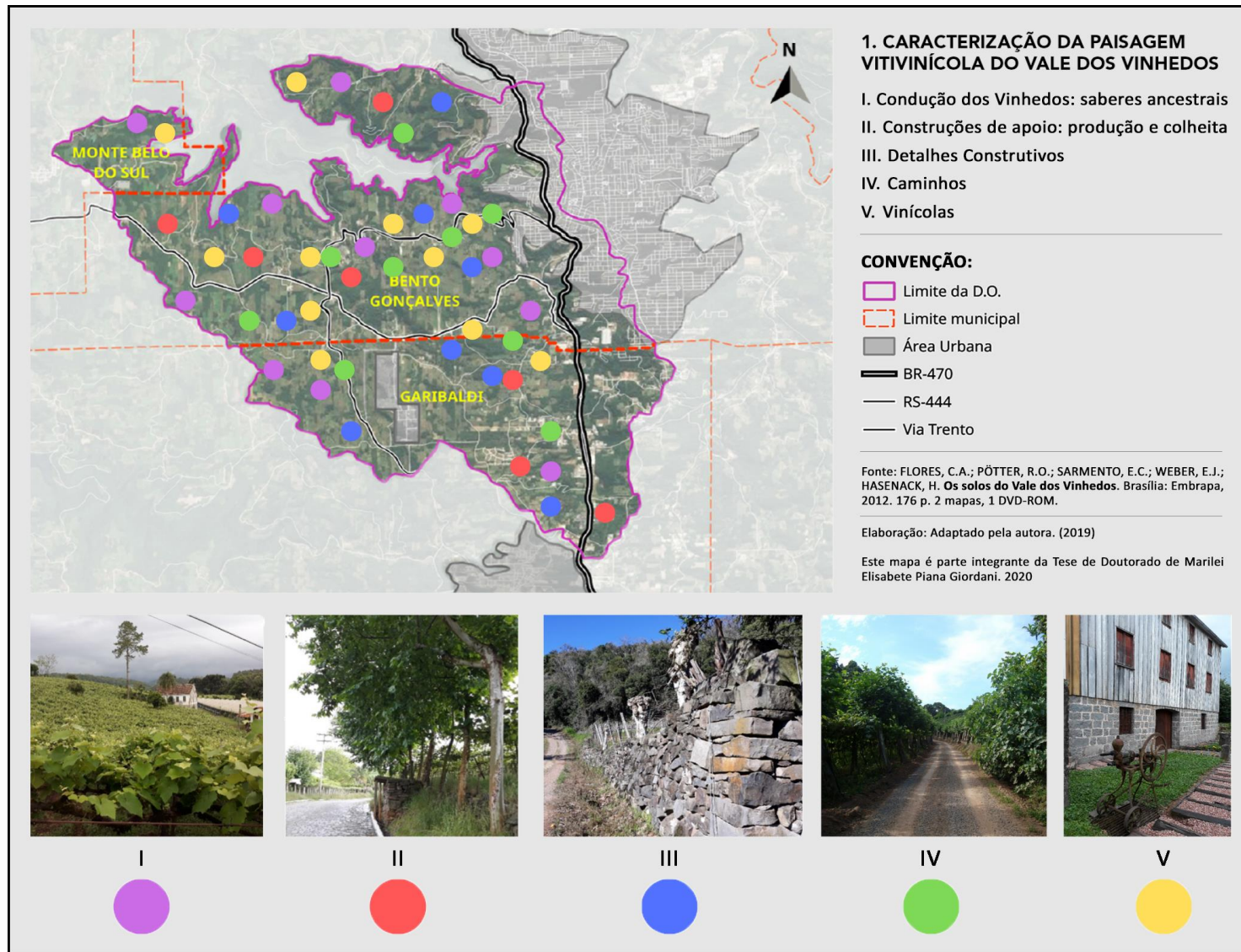
A produção está sujeita às mudanças derivadas das inovações tecnológicas associadas aos métodos de cultivo e à elaboração de vinhos em sintonia com aquelas derivadas das dinâmicas dos mercados mundiais. É neste sentido que Busquets (2006, p. 455) a define como uma construção humana que nela impregna seu modo de vida e cultura. A paisagem dos vinhedos, assim como o vinho, é um produto cultural, e seu desenvolvimento e elaboração os transformam também em um produto econômico. Esse fator é decisivo, de acordo com o autor, porque significa que todo o arranjo da cadeia do vinho é regido por critérios de produtividade, e esse elemento gera a interatividade do território com o produtor e a produção.

Deste modo, a gestão da paisagem vitivinícola deve primeiro reconhecer o processo produtivo complexo existente no território, que possui características em

movimento que se alteram constantemente. Também se considera o fato de os vinhateiros intervirem na paisagem para atingir melhores parâmetros de rentabilidade e nem sempre estarem suscetíveis a um melhor aproveitamento do território com uma produção sustentável.

A caracterização da paisagem (Imagem 152 – Mapa 1) é realizada através da verificação da condução dos vinhedos, que denota saberes ancestrais empregados; as construções de apoio, como tanques para os produtos a serem aspergidos nas videiras, estaleiros para o carregamento da uva; detalhes construtivos, tanto da arquitetura do território quanto dos vinhedos e dos materiais utilizados; caminhos entre os vinhedos e as construções para abrigar o vinho.

Imagem 152 – Mapa 1. Caracterização da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos



6.2.2 Critério 2. Tendências da paisagem

- Mudanças endógenas

As transformações a que estão submetidas as paisagens vitivinícolas, ainda que demonstrem uma aparente imagem de estabilidade, se configuram em constantes mudanças devido aos intensos processos de trabalho e por estarem interligadas às mudanças globais: econômicas, tecnológicas e da sociedade. O território vitivinícola do Vale dos Vinhedos, com mais de um século de produtividade, também está suscetível às diversas etapas: crises, expansão, estagnação, reconversão e outros.

Neste contexto encontra-se a paisagem vitícola que absorve todos esses aspectos que, além de se refletirem na paisagem, também se fazem notar nas técnicas de produção e na expansão territorial. Esses fenômenos sobre a paisagem vitícola não são recentes ou estranhos, mas inscrevem-se no marco de mudanças da agricultura de mercado, inseridas nas tendências econômicas globais e de evolução tecnológica. (BUSQUETS, 2006). Tais fatores dão forma às mudanças endógenas da paisagem. Por outro lado, a localização dos vinhedos em áreas estratégicas (visibilidade), próximos de grandes eixos viários e de comunicação (fácil acesso e deslocamentos), constituem-se na paisagem em um vetor de incentivo às mudanças exógenas.

Demonstram-se as transformações pesquisadas que acarretam as mudanças internas na paisagem do Vale dos Vinhedos, chamadas de endógenas,¹⁹⁹ através de pesquisa e de fotointerpretação.

Verificam-se **novos usos da área produtiva** no Vale dos Vinhedos, através da instalação de novas indústrias, nem todas da mesma característica da produção e elaboração de vinhos. Do mesmo modo, o reconhecimento do território produtor induz a ampliação das vinícolas e fábricas de produtos derivados e a ampliação dos núcleos urbanos e de áreas residenciais. Os espaços destinados a eventos sociais tiveram um significativo aumento nos últimos dez anos no Vale dos Vinhedos.

Da mesma forma, verificam-se no Vale inúmeras áreas de **abandono dos vinhedos** testemunhadas pelos plátanos que delimitaram espaços de plantio em parte dos vinhedos. Por outro lado, nos últimos 50 anos os vinhedos tomaram o lugar do

¹⁹⁹ Endógeno: Que tem origem no interior. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 20 dez. 2019).

plântio de cereais e de áreas florestadas, e a viticultura passou a ser o referencial econômico. A mecanização da colheita também é um fator com tendência de crescimento.

A **substituição do tradicional modo de plântio** em latada para o cultivo em espaldeira ocasionou o uso de novos tutores metálicos, de pedra e de madeira (Imagens 153, 154 e 155) que caracterizam uma nova paisagem vitícola. No Vale dos Vinhedos, de acordo com o demonstrado no Capítulo 4, verifica-se a substituição dos modos de plântio em diferentes áreas para adequar-se à normativa da Denominação de Origem.



Imagens 153, 154 e 155 – Tutores metálicos, de pedra basalto e de madeira – utilizados na condução dos vinhedos em espaldeira

Fonte: Fotografia da autora (2019).

O **aumento da dimensão das parcelas produtivas** relaciona-se a muitos fatores, como o envelhecimento das famílias tradicionais com grande número de filhos e a diminuição desses núcleos, o crescimento industrial, a expansão da urbanização, a escolarização e o aumento dos postos de trabalho na área urbana. (DE BONI; COSTA, 1991; FROSI; MIORANZA, 1975; HERÉDIA, 2004).

Esses fatores, entre outros, ocasionaram alterações nas propriedades produtivas cujo êxodo também contribuiu para a venda das terras, muitas vezes para lindeiros. Amplia-se a concentração da posse da terra e o conseqüente aumento da dimensão média das parcelas. Somado a isso, o trabalho árduo que envolve a

produção vitícola incentiva o abandono dessa atividade por descendentes dos imigrantes cuja atividade perpassou décadas no âmbito familiar.

A constante dinâmica de produção dos territórios vitivinícolas também ocasiona a **modificação do relevo original através das movimentações de terra**. Esses processos são verificados no Vale dos Vinhedos, principalmente para a construção de indústrias, vinícolas e condomínios residenciais, e para a construção de novos vinhedos. Os processos erosivos verificados derivam geralmente da supressão dos vinhedos antigos, com melhor cobertura do solo, para a construção de novos vinhedos em espaldeira em patamares, de topografia e menor cobertura do solo, para melhor aspensão. (Imagem 156).

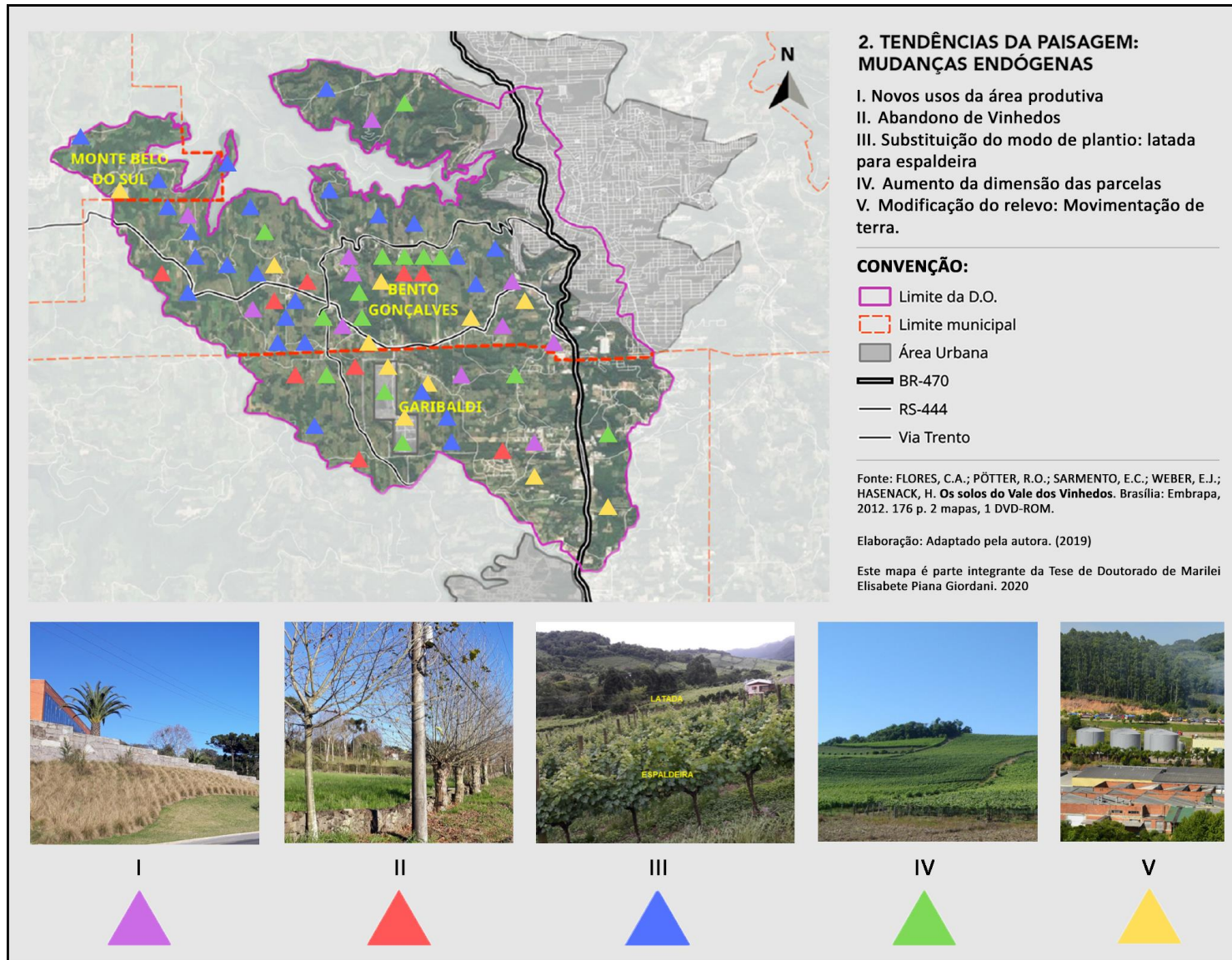


Imagem 156 – Movimentação de terra e alterações do relevo no Vale dos Vinhedos, para a construção de uma nova vinícola

Fonte: Fotografia da autora (2020).

As tendências da paisagem vitivinícola, que se pontuam pelas novas tecnologias e/ou por outros processos presentes no território em estudo, são apresentadas na Imagem 157.

Imagem 157 – Mapa 2. Tendências da paisagem: mudanças endógenas



6.2.3 Critério 3. Tendências da paisagem

- Mudanças exógenas

As tendências da paisagem vitícola identificadas através das **mudanças exógenas**²⁰⁰ estão relacionadas à pressão demográfica entre áreas urbanas, industriais e produtivas. A confrontação deriva-se da localização do Vale dos Vinhedos, que passa a ser uma “possibilidade imaginária” de área para a expansão de acesso por ser rural, mais ampla e mais aberta. Esses fatores ocasionam a **ampliação de áreas antes vinícolas por ambientes urbanizados**. (Imagem 158). Os **polígonos industriais ganham força** em decorrência da ampliação da urbanização.

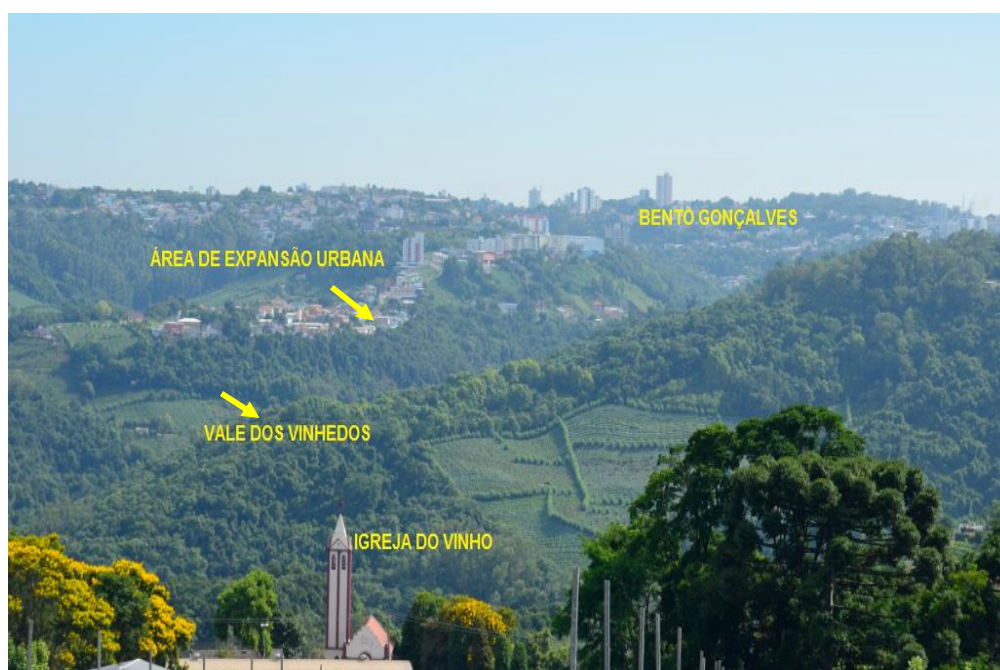


Imagem 158 – Avanço das áreas de expansão urbana sobre o Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2019).

Verificou-se no Capítulo 5 que o desenvolvimento e a ampliação da oferta de turismo e enoturismo ocasionam o **aumento de equipamentos terciários** como hotéis, pousadas, restaurantes e outros, além do **aumento sistemático do fluxo de**

²⁰⁰ Exógeno: Que tem origem no exterior. (Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/ex%C3%B3genas>. Acesso em: 20 dez. 2019).

transportes em razão de todo o acesso ser realizado por duas vias de rolamento, a ERS 444 e a Estrada do Vinho.

A **banalização da paisagem vitivinícola** ocorre pela profusão dos elementos de publicidade para a divulgação do comércio local em detrimento da paisagem produtiva.

Dada a análise de modificações endógenas e exógenas (Mapas 2 e 3), a pesquisa permite estabelecer que o Vale dos Vinhedos possui as seguintes dinâmicas em sua paisagem vitivinícola:

1. Ampliação da urbanização dos espaços produtivos, através de condomínios residenciais com características urbanas e condomínios vitivinícolas.
2. Redução gradual dos componentes da paisagem, da diversidade de elementos e de estruturas de apoio devido ao aumento das parcelas e da posse da terra produtiva, antes de pequenos agricultores, que ocasiona a perda da biodiversidade.
3. A gradual substituição dos modos de plantio dos vinhedos, de latada para espaldeira, que ocasiona a perda dos elementos históricos da construção da paisagem e do território.
4. Alteração da morfologia do território pelos grandes movimentos de terra e alteração do meio físico, realizadas para a construção de grandes edificações industriais do setor produtivo, de prestação de serviço e plantio de novos vinhedos.
5. Banalização da paisagem vitivinícola pela profusão de painéis de publicidade e divulgação maciça de prestadores de serviço e antenas de telefones, que depreciam e impedem a visualização da paisagem.



Imagem 159 – Elementos de publicidade no Vale dos Vinhedos

Fonte: Baseado no Plano Diretor Revisado (2018) IPURB – BG ANEXO 1.0 ME (2019).

6. Fragmentação crescente da morfologia original dos núcleos comunitários pela ampliação das edificações nos aglomerados, quer residenciais ou de prestadores de serviço.

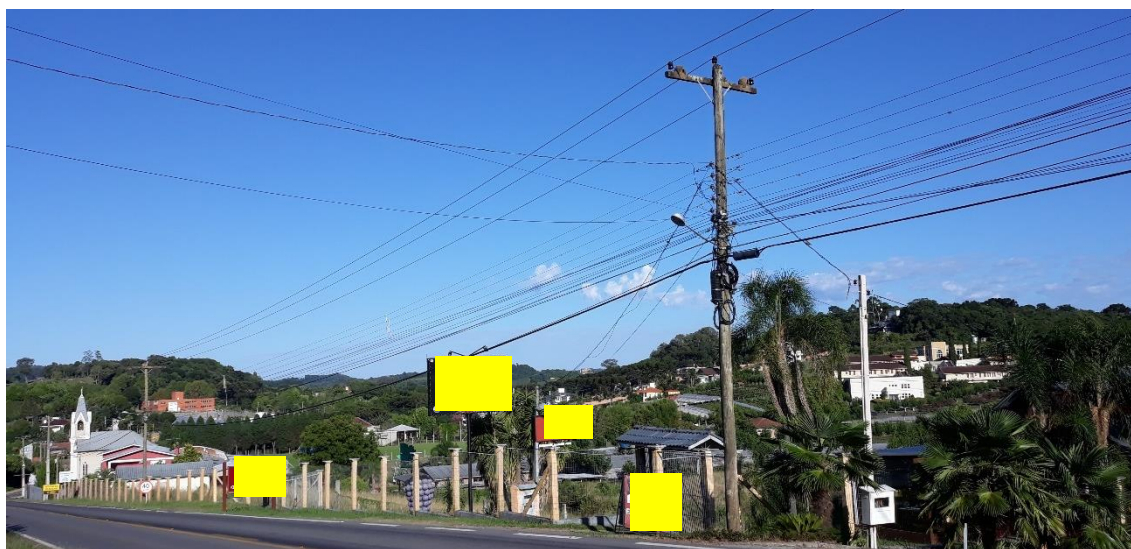
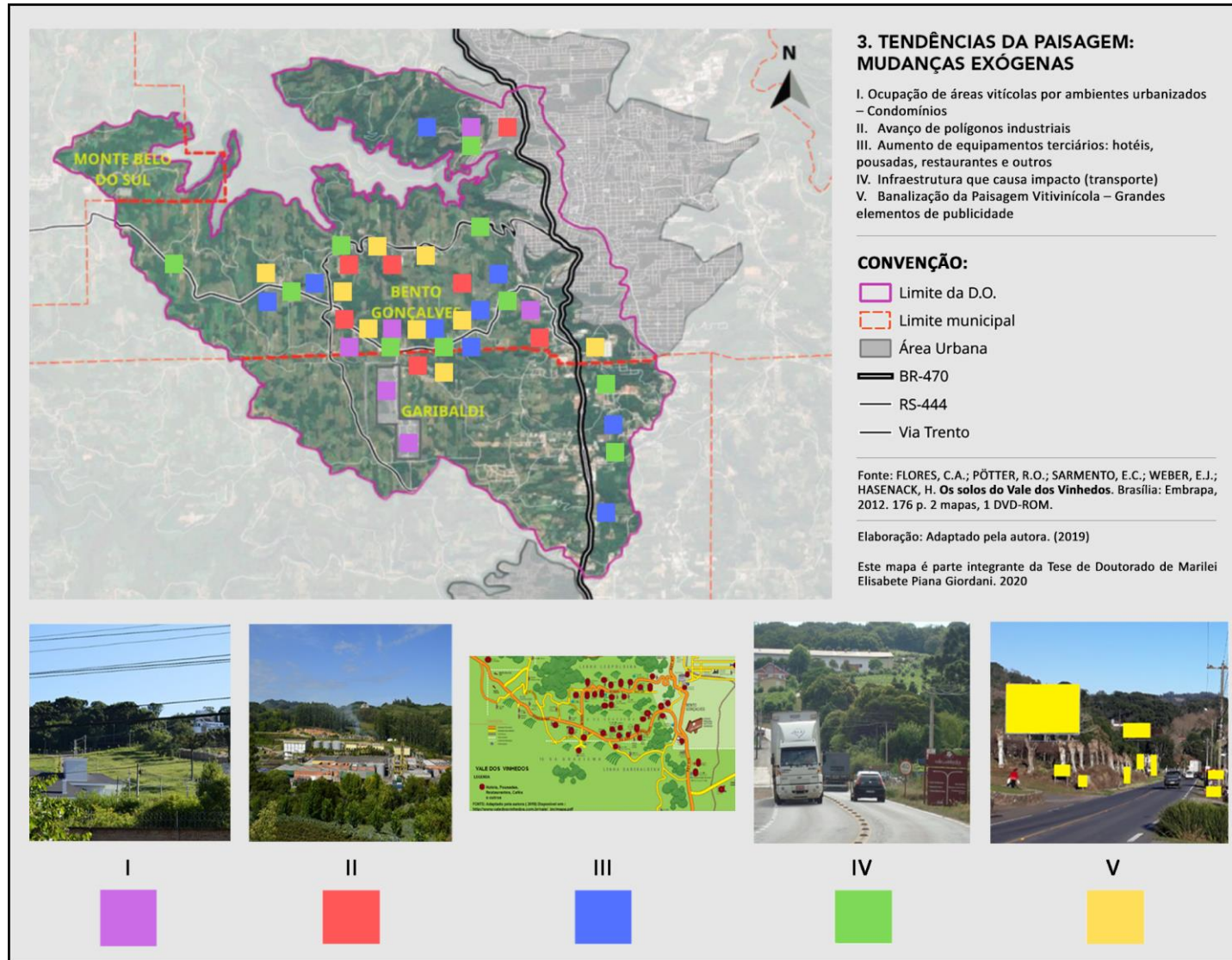


Imagem 160 – Modificação da morfologia original com a ampliação da urbanização nos aglomerados urbanos no Vale dos Vinhedos com a mescla de indústrias, condomínios, residências, restaurantes, hotéis e outros.

Fonte: Fotografia da autora (2019).

Imagem 161 – Mapa 3. Tendências da paisagem: mudanças exógenas



6.2.4 Critério 4. Impactos desestabilizadores

As tendências da paisagem são materializadas por múltiplas alterações que podem gerar maiores ou menores impactos de natureza variável no território. As medidas de restabelecimento nem sempre são possíveis e reversíveis e, muitas vezes, necessitam da aplicação de grandes aparatos tecnológicos que, por sua vez, também podem comprometer progressivamente o futuro da paisagem.

Os impactos de maior potencial desestabilizador atuam sobre os componentes mais frágeis da paisagem, com a desorganização das estruturas originais que garantiam o funcionamento do sistema de relações da paisagem vitivinícola, como: a alteração **da morfologia original** do território; a ocupação de espaços necessários para a preservação do meio ambiente; a perda do solo fértil pela erosão; a **dispersão urbana** com ruptura do caráter compacto dos núcleos tradicionais; a **supressão das estruturas de apoio ao cultivo**, das margens, fileiras de árvores e córregos; o desaparecimento de elementos de valor patrimonial, tanques, muros de pedra; a **simplificação dos caminhos rurais**; e a presença de **polígonos industriais, pouco integrados na paisagem**.

Esses elementos são vetores de impactos desestabilizadores na paisagem que se verificam no Vale dos Vinhedos em várias escalas e pontos do território. Tais impactos afetam sobremaneira a paisagem vitivinícola, uma vez que alteram a morfologia original com o desaparecimento dos elementos patrimoniais que distinguem a singularidade do território e da paisagem, além da perda do território produtivo, que dá lugar a outros usos que não para a produção e elaboração de vinhos.

Os polígonos industriais, pouco integrados na paisagem, utilizam-se no ambiente de espécies de paisagismo empregado e originário de outros países, interferindo na originalidade do ecossistema e da flora local.



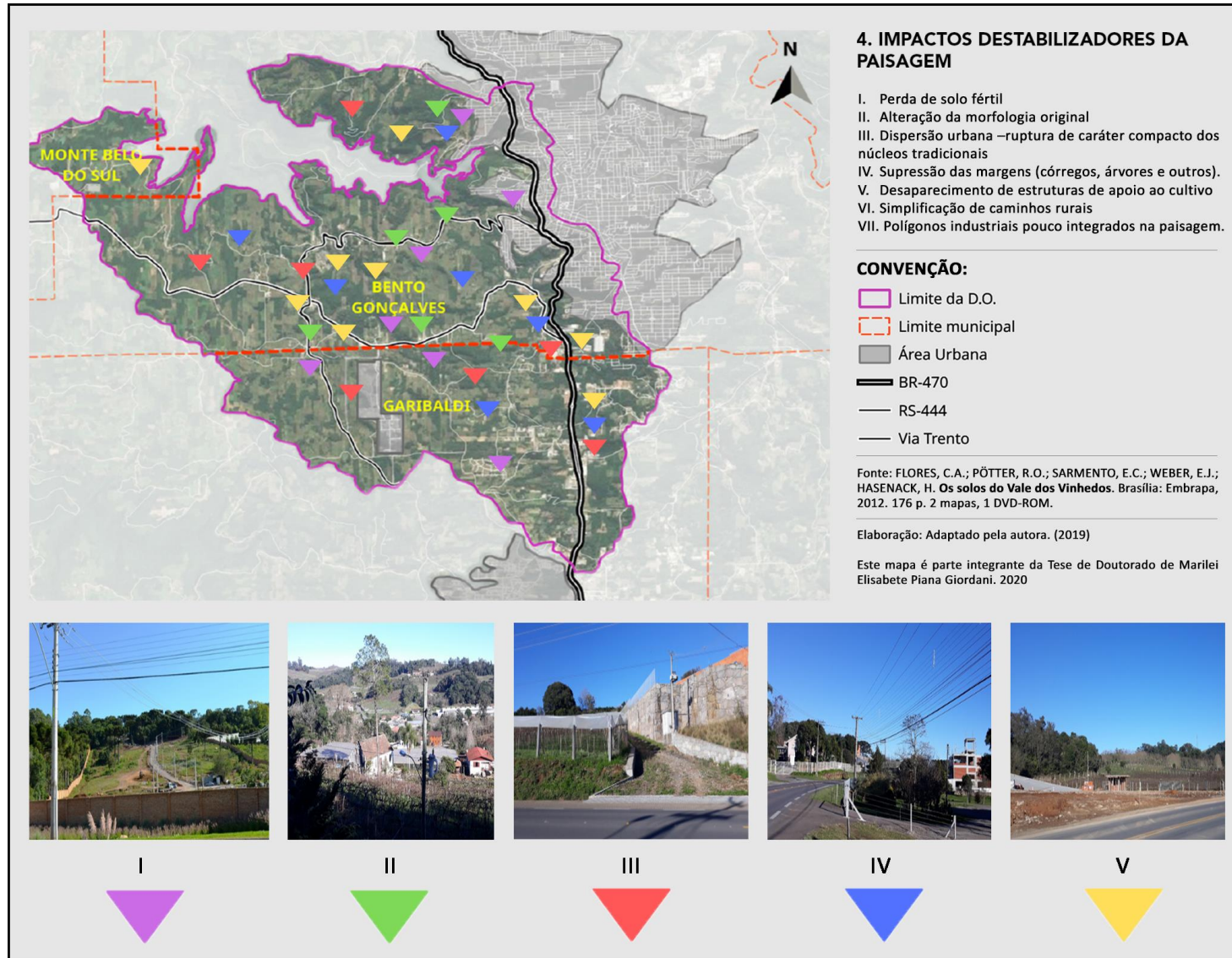
Imagens 162 e 163 – Áreas urbanizadas na área central do Vale dos Vinhedos com espécies que não são parte da flora local.

Fonte: Fotografia da autora (2019).

A análise permite-nos demonstrar os impactos desestabilizadores da paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos, através da Imagem 164 – Mapa 4.

A recorrência desses impactos demonstra-se na forma de sinalizações pontuais sobre o mapa a seguir.

Imagem 164 – Mapa 4. Impactos desestabilizadores da paisagem



6.2.5 Critério 5. Valores da paisagem do Vale dos Vinhedos

Os valores da paisagem elencados por Busquets (2006, p. 460) são, de acordo com o autor, de caráter subjetivo por retratarem a cultura e as práticas dos indivíduos que compõem a sociedade e o território construído. Não se trata de um processo arbitrário, mas racionalizado, para possibilitar a medição dos atributos da paisagem.

Busquets estabeleceu uma tipologia de valores que foram adequados ao recorte de estudo e retratam o modelo de paisagem vitícola produtiva, para produzir um modelo de equilíbrio sustentável do território. Estão elencados em: valor produtivo, valor do meio ambiente, valor patrimonial, valor do território e valor identitário. A partir da tipologia de valores do autor, construiu-se na Tabela 2 os elementos que, por seu caráter singular, geram uma tipologia própria dos valores da paisagem no território do Vale dos Vinhedos.

Tabela 2 – Valores da paisagem vitícola

Tipologia dos valores	Valores da paisagem
Valor produtivo	Demonstra a natureza da paisagem vitícola associada à capacidade de produzir vinhos. É portadora das referências entre o produto e os consumidores. É um elemento intangível de patrimônio imaterial, capaz de influenciar na valoração dos vinhos.
Valor do meio ambiente	Áreas de mosaico agroflorestal, de biodiversidade áreas de refúgio, margens, bordas, muros de pedra seca, pequenos bosques para garantir o fluxo através dos corredores naturais e proteção do solo.
Valor patrimonial	Exemplos de patrimônio cultural construído de caráter secular, que estabelece uma característica da paisagem local: igrejas, capitéis, residência de madeira, pedras, estábulos, paióis, construções que atendem a produção vitivinícola.
Valor territorial	Diz respeito aos espaços abertos de produção vitivinícola, desobstruídos de urbanização e com importantes funções sociais e de meio ambiente, favoráveis ao desenvolvimento do turismo baseado na integração do patrimônio histórico, cultural, natural e agrícola.
Valor identitário	Esse valor é uma oportunidade para consolidar os valores locais frente à crescente despersonalização e banalização das paisagens. A paisagem vitícola pode ser portadora do equilíbrio para o território, do enraizamento local e da qualidade de vida.

Fonte: Elaborada pela autora com base na metodologia de Busquets, 2006.

- **Valor produtivo**

O valor produtivo da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos é de natureza intrínseca ao seu território, portador de elementos culturais que dão ênfase ao território e constituem-se no elemento diferenciador. Este valor é portador de marcas culturais e produtivas capazes de gerar emoções e viabilizar a construção de um valor através da paisagem vitivinícola vivenciada no território. A paisagem construída a partir dos valores culturais locais remete ao imaginário, quando o consumidor, através do vinho, se transporta para a paisagem vivida que dá valor e identidade ao produto. Esses elementos transformam-se em um valor produtivo por sua originalidade e singularidade.

A paisagem do Vale dos Vinhedos elabora seu valor produtivo com inúmeros componentes: o modo de condução das videiras com tutores vivos, que dá origem a imagens únicas e singulares em cada vinhedo; o traçado acompanha as curvas de nível e a inclinação do terreno, e isso resulta em espaços sinuosos, únicos entre si e que não repetem. (Imagem 165).

As técnicas construtivas empregadas na construção dos vinhedos implicam em conhecimentos e saberes transmitidos por gerações. Deste modo, a paisagem se transforma em um vetor de comunicação entre o vinho, a paisagem, o território e seus consumidores.



Imagem 165 – Vinhedos conduzidos por tutores vivos e seu desenho na paisagem – Vale dos Vinhedos

Fonte: Fotografia da autora (2019).

- **Valor do meio ambiente**

Pela constituição da geografia local, o Vale dos Vinhedos possui áreas que apresentam um significativo mosaico agroflorestal constituído por inúmeras espécies arbóreas da Mata Atlântica que formam áreas de biodiversidade, de refúgio e de pequenos bosques. A proximidade dos vinhedos com áreas remanescentes de floresta nativa é a constante na paisagem produtiva em estudo. Contudo, ainda restam áreas de florestas nativas nas superfícies mais acidentadas e isoladas das escarpas do planalto.²⁰¹ Também estão presentes no território as margens, as bordas e os muros de pedra seca.



Imagem 166 – O mosaico agroflorestal no Vale dos Vinhedos
Fonte: Fotografia da autora (2019).

- **Valor patrimonial**

O território produtivo em estudo possui mais de um século de história. A paisagem vitícola é pontuada por exemplos de patrimônio construído de caráter

²⁰¹ Flores, Pötter, Sarmiento, Weber e Hasenack (2012).

secular que constituem uma característica local, pelo modo construtivo e pelos materiais utilizados. Na arquitetura evidencia-se o largo uso de madeira, abundante na região, principalmente a araucária (*araucária angustifolia*), além da utilização de pedras, denominadas “*rochas efusivas básicas, comumente basaltos e basaltos adensíticos, de cor variável entre cinza-escuro a cinza esverdeado, com tonalidades castanho-avermelhadas quando alterado*”. (FLORES; PÖTTER; SARMENTO; WEBER; HASENACK, 2012, p. 25).

Os valores patrimoniais estão expressos nas construções de igrejas, capitéis, arquitetura residencial, estábulos, vinícolas e na utilização de pedra, madeira e cordoalhas de ferro, em conjunto com os plátanos, para dar sustentação aos vinhedos. (Imagens 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 177 e 189). Entretanto, constatou-se em conversas informais com os moradores locais que, em grande parte, edificações antigas foram demolidas e seu valor patrimonial desfigurou a paisagem.



Imagem 167 – Casa de pedra

Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 168 – Casa de madeira, porão de pedra –
Década - 1910

Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 169 – Porão de pedra, cantina. Dec.1910
Fonte: Fotografia da autora (2019)



Imagem 170 – Videira centenária
Fonte: Fotografia da autora (2019)

- **Valor territorial**

O território do Vale dos Vinhedos ainda possui o caráter de espaços abertos e áreas verdes desobstruídas (Imagem 171) se comparado às áreas urbanas, cuja tendência é de verticalização e densificação. O enoturismo apresentou significativo crescimento nos últimos anos, com maior aporte nos períodos da colheita das uvas – Vindima: janeiro, fevereiro e março. Nesse período, os parreirais históricos de condução em latada são referenciados para recepcionar os turistas, para viver a experiência do café da manhã, antes da colheita das uvas, e para jantares sob os parreirais. Nesses dias, os parreirais históricos são utilizados como forma de rememorar a história local.



Imagem 171 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos, município de Garibaldi – RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).

- **Valor identitário**

Este valor é contrário à despersonalização e à banalização da paisagem vitícola, uma vez que seus valores identitários proporcionam a singularidade. O valor identitário da paisagem do Vale dos Vinhedos é o modo de condução; entretanto, esses valores não são reconhecidos na paisagem em estudo.

Constata-se uma sobreposição de legislações, produtivas (Denominação de Origem) e de uso do solo (Plano Diretor), sem haver a reconhecimento do valor identitário da formação da paisagem vitícola e sem a instrumentalização da proteção.

A paisagem histórica é depreciada pela condução de latada, e a condução em espaldeira, praticada em muitos territórios vitivinícolas mundiais, é considerada “moderna” e adotada como parâmetro de produção contemporânea no Vale dos Vinhedos. Os vinhedos históricos possuem valores identitários que devem ser considerados por serem portadores, ao longo do tempo, da história e da formação deste território. O reconhecimento da paisagem, de seus valores e identidade será possível quando for constituído um inventário da paisagem do Vale dos Vinhedos para trazer à luz o reconhecimento, os valores históricos, culturais e identitários, em conjunto com a instrumentalização da proteção.

A paisagem vitícola preservada no território pode significar para seus habitantes e visitantes a garantia da preservação, da manutenção e do equilíbrio do território e da qualidade de vida.



Imagem 172 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos, município de Garibaldi – RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagens 173 e 174 – Igrejas e capitéis no Vale dos Vinhedos – RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 175 – Cemitério da Capela das Almas, Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves – RS
Fonte: Fotografia da autora (2018).



Imagens 176 e 177 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos – Monte Belo do Sul – RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).

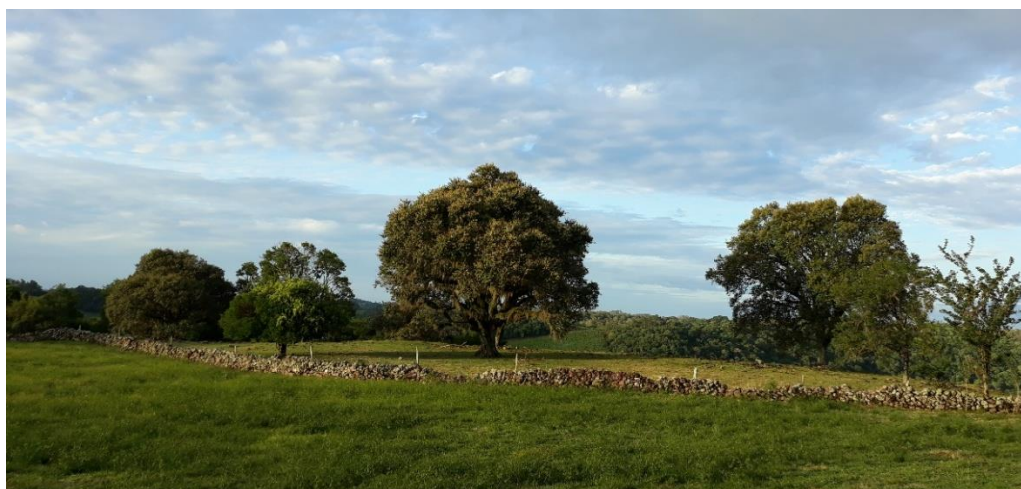


Imagem 178 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos, com as taipas de pedras para a separação das propriedades – Eulália Alta – Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves – RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).

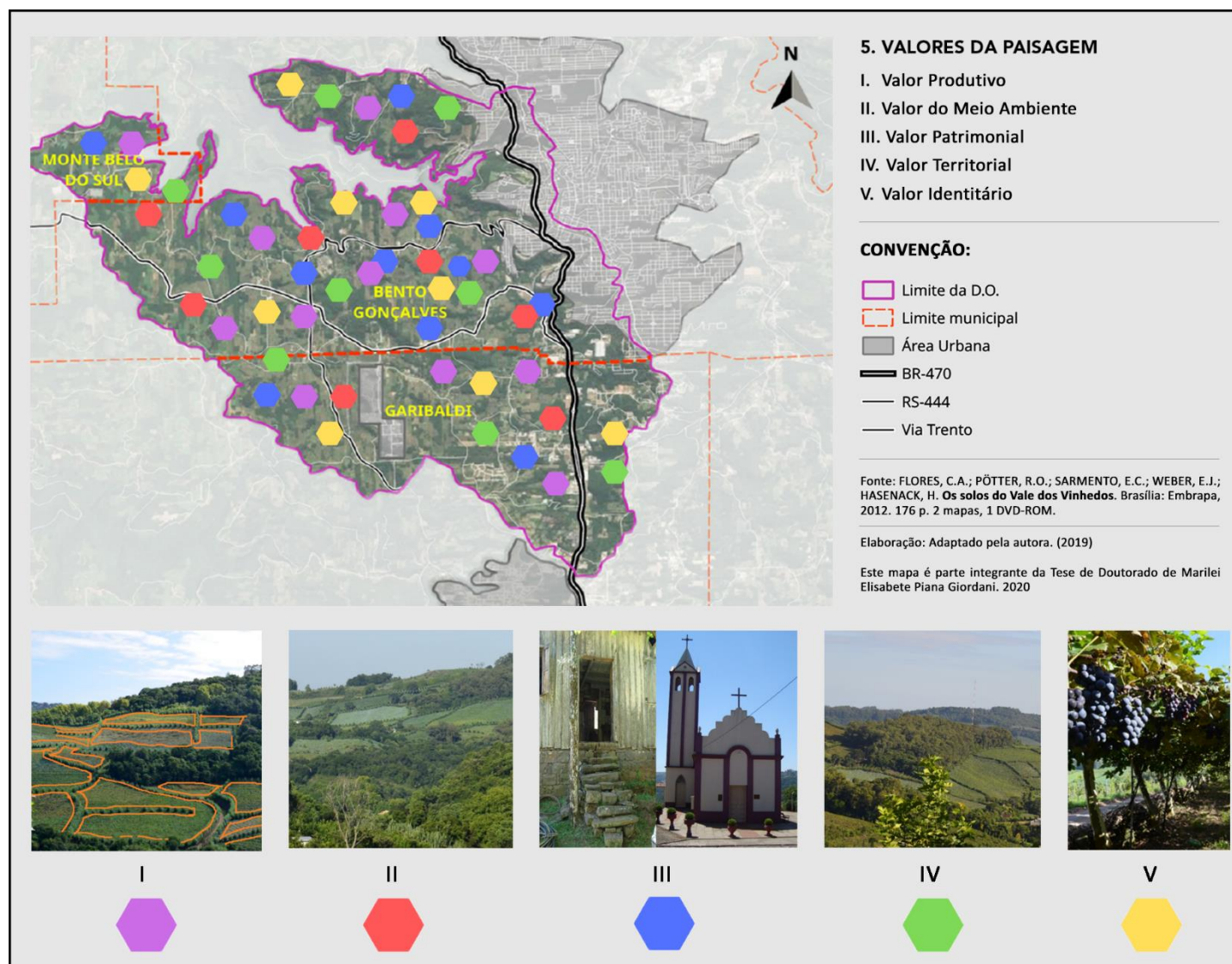


Imagem 179 – Paisagem vitivinícola no Vale dos Vinhedos – EuláliaAlta, Bento Gonçalves – RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).



Imagem 180 – Casa de pedra do início do século XX – Eulália Alta – Vale dos Vinhedos com DO,
Bento Gonçalves – RS
Fonte: Fotografia da autora (2019).

Imagem 181 – Mapa 5. Valores da paisagem



Na metodologia, Busquets (2006) sinaliza que, quando se projeta a gestão da paisagem, a delimitação das Unidades de Paisagem²⁰² é de grande importância para a percepção das dinâmicas, assim como o reconhecimento dos impactos desestabilizadores da paisagem vitivinícola. Deste modo, destaca o autor, é possível estabelecer critérios de gestão que possam transpor as fragilidades que modificam o território produtor.

A seguir, especificam-se os critérios de gestão da paisagem estabelecidos por Busquets (2006, p. 461). Neste contexto, é realizado um paralelo dos critérios do autor com sugestões de ações que podem ser implementadas no **Vale dos Vinhedos**, dado o caráter de universalidade da metodologia de análise aplicada.

6.3 Critérios, medidas específicas e instrumentos para a gestão da paisagem vitivinícola

1. Seleção de critérios de paisagem para o planejamento territorial e urbano: Contempla medidas destinadas à organização e a melhorias da paisagem nesses processos. Os critérios referem-se aos núcleos e ao crescimento urbano, aos reflorestamentos, aos espaços industriais, aos espaços agrários produtivos, aos espaços abertos a usos periurbanos, às estruturas de serviço e transporte e aos equipamentos comunitários. A inclusão desses critérios de paisagem visa distanciar-se da standardização e banalização da paisagem.

Vale dos Vinhedos: A incorporação dos critérios paisagísticos no planejamento e nos Planos Diretores é de substancial importância para que os usos técnicos de produção não se sobreponham à paisagem vitícola e à história contruída. Para de evitar as sucessivas alterações e transformações verificadas na paisagem vitivinícola ocasionadas exatamente pela falta de critérios, tornando-a desenraizada de sua história que, uma vez modificada,

²⁰² **Unidades de Paisagem** são domínios com identidade própria e diferenciada, sujeitos a uma dinâmica claramente identificável, com uma combinação de seus próprios elementos como resultado da marca deixada por diferentes sociedades ao longo da história. (Disponível em: www.sigmatec.es/unidades-de-paisaje. Acesso em: 8 out. 2019).

assenta-se no lugar comum de outras tantas paisagens vitivinícolas mundiais, sem critérios de valor cultural.

- 2. Código de boas práticas vitivinícolas na paisagem das videiras:** É elaborado para atender a necessidade de se dispor de um instrumento para a autorregulação do setor vitivinícola. Está baseado no estabelecimento de boas práticas, que possui como princípio básico o respeito para com os valores da paisagem dos vinhedos. As boas práticas são estabelecidas mediante o apoio técnico, para favorecer a conservação do solo, preservar as paisagens agroflorestais do entorno e da biodiversidade, proteger e promover a paisagem vitícola produtiva.

Vale dos Vinhedos: Entidades do setor vitivinícola locais, regionais e nacionais – EMATER, IBRAVIN, UVIBRA, EMBRAPA Uva e Vinho, MAPA, Secretarias de Agricultura, SENAR, SEBRAE e outros – prestam atendimento quanto às boas práticas vitivinícolas.

Entretanto, verifica-se uma lacuna entre as boas práticas para a produção e a preservação do território e do patrimônio cultural. A paisagem vitivinícola é um elemento que entrelaça o contexto de produção do vinho em seu processo produtivo e singulariza o território produtor. O enoturismo é a principal atividade turística no recorte de estudo e, sobretudo, atrelada à paisagem vitícola. Esses territórios, quando transformados em destinos turísticos, enfrentam profundas mudanças funcionais e sociais no desenvolvimento desta atividade. Será necessário, de acordo com Vinuesa e Torralba (2019, p. 131), estabelecer conexões entre as dimensões urbanísticas, culturais, patrimoniais e turísticas, porque o bom uso do patrimônio é a melhor garantia para sua proteção. O respeito, a proteção ao patrimônio deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por mais justificada que seja do ponto de vista econômico, social ou político.

- 3. Formação de um catálogo de propostas de restauração e melhoria da paisagem:** Tem a finalidade de estruturar e propor modelos de integração da paisagem e minimizar os impactos mais frequentes em diversos âmbitos do território, como instalações industriais, espaços urbanos e periurbanos. O

objetivo é demonstrar um repertório representativo de soluções a partir de propostas adotadas no território ou em outras regiões vitivinícolas.

Vale dos Vinhedos: No território em estudo verificam-se grandes estruturas para a produção vitivinícola, industriais e/ou prestadores de serviço, cuja volumetria produz impactos significativos na paisagem. Entretanto, não se verifica uma legislação que conduza a uma solução de integração dessas estruturas com a paisagem vitivinícola. Sugere-se a formação de um Catálogo de Proteção da Paisagem para elencar os impactos presentes e possíveis no território e, também, para orientar e auxiliar na reconstrução da paisagem e na preservação da paisagem e de seu entorno.

4. **Propostas de itinerários paisagísticos dos vinhedos:** Estabelecer uma rede de itinerários de paisagem vitivinícola e de mirantes para promover o conhecimento da paisagem a partir do patrimônio histórico e vitivinícola. Esses roteiros preferencialmente devem partir de caminhos existentes interligados entre si, que denotam a construção e a morfologia do território, estabelecida a partir do cultivo e da produção vitivinícola.

Vale dos Vinhedos: Os roteiros turísticos presentes no território²⁰³ em estudo são direcionados para visitas às vinícolas, mas não especificamente para promover e reconhecer o valor da paisagem no âmbito do Vale dos Vinhedos a partir de seu patrimônio histórico e vitivinícola. Sugere-se transcender os fatores técnicos de produção e incentivar a sensibilização da paisagem vitivinícola para a percepção dos valores de patrimônio cultural, sua caracterização e singularidades.

Recomenda-se a formatação de roteiros específicos contidos em um Guia da Paisagem Vitivinícola do Vale dos Vinhedos,²⁰⁴ para fazer conhecer a história registrada da paisagem desde o final do século XIX. Ainda, para tornar-se um roteiro do reconhecimento da paisagem cultural, que também pode elencar projetos para viabilizar a proteção, a gestão e o ordenamento

²⁰³ O município de Bento Gonçalves possui um projeto de paisagismo para ser aplicado nas principais estradas turísticas do município, incluído o Vale dos Vinhedos, porém não foi executado. Ver em: Anexo 7.5 PE - Projeto Paisagístico das Estradas Turísticas de Bento Gonçalves, ago. 2015. (Disponível em: http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/uploads/downloads/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Associa%C3%A7%C3%B5es_Prefeito_Bento_-_R01.pdf. Acesso em: 29 out. 2019).

²⁰⁴ Seguindo a metodologia de Busquets, aqui apresentada, para a paisagem vitivinícola de Alt Penedès, ou em outros Observatórios da Paisagem.

do território.²⁰⁵ Nesse contexto, sugere-se avançar para o reconhecimento da Paisagem como Patrimônio Cultural, de acordo com a Declaratória da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – Projeto de Lei nº 44, de 19 de junho de 2012, cujo reconhecimento, sem a interlocução e iniciativa dos atores locais e dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos, não possui força de Lei para reconhecer o valor da história da paisagem e auxiliar em sua preservação. Para tal, é necessário dar forma ao reconhecimento (tombamento) junto ao IPHAE–RS e, posteriormente, poderá ser encaminhado ao nível nacional, junto ao IPHAN.

5. Avanço de programas para a gestão da paisagem: O Plano de Gestão deve ser utilizado para garantir a coordenação entre os agentes administrativos e territoriais e para contemplar medidas de planejamento, de estratégias, com atuações concretas, situado em um processo dinâmico dos agentes com o estabelecimento de prioridades e do tempo de execução.

Vale dos Vinhedos: Urge elaborar políticas públicas de reconhecimento do valor cultural da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos, acompanhadas de um Programa de Gestão da Paisagem que derive do Planejamento do território. Esse critério é de substancial importância para a paisagem do território, porque é inexistente. Constata-se que ainda prevalecem no território em estudo os valores técnicos produtivos, econômicos e do turismo; eles se sobrepõem ao valor da preservação do patrimônio cultural do território, que é finito, conforme constatado no Capítulo 5, na análise dos Planos Diretores dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos. Verificam-se os reflexos pela falta de um Plano de Gestão sobre o uso do solo, que ocasiona ações unilaterais danosas que não contribuem para a preservação da paisagem.

Os aspectos técnicos de produção e proteção cultural e da paisagem não precisam ser dissonantes; podem caminhar juntos pela sustentabilidade do território e da paisagem vitícola. Um Plano de Gestão é de fundamental importância para o Vale dos Vinhedos, de modo a garantir a coordenação e a congregar as administrações e os agentes dos territórios que sobre ele

²⁰⁵ Ver em: <http://www.catpaisatge.net/http://paisajeyterritorio.eshttps://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/site/>. Acesso em: 29 out. 2019.

agem para contemplar medidas de planejamento, estratégias, atuações concretas em um processo dinâmico de todas as esferas, com estabelecimento de prioridades nas políticas de ação.

6.3.1 Considerações sobre a metodologia de Busquets na análise do Vale dos Vinhedos

A metodologia de Busquets (2006, p. 463) aplicada na paisagem vitivinícola de Alt Penedès fornece instrumentos para identificar os componentes específicos da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos e as alterações que nela ocorrem. Essas modificações podem ser percebidas através da caracterização da paisagem, das tendências a que a paisagem está sujeita e dos impactos que comprometem sobremaneira sua preservação. Os valores da paisagem, que se configuram em informações de caráter subjetivo, a diferenciam e nela impregnam uma identidade característica própria; por esse motivo, a relevância do conhecimento dos valores culturais.

No cenário de estudo de Busquets (2006) observa-se o entrelaçamento dos órgãos nos diversos âmbitos – técnico, cultural e político, sem prejuízo dos aspectos técnicos e produtivos, que são coadjuvantes para firmar uma identidade própria do território produtivo e proporcionar seu fortalecimento. Entretanto, no Vale dos Vinhedos verifica-se que não ocorre o mesmo entrelaçamento nos diversos âmbitos: produtivo, cultural e patrimonial. As ações são determinadas por cada município de modo unilateral, sem uma legislação para contemplar as diferentes interfaces de um território compartilhado e de grande expressão no cenário vitivinícola brasileiro. Em que pese o desalinhamento entre os setores, esse sempre penderá para a fragilidade da história, do patrimônio cultural e da paisagem que, uma vez destruídas, não se reconstituirão. No decorrer da pesquisa foi demonstrado o importante papel da preservação da paisagem, como identidade e valor do território vitivinícola.

As Unidades de Paisagem (UP) que apresentam a tipologia do território são a prerrogativa para Busquets (2006); elas se configuram em estratégias de gestão da paisagem e para determinar uma bonificação às diferenciações do território da Denominação de Origem. Neste sentido, assim como o autor configura a importância das UPs, também se considera a importância e a necessidade delas para o Vale dos Vinhedos como parte de um estudo amplo, em que devem ser consideradas e

propostas com afincos para estabelecer as diferentes faces expressas nas tipologias da paisagem vitícola e determinar parâmetros para sua preservação e gestão.

Por outro lado, o estudo aponta critérios, medidas específicas e instrumentos úteis para a gestão da paisagem vitivinícola embasados na coordenação de diferentes agentes do território. A incorporação de critérios paisagísticos na produção vitícola deve ser parte dos processos de planejamento urbano e territorial.

Estes recursos também podem servir para frear a deterioração atual a que estão submetidas as paisagens e incentivar a promoção voltada a um marco da economia diversificada, para que seja a garantia de equilíbrio do território e permita situar a região em uma rede mundial de territórios vitivinícolas de prestígio. (BUSQUETS, 2006).

O conceito de Planejamento (futuro) e Gestão (presente) (SOUZA, 2011) que se discutiu na Introdução é tomado como base nesta tese, que elabora a distinção entre os dois processos, intrínsecos entre si e de vital importância para a utilização e a preservação da paisagem vitícola, a fim de possibilitar a ação de simular os desdobramentos que o planejamento pode prever e, deste modo, precaver-se de problemas futuros, assim como utilizar melhor os benefícios oferecidos. Ações que englobam o planejamento devem ser definidas a partir do conhecimento real do território e da paisagem em suas potencialidades, desafios, crises, ameaças e perspectivas futuras.

De acordo com Nogué (*apud* MALLARACH, 2006, p. 429), a incorporação da paisagem no planejamento pode ocasionar a proliferação de paisagens medíocres, homogêneas, que oportunizam a tematização de um lugar e a banalização para fazer uso da paisagem. Essas ações, de acordo com o autor, provocam uma uniformização, a falta de originalidade e harmonia com as novas esferas de crescimento, ocasionando uma paisagem de baixa qualidade, impessoal, sem autenticidade, principalmente entre as zonas limítrofes do rural e o urbano. Neste sentido, para evitar a homogeneização da paisagem que cita o autor, a necessidade de preservação da singularidade, da identidade e valores culturais.

A gestão da paisagem tem sido tratada pela imprescindibilidade de articular a administração como elemento fundamental para o uso sustentável, para permitir a preservação e a valorização da paisagem produtiva. (NOGUÉ, 2007, 2008, 2009; SABATÉ BEL, 2010, 2015b; TARROJA, 2006; TESI; VALLERINI; ZANGHERI, 2009). Os Planos de Gestão da Paisagem que atuam no presente visam dar subsídios para

acompanhar a preservação e o uso desses lugares. Os órgãos internacionais – UNESCO, 2016, 2019; ICOMOS, 2017; ICCROM –, assim como o IPHAN no Brasil, que trataram da preservação do patrimônio e da paisagem cultural, estabelecem que esses processos de gestão favorecem indubitavelmente a comunidade, desde que haja o conhecimento e a articulação da preservação, que na era atual é de vital importância.²⁰⁶

Uma estratégia para somar e dar valor ao território, de acordo com Herrero (2006, p. 522), é integrar o desenvolvimento social e econômico e, de modo indispensável, a sustentabilidade e a gestão. A paisagem é o eixo norteador da proposição de valor, no sentido de manter a dinâmica do desenvolvimento com especial atenção às mudanças, transformações, possibilidades, expectativas e opções para afastar a intenção de museificar os lugares produtivos. Para a autora, a paisagem é a síntese da sociedade e do território; é um indicador com grande potencial de comunicação como um elemento de identidade. A participação da comunidade é fundamental para envolver seus atores na estruturação da gestão da paisagem, além de representar uma oportunidade para aglutinar as várias atividades desenvolvidas no território vitivinícola. Por esse motivo, deve ser concebida como um instrumento flexível e interativo com os ambientes econômicos da produção e sociais do território.

Neste contexto, entende-se que a gestão do território e a gestão da paisagem estão imbricadas entre si, são fundamentais, se completam e fornecem instrumentos para frear as alterações a que estão submetidas as paisagens vitivinícolas como as do Vale dos Vinhedos, cujas transformações estão embasadas de modo ambíguo pelos Planos Diretores, que deveriam proteger ao invés de permitir alterações.

As ameaças que rondam o território e a paisagem produtiva advêm de inúmeros fatores: da urbanização invasiva em áreas produtivas, dos condomínios residenciais e vitivinícolas; do aumento significativo dos prestadores de serviço em relação ao número de vinícolas; da falta de legislação adequada, da necessidade do reconhecimento dos valores culturais do lugar e da paisagem; dos impactos em diferentes níveis que agridem a paisagem; e da sobreposição de normativas municipais, estaduais e federais sem que se considere o território singular produtivo.

²⁰⁶ Ver Introdução.

A proteção da paisagem consta nos Planos Diretores, mas é necessário apresentar interesse e/ou avanços quanto à elaboração de instrumentos e legislações apropriadas para formatar a gestão e a preservação da paisagem e do patrimônio cultural local. Esses fatores podem impulsionar os conflitos territoriais (HERRERO, 2006) em que a paisagem vitivinícola é o elemento de disputa.

A paisagem reconhecida como elemento econômico e agregador de valor é associada ao turismo, à ampliação da urbanização através dos condomínios, hotéis e do aumento da oferta de prestação de serviços. Disponibilizam-se novas estruturas no território que não se relacionam com a vida cotidiana e com a escala de território produtivo. Evidencia-se um caminho a ser seguido que, com o tempo, pode apresentar modificações irreversíveis da paisagem em favor da qualidade técnica da produção vitícola²⁰⁷ de modo a estabelecer a construção de uma nova “paisagem” no Vale dos Vinhedos, em detrimento da história e da memória dos que construíram o território e a paisagem produtiva.

6.4 A paisagem como argumento dos conflitos territoriais

Estudos sobre a disputa pela paisagem têm demonstrado que ela pode ser considerada como um vetor de mobilização social e pode gerar conflitos territoriais, ao mesmo tempo em que tem suscitado novos debates nos últimos anos, dos quais surgem manifestações e/ou elementos de reivindicação para sua proteção.

De acordo com Herrero (2006, p. 165), sua ocorrência torna-se um argumento de conflitos territoriais pela implantação de estruturas que não estão diretamente relacionadas com a vida cotidiana do lugar e com a escala local, fazendo emergir neste cenário dos conflitos territoriais a tensão entre o que é local e o que é global, assim como as articulações, os debates e conflitos estudados pela autora na região vitivinícola da Alt Penedés, emergidos das pressões sofridas da área metropolitana próxima, Barcelona,²⁰⁸ Priorat e Terra Alta. Os conflitos foram demonstrados através

²⁰⁷ A produção vitícola com condução dos vinhedos em latada (históricos), observados os microclimas e o manejo correto, também produz com qualidade. A definição do modo de plantio não pode ser considerada a única garantia do atingimento da qualidade enológica da uva, pois o que importa é considerar os condicionantes do local de cultivo. (Santos, 2013, p. 170 *apud* Piana Giordani, 2013, p. 170).

²⁰⁸ Nesta região, 30% das áreas urbanas e naturais são protegidas, mas as modificações do território ocorreram nos últimos anos em 70% da área restante, cujas transformações estão divididas em

da expansão residencial, industrial, de logística, de limites do setor de turismo, da urbanização e de implantação de centrais de energia eólica, frente à produção e à paisagem vitícola.

Os conflitos da paisagem revelam-se como um ativo econômico produtivo, dotado de valores ecológicos, sociais e patrimoniais. Nos três lugares, de acordo com Herrero (2006, p. 66), para solucionar os conflitos com a paisagem eles foram canalizados na elaboração da Carta da Paisagem. Incorporaram-se vários agentes sociais – associações, empresários, produtores, movimentos ecologistas e administrações públicas, para estabelecer uma visão conjunta em uma proposta de planejamento do território, com base na interpretação de uso e dos valores de toda a comunidade. A elaboração dos Mapas da Paisagem na região de Alt Penedés desencadeou um processo de valorização das paisagens que possuíam um valor social e econômico estabelecido. Essas mobilizações, de acordo com Herrero (2006, p. 175), possuem um importante papel no processo de reformulação das identidades locais que ocorrem através dos fluxos de intercâmbio entre o local e o global.

O conflito territorial em que a paisagem é o elemento de disputa que gera as alterações no território é, segundo a autora, **quase sempre em lugares com paisagens reconhecidas, com identidade valorizada, associadas a uma marca turística, de produtos agrícolas de valor agregado, cuja paisagem é um claro recurso econômico, ou se referem a paisagens singulares, portadoras dos símbolos de identidade.** (grifo nosso).

Neste âmbito, assemelha-se o papel que a paisagem vitivinícola representa para o Vale dos Vinhedos e para outros territórios vitivinícolas mundiais. Na análise realizada nos Planos Diretores (ver Capítulo 5) verifica-se o estabelecimento da ideia de pluralidade de uso do solo descompatibilizando-se com a produção vitivinícola, além de permitir nos PDs revisados a ampliação dos aspectos econômicos, imobiliários e turísticos.

Os fatores econômicos são parte dos processos produtivos, mas não podem ser sobrepostos aos fatores culturais, que diferenciam o território do Vale dos Vinhedos. Preocupa-nos a similaridade que Garibaldi e Bento Gonçalves compartilham ao estabelecer em seus Planos Diretores permissões consideradas “normais” para a construção dos condomínios residenciais, vitivinícolas, hotéis e

áreas onde a urbanização não é consolidada, nem as áreas naturais são protegidas. (Herrero, 2006).

prestação de serviços em meio aos vinhedos, cujo território é reconhecido com a Denominação de Origem de seus vinhos, sem que as instituições que balizarão a qualidade técnica da produção façam referência ao fato. Ações como essas demonstram a atuação de modo individualizado de vetores – locais, setoriais, regionais, estaduais e nacionais – sobre o Vale dos Vinhedos.

De acordo com Herrero (2006, p. 175), a paisagem é considerada como uma perspectiva dinâmica, em constante transformação, com qualidade do território; é o reflexo e **a síntese do modelo de uso do território, dos valores e perspectivas que a sociedade nela projeta: tanto do ponto de vista do patrimônio quanto do ambiente, dos recursos econômicos e elementos de identidade.** (grifo nosso). A paisagem é compreendida como a síntese dos processos de mediação e interpretação de sociedades que se efetivam no território. Há que se entendê-la não a partir de formas e imagens, mas de processos e valores. Processos pelos quais as sociedades projetam seus valores e aspirações para o território produtivo. (HERRERO, 2006, p. 176).

6.4.1 Cenários possíveis entre a paisagem, o reconhecimento produtivo (DO), a gestão e a preservação

As transformações do território e de suas paisagens ocorrem, de acordo com Tarroja (2006, p. 41-44), com base em três motivos:

- I. **As novas transformações territoriais e a falta da cultura de gestão dos espaços abertos não protegidos.** Isso se deve ao avanço da urbanização residencial e/ou industrial de baixa densidade, principalmente em áreas rurais, que sofrem a pressão sobre os usos agrícolas, criando cicatrizes e fragmentação do território. A combinação desses fatores origina um processo de transformações urbanas em escala regional, **ampliado pela falta da cultura de gestão** (grifo nosso) desses espaços, que origina uma crescente degradação da paisagem. Porém, o efeito mais preocupante, de acordo com o autor, não se restringe à perda da condição ecológica e estética da paisagem, mas afeta sobretudo os valores sociais e culturais da paisagem, produzindo um processo de homogeneização e banalização da paisagem que causa a perda de sua singularidade e das características, que

tendem a se replicar e a parecer-se cada vez mais iguais. Esses fatores também ocasionam a perda da complexidade interna das paisagens de seus detalhes construtivos caracterizados por complexos mosaicos que tendem a simplificar-se, perder a identidade e o significado das paisagens e a vinculação com os habitantes do território.

II. Novas mobilizações sociais sobre as transformações da paisagem:

Esses processos originam-se das transformações do território que se devem, na maioria dos casos, a interesses externos. Diante das transformações, o território e a paisagem perdem a qualidade e a identidade e verifica-se a proliferação de conflitos internos e de mobilização social do uso e da gestão do território.

III. As novas iniciativas de incorporação da paisagem no planejamento e

gestão do território. A consideração da paisagem como fator de desenvolvimento, além de sua preservação ou recuperação, são iniciativas que estão sendo aplicadas na Espanha e em outros países da Europa para preservar a qualidade e os valores da paisagem como patrimônio cultural e que pode definir o recurso produtivo como um fator de competitividade do território. Alguns exemplos neste sentido, de acordo com Tarroja (2006), podem ser verificados na Carta da Paisagem de Priorat²⁰⁹ e no Plano para a paisagem de Alt Penedès, cuja metodologia de análise foi aplicada neste capítulo da presente tese. Estes lugares propõem-se a preservar a paisagem vitícola tradicional **por sua valorização produtiva, como imagem de marca do território, como fator de desenvolvimento e para a promoção de seus produtos de alta qualidade.** Para o autor, a **preservação da paisagem, é um elemento de competitividade turística inserida em uma aposta de qualidade e não de quantidade.** (grifo nosso).

²⁰⁹ A região vitivinícola espanhola de Priorat possui mais de 2.000 anos de história, onde os romanos desde esse tempo já elaboravam vinhos. Hoje, Priorat é a única região vitícola, juntamente com Rioja, que obteve a denominação prestigiada de “qualificada”; é, portanto, a razão de Priorat ter a sigla D.O.Q. (“Denominación de Origen Qualificada”) desde 2001 nas garrafas de Priorat e Rioja, enquanto os vinhos de outras regiões vinícolas apenas dizem D.O. A região de Priorat é famosa por seus vinhos tintos fortes feitos a partir de uvas Cariñena (Carignan) e Garnacha (Grenache). Estas uvas são frequentemente combinadas com Cabernet Sauvignon e Syrah nesta região. (Disponível em: <https://www.citytoursbarcelona.com/pt/regioes-vincolas/priorat>. Acesso em: 30 out. 2019).

Desde o Convênio da Paisagem, em 2000 (Firenze – Itália), essa região e os países da Europa estabelecem as legislações de proteção, como a Carta da Paisagem de Priorat e o Plano para a paisagem de Alt Penedès.

Os fatores elencados pelo autor demonstram **que há cenários possíveis de preservação da paisagem, desde que entendida como parte da identidade do território; para tanto, deve ser fortalecida a cultura da gestão da paisagem.** (grifo nosso).

As paisagens estão sujeitas a transformações dinâmicas em seu contexto produtivo, e para este fim devem estar incorporadas no ordenamento e no planejamento do território.

6.5 Por uma paisagem produtiva viva com qualidade de planejamento, gestão e proteção

As circunstâncias favoráveis para a conexão entre a paisagem produtiva e a paisagem protegida com qualidade são delineadas e acompanhadas por propostas de gestão inovadoras que se entrelaçam com os produtores e com todos os atores interessados em fazer da paisagem vitivinícola e de seus valores o centro da paisagem produtiva. (MATA OLMO, 2011, p. 193). O *terroir*, expressão mundialmente utilizada nos territórios vitivinícolas,²¹⁰ é defendido por vários autores (TRUBECK, 2009; VINCENT, 2018; PRATS, 2012) como território cuja cultura define sua identidade e seu caráter original. Essa visão vai além dos fatores geográficos que comumente se verifica, mas engloba também os aspectos culturais.

Nesse contexto, questiona-se: Há um aspecto fundamental para garantir a viabilidade econômica e a proteção da paisagem produtiva? De acordo com Mata Olmo (2011, p. 193), esse aspecto é possível, porém é preciso **encontrar o equilíbrio necessário entre a modernização e a salvaguarda do patrimônio natural e cultural vinculado à produção vitivinícola e ao reconhecimento do território com a Denominação de Origem. A especificidade de cada lugar e de cada paisagem não permite improvisos e/ou receitas gerais.** (grifo nosso).

²¹⁰ Ver Capítulo 3 nesta tese.

Assim, qualquer método inovador, de acordo com o autor que pretenda fomentar a função econômica e social da paisagem produtiva, como a valorização do vinho, da paisagem, do enoturismo, **deverá partir do caráter e dos valores patrimoniais de cada sistema produtivo. Desaconselham-se os sistemas técnicos aplicados em outros territórios, de caráter geral para a modernização de produções agrícolas desterritorializadas.** (grifo nosso). É necessário harmonizar, a partir do conhecimento detalhado, os valores e as funções da paisagem produtiva, assim como medir a viabilidade econômica de sua exploração que se compatibilize com uma produção sustentável e a preservação de seus valores culturais.

Neste sentido, os processos de fragmentação, que incluem a falta da cultura da gestão da paisagem, de acordo com Tarroja (2006, p. 42), têm aberto caminho para as modificações dos espaços abertos e originaram uma crescente degradação das paisagens. O efeito mais preocupante acima da perda da qualidade ecológica e estética é a perda dos valores sociais e culturais que podem conduzir a um processo de produção de lugares semelhantes e de fácil reprodução, ao mesmo tempo em que ocorre a perda da complexidade interna das paisagens, caracterizadas por seus complexos mosaicos, que tendem a ser simplificados. Todos esses processos, segundo o autor, conduzem para a perda da identidade e significado das paisagens e à vinculação com a população.

Com essas reflexões, fecha-se a presente tese, que neste capítulo propôs a caracterização e a análise da paisagem através de critérios e de seus valores para estabelecer um método de análise específico para a Paisagem Cultural do Vale dos Vinhedos. Utilizaram-se critérios e instrumentos, adicionados às análises dos Planos Diretores do Capítulo 5, para resultados mais precisos e próximos da atual realidade local.

7 CONCLUSÕES

Desenvolveu-se nesta pesquisa a argumentação da construção da paisagem vitivinícola como portadora de bens culturais, por sua representatividade. Ficou demonstrado que esses bens colocam em relevo sua contribuição para o território, através dos valores culturais patrimoniais e do reconhecimento da produção que a área de estudo possui.

Para tanto, buscou-se demonstrar, através dos conceitos de espaço, lugar e território, o entrelaçamento da cultura nas práticas cotidianas, que dá origem e sentido à paisagem (Capítulo I). A construção da paisagem vitícola deu-se por um processo contínuo, entremeado por mãos, corpos e mentes, portadores da memória, da história, dos valores culturais e patrimoniais, que distinguem e expressam significados e a identidade dos habitantes desse lugar. Neste contexto insere-se a paisagem como a expressão e o resultado desses processos, delineados no tempo e nas vivências, que permite identificar a ação do homem sobre o território.

Evidencia-se o diálogo entre a paisagem e os valores culturais que lhe dão sentido e singularidade. As marcas sobre a paisagem podem ser consideradas como testemunho e valor documental, resultado dos sinais deixados, para entender o adequado valor, o sentido da história e a experiência que a paisagem pode proporcionar. O patrimônio cultural sob o viés da paisagem é entendido como uma construção de caráter simbólico que possui a capacidade de representar, de modo simbólico, a identidade desse território e dessa paisagem.

O cultivo secular das videiras demonstrou, a formação da paisagem vitivinícola se define através dos modos de condução. Resultado dos fatores climáticos, geográficos, do uso de materiais locais, mas, sobretudo, dos fatores culturais que estruturam a paisagem e expressam uma identidade própria (Capítulo II). Nesse contexto, a tese se valeu de uma linha do tempo e do valor histórico dessa formação para demonstrar as formas de condução das videiras de diferentes povos e culturas e para identificar os mesmos modos de condução (latada) séculos após, no recorte de estudo, e validar seu valor histórico e cultural.

No entanto, novos olhares surgem sobre os lugares do vinho, que se relacionam com outros valores suscitados pela paisagem vitivinícola: o valor da emoção, econômico e cultural. A paisagem vitícola demonstrou ser o elemento de

conexão do vinho com o território e outras atividades relacionadas à produção vitivinícola, como o enoturismo, a gastronomia, a hospedagem, o comércio e outros. A condução das videiras evidencia-se como o elemento estruturador, de matiz cultural, em meio aos demais valores da paisagem e da elaboração do vinho. Com esta configuração, a cultura passa a ser um valor de singularidade e, por essa razão, deve ser considerada no Vale dos Vinhedos.

Uma das questões que rondou a investigação foi a possibilidade de mensurar ou não o “valor cultural do vinho e da paisagem”. É possível? Ficou demonstrado afirmativamente que, o vinho é reconhecido cada vez mais como um valor cultural, vivido como um comportamento emocional que evoca ambientes, emoções, cultura, paisagem e tradições. Neste contexto, promover a paisagem do vinho não é uma valorização abstrata; quando se promove a degustação do vinho e do território, validou-se que esses são vetores para descobrir os elementos da cultura e sua preservação.

Ficou confirmado que a paisagem vitícola possui, a capacidade de transformar as imagens em sentimentos e recordações positivas cuja harmonia condiciona a uma avaliação assertiva das qualidades organolépticas do vinho de acordo com as emoções e sensações que a paisagem proporcionou. São esses os valores culturais imateriais do vinho e da paisagem vitícola, que se acercou para demonstrar na pesquisa como os elementos culturais conduzem para a valorização do vinho, da paisagem e do território. Ao mesmo tempo, ficou evidenciado, que a sensibilização para a proteção e a preservação da paisagem deve nascer de uma educação oportuna, na valorização das origens do produtor, da vontade de proteger, preservar e conservar os bens culturais e a paisagem através de atitudes simples e cotidianas. Neste sentido, demonstrou-se que a paisagem adquire valor por seus elementos únicos gerados pela identidade de seus produtores e esses devem apoderar-se desses valores e da paisagem, para melhor protegê-los.

As interfaces, que se mesclam na paisagem vitícola, foi discutido nas argumentações direcionadas aos valores do patrimônio cultural no território vitícola, no *terroir*, no turismo cultural e no enoturismo, que demonstrou a relevância dos valores patrimoniais e econômicos na paisagem e no território produtivo (Capítulo III). O elemento norteador de expressão dos lugares do vinho trouxe à baila os debates sobre o *terroir* como um fator natural e geográfico, mas evidenciou-se sobretudo o valor cultural. Nesse contexto, entraram em cena no conceito de *terroir* os valores da cultura

local, do patrimônio cultural do território, usualmente pouco considerados quando se fala em expressões do vinho e do enoturismo.

Deste modo se verificou que esse cenário tem avançado de uma conceituação técnica a respeito das condições geológicas do território para uma definição de *terroir* **como uma construção social que engloba a cultura do lugar** e coloca maior ênfase nos processos culturais que distinguem os territórios.

O *terroir* nas paisagens vitícolas é altamente emblemático, porque demonstra a adaptação do homem sobre o território e, para tanto, possui elevados níveis de reconhecimento – como o do Patrimônio Mundial da UNESCO – como um valor simbólico que expressa a cultura do lugar. Deste modo, as paisagens vitícolas tornam-se a parte visível do território cuja identidade é percebida a partir da complexidade dos mecanismos envolvidos na noção de *terroir*, em conjunto com a identidade, que é de caráter intransferível, molda e diferencia a paisagem vitivinícola. Por esse motivo, a paisagem deve ser entendida como resultado das vivências sobre o território, que não voltam no tempo e não são renováveis, assim como o passado.

O *terroir*, a paisagem, o turismo e o enoturismo nos territórios do vinho estão estreitamente conectados, em razão da demanda turística que exerce seus efeitos sobre as comunidades cuja memória coletiva tem se tornado um movimento presente no mundo. Entretanto, verificou-se que, para intensificar esse movimento, empreendimentos turísticos têm ignorado o patrimônio cultural, colocando-o em risco. Esse menosprezo tem provocado resultados nefastos no longo prazo, como os pseudoconceitos de patrimônio cultural local, que passam ao largo do interesse na preservação, mas só da exploração turística em si. Entretanto, constatou-se nos inúmeros exemplos apresentados na pesquisa que é possível estabelecer uma simbiose profícua entre patrimônio cultural, turismo e preservação, mas é necessário ter em conta o interesse pela referência cultural e a necessidade de proteção.

A comprovação da notoriedade que o território vitivinícola, Vale dos Vinhedos adquiriu, a partir do reconhecimento da Denominação de Origem, norteou a investigação, teve como objetivo ajudar a compreender as ressonâncias desse fator sobre o território e a paisagem vitivinícola (Capítulo IV). As características desse reconhecimento estão ancoradas nos fatores físicos e humanos, e neste âmbito demonstra-se que também estão inseridas a cultura, a identidade, a história, a memória e a proteção da paisagem.

Verificou-se, ainda, que esses territórios não estão isentos da preservação de seus elementos culturais; ao contrário, a preservação e o reconhecimento ampliam ainda mais o grau de singularidade do território. Os exemplos demonstrados das paisagens vitícolas protegidas pela UNESCO atestam o valor da cultura local como parte integrante do marketing, tanto dos vinhos quanto dos rótulos, associados ao lugar e à área de produção. Os casos estudados demonstram que a paisagem–vestigio–história foi o primeiro valor a ser considerado como elemento fundamental do processo de criação do patrimônio e de preservação. Demonstrou-se, deste modo, que as Indicações Geográficas foram construídas no sentido de valorizar a originalidade e as características locais do território. Sem esse entendimento pode-se ocasionar alterações profundas e irreversíveis no território e na paisagem, que possui a marca cultural com significados regionais. A preservação proporcionou a continuidade coerente da produção, conforme demonstrado nas paisagens vitícolas reconhecidas, cujo papel principal a ser desempenhado é a preservação dos traços culturais nelas impressos.

A afirmação de Vincent, (2018) vem ao encontro do que se afirmou: O reconhecimento do território com Denominação de Origem não é mais apenas um problema agrônomo, mas é também cultural. A porção do território estudado que é objeto da Denominação de Origem ficou validado que não é somente caracterizado por fatores físicos, mas é também a base dos aspectos culturais, como o do saber fazer, tradições, técnicas, história. Estes aspectos são seus e específicos da cultura dos produtores vitivinícolas por esse motivo devem ser considerados.

Evidencia-se, assim, que é benéfica a revisão do conceito de Denominação de Origem como fez (Vincent, 2018), para aprofundar ainda mais a noção de lugar, e que não se pode mais limitar uma DO por elementos geográficos e humanos, mas é preciso considerar a dimensão cultural, a história, a identidade e o saber fazer do território.

Considerando os aspectos colocados os territórios vitivinícolas produtivos devem ser atendidos por um planejamento específico devido nos vários âmbitos que neles se desenvolvem, diferenciando-os das áreas urbanas, como ficou demonstrado na Associação das Cidades do Vinho – Itália (ACV); ficou demonstrada a necessidade de integrar a proteção da paisagem, da biodiversidade sobre as dinâmicas econômicas e a ocupação social nas políticas de planejamento urbano e rural contidas no Plano Regulador das Cidades do Vinho, no sentido de construir um instrumento

necessário na ação da gestão do território. Neste sentido a imprescindibilidade de entender a paisagem e a produção vitivinícola, para além do fator econômico e enoturístico, mas como uma expressão da singular cultura local.

Ficou evidenciado que para, participar da Associação Cidades do Vinho, como o fazem Bento Gonçalves (2018) e Garibaldi (2020), o principal fator não é somente produzir vinho, mas sobretudo promover políticas ativas para o território e para a vitivinicultura sustentável, cujo instrumento principal é o próprio Plano Regulador das Cidades do Vinho. Através da geração de políticas públicas para preservação da produção, do território e dos valores culturais. São essas ações que se espera dos municípios do Vale dos Vinhedos que da ACV participam.

Em vista do exposto, considera-se que a preservação da identidade dos lugares e da paisagem vai ao encontro da valorização dos vinhos e de produtos típicos locais. Essas ações podem proteger o território e ampliar a oferta para o enoturismo, para as vinícolas e as operadoras do setor, desde que preservadas as singularidades locais.

Entretanto, verificou-se que quando os valores produtivos, culturais e sociais do território não são considerados, permite-se a abertura para outros usos do solo do território, como a construção de condomínios urbanos em áreas rurais. Resta demonstrado que esses fatores podem acionar as transformações do território produtivo, fazendo emergir “cidades privadas” no âmbito rural; acelerar o crescimento descontrolado dos empreendimentos imobiliários e alterar substancialmente o território, desvalorizar a terra, alterar os lugares produtivos e inibir a produtividade. Além desses fatores, o meio e a paisagem tornam-se condição para outra produção que não a original, mas como para loteamentos.

A diversidade de formas e a construção da paisagem vitícola foi demonstrada através do cultivo que perpassou a história, o tempo, transpôs oceanos, venceu crises econômicas, adaptações e patologias das videiras, poderes políticos e desastres para construir paisagens vitícolas que evocam não apenas um vinho, mas um determinado lugar. (Capítulo V). Demonstrou-se deste modo a inter-relação entre o desenho da paisagem com a criatividade humana, definida por uma tipologia própria de combinação dos elementos tridimensionais que se diferencia das demais em escala global e permite uma ferramenta de leitura da paisagem do vinho. Apurou-se que as formas de repetição utilizadas no Vale dos Vinhedos, na condução dos vinhedos (plátanos) reveladas na paisagem exterioriza um denominador comum através das

práticas culturais, que estabelecem uma formação única e expressam a característica local da paisagem vitivinícola, e por essa razão ela se singulariza perante as demais.

A condução dos vinhedos em latada com os tutores vivos, presentes na paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos, demonstra as práticas cotidianas e a característica da cultura das comunidades produtoras. A paisagem do vinho representa uma dupla conotação cultural: a do vinho como bebida e do território construído, a arquitetura, os materiais utilizados, a condução das videiras, as vinícolas e os modos de elaboração do vinho.

A tipologia incomparável demonstrada na pesquisa manifesta-se através da cultura, ao mesmo tempo em que distingue o território e denota a criatividade, a adaptabilidade do produtor sobre ele, diferenciando-se de múltiplas identidades. Essas ações possibilitam, no movimento do tempo, uma ferramenta de interpretação da paisagem. Deste modo, os argumentos apresentados atendem ao objetivo geral proposto na tese.

No recorte de estudo constatou-se (desde 1875) a criação e a evolução no decorrer do século XX da paisagem vitivinícola a sua importância para o cenário social, cultural e econômico desta região. A construção do território vitivinícola do Vale dos Vinhedos demonstrou a riqueza de significados, de história, de identidade e de memória. A sustentação dos vinhedos com tutores vivos comprova o testemunho de pertencimento dos saberes no tempo, da memória do cultivo, que se transformou na marca da paisagem do território. As ações e os processos culturais impressos sobre o território desde o início da colonização italiana testemunham a circunscrição de uma regionalidade socialmente inscrita através do cultivo vitivinícola que lhe dá identidade, laços de pertencimento para com o território e a paisagem, cujos fatores apresentados indicam a afirmação do primeiro objetivo específico proposto na tese.

A cultura dos vinhateiros presente no território e na paisagem demonstrou ser o fio condutor dessa construção, podendo-se considerá-la após tantos elementos demonstrados como uma Paisagem Cultural. Nesse contexto, foram confirmadas no recorte de estudo a criação e a evolução da paisagem vitivinícola e sua importância para o cenário social, cultural e econômico da região.

Ainda, seguindo o fio condutor das transformações da paisagem e de que modo ocorrem, realizou-se a análise dos Planos Diretores dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul (Capítulo V). Assim, demonstrou-se que o uso do solo está se diversificando para outros usos que

não o produtivo. A ampliação de permissões de uso do solo inerentes à produção local são vetores que impulsionam as transformações da paisagem, impactando sobremaneira o setor produtivo no curto, médio e longo prazos, e as previsões de permissões tendem a ser mais numerosas se nada for feito para estancá-las.

A permissão para a construção de condomínios residenciais e vitivinícolas em área rural amplia a urbanização nas áreas de vinhedos com o reconhecimento da Denominação de Origem. Na prática, verificou-se esses fatores nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi que, aliados à expansão do setor imobiliário no Vale, ampliam a oferta de hotéis, pousadas e restaurantes, indústrias e outros. As Leis Complementares aprovadas e anexadas aos Planos Diretores dos municípios são perniciosas neste sentido pois demonstraram ser os elementos norteadores de alterações que, além de impulsionarem a urbanização, atingem sobremaneira a paisagem e a preservação do patrimônio cultural desses lugares. No entanto, esse quadro tende a ampliar-se, como nas áreas demarcadas de “interesse hoteleiro” (Garibaldi) em meio aos vinhedos no Vale dos Vinhedos, originando outra realidade (turismo, especulação econômica) que não a de produção vitivinícola.

Monte Belo do Sul, por sua vez, posiciona-se através do Plano Diretor contrário ao fracionamento do solo e à construção de condomínios. Entretanto é necessário estar atentos às possíveis alterações do Plano Diretor Revisado de 2020, que podem conduzir à transformações significativas de uso do solo, principalmente urbano. O município demonstra sua preocupação com a preservação dos valores culturais, do patrimônio e da paisagem. Neste caminho, o município deve avançar para a elaboração de um inventário de seu patrimônio cultural para construir instrumentos de salvaguarda e de proteção também da paisagem vitícola.

A proteção e a salvaguarda da paisagem vitivinícola, que consta nos Planos Diretores, apresentam incoerências consistentes: 1. Ao mesmo tempo em que reconhece sua importância, permite ações como a ampliação da urbanização no ambiente rural produtivo, que origina novas morfologias nas áreas produtivas que afetam significativamente, a longo e curto prazo, a paisagem, o turismo, o enoturismo e o território produtivo. 2. A Criação da Área de Proteção à Paisagem Cultural Vale dos Vinhedos – APPAC Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves é desprovida de instrumentos específicos para reconhecer as características e os valores da paisagem, para normatizar o que e como deve ser preservado. Por ora, a criação da APPAC demonstra-se inócua e não apresenta incentivos aos proprietários, assim

como subsídios consistentes para a proteção da paisagem e dos bens culturais. 3. A importância da elaboração e atualização do Inventário do patrimônio cultural de Bento Gonçalves, realizado em 1986 em conjunto com o IPHAN, é relegada ao segundo plano e constitui-se em um forte componente gerador de alterações e transformação da paisagem rural e urbana.

No Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves, em que a autora da tese é Presidente, verifica-se com frequência a solicitação para demolição de obras inventariadas e/ou de interesse histórico. (ANEXO 3), situação agravada pela falta de instrumentos de proteção do município, citados no parágrafo anterior. Ainda assim, o Conselho não pode arcar sozinho com a pressão para a proteção e preservação dos bens patrimoniais enquanto outros setores, como o imobiliário e econômico, sobre ele exercem força. Neste sentido, alerta-se para a necessidade, o interesse de um olhar mais atento e de cuidado das administrações municipais para com o patrimônio cultural. Todas as ações de proteção da paisagem cultural e do patrimônio devem ser embasadas em uma legislação consistente que possa ser aplicada, independentemente de um Conselho Deliberativo (COMPHAC) que representa setores da sociedade, cuja formação não é técnica. Nos demais municípios também não consta a elaboração de um Inventário em que estejam catalogados os bens do Patrimônio Cultural e os elementos da paisagem a serem preservados.

A participação de Garibaldi e Bento Gonçalves na Associação Italiana Cidades do Vinho – ACV precisa ser repensada quanto à permissão do uso do solo e à proteção da paisagem que consta em seus Planos Diretores. Como exposto (Cap. V, p. 290), para essa entidade é impensável a permissão para a construção de condomínios urbanos em áreas produtivas, conforme ocorre no Vale dos Vinhedos. No Plano Regulador das Cidades do Vinho – Itália, os valores culturais e vitivinícolas prevalecem frente à urbanização para garantir a integridade e a proteção dos vinhedos. O valor cultural da paisagem e do território produtivo é reconhecido e, portanto, deve ser preservado.

Foi também verificado que as práticas individualizadas das legislações dos municípios sobre o Vale dos Vinhedos (Cap. V), assim como a ausência de considerações de proteção dos valores culturais produziu resultados efetivos como: 1. Os Planos Diretores municipais atuam sobre a área compartilhada para atender aos interesses do município e têm seu maior foco no uso do solo, que desconsidera os

valores culturais do todo. 2. A inexistência de instrumentos para regulamentar o uso do solo e de proteção da paisagem e do patrimônio cultural do Vale dos Vinhedos. 3. A falta de iniciativa para conduzir o processo de tombamento cultural em nível estadual do Vale dos Vinhedos como Patrimônio Cultural junto à Secretaria Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. 4. O reconhecimento da Denominação de Origem realizado por um órgão federal, o INPI, possui uma Normativa própria (Capítulo 4, p. 194) direcionada para o regramento da produção vitícola e o reconhecimento dos vinhos. No entanto, a Normativa da DO desconsidera as legislações existentes no território (Planos Diretores), uma vez que a atuação sobre o uso do solo provoca alterações na paisagem sem que os valores culturais do território sejam considerados.

A análise do recorte temporal proposta na pesquisa 2012-2019 utilizou-se da análise dos Planos Diretores e do mapeamento do Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul: de 2013 a 2015 (Capítulo 4, p. 200). Observou-se que houve alterações na paisagem pela modificação do modo de condução dos vinhedos, que tende a ampliar-se na medida em que mais produtores aderirem à DO que estabelece a condução dos vinhedos de outro modo (espaldeira), que não o existente no território (latada).

Assim sendo, a análise nos Planos Diretores apresentou o conjunto de conclusões que respondem ao segundo e terceiro objetivos específicos apresentados na pesquisa e dessa maneira, fecham de modo positivo todos os objetivos propostos.

No sentido de ampliar a análise dos Planos Diretores sobre a paisagem e amparar as aproximações com as transformações da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos, se realizou a análise da paisagem através da metodologia de Busquets (Cap. VI). Verificou-se que as transformações da paisagem vitícola, se encontram amparadas pela Lei dos Planos Diretores. Da mesma maneira, a análise foi importante para detectar as tendências a que está sujeita a paisagem através das mudanças endógenas e exógenas, que apontam para uma deterioração gradativa da área produtiva. Averiguou-se que a área em estudo poderá ser absorvida pelas crescentes áreas de expansão urbana, pela ampliação dos ambientes urbanizados e dos polígonos industriais. Essas ações serão os vetores para o conseqüente abandono dos vinhedos, principalmente pelos pequenos produtores. Nesse contexto também se observa a gradativa substituição da paisagem histórica produtiva, que gera a perda de seus elementos culturais, já demonstrados nesta tese (Capítulos IV, V e IV).

Esses fatores na paisagem elaboram o distanciamento da identidade construída, o esquecimento da história e dos elementos locais que a identificam para

formar outra paisagem. Os impactos desestabilizadores demonstram comprometer sobremaneira a paisagem de qualidade,²¹¹ ao mesmo tempo em que contribuem para o desaparecimento dos elementos patrimoniais. **Os reconhecimentos dos valores da paisagem demonstram-se essenciais para o conhecimento de suas características e para dar forma à proteção e a sua preservação.** (grifo nosso).

Os argumentos apresentados no sexto capítulo respondem de modo afirmativo à pergunta principal proposta pela tese, que indica que a preservação dos valores culturais e históricos da paisagem é o elemento que lhe dá sentido e singularidade perante as demais paisagens culturais vitícolas espalhadas pelo mundo.

Posto isso, confirma-se a hipótese proposta, na qual se admite como possível que a expansão urbana contínua verificada no território coloca em risco a paisagem que lhe deu origem, suporte e sentido.

Os motivos que conduzem para as transformações do território e da paisagem (sexto capítulo) apontam os fatores impulsionadores das modificações constatadas no recorte de estudo. Destacam-se: a falta da cultura de gestão da paisagem e do território; a influência de interesses externos, que transformam a paisagem, ocasiona a perda de identidade e de qualidade e oportunizam conflitos internos de uso; além da não incorporação da paisagem no Planejamento e na Gestão do território. Deste modo, observa-se que é de vital importância o reconhecimento dos valores da paisagem, de modo a inseri-la nas políticas de Planejamento e Gestão do território.

A partir dos dados levantados sobre as modificações e alterações da paisagem emerge a necessidade de instrumentos mais elaborados para o reconhecimento da paisagem do Vale dos Vinhedos. Neste contexto, é essencial a elaboração de instrumentos capazes de reconhecer os diferentes âmbitos da paisagem. Um dos exemplos é a elaboração das Unidades de Paisagem para a construção da Carta da Paisagem e/ou dos Catálogos da Paisagem,²¹² da qual Observatório da Paisagem da Catalunha²¹³ – Espanha é protagonista e possui relevantes pesquisas elaboradas neste sentido e servir de base para o Vale dos Vinhedos. Esses estudos são de

²¹¹ Concorde-se com Busquets (2006) que uma Paisagem de Qualidade vai além dos critérios estéticos, mas é aquela que mostra uma fisionomia harmônica, como resultado de relações equilibradas e de uma gestão sustentável do meio natural. Entretanto, esta concepção não exclui a dimensão estética nem os componentes de beleza que geralmente são característicos de paisagens com uma gestão eficiente.

²¹² Ver em Schwerz (2017, p. 371- 397).

²¹³ Citada Cap VI

especial interesse e pertinência para conhecer, elencar suas características e formatar as estratégias de gestão da paisagem para a zonificação do território e da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos.

A delimitação apresentada no recorte de estudo demonstrou as lacunas existentes de distanciamento e falta de diálogo com outras interfaces do território reconhecido e produtivo. Os processos de planejamento podem concretizar-se em um Guia da Paisagem do Vale dos Vinhedos, (como os exemplos mostrados da Catalunha e da região de Priorat na Espanha e/ou associados a um Plano Regulador do Território, como das Cidades do Vinho na Itália), para dar suporte e criar instrumentos capazes de atuar de modo efetivo na preservação da paisagem e de seus elementos culturais e do uso consciente.

O Vale dos Vinhedos deve embasar-se, a partir desses aportes com um olhar mais cuidadoso, promover a preservação da paisagem vitivinícola como um elemento que marca o território, a cultura, seus produtos e a competitividade turística, sem perder sua identidade.

A análise realizada (sexto capítulo) também teve o objetivo de demonstrar que estão ocorrendo transformações na paisagem, ao mesmo tempo em que especifica seus valores singulares e intransferíveis. Esses elementos auxiliam na elaboração de critérios, medidas específicas e instrumentos úteis para a gestão da paisagem vitivinícola, baseados na coordenação de distintos agentes do território.

Posto isso, verifica-se a grande importância da incorporação de critérios paisagísticos para a produção vitícola nos processos de planejamento do território. Conforme demonstrado na revisão bibliográfica proposta, é indispensável descartar os projetos mirabolantes que incluem só uma interface do território, como, por exemplo, a produtiva demonstrada. É necessário se precaver com um olhar mais sensível e de interesse para as reais necessidades de preservação do Vale dos Vinhedos. De ações capazes de inverter as alterações da paisagem para qualificá-lo ainda mais como território reconhecido por sua produção vinícola, como um marco para a economia diversificada, sustentável, que preserva sua paisagem e sua identidade cultural. Os exemplos apresentados e debatidos nesta tese demonstram que a proteção dos valores culturais pode caminhar em conjunto com os fatores produtivos, ao mesmo tempo em que se aglutinam no território, para ampliar seu valor e o valor dos produtos.

7.1 Possíveis tendências e trajetórias da paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos

Os possíveis caminhos que podem ser seguidos no território, de acordo com as análises realizadas, conduzem à observação de pontos mais significativos, que se destaca: a diminuição do território produtivo ocasiona alterações e degradação da paisagem construída, amparadas pelos Planos Diretores. Entende-se que os fatores econômicos fazem parte dos processos produtivos, porém não devem ser sobrepostos aos demais fatores, como os culturais, que diferenciam o território.

A similaridade que compartilham Garibaldi e Bento Gonçalves ao estabelecerem em seus Planos Diretores permissões que ampliam a urbanização em meio aos parreirais cria inquietações quanto à preservação da paisagem e dos valores culturais. As iniciativas de ampliação da urbanização (rural) em meio aos vinhedos são amplamente difundidas pela imprensa no lançamento de condomínios vitivinícolas nos dois municípios como um fator de “modernidade e desenvolvimento da produção vinícola” (Capítulo V, p. 312), como se o abandono dos vinhedos pelos pequenos produtores, cujas áreas se transformam em hotéis e/ou resorts vitícolas, fosse uma iniciativa de estímulo à produção vitícola. Monte Belo do Sul, por sua vez, até o término dessa pesquisa, mantém-se à margem dos outros dois municípios e evidencia políticas de preservação que são muito positivas, mas deve incluir em seus quadros profissionais capacitados em planejamento urbano, gestão, e patrimônio cultural, para formar, deste modo, uma equipe multidisciplinar capaz de elaborar instrumentos comprometidos com o planejamento, a gestão, a preservação da paisagem e do patrimônio cultural. O município possui um potencial de grande expressão e ainda poderá ser preservado.

As ações de atuação individualizadas que se verifica no que se refere às legislações setoriais (Uva e Vinho e DO) municipais, estaduais e federais sobre o Vale dos Vinhedos criam ruídos quando da gestão do território e da proteção da paisagem. Ainda que cada uma atue em seu âmbito, é construtiva para o território a interação de todos os setores que nele atuam, no sentido de produzir com qualidade, mas também preservar a cultura.

É um grande desafio, necessário, mas não impossível, fazer a interconexão de todos os setores, como a da continuidade produtiva, do território reconhecido, da

preservação do patrimônio cultural, da gestão do patrimônio e da paisagem. Sua ausência, de acordo com o constatado nos dois últimos capítulos desta tese, faz emergir vácuos que operacionalizam as iniciativas individuais de atuação e alterações no território. É necessário ir além, no sentido de compreender a paisagem como a síntese dos processos de mediação e interpretação de sociedades que se efetivaram no território. Sugere-se a criação de um Conselho Administrativo e Gestor do Vale dos Vinhedos para articular os vários níveis de gestão do território e da paisagem, que é portadora de seus valores culturais que merecem ser preservados.

Neste contexto no Vale dos Vinhedos é premente que se estabeleça um pacto dos gestores públicos municipais, que podem ser formatados no Conselho sugerido, para garantir o entrelaçamento dos vários níveis e setores para uma adequada delimitação de uso, para consolidar os valores culturais, da singularidade do que é merecedor de preservação, reinterpretação e valorização. Para tal, é imprescindível o interesse para a produção de um inventário, documentação e registro da paisagem vitivinícola e de seus elementos estruturantes, para manter a coerência e a história desses lugares produtivos cujos habitantes, e principalmente os pequenos produtores, são parte fundamental e se constituem na principal e mais importante fonte de recursos culturais. Os estudos de impacto devem apresentar de forma clara, concisa e confiável um projeto de integração da paisagem ao território e todas as atividades nele desenvolvidas, que se considera de substancial importância para a intergração com a sociedade local.

Os Planos de Gestão da paisagem gerados no presente fornecem subsídios para acompanhar o uso sustentável e a preservação desses territórios para o futuro. Esses processos são altamente recomendados e exigidos por órgãos internacionais e pelo IPHAN, que determina que os instrumentos específicos de preservação devem ter o formato de Plano de Gestão que se fundamenta na participação e no compromisso da comunidade, dos gestores públicos e dos empreendedores presentes no contexto. (p. 38).

As políticas de preservação e de tutela da paisagem do IPHAN têm sofrido reveses nos últimos cinco anos, ocasionados pela falta de incentivo à preservação e pela situação política em que se encontra o país, que não valoriza a preservação de seus bens culturais.

No atual cenário produtivo vitivinícola mundial são sistematizadas as circunstâncias favoráveis para a conexão entre a paisagem produtiva e a paisagem

protegida. Para tanto, são delineadas e acompanhadas por propostas de gestão inovadoras que se entrelaçam com todos os produtores, principalmente os pequenos, e com as comunidades locais, interessados em fazer da produção vitivinícola e seus valores o centro da paisagem produtiva. A valorização cultural do território no atual contexto globalizado que vivemos, ganha maior evidencia. Neste sentido, a importância de reconhecer para proteger os valores culturais da paisagem no território.

7.2 Considerações finais

As conclusões realizadas conduzem à consideração de que esta pesquisa não se encerra aqui, visto o grande potencial de diferentes interfaces, âmbitos e debates que envolvem a discussão sobre a paisagem cultural. Neste cenário, procurou-se contribuir na pesquisa para demonstrar a paisagem além dos fatores geográficos e humanos, expressa sobretudo nos fatores culturais, cujos elementos marcam extraordinariamente o território e o entorno regional.

O reconhecimento da Denominação de Origem é um elemento positivo para o território. Entretanto, a questão da preservação da paisagem cultural vitícola e do patrimônio cultural não deve estar descolada desse fator, se não possuir o devido conhecimento e reconhecimento para estruturar políticas de gestão e proteção. Constata-se que as legislações municipais até aqui elaboradas não produzem o efeito desejado de preservação do território e da paisagem produtiva.

Dadas as limitações da presente pesquisa, pela amplitude do tema e do tempo, elencam-se recomendações que podem ser utilizadas para futuras pesquisas: I) Aprimorar a análise dos Planos Diretores e a correspondência deles sobre os valores da paisagem para medir se houve avanços e/ou retrocessos quanto à preservação da paisagem cultural vitícola. II) Quantificar as alterações da paisagem produtiva através das mudanças endógenas, exógenas e dos impactos desestabilizadores. Essa quantificação pode ser construída através da elaboração de uma Ficha de Análise específica. III) Mensurar as alterações dos valores da paisagem no âmbito produtivo e verificar seus efeitos sobre ela. IV) Averiguar o grau de satisfação dos pequenos e grandes produtores para com as formas de condução dos vinhedos, como isso se

reflete sobre a produção e qual o resultado dos modos de condução como vetores das alterações na paisagem.

Entretanto, salienta-se que todas as premissas discutidas nesta tese sobre a importância da preservação do patrimônio e da Paisagem Cultural são questões previstas na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no Art. 216, § 1º (citadas na Introdução da tese, p. 30, nota de rodapé 11), cuja regulamentação estabelece: “a proteção do patrimônio histórico e cultural com a participação da comunidade através de inventários, tombamentos e outras formas de acautelamento [...]” cabe às legislações públicas em todas as esferas e às comunidades cumpri-las.

No mesmo escopo, o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, traz as diretrizes gerais da política urbana, inclusive preservar e recuperar o patrimônio cultural dos municípios. Entretanto, persistem lacunas quanto ao regimento das áreas rurais (INCRA) e urbanas (Plano Diretor), ainda que o Estatuto das Cidades estabelece que o Plano Diretor, deverá englobar o território do município como um todo.

Por fim, enveredou-se por um caminho no qual muito há por fazer. Assinala-se a necessidade que se manifesta na geração de políticas de gestão e proteção da paisagem, ancoradas em vetores criativos, com um corpo técnico capaz de dialogar com a população, apoiar as ações dos municípios para evitar a degradação acelerada que se verifica, mas enraizadas no caráter cultural da paisagem do vinho do Vale dos Vinhedos. Entende-se que um dos compromissos mais relevantes das legislações e do envolvimento das comunidades é preservar a história, a memória, a identidade, assim como, incentivar a produção vitivinícola e manter o reconhecimento do território produtivo (DO). No entanto, é necessário entender a paisagem vitícola como uma qualidade diferenciadora do território, não a considerar *como um estorvo antigo, que impede a modernização da produção vitivinícola* (grifo nosso). As lacunas evidenciadas podem servir de base para a preservação de seus bens culturais cuja paisagem é um dos elementos que lhes são mais caros.

A paisagem pesquisada exterioriza as vivências cotidianas nos vinhedos: o cultivo, a produção e a elaboração de vinhos, cujos saberes culturais trazidos na alma solidificaram-se como um símbolo singular e poético no território.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ACV – ASSOCIAZIONE NAZIONALE DELLE CITTÀ DEL VINO. **Libro Bianco**: 1987-2017. Trentanni al servizio dei territori Del Vino. Roma, 21 marzo 2017, p. 52. Disponível em: www.cittadelvino.it. Acesso em: maio 2017

ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. **Vite et Vino**: storia di um percorso del vino nel territorio del Comum Comunale Lagarino. Rovereto, Italia: Stella, 1994.

AGUIAR, Lidia. Alto Douro Vinhateiro e Ilha do Pico, duas zonas vinícolas: novas perspectivas turísticas. *In*: LAGE, Otilia (org.). **Alto Douro e Pico, paisagens culturais vinhateiras**. Património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada. Porto, Portugal: CITCEM, 2018. p. 129-137.

AGUILAR PRIETO, Berenice. La salvaguarda de los paisajes histórico-rurales en Italia. **Academia XXII**, [s.l.], v. 5, n. 9, dic. 2014. ISSN 2007-252X. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/aca/article/view/47687/42882>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ALMEIDA, Joaquim A. de; SOUZA, Marcelino de (orgs.). **Turismo Rural**: patrimônio, cultura e Legislação. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006.

ALVES, Teresa. Paisagem: Em busca do lugar perdido. **Finisterra**, Lisboa, v. 36, n. 72, p. 67-74, 2001. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/viewFile/1622/1317>. Acesso em: 17 maio 2018.

AMOURETTI, Marie-Claire. Cidades e campos gregos. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (orgs.). **História da Alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme João de F. Teixeira. Barueri, SP: Ed. Oficinas da RR Donnelley, 2009. Cap. 7, p. 104-109.

ARENDT, Isabel, C.; WITT, Marcos A.; WEIMER, Günter. A imigração alemã no Rio Grande do Sul. *In*: BOLLE, Willi; KUPFER, Eckhard E. **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs**. V. 1. Instituto Martius-Staden / Goethe-Institut São Paulo: Ed. Brasileira de Arte e Cultura, 2013. Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/A-imigracao>. Acesso em: dez. 2019.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

ASSUMA, Vanessa. La valorizzazione del patrimonio culturale nel paesaggio calabrese: Eredita ed innovazione. **Labor Est**, [s.l.], n. 10, p. 5-10, jun. 2015. ISSN 2421-3187. Disponível em: <http://pkp.unirc.it/ojs/index.php/LaborEst/article/view/181/141>. Acesso em: 16 ago. 2018.

ATLAS SOCIOECONOMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Demografia e Conselhos Regionais de Desenvolvimento**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: maio a outubro de 2019.

AUGGÉ, Marc. **O antropólogo e o mundo global**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2014.

BACKES, Paulo; IRGANG, Bruno. **Árvores cultivadas no Sul do Brasil**. Guia de Identificação e Interesse Paisagístico das Principais Espécies Exóticas. Porto Alegre: Gráfica Serrafinense, 2004. Vol. 1.

BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERTH, Rogério (orgs.). **Identities e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BARBERO, Valeria Inés. Paisaje Cultural Cafetero: paisaje productivo para el mundo en el marco de las políticas de desarrollo local. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 39-51, abr. 2012. ISSN 2176-8846. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/11/1749>. Acesso em: 18 fev. 2019. doi: <https://doi.org/10.20396/lobore.v6i2.11>.

BECHERUCCI, Stefania. Il piano regolatore delle Città del Vino. **Cittá del Vino**, 2018. Disponível em: www.cittadelvino.it. Acesso em: 20 maio 2018.

BECKETT, Neil. **1001 vinhos para beber antes de morrer**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

BELAS, Carla Arouca. **Indicações geográficas e salvaguarda do patrimônio cultural: artesanato de capim dourado Jalapão – Brasil**. 2012. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2012.

BELAS, Carla Arouca; WILKINSON, J. Indicações geográficas e a valorização comercial do artesanato em capim-dourado no Jalapão. **Sustentabilidade em Debate**, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, v. 5, n. 3, p. 56-78, 31 dez. 2014. ISSN 2179-9067. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v5n3.2014.11275>. Acesso em: 18 set. 2019.

BENTO GONÇALVES. Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR. **Portal**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/turismo.bento>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BENVENUTI, Paolo. Gestione del territorio e del paesaggio. *In*: WORKSHOP INNOVATION: Enovitis business, 3-6 novembre 2015, Milano – Italia. **Anais [...]**. Disponível em: file:///C:/Users/PC/Downloads/paolo-benvenuti-enovitis_83.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

BÉRARD, Laurence; MARCHENAY, Philippe. **Les produits de terroir: Entre cultures et règlements**. Paris, CNRS, 2004.

BÉRARD, Laurence; MARCHENAY, Philippe; CASABIANCA, François. Savoirs, terroirs, produits: un patrimoine biologique et culturel. *In: Actes du Colloque International de Restitution des Travaux de Recherche sur les Indications et Appellations d'origine géographiques*. Paris, France, 2005.

BERNARDO, Edgar (org.). Para um enfoque territorial do turismo no Douro. *Revista Pasos Edita*, Santa Cruz de Tenerife, Islas Canarias, España, n. 21, [n.p.], 2018. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosonline/PSEdita21.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BERQUE, Augustin. Come parlare di paesaggio. *In: D'ANGELO, Paulo. Estetica e paesaggio*. Bologna, Itália: Il Mulino, 2011. P. 159-176.

BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. *Espace Géographique*, Éditions Belin, France, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 239-243.

BERTASO, Henrique d'Ávila; LIMA, M. A. (orgs.). *Álbum comemorativo ao 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

BESSE, Jean Martial. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Tradução de Eliane Kuvashy e Mônica Balestrin Nunes. *GEOUSP – Espaço e Tempo (online)*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014a. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84455>. Acesso em: 23 maio 2018.

BESSE, Jean Martial. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b.

BESSE, Jean Martial. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BLANCO, Javier R. Paisaje y Patrimonio. *In: MADERUELO, Javier (coord.). Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada, 2010. p. 11-30.

BONNEMAISON, Joél. A viagem em torno do território (*L'Espace Geographique*, Paris, v. 10, n. 4, p. 249-262, 1981). Tradução de Márcia Trigueiro. *In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. Vol. 3, p. 83-132.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. *In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 157-179.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conferência de Nara, de 6 de novembro de 1994. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, referendado pela UNESCO, ICOMOS, ICROM, realizada na cidade de Nara – Japão, em 6 de novembro de 1994. **Portal IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. O Presidente do Instituto do Patrimônio HIS IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **IPHAN**, 2009, p. 25-39. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **UNESCO aprova título de Patrimônio Mundial para a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro**. 1º jul. 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Indicação de Procedência**. 2002. Disponível em: <http://www5.inpi.gov.br/>. Acesso em: 7 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Órgão responsável que confere a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem do Vinho**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2013.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Localização de Bento Gonçalves e o distrito do Vale dos Vinhedos**. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Palácio do Itamaraty. **Portal**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **65 municípios brasileiros indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. [s.d.]. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00_destinos_indutores.html. Acesso em: 13 abr. 2013.

BRASIL. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília: Gráfica Brasil, 2007.

BRIFFAUD, Serge; DAVASSE, Bernard. Du bon usage du passé des paysages. Récits paysagers et durabilité dans trois sites viticoles européens du patrimoine mondial (Tokaj, Saint-Émilion, Cinque Terre). *In*: LUGINBÜHL Yves; TERRASSON Daniel. **Paysage et développement durable**, Éditions Quæ, p. 171-183, 2012. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BUNSE, Heinrich A. W. **O vinhateiro. Estudo etnográfico-linguístico sobre o colono italiano no RS**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Instituto Estadual do Livro, 1978.

BUSQUETS, Jaume. Els estudis d'impacte i integració paisatgística a Catalunya. *In*: NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma (eds.). **Ordenació i gestió del paisatge a Europa**. Olot: Observatorio del Paisaje de Cataluña. (Plecs de Paisatge; Eines. 2009. Disponível em: http://www.catpaisatge.net/esp/documentacio_plecs_ei_2.php. Acesso em: 15 out. 2019.

BUSQUETS, Jaume. Estudio del paisaje vitivinícola del Alt Penedès. Análisis y establecimiento de criterios e instrumentos para a gestión del paisaje vitivinícola de la comarca de Alt Penedès. *In*: MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Alex. (coords.). **El paisaje y la gestión del territorio**: criterios paisagísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo. Barcelona: S.A. de Litografía, 2006. p. 449-464.

BUSQUETS, Jaume; RAMOS, Albert Cortina. A Carta da Paisagem de Alt Penedès: um instrumento para o consenso de estratégias de gestão da paisagem. **Espaços: Revista do Departamento de Política Territorial e Obras Públicas**, [online], n. 50, p. 104-111, 2005. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Espais/article/view/91801>. Acesso em: 16 out. 2019.

CABRAL, Manuel de Novaes. **Territórios do Vinho**. Santo Tirso, Portugal: Norprint, 2010.

CABRAL, Renata C. **A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos: São Paulo, 2013.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de Muros**. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000. p. 155-176.

CALÒ, Antonio; PARONETTO, Lamberto; RORATO, Giampiero. **Storia regionale della vite e del vino in Italia: Veneto**. Academia Italiana della vite e del vino di Siena. Milano: Unione Italiana Vini, 1996.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira; BERGAMIM, Márcia Cristina. Condomínios fechados na Região Serrana do Espírito Santo, Brasil. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. 11, n. 245 (09), 1º ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CAPPAL, Alessandra. La costruzione dello spazio turistico nella Costa Smeralda: neorealismo o banalizzazione dell'architettura vernacolare. **Quaderns de Recerca en Urbanisme**, n. 5/6, 2015. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/QRU/article/view/311313>. Acesso em: 7 jul. 2018.

CARDUZA, Fernando; CHAMPREDONDE, Marcelo; CASABIANCA, François; **Paneles de evaluación sensorial en la identificación y caracterización de alimentos típicos. Aprendizajes a partir de la construcción de la IG Del Salame de Colonia Caroya**, Argentina. RIVAR, Santiago de Chile, v. 3, n. 8, p. 24-40, 2016.

CASABIANCA, F.; SYLVANDER, B.; NOËL, Y.; BÉRANGER, C.; COULON, J. B.; RONCIN, F. **Terroir et Typicité: deux concepts-clés des Appellations d'Origine Contrôlée**. Essai de définitions scientifiques et opérationnelles. Lyon, França, 2005. Communication pour le Symposium international Territoires et enjeux du développement régional, Lyon, PSDR, 9-11 mars 2005.

CASSIELLO, Stella; PANE, Andrea. Apresentação. *In*: CHOAY, Françoise. **Patrimônio e globalização**. Tradução Jean-Marc Mandosio. Firenze: Alinea editrice s.r.l., 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Paisagem Cultural e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG / IEDS, 2009a.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009b.

CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de; LONDRES, Cecília. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CERDAN, Claire. Indicações Geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. *In*: NIEDERLE, Paulo André (org.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013. Parte II, p. 125-150.

CERDAN, Claire; SOUZA, Maria Célia Martins de; FLORES, Murilo. El patrimonio cultural como un elemento estratégico para el desarrollo territorial: dos casos de la inmigración italiana en Brasil. *In*: RANABOLDO, Claudia; SCHEJTMAN, Alexander. **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latino-americanas**. Lima, Peru: IEP, RIMISP, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. **A invenção do cotidiano**. Vol. 2: Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1997 [1994].

CERTIFICADO de Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos. Registro IG 200002 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Revista da Propriedade Industrial (RPI)**, Rio de Janeiro, n. 1663, 19 nov. 2002.

CERTIFICADO de Indicação Geográfica. Registro IG 00803 no INPI. **Revista da Propriedade Industrial (RPI)**, Rio de Janeiro, n. 2. 062, 13 jul. 2010.

CHAMPREDONDE, Marcelo. Las Indicaciones Geográficas (IG) en América Latina: Balance actual y desafíos. INTA Bordenave, Argentina. *In*: DALLABRIDA, Valdir Roque (org.). **Desenvolvimento Territorial**: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2014. p. 265-275.

CHAMPREDONDE, Marcelo. A qualidade vinculada à origem: da imersão à tipicidade territorial. *In*: WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo André; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. **O sabor da Origem**: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 21-50.

CHAMPREDONDE, Marcelo; CASABIANCA, François. Calidades comunicadas por las Marcas Territoriales. Propuesta de una nueva Tipología. *In*: RIVERA, María del Carmen del Valle; MARTÍNEZ, Jessica Mariela Tolentino (coords.). **Gobernanza territorial y Sistemas Agroalimentarios Localizados en la nueva ruralidad**. Cidade do México, México: Red de Sistemas Agroalimentarios Localizados (Red Sial-México), 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Celestino. Presentación. *In*: MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Alex (coords.). **El paisaje y la gestión del território**: criterios paisagísticos en la ordenación del território y el urbanismo. Barcelona: S. A. de Litografía, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **Patrimônio e globalizzazione**. Traduzione Jean-Marc Mandosio. Firenze: Alinea editrice s.r.l., 2012.

CINQUANTENARIO della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud – 1875-1925. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

CLAVAL, Paul. The idea of landscape. *In*: MAUTONE, Maria; RONZA, Maria. (orgs.). **Patrimônio Culturale e Paesaggio**: um approccio di filiera per la progettualità territoriale. Roma, Italy: Gangemi, 2010.

CLAVAL, Paul. Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, UERJ, n. 8, p. 7-29, ago-dez. 1999.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. **Géographies et Cultures n. 20**, Paris, L'Harmattan, p. 11-18, 1996.

CONSTANTINO, Nuncia S. de. O que aconteceu com os valdenses? Italianos e italianos no Brasil meridional. *In*: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (orgs.). **Cultura, Imigração e Memória**: percursos e horizontes. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 178-188.

CONVENÇÃO Europeia da Paisagem – Firenze, 20 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.convenzioneeuropeapaesaggio.beniculturali.it>. Acesso em: 5 abr. 2017.

CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

CORTONESI, Alfio. Cultura de subsistência e mercado: alimentação rural e urbana na Baixa Idade Média. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado. Barueri, São Paulo: Oficinas da RR Donnelley, 2009. Cap. 23, p. 409-421.

COSGROVE, Denis. Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes. *In*: GREGORY Derek; WALFORD, Rex (eds.). **Horizons in Human Geography**. **Horizons in Geography**. London: Palgrave, 1989. p. 176-185.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. Vol. 1, p. 219-237.

COSME, Alfonso Muñoz. El paisaje cultural y el patrimonio inmaterial del viñedo. Instituto del Patrimonio Cultural de España. *In*: PASTOR, Luis Vicente E. **Atlas del cultivo tradicional del viñedo y de sus paisajes singulares**. Catálogo de publicaciones del Ministerio: Espanha, 2016.

CTB TRAVELS. **City tours Barcelona**. Disponível em: <https://www.citytoursbarcelona.com>. Acesso em: 30 out. 2019.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Preservando culturas: documentando paisagens culturais. *In*: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (orgs.). **Cultura, Imigração e Memória**: percursos e horizontes. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. Vol. 1, p. 61-67.

DAMEDA, Lucas. **Parreirais em Lotes**. Condomínios vitivinícolas começam a despontar no Vale dos Vinhedos. Lançamento de empreendimentos abre discussão sobre manter as características da região turística da Serra Gaúcha. Porto Alegre, 3 nov. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>. Acesso em: 8 jan. 2019.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovilio. **Far l'América**. Porto Alegre: Riocell, 1991.

DELAY, Etienne. **Du paysage au terroir viticole de forte pente**: à la recherche des leviers du management territorial. *Projets de paysage: revue scientifique sur la*

conception et l'aménagement de l'espace, Ecole nationale supérieure du paysage de Versailles, 2013. Disponível em: <http://www.projetsdepaysage.fr>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS**: impacto cultural e proposta de gestão. Coordenadoria de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN 2013.

DEMOSSIER, Marion. Beyond terroir: territorial construction, hegemonic discourses, and French wine culture. **JARAI. Journal of the Royal Anthropological Institute**, University of Bath Royal Anthropological Institute, n. 17, p. 685-705, Dec. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DEMOSSIER, Marion. **Wine drinking culture in France**: a national myth or a modern passion? Cardiff: University of Wales Press, 2010.

DENARDIN, Valdir Frigo. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem dos bens alimentares. *In*: WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo André; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. **O sabor da Origem**: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Pereira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

DEZIO, Catherine. La candidatura UNESCO nel percorso evolutivo del Paesaggio Vitivinicolo di pregio. **Rivista bimestrale**, Roma: INU Edizioni, anno XXXXII, Gennaio-Febbraio-Marzo-Aprile 2015.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa– DPLP**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: datas diversas.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Tradução de Alvaro Heidrich e Nola Patricia Gamalho. Paris: Armand Colin, 2007.

DJUMBOUNGLONTSI, Danièle Aurélie; TEMPESTA, Tiziano; ARBORETTI, Rosa; CORAIN, Livio; SALMASO, Luigi; TOMASI, Diego; BOATTO, Vasco. Caractéristiques du paysage et propension à acheter du vin: une expérience de choix. **New Medit: A Mediterranean Journal of Economics, Agriculture and Environment**, IAM, Bari, the Italian Institute of Ciheam, n. 3, p. 31-38, 2014.

DUPIM, Luiz Claudio de Oliveira. **Indicações geográficas e desenvolvimento local**: Estudo exploratório e comparativo das Indicações Geográficas Vale dos Vinhedos, Região do Cerrado Mineiro e Paraty. Rio de Janeiro, 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DURÁN, Maria Angeles. Paisajes del cuerpo. *In*: NOGUÉ, Joan. **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. p. 27-55.

DURIGHELLO, Regina; TRICAUD, Pierre-Marie (orgs.). **Etude thématique sur les paysages culturels viticoles dans le cadre de la Convention du Patrimoine Mondial de l'UNESCO**. International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, 2005, July, p. 125. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr>. Acesso em: 14 ago. 2019.

EDITORIAL. **Wine Territories [Online]**, n. 8, 2018, online desde 1º de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin/index.php?id=1380>. Acesso em: 4 dez. 2018.

ELÍAS PASTOR, Luis Vicente. **El turismo del vino: otra experiencia de ocio**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006.

EMBRAPA UVA E VINHO. **Histórico da EMBRAPA Uva e Vinho**. Última modificação: 13 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/unidade/historico.html>. Acesso em: 25 maio 2013.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Portal**. Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em: 2 set. 2013.

FALCADE, Ivanira; TONIETTO, Jorge. **Área geográfica delimitada da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos**. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, 2010. 1 mapa. 16 x 32 cm. Escala 1:1000.000.

FARINETTI, Emeri. **I paesaggi in archeologia: analisi e interpretazione**. Roma: Carocci, 2012.

FAUVRELLE, Natalia (coord.). **Arquitecturas da paisagem vinhateira**. Org. Museu do Douro; coord. Natália Fauvrelle; coord. cient. e textos Lúcia Rosas; fot. Egídio Santos, Marco Aurélio Peixoto, Museu do Douro; des. Lídia Azevedo; cartogr. Instituto Geográfico do Exército, Miguel Nogueira. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2008. ISBN 978-989-95183-4-6.

FERRARA, Lucrecia D.O turismo dos deslocamentos virtuais. *In*: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: HICITEC, 1996. p. 15-24.

FERREIRA FRANCO, Bruno. O patrimônio industrial e a transformação da identidade: A paisagem cultural como estratégia de desenvolvimento territorial. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 4. Tucuman, Argentina, 2014. Iliá Alvarado Sizzo; [et al.]; coordenado por Daniela Moreno y Javier V. Roig. **Anais [...]**. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Arquitectura, 2014. E-Book.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto, 1988.

FERRIOLO, Massimo V. Arte, Paisaje y Jardín en la construcción del Lugar. *In*: NOGUÉ, Joan (org.). **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. p. 115-140.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLORES, Carlos Alberto; PÖTTER, Reinaldo Oscar; SARMENTO, Eliana Casco; WEBER, Eliseu José; HASENACK, Heinrich. **Os solos do Vale dos Vinhedos**. Brasília: Embrapa, 2012. 176 p. 2 mapas, 1 DVD-ROM.

FOTOS do Duque de Berry. **Miniatura gótica**, 1º nov. 2011. Disponível em: <https://arteydisegno.wordpress.com/2011/11/01/miniatura-gotica/>. Acesso em: 17 maio 2018.

FRANCESCHI, Catherine Z. **Paisagem e seus equivalentes: o viés das palavras**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Escola de Doutorado da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris – França: EHESS, 2016.

FREGONI, Mario. **Viticultura di Qualità**: Trattato dell'eccellenza da terroir. 3. ed. Milano: Tecnihe Nuove, 2013.

FROEHLICH, José Marcos; DULLIUS, Paulo Roberto; LOUZADA, José Antônio; MACIEL, Carlos Rosa. A agricultura familiar e as experiências de Indicações Geográficas no Brasil meridional. **Agrociencia Uruguay**, v. 14, n. 2, p. 115-125, jul.-dic. 2010. Disponível em: http://www.fagro.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-15482010000200012. Acesso em: 15 out. 2017.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação**. [State intervention and urban (re)structuring. A study on gentrification]. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GALANI, Luan. **Vácuo na Lei e boom de empreendimentos de luxo ameaçam a "Toscana Brasileira"**. Curitiba, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.gazeta dopovo.com.br>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GARCIA, Jean-Pierre. Vinho e o Lugar. **Crescentis: Revista Internacional de História da Vinha e do Vinho**, Paris, 1 | 2018, Dossiê Temático. Electronic ISSN 2647-4840. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr>. Acesso em: 25 abr. 2019.

GIAMELLARO, Antonella Spanó. Os fenícios e os cartagineses. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado. Barueri, São Paulo: Oficinas da RR Donnelley, 2009. Cap. 5, p. 70-80.

GIORDANI, Edgar Luis. **O enoturismo na produção e elaboração do vinho biodinâmico**. Bento Gonçalves. RS, 15 de agosto de 2018. Entrevista oral concedida à Marilei Elisabete Piana Giordani

GIORDANI, Mariano. **Pedersano racconto storico di un paese Lagarino**. Trento, Italia: Alcione, 2011.

GOBBATO, Celeste. **Manual do Viti-vinicultor brasileiro**. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia, 1922.

GOBBATO, Celeste. **Manual do vitivinicultor brasileiro**. 4. ed. Porto Alegre:Globo, 1940.

GOLLO, Silvana S.; CASTRO, Alberto William Viana de; SILVA, Ada Fagundes da; PAVAN, Luciana Maria Bernstein; MARINI, D. Indicações geográficas sob o enfoque jurídico: o caso da indicação geográfica Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha/RS – Brasil. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51. 2013, Belém, PA. Novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia: desafios da sustentabilidade. **Anais [...]**. Belém, PA: SOBER, 2013. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 21 maio 2019.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

GUEVARA, Antonio J. **Turismo em colapso permanente**. 1º set. 2019. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com>. Acesso em: 5 set. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005, p. 6.774-6.792. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *In*: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio (orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-66.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Contexto histórico da Itália antes da unificação. *In*: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (orgs.). **Cultura, Imigração e Memória**: percursos e horizontes. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

HERNÁNDEZ, Josep B.; TESSERRAS, Jordi J. I. **Gestión del Patrimonio Cultural**. Barcelona: Ariel, 2008.

HERRERO, Maria. Paisaje y conflictos territoriales em Catalunya. *In*: MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Alex. (coords.). **El paisaje y La gestión del território**. Criterios paisagísticos en la ordenación del território y el urbanismo. Barcelona: S. A. de Litografia, 2006.

HISTÓRIA GERAL DA ARTE. Pintura I. Madrid – Espanha: Ediciones del Prado. 1995.

HOFFMANN, Alexandre; CAMARGO, Umberto de Almeida; MAIA, João Dimas Garcia. Sistema de produção de uvas rústicas para processamento em regiões tropicais do Brasil. **Embrapa Uva e Vinho**, Sistema de Produção, 9. ISSN 1678-8761. Versão Eletrônica. dez. 2005. Disponível em: www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br. Acesso em: nov. 2019.

HOLLAND, Tara; SMIT, Barry; JONES, Gregory V. **Toward a Conceptual Framework of Terroir Tourism: A Case Study of the Prince Edward County, Ontario Wine Region**. Halaman 275-291. Diterbitkan online, 28 Feb. 2014.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. *In*: ROSENDAHL, Zeni; CORREA, Roberto L. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/bento-goncalves.html>. Acesso em: 8 ago. 2019.

IBRAVIN – INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Portal**, 2019.

ICAFE – INSTITUTO DEL CAFÉ DE COSTA RICA. **Indicaciones Geográficas y Denominaciones de Origen**: algunos fundamentos y metodologías con ejemplos de Costa Rica sobre café. San José, C.R.: ICAFE, 2006.

ICOMOS – CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta Internacional sobre o Turismo Cultural**: A Gestão do Turismo nos Sítios com Patrimônio Significativo. 1999. Disponível em: www.icomos.org. Acesso em: 27 jun. 2017.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fabio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ner>. Acesso em: 23 maio 2018.

IPHAE – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Portaria nº 02/2012**. Dispõe sobre os procedimentos necessários para o tombamento no âmbito do IPHAE RS. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2019.

IPHAN NACIONAL – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **Patrimônio Cultural imaterial**: pra saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

IPHAN NACIONAL – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonio Cultural/de](http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/de). Acesso em: jan. 2020.

IPHAN NACIONAL – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. Iphan anuncia **Edital 2012 do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 08 de maio de 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1052/iphan-anuncia-edital-2012-do-programa-nacional-do-patrimonio-imaterial>. Acesso em: jan. 2020.

JOHNSON, Hugh. **A história do Vinho**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JOLIET, Fabienne. Typologie plastique des paysages de vigne. *In*: DURIGHELLO, Regina; TRICAUD, Pierre-Marie (orgs.). **Etude thématique sur les paysages culturels viticoles dans le cadre de la convention du patrimoine mondial de l'UNESCO. ICOMOS**. 2005, July, p. 23-29. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr>. Acesso em: 14 ago. 2019.

JOLY, Nicolas. **Vinho do céu a terra**: cultivar e apreciar o vinho biodinâmico. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Revisão técnica de André Logaldi. São Paulo: Vinum Brasil, 2008.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê, 2009.

LAGE, Otília (org.). **Alto Douro e Pico, paisagens culturais vinhateiras património mundial em perspectiva multifocal**: experimentação comparada. Porto, Portugal: CITCEM, 2018.

LASANTA, Teodoro; INAREJOS, Vicente Carlos; ARNÁEZ, José; PASCUAL BELLIDO, Nuria; RUIZ-FLAÑO, Purificación. **Evolución del paisaje vitícola en La Rioja (2000-2015): un análisis del papel de los programas de reconversión y reestructuración del viñedo**. Investigaciones Geográficas, n. 66, p. 9-25, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/INGEO2016.66.01>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LAZO, Mónica Matellanes. Comunicación del enoturismo a través de Internet. **Correspondencias & Análisis**, n. 1, p. 219-239, 2011a.

LAZO, Mónica Matellanes. Evolución del desarrollo del enoturismo en la D.O. Ribera del Duero (2009-2010). Evolution of Enological-tourism's development in D.O. Ribera del Duero (2009-2010). **Pangea: Revista de la Red Académica Iberoamericana de**

Comunicación, La Laguna, Tenerife (Islas Canarias – España), año 2, p. 1-31, 2011b. | Artículo n. 1.

LAZO, Mónica Matellanes. **Gestión del enoturismo en la D.O. Ribera del Duero de España**. 2009. Tesis (Doctoral) – Escuela Técnica Superior de Ingenierías Agrarias, Universidad de Valladolid, Valladolid, 2009. Disponível em: <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/122>. Acesso em: 30 mar. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. 5. reimpr. São Paulo: Centauro, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1984.

LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades**: conversações com Jean Lebrum. Tradução de Reginaldo Carmelo C. de Moraes. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1998.

LEVI-STRAUSS, Claude. **L'Identità**. Interventi: di J. M. Benoist [et al]. Palermo: Selerio, 2003.

LIGNON-DARMAILLAC, Sophie. Les grandes orientations de l'œnotourisme: modèles européens, modèles californiens. **Territoires du vin**, n. 8, 2018. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin>. Acesso em: 24 abr. 2019.

LIGNON-DARMAILLAC, Sophie. Les routes des vins vers l'œno-gastronomie. **Territoires du vin**, [online], n. 10, 2019, online since 24 September 2019. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin/index.php>. Acesso em: 5 dez. 2019.

LINGUA, Valeria. **Pianificare le città del vino**: Per un dialogo tra território e produzione. Roma: INU Edizioni, 2015. p. 85-87. [Enovitis business – Workshop innovation].

LINGUA, Valeria. **Pianificare i Territori dell'eccellenza**: la filiera vitivinicola nell'agenda urbana italiana. 2016. Disponível em: <http://www.planum.net/>. Acesso em: 20 maio 2017.

LONDOÑO, Juan Luis Isaza. Uma ordem imaginada. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: IPHAN, n. 36, p. 13-22, 2017.

LÓPEZ MARTÍN, Ester. Critérios, Patrimonio y paisaje. Proyecto em litoral malagueño. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimônio Histórico**, Andalucía – Espanha, n. 57, p. 97-108, FEB. 2006. Disponível em: <http://www.iaph.es>. Acesso em: 30 ago. 2018.

LOWENTHAL, David. Geography, Experience, and Imagination: towards a geographical epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 51, n. 3, p. 241-260, 1961.

LUGINBÜHL, Yves. Paysages viticoles. *In*: DURIGHELLO, Regina; TRICAUD, Pierre-Marie (orgs.). **Etude thématique sur les paysages culturels viticoles dans le cadre**

de la convention du patrimoine mondial de l'UNESCO. 2005, July, p. 125. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LUGINBÜHL, Yves. Representaciones sociales del paisaje y sus evoluciones. *In*: MADERUELO, Javier; ANSÓN, Antonio; [et al.]. Coeditado con Centro de Arte y Naturaleza. Fundación Beulas, Huesca (Eds.). **Paysage y territorio.** Madrid: Abada, 2008. p. 143-180.

LUZZATTO, Darcy Loss. **Dicionário talian-português.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

MABY, Jacques. Paysage et imaginaire: l'exploitation de nouvelles valeurs ajoutées dans les terroirs viticoles / Landscape and Imagination: the Exploitation of New Added Values in the Wine-Growing Countries. *In*: **Annales de Géographie**, t. 111, n. 624, p. 198-211, 2002. Disponível em: <https://www.persee.fr>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MADERUELO, Javier. **Paisaje y Territorio.** Madrid: Abada, 2008.

MADERUELO, Javier. **Paisaje y Patrimonio.** Madrid: Abada, 2010.

MAIA, João Dimas Garcia; CAMARGO, Umberto Almeida. Sistema de Produção de Uvas Rústicas para Processamento em Regiões Tropicais do Brasil. **Embrapa Uva e Vinho**, Sistema de Produção, n. 9, dez. 2005. ISSN 1678-8761 Versão Eletrônica. Disponível em: www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br. Acesso em: nov. 2019.

MALLARACH, Josep Maria. La incorporación del paisaje en el planeamiento urbanístico y la ordenación territorial de Cataluña. *In*: MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Alexandre (coords.). **El paisaje y la gestión del territorio: criterios paisagísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo.** Barcelona: S. A. de Litografía, 2006. p. 427-438.

MASSON, Pierre. **Manuale pratico di agricoltura biodinâmica.** Tradução de Adriano Zago. Firenze – Italia: Terra Nuova, 2013.

MATA OLMO, Rafael. La dimensión patrimonial del paisaje. Una mirada desde los espacios rurales. *In*: MADERUELO, Javier (coord.). **Paisaje y Patrimonio.** Madrid: Abada, 2010. p. 37-74.

MATA OLMO, Rafael. **Agricultura, paisaje y gestion del territorio.** Polígonos, Revista de Geografía, n. 14, 97-137, 2004. Disponível em: <http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/poligonos/article>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MATA OLMO, Rafael. **El paisaje, patrimonio y recurso para el desarrollo territorial sostenible. Conocimiento y acción pública.** Arbor, [s.l.], v. 184, n. 729, p. 155-172, feb. 2008. ISSN 1988-303X. Disponível em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/168>. Acesso em: 3 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.3989/arbor.2008.i729.168>.

MATA OLMO, Rafael. Una agricultura viva para um paisajen periurbano de calidad. *In: Catálogo de Buenas Prácticas para el Paisaje*. Murcia, Espanha: Pictografía, 2011.

MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Alexandre (coord.). **El paisaje y la gestión del territorio**: criterios paisagísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo. Barcelona: S.A. de Litografía, 2006.

MAUTONE, Maria; RONZA, Maria (orgs.). **Patrimonio Culturale e Paesaggio**: um approccio di filiera per la progettualità territoriale. Roma, Italy: Gangemi, 2010.

MEGLIO, Lucio. **Oltre il Terroir**: il vino come specchio di una comunità. Aspetti economici, social e culturali del cabernet cominense. Milano, Italy: Franco Angeli, 2011.

MEIRA, Ana Lucia. **O passado no futuro da Cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul: 2013 a 2015**. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1068771/cadastro-viticola-do-rio-grande-do-sul---2013-a-2015>. Acesso em: 27 maio 2019.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. Viticultura brasileira: Panorama 2017. **Comunicado Técnico. 207**, Bento Gonçalves, Embrapa Uva e Vinho, 2018.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de; MACHADO, Carlos Alberto Ely (orgs.). **Cadastro Vitícola Georreferenciado da Denominação de Origem**. Brasília, DF: Embrapa, 2015a.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de; MACHADO, Carlos Alberto Ely. A viticultura na delimitação da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos: cadastro vitícola georreferenciado. *In: MELLO, Loiva Maria Ribeiro de; MACHADO, Carlos Alberto Ely (orgs.). Cadastro Vitícola Georreferenciado da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos*. Bento Gonçalves, RS: Embrapa Uva e Vinho, 2015b. 1 CD-ROM.

MENDOZA, Josefina G. La mirada del geógrafo sobre el paisaje: del conocimiento a la gestión. *In: MADERUELO, Javier (org.). Paisaje y Territorio*. Madrid: Abada, 2008. p. 11-56.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL*, 1. V. 1 - Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. **Anais [...]**. Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p. 25-39. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n. 36,

p. 39-52, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

MIGUEL, José María García de. El Patrimonio Histórico como memoria colectiva. *In*: HERREROS, María Ángeles Peinado (coord.). CONGRESO INTERNACIONAL “EL PATRIMONIO CULTURAL Y NATURAL COMO MOTOR DE DESARROLLO: INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN”, 1., **Anais** [...]. Sevilha, Universidad Internacionalde Andalucía, Espanha, 2012.

MINGUEZ, Carlos S.; ROMENOR, Fernando. **El Vino y el banquete en la Europa prerromana**. Valladolid: Centro de Estudios Vacceos “Federico Watenberg” de la Universidad de Valladolid/Carnicero, 2009.

MONTE BELO DO SUL. Secretaria de Turismo. **Portal**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/VisiteMonteBelo>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MORENO, Daniela. Rota Cultural e patrimônio vitivinícola nos vales Calchaquies. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO AGRO INDUSTRIAL, 4., Tucuman – Argentina, 2014. **Anais** [...].

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

MUSEU DO DOURO. Exposição Itinerante **Arquitecturas da paisagem vinhateira**. Peso da Régua: AG Rocha, 29 de maio a 1º de julho de 2008.

NIEDERLE, Paulo André. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

NOGUÉ, Joan. **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

NOGUÉ, Joan. Del bos medieval al bosc espectacle de lês societats contemporànies. *In*: GIORDI, Josep (ed.). **Bosc i territori**. Girona: Universitat de Girona, 2000. p. 57-67. [Colecció Diversitas, 17].

NOGUÉ, Joan. Otros mundos, otras geografías. Los paisajes residuales. **Revista da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Geografia**, v. 7, n. 1, número especial, p. 3-10, out. 2011.

NOGUÉ, Joan. **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008.

NOGUÉ, Joan. Paisaje, identidade y globalización. **Revista Fabrikart**, 2007. Disponível em: <http://www.ehu.eus/ojs/index.php/Fabrikart>. Acesso em: 20 fev. 2018.

NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma (Eds.). **Paisatge, economia i empresa**. Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya; ATLL, Concessionària de la Generalitat, SA. (Plecs de Paisatge; Reflexions; 5), 2016. ISBN: 978-84-617-6381-8.

OIV – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA VINHA E DO VINHO. **Resolução OIV/VITI 333/2010**. Disponível em: <http://oiv.int>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OLSZAK Norbert. Les appellations d'origine en droit international (1880-1994). *In*: WOLIKOW, Serge; HUMBERT, Florian (dir.). **Une histoire des vins et des produits d'AOC – L'INAO, de 1935 à nos jours**. Dijon, EUD, 2015. p. 83-91.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**: Ensaio sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

PAGANONI, Laura Gaia. O Nero d'Avola como elemento de valorização da região de Val di Noto. **Territórios do vinho** [online], n. 8, 2018. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PALÁCIOS, Antonio; PORTUGAL, Cauré B. Vale dos Vinhedos: Perfil produtivo de vinícolas familiares e diagnóstico qualitativo, microbiológico e sensorial de vinhos. **Revista Brasileira de Viticultura e Enologia**, Bento Gonçalves, RS, Fórmula Prática / Associação Brasileira de Enologia, v. 4, n.4, p. 18-27, set. 2012.

PALENZUELA CHAMORRO, Pablo. El patrimonio inmaterial de los poblados de colonización: memoria colectiva y culturas del trabajo. **Revista PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, año 13, n. 52, p. 94-104, fev. 2005. Disponível em: <http://www.iaph.es>. Acesso em: 18 out. 2018. ISSN 1136-1867.

PALLADIO, Andrea. **I Qvatto LIBRI Dell'Architettura di Andrea Palladio 1570**. Milano: Ulrico Hoepli, 1990.

PARONETTO, Sergio. Provincia di Verona. *In*: CALÒ, Antonio; PARONETTO, Lamberto; RORATO, Giampiero. **Storia regionale della vite e del vino in Italia: Veneto**. Academia Italiana della vite e del vino di Siena. Milano: Unione Italiana Vini, 1996.

PASTOR, Luis Vicente Elías. **Atlas del cultivo tradicional del viñedo y de sus paisajes singulares**. 2016. Disponível em: <https://sede.educacion.gob.es>. Acesso em: 20 set. 2017.

PASTOR, Luis Vicente Elías. Paisaje del viñedo: patrimonio y recurso. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Bodegas R. López de Heredia. Haro La Rioja (España), número especial, v. 6, n. 2, p. 137-158, 2008. ISSN 1695-7121. Disponível em: www.pasosonline.org. Acesso em: 8 out. 2019.

PASTORE, Riccardo. Territori del vino: pluralità di significati e valori. *In*: ANGELINI, Renzo (org.). **La vite e il vino**. Bologna, Italia: ART S.p.A., 2007.

PAÜLI CARRIL, Valerià; TORT I DONADA, Joan; MOLLEVÍ I BORTOLÓ, Gemma. Propuesta de unidades de paisaje agrario en la Región Metropolitana de Barcelona.

Polígonos. Revista de Geografía, [s.l.], n. 16, p. 55-86, jul. 2012. Disponível em: <http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/poligonos/article/view/411/364>. Acesso em: 8 out. 2019.

PAVIANI, Jayme. Região: o conceito pré-teórico de região. *In*: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (orgs.). **Cultura, Imigração e Memória**: percursos e horizontes. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 234-239.

PELLANDA, Ernesto. Colonização do Rio Grande do Sul. *In*: BERTASO, Henrique d'Avila; LIMA, Mário de Almeidam (orgs.). **Álbum comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

PEREIRA, Gaspar Martins. A evolução histórica. *In*: SOEIRO, Teresa (coord.); PIRES, Carlos Coelho; CORTES, Rui; RIBEIRO, José Alves; MARQUES, Helder; PEREIRA, Gaspar Martins; FAUVRELLE, Natália; REBANDA, Nelson Campos; ROSEIRA, José Alexandre. **Viver e saber fazer**: tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares. Porto, Portugal: Rainho & Neves, 2006.p. 103-127.

PELLI, Augusto. **Insedimenti Umani e Paesaggi Agrari**. Milano: Jaca Book, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIANA, Marilei Elisabete. **A influência da imigração italiana no assentamento urbano de Xaxim – SC**. Blumenau – SC. FURB, 1990. 125 f. Trabalho de Conclusão de Aperfeiçoamento em Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisas Sociais, Universidade Regional de Blumenau, 1990.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Paisagem Cultural: Identidade e Memória no Vale dos Vinhedos-Bento Gonçalves, RS**. Porto Alegre, UFRGS, 2007. Trabalho final (Especialização em Patrimônio Cultural Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. SOUZA, Celia Ferraz de. **EL PAISAJE CULTURAL DEL VINO EN EL SUR DE BRASIL - BENTO GONÇALVES-RS-BRASIL**. XIII Congresso Latino Americano de Viticultura y Enología – Santiago – Chile. Anais. 2011.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **A arquitetura dos lugares do vinho, como testemunho do tempo e de seu patrimônio cultural**. SEMINÁRIO ÍBERO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2. 2012, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: 2012.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Tradição e Inovação na Produção Vinícola no Vale dos Vinhedos - BENTO GONÇALVES/RS-BRASIL**. III SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2012, Régua - Alto Douro - Portugal. Anais. Régua: Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes, Museu do Douro. 2012.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Por trás dos parreirais: Embates da paisagem cultural vitícola e a urbanização – Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, RS.** 2013. 250 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. SOUZA, Celia, Ferraz de. **ENTRE VINHAS E VINHEDOS: A CONTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA SERRA GAUCHA.** 3º COLOQUIO IBERO AMERICANO, PAISAGEM CULTURAL, PATRIMONIO E PROJETO. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/379220326/256paisagem-Rural-Vinhedos-Referencia>. Acesso em dezembro de 2019.

PIANA GIORDAN, Marilei Elisabete. **A paisagem cultural viticola além do patrimonio cultural: sob o aspecto economico produtivo mundial. Vale dos Vinhedos. Bento Gonçalves. Rio Grande do Sul, Brasil.: V SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, Lima - Peru. Anais. Lima - Peru: Universidad Ricardo Palma, 2016.**

PIANA, GIORDANI, Marilei Elisabete. Souza, Célia Ferraz de. **Além do vinho: a paisagem cultural no espaço social dos territórios vitícolas da Serra Gaúcha.** Revi. Bras. Vitic. Enol., n. 9, p. 122-129, 2017. Disponível em: <https://www.enologia.org.br/default/uploads/revista/revis>. Acesso dezembro de 2019.

PICHERY, Marie-Claude. Estratégia de Patrimonialização e Enoturismo. **Wine Territories**, 2018. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin>. Acesso em: 29 nov. 2018.

PISÓN, Eduardo Martínez de. Paisaje, cultura y territorio. *In*: NOGUÉ, Joan. **La construcción social del paisaje.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. p. 325-337.

PLET, Françoise; CROS, Zsuzsa; GYURÓ KONKOLYNÉ, Éva. Vitiviniculture et situations politiques: Le Tokaj. **Mapemonde**, n. 3, p. 5-11, 1994.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010.** Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012. 344 p.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. *In*: POZENATO, José Clemente. **Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural.** Caxias do Sul: Educs, 2003. p. 149-157.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio.** Grupo Planeta (GBS). Barcelona: Ariel, 1997.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio.** 3. ed. Barcelona: Ariel Antropología, 2009.

PRATS, Llorenç. La viabilidad turística del patrimonio. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Universidad de Barcelona (España), v. 9, n. 2, p. 249-264,

2011. ISSN 1695-7121. Disponível em: http://pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_03.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

PRATS, Llorenç. Patrimônio +turismo= ¿desarrollo? **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonial Cultural**, v. 1, n. 2, p. 127-136, 2003. ISSN 1695-7121. Disponível em: <http://www.pasosonline.org>. Acesso em: 30 set. 2018. [Secció d'Antropologia Social i Cultural – Universidad de Barcelona Espanha].

PRATS, Llorenç. El patrimonio en tiempos de crisis. **Revista Andaluza de Antropología**, n. 2: Patrimonio cultural y derechos colectivos, p. 68-85, mar. 2012. ISSN 2174-6796. Disponível em: <http://www.revistaandaluzadeantropologia.org>. Acesso em: 22 out. 2018.

QUAINI, Massimo. **Dalla coscienza di classe alla “coscienza di luogo” ovvero “de la lutte des classes à la lutte des places”**. Declinazioni del concetto di luogo e di paesaggio. Treviso: Fondazione Benetton, 2010. p. 1-13.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? *In*: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980]. 3ª parte, Cap. 1, p. 143-163. Título original: **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: LITEC, 1980. (Temas volume 29 - Geografia e política).

RAMÍREZ, Velásquez; REBECA, Blanca. Lefebvre y la producción del espacio. Sus Aportaciones a los debates contemporâneos. **Veredas. Revista del pensamiento sociológico**, México: UAM, n. 8, p. 61-73, 2004.

RAMOS, Celia; FONSECA, Graça. Interpretação do significado de paisagem cultural: O valor da chancela UNESCO no caso do Alto Douro Vinhateiro. *In*: SEMINÁRIO “ALTO DOURO VINHATEIRO”: Territórios de Ciência e Cultura - UTAD, 25 e 26 de junho de 2014. **Anais** [...]. Disponível em: https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/missaodouro/significado_paisagemcultural_valor_da_chancela_unesco.pdf. Acesso em: 2 jul. 2019.

RAO, Kishore. Prefácio. *In*: UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. (Manual de referência do patrimônio mundial).

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. München: Otto Zeller Verlag, Osnabrück, 1974.

REVISTA do Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: Gráfica Bento, 2017.

REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL. Rio de Janeiro: Bloch, v. 2, n. 8, maio 1975.

REZENDE, Vera F.; FURTADO, Fernanda; OLIVEIRA, Maria Teresa Corrêa de; JORGENSEN JUNIOR, Pedro. A outorga onerosa do direito de construir e o solo

criado: uma necessária avaliação das matrizes conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 51-71, nov. 2009. ISSN 2317-1529. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/220/204>. Acesso em: 27 ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n2p51>.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente (orgs). **Cultura, imigração e memória**: percursos & horizontes: 25 anos do Ecirs. Caxias do Sul: Educs, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS). **Municípios do Rio Grande do Sul**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em: 16 maio 2013.

ROGER, Alain. Vida y muerte de los paisajes: valores estéticos, valores ecológicos. *In*: NOGUÉ, Joan. **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. p. 67-85.

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje**. [electronic resource]. Traducción de Maysi Veuthey; edición de Javier Maderuelo. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

ROGER, Alain. **Breve Tratado del Paisaje**. Traducción de Maysi Veuthey; edición de Javier Maderuelo. Madri: Biblioteca Nueva, Edición Digital, 2014. (Colección Paisaje y Teoría). ISBN: 978-84-16095-06-3.

RORATO, Giampiero. Provincia di Treviso. *In*: CALÒ, Antonio; PARONETTO, Lamberto; RORATO, Giampiero. **Storia regionale della vite e del vino in Italia: Veneto**. Academia Italiana dela vite e del vino di Siena. Milano: Unione Italiana Vini, 1996.

ROSA DE ALMEIDA, Carla Cristina; CORRÊA, Vinícius Salatin; SOARES, Suzana da Silva. Evolução tecnológica no setor vitivinícola: vínculos com a EMBRAPA Uva e Vinho. **Revista de Estudos Sociais**, [s.l.], v. 19, n. 38, p. 13-35, July 2017. ISSN 2358-7024. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2929>. Acesso em: 4 set. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.19093/res2929>.

ROSAS, Lucia Maria Cardoso. Arquitecturas da Paisagem Vinhateira. *In*: MUSEU DO DOURO. **Arquitecturas da paisagem vinhateira**. Peso da Régua: AG Rocha, 2008. p. 10-12.

SABATÉ BEL, Fernando; SABATÉ BEL, Joaquín; ZAMORA, Antonio. César Manrique: la conciencia del paisaje. **QRU: Quaderns de Recerca en Urbanisme**, n. 5/6, p. 286-387, Juny 2015.

SABATÉ BEL, Joaquín. Editorial: Interpretación de algunos paisajes minerales y paisajes culturales emergentes: un panorama a la luz del V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. **Identidades: territorio, cultura, patrimônio** [en línea], n. 4, 2013. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Identidades/article/view/265482/353067>. Acesso em: 4 ago. 2018.

SABATÉ BEL, Joaquín. Los paisajes del turismo: una presentación. **QRU: Quaderns de Recerca en Urbanisme**, n. 5/6, p. 5-13, Juny 2015a.

SABATÉ BEL, Joaquín. **De la preservación del patrimônio a la ordenación del paisaje**. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña y Massachusetts Institute of Technology, 2001.

SABATÉ BEL, Joaquín. Da preservação do patrimônio à gestão paisagística. **Urbano**, v. 7, n. 10, p. 42-49, 30 nov. 2004.

SABATÉ BEL, Joaquín. De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje: intervenciones en paisajes culturales (Europa – Latinoamérica). **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 10-25, mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/1686>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SABATÉ BEL, Joaquín. Turismo, paisaje y terrazas de cultivo. **QRU: Quaderns de Recerca en Urbanisme**, n. 5/6, p. 44-61, Juny 2015b.

SABATÉ BEL, Joaquín. Turismo, paisaje y urbanismo: un diálogo necesario [en línea] Fecha de consulta: dd-mm-aa. **ACE: Architecture, City and Environment = Arquitectura, Ciudad y Entorno**, v. 9, n. 25, p. 279-302, 2014. DOI: 10.5821/ace.9.25.3627.

SABATÉ BEL, Joaquín. Algunas pautas metodológicas en los proyectos en paisajes culturales. *In*: GONZÁLEZ, Luis Moya (coord.). **La práctica del urbanismo**. Madrid: Editorial Síntesis, 2011. p. 101-124.

SABATÉ BEL, Joaquín; TIRONI, Manuel. Globalización y estrategias urbanísticas: un balance del desarrollo reciente de Barcelona. **Cuaderno Urbano: Espacio, Cultura, Sociedad**, v. 7, n. 7, p. 233-260, 2008.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SALA, Pere. Instrumentos de protección, gestión y ordenación del paisaje. Los catálogos del paisaje de Cataluña. *In*: NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Ordenació i gestió del paisatge a Europa**. Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. *In*: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed., 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, Carl O. Paisagem cultural. A morfologia da Paisagem. *In*: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

SCHWERZ, João Paulo. **Patrimônio e planejamento: aproximações a partir da paisagem de Agudo, RS**. 2017. 399 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCHEJTMAN, Alexandre. Analizando el desarrollo territorial rural com identidade cultural a partir de los estudios de caso. *In*: RANABOLDO, Claudia; SCHEJTMAN, Alexander [eds.]. **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latino-americanas**. Lima, Peru: RIMISP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, IEP – Instituto de Estudios Peruanos, Terea Asociación Grafica Educativa, 2009. p. 81-102. (Estudios de la Sociedad Rural, 35)

SCIENZA, Attilio; TOMASI, Diego; GARLATO, Adriano. **Le Venezie: Le diversità di terroir riflesse nel bicchiere**. Fondazione Masi. Verona: Grafica Illasi, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Indicações geográficas brasileiras: Vinho**. 2. ed. Hulda Oliveira Giesbrecht, Raquel Beatriz Almeida de Minas (Coords). Brasília: SEBRAE, INPI, 2016.

SIC – SUPERINTENDENCIA DE INDUSTRIA Y COMERCIO. Delegatura para la propiedad industrial. **Manual de Denominaciones de Origen**. Bogotá, Colombia, 2013.

SILVA, Gustavo Bayma Siqueira da; SOUZA, Lays Caroline Negri de; NOGUEIRA, Sandra Furlan. Proposta metodológica para a geração de modelo de elevação digital a partir de cartas topográficas. Uma abordagem no contexto do projeto GeoDegrade. Embrapa Monitoramento por Satélite. **Circular Técnica 20**. Campinas, SP, 2012.

SILVA PÉREZ, Rocío; FERNÁNDEZ SALINAS, Víctor. El nuevo paradigma del patrimonio y su consideración con los paisajes: conceptos, métodos y prospectivas. **Documents d'anàlisi geogràfica**, v. 63, n. 1, p. 129-151, jan.-abr. 2017. DOI 10.5565/rev/dag.344. Disponível em: <https://d.dd.uab.cat/record/169302>. Acesso em: 3 maio 2018.

SOEIRO, Teresa; PIRES, Carlos Coelho; CORTES, Rui; RIBEIRO, José Alves; MARQUES, Helder; PEREIRA, Gaspar Martins; FAUVRELLE, Natália; REBANDA, Nelson Campos; ROSEIRA, José Alexandre. **Viver e saber fazer: tecnologias tradicionais na Região do Douro**. Estudos preliminares. 2. ed. Porto, Portugal: Rainho & Neves, 2006.

SOMEKH, Nadia. Por uma outra verticalização para as cidades brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., Natal, Fortaleza, 27 a 31 maio 2019. **Anais [...]**. ISSN: 1984-8781 - Código verificador: YBOOIXzlhCDY. Disponível em: <http://anpur.org.br>. Acesso em: 15 set. 2019.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz de; MULLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

STANGHELLINI, Stefano; TESI, Pier Carlo. **Il Piano Regolatore delle Città del Vino**: aspetti urbanistici, economici e turistici. Simposio Internazionale Territorio e Vino. Siena, 2006.

TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011.

TARROJA, Alex. Transformaciones territoriales y valoración social del paisaje. *In*: MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Alex (coords.). **El paisaje y la gestión del territorio**: criterios paisagísticos em la ordenación del territorio y el urbanismo. Barcelona: S.A. de Litografía, 2006. p. 41-50. ISBN84-9803-144-3.

TEMPESTA, Tiziano; GIANCRISTOFARO, Rosa Arboretti; CORAIN, Livio; SALMASO, Luigi; TOMASI, Diego; BOATTO, Vasco. The importance of landscape in wine quality perception: an integrated approach using choice-based conjoint analysis and combination-based permutation tests. **Food Quality and Preference**, n. 21, p. 827-836, 2010. Disponível em: <https://www.journals.elsevier.com/food-quality-and-preference>. Acesso em: 8 out. 2018.

TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Materiali per il governo del territorio. Siena, Italy: C. Vin.srl, 2009.

TESI, Pier Carlo. **Il Piano Regolatore delle Città del Vino e la preservazione del paesaggio vitícola nei territori d'Indicazione Geografica Protetta (IGP) e Denominazione d'Origine Controlata (DOC)**. Bento Gonçalves. RS, 20 de setembro de 2019. Entrevista concedida por e-mail à Marilei Elisabete Piana Giordani

TINLOT, Rue; VINCENT, Éric. Le système des appellations d'origine en France et en Europe, entre protection de la diversité et normalisation. *In*: PÉRARD, Jocelyne;

PERROT, Maryvonne (dir.). **Rencontres du Clos Vougeot 2011, Vignes, vins: jeux et enjeux de la diversité**. Chaire UNESCO Culture et traditions du vin, 2012. p. 337-344.

TOMASI, Diego. Il paesaggio e il senso del luogo. *In*: SCIENZA, Atilio; TOMASI, Diego; GARLATO, Adriano. **Le Venezie: Le diversità di terroir riflesse nel bicchiere**. Fondazione Masi. Verona: Grafica Illasi, 2011.

TONIETTO, Jorge. Experiência de Desenvolvimento de Certificação: Vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. *In*: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2. ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p. 155-170.

TONIETTO, Jorge; ZANUS, Mauro Celso; FALCADE, Ivanira; GUERRA, Celito Crivellaro. **O Regulamento de uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos**: vinhos finos tranquilos e espumantes. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, set. 2013. [Documentos 84]. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/tecnologias/ig/>. Acesso em: 9 set. 2015.

TRILLO, Claudia. **Territori del Turismo**: tra utopia e atopia. Firenze: Alinea, 2003.

TRUBEK, Amy B. **The taste of place**: a cultural journey into terroir. Berkeley: University of California Press, 2008. (California studies in food and culture).

TRUBECK, Amy B. **The taste of place**: a cultural journey into terroir. California, USA: University of California, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar 2013**. Videoconferência. Encerramento do IV Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia – SEGHUM. Niterói, 2013. Tradução de Letícia Pádua, revisão de Werther Holzer. Disponível em: <http://www.uff.br>. Acesso em: 4 abr. 2016.

TURRI, Eugenio. **La conoscenza del territorio**. Metodologia per un'analisi storico-geografica. Venezia: Edizione Digitale: Marsilio, 2011. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/>. Acesso em: 11 jul. 2017.

TURRI, Eugenio. **Il paesaggio come teatro**: dal territorio vissuto al territorio rappresentato. Venezia: Marsilio, 1998.

UNESCO. **Manuais do Patrimônio Mundial**. Gestão do Turismo em Sítios do Patrimônio Mundial: Manual prático para gestores de Sítios do Patrimônio Mundial. Brasília: Iphan, 2019.

UNESCO BRASIL. **Gestão do Patrimônio Mundial natural**. Brasília: UNESCO/Iphan, 2016a. (Manual de referência do patrimônio mundial).

UNESCO BRASIL. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**. Brasília: UNESCO, Centro Lúcio Costa/Iphan, 2016b. (Manual de referência do patrimônio mundial).

VALE, Mariana Teixeira do. **A importância da experiência no turismo**. O caso do enoturismo na Região do Douro. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Marketing) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto: 2014.

VESET, Mike. The Beginning of the End of the Old World Appellation System? **The Wine Economist**, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://wineeconomist.com/author/wineeconomist>. Acesso em: 5 jun. 2019.

VILAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. 2005. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/>. Acesso em: nov. 2019.

VINCENT, Éric. Les qualités du lieu dans les délimitations des appellations d'origine. **Crescentis: Revue internationale d'histoire de la vigne et du vin**. Dossier thématique - J. P. Garcia (Coord.), Le vin et le lieu, 2018. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/crescentis>. Acesso em: 25 abr. 2019.

VINUESA, Miguel Ángel T.; TORRALBA, Libertad T. Cidades Patrimoniais e Turismo: uma experiência espanhola. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, Gestão turística em sítios patrimoniais: boas práticas internacionais. Brasília: Ipsis, n. 39, 2019.

WILKINSON, John; CERDAN, Claire; DURIGON, Clovis. Indicações Geográficas e produtos de origem no Brasil: Instituições e redes de ação recíproca. *In*: WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo André; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira (orgs.). **O sabor da Origem**: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 73-105.

WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo André; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira (orgs.). **O sabor da Origem**: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016.

WOLIKOW, Claudine. A dimensão patrimonial das denominações. Os fundamentos da legislação francesa sobre as denominações de origem. 1935. *In*: PATRIMÓNIO E VALORIZAÇÃO DAS VINHAS E DO VINHO, nov. 2015. **Anais da conferência “Património e valorização dos territórios vitivinícolas e vitivinícolas”**. Thira: (Santorini, Grécia) / Bourgogne: França, 2018. Disponível em: <https://preo.u-bourgogne.fr>. Acesso em: 4 dez. 2018.

YAZIGI, Eduardo Abdo. Vandalismo, Turismo e Paisagem no Brasil. *In*: YAZIGI, Eduardo Abdo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: HICITEC, 1996.p. 133-155.

YENGUÉ, Jean Louis; ROBERT, Amelie. Vinho e Património: Paisagem no Vale do Loire (França). Exemplo de AOC Vouvray e Bourgueil. Introdução. **Territórios do Vinho** [online], n. 8, 2018. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/pt/duvincts/index.php?id=1370>. Acesso em: 20 jul. 2019.

YOUCCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**. Tradução Marta Calderaro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ZANGHERI, Luigi. I Paesaggi Vitati Patrimônio dell'umanita. *In*: TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**: Materiali per il governo del território. Siena, Italy: C. Vin.srl, 2009. p. 23-24.

ZANZOTTO, Andrea. **Luoghi e paesaggi**. Milan: Bompiani, 2013.

ZOTTELE, Fabio. Il valore dei paesaggi viticoli di fondovalle e di montagna: il capitale paesaggistico. *In*: WORKSHOP SPAZIO RURALE E SPAZIO URBANO: un equilibrio in tensione. Sabbionara d'Avio-TR – Itália, 2019. **Anais eletrônicos** [...]. Sabbionara d'Avio – TR – Itália, 2019. Disponível em: <https://www.territoriocheresiste.it/author/resistenza/>. Acesso em: 10 set. 2019.

ANEXOS

ANEXO 1 – Vitivinicultura em Garibaldi RS

O município de Garibaldi, com dimensões menores se comparado a outros municípios vizinhos, obteve um papel fundamental na vitivinicultura da região. A chegada, em 1904, da congregação católica dos Irmãos Maristas que vieram da França para Garibaldi impulsionou as elaborações de vinhos doces (de missa) que se seguiram-se aos demais vinhos. O imigrante trentino italiano Manoel Peterlongo elaborou, na década de 1910-1920, o primeiro champanhe brasileiro. Outros, posteriormente, colaboraram para a expansão da produção e elaboração de vinhos e espumantes.

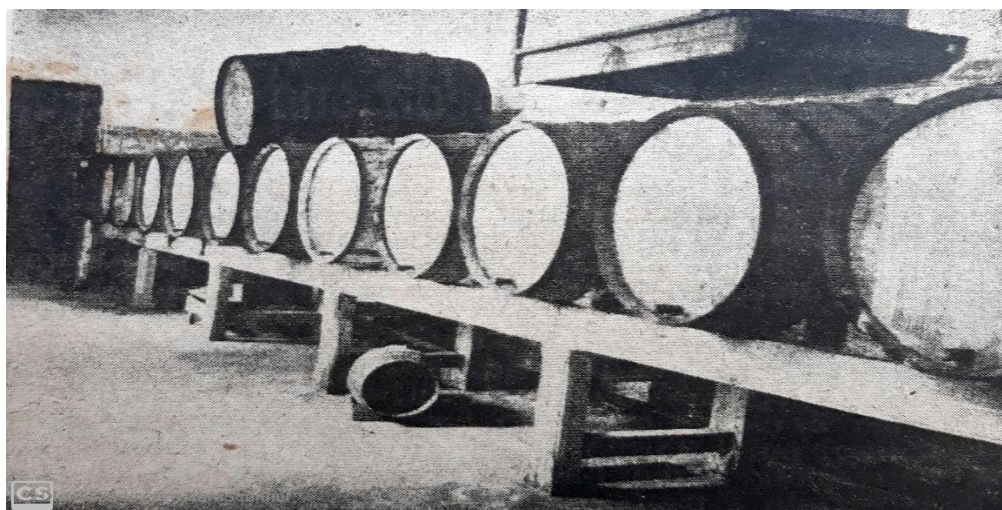


Imagem: Envelhecimento de vinho em barris de carvalho – Cantina dos Irmãos Maristas – Década de 1920-1930 – Garibaldi, RS

Fonte: Gobbato (1934).

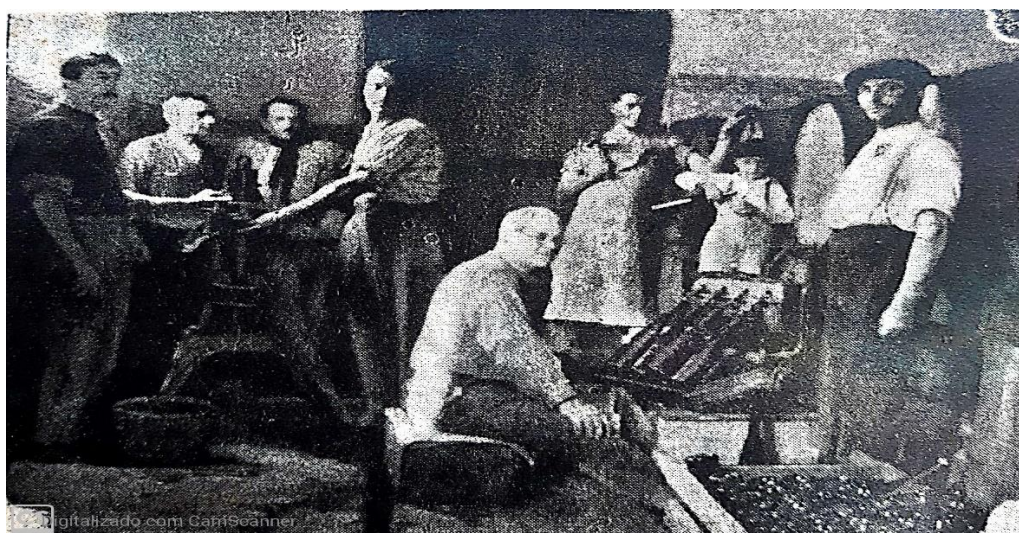


Imagem: Engarrafamento de vinho. Cantina Irmãos Maristas – Década de 1920-1930 – Garibaldi, RS
Fonte: Gobbato (1934)



Imagem: Preparação das garrafas de vinho para a expedição. Cantina Irmãos Maristas – Década de 1920-1930 – Garibaldi, RS

Fonte: Gobbato (1934).

**SOCIEDADE COOPERATIVA
VITI-VINICOLA
GARIBALDI Ltda.**

Garibaldi - Rio Grande do Sul - Brazil

Fondata il 28 Gennaio 1931
Con 50 Produttori — 100:000\$000 di Capitale e 700.000 litri di vino.

DISPONE ATTUALMENTE
DI
400:000\$000 di Capitale — 400 Produttori —
4.000.000 litri di vino e con un Fondo di Riserva di 60:000\$000.

DETIENE l'80 % della Produzione del Municipio di GARIBALDI ed il 15 % di quella di Bento Gonçalves.

LA MAGGIORE ORGANIZZAZIONE DI PRODUTTORI VITI-VINICOLI DEL BRASILE.

Cantina propria, modello, con la maggior capacità del Rio Grande do Sul.

RICONOSCIUTA dal GOVERNO dello STATO.

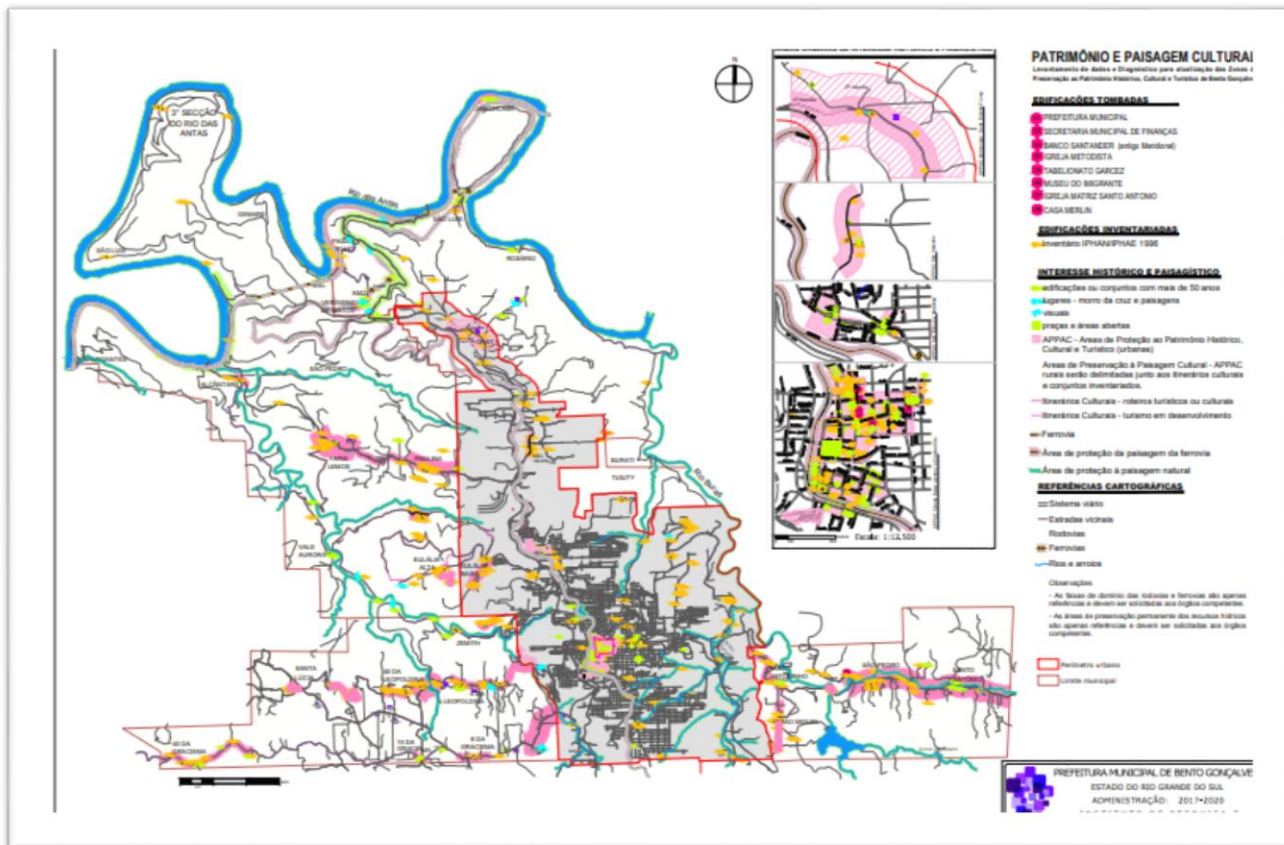
PRODUCE ECCELLENTI VINI ROSSI,
"VIRGEM" e "BARBERA" della Nota
Marca "**GARIBALDI**"

Esporta direttamente tutta la produzione per i principali mercati del Paese.

Imagem: Folheto de divulgação da Cooperativa Vitivinícola Garibaldi – Década de 1930 – Garibaldi, RS

Fonte: Gobbato (1934).

ANEXO 2 – Anexo 5.3-ME – Patrimônio e Paisagem Cultural do Plano Diretor revisado de Bento Gonçalves 2018



ANEXO 3 – Pauta reunião do COMPAHC de Bento Gonçalves, março 2020



Ofício 006/2020 – COMPAHC

Bento Gonçalves, 06 de março de 2020.

Ilmo. (a). Sr. (a)
 DD. Conselheiros
 Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC
 BENTO GONÇALVES

Ilustríssimo (a) Senhor (a):

O presente tem o fim específico de cumprimentar Vossa Senhoria e, ao mesmo tempo, **convocar** para a **reunião ordinária** do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC, a ser realizada **no dia 11 de março do corrente, quarta-feira, às 14 horas na sala de reuniões do IPURB**, no Complexo Administrativo - Rua 10 de novembro, 190, Bairro Cidade Alta, com a seguinte pauta:

- Processo 1736/2020, requerente: Daniel Ros de Souza – assunto: Autorização de Demolição – casa inventariada;
- Processo 1497/2020, requerente: Simone Adriana Zecchin – assunto: Autorização de Demolição – edificação de interesse histórico;
- Processo 9339/2018, requerente: Floricultura Tuyflores Ltda – assunto: Transferência de Índice Construtivo;
- Processo 2519/2020, requerente: Bota Representações Ltda – assunto: Viabilidade – reforma e ampliação Tabelionato Garcez;
- Processo 16803/2019, requerente: Luiz Carlos Bertarello – assunto: Aprovação e Licenciamento – ampliação Nonna Ludia;

Vossa participação é de extrema importância para o bom andamento do Conselho e contamos com o compromisso e responsabilidade de todos na confirmação de sua presença ou de seu suplente em tempo hábil, de forma a garantir a representatividade de sua entidade e garantir o quórum para início da reunião no horário marcado.

Certos de sua participação, apresentamos as mais respeitadas saudações.

Cordialmente,

Luciana Cristina Mella da Silva
 Presidente do COMPAHC

1. Processo 1736 – Solicitação de demolição – Casa Inventariada
2. Processo 1497 – Solicitação de demolição – Edificação de interesse histórico
3. Processo 9339 – Solicitação de índice Construtivo. De edificação modificada que perdeu o interesse histórico da.
4. Processo 2519 – Solicitação de Viabilidade para reforma e ampliação de Casa Tombada
5. Processo 1736 – Solicitação de Aprovação e Licenciamento de ampliação. Casa de pedras irregulares construída em 1880 que integra a Área de Proteção Paisagística, Ambiental e do Patrimônio Histórico e Cultural.

ANEXO 4 – As Unidades de Paisagem Natural UPN do Rio Grande do Sul – Brasil



77

6.2.2 Unidades de Paisagem Natural - UPN

A versão preliminar do ZAS estabeleceu como unidade de planejamento ambiental as Unidades de Paisagem Natural – UPN, conceituadas como regiões naturais homogêneas representativas das diversas regiões do Estado, estabelecidas mediante critérios de setorização do território pelas suas características fisionômicas e paisagísticas originais.

As Unidades de Paisagem Natural foram definidas através do cruzamento de bases digitais de geomorfologia, vegetação potencial original, solo e altimetria, previamente simplificadas e na escala 1:250.000, tendo como ferramenta auxiliar o mosaico de imagens de satélite LANDSAT do Estado do Rio Grande do Sul. Os polígonos gerados por este cruzamento inicial foram então agrupados, divididos ou redefinidos conforme a avaliação de sua articulação com os demais temas analisados, resultando em unidades de paisagem com características próprias.

O mapa preliminar resultante destes cruzamentos foi submetido à especialistas em uma oficina especialmente organizada para discutir a definição de unidades de paisagem natural do Rio Grande do Sul. Consultas complementares a especialistas com amplo conhecimento sobre regiões específicas do Estado permitiram decidir sobre a situação de algumas UPN cuja definição não foi possível a partir das informações geradas na oficina.

Em articulação com as bacias hidrográficas, as UPN foram utilizadas para organizar uma base para a definição das diretrizes de uso para a atividade de silvicultura, respeitando as características ambientais regionais específicas, os objetivos de conservação e as condicionantes de manutenção da qualidade ambiental.

Foram definidas 45 Unidades de Paisagem Natural para o Rio Grande do Sul, com área variando entre 20.318,44 e 2.786.977,65 ha.



78

A nomenclatura das UPN foi definida conforme suas localizações no território gaúcho: PM - para Planalto Meridional; DP - para Depressão Central, PL - para Planície Costeira, PC - para Planalto da Campanha (PC) e OS para Planalto ou Escudo Sul-Riograndense.

O mapa com a localização das Unidades de Paisagem Natural é apresentado na figura 29.

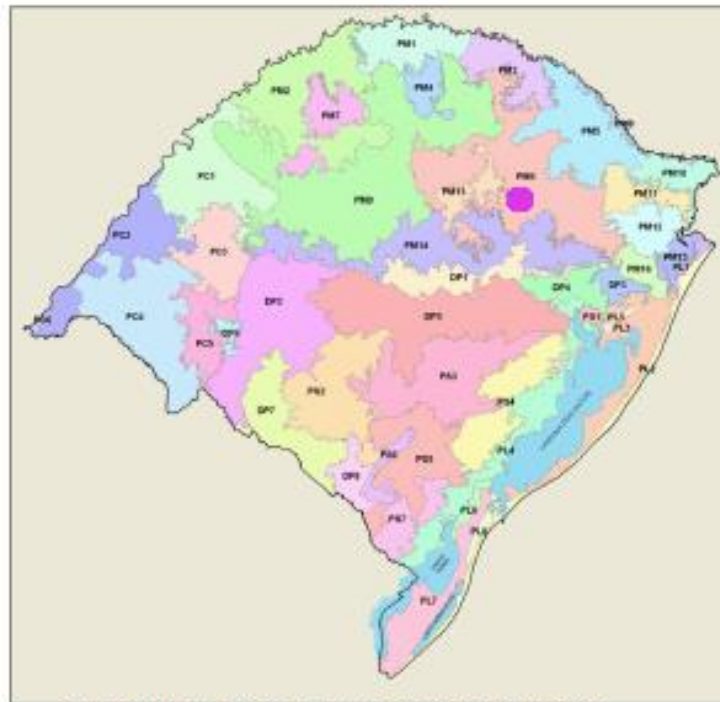


Figura 29 - Mapa de Unidades de Paisagem Natural do Rio Grande do Sul
Fonte: FEPAM e FZB, 2006

Unidade de Paisagem Natural **PM6** - na qual se insere o Vale dos Vinhedos

Fonte: Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/.pdf>. Acesso em: dez. de 2019.

ANEXO 5 – MAPA BASE RECORTE DE ESTUDO: delimitação do território do Vale dos Vinhedos com reconhecimento da DO

